

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DE CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

GISELE BELUSSO

**FARROUPILHA/RS E A EDUCAÇÃO (1934-1948):
UM MUNICÍPIO PEDAGÓGICO**



CAXIAS DO SUL

2020

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DE CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO**

GISELE BELUSSO

**FARROUPILHA/RS E A EDUCAÇÃO (1934-1948):
UM MUNICÍPIO PEDAGÓGICO**

CAXIAS DO SUL

2020

GISELE BELUSSO

**FARROUPILHA/RS E A EDUCAÇÃO (1934-1948):
UM MUNICÍPIO PEDAGÓGICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de Pesquisa de História e Filosofia da Educação – Curso de Doutorado, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese.

Coorientador: Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães.

CAXIAS DO SUL

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B453f Belusso, Gisele

Farroupilha/RS e a educação (1934-1948) [recurso eletrônico] : um município pedagógico / Gisele Belusso. – 2020.
Dados eletrônicos.

Tese (Doutorado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

Orientação: Terciane Ângela Luchese.

Coorientação: Justino Pereira de Magalhães.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Educação - História - Farroupilha (RS). I. Luchese, Terciane Ângela, orient. II. Magalhães, Justino Pereira de, coorient. III. Título.

CDU 2. ed.: 37(816.5FARROUPILHA)(091)

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Paula Fernanda Fedatto Leal - CRB 10/2291

“Farroupilha/RS e a Educação (1934-1948): um município pedagógico”

Gisele Belusso

Tese de Doutorado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação.

Caxias do Sul, 19 de novembro de 2020.

Banca Examinadora:

Dra. Terciane Ângela Luchese (presidente – UCS)

Dr. Justino Magalhães (Coorientador - Univ. de Lisboa)

Dr. José Edimar de Souza (UCS)

Participação por videoconferência

Dra. Vânia Merlotti Herédia (UCS)

Participação por videoconferência

Dr. Alessandro de Carvalho Bicca (UNIPAMPA)

Participação por videoconferência

Dra. Maria Helena Camara Bastos (UFRGS)

Participação por videoconferência

Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

AGRADECIMENTOS

Por compreender as ausências, pela sensibilidade, calma e paciência, agradeço minha família.

Pelo apoio, orientação, ideias, momentos de aprendizagem compartilhados, agradeço minha orientadora Terciane Ângela Luchese, exemplo de ser humano que me inspira.

Pela acolhida, sugestões e oportunidade de compartilhar da potencialidade de perspectiva dos municípios no campo da História da Educação, agradeço meu coorientador, Justino Pereira de Magalhães.

À CAPES pela imensurável oportunidade de dedicar-me de maneira exclusiva à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e ao Grupo de Estudos História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) pelas inúmeras oportunidades formativas.

Aos colegas pelas boas energias transmitidas e pelos momentos furtados por sorrisos e conversas nos cafés da Universidade de Caxias do Sul. Em especial aos colegas que se tornaram amigos, companheiros, os quais torcem uns pelos outros.

Aos colegas afetos à História da Educação, estudantes e professores da Universidade do Vale dos Sinos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do Instituto Federal de Osório, da Universidade Federal de Pelotas, da Universidade Federal de Santa Maria, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Pampa, que foram parceiros incansáveis em eventos e atividades acadêmicas, inclusive em nossas viagens em solo nacional e internacional, momentos inesquecíveis de compartilhar olhares e percepções acerca das pesquisas em diferentes instituições.

Agradeço e nomino ainda aqueles que tornaram viável a pesquisa por meio do acesso aos documentos do município de Farroupilha.

Ao prefeito Claiton Gonçalves pela acolhida, interesse e apoio à pesquisa.

À Secretária de Educação Elaine Mareli Giuliani pela acolhida junto à Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

Aos funcionários responsáveis pelo Arquivo Geral da Prefeitura, André e Felipe, pela atenção e auxílio durante as inúmeras visitas ao Arquivo.

À Marcia Nóbile Finimundi e ao Daniel Crocoli pelo acesso aos documentos do Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

Aos servidores da Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, em especial, à Silvana Balbinot, que sempre me atendeu com encantamento, o qual compartilhamos, pela história de Farroupilha.

Aos funcionários Rose, Duilus, Sandra e Morgana que gentilmente prestaram todo o auxílio necessário para localização aos documentos na Câmara de Vereadores de Farroupilha.

Aos servidores Mirtes, Sheila e Vandr , da Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano, pela acolhida e a atenciosa disponibilização das fontes arquivadas nesse setor.

Aos servidores responsáveis pelo Instituto Histórico e Geográfico de Montenegro: Liziane Lopes e Willian.

Ao historiador Vinicius Pigozzi, funcionário público, por me auxiliar e apoiar na busca por documentos na Prefeitura Municipal de Farroupilha e no Museu Municipal Casa de Pedra.

  colega pesquisadora Fernanda Piletti por abrir o acervo escolar do Grupo Escolar da Vila Jansen.

Aos familiares de Rústico Gobatto por compartilharem os acervos da família: N dia Emer Grasseli, Paulo e Miriane Pancot.

Aos queridos colegas Eduardo Cristiano Hass, Gleison Olivo e Caroline Braga Michel por, em tempos de pandemia, solidariamente compartilharem fontes documentais de seus acervos.

Gratidão à banca examinadora, pela leitura, pelas contribuições e olhares no caminho de produção da tese.

  Kátia Maffei pela cuidadosa leitura e revisão do texto, momentos agradáveis de trabalho e convivência.

Por fim, estendo o agradecimento a todas aquelas pessoas que entrecruzaram minha vida durante o processo de escrita e me oportunizaram com elas aprender.

RESUMO

O objetivo do estudo é compreender as ações municipais em prol da Educação no município de Farroupilha/RS. O recorte temporal inicia em 1934 - ano da emancipação de Farroupilha -, por compreender que, a partir de então, surgem condições para a constituição de ações locais em prol da Educação, e estende-se até 1948, ano que o município recebeu do Departamento das Prefeituras Municipais um novo projeto de regulamento para o ensino primário municipal, reorganizando-o em distintas categorias: ensino primário fundamental e ensino supletivo, decorrências da Lei Orgânica do Ensino Primário (1946). Tal regulamento tem condições de emergência após o final do Estado Novo e a reabertura da Câmara de Vereadores. Os pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural e na História da Educação orientaram a análise, sobretudo com as contribuições de Burke (1992), Le Goff (1996), Candau (2016), Hall (2000), Chartier (2002) e Certeau (2014). Já para ancorar a compreensão do município pedagógico, contribui Magalhães (2006b, 2014a), Adão e Magalhães (2013; 2014) e Gonçalves Neto e Carvalho (2015). Alguns dos documentos mobilizados para compor o corpus empírico são correspondências, abaixo-assinados, jornais, entrevistas, leis, portarias, atos, decretos, fotografias e empenhos. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos e do corpus empírico mobilizado, elenquei categorias analíticas, tendo como fio condutor as ações municipais em prol da Educação, as quais foram a) transição da rede escolar, b) ações dos prefeitos municipais e c) investimento público em Educação. A partir da análise, emergiram desdobramentos que resultaram na narrativa que apresenta a reconfiguração das colônias em municípios, entre o final do século XIX e início do século XX, dentre eles Farroupilha. Devido à emancipação política, a administração municipal foi organizada, com novos espaços para abrigar os órgãos públicos, tais como a Prefeitura Municipal e a Delegacia de Polícia, na área central do município, onde constituiu-se o espaço urbano que foi paulatinamente racionalizado e normatizado em âmbito local. Farroupilha contava, nas décadas de 1930 e 1940, com opções de transporte, comunicação, energia elétrica, espaços de sociabilidade e atendimento em saúde. Além disso, era expressiva na exportação de produtos agrícolas, possuía indústrias e comércios estabelecidos. A população pôde ser brevemente caracterizada, em sua maioria, por brasileiros que sabiam ler e residiam em áreas rurais. Assim, Farroupilha recebeu uma rede escolar municipal previamente constituída por outros municípios, e coube a administração pública a realização de um processo de transição, passando a responsabilizar-se, entre outras ações, pela seleção, remuneração, formação e fiscalização dos professores. A rede escolar municipal era composta por aulas isoladas, predominantemente em áreas rurais, que funcionavam, geralmente, em prédios construídos ou cedidos pelas comunidades. Nesse processo, a análise da atuação dos prefeitos tornou-se significativa para compreender como eles efetivaram as ações municipais em prol da Educação. Em oito mandatos administrativos, houve alternâncias nas posturas e tempos de permanência, mas todos os sujeitos elencam a Educação como importante e se mobilizam de inúmeras formas para manter e ampliar escolas e níveis de ensino, articulando-se a agentes públicos, grupos e instituições. A municipalidade manteve a maioria dos alunos matriculados no ensino primário municipal e apoiou a abertura e funcionamento de escolas estaduais e confessionais. Para tanto, os investimentos públicos em Educação foram além do previsto nas leis de orçamento anuais. Assim, a tese é de que o município de Farroupilha assumiu um projeto educativo, que se desdobrou em ações efetivas, em articulação com as instâncias de governo estadual e federal, com os grupos locais e a Igreja Católica, para assegurar a oferta de escolarização e ampliar os níveis de ensino. Essas ações foram garantidas pelo protagonismo do município, em especial, dos prefeitos que elencaram a Educação como prioridade, que souberam fazer uso do espaço de autonomia e

despenderam o investimento dos recursos públicos necessários. em materiais escolares, móveis, materiais didáticos, prêmios, pagamento de aluguéis, realização dos exames finais, comemorações cívicas, contribuições de várias ordens, aquisição de terrenos, subvenções ao ensino confessional, convênios para oferta do ensino ginasial, bolsas de estudo, uniformes escolares, biblioteca pública e pagamento dos professores (efetivos, substitutos, auxiliares), além de outros profissionais, como a orientadora de ensino e o diretor da Instrução Pública. Assim, diante das evidências apresentadas, compreende-se Farroupilha, entre os anos de 1934 e 1948, como um município pedagógico.

Palavras-Chave: Município Pedagógico. Professores Municipais. Investimento em Educação. Instituições Escolares. Ensino Primário.

ABSTRACT

The aim of the study is to understand the municipal actions in favor of Education in the municipality of Farroupilha/RS. The time span initiates in 1934 – year of emancipation of Farroupilha -, as it is understood that, from that date on, conditions to constitute local actions in favor of Education emerge, and they go on until 1948, when the municipality received from the Department of Municipal Administrations a new Project of regulation for municipal primary teaching, reorganizing it in different categories: basic primary education and supplementary education, due to Organic Law of Primary Education (1946). This law presents emergency conditions after the end of *Estado Novo* and the reopening of the Chamber of Councilors. The theoretical-methodological assumptions of Cultural History and of History of Education guided the analysis, mainly by constructions of Burke (1992), Le Goff (1996), Candau (2016), Hall (2000), Chartier (2002) and Certeau (2014). Regarding the support of understanding the pedagogic municipality, Magalhães (2006b, 2014a), Adão y Magalhães (2013; 2014) and Gonçalves Neto, and Carvalho (2015) contribute. Some of the documents that were used to compose the empiric corpus are mailing, petitions, newspapers, interviews, laws, norms, acts, decreets, photographs and plights. From theoretical-methodological assumptions and from the empirical corpus used, I listed analytic categories, having as guiding principle the municipal actions in favor of Education, which were a) transition from school net, b) municipal majors' actions, and c) public investment in Education. From the analysis, some unfolds arose that resulted in the narrative that presents the reconfiguration of the colonies in municipalities, between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, among them, Farroupilha. Due to political emancipation, the municipal administration was organized with new spaces to shelter public bodies, such as the Municipal Mayor's Office and the Police Station, in the central area of the municipality, where the urban space that was gradually rationalized and standardized in local scope was constituted. In the 1930s and 1940s, Farroupilha had options for transportation, communication, electricity, spaces for sociability, and health care. In addition, it was expressive in the export of agricultural products, it had established industries and businesses. The population could be briefly characterized, mostly, by Brazilians who could read and lived in rural areas. Thus, it received a municipal school network previously constituted by other municipalities, and it was up to the public administration to carry out a transition process, taking responsibility, among other actions, for the selection, remuneration, training and supervision of teachers. The municipal school network was made up of isolated classrooms, predominantly in rural areas, which generally functioned in buildings built or donated by the communities. In this process, the analysis of the mayors' actions became significant to understand how they carried out municipal actions in favor of Education. In eight administrative mandates, there were alternations in positions and length of stay, but all subjects cite Education as important and mobilize in innumerable ways to maintain and expand schools and levels of education, articulating with public agents, groups and institutions. The municipality kept most of the students enrolled in municipal primary education and supported the opening and operation of state and confessional schools. Therefore, public investments in Education went beyond what was foreseen in the annual budget laws. So, the thesis is that the municipality of Farroupilha took on an educational project, which was unfolded in effective actions, in coordination with the state and federal government agencies, with local groups, and the Catholic Church, to ensure the supply of schooling and expand the levels of education. These actions were guaranteed by the leadership of the municipality, especially the mayors who made Education a priority, who knew how to make use of the autonomy space and applied the investment of the necessary public resources in school materials, furniture, teaching materials, awards, payment of rents,

completion of final exams, civic commemorations, contributions of various orders, acquisition of land, subsidies for professional education, agreements for the offer of secondary education (ginasial), scholarships, school uniforms, public library and payment to teachers (effective, substitutes, assistants), in addition to other professionals, such as the teaching counselor and the director of Public Instruction. Thus, given the evidence presented, Farroupilha is understood, between the years of 1934 and 1948, as a pedagogical municipality.

Key words: Pedagogical Municipality. Municipal Teachers. Investment in Education. School Institutions. Primary Education.

RESUMEN

El objetivo del estudio es comprender las acciones municipales en pro de la Educación en el municipio de Farroupilha/RS. El recorte temporal inicia en 1934 - año de la emancipación de Farroupilha -, por comprender que, a partir de entonces, surgen condiciones para la constitución de acciones locales en pro de la Educación, y se extiende hasta 1948, año en que el municipio recibió del Departamento de las Alcaldías Municipales un nuevo proyecto de reglamento para la enseñanza primaria municipal, reorganizándola en distintas categorías: enseñanza primaria fundamental y enseñanza supletiva, a raíz de la Ley Orgánica de la Enseñanza Primaria (1946). Tal reglamento tiene condiciones de emergencia tras el fin del *Estado Novo* y de la reapertura de la Cámara de Ediles. Las presunciones teórico-metodológicas de la Historia Cultural y de la Historia de la Educación orientaron el análisis, ante todo con las contribuciones de Burke (1992), Le Goff (1996), Candau (2016), Hall (2000), Chartier (2002) y Certeau (2014). En cuanto a la sustentación de la comprensión del municipio pedagógico, contribuyen Magalhães (2006b, 2014a), Adão y Magalhães (2013; 2014) y Gonçalves Neto y Carvalho (2015). Algunos de los documentos movilizados para componer el corpus empírico son correspondencias, peticiones, periódicos, entrevistas, leyes, normas, actos, decretos, fotografías y compromisos. A partir de las presunciones teórico-metodológicas y del corpus empírico movilizado, listé categorías analíticas, teniendo como hilo conductor las acciones municipales en pro de la Educación, que fueron a) transición de la red escolar, b) acciones de los alcaldes municipales e c) inversión pública en Educación. A partir del análisis, surgieron desdoblamientos que resultaron en la narrativa que presenta la reconfiguración de las colonias en municipios, entre el final del siglo XIX e inicio del siglo XX, entre ellos, Farroupilha. Debido a la emancipación política, la administración municipal fue organizada con nuevos espacios para abrigar a los órganos públicos, tales como la Alcaldía Municipal y la Comisaría, en el área central del municipio, donde se constituye el espacio urbano que fue paulatinamente racionalizado y normatizado en ámbito local. Farroupilha contaba, en las décadas de 1930 y 1940, con opciones de transporte, comunicación, energía eléctrica, espacios de sociabilidad y atención en salud. Además, era expresiva en la exportación de productos agrícolas, tenía industrias y comercios establecidos. La población pudo ser brevemente caracterizada, en su mayoría, por brasileños que sabían leer y residían en áreas rurales. Así, Farroupilha recibió una red escolar municipal previamente constituida por otros municipios, y cupo a la administración pública la realización de un proceso de transición, pasando a responsabilizarse, entre otras acciones, por la selección, remuneración, formación y fiscalización de los profesores. La red escolar municipal era compuesta por salones de clase aislados, predominantemente en áreas rurales, que funcionaban, generalmente, en edificios construidos o cedidos por las comunidades. En ese proceso, el análisis de la actuación de los alcaldes se volvió significativo para comprender como efectivaron las acciones municipales en pro de la Educación. En ocho mandatos administrativos, hubo alternancias en las posturas y tiempos de permanencia, pero todos los sujetos citan la Educación como importante y se movilizan de innumerables maneras para mantener y ampliar escuelas y niveles de enseñanza, articulándose a agentes públicos, grupos e instituciones. La municipalidad mantuvo a la mayoría de los alumnos matriculados en la enseñanza primaria municipal y apoyó la apertura y funcionamiento de escuelas del estado y confesionales. Para tanto, las inversiones públicas en Educación fueron más allá de lo previsto en las leyes presupuestales anuales. De esta forma, la tesis es que el municipio de Farroupilha asumió un proyecto educativo, que se desdobló en acciones efectivas, en articulación con las instancias de gobierno del estado y federal, con los grupos locales y la Iglesia Católica, para asegurar la oferta de escolarización y ampliar los niveles de enseñanza. Estas acciones fueron garantizadas por el protagonismo del municipio, en especial, de los

alcaldes que pusieron a la Educación como prioridad, que supieron hacer uso del espacio de autonomía y aplicaron la inversión de los recursos públicos necesarios en materiales escolares, muebles, materiales didácticos, premios, pago de alquileres, realización de exámenes finales, conmemoraciones cívicas, contribuciones de varios órdenes, adquisición de terrenos, subvenciones a la enseñanza profesional, convenios para oferta de la enseñanza secundaria (ginasial), becas de estudios, uniformes escolares, biblioteca pública y pago a los profesores (efectivos, sustitutos, auxiliares), además de otros profesionales, como la orientadora de enseñanza y el director de la Instrucción Pública. Así, ante las evidencias presentadas, se comprende a Farroupilha, entre los años de 1934 y 1948, como un municipio pedagógico.

Palabras clave: Municipio Pedagógico. Profesores Municipales. Inversión en Educación. Instituciones Escolares. Enseñanza Primaria.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Edifício Merlin, Casa dos Presentes (1984).....	25
Figura 2 - Categorias de análise e desdobramentos.....	45
Figura 3 - Veraneio Blauth [19--].....	61
Figura 4 - Prédio da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1935).....	75
Figura 5 - Organograma das seções da administração municipal (1939)	76
Figura 6 - Inauguração da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1939).....	78
Figura 7 - Praça da Bandeira [193-].....	80
Figura 8 - Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus [194?]	81
Figura 9 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1943).....	83
Figura 10 - Grupo Escolar Farroupilha (1938).....	84
Figura 11 - Vista área de Farroupilha/RS [194-].....	87
Figura 12 - Carnaval no Esporte Clube Vicentino (1939)	90
Figura 13 - Carnaval de rua em Farroupilha (1916)	91
Figura 14 - Lago do Santa Rita (1939)	92
Figura 15 - Alimentação em Farroupilha (1942).....	97
Figura 16 - Vista área de Farroupilha [193-].....	102
Figura 17 - Vista área de Farroupilha [194-].....	102
Figura 18 - Professoras municipais de Caxias (1932)	129
Figura 19 - Professoras municipais de Farroupilha (1939).....	130
Figura 20 - Aula da Linha 47 [19--].....	140
Figura 21 - Requerimento de inscrição para o curso de professores municipais (1944) ...	145
Figura 22 - Curso de aperfeiçoamento para professores municipais (1943).....	147
Figura 23 - Entrega de mérito escolar do ensino primário (1946).....	152
Figura 24 - Pedido de exoneração Jorge Wartha (1937).....	179
Figura 25 - Fachada para escolas municipais (1915).....	192
Figura 26 - Prédio Escolar Euclides da Cunha [19--].....	195
Figura 27 - Prédio Escolar Alceu Wamosi [190--].....	196
Figura 28 - Planta baixa de Prédios escolares [194?]	197
Figura 29 - Aula da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele [19--].....	198
Figura 30 - Dramatização 7 de Setembro (1943).....	199
Figura 31 - Atividade de ginástica, aula da professora Rachel C. Silvestrin Chiele [19--]	200

Figura 32 - Inauguração do Grupo Escolar Farroupilha (1938).....	223
Figura 33 - Abaixo-assinado Travessão São José (1940)	226
Figura 34 - Gabinete médico-dentário Grupo Escolar Farroupilha (1942).....	249
Figura 35 - Carta de Getúlio da Silveira, aluno do CNSL para Prefeitura Municipal de Farroupilha (1942)	267
Figura 36 - Escola Ferroviária Tiradentes [19--].....	273
Figura 37 - Sala de aula, Linha Sertorina [19--].....	275
Figura 38 - Contribuições para a Campanha do Alumínio (1942)	284
Figura 39 - Correspondência de Paulo Broilo para a PMF (1942).....	287
Figura 40 - Formulário da Campanha do Tostão (1943)	290
Figura 41 - Telegrama da Cruzada Nacional de Educação (1943).....	292
Figura 42 - Propaganda do Ginásio Municipal São Tiago (1947).....	303
Figura 43 - Prédio do Colégio São Tiago (1947)	304
Figura 44 - Uniformes escolares (1946).....	305
Figura 45 - Alunos da aula 24, uniformizados (1948)	307
Figura 46 - Professora Alice Gasperin com alunos na Linha Sertorina [19--].....	308
Figura 47 – Solicitação de matrícula gratuita no Ginásio Municipal São Tiago (1948) ...	312
Figura 48 - Informação de matrícula concedida ao Ginásio Municipal São Tiago (1948)	313
Figura 49 - Solicitações por escolas rurais (1948).....	316
Figura 50 - Empenho pago à professora Angela Favero Menta (1935).....	334
Figura 51 - Pagamentos de viagens com comissões examinadoras (1935)	337
Figura 52 - Diploma concedido pela Prefeitura Municipal de Farroupilha (1939)	350
Figura 53 - Nota de compra de material escolar (1939)	351
Figura 54 - Nota fiscal prêmios escolares (1939).....	356
Figura 55 - Semana da Pátria (1940)	360
Figura 56 - Semana da Pátria (1941)	367
Figura 57 - Empenho de gratificação pró-labore (1942).....	371
Figura 58 - Nota fiscal de compra de material escolar (1942)	372
Figura 59 - Caderneta de trabalho professora Izena Gobbato (1943 - 1946).....	380
Figura 60 - Caderneta de trabalho, registros de assentamento (1943 - 1946).....	381
Figura 61 - Empenhos da folha de pagamento de professores (1945).....	393
Figura 62 - Cabeçalho do Livro de Chamada aula nº 25 (1938)	418
Figura 63 - Convenções para preenchimento de livro de chamada (1942).....	419

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologias documentais dos acervos municipais de Farroupilha	34
Quadro 2 - Periódicos consultados para pesquisa.....	37
Quadro 3 - Entrevistas localizadas durante a pesquisa	42
Quadro 4 - Incorporações e desanexações de distritos do município Caxias (1890-1934) .	52
Quadro 5 - Vilas e povoados dos distritos de Farroupilha (1941).....	69
Quadro 6 - Prefeitos de Farroupilha/RS (1934 - 1951).....	71
Quadro 7 - Clubes de futebol (1941)	88
Quadro 8 - Moinhos de trigo - Farroupilha (1943).....	96
Quadro 9 - Relação dos professores e professoras subvencionadas pelo Estado e das estipendiadas pelo município de Farroupilha (1934).....	127
Quadro 10 - Professores municipais (1935-1948)	137
Quadro 11 - Critério para distribuição de prêmios (1935)	151
Quadro 12 - Orientadoras de ensino do município de Farroupilha (1943-1948)	154
Quadro 13 - Comunicados das orientadoras de ensino, Farroupilha (1946-1948).....	160
Quadro 14 - Aulas municipais a partir dos registros de inspeção (1934)	183
Quadro 15 - Instituições escolares municipais de Farroupilha (1935-1948)	188
Quadro 16 - Grupos escolares e aulas isoladas estaduais criadas/inauguradas (1937-1940)	216
Quadro 17 - Empenhos pagos pela Prefeitura de Farroupilha para realização da Semana Ruralista (1939)	230
Quadro 18 - Denominações das aulas municipais (1941).....	269
Quadro 19 - Especificações sobre uniformes escolares (1946).....	306
Quadro 20 - Alunos com matrícula gratuita no Ginásio Municipal São Tiago (1948).....	314
Quadro 21 - Instituições escolares em Farroupilha (1948)	316
Quadro 22 - Cursos supletivos em funcionamento e possibilidades de novos cursos (1948)	318
Quadro 23- Programa da Semana da Pátria no interior (1941)	366
Quadro 24 - Investimentos em uniformes escolares (1942).....	374
Quadro 25 - Aquisição de materiais escolares (1943)	378
Quadro 26 - Aquisição de materiais escolares (1944)	388
Quadro 27 - Quantidade de professores remunerados e valores (1946)	398
Quadro 28 - Aquisição de material didático (1945)	399

Quadro 29 - Aquisição de materiais escolares (1948)	407
Quadro 30 - Livro de Matrícula da aula nº 25 (1939-1948).....	416
Quadro 31 - Informação sobre pais e mães de alunos no livro de chamada da aula nº 25 (1939, 1943 e 1948).....	417
Quadro 32 - Livros adquiridos (1939-1948)	423
Quadro 33 - Cronograma de exames, 3º distrito de Farroupilha (1941).....	425
Quadro 34 - Programação dos exames finais (1943).....	426
Quadro 35 - Exemplos de remunerações de professores estaduais (1939, 1945).....	432

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Atividade principal da população de Farroupilha (1940).....	94
Tabela 2 - Culturas agrícolas em Farroupilha (1944)	96
Tabela 3 - População (entre 1936 -1950).....	98
Tabela 4 - Dados do recenseamento (1940)	99
Tabela 5 - População presente nos municípios e distritos (1950)	100
Tabela 6 - Atendimento escolar em Caxias (1898-1937).....	120
Tabela 7 - Matrícula e frequência em Caxias (1925-1927).....	121
Tabela 8 - Matrículas em Montenegro (1910-1913).....	124
Tabela 9 - Unidades escolares e alunos da 4ª Região (1940).....	237
Tabela 10 - Percentual de atendimento escolar (1940).....	238
Tabela 11 - Atendimentos no Gabinete Dentário Grupo Escolar Farroupilha (1941).....	251
Tabela 12 - Previsão de investimento para a Instrução Pública (1935-1948).....	325
Tabela 13 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1935)	326
Tabela 14 - Pagamentos de professores municipais (1935)	327
Tabela 15 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1936)	336
Tabela 16 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1937)	341
Tabela 17 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1938)	343
Tabela 18 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1939)	348
Tabela 19 - Lei de orçamento municipal para a Educação Pública (exercício 1940).....	355
Tabela 20 - Lei de orçamento municipal para a Educação (exercício 1941)	362
Tabela 21 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1942)	370
Tabela 22 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1943)	377
Tabela 23 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1944)	384
Tabela 24 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1945)	391
Tabela 25 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1946)	396
Tabela 26 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1947)	402
Tabela 27 - Lei de orçamento municipal para a Educação (exercício 1948)	405
Tabela 28 - Previsão orçamentária para a Instrução Pública, Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância e Despesas eventuais (1934-1948).....	410
Tabela 29 - Remuneração salarial professores (1934-1948).....	429
Tabela 30 - Remuneração dos professores municipais, Farroupilha e Caxias (1945-1947)	433

Tabela 31 - Salários mensais setor público municipal - Farroupilha (1935-1948).....	435
Tabela 32 - Investimento previsto e realizado em Instrução Pública (1935-1948)	439

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Percentual de matrículas em Caxias por tipologia de instituição escolar (1925)	121
Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores municipais de Farroupilha (1935-1948)..	139
Gráfico 3 - Percentual de alunos em instituições escolares, por tipologia, em Farroupilha (1941)	272
Gráfico 4 - Número de alunos em cada escola municipal (1941)	274
Gráfico 5 - Matrículas de alunos em escolas municipais (1939-1948).....	317
Gráfico 6 - Gráfico dos investimentos previstos de Farroupilha (1935-1948).....	438

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Primeiras Colônias e Desmembramentos	54
Mapa 2 - Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1926)	59
Mapa 3 - Distritos do município de Farroupilha/RS (1959)	68
Mapa 4 - Localização das professoras municipais, Farroupilha (1938)	173

LISTA DE SIGLAS

AHMJSA	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
AHMEMK	Arquivo Histórico Maria Eunice Müller Kautzmann
AHMBG	Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves
AJCP	Arquivo do Jornal Correio do Povo
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APRPTMO	Arquivo Pessoal de Raul Pedro Tartarotti e Millo Ornaghi
CMVF	Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha
CPOE/RS	Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul
CER/AGPMF	Correspondências emitidas e recebidas – Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha.
DPM	Departamento das Prefeituras Municipais
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GEF	Grupo Escolar Farroupilha
GESM	Grupo Escolar São Marcos
GEVJ	Grupo Escolar Vila Jansen
GEC	Grupo Escolar Cajuru
DEPN	Departamento de Educação Primária e Normal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMHC	Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul
INEP	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
IPCA-E	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial
IPC	Índice de Preços ao consumidor
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDN	Liga de Defesa Nacional
NEPHE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação
PRL	Partido Republicano Liberal
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
RCI	Região Colonial Italiana
RS	Rio Grande do Sul
SGEH	Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano

SESP/RS	Secretária dos Negócios da Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul
SMEF	Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha
SP	São Paulo

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: VOOS E OUSADIAS	23
1.1 ITINERÁRIO DE PESQUISA: UMA TAREFA QUE SUPÕE VÁRIOS CAMINHOS	29
1.2 PERCURSO METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO HISTÓRICO-EDUCACIONAL.....	32
2 O MUNICÍPIO NA EDUCAÇÃO	48
2.1 A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO: DE COLÔNIAS A MUNICÍPIOS	49
2.2 RUMORES DA EMANCIPAÇÃO	62
2.3 FARROUPILHA: “UMA CÉLULA VIVA QUE CONGREGADA NO CONCERTO HARMÔNICO DAS COMUNAS DO RIO GRANDE, PROGRIDE, AVANÇA E PRODUZ”	73
3 FARROUPILHA: A TRANSIÇÃO DE UMA REDE ESCOLAR	104
3.1 ENTRELAÇAMENTOS: ENTRE O LOCAL, O REGIONAL, O NACIONAL E O GLOBAL.....	105
3.2 ESCOLARIZAÇÃO DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA: HERANÇA EDUCACIONAL PARA FARROUPILHA	116
3.3 DE PROFESSORES MUNICIPAIS EM CAXIAS, BENTO GONÇALVES E MONTENEGRO PARA PROFESSORES MUNICIPAIS DE FARROUPILHA.....	126
3.4 PROFESSORES MUNICIPAIS, COMUNIDADES E CONDIÇÕES DE TRABALHO	162
3.4.1 As escolas municipais entre o lá e o cá.....	183
4 A CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO PEDAGÓGICO	203
4. 1 AS AÇÕES MUNICIPAIS: ARMANDO ANTONELLO.....	204
4.2 MOLDANDO O ENSINO MUNICIPAL: EUDORO LUCAS DE OLIVEIRA	212
4.3. FISCALIZANDO PESSOALMENTE AS ESCOLAS: TENENTE JANUÁRIO DUTRA	235
4.4 ESPECIAIS CUIDADOS E MÁXIMA DEDICAÇÃO COM A EDUCAÇÃO: NELSON T. SCHNEIDER	239

4.5 CONSTITUIÇÃO DO ENSINO NOTURNO: ANTONIO PEDROSO PINTO	285
4.6 REORGANIZAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS PROFESSORES: RAUL CAUDURO	296
4.7 MUNICIPALIZAÇÃO DO GINÁSIO SÃO TIAGO: ALBERTO OLMIRO FARINON.....	302
4.8 IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO GINASIAL: JOSÉ BAUMGARTNER	309
5 ORÇAMENTO PARA A EDUCAÇÃO: UM INVESTIMENTO INTEGRADO E INTEGRADOR.....	324
5.1 PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS: ENTRE O ORÇADO E O EFETIVADO	325
5.2 SÍNTESE LONGITUDINAL DA ANÁLISE: UMA LEITURA DO PASSADO	409
6 O POUSO PARA REGISTRO DOS VOOS, DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS....	444
REFERÊNCIAS.....	455
APÊNDICE A – PRODUÇÕES LOCALIZADOS NO REPOSITÓRIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.....	478
APÊNDICE B – DOCUMENTOS LOCALIZADOS EM ARQUIVOS DE PORTO ALEGRE/RS	479
APÊNDICE C – LEVANTAMENTO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS (1935-1948)	480
APÊNDICE D – PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO (1941).....	495
APÊNDICE E – DETALHAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL (1935-1948).....	499
ANEXO A – PLANTA GERAL DA EX-COLÔNIA CAXIAS (1885).....	502
ANEXO B – PLANTA GERAL DA EX-COLÔNIA CONDE D’EU, DONA ISABEL E ALFREDO CHAVES (1885)	503

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS: VOOS E OUSADIAS

“É sempre difícil concluir. [...] Há, por um lado, a tentação de estabelecer “marcos”, de sobrevalorizar os “achados”. Por outro, a insegurança da provisoriedade, do inacabado, mete-nos medo e dificulta enormemente os voos e as ousadias.”

(FARIA FILHO, 2014, p. 273)

Foi assim, inspirada nas escritas de Faria Filho (2014), que encerrei em 2016 a narrativa que compôs a dissertação de mestrado intitulada *Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: Histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)*. Naquele momento, o sentimento traduzia-se em tão somente vontade de continuar. Assim compartilho da ideia, expressa na epígrafe, de que “é sempre difícil concluir”.

Essa vontade de continuar nada teve a ver com a intenção de estabelecer “marcos” ou sobrevalorizar “achados”, mas sim de prosseguir no movimento de pesquisa, desejo aguçado a partir da narrativa já realizada e das inquietações do caminho, durante a pesquisa do mestrado. Assim, mesmo ciente da “provisoriidade” do já narrado não chegou a meter-me medo e tampouco dificultou outros “voos” e “ousadias”. Ao contrário, instigou-me a seguir, e aqui compartilho as motivações para a pesquisa, motivações essas que constituíram condições e possibilidades para a escrita desta tese de doutorado.

Para uma melhor uma melhor compreensão, aponto breves aspectos acerca da pesquisa realizada durante o mestrado. Como já citado, a escolha foi pesquisar o processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, entre os anos de 1922 e 1954, e assim analisar as culturas escolares com ênfase nos sujeitos e práticas no ensino primário. O recorte temporal privilegiou inicialmente a mudança de prédio ocorrida em 1922 e encerrou-se em 1954, quando da autorização de funcionamento do curso ginásial feminino. (BELUSSO, 2016).

O Colégio foi aberto no ano de 1917, em um local chamado, na época, de Nova Vicenza, vila do município de Caxias. A instituição privada e confessional atendeu inicialmente o ensino primário, sob a responsabilidade das Irmãs da Congregação de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, e, atualmente, segue prestando serviços à comunidade farroupilhense com a educação infantil, etapa pré-escola, ensino fundamental e médio.

Para aproximar-me do objeto de estudo escolhido para a dissertação, naquele momento, foi imprescindível contextualizar duas questões: a) A constituição da Congregação

das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, sua vinda para o Brasil e posteriormente para o Rio Grande do Sul e b) O município em que foi instalada a instituição escolar, ou seja, Farroupilha, Rio Grande do Sul, Brasil. Foi então que, ao me debruçar às questões pertinentes ao território que compôs o município de Farroupilha, os questionamentos emergiram, concretizando-se, assim, então na tese de que o município de Farroupilha assumiu um projeto educativo, que se desdobrou em ações efetivas, em articulação com as instâncias de governo estadual e federal, com os grupos locais e a Igreja Católica, para assegurar a oferta de escolarização e ampliar os níveis de ensino. Essas ações foram garantidas pelo protagonismo do município, em especial, dos prefeitos que elencaram a Educação como prioridade, que souberam fazer uso do espaço de autonomia e despenderam o investimento dos recursos públicos necessários, em materiais escolares, móveis, materiais didáticos, prêmios, pagamento de aluguéis, realização dos exames finais, comemorações cívicas, contribuições de várias ordens, aquisição de terrenos, subvenções ao ensino confessional, convênios para oferta do ensino ginásial, bolsas de estudo, uniformes escolares, biblioteca pública e pagamento dos professores (efetivos, substitutos, auxiliares), além de outros profissionais, como a orientadora de ensino e o diretor da Instrução Pública. Assim, diante das evidências apresentadas, compreende-se Farroupilha, entre os anos de 1934 e 1948, como um município pedagógico.

Minha relação com esse município iniciou como turista em férias na época da meninice, em que minha alegria era poder ir - caminhando e sozinha - da casa do meu bisavô, localizada ao lado da Igreja Matriz, até a Casa dos Presentes, uma loja que vendia de tudo um pouco, inclusive brinquedos! O prédio Merlin, por si só, era uma atração, uma construção de esquina muito charmosa, com dois andares, imagem que compartilho a seguir.

Figura 1 - Edifício Merlin, Casa dos Presentes (1984)



Fonte: Bertholdo (1984).

Tratava-se de uma conquista imensurável para uma menina que morava em Curitiba e não podia sair à rua sozinha de modo algum, portanto, aquelas duas quadras percorridas eram uma alegria. Com o intuito de traduzir um pouco do meu encantamento de menina por Farroupilha e pelos meus passeios à Casa dos Presentes, faço uso de um poema.

*Um mundo feito de fadas, um reino
Onde o faz de conta ilumina os olhos
Das crianças desejosas de um brinquedo
De boneca ou de um carrinho de corda...*

*Aqui a fantasia faz-se objetiva
E das prateleiras os convites tentam encher
O pacote de presente para o aniversário
Ou outra data que o amor inventa sempre*

*Que bom, a cidade tem o alcance
Uma casa de presentes para marcar
De surpresas as datas do amor e tempo
Nesta esquina mágica há uma ciranda
De desejos que as vitrines mostram.
Sim a vida é um brinquedo que acalenta!*

O poema foi escrito pelo padre Oscar Bertholdo (1984, p. 149) e retrata com sensibilidade a Casa dos Presentes, nesta cidade em que, para mim, todo mundo era italiano, um pouco diferente de Curitiba, onde eu residia naquele período. Lá, o lugar dos italianos, na minha percepção de infância, era Santa Felicidade, um bairro onde moravam muitos

descendentes de italianos, e em Farroupilha não tinha lugar. Era a cidade toda, aquele lugar era de italianos.

Passados alguns anos, tornei-me moradora, a partir de 1994, quando ainda era estudante. Por isso, passei a frequentar as escolas farroupilhenses. Inicialmente, na oitava série do ensino fundamental no Colégio Estadual Farroupilha e, a seguir, no ensino médio, no Instituto de Educação Cenecista Angelo Antonello, em que cursei a habilitação de Técnico em Contabilidade.

Aquele não era meu desejo, meus pensamentos andavam lá pelas turmas do magistério, porém essas eram somente diurnas, no período da tarde, e eu trabalhava o dia todo. O desejo foi adiado, mas não esquecido, pois em 2001 ingressei no curso de Pedagogia. Em 2002, comecei a trabalhar nas “irmãs”, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, que era, e é ainda, a única escola confessional de Farroupilha, privada e reconhecida pela comunidade pela qualidade dos serviços prestados. Ao trabalhar nessa e em outras instituições públicas e privadas, atuando na docência, coordenação e gestão, foi possível ampliar a perspectiva sobre a Educação. De certa forma, foi esse movimento que me inquietou e me impulsionou para a pós-graduação e para o que atualmente constitui meu objeto de pesquisa.

Minha aproximação com o campo da História da Educação ocorreu no Mestrado, a partir do ano de 2014, ainda como aluna não regular no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul. Foi a partir de então que me apropriei dos pressupostos da História Cultural e desloquei meu olhar para a Educação, em especial às instituições escolares, pelo viés das culturas escolares. (VIÑAO FRAGO, 1995). Nesse sentido, pude ressignificar o olhar para a escola, seu interior, suas práticas e permanências, percebendo, ao mesmo tempo, a sua relação com o entorno em suas múltiplas dimensões e os consequentes atravessamentos às culturas escolares institucionais.

Situo minha relação com o objeto de pesquisa por compreender que o pesquisador é sujeito implicado no processo, por fazer escolhas, delimitações, recortes e construir um *corpus* empírico com valorizações e silenciamentos. Por consequência, a narrativa está “[...] longe de se contentar em extrair o passado das fontes, o historiador infunde na sua obra conteúdos afetivos, intelectuais e ideológicos.” (BOURDÉ; MARTIN, 1990, p. 199). Ou seja, constitui uma narrativa permeada de subjetividades. Luchese (2014b, p. 149) afirma que “[...] estamos imbricados nas escolhas que fazemos e assumi-las parece ser um caminho”. Dessa forma, entendo que compartilhar alguns aspectos da minha trajetória permitem compreender de onde olho, ou melhor, de onde narro, meu lugar social como pesquisadora.

A partir do itinerário apresentado de vida pessoal e profissional, mas, em especial, de pesquisa em Farroupilha, passo a questionar: Quais foram as decorrências da emancipação política de Farroupilha na Educação? A partir de então, Farroupilha assumiu um projeto educacional? Como foram organizadas as instituições escolares que já existiam no território e antes pertenciam aos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro? Foram extintas as instituições? Foram abertas outras instituições municipais de ensino destinadas ao ensino primário? Foram elaborados regulamentos e normativas municipais a partir de então? Quanto da verba municipal foi destinada para a Educação? Como os prefeitos apropriaram-se da administração, em especial, no tocante à Educação? Existiram parcerias entre comunidades de áreas rurais e poder público municipal na construção de novos prédios escolares? Quem foram os professores municipais? Houve parcerias entre o público e o privado na oferta de vagas? Enfim, inúmeras questões, as quais não eram foco da dissertação, passam a instigar a proposta de tese a seguir.

Diante disso, a tese aqui apresentada, teve por objetivo responder ao seguinte problema: Considerando o processo de emancipação política de Farroupilha, quais foram as ações municipais em prol da Educação entre os anos de 1934 e 1948?

O recorte temporal inicia em 1934 - ano da emancipação de Farroupilha -, por compreender que, a partir de então, surgem condições para constituição de ações locais em prol da Educação, e estende-se até 1948, porque foi nesse ano que o município recebeu do Departamento das Prefeituras Municipais um novo projeto de regulamento para o ensino primário municipal, reorganizando-o em distintas categorias: ensino primário fundamental e ensino supletivo, decorrências da Lei Orgânica do Ensino Primário (1946). Tal regulamento tem condições de emergência após o final do Estado Novo e a reabertura da Câmara de Vereadores.

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é compreender as ações municipais em prol da Educação em Farroupilha/RS. Para tanto, faz-se necessário contextualizar o território, seus aspectos culturais, políticos e econômicos, compondo, assim o primeiro objetivo específico.

A partir de então, ao atentar para o local, apresentam-se os processos de escolarização, anteriores ao processo de emancipação política de Farroupilha. A Região Colonial Italiana com a chegada dos imigrantes, foi constituindo diversas formas de oferta de escolarização que precisam ser consideradas; dessa forma foi composto o segundo objetivo específico. O terceiro objetivo compreende as decorrências da emancipação política do município na Educação, investiga as ações municipais atinentes aos professores municipais de Farroupilha

e apresenta as instituições escolares municipais. Para a seguir, analisar-se as ações municipais tendo com fio condutor os prefeitos, o que constitui o quarto objetivo específico.

Por fim, perscruta-se os investimentos públicos na Educação - quais foram, como se efetivaram, em que, com que verbas - em que as leis de orçamento e os empenhos de pagamento deram o tom e a nuance entre o previsto e o efetivado, sendo este o quinto e último objetivo específico.

A pesquisa tem sua relevância em virtude de os estudos até então realizados acerca do município de Farroupilha, no campo da História da Educação, terem ampliado os conhecimentos no que se refere à história de instituições escolares. (FERNANDES, 2015; BELUSSO, 2016; SANTOS, 2018; PILETTI, 2018). Portanto, não foi ainda realizado um estudo com um olhar mais amplo na perspectiva das ações da municipalidade em prol da Educação. Tais estudos, conforme Gonçalves Neto e Carvalho (2015, p. 9-10), até trinta anos atrás eram raros e, quando existentes, tinham por enfoque “[...] a apreciação da integração dessas iniciativas nos processos de organização da instrução conduzidos pelos diferentes estados, nas muitas reformas que foram tentadas nesse período”. Assim, a dimensão pedagógica do município não era contemplada, desconsiderando as iniciativas locais na criação de escolas, o estabelecimento de normas próprias para reger seu sistema, a formação do quadro docente, seja por concurso público ou por contratação, e um regime próprio de avaliação e acompanhamento. (GONÇALVES NETO; CARVALHO, 2015).

Ainda nessa direção, Gonçalves Neto (2015, p. 33-34) aponta que

[...] o estudo do município, na sua dimensão pedagógica e instrucional, contribuirá não só para o alargamento da compreensão do processo de formação do sistema brasileiro de ensino, mas poderá demonstrar a necessidade da mudança de ângulo de interpretação, estabelecendo o espaço municipal como cenário privilegiado para a investigação da história da educação brasileira.

Dessa forma, compreende-se que esta pesquisa contribui com a historiografia local dos municípios na Educação no tocante às ações municipais na difusão da Educação, no eixo das instituições escolares e na perspectiva da profissionalização docente. Também alarga a possibilidade de fontes documentais a serem utilizadas em pesquisas no campo da História da Educação. Além disso, contribui para a história da Educação gaúcha e nacional por estarem as ações municipais entrecruzadas por essas ingerências de várias formas e em distintos momentos.

1.1 ITINERÁRIO DE PESQUISA: UMA TAREFA QUE SUPÕE VÁRIOS CAMINHOS

“A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificador o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa que supõe vários caminhos[...].”

(CHARTIER, 2002, p. 16-17)

O itinerário escolhido possibilitou a tecitura de uma narrativa permeada pelos pressupostos da História Cultural, os quais oportunizam aos pesquisadores da História da Educação vislumbrar novos objetos de pesquisa nas últimas décadas. (BURKE, 1992; CHARTIER, 2002). Dentre eles, o processo histórico das instituições escolares, a história de vida de professores, a história das disciplinas escolares e a história dos impressos são apenas alguns exemplos para ilustrar a ampliação de possibilidades no campo de pesquisa da História da Educação. A tese ora proposta tem por enfoque a história dos municípios na Educação, colocando em perspectiva as ações municipais.

Começemos, pois, por qualificar esse itinerário ao pontuar que as representações do mundo social são compostas pelos grupos que as engendram, não sem interesses, e tensões. Portanto, perscrutar as ações municipais, sob esse viés teórico, pressupõe analisar as posições dos grupos, seus interesses, as disputas em voga, as relações de poder, as estratégias e táticas articuladas em prol de seus objetivos. (CHARTIER, 2002). Pois os indivíduos compartilham “[...] práticas, representações, crenças, lembranças, produzindo, assim, em determinada sociedade, aquilo que chamamos de cultura”. (CANDAU, 2016, p. 11).

Tais elementos, ao serem compartilhados, constroem representações (CHARTIER, 2002), memórias (LE GOFF, 1996; HALBWACHS, 2003) e identidades (HALL, 2000). Memórias essas que são a identidade em ação, identidades que vão se servindo, para elaborarem-se constantemente, de uma gama de escolhas acerca de diferentes representações que podem estar inscritas em ritos, crenças, saberes etc. Portanto, memória e identidade são conceitos indissociáveis. Dessa forma, incorporar os conceitos de memória e identidade nas análises acerca das representações pode refinar interpretações a respeito das representações assimiladas a elas.

Para tanto, é preciso ponderar a complexidade do âmbito local, ou seja, o município como território para análise, que aqui se refere à concepção de Magalhães (2006b) como um espaço delimitado, com relativa autonomia administrativa, com consequentes especificidades que conformam uma identidade. Nessa perspectiva, o município utilizou-se também da Educação enquanto oportunidade na construção da identidade constituindo um território

atravessado por políticas e especificidades regionais, estaduais, nacionais e até mesmo internacionais, que compõem um “jogo de escalas”, o qual será considerado na análise. (REVEL, 1998).

A Educação é entendida “[...] como processo multivetorial e continuado de (in)formação e de desenvolvimento da pessoa [a Educação] realiza-se por uma interação ‘consciente’ das questões humanas e sociais, num permanente equilíbrio ambiental” (MAGALHÃES, 2004, p. 15), processo imbricado cultural e socialmente.

A cultura, ou melhor, as culturas, nas suas dimensões simbólica, material, teórica, praxeológica, axiológica são a substantivação do desenvolvimento e da educação através de processos formativos e instrucionais. Projeto social, a educação é uma construção pessoal; é um processo centrado no sujeito e que tende a assumir a modalidade de projeto, cuja representação de futuro medeia entre uma idealização e a realidade educativa, na sua complexidade e atualidade. Constituindo em si uma atualização epistemológica estruturada nas relações sociais e de poder, integrando a própria teoria dessas mesmas relações e da sua mudança, em educação, a ação e a inovação tendem a sobrepor-se, coincidindo nos seus agentes, tempos, objetivos e resultados. O vocábulo educação alia, por um lado, o ato e o efeito de educar/educar-se e, por outro, a formalização/institucionalização de ações e processos, compreendendo agentes, meios, públicos. [...]. Assim educação/instituição traduz toda a panóplia de meios, estruturas, agentes, recursos, mas também de marcas socioculturais e civilizacionais que os estados e outras organizações mantêm em funcionamento para fins de permanência e mudança social. (MAGALHÃES, 2004, p.15).

Os municípios representam importante instância governamental na efetivação de um projeto educacional e suas ações serão aqui compreendidas como modos de fazer apropriados, criativos, inventivos. Os modos podem ser de “mil maneiras de fazer” e envolver estratégias e táticas, “O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar”. (CERTEAU, 2014, p. 87). Dessa forma, compreendo que as ações municipais, nas diferentes administrações, em alguma medida, foram apropriadas no cotidiano, pois “A municipalização não foi uma miniaturização do nacional, mas assumiu desenvolvimento próprio”. (MAGALHÃES, 2013a, p. 13). Os conceitos foram aqui apresentados de forma breve, pois serão desenvolvidos ao longo do estudo em relação às análises realizadas.

Aponto que Farroupilha não tem um estudo científico sobre a história do município, somente escritas de memorialistas como Tartarotti (2014), Gasperin (1989) e Gomes (2018), além de breves apontamentos de iniciativa do poder público municipal, que resultaram na publicação *Farroupilha de ontem e hoje: subsídios*, de autoria de Ivo Montegutti, Miriam Teresa Giacomel e Simone Ana Dall’Osbel, no ano de 1993, e a iniciativa do Sindilojas com

a publicação *Lembranças que resistem ao tempo*, de autoria de Adriana Lins, no ano de 2013, a qual trata da evolução do comércio no município.

No tocante ainda a localidades específicas, a Linha Palmeiro motivou a pesquisa e a escrita de uma obra realizada pelo professor Ermínio Dall’Agnol Decó, nascido nesse local em 1932. O resultado da pesquisa foi a publicação da obra *Linha Palmeiro: microrregião de colonização italiana, Bento Gonçalves e Farroupilha – RS*, no ano de 1994. Da mesma forma, a autora Ivone Vendrúsculo coloca em perspectiva a comunidade de Caravaggio na obra *Caravaggio, cinquenta anos de trabalho e fé*, publicada no ano de 2015.

Com relação a estudos sobre temas pontuais, a monografia de especialização em História de Trentin (2002) analisou o processo de emancipação de Farroupilha, já a tese de doutorado de Luiz Ernesto Brambatti (2005), intitulada *Racionalização, cultura e turismo em meio rural na serra gaúcha*, ao buscar as origens do turismo que se estabeleceu em virtude do trem, tratou do Veraneio Blauth & Haupt e da história desse local, o qual faz parte atualmente do município de Farroupilha.

Destaco, ainda, o trabalho acadêmico escrito durante a realização da disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História II, sob responsabilidade da professora Loraine Slomp Giron, na Universidade de Caxias do Sul, no ano de 1999, pelos acadêmicos Miguel Angelo de Souza e Anabel Terezinha Madalosso Chieli. O trabalho intitulado *À sombra da Cruz* versa sobre o Monsenhor Tiago Bombardelli, pároco no município de Farroupilha, junto à Igreja Matriz, atuando por 45 anos, de maneira ininterrupta.

Além disso, por apresentar um panorama regional que em diversos momentos se entrelaça às administrações municipais, um estudo de referência na área é a tese de doutoramento de Terciane Ângela Luchese: *O processo escolar entre imigrantes da Região Colonial Italiana do RS, 1875 a 1930: Leggere, scrivere e calcolare per essere alcuno nella vita*. Ao abordar os processos de escolarização dos imigrantes italianos, surgem questões como as subvenções, as solicitações de abertura de escolas públicas, a organização de tempos e espaços, as prescrições e negociações para e com os professores, bem como a inspeção das escolas que atendiam esse público. (LUCHESE, 2015).

Em um recorte mais pontual, no Rio Grande do Sul, Alessandro de Carvalho Bica, na tese *A organização da Educação Pública Municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS¹*, explicitou o processo de estabelecimento da política educacional na gestão específica de Carlos Cavalcanti

¹ Publicada em livro no ano de 2020, sob o título *História da Organização Educacional de Bagé (1925-1929)*.

Mangabeira. Para o pesquisador, tal administração “[...] representou o continuísmo republicano e a hegemonia política na cidade, bem como, a instituição de um projeto de expansão educacional e da consolidação de uma política educacional para a Organização e a Estruturação da Instrução Pública Primária”. (BICA, 2013, p. 10).

Já Carvalho (2017, p. 12), compôs a narrativa *Organização da Instrução Pública em Uberaba-MG no contexto da República Velha (1895-1917)*, em que afirma que, nesse município, pôde ser observada uma “[...] mobilização educativa: um envolvimento do município para com os assuntos relativos à instrução”. Ele chama para si a responsabilidade da organização da escolarização municipal, o que contrasta com as inúmeras carências educacionais nas escolas isoladas e na realidade local.

Ainda tendo como recorte local um município no Rio Grande do Sul, José Edimar de Souza produziu a tese *As escolas isoladas: práticas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952)*. A pesquisa atenta para Lomba Grande, área rural do município de Novo Hamburgo, e apresentou o processo histórico de institucionalização das escolas isoladas com ênfase na análise das culturas escolares e, assim como Luchese (2015), tem em sua tese atravessamentos com a administração municipal. (SOUZA, 2015).

O repositório da Universidade de Lisboa também disponibiliza diversas produções de artigos, livros e capítulos de livros os quais versam sobre o município, na História da Educação, de autoria de Justino Magalhães, Áurea Adão e Wenceslau Gonçalves Neto. As publicações são apresentadas no Apêndice A.

Concluindo, percebe-se que não temos ainda na serra gaúcha, região nordeste do Rio Grande do Sul, estudos com o foco específico na municipalidade. Portanto, pretendo, ao realizar a pesquisa, vislumbrando as ações municipais em prol do ensino primário de Farroupilha entre os anos de 1934 e 1948, estabelecer formas de articulação, mediante o presente, em relação ao passado e ao futuro, apresentando assim um “regime de historicidade”, o qual não é uma realidade acabada, mas “um instrumento heurístico”. (HARTOG, 2007, p. 16). Para tanto, a seguir, apresento o percurso metodológico.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO HISTÓRICO-EDUCACIONAL

“O ponto fundamental é encontrar, construir um objeto histórico, se possível um que ainda não tenha sido realmente analisado, ou, se foi, analisá-lo de forma diferente, ou seja, mobilizar recursos, a começar pelas fontes e pelas abordagens que permitam explicá-lo.”

(CHARTIER, 2012, p. 168)

Ciente de que, como argumenta Chartier (2012) na epígrafe, para construir um objeto histórico que não tenha sido analisado é necessário mobilizar recursos, ou seja, fontes que permitam explicá-lo, apresentam-se as garimpagens e seleções que ocorreram em diferentes acervos.

O movimento inicial foi pela Prefeitura Municipal de Farroupilha, no acervo que o poder público denomina de Arquivo Geral² (AGPMF), o que não se trata de um arquivo histórico. Assim, a sua organização não prevê a visita de pesquisadores, não existe lista de referências para a busca de documentos, nem uma catalogação, e até mesmo os funcionários não sabem ao certo o que se encontra em caixas mais antigas. O espaço físico destinado ao AGPMF é parte do espaço inferior do prédio da Secretaria Municipal de Educação e um contêiner alojado no terreno ao lado do prédio dessa mesma secretaria. Nos dois locais, os documentos estão armazenados em caixas plásticas ou de papelão dispostas em prateleiras.

Foi na parte inferior do prédio da Secretaria de Educação que se iniciou a garimpagem ao abrir algumas caixas e tentar compreender a lógica de organização do próprio espaço e o que estava ali armazenado, sendo assim também concedida a oportunidade de transitar por aquele lugar com autonomia e livre acesso. Assim,

O contato com o arquivo começa por operações simples, entre outras o encargo manual do material.[...]. Realizam-se sem pressa, obrigatoriamente sem pressa; não será demais dizer a que ponto o trabalho com os arquivos é lento, e o quanto essa lentidão das mãos e do espírito pode ser criativa. (FARGE, 2009, p. 59).

Dessa forma, o trabalho demandou vários dias dedicados a manusear as caixas e selecionar o que seria fotografado. O critério estipulado foi o de selecionar todos os documentos que tratassem de Educação. Essa etapa inicial gerou um acumulado de 3.000 imagens, que, após salvas em arquivos digitais, foram organizadas em pastas por tipologia de documento e anos a que se referiam. A seguir, a documentação foi sistematizada em quadros, em arquivo de Word, onde foram citados: a) o ano de produção do documento e o local em que se encontrava armazenado no Arquivo Geral da Prefeitura; b) a tipologia documental e c) uma breve descrição do documento, em alguns casos, e, em outros, sua

² Na época, a proposta de pesquisa foi apresentada ao prefeito Claiton Gonçalves, que a acolheu e viabilizou o acesso ao Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Destaco essa informação como importante, pois houve um estranhamento inicial dos funcionários responsáveis pelo arquivo do pedido de acesso ao local, e assim a autorização concedida por escrito pelo prefeito suprimiu dúvidas quanto à possibilidade de fazê-lo. Destaco ainda que, no percurso da pesquisa, o funcionário público Vinícius Pigozzi, historiador, participou e auxiliou nas buscas pelos documentos em diferentes momentos, abriu o Museu Municipal Casa de Pedra em tempos de pandemia e assim considero sua contribuição significativa neste processo de pesquisa.

transcrição na íntegra. A partir de então, foi possível visualizar o que emergia do conjunto de documentos selecionados e categorizá-los.

Já em um momento posterior (2018), acessei o contêiner, local em que foi possível localizar as despesas municipais do período, que, organizadas em empenhos diários e de pagamentos individuais, somaram mais de 9.000 imagens. Foi um árduo trabalho seguido de muitos dias destinados ao registro fotográfico, que também passou por uma seleção prévia, utilizando o mesmo critério: os empenhos que se referiam à Educação de alguma forma. Em seguida, foram utilizadas planilhas de Excel para sistematizar os pagamentos ano a ano realizados. Foram compostas 14 planilhas, uma para cada ano, que internamente foram divididas em despesas mensais e subdividas em pagamento de professores e outros investimentos.

Além do Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha, foram acessados outros setores que têm documentação arquivada: a Secretaria Municipal de Educação, a Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano e, podemos incluir aqui, o Museu Municipal Casa de Pedra. Nesses setores, a metodologia de registro dos documentos foi combinada com os seus responsáveis, que fizeram sugestões³.

A seguir, apresenta-se uma síntese dos documentos mobilizados nesta tese.

Quadro 1 - Tipologias documentais dos acervos municipais de Farroupilha

(continua)

Local	Documentação	Assunto
Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha	Livros de chamada, livros de matrícula, livros de atas, correspondências, ofícios, fonogramas, circulares, convites, programas de festividades, abaixo-assinados, empenhos de pagamento e leis de orçamento.	Frequência escolar, matrícula de alunos, registro de comemorações cívicas, comunicações com governo do Estado, educação cívica, comemorações cívicas, pedidos de escolas, pedidos de professores, reclamações de comunidades, pagamentos de despesas municipais e previsão orçamentária anual de despesas municipais.

³ Assim, na Secretaria Municipal de Educação os documentos foram escaneados, no equipamento do setor pedagógico que me foi disponibilizado. Dessa forma foram gerados arquivos em PDF, com diversas imagens e documentos constantes em um mesmo arquivo. Os arquivos digitais foram organizados por instituições escolares e professores. Na Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano, parte do material foi fotografado e de outra parte foram feitas cópias também em equipamento do setor a mim disponibilizado. Ao final, optei por imprimir a documentação fotografada e organizá-las por temáticas, como, por exemplo, nomeações, exonerações, criação de escolas, extinção de escolas, normatizações etc. Já no Museu Casa de Pedra, os documentos foram fotografados ou escaneados e armazenados em uma única pasta, por se tratar de um volume menor.

(conclusão)

Local	Documentação	Assunto
Secretaria Municipal de Educação	Históricos de instituições escolares, fotografias de prédios escolares, plantas, documentação de escolas desativadas, relações de instituições escolares e dados sobre a vida funcional de professores.	Notas sobre as comunidades em que estavam inseridas as instituições escolares, seu processo histórico e situação do prédio escolar. Imagens de prédios escolares e plantas para construção de escolas. Registro de nomeação, licenças, alteração de nome, transferência de local de trabalho e exoneração de professoras.
Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Humano	Atos, Leis, portarias, decretos e mapas.	Nomeação e exoneração de professores, estruturação de cargos e salários, abertura de escolas e normatizações municipais de diversas áreas (Educação, saúde, urbanidade).
Museu Municipal Casa de Pedra	Álbuns, fotografias, quadros.	Registros da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele, certificados de premiação e fotografias do município e de instituições escolares (prédios, exames, Semana da Pátria).

Fonte: Elaborado a partir das consultas realizadas.

O caminho é singular a cada pesquisador, o que existem são escolhas que devem levar em consideração a ida em busca do não esperado, delimitado, permitir-se adentrar ao arquivo para surpreender-se e deixar que das fontes o objeto emergja. (FARGE, 2009; CHARTIER, 2012). Tal perspectiva contempla o processo de busca realizado na Prefeitura Municipal de Farroupilha, já que muitas vezes não encontrei o esperado e fui percebendo novas possibilidades no encontrado. Nesse sentido, Bica (2013, p. 31) afirma que “Os procedimentos de coleta, de procura e de ‘garimpagem’ nos arquivos, estabelecem a costura desta colcha de retalhos, alinhavados pelo problema da pesquisa e pela perspectiva da análise documental”.

Ainda no processo de garimpagem, visitou-se a Câmara de Vereadores, onde localizou-se um livro que socializa a sua história (PESSIN *et al.*, 2011) e dois livros de atas: o primeiro do final de 1937 até 1944, e o segundo de 1947 até 1952. Infelizmente, o primeiro livro de atas da Câmara de Vereadores, que corresponderia ao final de ano de 1935 e os primeiros meses de 1937, não se encontra no local. Assim, é pertinente refletir que “O arquivo não é uma reserva na qual se sorveria por prazer, mas é permanentemente uma falta.” (FARGE, 2009, p. 58). Os dois livros de atas foram reproduzidos por mim no equipamento da Câmara de Vereadores e encadernados para o manuseio e utilização na pesquisa.

Nos arquivos citados a seguir, a prática foi o registro fotográfico. No Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, localizado em Caxias do Sul, encontram-se alguns mapas e documentos referente ao processo de emancipação, especificamente correspondências de Bento Gonçalves e Caxias acerca da resistência em torno da ideia emancipacionista. Além disso, foi localizado o acervo pessoal de Alice Gasperin, que foi professora no município de Farroupilha no período pesquisado.

Na capital do Estado, visitou-se o Memorial do Rio Grande do Sul, o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul⁴, a Biblioteca Borges de Medeiros⁵, o Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul⁶ e o Arquivo da Casa Civil do Rio Grande do Sul⁷, cujos documentos localizados estão no Apêndice B.

No Instituto Histórico e Geográfico de Montenegro Maria Eunice Kautzmann, no município de Montenegro, foi possível localizar alguns documentos que citam pagamentos de professores, dados estatísticos do atendimento educacional, porém bem anteriores à emancipação do ano de 1915 e algumas solicitações de moradores de Nova Sardenha sobre impostos e sobre a sede da subprefeitura.

A busca por fontes documentais, em pesquisas sobre a História da Educação municipal, impõe o desafio de compreender que, “[...] muitas vezes, as fontes de educação não estão organizadas de forma direta” (MAGALHÃES, 2020, p. 11), e sim dispersas em diferentes setores e tipologias de documentos. Apesar de dispersos, os documentos que tratam da Educação em Farroupilha apresentaram diversas possibilidades de cruzamento.

Nessa busca por documentos na direção de construir um *corpus* empírico, destaco, consoante com Luchese (2014b, p. 149), que ao historiador não cabe a tarefa de agrupar documentos e a partir de seu conteúdo escrever a História, pois “Todos os documentos que nos chegam do passado são plenos de relações, de jogos de sentido e significação, construídos e preservados no tempo para as gerações futuras”. Assim, a busca pelos documentos constitui apenas o primeiro passo de muitos outros que envolvem uma leitura atenta, uma nova seleção, categorização, interpretação do seu contexto de produção, atenção para o período histórico dessa produção, observação da posição que ocupa o produtor do documento, a quem é destinado, qual sua intencionalidade, sua circulação, sua materialidade, as relações que se podem estabelecer entre este documento e outros ou tensionamentos, tudo isso faz-se

⁴ Localiza-se na Rua Riachuelo 1031, Centro, Porto Alegre/RS.

⁵ Localiza-se na Praça Marechal Deodoro, 101, Porto Alegre/RS.

⁶ Localiza-se na Rua Duque de Caxias, 1029, Centro, Porto Alegre/RS.

⁷ Localiza-se na Rua Marechal Deodoro s/n, Centro Histórico, Porto Alegre/RS.

incumbência do historiador, assim realizando a análise na perspectiva do “documento/monumento”. (LE GOFF, 1996).

Nesse sentido, ao optar em também utilizar os jornais como fonte para esta pesquisa, esses foram entendidos como suportes de escrita vinculados ao seu contexto de produção. Conforme Luca (2005), a atividade jornalística teve, em seus primórdios, “raízes políticas”. Consequentemente, é preciso compreendê-los como disseminadores de discursos articulados aos grupos sociais que os forjam, que podem estar ligados não só a questões políticas, mas também econômicas, religiosas, dentre outras, em determinado momento situado historicamente. Apresento os periódicos pesquisados no quadro a seguir:

Quadro 2 - Periódicos consultados para pesquisa

Periódico	Período de circulação	Cidade da publicação/ Periodicidade	Linha editorial	Diretores/ Fundadores	Local de pesquisa
Jornal O Farroupilha	1981 – em circulação	Farroupilha-Semanal	Notícias	Roque Planalto Ferreira e, em 1984, adquirido por Jorge Bruxel	Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac
Jornal Folha da Cidade	1983-1986	Farroupilha-Insabido	Notícias	Roque Planalto Ferreira	Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac
A Época	1938-1956	Caxias-bimestral e depois semanal	Pró-Vargas	Italo Balen João Brusa Neto Serafim Alessandrini	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
O Momento	1933-1951	Caxias - Semanal	Pró-Vargas	João Paganelli Emílio Fonini	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Correio do Povo	1895 – em circulação	Porto Alegre	Jornalismo independente, literário e comercial	Caldas Junior	Sede do Correio do Povo
A Federação	1884-1937	Porto Alegre	Órgão Oficial do PRR pró-republicano	Venâncio Aires	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
Diário de Notícias	1925-1979	Porto Alegre	Jornalismo Independente	Ernesto Corrêa	Hemeroteca da Biblioteca Nacional
La Stafetta Riograndense	1917-1941	Garibaldi	Católico	Padres Capuchinhos	Câmara Municipal de Caxias do Sul

Fontes: Elaborado a partir de Pozenato e Giron (2004), Caxias do Sul (1988), Grandi (2005) e Dillenburg (19-; 1997).

Dentre os jornais pesquisados, foram utilizados 9 periódicos diferentes, os quais circularam tanto na Região Colonial Italiana, como na capital do Estado, Porto Alegre, com linhas editoriais distintas. Os periódicos que circularam no município de Farroupilha são mais recentes (circularam em torno de 1970, 1980) e podem ser caracterizados pela divulgação de notícias. Quanto à circulação de tais periódicos destaco, no caso do jornal *Folha da Cidade*, Pozenato e Giron (2004, p. 145) informam que ocorreu somente no ano de 1983; no entanto, na mesma obra, em entrevista realizada com Jorge Bruxel, ele cita o funcionamento desse jornal até o ano de 1986, além de identificar seu fundador como Roque Planalto Ferreira e um dos sócios Sezínio Portolan, que tinha vinculação com o Partido Social Democrata. Quando o jornal foi extinto os equipamentos deste foram comprados por Jorge Bruxel, do Jornal *O Farroupilha*, que segue atualmente em circulação.

Os exemplares acessados são duas publicações comemorativas aos 50 anos do município, do ano de 1984, identificadas como ano II do jornal, de propriedade da Vêneto Editora Limitada, fundada em 08 de outubro de 1983. A primeira publicação é de 3 de dezembro de 1984, com 29 páginas impressas em preto e branco, com diversas imagens. Dentre elas, as fotografias de momentos históricos e locais do município escolhidas para ilustrar a publicação comemorativa. As demais imagens compõem 24 anúncios comerciais de empresas locais. A segunda publicação acessada é de 15 de dezembro de 1984, com o destaque de capa “Fim de festa”, na qual ainda apresenta fotos e reportagens sobre a emancipação e os 50 anos do município, em 22 páginas, que também se alternam entre propagandas e reportagens.

Com relação ao Jornal *O Farroupilha*, por sua vez, localizei edições comemorativas alusivas aos 50 e 60 anos de Farroupilha; cadernos especiais retratando as comunidades da área rural em comemoração aos 75 anos da emancipação política; um caderno especial sobre a rua Júlio de Castilhos; um caderno especial sobre 50 personalidades do século de Farroupilha; e um caderno especial comemorativo aos 125 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Com enfoque ampliado em relação ao Jornal *Folha da Cidade*, na edição comemorativa aos 50 anos de emancipação de Farroupilha, *O Jornal O Farroupilha* propõe ilustrar

[...] os fatos históricos, as fotografias que marcaram época, a administração e os ex-prefeitos, a economia e as perspectivas, o esporte, as expectativas do setor agrícola, a atuação dos clubes e entidades. Enfim os fatos que marcaram Farroupilha em 109 anos de colonização, 50 anos de emancipação⁸.

⁸ Jornal *O Farroupilha*, Farroupilha, 8 de dezembro de 1984, ano IV, nº 161, capa. BPMOB.

Assim, com uma perspectiva mais ampla, a publicação atenta inicialmente para a colonização para após falar da emancipação. A edição conta com muitas imagens da cidade e da solenidade de instalação do município em meio a diversos anúncios. As edições comemorativas aos 50 e 60 anos da emancipação contam com depoimentos de moradores, políticos e professores.

Percebe-se um compromisso com o processo histórico de Farroupilha por parte do Jornal O Farroupilha pela quantidade de publicações nesse sentido e pela qualidade delas, repletas de imagens, documentos e depoimentos de moradores, o que constitui a possibilidade de analisar as publicações. Os periódicos farroupilhenses apesar de declararem-se como veículos de notícias, Jorge Bruxel, em entrevista aos pesquisadores Pozenato e Giron (2004, p. 139) argumenta que o Jornal O Farroupilha “[...] tinha como característica valorizar as informações locais, evitando a conotação política que seu concorrente Folha da Cidade apresentava”. O acesso às edições foi realizado na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, em Farroupilha.

Os periódicos publicados em Caxias, A Época⁹ e O Momento¹⁰, assumiram um compromisso com a linha editorial Pró-Vargas. O Jornal O Momento era órgão oficial do Partido Republicano, com uma postura nacionalista durante o Estado Novo e tinha uma certa rivalidade com o jornal A Época. Ambos surgem na década de 30 do século XX em Caxias.

⁹ O periódico A Época se identificava, já na capa, como jornal da mocidade em prol das aspirações coletivas. No entanto, o jornal que surgiu como brincadeira foi assumindo uma posição mais agressiva, mais nacionalista e tinha como colaboradores na escrita Percy Abreu Lima, Demétrio Niederauer, Balduino D’Arrigo e Oscar Geremia. João Brusa Neto também começou a escrever para o Jornal. Alessandrini também auxiliava, e Balen, em 1939, acabou saindo, pois não tinha como sustentar sua presença no jornal e sua posição de ser secretário do prefeito, no entanto, nunca deixou de colaborar. O jornal tinha quatro páginas, em suas primeiras publicações, no ano de 1938, impresso em preto e branco, tratando de assuntos diversos, dentre eles política, Educação, urbanização, alternados entre anúncios comerciais, anúncios de profissionais liberais e uma seção para os desportos e vida social. O jornal tinha correspondentes em vários municípios da região, por isso, notícias acerca de Farroupilha também foram veiculadas no periódico. As imagens e fotografias são raras, sendo utilizadas na maioria das vezes em anúncios comerciais. Toda coleção de 1938 até 1956 está disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

¹⁰ O Jornal O Momento, quando surgiu, apresentava-se em quatro páginas com poucas imagens e fotografias, sendo que as imagens, em geral, eram utilizadas nos anúncios comerciais e as fotografias para ilustrar personalidades políticas. Ao longo da sua trajetória, teve diversos editores e colaboradores, dentre eles João Batista Paganella, Demétrio Niederauer, José Barcellos Ferreira, Alexandre Ramos, Percy Abreu de Lima e Darwin Corsetti como diretores; e como colaboradores, Paraim Lustosa, Pedro Marques Vianna, Ciro de Lavra Pinto, Januário Coelho da Costa e Jerônimo Neves. (GARDELIN apud POZENATO; GIRON, 2004). O acesso ao periódico pôde ser feito na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, onde estão disponíveis as edições de 1933 até 1950. É interessante observar a presença de um integrante que já tinha experiência com a atividade jornalística, Balen, e também que ocupava em um cargo público. Ele foi considerado por João Brusa Neto “o cérebro” do jornal, “Era ele que sabia fazer, que sabia escrever, ele que idealizava, ele que programava” (CAXIAS DO SUL, 1988, p. 31), conciliando, durante o dia, o trabalho na prefeitura e à noite a escrita do jornal. A impressão não poderia ser feita na tipografia de Fonini, por rivalidades políticas, então foi realizada na tipografia Mendes.

Antes, O Momento, em 1933; e depois, A Época, em 1938. O periódico O Momento tinha como um dos diretores Emílio Fonini, que iniciou sua carreira como aprendiz de tipógrafo na tipografia de Américo Mendes. Aos 23 anos, em 1913, lançou o jornal *Città di Caxias* junto a Ernesto Scorza, comprando as suas próprias máquinas em Porto Alegre, das marcas Fênix e *Tip-Top*, alemãs. A tipografia de Fonini foi incendiada¹¹ em 1932, e seu filho, em entrevista, argumenta que, “Naquele tempo, o jornal fazia a propaganda eleitoral de um partido, era comprado por aquele partido e só fazia propaganda daquele. Os contrários, às vezes, colocavam fogo no jornal, e o proprietário era quem pagava...” (CAXIAS DO SUL, 1988, p. 12). Os periódicos A Época e O Momento, por serem produzidos em Caxias, local muito próximo de Farroupilha, contemplam diversas publicações sobre o município, em especial sobre questões políticas.

O *La Stafetta* Riograndense foi fundado em Caxias no ano de 1909, um periódico de caráter religioso. Em 1910, quando foi transferido para Garibaldi, passa a chamar-se *Libertà* e em seguida *Il colono Italiano*, dirigido pelo padre Fronchetti com uma linha editorial anti-italiana e por isso não era bem visto na colônia, ou seja, nas áreas rurais. Em 1917, passou a ser dirigido pelos padres Capuchinhos daquela vila, denominando-se novamente *La Stafetta* Riograndense, circulando com essa denominação até 1941. Atualmente segue em circulação sob a denominação de Correio Riograndense. Sua linha editorial até a década de 1940 sempre foi católica. O acesso ao periódico pôde ser realizado pelo Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, onde os exemplares se encontram digitalizados e disponíveis online.

Já com relação aos periódicos que circulavam na capital, começo pelo Correio do Povo, que surgiu em Porto Alegre em 1895, com o intuito de noticiar literatura e anúncios comerciais, assuntos de interesse em geral, subordinado às aspirações públicas, sendo assim, uma proposta de jornalismo independente. Entretanto, assumiu o apoio à República, sem adotar posições partidárias. (DILLENBURG, 1997). O Jornal Correio do Povo continua em funcionamento e tem em sua sede um arquivo próprio com as edições mensalmente encadernadas e disponíveis para consulta local, com o inconveniente de não poderem ser fotografadas.

¹¹ Apesar do incêndio, as máquinas foram consertadas, e Fonini seguiu com a tipografia. Sua tarefa era a de diretor e, por vezes, de gerente comercial, porém não escrevia as matérias para o jornal. Outros periódicos contaram com a participação de Emílio Fonini em Caxias, além do já citado *Città di Caxias* (1913-1918), foram: Caxias (1918-1922), *O Brazil* (1922-1924), Correio Colonial (1924-1927), Caxias (1927-1930), Caxias Jornal (1930-1932) e O Momento (1933-1951). (CAXIAS DO SUL, 1988).

O Diário de Notícias, por sua vez, pretendeu “seriedade na informação e honestidade na crítica”, assim divulgado em sua primeira edição em 1 de março de 1925. (DILLENBURG, 19-- , p. 47). Criticou o sensacionalismo jornalístico e defendeu o direito à opinião pública, o que não foi necessariamente uma regra seguida ao longo dos 54 anos de trajetória do jornal. O período do Estado Novo exigiu novo posicionamento editorial. Assim o periódico “[...] passou a dedicar-se mais às notícias locais, os relatos de guerra e a política nacional, desde que não se criticasse em demasia a situação interna do país.” (DILLENBURG, 19-- , p. 49). Mais tarde, tornou-se porta-voz de Getúlio Vargas, tanto que, em 1954, quando da sua morte, o jornal é incendiado, precisando ficar seis meses fora de circulação para reorganizar-se¹². Encerrou suas atividades em 1979 devido às turbulências econômicas e políticas.

Para compreendermos a dimensão de atuação dos periódicos na capital do Estado, é bem-vinda a representação acerca dos jornais Correio do Povo e Diário de Notícias, cunhada por Celito Grandi em sua obra *Diário de Notícias: o romance de um jornal* que, na apresentação de seus escritos, destaca: “A saga do Diário de Notícias, jornal que se ombreou ao poderoso Correio do Povo, por várias décadas [...]”. (GRANDI, 2005, p. 5).

Em contrapartida, o periódico A Federação teve sua fundação associada ao político, advogado e jornalista Julio Prates de Castilhos e surgiu como órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1884, na capital. Suas publicações afastavam-se das tendências literárias e posicionavam-se de maneira “implacável” contra os adversários políticos. (DILLENBURG, 19-- , p. 17). Encerrou suas atividades em 1937, por problemas financeiros, motivados, dentre outras questões, pela concorrência com o Correio do Povo. O acesso aos periódicos Diário de Notícias e A Federação foi realizado através da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Os três periódicos veiculam publicações sobre Farroupilha e, por isso, compõem o *corpus* empírico da pesquisa, que ainda é composto com entrevistas. Essas foram realizadas e transcritas por outros pesquisadores, exceto uma delas que é de responsabilidade da autora e faz parte de seu acervo pessoal.

As entrevistas foram localizadas no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul e em anexos de um trabalho realizado para disciplina da História da Educação da Universidade de Caxias do Sul, no ano de 1984, sob orientação do professor Ivo Adamatti com a temática História da Educação do município de Farroupilha, de autoria de Crivelatti, *et al.* (1984). As

¹² Detalhes sobre o incêndio do Jornal Diário de Notícias, ver Grandi (2005).

entrevistas foram realizadas por pesquisadores com diferentes intencionalidades em projetos que são citados no quadro a seguir.

Quadro 3 - Entrevistas localizadas durante a pesquisa

Narrativa de História Oral	Ano	Responsável/ Pesquisador/Projeto de Pesquisa de vinculação para a produção da entrevista	Local de salvaguarda
Professora: Alice Gasperin	1996	Sônia Storchi Fries e Susana Grigoletto. Projeto: Educação	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. FG 195.
Filha de professor: Olinda Pessin Frá	2016	Sônia Storchi Chies Fries. Projeto: História de Vida.	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami CD 303, 304 e 305.
Professora: Dirce Lúcia Damiani	1984	Crivelatti <i>et al.</i> Projeto: Registro da História da Educação de Farroupilha	Apêndice do trabalho “A história da Educação do Município de Farroupilha”.
Professora: Maria Frida Lydia Shulke	1984	Crivelatti <i>et al.</i> Projeto: Registro da História da Educação de Farroupilha	Apêndice do trabalho “A história da Educação do Município de Farroupilha”.
Professora: Lídia Freitas Travi	1984	Crivelatti <i>et al.</i> Projeto: Registro da História da Educação de Farroupilha	Apêndice do trabalho “A história da Educação do Município de Farroupilha”.
Professora e orientadora de ensino: Olga Ramos Brentano	1984	Crivelatti <i>et al.</i> Projeto: Registro da História da Educação de Farroupilha	Apêndice do trabalho “A história da Educação do Município de Farroupilha”.
Professora: Itália Benedetto	1984	Crivelatti <i>et al.</i> Projeto: Registro da História da Educação de Farroupilha	Apêndice do trabalho “A história da Educação do Município de Farroupilha”.
Professora: Lidia Travi	1987	Liane Beatriz Moretto Ribeiro Projeto Elementos Culturais da Imigração Italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), Influência da Escola – segmento Educação.	Instituto de Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul.
Aluno: Antônio Bartolomeu Beux	1982	Sônia Storchi Fries e Tânia Zardo Tonet. Tema: Arte – fotografia.	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. FG 038 e 039.
Irmã Mafalda Seganfredo: Professora Colégio Nossa Senhora de Lourdes	2015	Gisele Belusso. Projeto: Processo histórico do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.	Acervo Pessoal da Pesquisadora.

Fonte: Elaborada a partir das entrevistas mobilizadas.

A entrevista será tomada como um resíduo da ação, na perspectiva da “[...] possibilidade de ela documentar as ações da constituição de memórias – as ações tanto que o entrevistado quanto o entrevistador pretendem estar desencadeando ao construir o passado de uma forma e não de outra.” (ALBERTI, 2004, p. 35). Quando o entrevistado narra, o faz contingenciado pelo que lembra, envolvido pelos sentimentos do rememorar e que influenciam na escolha do que compartilhar ou não, sendo uma narrativa em que “emergem a voz e a identidade” daquele que conta. (ERRANTE, 2000, p. 143).

Consoante a Candau (2016, p. 16),

A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.

A memória e identidade são imbricadas e indissociáveis, visto que a memória fortalece a identidade na dimensão tanto individual quanto coletiva. Halbwachs (2003, p. 40) nos ajuda a compreender que, mesmo memórias individuais, tem “pontos de contato” quando, entre uma e outra lembrança, possa existir um quadro social em comum. Dessa forma, é possível admitir que se possa falar de memória coletiva, associada aos grupos que convivemos ou não.

Por fim, compreendendo que “[...] a memória, em especial quando organizada em narrativa, possui uma dimensão simbólica, que leva rapidamente a desprender-se, a descolar-se do concreto, para alçar voos próprios” (AMADO, 1995, p. 14), de maneira que as memórias registradas nas entrevistas também foram analisadas conforme a concepção de documento/monumento. (LE GOFF, 1996). Por uma escolha metodológica, os trechos oriundos das entrevistas serão destacados em *itálico*.

Além dos documentos já citados, também compõem o *corpus* da pesquisa históricos de instituições escolares encontrados na Biblioteca Pública Municipal de Farroupilha Olavo Bilac. Por fim, sinalizo o acesso ao acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti, que recebeu de um amigo, Millo Ornaghi, uma grande quantidade de fotografias e pesquisas realizadas por ele sobre residentes do município, manuscritos em que se registram as informações da família do pesquisado, sua nacionalidade, nomes dos filhos, com quem se casaram, a atividade comercial e aspectos históricos sobre temas específicos que divergem conforme o sujeito pesquisado. Ainda compõem o acervo documentos acerca da via férrea, do Clube do Comércio, da emancipação e cópias de documentos da administração municipal de Farroupilha. Raul Pedro Tartarotti também conservou jornais antigos do município, cadernos e livros utilizados no Colégio Nossa Senhora de Lourdes por ele e sua irmã Dulce Tartarotti; o tema, sem dúvida, mobilizava seu interesse. Por não ser possível identificar o que era de propriedade de Raul ou de Millo e como eles compartilharam a guarda dos documentos, irei me referir a esses documentos como pertencentes do acervo pessoal de Raul Tartarotti e Millo Ornaghi. Ainda proveniente de acervos pessoais, tive acesso à carteira profissional de Izena Gobbato com familiares do professor Rústico Gobbato.

A utilização de imagens foi mobilizada tendo como horizonte sua potencialidade enfatizada por autores como Burke (2004), Dubois (1993) e Kossoy (2001). Para tanto, compreendo que “A foto não é apenas uma imagem [...] é também, em primeiro lugar, um verdadeiro ato icônico” pois o ato de fotografar é contingenciado pela produção, recepção e contemplação. (DUBOIS, 1993, p. 15).

A produção de uma fotografia envolve três elementos constitutivos: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia, coordenadas em uma situação de espaço e tempo, em que o ato do registro está sempre imbricado ao momento histórico. Em vista disso, a fotografia apresenta um “fragmento selecionado do real”. (KOSSOY, 2001, p. 39). E o fotógrafo, por sua vez, adquire a função de “filtro cultural” ao selecionar e organizar visualmente a composição do assunto a ser fotografado e escolher a tecnologia e suas ferramentas. Consequentemente, suas escolhas e seleções refletem no registro fotográfico, e essa elaboração torna-se um “binômio indivisível”, pois a “[...] fotografia é, pois, um duplo testemunho: por aquilo que ela nos mostra da cena passada, irreversível, ali congelada fragmentariamente, e por aquilo que nos informa acerca do seu autor.” (KOSSOY, 2001, p. 50).

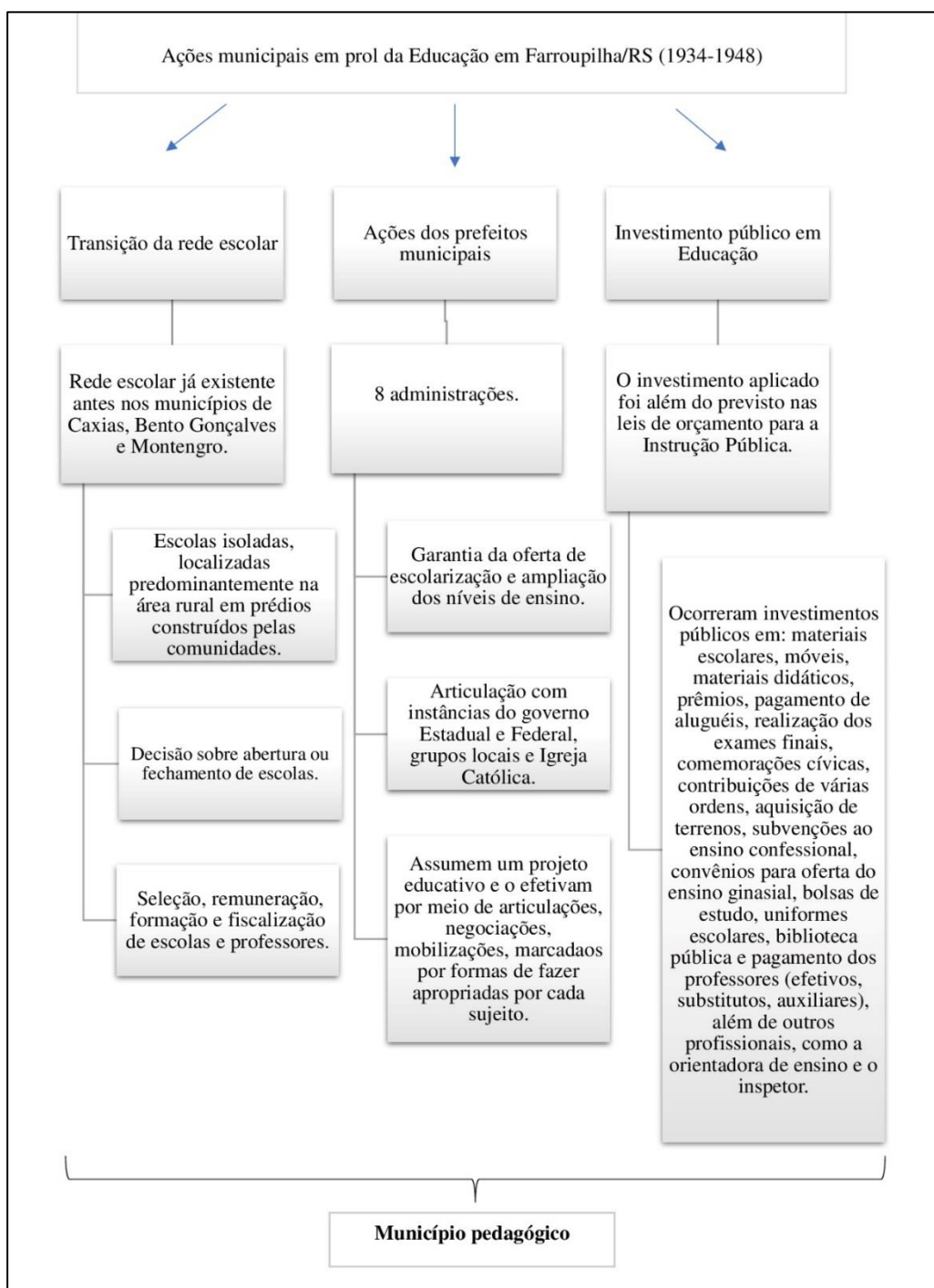
Nesse tocante, a imagem, ao ser analisada, precisa de um olhar cuidadoso que considere sua produção, intencionalidade, técnica, composição, período histórico e elementos constitutivos, aspectos esses vinculados à trama histórica e ao contexto a que se refere. Considero que a imagem é simbólica e carrega consigo um poder de representação visual de culturas passadas, além de constituírem fonte de memória, recordação e emoção. (BURKE, 2004; KOSSOY, 2001).

Perceber sentidos e significados é imaterial, invisível, não retratável fotograficamente. “O vestígio da vida cristalizado na imagem fotográfica passa a ter sentido no momento em que se tenha conhecimento e se compreendam os elos da cadeia de fatos ausentes da imagem. Além da verdade iconográfica.” (KOSSOY, 2001, p. 118).

Assim, o percurso de constituição do *corpus* empírico foi longo e acompanhou diferentes momentos da trajetória de pesquisa. Ao passo que acervos e documentos foram sendo localizados, eram consultados, fotografados, organizados, lidos e analisados para compreender de que forma auxiliariam na composição da narrativa proposta que pudesse responder aos questionamentos elencados, não consumindo o discurso dos documentos, mas o utilizando para refletir sobre o contexto educacional. Procurou-se não decalcar impressões as ações municipais, e sim permitir que elas emergissem do cruzamento da teoria com a empiria. Diante dessa operação historiográfica que mobilizou os pressupostos teórico-metodológicos e teve como fio condutor as ações municipais em prol da Educação,

elencaram-se três categorias que se desdobraram nas análises denominadas de a) transição da rede escolar, b) ações dos prefeitos e c) investimento público em Educação, apresentadas graficamente a seguir.

Figura 2 - Categorias de análise e desdobramentos



Fonte: Elaborada a partir das categorias de análise.

Cada categoria analítica se desdobra de forma a articular os objetivos (geral e específicos) da pesquisa, o que corrobora na tese apresentada, a de que o município de Farroupilha assumiu um projeto educativo, que se desdobrou em ações efetivas, em articulação com as instâncias de governo estadual e federal, com os grupos locais e a Igreja Católica, para assegurar a oferta de escolarização e ampliar os níveis de ensino. Essas ações foram garantidas pelo protagonismo do município, em especial, dos prefeitos que elencaram a Educação como prioridade, que souberam fazer uso do espaço de autonomia e despenderam o investimento dos recursos públicos necessários, em materiais escolares, móveis, materiais didáticos, prêmios, pagamento de aluguéis, realização dos exames finais, comemorações cívicas, contribuições de várias ordens, aquisição de terrenos, subvenções ao ensino confessional, convênios para oferta do ensino ginásial, bolsas de estudo, uniformes escolares, biblioteca pública e pagamento dos professores (efetivos, substitutos, auxiliares), além de outros profissionais, como a orientadora de ensino e o diretor da Instrução Pública. Assim, diante das evidências apresentadas, compreende-se Farroupilha, entre os anos de 1934 e 1948, como um município pedagógico.

Destaca-se que, no decorrer da narrativa produzida, optou-se metodologicamente em citar em notas de rodapé as referências a cada documento utilizado, destacando em negrito o documento e detalhando aspectos em relação a sua produção, datas, a que se referem e os locais e acervos em que foram consultados. A escolha decorreu da quantidade de documentos mobilizados, que, caso fossem apenas citados ao final das referências, ficariam descontextualizados.

A narrativa desdobra-se em 6 capítulos, o primeiro trata destas *Considerações iniciais: voos e ousadias* em que se apresenta o objeto de pesquisa, a escolha das perspectivas teórico-metodológicas e percurso de constituição do corpus empírico e como foi sistematizada a análise documental histórica.

A seguir, o capítulo *O município na Educação* (capítulo 2) contextualiza o processo histórico do território que compôs o município de Farroupilha, a emancipação política e os aspectos econômicos, políticos e culturais do local. Dessa maneira, apresenta-se a constituição da administração municipal, a instalação dos órgãos públicos e uma consequente reconfiguração do espaço urbano que compôs a área central. O município, no período, dispunha de opções de transporte, comunicação, energia elétrica, espaços de sociabilidade e atendimento em saúde. Além de ser expressivo na exportação de produtos agrícolas, contava com indústrias e comércios estabelecidos. A população pode ser brevemente caracterizada, em sua maioria, por brasileiros que sabiam ler e residiam em áreas rurais.

Já o capítulo *Farroupilha: a transição de uma rede escolar* (capítulo 3) atenta para o contexto educacional no período atrelado a diferentes instâncias de governo e aos processos de escolarização constituídos anteriores à emancipação política. Em seguida, é analisada a transição de professores e escolas para a administração municipal de Farroupilha. Em relação aos docentes enfatiza as ações municipais na seleção, formação, fiscalização, orientação do corpo docente municipal, além de evidenciar as mediações que o governo municipal realizou em virtude das mobilizações das comunidades em suas demandas com os professores. E ainda se apresentam as instituições escolares que funcionaram no período pesquisado, bem como a dinâmica dos prédios escolares.

A partir do capítulo *Educação e municipalização* (capítulo 4), passa-se a ter como fio condutor da narrativa as administrações municipais e a constituição do município pedagógico em Farroupilha. Nesse processo, a atuação dos prefeitos tornou-se significativa para compreender normatizações, articulações, negociações, mobilizações e enfrentamentos ao tratarem da Educação no município. Em oito mandatos administrativos, percebem-se alternâncias nas posturas e tempos de permanência, mas todos os sujeitos elencam a Educação como importante e se mobilizam de inúmeras formas para manter e ampliar escolas e níveis de ensino articulando-se a agentes públicos, grupos e instituições. Mantiveram na rede municipal a maioria dos alunos matriculados no ensino primário e apoiaram a abertura e funcionamento de escolas estaduais e confessionais.

O capítulo *Orçamento para Educação: um investimento integrado e integrador* (capítulo 5), por sua vez, trata do investimento público em Educação entre o previsto (leis de orçamento) e o efetivado (empenhos de pagamento) e assim apresenta as estratégias e táticas para a utilização do orçamento municipal e os processos de colaboração de investimentos entre poder público municipal e grupos locais. Diante disso, apresenta que os valores investidos foram além do previsto nas leis de orçamento anuais.

Por fim, as *O pouso para o Registro dos voos, das Considerações finais* (capítulo 6) dão o tom do encerramento, por ora, destacando os principais resultados desta pesquisa, apontando algumas lacunas deixadas no processo que sugerem novos desdobramentos e possibilidades e a necessidade da conservação da documentação da Prefeitura Municipal de Farroupilha.

2 O MUNICÍPIO NA EDUCAÇÃO¹³

“O município era – e é – um poder coletivo e em representação. É um poder convencional que toma decisões em assembleia, estabelecendo normas e regras de conduta, assegurando a ordem pública e a boa vizinhança; gera uma identidade para aqueles que habitam o espaço respetivo. É necessário entender e documentar isso do ponto de vista administrativo, econômico, etnográfico, sociológico, cultural, mas, sobretudo no plano educativo, indagando em que medida o município esteve presente como entidade singular. É necessário dar a conhecer que a própria rede escolar esteve dependente da capacidade de ideação e decisão do município. É um desafio investigativo que se impõe e se torna fecundo para entender o presente.”

(MAGALHÃES, 2020, p. 17-18)

Ao utilizar o trecho da entrevista com o professor Justino Magalhães, assume-se aqui o desafio investigativo de análise das ações municipais de Farroupilha em prol da Educação. Ao elencar o município como delimitador de espaço para análise, compreende-se como “Território, espaço de integração e de identidade, instância de governo e de fomento local, [...]” (MAGALHÃES, 2014b, p. 304), ou seja, constitutivo da esfera pública com a atribuição de organizar territórios e conceber projetos. Ao argumentar sobre os municípios, Magalhães (2014b, p. 304) afirma que “Detinham poder público e económico para assegurar a realização de empreendimentos comunitários, fossem de natureza material, fossem de âmbito cultural e educativo”. Isto é, “[...] a construção do município político e administrativo envolveu a construção do município pedagógico.” (MAGALHÃES, 2013a, p. 17).

Assim, este segundo capítulo tem por objetivo apresentar brevemente o território que constituiu o município de Farroupilha, a partir de sua emancipação política, formada por distritos antes pertencentes aos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro. Para tanto, abordar-se-ão aspectos da colonização, desenvolvimento político, social, econômico, cultural e educacional dessa região, inseridos no contexto do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A seguir, apresentar-se-ão questões da emancipação e, por fim, é Farroupilha que se torna central na narrativa ao contextualizar esse município.

¹³ Inspirada em Magalhães (2013a, p. 13), que afirma: “Para a história da educação, o local encontrou no município e na instituição educativa as principais unidades de observação e de desenvolvimento”.

2.1 A CONFIGURAÇÃO DO TERRITÓRIO: DE COLÔNIAS A MUNICÍPIOS

“A região destinada ao assentamento dos colonos europeus, chegados após 1875, ocorreu no Nordeste do Rio Grande do Sul, região íngreme de matas virgens, que foi ocupada, especialmente, por imigrantes italianos.”

(GIRON; HERÉDIA, 2007, p. 21)

O território do Rio Grande do Sul foi integrado tardiamente ao Brasil colonial. Localizado em uma região de fronteira, foi marcado por disputas¹⁴ e, nesse contexto, a colonização tornou-se necessidade para garantir a posse de terras. Já, em torno de 1750, houve a entrada de imigrantes açorianos¹⁵ que formaram vários núcleos populacionais. (PESAVENTO, 1980). No entanto, é no século XIX que, entre a adequação ao modelo capitalista, que se disseminava mundialmente, a manutenção de uma elite burocrática portuguesa, presente no Brasil desde 1808, e a substituição de escravos por colonos europeus constituiu-se uma política de colonização¹⁶. (DE BONI; COSTA, 1984).

No contexto gaúcho, a política de colonização foi marcada por três momentos distintos. Primeiro, houve a promoção da colonização (1808-1830); segundo, o sistema escravocrata estabiliza-se e a colonização foi suspensa (1830-1848); terceiro, o incentivo à imigração (1848-1889), para substituir a mão de obra escrava¹⁷.

Reflexo desse primeiro período foi a entrada na Província do Rio Grande do Sul de 5.300 colonos alemães instalados em São Leopoldo e região, portanto, considera-se esse o marco inicial da colonização no Brasil pela importância e sucesso em sua execução. (DE BONI; COSTA, 1984).

¹⁴ O Estado gaúcho constitui-se em um contexto de fronteiras e, portanto, foi alvo de diversas disputas territoriais. (PESAVENTO, 1980).

¹⁵ Sobre a imigração açoriana no Brasil, consultar Barroso (2002), e sobre a presença açoriana no Rio Grande do Sul, ver Macedo (1998).

¹⁶ A política de imigração e colonização brasileira, no Brasil imperial, não foi uniforme em sua atuação. Para saber mais, consultar Iotti (2010).

¹⁷ Não se pode reduzir as finalidades da imigração às citadas como características dos períodos, pois, além de substituir a mão de obra escrava, pretendeu incentivar a agricultura, a ocupação de terras, a preocupação com a defesa nacional, a criação da indústria nativa e o branqueamento da raça. (DE BONI; COSTA, 1984). A tese do branqueamento, segundo Skidmore (1976), tinha como pressuposto a superioridade branca. Assim, a miscigenação passa a ser vista como positiva, pois ajudaria naturalmente no surgimento de uma população mais clara.

No terceiro período, criou-se a Lei Geral nº 514, que doava a cada Província 36 léguas quadradas de terras devolutas¹⁸ para a colonização¹⁹, seguida da Lei Geral de Terras nº 601, de 1850, e de seu regulamento aprovado pelo Decreto nº 1318, em 1854, que prescreviam as condições para tanto, dentre elas para a venda dos lotes e a possibilidade de naturalização dos imigrantes. Por conseguinte, foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas a qual teve sob sua responsabilidade a parte técnica da promoção da colonização.

No entanto, os europeus permaneceram cautelosos com a adesão da proposta imigratória brasileira, optando por destinos como a Argentina e os Estados Unidos. Diante disso, em 1867, o regulamento foi revisto e uma série de vantagens implementadas, como, por exemplo, “[...] o lote rural pago em 10 anos, viagem gratuita dentro do país, ajuda nos primeiros tempos, assistência médica e religiosa.” (DE BONI; COSTA, 1984, p. 31). Com isso, esperava-se a entrada de 350 mil colonos suíços, alemães e ingleses no Brasil. Porém, foi o contexto da Itália que favoreceu a concretização do projeto brasileiro em virtude da crise que o país enfrentou, após a unificação, em 1870, que significou a adesão ao capitalismo em detrimento as velhas instituições. Inicialmente, isso afetou com mais intensidade a região norte do país e assim motivou uma grande massa migratória vinda de Piemonte, da Lombardia e do Vêneto para o Brasil.

A Igreja Católica envolveu-se nessa dinâmica, apoiando, incentivando e até mesmo acompanhando os emigrantes na travessia e em terras brasileiras, nas colônias, ações empreendidas para colocar em prática o ideário ultramontano²⁰. Destaca-se, nesse contexto, dentre os agentes da Igreja Católica, o Bispo Scalabrini, que foi reconhecido como o Apóstolo dos Migrantes, em especial a partir da escrita da obra *A Emigração Italiana na América*, em 1887. Ele ainda fundou a Sociedade São Rafael²¹, a Congregação de São Carlos e o ramo feminino das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas em 1895²². (RIZZARDO, 1975). Por isso, “É possível compreender, claramente, o projeto da Congregação Scalabriniana como parte do projeto de Restauração e Reforma Católica no

¹⁸ As terras que não tivessem comprovada posse por seus proprietários seriam devolvidas ao governo nacional, assim eram consideradas devolutas. (GIRON; HERÉDIA, 2007).

¹⁹ Segundo Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 29), “A ocupação das terras que deram origem a Caxias do Sul fez parte de um programa nacional de colonização. Naquela época, o modelo econômico que vigorava era o modelo agroexportador e a criação de núcleos coloniais agrícolas era prioridade[...]”.

²⁰ “Movimento de caráter reacionário, caracterizou-se no âmbito intelectual como uma rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna, politicamente condenou a liberal democracia burguesa e reforçou a ideia de monarquia, externamente apoiou a centralidade em Roma na figura do Papa.” (MANOEL, 2004, p. 11).

²¹ A sociedade denominada como São Rafael era “[...] composta de sacerdotes e leigos para assistência humana, social e legal do embarque e desembarque.” (FRANCESCONI, 1971, p. 12).

²² A congregação scalabriniana também atuou nos Estados Unidos e na Argentina. (BELUSSO, 2016).

Brasil, em consonância com os objetivos do Estado Cristão, contexto em que a discussão do estado liberal se fazia presente.” (OLIVEIRA, 2009, p. 57). Diante do contexto, inaugurou-se um novo momento nos processos de colonização. Uma significativa massa de imigrantes italianos deslocou-se para o Brasil e foram distribuídos em diferentes Estados: Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (FROSI; MIORANZA, 1975). Dar-se-á enfoque ao contexto de imigração que ocorreu na região nordeste do Rio Grande do Sul com a criação das colônias e seus desdobramentos posteriormente em municípios.

A província gaúcha solicitou, no ano de 1869, 32 léguas quadradas para o Governo Geral a fim de dar continuidade ao processo de colonização²³. (DE BONI; COSTA, 1984). O pedido foi atendido em 1870, assim, formaram a nova região de colonização as terras situadas

[...] na região da encosta superior da serra do nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul²⁴, localizadas entre as bacias do Rio Caí, Antas e Taquari, com os limites geográficos em São João de Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula em cima da serra. (HERÉDIA, 1997, p. 35).

A partir de então, o presidente da Província do Rio Grande do Sul, João Sertório, solicitou que Luiz Feijó Júnior criasse um projeto para colonizar a serra gaúcha. Com esse intuito, Feijó, com o auxílio de Antônio Machado de Souza, organizou uma bandeira a fim de explorar a região. Na oportunidade, recolheram amostras do solo e da flora, que foram analisadas pela Corte, que assim definiu as terras como adequadas para cultivo de milho, trigo e parreiras, dentre outros. Como pagamento pela atividade desenvolvida, Feijó recebeu uma sesmaria de três léguas quadradas localizada no centro da área em que foram demarcadas as colônias do governo, e Antônio Machado de Souza foi contemplado com duas léguas quadradas, que ficaram abandonadas. (ADAMI, 1971). Feijó nomeou sua sesmaria de Colônia Sertorina, que se tornou uma colônia particular, para homenagear o presidente da Província²⁵.

²³ Foram inicialmente disponibilizadas 36 léguas quadradas pela Lei Geral nº 514, em 1848, nas quais houve a criação das colônias de Santa Cruz, Santo Ângelo (Cachoeira), Nova Petrópolis e Monte Alverne. (DE BONI; COSTA, 1984).

²⁴ Entenda-se Rio Grande do Sul, nomenclatura instituída após 1889 com a proclamação do regime republicano no Brasil. (GIRON; HERÉDIA, 2007).

²⁵ Alice Gasperin (1984) registrou suas memórias da Colônia Sertorina, lugar que residiu e atuou como professora.

Foram então criadas as primeiras colônias imperiais na serra gaúcha: Conde d'Eu, Dona Isabel e Fundos de Nova Palmira (Caxias)²⁶, nas quais, a partir de cada légua, eram demarcados travessões e linhas, e essas subdivididas em lotes que começaram a receber levas de imigrantes, predominantemente italianos, a partir de 1875²⁷. As plantas (Anexo B e Anexo C) apresentam essa distribuição.

A colônia que foi chamada inicialmente de Fundos de Nova Palmira, com sede em Nova Milano, a partir de 1877 intitulada Colônia Caxias, foi anexada ao município de São Sebastião do Caí. Em 1884, foi nomeada Freguesia de Santa Thereza de Caxias, e, em 1890, tornou-se município e retoma a nomenclatura Caxias²⁸. O território da colônia Caxias teve várias incorporações e desanexações de território, que são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 4 - Incorporações e desanexações de distritos do município Caxias (1890-1934)

Distritos	Incorporação		Desanexação	
	Ano de instalação	Ato Legal	Ano	Ato Legal
1º distrito/Caxias-Sede	1890	Ato Estadual nº 529 de 6.11.1890	-	-
Nova Trento	1890	Ato Estadual nº 529 de 6/11/1890.	1924	Decreto Estadual nº 3320 de 17/05/1924.
Nova Milano	1902	Ato nº 38 de 25/12/1902	1917	Ato nº 84 de 31/12/1917
	1933		1935	Lei nº 2535 de 28/12/1979 (Distritos extintos e anexados ao 1º distrito) Decreto Estadual nº 5779 de 11/12/1934
Nova Pádua	1904	-	1924	Decreto Estadual nº 3320 de 17/05/1924
Galópolis	1914	Ato nº 14 de 02/02/1914	1924	Ato nº 192 de 31/05/1924
	1925	Ato nº 32 de 01/10/1925	-	-
Nova Vicenza	1918	Ato nº 84 de 31/12/1917	1935	Decreto Estadual nº 5779 de 11/12/1934
São Marcos	1921	Decreto Estadual nº 2822 de 23/06/1921	-	-
		Ato nº 150 de 30/06/1921	-	-
Ana Rech	1927	Ato nº 82 de 05/09/1927	-	-
General Flores da Cunha (Sede Nossa Senhora Loreto)	1934	Ato nº 187 de 30/11/1934	-	-
		Ato nº 187 de 01/12/1934	-	-

Fonte: Adaptado a partir de Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998, p. 34).

²⁶ Para saber mais sobre a formação da colônia Caxias, ver Herédia (1997) e Giron (1977).

²⁷ Entre 1875 e 1930, entraram no Brasil em torno de 1,5 milhões de italianos. (DE BONI; COSTA, 1984).

²⁸ O Decreto nº 720, de 29 de dezembro de 1944, acrescenta a posição geográfica “do Sul”, a partir de então passando a denominar-se Caxias do Sul.

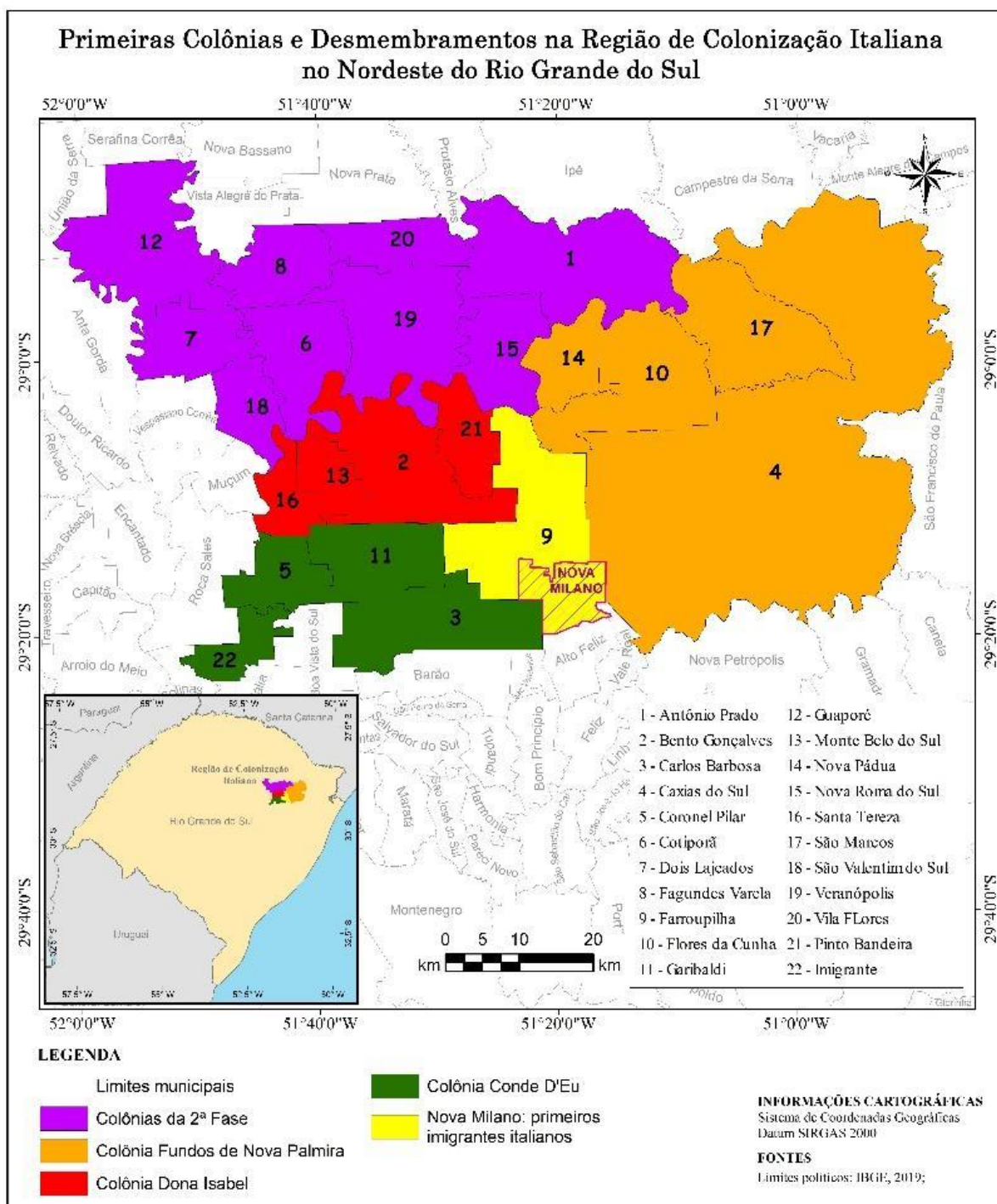
No Quadro 4, é possível identificar os distritos de Nova Milano e Nova Vicenza, que em 1934 passaram a compor o território de Farroupilha, assim determinados pelo Decreto Estadual de número 5779 de criação desse município.

Em 1884, as colônias Dona Isabel e Conde d'Eu foram elevadas à condição de povoações comuns e passaram a ser administradas pelo município de São João de Montenegro. (LUCHESE, 2015). Somente em 1890 tornou-se o município de Bento Gonçalves e, a partir de 1900, Dona Isabel permaneceu sendo o município de Bento Gonçalves, e Conde d'Eu passou a ser o município de Garibaldi.

É interessante perceber que, em 1881, Feijó muda-se para a Colônia Sertorina, organiza uma empresa para realizar a venda de lotes, abre uma serraria e uma olaria no local. (GASPERIN, 1984). Assim, constitui uma colônia particular bem no centro das colônias criadas pelo governo e que foi uma alternativa aos imigrantes que não conseguiram comprar lotes nas colônias imperiais ou que desejaram investir em mais áreas de terras na região.

As citadas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Fundos de Nova Palmira, Sertorina e Alfredo Chaves foram precursoras para a criação não só de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi, mas de vários municípios, como se pode ver a seguir:

Mapa 1 - Primeiras Colônias e Desmembramentos



Fonte: Cartografia de Luan Carlos Tomé dos Reis, atualizado a partir de Luchese (2015, p. 21).

A Colônia Dona Isabel constituiu os municípios de Bento Gonçalves (1890), Monte Belo do Sul (1958), Santa Tereza (1992) e Pinto Bandeira (2013); já a Colônia Conde d'Eu desmembra-se nos municípios de Garibaldi (1900), Carlos Barbosa (1959), Imigrante (1988) e Coronel Pilar (1996); e a Colônia Fundos de Nova Palmira formou os municípios de Caxias do Sul (1890), Flores da Cunha (1924), São Marcos (1963) e Nova Pádua (1992). As colônias

de segunda fase desmembradas formaram os municípios de Veranópolis (1898), Antônio Prado (1899), Guaporé (1903), Cotiporã (1982), Nova Roma do Sul (1987), Fagundes Varela (1987), Dois Lajeados (1987), Vila Flores (1988), São Valentim do Sul (1992), e, por fim, situa-se que Farroupilha (1934) foi um desmembramento de parte de Caxias do Sul (distritos de Nova Vicenza e Nova Milano) e parte de Bento Gonçalves (Vila Jansen) somada a um distrito de Montenegro (Nova Sardenha), esse último que não compõe a Região Colonial Italiana.

Com a instauração das municipalidades surgem as administrações públicas compostas por intendentes, responsáveis pela direção dos serviços, e os conselhos municipais, responsáveis pela elaboração e aprovação de leis e pela homologação de orçamentos. Além desses, compuseram a estrutura administrativa subintendentes, inspetores, fiscais, zeladores de estradas e cemitérios, auxiliares de obras públicas e administrativas, dentre outros. (LUCHESE, 2015).

Conforme Luchese (2015, p. 78),

[...] a criação dos municípios e o processo crescente de urbanização e industrialização promoveram melhorias nas estradas, a construção de pontes e pontilhões, a abertura de vias nas zonas rurais, normatizações sobre a organização do perímetro urbano, cobrança de impostos e organização dos códigos de postura. Passaram a ocupar-se também de questões até então pouco mencionadas: abastecimento de água potável na vila, recolhimento de lixo e cabungos. Assuntos, como: higiene e salubridade local, educação, segurança. Iluminação pública e desenvolvimento econômico passaram a ser discutidos e projetos foram encaminhados.

Ao referir-se ao desenvolvimento da RCI, até meados de 1930, Luchese (2015, p. 83) afirma que “Em poucos anos, as transformações ocorridas foram bastante significativas. De colônias apenas traçadas e demarcadas em lotes, para municípios que, já na segunda década do século XX, possuíam um desenvolvimento socioeconômico-cultural considerável”.

A população constituída - caracterizada por ser, em sua maioria, famílias com filhos - era predominantemente do norte da Itália, mais especificamente vênnetos e lombardos, mas também de imigrantes trentinos, friulanos e de outras regiões. (DE BONI; COSTA, 1984). O agricultor casado era o ideal de imigrante, conforme Luchese (2015, p. 64), pois “[...] com mais facilidade estabelecer-se-ia definitivamente e passaria a produzir para sustentar a família”.

Os imigrantes trouxeram consigo, além das famílias, a religião, as práticas culturais e as diferentes experiências profissionais e assim foram compondo territorial e culturalmente a Região Colonial Italiana. A comunicação foi repleta de muitos dialetos de origem italiana

que se transformaram no Coiné²⁹, um tipo de fusão dialetal à qual se adaptaram os imigrantes segundo Frosi e Mioranza (2009). Isto é, a cultura não pode ser considerada heterogênea, pois ocorreu um encontro de culturas que foram apropriadas e reapropriadas, uma bricolagem que reverberou nas maneiras de fazer das práticas cotidianas dos imigrantes. (CERTEAU, 2014).

A música fez parte da cultura cotidiana em muitas ocasiões, como, por exemplo, festas, rituais religiosos (batismos, casamentos, missa, canto do terço) ou até mesmo durante o trabalho na colônia com diferentes gêneros musicais, como óperas, canções religiosas ou populares. A presença das bandas, em vários distritos, completou o cenário musical³⁰ como expressão dos processos identitários. (SANTOS, 2018).

O núcleo familiar foi o primeiro espaço de sociabilidade em famílias geralmente patriarcais e numerosas. Eram elas que promoviam o *filó*³¹, o encontro entre famílias vizinhas à noite e reuniam-se nas capelas, construídas em mutirão pela própria comunidade, para as festividades. A igreja “[...] tornou-se o centro social, cultural e econômico das comunidades.” (LUCHESE, 2015, p. 87).

Inicialmente, havia poucos sacerdotes, no entanto, a partir do final do século XIX e início do século XX, estabeleceram-se na região diversas congregações religiosas, como “Capuchinhos, Carlistas, Palotinos, Irmãos de São José de Moutiers, Maristas, Salesianos e Lassalistas [...]”, dentre outras, a convite do Bispo D. Cláudio e J.G. Ponce de Leão. Esse contingente atuou no acompanhamento religioso, mas também na abertura de escolas, seminários, hospitais, orfanatos e fundação de jornais. (LUCHESE, 2015, p. 89).

O domingo era o dia sagrado, da missa, do descanso, de usar a melhor roupa, mas também de manter o comércio da vila aberto pela manhã, aproveitando o público que se deslocava para assistir à missa. As procissões, a reza do terço e as ladainhas faziam parte dos costumes desses imigrantes. (LUCHESE, 2015).

²⁹ O esquema de povoamento não atentou para critérios étnicos-linguísticos, dessa forma, vários dialetos conviveram: Vicentino, Feltrino-belunês, Trevisano, Paduano, Verônes, Veneziano, Rovigino (região do Vêneto); Cremonês, Bergamasco, Mantuano, Milanês, Bresciano, Varesino, Comasco e Paviense (região da Lombardia); Trentino (região Trentino-Alto Ádige) e Friulano (região Friuli-Venécia Julia), o que processualmente tornou-se o Coiné, em especial, a partir da década de 1950. (FROSI; MIORANZA, 2009).

³⁰ Santos (2018) mapeou algumas dessas bandas, os instrumentos utilizados, identificou membros participantes e situou as localidades a que pertenciam.

³¹ Homens e mulheres desenvolviam atividades distintas. Elas remendavam, costuravam, faziam a *dressa* (trança em chapéu de palha), crochê, e eles jogavam carta e conversavam sobre os negócios. Além de compartilhar histórias, lembranças, orações, vinho e alimento que tivessem disponível à época. (LUCHESE, 2015).

Progressivamente, as atividades culturais foram vinculadas às sociedades de mútuo socorro e a clubes recreativos em que se realizavam os bailes, as atividades cívicas e as competições desportivas. Assim, gradativamente, os espaços de sociabilidade ampliaram-se fora do núcleo familiar, com os cafés, os cinemas e as praças, dentre outros.

Essas colônias desenvolveram-se rapidamente por meio do trabalho agrícola, da criação de animais, da extração de madeira, do comércio, da prestação de serviço (funileiros, sapateiros etc.) e da indústria. Cultivavam-se milho, arroz, centeio, cevada, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar, marmelo, peras, maçãs, erva-mate, dentre outros. No entanto, foi o plantio da uva que caracterizou a economia local, e o vinho tornou-se o principal produto comercial.

Por conseguinte, surgiram as cooperativas vinícolas, uma organização coletiva que fortaleceu o setor na solução de problemas e dificuldades na venda de seus produtos. As cantinas com maquinários apropriados e grande empenho técnico passaram a ser a expressão do moderno na produção do vinho. (GIRON; HERÉDIA, 2007). Logo, as colônias de Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel tornaram-se exportadoras de diversos produtos. Inegavelmente, a colônia Caxias destacou-se com relação ao progresso econômico, teve um rápido desenvolvimento urbano e um centro comercial com oficinas, pequenas indústrias e casas comerciais que abasteciam o núcleo colonial e os bancos. A comunicação foi estabelecida com o telégrafo (1895) e a rede telefônica (1906), e em 1913 Caxias já contava com a energia elétrica.

A organização coletiva e as reivindicações constituíram uma característica dos imigrantes nessa região. Além da criação das cooperativas, associações³², sociedades de mútuo-socorro, capelas, solicitaram escolas e formaram lideranças nas colônias. Ademais, é preciso considerar que alguns imigrantes tinham vinculações políticas e sindicais na Itália e que tais participações têm ressonâncias inclusive na política das colônias. Assim, compreendo-os como homens ordinários que traçaram trajetórias próprias, utilizaram-se de estratégias e táticas, por conseguinte foram, por vezes, inventivos, criativos ou até mesmo subversivos para compor este lugar a eles determinado e assim inventaram o seu cotidiano. (CERTEAU, 2014).

³² Foram criadas Associações Comerciais em Caxias (1901), em Bento Gonçalves (1910), realizadas exposições como a Exposição Agropecuária de Caxias (1912) e a Exposição Agrícola e Industrial de Caxias (1913), com produtos de todos os municípios vizinhos. (LUCHESE, 2015). Sobre a Associação Comercial de Caxias, Giron e Bergamaschi (2001, p. 85) argumentam que ela representava a organização política do comércio, ou seja, comandava a política na região, além de discutir questões práticas como a construção de estradas, pontes, ferrovias, amparo aos produtores de vinho, dentre outras questões locais.

A Igreja Católica auxiliou como um elo entre os imigrantes e a nova pátria e pode ser considerada um elemento de identidade cultural, muitas vezes contando com padres italianos. Pode ser pensada, em conjunto com a família, como um espaço de segregação cultural em que se mantinha o elo com a italianidade, apesar de estarem em outro país. (BURKE, 2016).

Circularam na região muitos jornais que tinham linhas editoriais diferentes, vinculados, por vezes, a partidos políticos, por outras, à Igreja Católica. Alguns deles, inclusive, escritos em italiano. Conforme Luchese (2015, p. 89), “No engendramento das relações de poder, o sacerdote, através do confessionário, exercia forte controle sobre a vida de toda comunidade”.

Contudo, a Igreja Católica sofreu oposições com a instalação das lojas maçônicas³³ na região a partir de 1887. A primeira foi a Loja Maçônica Força e Fraternidade, aberta em Caxias. Como decorrência, houve vários atritos entre maçons e católicos, o que foi evidente em Caxias e mais ameno em Bento Gonçalves. Os templos maçônicos³⁴ foram espaços de definição de políticas públicas e ações regionais, inclusive atuaram efetivamente nas emancipações municipais, segundo Giron e Herédia (2007), de Caxias e de Bento Gonçalves em 1890, pela influência que tinham seus participantes junto ao governo estadual. No entanto, não se pode generalizar todos os imigrantes em católicos ou maçons, também havia metodistas, anarquistas, agnósticos, mazzinistas e comunistas na região. (LUCHESE, 2015).

O cuidado estende-se à questão étnica dos imigrantes, que em sua maioria eram italianos, no entanto, Malikoski (2014) argumenta que, por exemplo, na Colônia Caxias, em 1878, encontravam-se estabelecidos, além do contingente imigratório italiano, 206 brasileiros, 202 alemães, 49 polacos³⁵ e alguns franceses, espanhóis e ingleses. Em 1890, o recenseamento do IBGE apontou a presença de 33 pretos, 27 mestiços, 18.442 brancos e 4 caboclos. Conforme Gomes (2008), a população negra em Caxias ampliou-se, ainda, devido à instalação do 9º Batalhão de Caçadores, que em 1927 recebeu vários rapazes provenientes do 26º Batalhão de Infantaria de Pelotas, e em virtude da oferta de emprego devido ao crescimento econômico³⁶. Isso nos permite compreender que culturas de diferentes etnias conviveram no mesmo espaço geográfico.

³³ Sobre a atuação das lojas maçônicas no Rio Grande do Sul, ver Colussi (1998), e sobre a maçonaria em Caxias do Sul, ver Rela (2004).

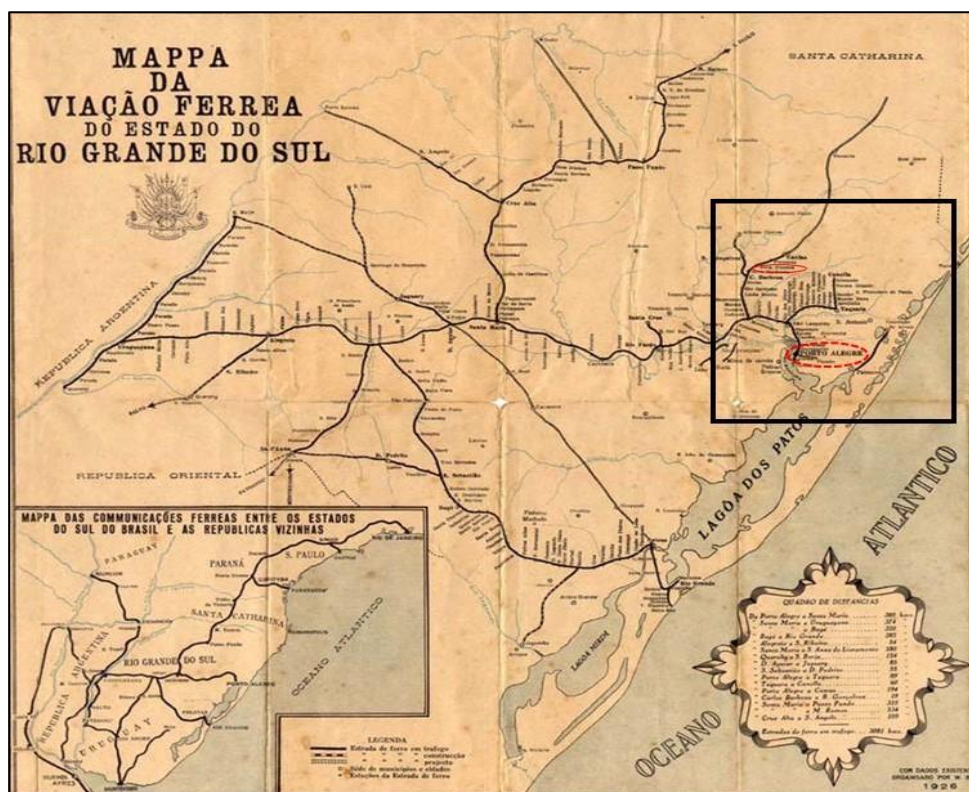
³⁴ Conforme Colussi (1998), os templos maçônicos instigam o pensamento absolutista na direção da liberdade, do racionalismo e do progresso.

³⁵ Sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul, o terceiro maior grupo étnico após alemães e italianos, e as escolas étnicas polonesas (1875-1939), ver o estudo de Malikoski (2014).

³⁶ Sobre os processos identitários, as representações e o associativismo negro com o surgimento do Clube das Margaridas (1933) e do Clube Gaúcho (1934), em Caxias do Sul, ver mais em Gomes (2008).

Em 1910, a malha ferroviária passou a fazer parte do cenário da serra gaúcha e, pelo trem, tornou-se possível escoar a produção da região - o que até então era feito pelo Porto do Caí - e promover o turismo regional. A seguir, pode-se visualizar a malha ferroviária do Estado. Estão sinalizadas a Estação de Nova Vicenza e a capital do Estado, Porto Alegre, em vermelho.

Mapa 2 - Viação Férrea do Rio Grande do Sul (1926)



Fonte: Adaptado de Regius (1926)³⁷.

A inauguração de uma via férrea ameniza um dos grandes entraves da região, que era a má condição de trafegabilidade de estradas³⁸. Assim, em conjunto com a abertura da estrada estadual Júlio de Castilhos, que ligava São Sebastião do Caí, Nova Vicenza e Antônio Prado, em 1911, e com a BR 116, na década de 40, reconfiguram-se as possibilidades de trafegabilidade no Estado.

A via férrea fortaleceu o comércio, em especial, em Nova Vicenza.

³⁷ REGIUS, W. **Mapa da Viação Férrea do Rio Grande do Sul**, 1926. Disponível em: https://www.ihgrgs.org.br/mapoteca/cd_mapas_rs/CD/imagens/mapas/cap_4/cap_4.3/images/566-310.jpg. Acesso em 12 mai. 2017.

³⁸ Segundo Luchese (2015), a construção de estradas foi uma das preocupações mais pontuais das administrações coloniais e das autoridades provinciais, registradas constantemente em documentos da época.

O antigo caminho dos imigrantes, que ligava a sede municipal de Caxias a São Sebastião do Caí, percorria a região entre a Primeira e a Segunda Léguas, situando-se mais próximo de Nova Vicenza do que de Caxias. A estrada de ferro que ligava Porto Alegre a Caxias, por outro lado, chegou primeiro a Nova Vicenza, mais tarde atinge Forqueta e só então Caxias. A proximidade da ferroviária e o acesso aos centros consumidores, ligados por ela, fizeram com que o comércio de Nova Vicenza prosperasse. Comerciantes de Bento Gonçalves e de outros pontos da região transferem para lá suas casas comerciais ou abrem filiais. (GIRON, 2000, p.10).

Assim, a capacidade de transporte aliada à produção colonial oportunizou, nesse local, o surgimento de um comércio³⁹ atacadista que comprava produtos fabricados e revendia para outras regiões, como a capital do Estado, Porto Alegre. O comércio instaurado próximo à Estação Férrea era predominantemente de descendentes italianos e alemães, os quais migraram de regiões próximas, trazendo consigo as atividades comerciais e a religião luterana⁴⁰. Dessa forma, nas proximidades da estrada de ferro, houve um acentuado crescimento, o que redefiniu o contorno urbano. Ali, paulatinamente, aglomeraram-se moradias, casas de comércio, instituições escolares e igrejas, configurando nesse local a área central de Nova Vicenza.

Os trens, conforme Brambatti (2005), a exemplo da Europa no século XIX, foram indispensáveis ao desenvolvimento do turismo. Essa movimentação contempla a ideia de um lugar com clima agradável e paisagens naturais para passar alguns dias, durante o verão, para a recuperação da saúde. Nesse sentido, ainda Luchese (2015) aponta que essa era uma característica da Região Colonial Italiana, pois,

A partir dos anos 20 (séc. XX), principalmente, era comum verem-se veranistas provenientes, em sua maioria da capital, que, atraídos pelo clima (pelas crenças higienistas era o ideal), pelos passeios por entre os parreirais e árvores frutíferas, pela tranquilidade das cidades nascentes, dirigiam-se à RCI. Hospedavam-se em casas de pasto, hotéis e mesmo em casas de família. Prestigiavam os pratos típicos, o vinho, as festividades e as exposições. (LUCHESE, 2015, p. 95).

A oferta de hospedagem para os veranistas contava com opções como hotéis e casas de veraneio, onde era possível desfrutar do citado clima ameno da serra gaúcha. A imagem a seguir apresenta um desses locais, o Veraneio Blauth, em funcionamento desde 1920, de propriedade de Elsa Blauth e do pastor luterano Kurt Haupt. Nos chalés ao fundo eram

³⁹ O comércio em Nova Vicenza, que contava com 13 comerciantes em 1905, após a inauguração da via férrea, passa a contar com 24 comerciantes e diversificar as atividades.

⁴⁰ Segundo Tartarotti (2014), as práticas religiosas luteranas iniciaram na área central entre 1912 e 1916, na residência de João Carlos Frederico Fetter, logo após transferindo-se para a residência de Guilherme Hengers, onde os cultos passam a ocorrer de três em três semanas com a presença do pastor Kurt Haupt. Somente no início da década de 20 a igreja começou a ser construída em um terreno doado por Carlos Fetter.

acomodados os veranistas durante sua estadia, que provinham principalmente de Porto Alegre, São Leopoldo e Montenegro. No total, 9 chalés acomodavam as famílias, e duas repúblicas alojavam os solteiros, sendo as moças ao lado da estação e para os rapazes ao lado dos trilhos. (BRAMBATTI, 2005).

Figura 3 - Veraneio Blauth [19--]



Fonte: Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti e Millo Ornaghi.

A fotografia nos permite perceber que a estrutura do veraneio está em meio à paisagem natural, com chalés e, ao centro, o vagão do trem. O local também contava com um açude para os banhistas, o qual não é possível ver na fotografia acima. Nova Vicenza contava também com o Veraneio Matte.

A mudança das estruturas políticas e econômicas no Brasil e na Europa, decorrência do capitalismo, reverberou na criação de uma estrutura emergente na RCI. Em síntese, em poucos anos, a RCI desenvolveu-se rapidamente com o trabalho, a organização das famílias e as novas possibilidades de oferta de serviços, de produção e de transporte, o que favoreceu a economia local e constituiu a possibilidade da exportação de produtos. Dentre as colônias, Caxias destacou-se em desenvolvimento e, na esteira, o distrito de Nova Vicenza, que irá, na década de 30 do século XX, promover a campanha emancipacionista.

Ainda é preciso considerar que, desde sua instalação nas colônias, os imigrantes não foram passivos e relacionaram-se pessoalmente com diretores de terras⁴¹, sacerdotes, políticos e autoridades locais, o que foi mediado entre consensos e conflitos permeados por relações de sociabilidade e poder.

Contextualizada a ocupação do território da Região Colonial Italiana, os desmembramentos posteriormente em municípios, os aspectos culturais, religiosos, econômicos e políticos, passa-se a sinalizar as questões atinentes à emancipação política de Nova Vicenza.

2.2 RUMORES DA EMANCIPAÇÃO

“Instituído o município de Farroupilha, é definido pelo ato nº 1, de 22 de dezembro de 1934, o dia de 29 de dezembro para a instalação do município, de caráter ‘festivo e solene’.”

(FARROUPILHA, 1934⁴²)

Diante do contexto apresentado, em meados da década de 20 do século XX, tiveram início rumores do desejo de emancipação de Nova Vicenza, período em que foi elevada a 2º distrito de Caxias. Essa campanha ganhou força somente na década de 30, com o apoio de comerciantes, proprietários de indústrias, administradores e funcionários de vinícolas e profissionais liberais, a exemplo, dentistas, advogados, químicos/enólogos. (TARTAROTTI, 2014). Como líderes do movimento, foram identificados Angelo Antonello⁴³ e Ulysses

⁴¹ Sobre as relações de poder, especificamente entre as autoridades regionais e os imigrantes italianos nas colônias de Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves, consultar Luchese (2009).

⁴² FARROUPILHA. **Ato 1**, 28 de dezembro de 1934. Designa dia para instalação do município. Livro Atos Municipais nº 1 a 236, anos de 1934 a 1940. SGDh.

⁴³ Angelo Antonello era filho de imigrantes italianos, não teve filhos, mas adotou os sobrinhos Armando Antonello e Pedro Antonello Filho. Filhos de seu falecido irmão. Comerciante, representante das empresas Frederico Mentz e A. J. Renner. Consignatário dos comerciantes do interior e de outros municípios. Assim, “As mercadorias que o trem trazia, eram retiradas por Angelo Antonello, que as depositava em seus galpões no aguardo de seus donos.” (TARTAROTTI, 2014, p. 69). Foi aceito na qualidade de sócio, no ano de 1912, na Associação Comercial de Caxias, a qual representava a organização política do comércio, que comandava a política na região, portanto, Giron e Bergamaschi (2001, p. 85) argumentam que os comerciantes em Caxias podem ser considerados “centros de poder”. Justificam que isso pode ser auferido nas eleições para conselheiros municipais, em que eram eleitos em sua maioria comerciantes por meio do voto popular. Outras decisões de ordem prática eram debatidas na associação. Assuntos como estradas, pontes e a ferrovia motivaram intervenções junto ao governo estadual, bem como o amparo à produção do vinho local por meio da fiscalização e da necessidade de um local adequado para seu armazenamento. (GIRON; BERGAMASCHI, 2001). Antonello foi também proprietário de madeireira em Caxias e produtor de vinho. Assumiu cargos como presidente do Tiro de Guerra 652 de Farroupilha, foi correspondente do Banco Nacional do Comércio S/A, conselheiro municipal em 1908 e 1924, além de exercer atividades junto à inspetoria escolar em 1909, em Caxias.

Castagna⁴⁴, que são aqui compreendidos como intelectuais mediadores à frente do movimento, isto é, “[...] homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social.” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 4).

Angelo Antonello era filho de imigrantes italianos e é perceptível sua influência política e econômica na região. Já Ulysses Castagna tinha uma vinculação com a viticultura e, além de químico e enólogo, foi atuante na imprensa jornalística e em discussões políticas. Portanto, compreendo que a aproximação de ambos ocorreu por afinidades políticas e intenções comuns, no momento em questão, a emancipação de Farroupilha. Ambos eram membros do Partido Republicano.

Sobre a atuação efetiva deles no comitê pró-emancipação, pode-se perceber as idas e vindas à capital do Estado, acompanhados de outros membros do comitê pró-emancipação, o envio de telegramas, correspondências, e a recepção de convidados para “[...] estudar os rumos que deveriam tomar os trabalhos para mais rápida criação do futuro município.”⁴⁵. Um desses convidados foi o sr. Clemenciano Barnasque, inspetor escolar, membro do P.R.L. e escritor, que participou de uma sessão aberta, em 5 de junho de 1934, conforme noticiado no *Jornal Correio do Povo*.

Além do comitê, foi criado o “Fundo pró-Farroupilha”, em que membros da comunidade doaram valores em dinheiro para custear as despesas do movimento. As doações têm diferentes valores e variam de 200\$000 a 20:000\$00⁴⁶ empenhados por 58 moradores.

Na organização do comitê pró-emancipação, o Coronel Ângelo Antonello ocupou o cargo de presidente e contava com o apoio de seu sobrinho, advogado, Armando Antonello para manter contato com as autoridades estaduais. Assim passaram a contar com o apoio de

Atos Damasceno Ferreira, que era um dos diretores da Secretaria do interior e de Mansueto Bernardi. Foi através de Atos Damasceno Ferreira que os membros da Comissão Emancipadora chegaram ao Secretário João Carlos Machado e, por intermédio deste, ao Governador General Flores da Cunha, interventor Federal. (TARTAROTTI, 2014, p. 267).

⁴⁴ Foi aluno da Escola Complementar em Caxias em 1913, após completou o terceiro ano do curso de Capatazes Rurais no Instituto de Agronomia e Veterinária de Porto Alegre. Foi jornalista e atuou em diferentes periódicos, como o *Jornal O Brasil*, *Cittá di Caxias*, *A Resistência* e o *Correio Colonial*, o que se acumulava à função de enólogo. Foi participante ativo de atividades sociais e políticas no município de Caxias e apoiou os produtores de uva em suas reivindicações. Segundo Tartarotti (2014, p. 56), foi também correligionário de Borges de Medeiros “[...] com quem tinha um relacionamento próximo.”

⁴⁵ *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, ano XL, nº 133, p. 7. AJCP.

⁴⁶ No período, estiveram vigentes dois padrões monetários: até outubro de 1942, o Mil Réis e, a partir de então o Cruzeiro. Mil Réis equivaliam a um Cruzeiro.

Quanto à relação de Atos Damasceno com Armando Antonello e Ulysses Castagna, Trentin (2002) esclarece que o secretário Atos veraneava anualmente em Nova Vicenza e foi uma das pessoas que orientou as ações do comitê. Segundo Tartarotti (2014), foi a aproximação de Angelo Antonello e Ulysses Castagna com Atos Damasceno que oportunizou o intermédio com o secretário João Machado e posteriormente com o general Flores da Cunha. Trentin (2002) assinala ainda outro momento significativo que ocorreu durante a campanha política do General Flores da Cunha, que fez uma promessa política em outubro de 1933, a de que, após eleito, decretaria criado o município de Farroupilha, discurso muito valorizado nos atos comemorativos acerca da emancipação⁴⁷.

A campanha não foi compreendida com bons olhos, em especial por Caxias e Bento Gonçalves, que manifestaram insatisfação mediante correspondências. Nelas também alertavam sobre o perigo da fragilidade econômica que aconteceria em decorrência do desmembramento.

O grupo pró-emancipação contou com integrantes das diferentes localidades que passaram a compor o município de Farroupilha, estando à frente da mediação de ideias e do encaminhamento de documentos ao governo do Estado e as demais municipalidades (Montenegro, Bento Gonçalves e Caxias) Armando Antonello⁴⁸ e Ulysses Castagna. Algumas hipóteses acerca das motivações que podem ter envolvido os discursos em prol da emancipação são as condições das estradas, a aplicação dos impostos pagos no local onde eram recolhidos e o desejo de um novo grupo de deter o poder de decisão política. A divulgação, em especial em periódicos da capital, deu visibilidade ao movimento que se concretizou em 11 de dezembro de 1934.

A emancipação foi comemorada com um programa festivo, que ficou sob a responsabilidade de comissões e ocorreu em diversos momentos, tais como: a solenidade de assinatura da ata de instalação do município, o banquete e o baile dançante, essas divulgadas no Jornal A Federação. Também existem registros de uma missa campal⁴⁹, de um churrasco e de uma passeata.

⁴⁷ A emancipação foi comemorada por um programa que durou vários dias e foi noticiado em periódicos regionais e da capital.

⁴⁸ Foi aluno de escolas étnicas italianas como a *Scuola Principessa Elena Di Montenegro* e do Instituto *Dante Aligheri*. Participante de movimentos estudantis, graduou-se em Direito em Pelotas.

⁴⁹ Conforme Gasperin (1989, p. 171), em “[...] 9 de janeiro de 1935. Houve missa campal, celebrada pelo Monsenhor Thiago Bombardelli. O local deve ter sido onde é hoje o Círculo Operário. Naquele tempo havia lá um matozinho e também um pinheiro, não muito alto. Era um descampado, sem grama. Lembro que assisti à missa com os pés roçando uns arbustos”.

O caráter festivo, com a realização de diversas comemorações, deixou representações acerca daquele momento. A mais recorrente em obras de memorialistas (GASPERIN, 1989; TARTAROTTI, 2014) e jornais⁵⁰, em especial edições comemorativas, é a da emancipação como algo muito esperado pela comunidade. A exemplo, Tartarotti (2014, p. 267) argumenta que “O desejo de emancipação [...] nasceu no coração das pessoas que aqui viviam. [...]. Em todos os quadrantes da Vila ecoava o clamor da liberdade de concretizar seus sonhos, desvincular-se das amarras que os prendiam ao comando de autoridade equidistante”.

Nesse sentido, é preciso pensar o significado e os sentidos que revestem a celebração que, “Com seus rituais, seus gestos, seus objetos, ela é uma gramática simbólica que permite enunciar, apresentando-o para ser visto ou ouvido, um projeto político[...]”. (CHARTIER, 2004, p. 38). Entendo, assim, que as comemorações em torno da emancipação do município assumiram a tarefa de socializar um projeto de ordem política e educativa na medida em que se pôde aprender as regras instituídas do funcionamento social farroupilhense. Dessa forma, uma grande festa pode diluir discursos contraditórios e minimizar as tensões que atravessam uma sociedade.

As comemorações não assumiram um caráter de festa popular, mas sim de evento oficial, sempre com a presença do prefeito e convidados que promoveram discursos acerca da emancipação. Assim, podemos ainda relacionar esses momentos como espaço simbólico no intuito de estabelecer unidade e identidade ao novo município, pois, ao passo que os sujeitos demarcam fronteiras simbólicas, um novo espaço, o município de Farroupilha, e não mais de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, delimita a diferença e assim um lugar próprio em relação ao outro. (HALL, 2000).

Admitindo que não existe memória espontânea, entendo que as celebrações, ao serem revestidas de sentidos, significados e discursos enaltecendo a conquista emancipatória, tornam-se “lugar de memória”, com o intuito de garantir a transmissão acerca do acontecimento. (NORA, 1993, p. 22). Os sujeitos à frente das comissões, responsáveis pelo caráter festivo e solene das comemorações, inscreveram “[...] o acontecimento comemorado no quadro dos jogos identitários aos quais devem fazer frente o grupo.” (CANDAU, 2016, p. 148). Assim, legitimaram a emancipação forjando uma unidade imaginada pelo grupo que comemora, registrada em fotografias e divulgada em periódicos tanto de circulação local quanto de circulação na capital do Estado.

⁵⁰ Faço referência ao Jornal Folha da Cidade e ao Jornal O Farroupilha, ambos publicados no município de Farroupilha e alusivos aos 50 anos do município.

Farroupilha pertence à primeira geração de municípios⁵¹ criada pelo Decreto Estadual 5.779 de 11 de dezembro de 1934, conforme transcrição (*in verbis*).

O Interventor Federal do Estado do Rio Grande do Sul, na conformidade do Artigo 20, nº 15 da Constituição e artigo 1º do decreto nº 4311, de 15 de maio de 1929: CONSIDERANDO ser aspiração coletiva a autonomia municipal do território constituído pelo segundo e sexto distritos de Caxias, pelo terceiro de Bento Gonçalves e pelo nono de Montenegro; CONSIDERANDO que o referido território, com uma população de 12.800 habitantes, tem comércio e indústrias bastante desenvolvidos, pois em 1933 contribuiu para os cofres municipais com uma renda de Rs. 345.000\$000; CONSIDERANDO que o seu desmembramento não será muito sensível aos municípios de que faz parte, os quais ficarão com rendas mais que suficientes para prover as exigências de sua vida autônoma:

DECRETA

Artigo 1º - Fica elevado à categoria de município com denominação de FARROUPILHA, a sede o povoado de Nova Vicenza, o território constituído pelo 2º e 6º distritos de Caxias (Nova Vicenza e Nova Milano) incluindo o Travessão Quatro Colônias, que ultimamente foi desanexado de referido 6º distrito, pelo 3º distrito de Bento Gonçalves (Jansen) e pelo 9º distrito de Montenegro (Nova Sardenha).

§ÚNICO – O 2º distrito do município de Caxias, o 3º de Bento Gonçalves e o 9º de Montenegro conservarão as atuais divisas.

Artigo 2º - Enquanto permanecer a situação instituída pelo Decreto Federal nº 19.398 de 11 de novembro de 1930 serão observadas no novo município a Lei Orgânica do de Caxias e a Lei de Orçamento para o corrente exercício que for aplicável.

Artigo 3º - Fica transferida ao novo município “FARROUPILHA” dívida ativa dos impostos e taxas dos contribuintes dos territórios desmembrados dos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro.

Artigo 4º - Fica fixado o “quantum” da dívida que o município de “FARROUPILHA” se obriga a pagar aos municípios, de cujo territórios foi constituído, a saber:

Ao de Caxias.....	907.500\$000
Bento Gonçalves.....	150.000\$000
Montenegro.....	172.000\$000

Artigo 5º - O Município de “FARROUPILHA” será Termo da Comarca de Caxias. Palácio do Governo em Porto Alegre, 11 de dezembro de 1934. José Antônio Flores da Cunha. (TARTAROTTI, 2014, p. 271).

O Decreto Estadual 4.311, citado no decreto de criação do município, estabeleceu critérios para a criação de novos municípios, dentre eles: compor um memorial comprobatório acerca da capacidade de produzir renda mínima cinquenta contos e ainda comprovar que o município do qual será desanexado o território não ficará com renda inferior

⁵¹ Os municípios no Rio Grande do Sul podem ser agrupados em três “gerações”, conforme Hessel (1977, p. 33), assim determinados pela data de criação do município e legislação que regeu a emancipação. Dessa forma, os municípios de primeira geração são considerados os criados até 1945 e a legislação no período seguiu “numerosos critérios históricos, políticos ou legislativos”. A primeira divisão municipal em 1809 deu origem aos municípios de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. A partir de então, diversos outros municípios são criados em maior incidência entre os anos de 1872 e 1885, alternados com períodos de estagnação na divisão político-administrativo no Estado, totalizando ao final do período 92 municípios.

ao mesmo valor, conforme a mensagem do governador do Rio Grande do Sul para a Assembleia. (RIO GRANDE DO SUL, 1891-1930)⁵².

Esmiuçando os artigos de Decreto 5.779, com relação ao artigo 1º, aos dois dias de janeiro de 1935, o Ato nº 2 altera a numeração dos distritos que constituem o município de Farroupilha, conservando as denominações anteriores. Assim, “[...]a vila de Farroupilha fica sendo a sede do 1º distrito; Flores da Cunha⁵³ (Antiga Jansen), a sede do 2º distrito; Nova Sardenha, a sede do 3º distrito; e Nova Milano, a sede do 4º distrito[...]”⁵⁴, e mantêm-se as divisas distritais.

Podem-se visualizar os quatro distritos no mapa a seguir:

⁵² **Mensagem** do governador do Rio Grande do Sul a Assembleia (1891-1930). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720500/2510>. Acesso em: 10 fev. 2018.

⁵³ O segundo distrito sofreu diversas trocas de nomenclatura. Em 15 de abril de 1938, passou a ser denominado Coronel Alfonso Massot (patrono da Brigada Militar do Rio Grande do Sul e pai da esposa de Gustavo Capanema), por meio do Ato 96 do município de Farroupilha, sob alegação de que havia um município já com a nomenclatura de Flores da Cunha no Rio Grande do Sul e assim a alteração seria necessária.

⁵⁴ FARROUPILHA. **Ato 2**, de 2 de janeiro de 1935. Altera a numeração dos distritos que formam o município, conservando as denominações anteriores. Livro de Atos municipais nº 1 a 236, anos de 1934 a 1940. SGDh.

Conforme podemos ver na imagem, o município de Farroupilha tinha seus limites ao norte com os municípios de Antônio Prado e Flores da Cunha, ao sul com os municípios de Montenegro e Caí, ao leste com os municípios de Caxias do Sul e a oeste com os municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi conforme os limites municipais traçados no ano de 1939. O Rio das Antas serve de divisa com Antônio Prado e nasce na serra dos Ausentes no município de Aparados da Serra. Também faz divisa com Antônio Prado o Arroio Biazus, que nasce na Linha Palmeiro. Tais especificações foram fruto da criação do Diretório Municipal de Geografia que tinha como competências oportunizar o conhecimento do território farroupilhense⁵⁶.

Na década de 1940, as denominações de ruas, escolas e distritos foram nacionalizadas. O segundo distrito foi denominado Coronel Alfonso Massot, o terceiro distrito passou a chamar-se Cajuru e o quarto distrito, Emboaba.

Para melhor compreender quais são as linhas⁵⁷ e povoados que passam a fazer parte de cada distrito, segue quadro abaixo:

Quadro 5 - Vilas e povoados dos distritos de Farroupilha (1941)

(continua)

Distrito	Sede	Linhas	Povoados	Distância da sede em Km
1º Distrito	Farroupilha	Palmeiro, Alencastro, Julieta e Vicentina.	São Marcos, Caravaggio e Vicenza Velha.	Distrito sede
2º Distrito	Vila Jansen	Cafundó, República, 24 de Maio, Jacinto Sul, Colombo, Rio Branco, Jansen e Amadeo.	Jacinto, Nossa Senhora das Dores e Monte Bérico.	15
3º Distrito	Vila Cajuru	São Miguel, Desvio Machado, Muller, Cornélio, Alencastro e Azevedo.	Burati, Desvio Blauth, Desvio Machado e Mundo Novo.	9

⁵⁶ Quer dos seus acidentes naturais (rochas, terras, relevo, rios e lagos e litoral, clima etc.), quer de suas características humanas (definição das linhas divisórias municipais e interdistritais, situação e caracteres das localidades, povoamentos e sua distribuição, estradas de ferro e de automóvel, caminhos carroçáveis e de tropa, navegação, linhas telegráficas e telefônicas, localização da produção extrativa, agrícola, pecuária e industrial etc). FARROUPILHA. **Ato 111**, de 26 de agosto de 1938. Institui o Diretório Municipal de Geografia. Livro de Leis nº 1 a 71, anos de 1935 a 1939. SGDh.

⁵⁷ A divisão das terras era realizada em linhas ou travessões e, a partir dessa organização, em lotes numerados. “As divisões eram feitas, em geral, sobre mapas, não respeitando acidentes geográficos, a não ser de maior relevo, como o rio das Antas e afluentes.” (FROSI; MIORANZA, 1975, p. 39). As linhas recebiam nomes, que por vezes, eram em homenagem às autoridades ligadas ao Ministério da Agricultura, da Inspeção de Terras ou da Própria Comissão de Terras.

(conclusão)

Distrito	Sede	Linhas	Povoados	Distância da sede em Km
4º Distrito	Vila Emboaba ⁵⁸	Machadinho, Travessão Milanez, Travessão São José, Travessão Trentino, Travessão São João, Sete colônias, Boêmios ⁵⁹ , Perau, Pedro Guedes, Portugal e 19 Lotes.	Forqueta Baixa, Boêmios, Sete Colônias, Perau, São José, São Miguel, Santos Anjos, São Roque e Loreto.	7

Fonte: Elaborado a partir da correspondência nº 318-7-941 de 8 de fevereiro de 1941, emitida pela Prefeitura Municipal de Farroupilha para o Tesoureiro do Correio e Telégrafo Jorge Moojen. CER/AGPMF.

Observo que, apesar de o nome da vila do segundo distrito ser Coronel Alfonso Massot, no documento acima, o citado em correspondência acessada emitida pela prefeitura de Farroupilha é Jansen. Dessa forma, podemos pensar que o nome foi alterado para cumprir uma exigência legal, no entanto, a localidade continua sendo reconhecida e citada pelo nome anterior, ou seja, Jansen.

Já com relação ao artigo 2º, no tocante à observação da Lei Orgânica e do orçamento de Caxias, houve uma adequação com relação às despesas e receitas determinada no ato 8, de 10 de janeiro de 1935, assinado pelo prefeito Armando Antonello.

[...] considerando ser necessária uma lei própria, que orce o orçamento e a despesa, equilibrando melhormente os interesses dos contribuintes e da prefeitura, com instruções mais adequadas à nova organização municipal recém-criada; considerando que o projeto da lei foi devidamente revisto pelo Conselho consultivo do município e pelo General Flores da Cunha, DD. Interventor Federal no Estado, conforme comunicação oficial do Departamento da Administração Municipal. Resolve. Art. 1º Orçar em 350:000\$000 a receita geral do Município de Farroupilha, para o corrente exercício de 1935, e fixar em igual quantia a despesa ordinária e extraordinária. Art. 2º - A receita e despesa serão realizadas de acordo com os quadros que acompanham o presente ato. Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário⁶⁰.

⁵⁸ A localidade, de 1875 até 1938, foi denominada Nova Milano. Em 1939, passou a ser nominada como Emboaba. No ano de 1949, voltou a ser denominada Nova Milano, “[...] com o desejo de restaurar um nome consagrado pela tradição, prestando, assim, uma homenagem reconhecida ao estrangeiro que atravessou os mares para cooperar pelo nosso engrandecimento e progresso.” Conforme descrito em **Projeto de Lei nº 124.49** de 31 de agosto de 1949, CER/AGPMF. FARROUPILHA. **Lei Municipal nº 36**, de 5 de setembro de 1949. Restabelece a denominação de “Nova Milano” à atual Vila – Emboaba. Livro de Leis nº 1 a 71, anos 1935 a 1939, SGDh.

⁵⁹ Nos documentos acessados a grafia variou entre Linha Bohemios e Linha Boêmia, no entanto, optou-se por uniformizar para esta pesquisa a grafia por Linha Boêmios conforme atual denominação do IBGE.

⁶⁰ FARROUPILHA. **Ato nº 8**, de 10 de janeiro de 1935. Orça receita e despesa ordinária para o exercício de 1935 e dá várias instruções. Prefeito Armando Antonello, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizado na administração de Avelino Maggioni. SGDh/AGPMF.

Ainda com relação às receitas e despesas, Caxias comunica que não arcará mais com o ônus do pagamento do aluguel do Grupo Escolar da antiga Nova Vicenza, bem como dos prédios em que se localizavam as subprefeituras de Nova Vicenza e Nova Milano, respectivamente, bem como a taxa de telefone da subprefeitura de Nova Vicenza. Solicita também ao juiz Eurico Leão Lustosa que Farroupilha recolha o preso Eugenio Ribeiro Borges de Nova Vicenza “[...] ao xadrez daquela localidade pois, com a criação do município de ‘Farroupilha’ [...] não mais compete a Caxias arcar com as despesas de alimentação.”⁶¹. Dessa maneira, demarca-se a ruptura entre a municipalidade de Caxias e Farroupilha. Dada a emancipação, cada qual arca com seus custos.

Para compreender as práticas de gestão do poder local e com o intuito de identificar se foram além das previstas pela legislação federal ou estadual, apresentam-se os prefeitos de Farroupilha nomeados ou eleitos no período, pois “A constituição histórica do município assenta num território, numa população e num governo.” (MAGALHÃES, 2014a, p. 11). Observa-se que, instituído o Governo Provisório da República, as intendências municipais passaram a ser denominadas por prefeituras⁶².

Os administradores estão nominados no quadro a seguir de 1934 até 1951.

Quadro 6 - Prefeitos de Farroupilha/RS (1934 - 1951)

Prefeito	Período	Observações
Armando Antonello ⁶¹	1934 a 1937	Nomeado – Eleito
Capitão Eudoro Lucas de Oliveira	1937 a 1940	Nomeado
Tenente Januário Dutra	julho/1940 a dez/1940	Nomeado
Nelson Thooy Schneider	1940 a 1942	Nomeado
Antonio Pedroso Pinto ⁶³	1942 a 1944	Nomeado
Raul Cauduro	1944 a 1947	Nomeado
Alberto Olmiro Farinon	abril/1947 a dezembro/1947	Nomeado, PSD
José Baumgartner	1947 a julho de 1951(faleceu em mandato)	Eleito, PTB

Fonte: Elaborado a partir de Montegutti, Giacomel e Dall’Osbel, (1993).

No período em questão, ocorreram mudanças na Constituição Federal no que tange à eleição ou nomeação dos prefeitos. Em 1934, o artigo 13 garante que o prefeito seja eleito

⁶¹ Jornal **O Momento**, Caxias, 3 de janeiro de 1935, ano II, nº 98, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/104523/493>. Acesso em: 31 mar. 2018.

⁶² Jornal **A Federação**, de 15 de abril de 1935, ed. 89, p. 3, Porto Alegre. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/77191>. Acesso em: 17 mar. 2020.

⁶³ Em Montegutti, Giacomel e Dall’Osbel (1993, p. 50) o nome do prefeito apresenta a grafia “Antônio”, porém nos documentos acessados no arquivo da Prefeitura Municipal de Farroupilha a grafia é “Antonio” e essa foi a escolha de grafia para esta pesquisa.

em seu inciso I: “a eletividade do Prefeito e dos Vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta;” (BRASIL, 1934). O prefeito Armando Antonello foi eleito em 17 de novembro de 1935, após dez meses de gestão enquanto prefeito nomeado⁶⁴, provisoriamente (TARTAROTTI, 2014), situação que se alterou com a Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, em seu artigo 27, o qual determina que “O prefeito será de livre nomeação do Governador do Estado.” (BRASIL, 1937). Esse foi o caso dos prefeitos capitão Eudoro Lucas de Oliveira, tenente Januário Dutra, Nelson Thooy Schneider, Antonio Pedroso Pinto, Raul Cauduro e Alberto Olmiro Farinon.

Já no ano de 1946, o artigo 28 voltou a assegurar a autonomia dos municípios também “pela eleição do Prefeito e dos Vereadores;” (BRASIL, 1946) e assim foi eleito o prefeito José Baumgartner, que faleceu em mandato, e então assumindo, na oportunidade, o vice-prefeito eleito Ângelo Bartelle.

Da mesma forma, a Câmara de Vereadores funcionou de 1935 até 1937⁶⁵, quando foi decretado o Estado Novo e então permaneceu fechada até 1947. Em 1934, foi instituído o Poder Legislativo Provisório, composto pelos já citados membros do Conselho Consultivo Edvino Blauth, Angelo Venzon e Ulysses Castagna. A instalação da Câmara Municipal de Vereadores, por sua vez, foi realizada em 30 de novembro de 1935 e fizeram parte como primeiros membros os vereadores diplomados Ulysses João Castagna, presidente, Pedro Grendene, Henrique Venzon, Luiz Buseti, José Tosin, José Baumgartner e João Farinon. Após a aprovação de 27 Decretos-Leis, em 16 de novembro de 1937, conforme artigo 178 da Constituição Federal, foi realizada a dissolução do Poder Legislativo, registrada na ata 51/1937. (PESSIN *et al.*, 2011).

Além dos prefeitos, conselheiros e vereadores, fizeram também parte da administração municipal os subprefeitos. A função de subprefeito foi atribuída a delegados de confiança do prefeito, e suas atividades foram desenvolvidas em cada distrito correspondente. Era de sua responsabilidade exercer a autoridade policial, sugerir ao prefeito a divisão dos distritos em seções e a nomeação dos inspetores, efetuar o lançamento de impostos que lhe coubessem, vistoriar os bens municipais, estradas, pontes, praças, jardins e cemitérios municipais, impor multas municipais previstas, conceder licença para

⁶⁴ Foi nomeado pelo Decreto nº 5.787, de 18 de dezembro de 1934. Jornal **A Federação**, Porto Alegre, 18 de dezembro de 1934, Ano LI, nº 288, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/76982>. Acesso em: 2 abr. 2018.

⁶⁵ Esses primeiros dois anos da atuação da Câmara de Vereadores ficaram praticamente esquecidos no município, somente sendo revisitados quando da movimentação em torno da pesquisa para a escrita da obra *A Câmara na história* no ano de 2003. Até então a galeria de presidentes da Câmara de Vereadores iniciava em 1947, sendo a partir de então atualizada.

divertimentos públicos, comunicar ao prefeito as possíveis necessidades de melhoramento no distrito, fazer cumprir as leis e posturas municipais, prestar contas semestralmente, além de outras atribuições caso fossem determinadas pelo prefeito, inclusive sua substituição nos casos previstos na Lei Orgânica⁶⁶.

Pode-se observar que Farroupilha sofreu diversas mudanças em um curto espaço de tempo, pois em 1934 assume o prefeito Armando Antonello, que nomeou o conselho consultivo. No final de 1935, Armando Antonello foi eleito por voto popular e assumem também os primeiros vereadores eleitos, momento em que foi instalada a Câmara de Vereadores. Em 1937, decretado o Estado Novo, Armando Antonello é substituído pelo prefeito nomeado Eudoro Lucas de Oliveira, e a Câmara de Vereadores foi dissolvida, situação que se altera novamente somente em 1947, quando toma posse o prefeito eleito José Baumgartner e a Câmara de Vereadores é instalada novamente.

A emancipação política de Farroupilha, que não foi um processo sem resistências, se concretizou ao final de 1934, o que oportuniza a um outro grupo de sujeitos assumir a administração pública, que contou com períodos de prefeitos eleitos e nomeados. A partir de então, ganha contornos o município no qual interessa-nos saber sobre as ações da municipalidade instituídas em prol do ensino primário. Para tanto, a seguir, contextualiza-se o lugar, a economia, a população, a constituição da administração pública municipal, os espaços públicos, locais de sociabilidade, aspectos culturais, religiosos, condições de trafegabilidade e comunicação.

2.3 FARROUPILHA: “UMA CÉLULA VIVA QUE CONGREGADA NO CONCERTO HARMÔNICO DAS COMUNAS DO RIO GRANDE, PROGRIDE, AVANÇA E PRODUZ”⁶⁷

“Cidade de trabalho, em verdade outro não poderia ser o espetáculo que Farroupilha põe diante de nós, ainda que em rápida visita. Ali tudo vive, tudo se move, tudo avança, na solidificação do realizado, nas iniciativas sempre crescentes, das novas e úteis realizações, na certeza absoluta de um futuro promissor e de progresso.”

(JORNAL A ÉPOCA, 1940⁶⁸)

⁶⁶ FARROUPILHA. **Lei Orgânica**, 1 de janeiro de 1936. Livro de Leis nº 1 a 71, anos de 1935 a 1939. SGD.H.

⁶⁷ O título foi inspirado pelo título de uma reportagem divulgada no jornal **A Época**, em 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95, p. 5, em que o município sob a administração de Januário Dutra é representando dessa forma. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/437>. Acesso em: 18 jun. 2018.

⁶⁸ Jornal **A Época**, Caxias, 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95, p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/437>. Acesso em: 18 jun. 2018.

A edição especial do periódico *A Época*, destinada aos municípios da região nordeste do Rio Grande do Sul no ano de 1940, anunciou uma representação do município de Farroupilha aliada ao progresso, vinculado ao trabalho, em um local que estaria integrado ao cenário gaúcho, fortalecendo o discurso em voga no período em prol da unidade de uma nação.

Ao emancipar-se, já contava com uma população de 12.800 habitantes⁶⁹, igrejas, escolas, locais de sociabilidade, atendimento de saúde em hospitais: Sanatório Nova Vicenza e Hospital Beneficente Cibelli⁷⁰; comércios⁷¹, “[...] 31 indústrias e 45 casas que formavam o comércio local.”⁷². Além disso, hotéis, casas de veraneio e o Tiro de Guerra 652⁷³. Em pouco mais de 50 anos, o local onde chegaram os primeiros imigrantes italianos para comprar um lote de terras devolutas passou a ser o município que apresentava um estruturado desenvolvimento, oportunizado inclusive pela via férrea, que contrastava entre os primeiros ares urbanos e as áreas rurais. Esse cenário pode ser compreendido como “[...] traços da adaptação do país às práticas de modernização⁷⁴ difundidas pelo mundo.” (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 33).

Após a emancipação, a arquitetura ganhou novos contornos, pois a administração e os serviços públicos passaram a necessitar de espaços físicos para seu funcionamento. A prefeitura foi instalada, inicialmente, em um prédio⁷⁵ localizado na rua Coronel Pena de

⁶⁹ Os habitantes passaram a 19.784 em 1970 e 28.995 em 1980, concentrando a maioria da população, nesse período, na área urbana. Após os primeiros vinte e cinco anos da emancipação política, ocupava lugar de destaque na produção agrícola. Em 1969, foi instalado o distrito industrial no município que tinha sua economia pautada na agricultura, com o cultivo principalmente de videiras. Já em 1974, passa a ser um reconhecido polo industrial; em 1984, contando já com 355 indústrias. (MONTEGUTTI, GIACOMEL, DALL’OSBEL, 1993).

⁷⁰ Sobre o processo histórico do Hospital Cibelli e sobre a história da medicina de Farroupilha, consultar Rössler (2018).

⁷¹ Sobre o comércio em Farroupilha, ver mais em Lins (2013).

⁷² Jornal **O Farroupilha**, Farroupilha, maio de 2000, p. 6. Caderno especial aos 125 anos da Imigração Italiana no RS. BPMOB.

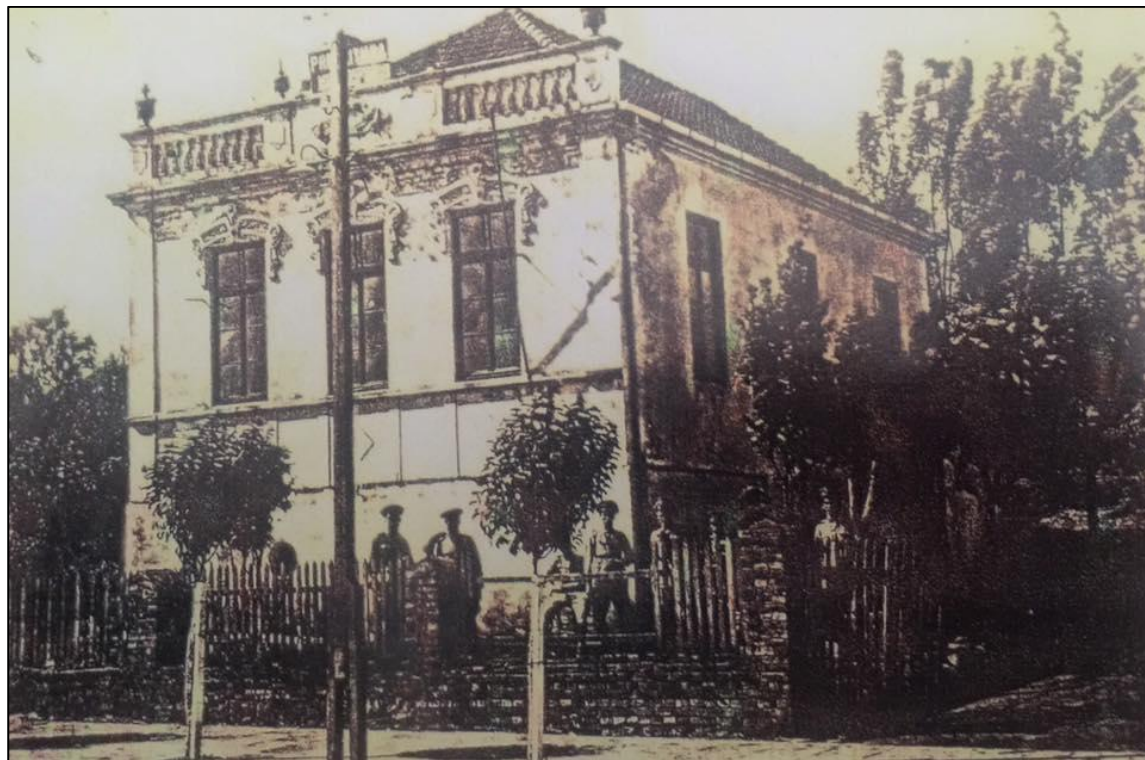
⁷³ Segundo Tartarotti (2014, p. 193), criado em 1921, foi idealizado pela comunidade para manter na vila os jovens que atingiam idade para prestar serviço militar, porém foi extinto pelo governo no ano de 1939 diante da possibilidade de precisar dos jovens para a Segunda Guerra Mundial. A extinção gerou a fusão dos sócios do Tiro de Guerra 652 com os sócios do Clube Vicentino, aproveitando a sede do Tiro de Guerra para o Clube Vicentino.

⁷⁴ “[...] modernidade pode então ser vista como uma nova consciência, uma sensibilidade, uma nova percepção de realidade que interferiu nos costumes e nos estilos de vida (organização social) e cujos indícios mais visíveis foram reconhecidos na Europa do século XVII, sobretudo com o advento da Revolução Industrial. A modernidade se espalhou mundo afora em forma de uma dinâmica de desenvolvimento e de exaltação do presente e do futuro – logo, de desprezo pelo passado.” (CARVALHO; CARVALHO, 2012, p. 32).

⁷⁵ Ainda sobre o imóvel que acolheu o poder público municipal e seus serviços, destaco que foi um prédio alugado e era de propriedade da família Fetter. Livro de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS nº 1, 1937-1944, p. 4. CMVF.

Moraes, o qual compartilhou o espaço com a Delegacia de Polícia, a Junta de Alistamento Militar, o alojamento da polícia e o cárcere municipal, o que explica a presença dos policiais na imagem a seguir:

Figura 4 - Prédio da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1935)



Fonte: Tartarotti (2014).

A delegacia ficou nesse período sob a responsabilidade do delegado Luciano Courtois. A professora Alice Gasperin (1989, p. 173) escreveu sobre a primeira sede, que

[...] foi provisoriamente instalada num prédio que tinha sido casa de moradia familiar. Era uma casa de dois pisos. O térreo servia de cadeia. A prefeitura propriamente dita ficava no andar superior, que não tinha porta para a rua. Entrava-se pela porta dos fundos, e para chegar a ela vencia-se um pequeno aclave. Subindo podia-se espiar os presos no piso térreo.

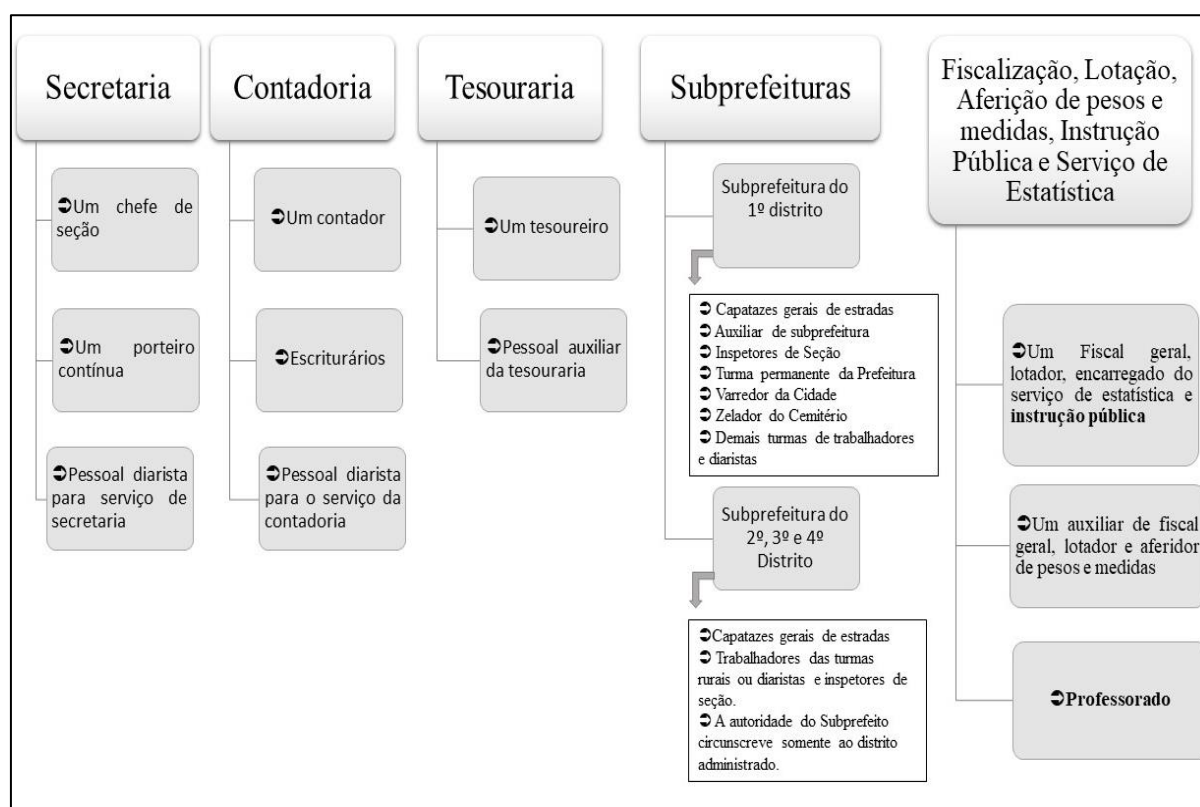
Ou seja, a parte superior do prédio foi destinada para a prefeitura, e a inferior para os demais serviços⁷⁶. No tocante à segurança pública, inicialmente foi feita por “praças municipais”, que foram substituídos por soldados da Brigada Militar, em junho de 1935, por

⁷⁶ Instituída a administração municipal, foram seus primeiros funcionários Deodoro Weisheimer, na função de tesoureiro, Angelo Venzon Neto, responsável pela Instrução Pública, Mario Zacoute Guy, secretário e contador e Giacomo Valentin Luchese, escriturário. (JORNAL FOLHA DA CIDADE, 8 dez. 1989, p. 4).

determinação do governo estadual e assim foi extinta a polícia municipal⁷⁷. Foram também instalados o Fórum, a Tribuna do Júri e os respectivos cartórios em outro espaço, na rua Júlio de Castilhos. Essa estrutura burocrática foi complementada pela construção do novo prédio da delegacia e do presídio, em 1939, que no período teve uma tarefa acentuada, em virtude da segunda Guerra Mundial: a de vigiar os colonos que falavam italiano. (TARTAROTTI, 2014).

A administração pública municipal instituída constituiu um aparato administrativo e burocrático de controle que reflete a interferência direta do Estado, acentuada ao longo do Estado Novo no país. Para melhor compreensão, apresenta-se o organograma de seções e pessoal da prefeitura, proveniente da Lei nº 71 de 1939:

Figura 5 - Organograma das seções da administração municipal (1939)



Fonte: Elaborado a partir de Farroupilha (1939)⁷⁸.

A organização burocrática das funções municipais inclui a Instrução Pública e os professores na seção de “Fiscalização, Lotação, Aferição de pesos e medidas, Instrução

⁷⁷ FARROUPILHA. **Ato 7**, de 26 de junho de 1935. Extingue a polícia municipal. Livro Atos Municipais nº 1 a 236, anos 1934 a 1940. SGDH.

⁷⁸ FARROUPILHA. **Lei nº 71**, de 26 de junho de 1939 FARROUPILHA. Organiza as diversas seções da prefeitura e dispõe sobre outras instruções. Livro Leis nº 1 a 71. Anos 1935 a 1939. SGDH.

Pública e Serviço de Estatística”. A Instrução Pública fica a cargo de um Fiscal Geral, Lotador, Encarregado dos Serviços de Estatística e Direção da Instrução Pública, a partir de então, cargo criado em 31 de dezembro de 1938⁷⁹.

A função de diretor da Instrução Pública foi delegada desde a primeira administração a Angelo Venzon Neto⁸⁰ tarefa a que, segundo Gasperin (1984) e Tartarotti (2014), era muito dedicado. E, ainda conforme Gasperin, (1989, p. 342) acumulava outras funções junto a de inspetor escolar, pois,

O número de funcionários era diminuto. Além do cargo de inspetor escolar que exercia, substituíam outras vagas, por impedimento dos titulares. Assim foi Tesoureiro, Escriturário da Contadoria, Fiscal Geral e Loteador, Aferidor de pesos e medidas, Serviço de Estatística, Bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal, Sub-prefeito da sede, Diretor de Obras etc. Depois de trinta anos de serviços prestados à Prefeitura Municipal de Farroupilha, aposentou-se.

No tocante à Instrução Pública, vamos ter a implementação da orientadora de ensino, na década de 1940, uma professora estadual que irá atuar junto às professoras municipais.

Ainda no ano de 1939, foi inaugurado um novo prédio⁸¹, construído para abrigar a prefeitura. O momento foi registrado com a imagem a seguir:

⁷⁹ FARROUPILHA. **Ato nº 151**, de 31 de dezembro de 1938. Cria os cargos de Fiscal Geral, Lotador, Encarregado dos Serviços de Estatística e Direção da Instrução Pública e Aferidor de Pesos e Medidas e Auxiliar do Fiscal Geral, Lotador. Livros de Atos municipais nº 1 a 236, anos 1934 a 1940. SGDh.

⁸⁰ Nasceu em São Marcos, interior do município de Farroupilha, filho de imigrantes italianos. (TARTAROTTI, 2014). Antes de ser funcionário público, era comerciante, proprietário de um pequeno hotel e do Café Central, local em que “[...] os homens da época se reuniam para tratar de seus negócios[...]”. (GASPERIN, 1989, p. 341). Foi o primeiro presidente eleito da Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Farroupilha, no ano de 1953, conforme o Jornal do Dia, Porto Alegre, 27 de maio de 1953, ano VII, avulso, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/16553>. Acesso em: 02 abr. 2018. Aponto que em 1938 teve autorizado pelo Juiz de direito a alteração de seu nome de Angelo Venzon para Angelo Venzon Neto, publicado no jornal **O Momento**, Caxias, 4 de julho de 1938, ano VI, nº 278, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/1370>. Acesso em: 2. abr. 2018.

⁸¹ Os editais para construção do prédio para prefeitura e a praça foram publicados no jornal **O Momento**, em 8 de maio de 1939, ano VII, nº 322, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=104523&pesq=Eudoro%20Lucas%20de%20Oliveira&pasta=ano%20193>. Acesso em: 14 ago. 2018.

Figura 6 - Inauguração da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1939)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

Na fotografia, o administrador é Eudoro Lucas de Oliveira, que aparece de uniforme militar ao lado do padre Monsenhor Tiago Bombardelli, ilustrando a proximidade da autoridade política e da religiosa no município, o que é recorrente nas festividades públicas e nos artigos dos jornais quando citam as autoridades presentes. A foto foi realizada nos fundos da Prefeitura e contou com a presença de diversas pessoas, entre homens e mulheres, sendo a presença masculina predominante. A inauguração demarca simbolicamente um novo local no qual emanam-se decisões políticas, reivindicações populares e prestam-se serviços públicos.

No espaço junto à Prefeitura, no andar superior, passou a funcionar, a partir de 1941, a Biblioteca Olavo Bilac, que iniciou seu funcionamento com muitos dos livros doados⁸². As professoras municipais contribuíram oferecendo uma coleção de livros com várias obras

⁸² Diversas correspondências solicitam doações de livros para compor o acervo da Biblioteca Municipal. Também se aponta que foram trocadas correspondências e ofícios entre o município e Augusto Meyer Filho (diretor do Instituto Nacional do Livro) com diferentes finalidades. Dentre eles pode-se observar que o Prefeito Nelson Schneider justifica (outubro de 1941) os motivos de não ter sido ainda inaugurada a Biblioteca (falta de livros), comunica a inauguração, solicita o encaminhando de 45 exemplares, acusa o recebimento de notícia sobre livraria de Porto Alegre que vende livros com descontos para bibliotecas, justifica que assim que realizaram compras comunicará para assim serem registradas no Instituto Nacional do Livro. CER/AGPMF.

literárias, diversos volumes de educação física e outros livros pedagógicos, históricos e infantis⁸³. Também foi criada uma seção especial composta por obras que se referiam à agricultura, por ser esta a principal atividade da região⁸⁴.

Além das doações, existiram compras de livros para compor o acervo, o que por vezes, ocorreu de forma quase que impositiva. Um exemplo disso foi o envio da remessa com 12 exemplares da obra intitulada *Denúncia!*⁸⁵, de autoria de José Coelho de Souza, Secretário de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul, já com a duplicata inclusa, que foi obviamente aceita pela municipalidade, ao custo de 8\$000 cada exemplar.

Em correspondência à Tipografia Thurmann de Porto Alegre, alega que a prática de encaminhar a remessa de exemplares já era realizada com as principais prefeituras do país. A correspondência apresenta ainda a sinopse da obra, que é

[...] a história dos acontecimentos que determinaram a ação do governo contra o Nazismo na sua atividade criminosa contra as nossas instituições mais caras e significativas. É um livro que deve ser conhecido por todos os brasileiros, no instante em que o mundo se vê a braços com mais sérios problemas sociais. Mostra o perigo a que tivemos expostos; mostra como trabalhavam os agentes alemães em nosso território, na sua obra de demolição da nossa Pátria. Por isso “*Denúncia!*” deve ir até as escolas municipais, deve ser lido pelo funcionalismo público, por todos os espíritos esclarecidos, cuja opinião orienta a vida do povo em geral. Com a presente remessa, acreditamos que V.S. tudo fará para que chegue ao necessário destino, cada volume desta obra⁸⁶.

Livros foram também ofertados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que encaminhou as obras *Caxias, o pacificador do Brasil*; *A Balaçada* e o número 14, ano II da *Revista dos Jornais*⁸⁷; *O exemplo da América e o exemplo do Brasil*; *Getúlio Vargas e o Direito Social Trabalhista* e dois números da *Revista O Brasil de ontem, hoje e amanhã*⁸⁸.

⁸³ **Correspondência 292-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para as professoras municipais, 3 de fevereiro de 1941. Agradece a doação de livros para a Biblioteca Municipal. CER/AGPMF.

⁸⁴ **Correspondência 794-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Ministro da Agricultura, 10 de setembro de 1941. Pede doação de publicações do Ministério de Pecuária e Agricultura. **Correspondência 795-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Secretário dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul, 10 de setembro de 1941. Pede publicações para a biblioteca. CER/AGPMF.

⁸⁵ **Correspondência** da Editora Thurmann para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, sem data, recebida em 9 de junho de 1942. Remessa de Livros da obra *A Denúncia!* CER/AGPMF. A obra é fruto da conferência de Coelho de Souza na Associação Brasileira de Educação, realizada em novembro de 1941 no Rio de Janeiro. (QUADROS, 2006). Também foi identificada a compra de um exemplar do livro *Eu fui médico de Hitler*. CER/AGPMF.

⁸⁶ **Correspondência** da Editora Thurmann para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, sem data, recebida em 9 de junho de 1942. Remessa de Livros da obra *A Denúncia!* CER/AGPMF.

⁸⁷ **Correspondência 619-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), 23 de setembro de 1942. Acusa o recebimento de obras e agradece. CER/AGPMF.

⁸⁸ **Correspondência 547-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), 3 de setembro de 1942. Acusa o recebimento das obras e agradece. CER/AGPMF.

Chartier (2004, p. 376) argumenta que se sabe da influência atribuída

[...] aos objetos escritos por todos aqueles que pretendem regular as condutas e moldar os espíritos. Daí o papel pedagógico, disciplinador, aculturador atribuído aos textos colocados em ampla circulação para numerosos leitores[...].

Dessa forma, faz-se necessário desnaturalizar o surgimento das bibliotecas públicas no período e ainda compreender que, no contexto do Estado Novo, mesmo que existissem doações de livros, certamente, havia restrições do que seria disponibilizado para a comunidade. O momento histórico em questão veicula fortemente o nacionalismo.

Outra importante obra que mudou os contornos da área central foi a construção da Praça da Bandeira⁸⁹. O lugar escolhido para ela foi ao lado do prédio da prefeitura e pode-se ver na fotografia bancos e luminárias, o que indica que o local servia de espaço de sociabilidade, o qual poderia também ser frequentado à noite.

Figura 7 - Praça da Bandeira [193-]



Fonte: Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti e Millo Ornagui.

O discurso veiculado nos periódicos para justificar a construção da praça foi o de ter Farroupilha um clima salubre, ser um ponto de veraneio e os moradores terem acesso a ela pelas estradas, o que a configura também como espaço coletivo de encontro em que se desenvolve a vida social e os espaços e identidade. (CALDEIRA, 2007). Além disso, de

⁸⁹ Na construção do Brasil urbano, a praça assume o conceito vitruviano de centro político-administrativo. Assim demarca o local para a instalação dos prédios públicos, o ponto de encontro, mas também de comércio e manifestações, herança da cultura urbana portuguesa. (CALDEIRA, 2007).

representar o domínio político, pois é a praça onde está o prédio da prefeitura e onde foram realizadas as comemorações públicas como por exemplo os desfiles cívicos.

O prédio da prefeitura e a praça, no ano de 1939, compõem uma arquitetura urbana que contava ainda com “[...] 60 belos prédios mais ou menos”. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1939, p. 39). Alguns desses belos prédios são construções que merecem destaque, pois representam, simbolicamente, a presença da Igreja e da Educação (pública estadual e confessional), na área central do município: a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus e os prédios do Grupo Escolar Farroupilha e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes. A Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus foi inaugurada em 1935, em substituição à igreja em madeira construída em 1922, que marcou a disputa pela área central do município, que acabou por desenvolver-se nas proximidades da Estação Férrea. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL’OSBEL, 1993).

Figura 8 - Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus [194?]



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

Na fotografia da Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus, vê-se, ao fundo da imagem, à esquerda, parte do Sanatório Nova Vicenza, também inaugurado nesse mesmo ano e que contava com o auxílio das irmãs scalabrinianas no atendimento aos enfermos; à direita, o

Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁹⁰. Muito próximo à igreja, apesar não ser visualizado na fotografia, localiza-se o Grupo Escolar Farroupilha⁹¹. Visualiza-se, ainda, na imagem, bandeiras e uma grande quantidade de pessoas. Por isso, entende-se que se trata de um dia festivo. No recenseamento de 1940, declararam ser católicos romanos um percentual de 97,74% dos habitantes, apenas 2% protestantes e 1% dividiu-se entre os ortodoxos, espíritas, de outra religião, sem religião ou não declarados. Conforme Santos (2018), essa convivência não foi totalmente pacífica. Havia, por vezes, hostilidade entre os católicos e os protestantes, em especial no período de nacionalização. Os protestantes também tinham uma igreja na área central, na década de 1920.

Os cantos nas igrejas eram em italiano, para os católicos, e em alemão, para os protestantes, o que se alterou por volta de 1940 em função do acirramento da campanha de nacionalização no país. Diante da situação, D. José Barea traduziu os cantos e criou o manual *Cantai ao senhor* para a diocese de Caxias do Sul e as demais paróquias constituídas por imigrantes italianos. (SANTOS, 2018).

Ainda com relação às questões culturais, os discursos em torno de questões étnicas e da assimilação da brasilidade foram recorrentes no município. Mesmo o seu nome envolve a questão da assimilação, pois o discurso em torno da escolha foi de que “O nome de Farroupilha conferido a esta terra diz da inserção total do imigrante que adotou esta terra como sua e aqui, suando de sol a sol, santificou a nova pátria com a mesma coragem.”⁹². Porém, é interessante observar o pedido de uma Bandeira Nacional feito pelo subprefeito do 3º distrito no ano de 1941, em que justifica: “[...] pois, nos dias de feriados, nesta localidade, se tem a impressão de que não se vive no Brasil.”⁹³. Tal argumento auxilia na compreensão de que esse município, que, inicialmente, foi ocupado por imigrantes italianos conserva características culturais étnicas que aos poucos pretenderam ser encobertas por discursos nacionalistas.

⁹⁰ Sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ver Belusso (2016).

⁹¹ Sobre o Grupo Escolar Farroupilha, ver Fernandes (2015).

⁹² Jornal **Folha da Cidade**, 1984, p. 2. BPMOB.

⁹³ **Correspondência s/nº** do subprefeito do 3º distrito para o prefeito de Farroupilha, em 1941. Pede uma Bandeira Nacional. CER/AGPMF.

Além disso, o Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio⁹⁴, que recebe anualmente procissões de fiéis em 26 de maio, em sua primeira igreja, contou com a presença dos padres italianos scalabrinianos⁹⁵ Carmine Fasulo e Henrique Domingos Poggi.

A seguir, apresenta-se o prédio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, inaugurado em 1943, localizado ao lado da Igreja Matriz.

Figura 9 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1943)



Fonte: Acervo da secretaria da Paróquia Imaculada Conceição, das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

O prédio, construído em três andares, contou com a colaboração financeira também da comunidade e compõem as construções imponentes junto ao Grupo Escolar Farroupilha, inaugurado em 1938.

⁹⁴ Conforme Vendrúsculo (2015), existem no Brasil vários santuários de Nossa Senhora de Caravaggio no Brasil, localizados no Rio Grande do Sul: Canela, Passo Fundo, Erechim, Esperança do Sul, Paim Filho, Guaraciaba, Nova Palma e Paraí; em Santa Catarina: Brusque, Criciúma, Joinville, Nova Veneza, Lages; no Paraná: Matelândia; e em São Paulo: Rio Claro.

⁹⁵ A imagem da Nossa Senhora foi trazida pelos imigrantes italianos, em torno de 1877, que colonizaram a Linha Palmeiro. Quando pensada na construção de uma igreja maior, a partir de 1944, a inspiração foi o Santuário de Caravaggio, na região da Lombardia, Itália, e o campanário logo ao lado da igreja conserva os sinos trazidos de Bassano-Vêneto, Itália. (VENDRÚSCULO, 2015).

Figura 10 - Grupo Escolar Farroupilha (1938)



Fonte: Fernandes (2015).

O conjunto de prédios, muito próximos, a Igreja e as duas instituições escolares somadas às demais apresentadas reconfiguram o espaço urbano em apenas uma década após a emancipação. O espaço racionalizado impõe uma lógica de utilização, organiza, regra a vida em sociedade, em conjunto com as normas instituídas localmente. Dentre as regras, o futebol e o ciclismo tornaram-se proibidos nas ruas e nas calçadas. A infração de tais normatizações poderia gerar multas de 10\$000 a 100\$000, conforme a reincidência⁹⁶. Já a praça de desportos, próxima aos colégios, não deveria ser ocupada por alunos em horário de aulas⁹⁷.

Além da normatização de condutas, a preocupação com a salubridade motivou edital específico para tratar do lixo, determinando que todos os prédios residenciais ou comerciais, no perímetro urbano, tivessem recipientes adequados para o recolhimento dos dejetos. Não seria admitido o descarte em quintais ou vias públicas, e deveria ser seguida a seguinte recomendação: “[...] de modo especial ao povo em geral que tenha o máximo cuidado de não

⁹⁶ **Edital nº 8**, Prefeitura Municipal de Farroupilha, 21 de dezembro de 1938, assinado pelo prefeito Eudoro Lucas de Oliveira. CER/AGPMF.

⁹⁷ Foram emitidas correspondências, em 1 de abril de 1941, para a direção do Grupo Escolar Farroupilha e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, solicitando que fossem os alunos orientados de que no horário de início das aulas deveriam deixar os jogos e ir aos colégios. CER/AGPMF.

jogar nos passeios cascas de banana ou de outras frutas, a fim de que os transeuntes não venham a sofrer quedas.”⁹⁸.

Nesse sentido, a municipalidade solicitou aos colégios da área central auxílio a seguir justificado.

Empregando esta administração todos os esforços no sentido de manter a cidade limpa, o que não vem só causar boa impressão aos visitantes, como, também, proporciona bem estar aos próprios habitantes, julguei conveniente recomendar às direções dos estabelecimentos de ensino locais e circunvizinhos, sejam introduzidas nas normativas sobre preleções de boa educação, instruções com referência ao asseio das vias públicas, recomendando aos alunos que não joguem, desnecessariamente, nos passeios cascas de frutas, o que me foi dado a observar, e não depredem as árvores existentes nas ruas da cidade⁹⁹.

Assim, percebemos a ideia de que a Educação pode auxiliar “[...] nas práticas urbanas com o propósito de produzir o cidadão moderno e civilizado.” (VEIGA, 1997, p. 103). A Educação com ênfase nos valores da modernidade – tempo, precisão, memória e razão – ocorrem na escola e fora dela, isto é, o espaço urbano também adquire uma função social, enquanto cidade, o que não quer dizer que não possa haver resistências e contradições no processo.

O município que investe em estradas, institui espaços públicos é o mesmo que restringe o uso das ruas, calçadas, praças, determina o lugar do lixo e pede para que a escola auxilie no estabelecimento de práticas sociais que são consideradas pela municipalidade adequadas, o que expressa tensionamentos na utilização dos espaços do município. Essas práticas estão associadas à “Civilidade, racionalidade, materialidade, progresso, liberdade, individualidade[...]”, substantivos que definiram o início do século XIX (VEIGA, 1997, p. 104), e que perduram e ganharam contornos específicos em Farroupilha no início do século XX.

Ainda nessa direção, a preocupação com o trânsito mereceu a atenção do governo municipal. A exemplo, cito o Decreto nº 10, de 25 de abril de 1941, em que “Fica proibido o estacionamento de animais de montaria nas ruas centrais da cidade”. Dessa forma, aqueles que necessitassem estacionar deveriam fazê-lo em poteiros particulares ou ainda no poteiro da prefeitura. Com relação às carroças, essas poderiam permanecer em frente aos estabelecimentos comerciais o tempo necessário para realizar cargas e descargas.

⁹⁸ **Edital nº 66**, Prefeitura Municipal de Farroupilha, 7 de janeiro de 1941, assinado pelo prefeito Nelson Schneider. CER/AGPMF.

⁹⁹ **Correspondência 327-7-941**, de Nelson Schneider, Nelson Schneider, para a Madre Diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, 1 de junho de 1941. Solicita a inclusão de boa educação nas preleções. Correspondência de igual teor foi encaminhada para o Grupo Escolar Farroupilha. CER/AGPMF.

A medida foi justificada considerando os riscos para o trânsito causados pelos animais de montaria em meio ao movimento, a falta de higiene “[...]em virtude dos focos de imundícies[...]”, a necessidade de manter a cidade limpa, a falta de uma estética adequada causada pela grande quantidade de palanques que “[...] dificulta o trânsito e enfeia a cidade [...]” e, por fim, por já estar a medida implementada em outras cidades do mesmo porte¹⁰⁰.

Os animais de montaria certamente já concorriam por espaço com os automóveis, que, no ano de 1944, já chegavam a 29, dentre eles caminhões de carga, automóveis de aluguel e de uso particular. Esses ainda compartilhavam espaço com as 31 bicicletas e as 10 motocicletas igualmente registradas na delegacia de polícia¹⁰¹.

As estradas, já citadas em diversos momentos anteriores, fizeram parte dos trabalhos das primeiras administrações como se pode perceber no manifesto ao povo do município de Farroupilha divulgado no Jornal Folha da cidade, em 1984¹⁰², durante a administração de Antonello ainda enquanto prefeito nomeado.

Foram iniciados nesse período de 10 meses os seguintes serviços de estradas novas: 8.480 metros ligando Farroupilha a Machado, no 3º distrito, com 2 pontilhões de 16 bueiros entre grandes e pequenos. 4 quilômetros em 8 colônias, 4º distrito, com 3 bueiros. 2 quilômetros ligando Nova Sardenha a Rio Caçador, no 3º distrito. 700 metros na sede para a comodidade dos carregamentos à Viação Férrea e construção de um moinho de [...] e milho. Estão projetados ainda, para realização imediata, 800 metros, ligando Odorico Bergamo e a Estrada Nova do Machado, e a ligação entre este município e a sede do distrito de Montenegro, São Vendelino. Todas as estradas municipais foram recompostas, quer com os dias de serviço dos contribuintes, quer com as expensas da Prefeitura e segundo tenho eu mesmo constatado, todas estão boas, com exceção da que liga Farroupilha – Caxias que depende de uma consolidação viável pelo recíproco entendimento com a futura administração de Caxias¹⁰³.

Ainda consta nesse manifesto a construção e reconstrução de pontes, pontilhões e bueiros. A cautela com as estradas também é pontuada no relatório de gestão do ano de 1939 que o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira enviou para o coronel Osvaldo Cordeiro de Farias. Nele citam-se diversos quilômetros de estradas reparadas, bueiros construídos e reconstruídos, pontilhões reconstruídos e pontes construídas. Além dos investimentos no perímetro urbano,

¹⁰⁰ FARROUPILHA. **Decreto 10**, de 25 de abril de 1941. Provê sobre o funcionamento de carroças e animais de montaria, nas principais artérias da cidade. Livro de Decretos nº 1 a 100, anos 1940 a 1951. SDGH.

¹⁰¹ Conforme **relação** nominal de proprietários de bicicletas e motocicletas emitida pela delegacia de polícia em 1944. CER/AGPMF.

¹⁰² Jornal **Folha da Cidade**, Farroupilha, 8 de dezembro de 1984, p. 24. BPMOB.

¹⁰³ Jornal **Folha da Cidade**, Farroupilha, 8 de dezembro de 1984, p. 24. BPMOB.

Construção de bueiro, construção de uma faixa de macadame na rua Júlio de Castilhos, numa extensão de 100 metros, construção de 449 metros de cordões e sarjetas e 300 metros de passeios: arborização de diversas ruas: construção da Praça da Bandeira, [...]além de reparos feitos nas ruas da cidade¹⁰⁴.

Pode-se visualizar parte da rua Júlio de Castilhos na imagem a seguir:

Figura 11 - Vista área de Farroupilha/RS [194-]



Fonte: Arquivo pessoal de Luiz Carlos Kuhn, cedida por Mário Carlos Buscaíno.

Na fotografia, avistam-se as ruas calçadas, construções em sua maioria de dois andares em material, na área que acolhia diversos comércios.

O município contava com o transporte coletivo realizado pela Expresso Farroupilhense e, em 1940, passou a contar com a Estação Rodoviária. A inauguração foi noticiada no jornal *O Momento*, de 7 de outubro de 1940¹⁰⁵, e cita que foi a “[...] primeira estação rodoviária, especialmente construída no Estado, e a segunda no Brasil, pois a primeira foi inaugurada em Belo Horizonte, não faz muito”. Teve como agente rodoviário

¹⁰⁴ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, domingo, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 2 abr. 2017.

¹⁰⁵ Jornal **O Momento**. Caxias, 7 de outubro de 1940, ano III, ed. 395, capa. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=104523&pasta=ano%20194&pesq=Belo%20Horizonte>. Acesso em: 8 mar. 2016.

Harry Kroll. Ele e sua esposa eram os responsáveis pela emissão dos bilhetes rodoviários. (TARTAROTTI, 2014).

A comunicação contava na década de 40, do século XX, com uma agência dos Correios e Telégrafos, que expedia em média cinco malas postais por dia e recebia sete. Os telegramas eram produzidos em um único aparelho telegráfico Morse. A rede de telefone também já era encontrada em alguns pontos do município. No período da pesquisa, somente foi localizado o periódico Gazeta Farroupilha, publicado em 1936, sob a responsabilidade de Isidoro La Porta como diretor e Hercio Moraes como redator com efêmera duração.

Com relação aos espaços de sociabilidade, alguns deles foram constituídos após a emancipação, como, por exemplo, o caso do sítio Santa Rita, local em que “[...] altos funcionários dos poderes públicos do Estado lá passam sossegadamente a estação de repouso.”¹⁰⁶. Nesse local, o lago foi cenário para as atividades do Grêmio Náutico de Farroupilha, únicas na região. Além desse espaço de sociabilidade, outros já existiam desde o início do século XX e foram alterando sua constituição e organização como o Clube do Comércio e o Centro Cívico e Cultural Santa Rita¹⁰⁷. Vários locais de sociabilidades estiveram vinculados a clubes esportivos. Alguns deles, inclusive, afiliados à Federação Rio Grandense de Desportos, que em 1941 eram os seguintes:

Quadro 7 - Clubes de futebol (1941)

Denominação	Localização	Presidentes
Grêmio Sportivo Brasil	Nesta cidade	Arlindo Petera
Sport Clube Desvio Blauth	Desvio Blauth	Oscar Carlos Closs
União Eglantina	Linha Ely	Emilio Bondan
Sociedade Recreativa e Esportiva Burati	Rio Burati	Horacio Damiani
Aliança Católica	Linha Alencastro	Jacob Dors
Aliança Católica	Monte Bérico	Josue Paese
Sport Club Farroupilha	Vila Jansen	Pedro Mandelli
Sport Club Garibaldino	Travessão Milanez	André A. Pezzi
Clube Monte Bérico	Linha Jansen	Domingos Signori

Fonte: Ofício¹⁰⁸ (1941).

Os clubes, além das atividades sociais, empenharam-se na prática de esportes como futebol, cestobol, voleibol, tênis, atletismo, remo e natação. O esporte mobilizava diferentes grupos, um deles, em especial, em torno de um clube de futebol criou o Clube 24 de Janeiro,

¹⁰⁶ Jornal **A Época**, em 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/437>. Acesso em: 18 jun. 2018.

¹⁰⁷ Fundado em 1928 com o objetivo de promover bailes e montar um time de futebol (GASPERIN, 1989).

¹⁰⁸ **Ofício 661-7-941**, de 18 de junho de 1941. Relação de clubes de futebol de Farroupilha. CER/AGPMF.

fundado em 1914, que passou a denominar-se Clube Vicentino em 1925. Ainda no mesmo ano, Esporte Clube Vicentino e, mais tarde, tornou-se o Clube do Comércio. (TARTAROTTI, 2014).

Os estatutos sociais do Esporte Clube Vicentino, em seu artigo 5º, definiram como competências dessa sociedade:

a) Promover reuniões, em sua sede, para confraternização de seus associados e para aventar e debater assuntos de caráter social e desportivos, para seu melhoramento, progresso, etc. b) Elevar e concorrer para o melhoramento moral e social, proporcionando a seus associados diversões familiares. c) Manter uma biblioteca de bons e instrutivos livros, excluindo-os de má leitura ou reacionários. d) Proibir taxativamente as discussões religiosas ou políticas, entre seus associados no recinto da Sociedade. e) Promover conferências literárias, cívico econômico e sociais; estimular a criação do amadorismo, em desportos, representação de palco, etc. f) Promover e concorrer para o desenvolvimento de jogos sociais, tais como: tênis, *ping-pong*, bolão, bem como em datas nacionais e outras previamente designadas, realizar reuniões e vespéral dançante¹⁰⁹.

A partir de então, é possível ter uma noção das atividades desenvolvidas, que não se restringem ao esporte, vão além propondo atividades recreativas, sociais e culturais, que, conforme Santos (2018), eram restritas aos sócios. A formação de uma biblioteca expressa sua intencionalidade nos estatutos, anunciando que existe uma seleção dos livros ofertados a seus associados. E a declarada proibição de discussões políticas em seu estatuto não se concretiza, já que nos periódicos consultados percebe-se que foi o espaço de homenagens a políticos e a sede de comemorações diversas.

Ainda em se tratando das atividades promovidas pelo Clube Vicentino, são diversas as imagens que retratam o carnaval. As mesmas foram conservadas pelos memorialistas Millo Ornaghi e Raul Tartarotti. O conjunto de fotografias acerca do tema engloba um retrato de 1936, que apresenta um bloco carnavalesco, sem identificação dos componentes; outra, datada de 1937, registra o Bloco dos Bacharéis do Amor e, por fim, a imagem de 1939 é a do Bloco do Picolé, como podemos ver abaixo, composta pelos integrantes fantasiados.

¹⁰⁹ Estatutos Sociais do Grêmio Esporte Vicentino, 1934, p. 4. APRPTMO.

Figura 12 - Carnaval no Esporte Clube Vicentino (1939)



Fonte: Acervo pessoal de Raul Pedro Tartarotti e Millo Ornaghi.

Na imagem, pode-se ver um bloco composto por homens e mulheres com fantasias temáticas, no entanto, nem todas são iguais, a de alguns dos rapazes da primeira fila mudam. A seguir, vemos também os demais integrantes que “emolduram” as mulheres presentes, deixando-as em segundo plano, uma representação simbólica de hierarquia social. Dessa forma, entendo as fotografias como indício de que o carnaval foi uma das festividades que mereceram registro no período e que não somente restringiam-se ao espaço do clube, pois outra imagem recorrente em diferentes acervos (Museu Municipal Casa de Pedra, Acervo pessoal de Raul Tartarotti e Millo Ornaghi), como pode ser visualizada a seguir, apresenta o carnaval de rua. Esse registro fotográfico, em especial, no verso explica que “Por falta de vagões para carregar madeiras, no dia do Carnaval a turma promoveu o enterro simbólico da Via Férrea”. A imagem está datada de 1916, sinalizando que a prática cultural ocorreu por várias décadas.

Figura 13 - Carnaval de rua em Farroupilha (1916)



Fonte: Acervo pessoal de Raul Tartarotti e Millo Ornaghi.

Ao fundo da fotografia, vemos a Estação Férrea de Nova Vicenza; à frente, o bloco de foliões que estão posicionados ao redor de uma carroça com um caixão puxada por bois, com um padre em frente dele, em cima da carroça. O bloco foi composto por homens, mulheres e crianças fantasiadas, estas aparecem sentadas em frente à carroça com chapéus pontudos. Ao lado direito, os homens ali posicionados não estão fantasiados e usam chapéus, típicos das vestimentas na época. Diante das fotografias, compreende-se que o carnaval foi uma prática cultural apropriada e reapropriada no contexto local. Nesse sentido, Chartier (2004, p. 38) argumenta que “As diferenças regionais ou locais nas maneiras de encarnar a significação central da prática carnavalesca dizem mais aqui do que sua suposta universalidade”. Uma das representações dos carnavais do Clube Vicentino é que eram “[...] quatro noites de muita alegria e divertimento, reunindo jovens e casais num clima de muita camaradagem e divertimento”. (TARTAROTTI, 2014, p. 197).

Além disso, destaque dentre as atividades culturais o Cine Guarani, que, desde 1920, se encontrava situado na rua Júlio de Castilhos. Inicialmente, com apenas um projetor, passava os filmes sem som e, segundo Clovis Tartarotti, em entrevista às pesquisadoras Pozenato e Giron (2007), o repertório era constituído por dois filmes: A Paixão de Cristo e um outro de caubói. Posteriormente, a estrutura do cinema foi ampliada e passou a ter espaço

para atender um público maior, servindo de palco, inclusive, para campanhas políticas. Em uma dessas oportunidades, conforme Clóvis Tartarotti, houve o comício para Tiago Luchese quando concorreu à prefeito. (POZENATO, GIRON, 2007).

Retomando o sítio Santa Rita, anteriormente citado, ponto de veraneio e de atividades náuticas, podemos ver na fotografia a seguir a utilização desse local também por banhistas.

Figura 14 - Lago do Santa Rita (1939)



Fonte: Almanaque Ilustrado (1939, p. 38).

A fotografia foi divulgada no Almanaque Ilustrado, no período em que houve a troca de administração do Capitão Eudoro para o Januário Dutra (1939). A publicação exalta o espaço como importante para prática de esportes e como ponto de veraneio. Ao fundo, vemos os praticantes de esportes náuticos, e, à frente, os banhistas compartilhando o lago do sítio Santa Rita. Essa área de terra, distante a 4 quilômetros da cidade, foi adquirida na gestão de Armando Antonello, onde também foi iniciada a construção de uma primeira barragem para abastecimento de água do município.

Além das práticas, já apresentadas, Santos (2018, p. 46), afirma que “O *footing* foi uma prática cultural presente nas primeiras décadas do século XX em Farroupilha”. Uma reportagem do Jornal A Federação explica, em detalhes, a prática:

O *footing* é um desporto elegante que, como muitos outros, endurece os músculos das pernas, impedindo o ankylosamento. Para a parisiense, como para a mulher de qualquer canto do globo, esse desporto torna-se agradável a todos estados e a todas as bolsas. Condiz com o humor contemplativo do poeta, com a alegria exuberante da criança, com a melancolia dos desiludidos, com a doce conversa íntima do

namorado que caminha sem ver onde anda. O *footing* é eminentemente propício a conversa e se é avisada escolher com muito cuidado o vestido que se deve usar, tanto deve ter na escolha do companheiro [...] É aflitivo o contraste entre a beleza e a fealdade [...]¹¹⁰.

Passando a questões econômicas do município, o movimento de exportação, no ano de 1938, apresentou a decorrência do quadro produtivo das décadas anteriores, a variedade de produtos tais como lenha, garrafas vazias, ferramentas diversas, milho, feijão, vinho, uvas frescas, calçados, tábuas de pinho, farinha de trigo, trigo em grão, café e caramelos, fibra de linho e cal virgem. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1939).

Após a emancipação política, o comércio passou a ser normatizado pelos atos municipais, que regulam, por exemplo, as condições sanitárias, passam a emitir licenças para vendedores ambulantes e definem o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais. No tocante às condições sanitárias, em 1939, o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira argumenta que,

Apesar do município ressentir-se da falta de médico da Higiene, foram tomadas por essa administração várias medidas acauteladoras da Saúde Pública fazendo adaptar os açougues às exigências da Lei e exercendo severa fiscalização na matança de animais. Foi regulada também a venda do leite em garrafas brancas com rolha de borracha ou em tarro de ferro galvanizado. As garrafas seguras e as rolhas de palha foram assim, postas fora de uso... Apesar de Farroupilha ser um lugar salubre, onde nunca houve sequer um caso de surto epidêmico, alimentamos a esperança de que, no próximo exercício, seja criado o Posto de Higiene nesta cidade¹¹¹.

Ou seja, as medidas são apenas preventivas, pois a representação que faz do município é de um local salubre, sem problemas. Com relação ao comércio ambulante, o regulamento determina que os vendedores ambulantes somente poderiam exercer a função, subordinados a terceiros, sendo maiores de 18 anos, e tendo a licença da Prefeitura. A mesma seria emitida mediante a apresentação da carteira de trabalho e, em caso de estrangeiro, da comprovação de situação legal no país. E aqueles que vendessem alimentos deveriam prezar pela higiene, tanto nas vestimentas adequadas quanto na conservação dos alimentos, devendo ainda serem examinados por um médico uma vez por ano para comprovar a ausência de moléstias contagiosas¹¹². E quanto ao comércio nas áreas rurais, o ato nº 230, de 1940, autorizava sua

¹¹⁰ Jornal **A Federação**, Porto Alegre, ano XLIV, 24 de novembro de 1927, nº 271, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/62658>. Acesso em: 20 mar. 2019.

¹¹¹ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 9 abr. 2018.

¹¹² FARROUPILHA. **Decreto 5**, de setembro de 1940. Põe em execução o regulamento do exercício do comércio ambulante no município de Farroupilha. Livro de Decretos nº 1 a 100, anos 1940 a 1951. SGDh.

abertura até as 12 horas no domingo, justificada pela grande distância entre as residências dos moradores e os estabelecimentos. Com o comércio aberto, esses poderiam aproveitar a ida à missa de domingo para efetuar as compras, sem assim “roubar-lhes” horas de trabalho durante a semana. O progressivo afastamento da noção de urbano e rural acentua-se a partir do estabelecimento de normativas diferentes para esses espaços.

No ano de 1940, observa-se uma diversificação nas atividades laborais existentes no município, como registrado no recenseamento e apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Atividade principal da população de Farroupilha (1940)

Caracteres e respectivas modalidades	Totais				Pessoas de 0 a 29 anos					
					De 0 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
	Total	Percentual	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População total do município	12.511	100%	6.528	6.253	1.995	1.839	1.534	1.574	1.036	1.103
Agricultura, pecuária, silvicultura	4.373	34,95%	2.779	1.594	-	-	751	681	790	497
Indústrias extrativas	10	0,07%	10	-	-	-	1	-	3	-
Indústrias de transformação	369	2,94%	337	32	-	-	47	26	114	5
Comércio de mercadorias	115	0,91%	94	21	-	-	7	8	32	3
Comércio de imóveis e valores imobiliários, crédito, seguros e capitalização	2	0,01%	2	-	-	-	1	-	-	-
Transportes e comunicações	65	0,51%	60	5	-	-	5	-	26	1
Administração pública, justiça, ensino público	126	1,00%	59	67	-	-	4	9	15	34
Defesa nacional, segurança pública	15	0,11%	15	-	-	-	-	-	8	-
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada	37	0,29%	19	18	-	-	-	-	4	10
Serviços, atividades sociais	127	1,01%	71	56	-	-	8	13	25	31
Atividades domésticas, atividades escolares	3.168	25,32%	668	2.500	-	-	658	796	7	514
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas	270	2,15%	149	121	-	-	52	41	12	8

Fonte: Elaborado a partir do recenseamento IBGE (1950).

Da população total (12.511 habitantes), a maioria, 4.373, dedica-se à agricultura, pecuária e silvicultura, seguidos de 3.168 habitantes que se dedicam a atividades domésticas e escolares. No entanto, um total de 1.136 pessoas atuam em outras atividades, como indústrias extrativas, industriais de transformação, comércio de mercadorias, comércio de imóveis e valores imobiliários, créditos, seguros e capitalização, transportes e comunicação, administração pública, justiça, ensino público, defesa nacional, segurança pública, profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada, serviços e atividades sociais, atividades domésticas e atividades escolares, condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições e atividades mal definidas ou não declaradas. Observa-se que, para fins de atividade principal, foram considerados os habitantes com 10 ou mais anos, então perfazem 30,64% dos habitantes nessa faixa etária.

Quanto à atuação de homens e mulheres percebe-se que ambos trabalharam na agricultura. Já nas atividades domésticas e atividades escolares, existe a predominância feminina, e nas demais evidencia-se a presença masculina.

Para dar suporte à agricultura, foi criado, em 1940, o Campo de Cooperação Municipal. Essa iniciativa tinha por objetivo proporcionar “[...] ao trabalhador os recursos necessários ao desenvolvimento da agricultura, obedecendo aos ensinamentos, da técnica moderna.”¹¹³.

Na época, o Campo de Cooperação Municipal contou com o apoio financeiro do governo estadual para a

[...]construção de um galpão estábulo, uma estrumeira e uma pequena casa para moradia do respectivo zelador[...] O campo Experimental, que ocupará uma área inicial de 23 hectares, obedece a direção do Dr. Antão Jesus Batista, esforçado e competente técnico da Secretaria de Agricultura aqui sediado¹¹⁴.

Tudo isso representa, em termos de município, avanços no conhecimento técnico e científico da área da agricultura.

Em 1943, o município já contava também com oito moinhos, localizados na Linha Alencastro, 19 Lotes, Linha Vicentina, Linha Muller, Machadinho, Emboaba (Nova Milano), Linha Palmeiro e um na área central conforme Quadro 8:

¹¹³ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, domingo, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 2 abr. 2017.

¹¹⁴ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, domingo, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 2 abr. 2017.

Quadro 8 - Moinhos de trigo - Farroupilha (1943)

Local	Usa cilindro ou Pedra
Linha Alencastro	Cilindro
19 Lotes	Pedra
Linha Vicentina	Pedra
Linha Muller	Pedra
Machadinho	Cilindro
Emboaba	Cilindro
Linha Palmeiro	Cilindro
Cidade	Cilindro

Fonte: Relação dos moinhos de trigo de Farroupilha¹¹⁵ (1943).

O comércio seguiu em expansão e, em 1944, era composto por 107 estabelecimentos, que eram somados a 89 indústrias, conforme relatório da agência de Correios e Telégrafos de Farroupilha, setores que continuaram avançando, pois, na década de 50, o comércio foi caracterizado como “[...] bastante desenvolvido contando com regular número de armazéns de gêneros alimentícios, casas de ferragens, fazendas, calçados, louças, bares, cafés, farmácias e demais estabelecimentos necessários ao progresso de uma cidade.”¹¹⁶.

Dentre as variedades produzidas no interior do município, era destinado um maior número de hectares para o milho, o trigo e a uva, respectivamente, conforme ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 2 - Culturas agrícolas em Farroupilha (1944)

Culturas	Hectares cultivados	Produção em quilos
Alfafa	100	440.000
Alho	10	15.000
Amendoim	35	15.000
Arroz com casca	200	95.000
Aveia	240	150.000
Batata inglesa	260	420.000
Batata doce	35	95.000
Cebola	15	45.000
Centeio	30	28.000
Cevada	350	450.000
Feijão diverso	950	500.000
Lentilha	53	20.000
Linho	260	900.000
Milho	4.800	2.560.000
Trigo	2.400	1.850.000
Uva	1.700	7.500.000

Fonte: Relatório da agência de Correios e Telégrafos de Farroupilha/RS¹¹⁷ (1944).

¹¹⁵ **Relação dos moinhos de trigo existentes em Farroupilha**, 25 de março de 1943. CER/AGPMF.

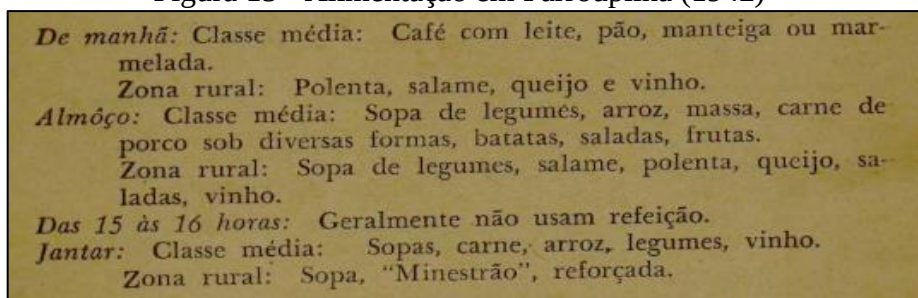
¹¹⁶ **Jornal Diário de Notícias**, de 27 de fevereiro de 1954, 2ª seção, p. 6. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093726_03&pagfis=721. Acesso em: 8 jun. 2018.

¹¹⁷ **Relatório de dados informativos sobre Farroupilha** enviado para o Departamento do Correio e Telégrafos, Diretoria Regional do Rio Grande do Sul, 22 de junho de 1944. CER/AGPMF.

No entanto, a maior produção em quilos corresponde à produção de uva no município. As parreiras, muitas vezes, eram o trabalho da família toda no interior do município. Gasperin (1989) argumenta que a uva era a principal fonte de renda da sua família: a mãe, viúva, ela e os doze irmãos. Assim, eram eles que auxiliavam na poda, tratamento, colheita e carregamento da uva que era entregue para ser beneficiada e transformada em vinho¹¹⁸. O trabalho durava o ano todo, com exceção dos domingos e dias santos, por motivos religiosos.

Um inquérito divulgado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, no ano de 1942, nos apresenta quais eram os alimentos costumeiramente consumidos pelos moradores de Farroupilha.

Figura 15 - Alimentação em Farroupilha (1942)



Fonte: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul¹¹⁹ (1942, p. 119).

A alimentação utilizava-se dos produtos locais e deles havia fartura, no entanto, a mesma publicação enfatiza que a preferência era a venda dos produtos e o consumo restringia-se ao necessário para a subsistência da família.

A evolução econômica do município esteve vinculada ao comércio, à indústria e à agricultura, ampliando sua atuação no mercado local e na exportação. Houve uma progressiva evolução na ampliação e diversificação dos produtos, possibilitadas tanto pela escoação da produção pela via férrea e estradas da região, quanto pela modernização das técnicas e processos de produção. Ainda é preciso destacar que algumas das atividades profissionais desenvolveram-se a partir dos saberes profissionais trazidos pelos imigrantes,

¹¹⁸ A acentuada produção e exportação de uvas e de vinhos explica a presença do significativo número de cooperativas vitivinícolas no município, entre elas a: Sociedade Vinícola Riograndense Ltda, Cooperativa Vitivinícolas Nova Vicenza Ltda, Cooperativa Nova Milano, Cooperativa Vitivinícolas São João, Cooperativa Vitivinícolas Jacinto, Cooperativa Vitivinícolas Forqueta (com centro de produção em Farroupilha) e Sociedade Vitivinícolas Beiser Ltda. (FERNANDES, 2015).

¹¹⁹ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS**, ano XII, nº 85, trimestre jan./mar.1942. Disponível em: <https://archive.org/details/revista1942rs>. Acesso em 10 set. 2020.

que não eram exclusivos à agricultura e que “[...] dentre eles havia funileiros, sapateiros, ferreiros, carpinteiros, oleiros, operários de indústrias e pequenos comerciantes.” (GIRON; BERGAMASCHI, 2001).

Dessa forma, a vila de Nova Vicenza, junto aos distritos (Jansen, Nova Sardenha e Nova Milano) foram delineando-se enquanto município, com áreas urbanas e rurais. Onde se compôs uma arquitetura própria, que instituiu fronteiras simbólicas e delimitou espaços para o comércio, a administração pública, a Educação, a convivência social e cultural.

Diante da expansão e diversificação das atividades comerciais e industriais, a população do município de Farroupilha não aumentou na mesma proporção, tendo até mesmo uma sensível diminuição entre 1936 a 1940 e, após esse período, aumentando paulatinamente. Passa de 13.500 habitantes em 1941/1942, para 15.650 em 1950 e, volta a reduzir-se, em 1950 para 12.725, conforme pode-se ver a tabela a seguir:

Tabela 3 - População (entre 1936 -1950)

Ano	População (nº de habitantes)	Ano	População (nº de habitantes)
1936	13.261 ¹²⁰	1941/1942	13.500 ¹²¹
1937	13.528 ¹²²	1949	15.650 ¹²³
1938	13.804 ¹²⁴	1950	12.725 ¹²⁵
1940	12.511 ¹²⁶		

Fonte: Elaborada a partir da Sinopse estatística do Rio Grande do Sul (1937; 1938) Anuário Demográfico (1938; 1941-1942; 1946-1948) e Censo Demográfico (1950).

¹²⁰ Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. **Sinopse estatística do Rio Grande do Sul 1937**. Publicado em 1938, p.66. A informação apresentada é a partir da estimativa da população do Estado em 31 de dezembro de 1936. Disponível em: <https://archive.org/details/sinopse1937rs/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 19 jun. 2020.

¹²¹ Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1941-1942**. Publicado em 1944, p. 123. Informação a partir da população citadina e rural – 1941/1942. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194142rs/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 19 jun. 2020.

¹²² Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. **Sinopse estatística do Rio Grande do Sul 1938**. Publicado em 1939, p. 58. A informação apresentada é a partir da estimativa da população do Estado em 31 de dezembro de 1937. Disponível em: <https://archive.org/details/sinopse1938rs/page/n5/mode/2up>. Acesso em 19 jun. 2020.

¹²³ Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul, 1946-1948**. Publicado em 1949, p. 11. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194648rs>. Acesso em: 19 jun. 2020.

¹²⁴ Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul, 1938**. Publicado em 1940, p. 95. Informação a partir do movimento da população. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem1938vol1rs>. Acesso em: 19 jun. 2020.

¹²⁵ Os dados estatísticos apresentados têm como referência 1 de julho de 1950, a informação apresentada conforme população presente nos municípios e distritos, segundo o sexo e a situação de domicílio, p. 14. Constam na publicação **Censo Demográfico** (1º de julho de 1950), Estado do Rio Grande do Sul, seleção dos principais dados, organizada pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (1952). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

¹²⁶ Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul, 1946-1948**. Publicado em 1949, p. 147. Informação a partir da população do Estado, segundo o sexo e especificamente a população de fato (6.258 homens e 6.253 mulheres). Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194648rs>. Acesso em: 19 jun. 2020.

É mais uma vez o recenseamento de 1940 que nos permite compreender as características da população, organizada na tabela a seguir. Além das informações já apresentadas sobre a religião e as atividades exercidas, apresenta-se a seguir as características por cor, estado conjugal, nacionalidade e instrução.

Tabela 4 - Dados do recenseamento (1940)

Caracteres e respectivas modalidades	Totais			Pessoas de 0 a 29 anos					
				De 0 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
População total do município	12.511	6.528	6.253	1.995	1.839	1.534	1.574	1.036	1.103
Cor									
Branços	12.387	6.188	6.199	1971	1818	1523	1566	1026	1091
Pretos	13	10	3			2	1	1	2
Pardos	100	54	46	21	20	9	7	7	8
De cor não declarada	11	6	5	3	1	-	-	2	2
Estado conjugal									
Solteiros	8.151	4.169	3.982	1995	1839	1529	1528	518	437
Casados	4.029	2.001	2.028	-	-	5	46	514	663
Separados, desquitados, divorciados	5	3	2	-	-	-	-	-	1
Viúvos	325	85	240	-	-	-	-	4	2
De estado conjugal não declarado	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Nacionalidade									
Brasileiros natos	12.051	6.024	6.027	1.995	1.839	1.529	1.571	1.031	1.097
Brasileiros naturalizados	40	29	11	-	2	-	-	-	2
Estrangeiros	420	205	215	-	-	5	3	5	4
De nacionalidade não declarada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrução									
Sabem ler e escrever	7.764	3.951	3.833	435	398	1329	1422	904	910
Não saber ler e escrever	2.767	1.279	1.488	536	512	203	151	132	193
Da instrução não declarada	8	4	4	-	1	2	1	-	-

Fonte: Elaborada a partir do recenseamento 1940 (IBGE).

A partir de então, pode-se caracterizar a população, em sua maioria, como brancos, solteiros, brasileiros natos e que sabem ler e escrever. Existe um certo equilíbrio entre o número de habitantes homens (6.528) e mulheres (6.253). Com relação à faixa etária, 3.834 habitantes têm a idade de 0 a 9 anos; 3.108 habitantes a idade de 10 a 19 anos; 2.139 habitantes na faixa etária de 20 a 29 anos; e 3.430 habitantes têm 30 anos ou mais, o que apresenta uma população jovem, concentrada, em sua maioria (6.942), com até 19 anos.

Quanto ao critério cor, como já citado anteriormente, uma das finalidades da colonização com imigrantes europeus foi o branqueamento da raça. Ao analisar os dados apresentados, fica evidente que uma pequena parcela da população se declarou parda ou negra. O ato de autodeclarar-se está vinculado aos processos identitários na região, então a

dúvida que paira é se a maioria da população era branca ou declarava-se branca por ser esse o padrão de ideal estabelecido, por ser valorizado o europeu no contexto local.

Declaram saber ler e escrever 7.764 pessoas, perfazendo assim um percentual de 62% da população. Comparando o índice de alfabetização de Farroupilha com municípios vizinhos, percebe-se que Farroupilha e Montenegro têm os maiores índices, com 62% da população que declaram saber ler e escrever, já Flores da Cunha tem 54%, Garibaldi, 57%, e Bento Gonçalves 58% da população.

O que também pode ser pensado na perspectiva do que significava saber ler e escrever. Seriam os alfabetizados sujeitos que aprenderam o mínimo necessário da técnica da leitura, escrita e cálculos para sua utilização? A estatística nesse período não apresenta esse dado, no entanto, é preciso entender que a compreensão leitora e o uso social da escrita enquanto apropriação não pode ser generalizado. Outra questão a ser desnaturalizada é a de que todos sabem ler e escrever em português. Nesse período, não fariam essa declaração por ser uma época de proibição das línguas estrangeiras, todavia, pode-se presumir que tenhamos nesse índice ainda um percentual de escritores e leitores da língua italiana, ou do Coíné, de forma independente ou cumulativa.

Também é relevante observar que 205 habitantes (98 homens e 107 mulheres) com mais de 10 anos possuem curso completo ou diploma de estudos. No grau elementar, 141 habitantes; grau médio, 80, e grau superior, 18. Este concluído apenas por homens, conforme Anuário Estatístico do IBGE de 1940, o que evidencia a condição financeira de algumas famílias de elite em enviar para outras cidades seus filhos para formação em nível superior.

O recenseamento de 1950 nos permite visualizar a distribuição da população por distritos:

Tabela 5 - População presente nos municípios e distritos (1950)

Município e Distritos	Totais			Quadro urbano		Quadro suburbano		Quadro rural	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Município de Farroupilha	12.725	6.306	6.419	1.289	1.491	48	71	4.959	4.857
Distrito-sede	4.893	2.357	2.536	1.142	1.299	23	39	1.192	1.198
Caruara	3.296	1.707	1.589	31	40	12	17	1.664	1.532
Jansen	2.176	1.087	1.089	64	67	-	-	1.023	1.022
Nova Milano	2.360	1.205	1.155	62	85	13	15	1.080	1.105

Fonte: Elaborada a partir do recenseamento¹²⁷ IBGE (1952).

¹²⁷ Os dados estatísticos apresentados têm como referência 1 de julho de 1950 e constam na publicação **Censo Demográfico** (1º de julho de 1950), Estado do Rio Grande do Sul, Seleção dos principais dados, organizada

A primeira observação é o número de moradores por distrito: no distrito sede do município residem 4.893 habitantes; em Caruara 3.296; Jansen 2.176; e Nova Milano, 2.360, isto é, 61,54% residiam nos 2º, 3º e 4º distritos. Da população total (12.725) moravam na zona urbana 21,84% da população; no quadro suburbano, 0,92%; e na área rural, 77,13%. A taxa de urbanização¹²⁸ do município de Farroupilha é menor se comparada à da região Sul do Brasil, que era 33% em 1950. (SANTOS, 1993).

Sobre os índices de alfabetização, na década de 1950, dos 12.725 habitantes declararam saber ler e escrever 10.756, um percentual de 84,52% da população, perfazendo 3.714 homens alfabetizados e 3.768 mulheres. Aos que declaram não saber mantem-se a proporcionalidade, contabilizados 1.602 homens e 1672 mulheres. Comparando os índices de 1940 e 1950, tivemos um aumento de 22% de habitantes que declaram saber ler e escrever no município de Farroupilha.

Em síntese, Farroupilha, em suas primeiras duas décadas de existência política já apresentava contornos urbanos de um município moderno, com comércio, indústria e agricultura em pleno desenvolvimento, o que se reafirmou nas décadas seguintes. Pode-se encontrar no município opções de esporte, lazer e espaços de sociabilidade, transporte público, saneamento básico, rede elétrica e atendimento de saúde. Um local colonizado inicialmente por imigrantes, em maioria, italianos, na década de 1940, tem já a grande parte da população brasileira nata, em maior parte alfabetizados e em grande parte residindo nas áreas rurais.

As imagens a seguir apresentam a mudança na área central do município, por ser onde concentraram-se os esforços de urbanização.

pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1952). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

¹²⁸ Sobre a urbanização brasileira, consultar Santos (1993).

Figura 16 - Vista área de Farroupilha [193-]



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

Nessa fotografia, da década de 1930, podemos visualizar as ruas definidas já com várias residências e construções em alvenaria, também é possível identificar a Igreja Matriz (1), inaugurada em 1935, e o Sanatório Nova Vicenza (2), em 1934. Na imagem a seguir, já na década de 1940, percebe-se uma ampliação na densidade de construções.

Figura 17 - Vista área de Farroupilha [194-]



Fonte: Acervo de Mario Buscaíno.

Além da Igreja Matriz (1) e do Sanatório Nova Vicenza (2), é possível identificar o Grupo Escolar Farroupilha (3) e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes (4). Criado o município, realizou-se um significativo investimento em urbanização, compondo assim a área central do município, que contou com novos prédios para o Grupo Escolar Farroupilha e para o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Dessa forma, é possível afirmar que a emancipação política marcou um período de implementação na arquitetura da área central do município, com novas construções, como pode ver-se nas fotografias.

Ao passo que lideranças do município constituíram o grupo que ascendeu ao poder, instituiu-se um aparelho burocrático com a administração municipal, o policiamento, a delegacia, o presídio, o fórum, o tribunal do júri e os cartórios que regulam e disciplinam o local. Assim, no município, a história se constitui nos diferentes espaços e no edifício público, lugar em que se instauram possibilidades pela ação coletiva.

Decorrencia disso é que a relação dos moradores com o município muda enquanto produtores de práticas sociais que se constituem a partir da emancipação política. As relações entre cidade e Educação, por sua vez, se fazem tanto na urbanidade quanto nas diferentes relações sociais estabelecidas “[...] na nova organização do trabalho, como também na edificação de lugares específicos para o progresso das mentes.” (VEIGA, 1994, p. 39).

A emancipação criou condições para uma ação intervencionista no aspecto urbano. Assim, ao reconfigurar espaços e estipular regras de conduta e convívio social o município pode ser considerado um espaço educador de seus habitantes, pois, “[...] os planos urbanos projetam na sua materialização uma certa concepção das relações entre cidadania, cidade e educação.” (VEIGA, 1994, p. 109).

Dessa forma, constituído o município de Farroupilha delimita-se um lugar próprio, de poder e decisão. (CERTEAU, 2014), onde se efetivam ações municipais. Neste capítulo entende-se como tais ações: as festividades de comemoração da emancipação; a instituição da administração pública; a construção de espaços públicos; a criação da Biblioteca Pública Municipal; a construção e manutenção de estradas; a construção de bueiros, pontes e pontilhões; a macadamização de ruas na área central do município; a aquisição do Sítio Santa Rita; a criação do Campo de Cooperação Municipal; a normatização para a utilização dos espaços públicos; e a regulação do funcionamento do comércio e serviços.

As reformas no espaço urbano de Farroupilha carregam um peso simbólico de rompimento e negação do passado de interior de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro para município de Farroupilha e a busca de uma nova paisagem moderna que o representasse.

3 FARROUPILHA: A TRANSIÇÃO DE UMA REDE ESCOLAR

“A modernidade educativa foi idealizada e normalizada a partir do Estado-Nação, constituído como Estado-Educador, mas foi no local que a educação obteve concretização e significado.”

(MAGALHÃES, 2013a, p. 11)

O local aqui elencado é o município de Farroupilha, composto por um território geográfico, econômico e cultural repleto de sentidos ao ser analisado como um “[...] espaço vivido, como um sistema de relações, como referência identitária.” (BASTOS, 2009, p. 69). Espaço esse vivido por sujeitos, grupos e instituições que passaram a entender Farroupilha como poder de instância local, com capacidade de projetar e congregar vontades coletivas, assim instituindo uma variedade de apropriações de discursos e práticas materializadas nas ações municipais e que fazem a Educação obter concretização e significado. (MAGALHÃES, 2013a).

Assim, é sem perder de vista as relações com o global que se enfoca o local, problematizando a tensão entre “[...] unidade e variedade, local e global, diversidade e particularismos, fragmentação e homogeneidade, singular e plural.” (BASTOS, 2009, p. 70).

Esse local é compreendido como um lugar histórico, com identidade e autonomia, que tem poder de decisão ora pleno, ora limitado pelo controle externo de outras instâncias - estadual e nacional. A linha entre autonomia e articulação, assim como descentralização e globalização, é tênue e apresenta matizes de maior ou menor possibilidades. (MAGALHÃES, 2006b).

Nesse sentido, o presente capítulo entrelaça aspectos do local, regional, nacional e global e os relaciona ao processo de escolarização da Região Colonial Italiana, para, a seguir, apresentar alguns aspectos do contexto educacional dos municípios de Bento Gonçalves, Caxias e Montenegro, que, posteriormente, serão instituintes para compor a rede escolar de Farroupilha.

Para adentrar nas ações municipais de Farroupilha em prol da Educação e fazer uma aproximação com o processo de municipalização das escolas, inicia-se pelos professores que passam a compor o corpo docente e, na sequência, situam-se as instituições escolares nesse contexto.

Aponta-se que as fontes que privilegiaram a análise estavam dispersas entre empenhos de pagamentos de professores, correspondências, abaixo-assinados, solicitações de professores (licenças, exonerações, inscrição no curso de aperfeiçoamento etc.), atos,

decretos, portarias, acervos pessoais, jornais, entrevistas realizadas por outros pesquisadores, cadastro de professores e fotografias. Esses indícios, esparsos, por vezes, não exprimiam um significado, mas, no conjunto e pelo cotejamento, apresentaram-se potentes. Como resultado, constituiu-se uma narrativa que remete a um caleidoscópio, pois reflete nuances das ações municipais, das histórias de vida de professores e da história da profissão docente.

3.1 ENTRELAÇAMENTOS: ENTRE O LOCAL, O REGIONAL, O NACIONAL E O GLOBAL

“Constituído, à sua escala, pela multidimensionalidade do universal, o local comporta especificidades. Ele não configura uma réplica do global, nem corresponde à miniatura ou à elementaridade do universal: é uma singularidade, cujas marcas de diferenciação lhe conferem uma existência como totalidade em organização e evolução. É esta dialética entre grandeza e identidade que torna fértil uma historiografia da educação construída entre o local, o regional e o global.”

(MAGALHÃES, 2010, p. 28)

Para relacionar os aspectos locais, regionais, nacionais e globais, faz-se necessário perceber as especificidades educacionais do período. No século XIX, podia-se pensar na existência “[...] de sistemas provinciais, e posteriormente, estaduais, sistemas de ensino cuja complexidade era bastante variada, apesar da ausência de um sistema nacional de ensino¹²⁹ centralizado, tal qual observamos em boa parte dos países europeus já no final do século XIX.” (FARIA FILHO, 2016, p. 139). Já, no século XX, constituiu-se o Brasil Pedagógico¹³⁰, entendido como resultado “[...] da ação de espíritos esclarecidos sobre o valor da escola, na consolidação das revoluções democráticas, entre os quais, aliando inovação pedagógica e ação educativa, se destacaram Fernando Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.” (MAGALHÃES, 2010, p. 569 - 570).

Conforme Magalhães (2010, p. 563), o Brasil rumou de modo precursor em “[...] matéria de escolarização, com relevo para a experiência integrada e graduada dos Centros Escolares, e para um ensino técnico e profissional actualizado e enquadrado nas economias

¹²⁹ Saviani (2013) aponta que as principais dificuldades para a não realização de um sistema educacional nacional no século XIX estiveram relacionadas ao financiamento e à mentalidade pedagógica.

¹³⁰ Magalhães (2010) considera que, durante o período republicano, existiram mudanças na dinâmica escolar e cultural em contraposição à situação portuguesa, o que foi impulsionado pelo Manifesto dos Pioneiros, em 1932, e pela produção de publicações didáticas que visavam à mudança de práticas docentes, inspirada pelas ideias escolanovistas, uma inovação pedagógica que o autor caracterizou de Brasil Pedagógico.

e nas sociabilidades regionais e locais”, o que ocorreu de diferentes formas sob a égide dos Estados brasileiros¹³¹. A referida experiência tem que ser relativizada, pois, no cotidiano, foram preservados o dualismo escolar e a exclusão de parte da população do acesso à escola. Cabe ressaltar também que o ensino graduado foi implementado de maneira desigual e lenta no Brasil.

No Rio Grande do Sul, o ensino graduado¹³² emergiu com os colégios elementares¹³³, em 1909, por meio do Decreto nº 1479, de 26 de maio. O ensino elementar era dividido em três classes, cada uma com duas seções, e sua estruturação apresentava a preocupação com o ensino profissionalizante expressa no currículo, que contemplava “[...]trabalhos manuais, noções de escrituração mercantil e de escrituração agrária.” (CORSETTI, 1998, p. 305-306). A abertura de novas escolas elementares¹³⁴ foi vinculada à cooperação dos municípios para que disponibilizassem o edifício escolar. (TAMBARA, 2016). O reflexo direto do decreto foi a centralização da formação de professores na Escola Complementar de Porto Alegre; a imediata transformação das escolas complementares de Santa Cruz, Montenegro e Santa Maria em escolas elementares; e a criação de outros colégios elementares em Bagé, Rio Pardo, Encruzilhada, São Jerônimo, São Sebastião do Caí e Bento Gonçalves.

Peres (2016) afirma que os colégios elementares¹³⁵, mais tarde denominados grupos escolares, podem ser considerados o mais nítido esforço no sentido de implementar um projeto educativo exemplar, moderno, urbano, com uma organização racional. Apesar da modificação na organização escolar do ensino elementar¹³⁶, sua concretização merece atenção. Corsetti (1998) argumenta que, na maioria das regiões do Rio Grande do Sul, o que

¹³¹ Conforme Vidal (2006, p. 7), o ensino seriado, na forma de grupos escolares, foi normatizado pela legislação de 1893 em São Paulo e Rio de Janeiro e regulamentado e instalado a partir de 1894 em São Paulo (1894), Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1910), Sergipe (1911), Paraíba (1916) e Piauí (1922). Essa forma de organização foi extinta somente em 1971.

¹³² Entenda-se por ensino graduado aquele que ocorria em um prédio escolar com diversas salas de aula, onde cada uma era utilizada por uma turma com seu professor e todas as turmas e alunos estavam subordinados à figura do diretor. A organização dessas turmas era por séries que consideravam o grau de adiantamento dos alunos.

¹³³ Os colégios elementares poderiam ser urbanos ou rurais, classificados por 1ª, 2ª ou 3ª entrância, conforme a frequência, correspondendo a 200 a 300 alunos a 1ª entrância; superior a 300 alunos, 2ª entrância; superior a 400 alunos, 3ª entrância. O desdobramento, nesse caso, era o número de professores destinados aos colégios de entrâncias diversas, sendo cinco para 1ª entrância, seis para 2ª entrância e oito para 3ª entrância.

¹³⁴ Sobre os colégios elementares e posteriormente os grupos escolares, ver Grazziotin e Almeida (2016). A obra apresenta uma coletânea de artigos produzidos por historiadores da Educação gaúchos que coloca em perspectiva a “[...] trajetória da escola graduada introduzida no Rio Grande do Sul [...]”. (SOUZA, 2016, p. 10).

¹³⁵ Sobre a implementação da escola graduada no Rio Grande do Sul e a instituição da modernidade pedagógica no Estado, ver Peres (2000).

¹³⁶ O programa e o regimento interno das escolas elementares foram aprovados em 1910 por meio dos Decretos nº 1575 e 1576, de 27 de janeiro.

prevaleceu foi o ensino ofertado em escolas isoladas, ou seja, aquelas com um único agrupamento de alunos de diversos graus de adiantamento e um professor responsável por todos.

De 1909 até 1938, os colégios elementares eram assim caracterizados por agruparem mais de 200 alunos, e os grupos escolares¹³⁷, por sua vez, eram escolas reunidas com até 200 alunos. Já, a partir de 1939, via Decreto nº 7680, de 9 de janeiro de 1939, padronizou-se a denominação para grupos escolares. Assim, o Decreto nº 7929, de 30 de agosto de 1939, determinou que os estabelecimentos públicos estaduais se restringissem a duas tipologias: (a) escolas isoladas e (b) grupos escolares.

Na década de 30 do século XX passou-se por um período de mudanças políticas no Brasil devido à Revolução de 1930¹³⁸. Diante disso, assumiu como chefe do governo provisório Getúlio Vargas, que fora governador do Rio Grande do Sul de 1928 até outubro de 1930, momento em que se afastou para liderar a Revolução. (GERTZ, 2005). Ao tomar posse, dissolveu o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais, e, a partir de então, passou a legislar por decretos. Anunciou um programa de reconstrução nacional, que tinha como uma das prioridades o ensino público e sua intensa difusão. Em virtude disso, os discursos que foram proferidos pelo governo federal disseminavam as ideias de: a Educação como problema nacional, a necessária vinculação entre Educação e saúde e a importância da educação moral. (HORTA, 2010).

Conforme Horta (2010, p. 282), o argumento de que a Educação era problema nacional corroborou para “[...] justificar uma intervenção cada vez mais intensa do Governo Federal nos diferentes níveis de ensino e uma crescente centralização do aparelho educativo”. Tal perspectiva agrava-se, em especial, a partir de 1935, quando passou a ser a Educação um problema de segurança nacional colocado sob a atenção, inclusive, dos militares.

Em nível federal, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública¹³⁹, em 14 de novembro de 1930; já, no ano de 1931, foram baixados diversos decretos, que, em conjunto, correspondem à Reforma Francisco Campos. Os citados decretos abarcaram “[...] a criação [do] Conselho Nacional de Educação, os Estatutos das universidades brasileiras, a organização da Universidade do Rio de Janeiro e dos ensinos secundário e comercial.”

¹³⁷ Os pesquisadores José Edimar de Souza e Ariane dos Reis Duarte apresentam um estado do conhecimento acerca dos grupos escolares no Rio Grande do Sul que compõe o artigo O ensino no meio rural: Grupo Escolar Madre Benícia – Novo Hamburgo/RS (1940-1969). (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2016).

¹³⁸ Sobre a Revolução de 30, o regionalismo e a centralização política no Brasil, consultar Gomes *et al.*, (1980).

¹³⁹ Sobre as ações do Ministério da Educação nos seus primeiros anos, ver o relatório apresentado pelo ministro Washington Ferreira Pires ao presidente Getúlio Vargas referente ao ano de 1932, disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2302/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

(SAVIANI, 2011, p. 31), não abrangendo, inicialmente, o ensino primário, que ficou delegado aos Estados.

Outro documento importante no período foi o Manifesto dos Pioneiros¹⁴⁰, que propagou as ideias da Escola Nova, defendeu a escola pública e influenciou a Constituição Federal de 1934. A reforma educacional para o Ensino Primário só ocorreu em 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, sendo então desdobrado em Ensino Primário Fundamental e Ensino Primário Supletivo: o primeiro, destinado às crianças de 7 até 12 anos de idade; e o segundo, a adolescentes e adultos.

O Conselho de Segurança Nacional¹⁴¹ atribuiu ao Ministério de Educação e Saúde Pública a responsabilidade de promover a criação de escolas e subvencionar¹⁴² as já existentes nos núcleos coloniais. O Estado, por sua vez, ficou corresponsável pelo processo na operacionalização do Decreto-Lei 1545, de 25 de agosto de 1939, o qual dispôs sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Foi então criada a Comissão Nacional do Ensino Primário¹⁴³ para articular as três instâncias do poder público (federação, estados e municípios) para combater o analfabetismo e integrar o ensino primário ao processo de nacionalização. (WERLE, 2005). Nesse sentido, a Comissão Nacional do Ensino Primário atuou na “[...] diferenciação entre o ensino de zonas urbanas e rurais, a estruturação do currículo primário, o dimensionamento da obrigatoriedade escolar e gratuidade do ensino primário, a carreira do magistério primário, além da posição do ensino religioso [...]”. (WERLE, 2005, p. 225).

Em 1938, foi também criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, com a função de assessoramento técnico às instâncias estaduais e municipais, às instituições públicas ou privadas, prestando esclarecimentos no tocante às questões pedagógicas. Nesse período, houve um movimento intenso na direção da unificação do sistema educativo.

Assim, evidencia-se que, no período compreendido de 1930 até 1945, no Brasil, houve uma mobilização em torno da Educação por parte de grupos tanto da sociedade civil quanto do Estado.

¹⁴⁰ Saviani (2013) apresenta uma análise dos antecedentes do manifesto divulgado em 1932, bem como suas ideias pedagógicas.

¹⁴¹ Criado em 1937, tinha por função estudar os aspectos relacionados à segurança nacional, conforme verbete do CPDOC/FGV, disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/conselho-de-seguranca-nacional-csn>. Acesso em: 14 jan. 2021.

¹⁴² Aponta-se que as subvenções já eram praticadas no século XIX e não surgem neste momento.

¹⁴³ Criado em 1938. Para saber mais, consultar (QUADROS; MACHADO, 2015).

Os militares, que buscam, em nome da segurança nacional, interferir diretamente na política educacional no sentido de conformá-la à política militar do País, a Igreja, que luta pela introdução e manutenção do ensino religioso nas escolas públicas e pela liberdade de ensino, como garantia da existência de suas escolas e, de uma forma mais ampla, pressionada pelo atendimento de suas reivindicações por parte do Estado, procura tirar o máximo proveito do princípio “colaboração recíproca” estabelecido pela constituição de 1934; os educadores, que se esforçam por conduzir o sistema educacional brasileiro por caminhos novos, visando modernizá-lo e adequá-lo às exigências do desenvolvimento do capitalismo; finalmente, o próprio Estado, que aproveita o máximo as divergências existentes, reconciliando-as e arbitrando os conflitos, para atender diferentes grupos das classes dominantes, mas que, em última análise, procura colocar o sistema educacional a serviço de sua política autoritária. (HORTA, 2010, p. 283).

Diante do contexto, os governadores foram destituídos e nomeados interventores. No Rio Grande do Sul, foi nomeado José Antônio Flores da Cunha, que permaneceu no governo de 1930 até 1937, quando renunciou e buscou asilo político no Uruguai. Com a renúncia de Flores da Cunha, assumiu de forma provisória Darcy Azambuja, secretário do Interior. No dia 20 de outubro deste mesmo ano foi nomeado como interventor federal no Rio Grande do Sul o general Manuel de Cerqueira Daltro Filho¹⁴⁴, comandante da 3ª Região Militar. Por conseguinte, o Estado Novo no Rio Grande do Sul foi instaurado antes do que no restante do país. (GERTZ, 2005).

Devido ao falecimento de Daltro Filho, ainda assumiu o governo do Estado o secretário do Interior, Maurício Cardoso, que, após dois meses - em março de 1938 -, foi substituído pelo coronel do Exército Oswaldo Cordeiro de Farias, antigo chefe de gabinete de Daltro Filho no comando militar regional. Cordeiro de Farias permaneceu no governo até setembro de 1943, quando se incorporou à Força Expedicionária Brasileira, um governante que ficou caracterizado pela sua excessiva preocupação com os quistos étnicos.

Ernesto Dornelles foi seu sucessor. Gaúcho, primo de Getúlio Vargas e desvinculado de partidos políticos, assumiu anunciando um período de postura mais branda com relação à nacionalização. Seu governo encerrou-se com a queda de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, quando renunciou ao cargo. Quem assumiu, então, o governo estadual foi o desembargador Samuel Figueiredo da Silva, presidente do tribunal de apelação, sendo substituído, em janeiro de 1946, pelo interventor Pompílio Cylon Fernandes Rosa, nomeado pelo presidente da República general Eurico Gaspar Dutra. Somente em 1947 foi nomeado Walter Sá Jobim, eleito, encerrando, assim, o período de uma década sob o regime do Estado Novo. (GERTZ, 2005).

¹⁴⁴ Sobre a relação dos interventores Daltro Filho, Cordeiro de Farias e Ernesto Dornelles com o Governo Federal, durante o Estado Novo, ver Abreu (2005).

Para melhor compreender o contexto do Estado Novo no âmbito da Educação, é preciso ainda recordar que, na Primeira República, não havia uma secretaria de Educação no Rio Grande do Sul¹⁴⁵. A secretaria para a área da Educação foi criada somente em 1935, denominada Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública (Sesp/RS), e seu titular, até 1937, foi Othelo Rosa. No âmbito da Sesp/RS, foram pensadas melhorias para a Educação, espelhando-se em experiências uruguaias, conhecidas pessoalmente por um grupo de professoras gaúchas. (GERTZ, 2005).

Othelo Rosa foi substituído, em 21 de outubro de 1937, pelo secretário José Pereira Coelho de Souza, nomeado por Daltro Filho e mantido até 1945 no cargo. Sua gestão foi caracterizada por Quadros (2006, p. 50) como um período de “[...]intenso movimento de reforma do sistema educativo no Estado e da implantação do processo de nacionalização¹⁴⁶ do ensino”. Essa dinâmica interferiu fortemente nas políticas educacionais e envolveu quatro dimensões:

1ª) uma extensa e detalhada jurisprudência sobre educação; 2ª) a reestruturação técnica e administrativa da Sesp/RS; 3ª) o desenvolvimento de políticas de expansão da rede de ensino estatal, com a construção de escolas, a contratação de professores e funcionários, a ampliação do número de estudantes matriculados; e 4ª) uma atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar. (QUADROS, 2006, p. 50-51).

Por consequência disso, constituiu-se uma nova forma de administração, técnica, científica e racional, orientada por especialistas, tornando a Sesp/RS um lugar de poder acerca dos assuntos educacionais. Com relação à expansão da rede de ensino estadual, ao implementar a reforma, entre 1938 e 1939, criou 114 grupos escolares e 101 escolas isoladas.

Foram criadas também, em 1938, as Delegacias Regionais de Ensino nas sedes das dez regiões escolares: “[...] Porto Alegre, São Leopoldo, Taquari, Caxias do Sul, Pelotas, Cachoeira do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Cruz Alta e Alegrete.” (QUADROS, 2006, p. 81). É nesse mesmo ano que a Seção Técnica¹⁴⁷, órgão vinculado à Sesp/RS, teve uma alteração significativa em suas atribuições, passando a ser o espaço institucional no qual foi

¹⁴⁵ Conforme Quadros (2006), até 1935, os assuntos educacionais ficaram condicionados à Diretoria Geral da Instrução Pública, vinculada à Secretaria do Interior e Exterior, contando com um número reduzido de funcionários. Gertz (2005) aponta que, apesar de não contar o Estado com uma secretaria específica para Educação, em 1920, o Estado tinha um dos mais altos índices de alfabetização do país: 73%.

¹⁴⁶ Bastos (2005) aponta que a nacionalização do ensino não é tema novo neste período. A partir do momento que se contou com a presença de imigrantes, houve a preocupação com o tema, que foi exacerbada em especial após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e ainda mais acentuada com relação à população alemã do que à italiana.

¹⁴⁷ Conforme Quadros (2006, p. 99), “A primeira referência à Seção Técnica consta no Decreto nº 4.258, de 21 de janeiro de 1929, que aprovou o regulamento da Diretoria da Instrução Pública”.

produzido e disseminado, a partir de estudos e pesquisas, conhecimento acerca dos assuntos educacionais. Conforme Quadros (2006, p. 105), foi “[...] um lugar privilegiado de instauração do discurso da modernidade pedagógica no Rio Grande do Sul [...]”.

Para ilustrar algumas das suas atividades pautadas no “plano geral de trabalhos”, de 1940 a 1943, cito a “[...] elaboração de provas; elaboração de comunicados; cursos de orientação para professores, orientadores e diretores de escolas; semanas de estudos ou cursos intensivos; estudos ou pesquisas vinculadas aos resultados das provas objetivas, vocabulário das cartilhas; [...]” dentre outras atividades. (QUADROS, 2006, p. 102). Devido ao alargamento das funções da Seção Técnica, foi indicada a necessidade de separar os então serviços técnicos dos serviços administrativos realizados pela Sesp/RS, o que ocorreu em 1943, quando a Seção Técnica passou a ser denominada Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais – (CPOE/RS)¹⁴⁸.

O CPOE/RS¹⁴⁹ deu continuidade às atividades antes desenvolvidas pela Seção Técnica, paulatinamente intensificadas, contando com um número ampliado de especialistas em Educação. Dentre suas atribuições, estavam pesquisas voltadas às questões psicológicas, pedagógicas e sociais, para, assim, pautar as práticas escolares em bases científicas. Para tanto, fez-se imprescindível a orientação dos professores, a manutenção de uma biblioteca composta de obras pedagógicas e escolares, a divulgação de boletins informativos de conteúdo pedagógico, a indicação dos livros para as bibliotecas escolares, a elaboração de prescrições para organização das classes, a orientação educacional e o controle do rendimento escolar.

Tal transformação, de Seção Técnica para CPOE/RS ocorreu como consequência da reestruturação da Sesp/RS, que passou a ser denominada Secretaria da Educação e Cultura¹⁵⁰ e passou a ter, neste momento, uma organização interna mais coesa e racionalizada. Conforme Quadros:

[...]tornou-se perceptível uma hierarquização de funções, com maior divisão e diversidade de serviços administrativos, no âmbito dos quais se percebe a distribuição de funções, bem como de serviços técnicos, estes mais ligados a problemas pedagógicos, com subdivisão de competências. Tudo isso em conformidade com as diretrizes preconizadas por Lourenço Filho, segundo a exposição de motivos do Secretário Coelho de Souza. (QUADROS, 2006, p. 116).

¹⁴⁸ Passa a ser vinculado ao Departamento de Educação Primária e Normal. (QUADROS, 2006).

¹⁴⁹ Instituído pelo Decreto nº 794, de 17 de junho de 1943, o qual aprovou o regimento interno do Departamento de Educação Primária e Normal. Nesse regulamento, nos artigos 9 até 17, foram atribuídas as funções do CPOE/RS. (QUADROS, 2006).

¹⁵⁰ Por Decreto nº 578, de 22 de julho de 1942, alterado pelo Decreto-Lei nº 246, de 13 de outubro de 1942. (QUADROS, 2006).

A Lourenço Filho foi solicitada a orientação de como reorganizar a Secretaria de Educação. Para tanto, ele elaborou um anteprojeto que fora adaptado por Coelho de Souza para que as ações do Estado fossem pautadas com planejamento e sistematicidade, legitimando a reforma educacional que já vinha ocorrendo em outros estados do Brasil desde 1910, como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará e Minas Gerais. A reforma, no caso gaúcho, “Envolveu várias instituições (governo, igreja, partidos políticos, imprensa, escolas e comunidades), que se entrelaçaram como fios do tecido da reforma.” (QUADROS, 2006, p. 122).

Em meio à divulgação das ideias em prol de uma Educação moderna no Rio Grande do Sul, surgiu a Revista do Ensino, uma publicação direcionada para o magistério rio-grandense - entenda-se o professor primário - que começou a circular em setembro de 1939. A publicação foi um importante veículo na divulgação do discurso do novo e do nacional para os professores. (BASTOS, 2005).

Já em relação à abertura de aulas municipais, destacam-se as campanhas promovidas pela Cruzada Nacional, lançadas em 15 de agosto de 1932, via Decreto nº 21.731. Essa iniciativa foi definida como utilidade pública e caracterizou-se como uma campanha de alfabetização para solucionar problemas políticos e sociais. Para tanto, anualmente, foi promovida a Semana da Alfabetização em todo o território nacional, de 12 a 19 de outubro, em que eram arrecadados recursos para criar e manter escolas primárias. (RIBEIRO, 2009). As prefeituras do Brasil, sem exceção, recebiam circulares sendo incentivadas a participarem de arrecadações de valores e abertura de escolas, pois os analfabetos eram vistos como um obstáculo no progresso da Nação, e, para que pudessem ser alfabetizados, precisavam ser abertas mais escolas.

Após a saída de Getúlio Vargas do poder, foi promulgado o Decreto-Lei 8.529, de 2 de janeiro de 1946, no qual o ensino primário foi objeto de atenção do Governo Federal, o que até então ficava a cargo dos Estados, criando disparidades entre as iniciativas estaduais. Tais diretrizes foram chamadas de Lei Orgânica do Ensino Primário e surgiram logo após ao final do Estado Novo, ou seja, na volta a um período político democrático. (ROMANELLI, 2014).

Conforme Gonçalves Neto e Magalhães (2009a, p. 4), ao considerar o município como objeto epistêmico, “[...] não é possível sem uma referência aprofundada à relação com o Estado-Nação, mas não se esgota (ou começa) em tal relacionamento, nem tal relacionamento corresponde a uma linearidade histórica”. Nesse sentido, no contexto

brasileiro, faz-se necessário compreender que a autonomia dos municípios, ao longo dos diferentes períodos, foi se alterando. No período colonial, por exemplo, houve uma autoridade praticamente sem contestação; no imperial, por outro lado, uma submissão exacerbada; na proclamação da República¹⁵¹, voltou a ocorrer um tempo de independência do poder local (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009a); no Estado Novo, por sua vez, passou-se por um ciclo de centralização, com uma crescente organização burocrática do governo federal e, no caso do Rio Grande do Sul, também pelo acirramento da campanha de nacionalização do ensino, em especial, no governo estadual de Cordeiro de Farias. Nota-se, ainda, que, a partir da década de 1930, houve uma crescente preocupação com um sistema nacional de ensino que propunha diretrizes gerais para todo território nacional.

Dessa forma, a história do município pedagógico é uma abordagem historiográfica “[...] da tensão entre os municípios e o poder central, por um lado, enquanto, por outro, permite compreender e explicar a principal tese epistêmica que subjaz ao processo de municipalização.” (GONÇALVES NETO, MAGALHÃES, 2009a, p. 7).

Para tanto, é necessário ainda compreender as atribuições da União, Estados e municípios com relação à oferta do ensino primário. A Constituição Federal de 1934 consagra o direito à Educação - entenda-se ensino primário - e estipula como competência da União traçar diretrizes para uma educação nacional. Aos Estados compete, de maneira privativa, decretar sua constituição e leis, respeitando, dentre os princípios, a autonomia municipal. Os municípios têm sua autonomia garantida pelo artigo 13, que determina a eleição do prefeito e vereadores, a decretação de seus impostos e taxas, a forma de arrecadação e destinação das rendas e a organização dos serviços que lhe competem.

Algumas incumbências, conforme o artigo 138, eram de responsabilidade da União, Estado e municípios, tais como:

a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar; b) estimular a educação eugênica; c) amparar a maternidade e a infância; d) socorrer as famílias de prole numerosa; e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual; f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbilidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis; g) cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (BRASIL, 1934).

¹⁵¹ Sobre a escrita e municipalismo na transição do Brasil Colônia e na ideação do Brasil Independente, ver mais em Magalhães (2014b).

Acrescidas a essas, o artigo 139 definiu que as empresas distantes dos centros escolares com mais de cinquenta trabalhadores com filhos e destes, no mínimo dez analfabetos, ficavam obrigadas a ofertar o ensino primário gratuito.

No capítulo destinado à Educação e Cultura, eram atribuições compartilhadas entre União, Estados e municípios “[...] favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” (BRASIL, 1934). Por sua vez, o artigo 156 estipulou o percentual da renda a ser aplicado por cada esfera, não podendo a União e os municípios aplicarem menos de 10%, e os Estados nunca menos de 20% na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Já a Constituição Estadual Gaúcha de 1935 esclarece que compete ao Estado, não de forma privativa, “difundir a instrução pública em todos os seus graus” e “organizar e manter os sistemas educativos”. Em relação a sua competência supletiva e complementar, disposta no § 3º do artigo 5º da Constituição Federal, pode legislar sobre a Educação. Com relação aos municípios, por sua vez, no artigo 9º os define como “[...] autônomos em tudo que respeite ao seu peculiar interesse e reger-se-ão pelas leis orgânicas que adotarem, observados os princípios e restrições decorrentes da Constituição do Estado”. A competência municipal com relação à Educação também não é definida nesse documento. Segue sendo atribuição do governador providenciar o ensino público. No Capítulo XV, da Educação e da Cultura, um dos aspectos definidos é o percentual que o Estado e os municípios aplicarão para o desenvolvimento e manutenção do ensino, ficando a cargo do Estado 20% e dos municípios 10% da renda proveniente de impostos destinados a esse fim. Ainda define sobre as sobras de dotações orçamentárias, percentuais sobre vendas públicas e outros recursos financeiros que formam fundos especiais que poderiam ser aplicados somente em obras educativas determinadas em lei, sendo em parte destinadas aos alunos necessitados através de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica para vilegiaturas. (RIO GRANDE DO SUL, 1935).

Em 10 de novembro de 1937, foi outorgada a quarta Constituição Brasileira, instaurando no país a ditadura do Estado Novo, sob a presidência de Getúlio Vargas. Dentre as competências privativas da União em legislar, tem-se as diretrizes da educação nacional, no entanto, podendo essas serem delegadas aos Estados “[...] seja para regular a matéria, seja para suprir as lacunas da legislação federal, quando se trate de questão que interesse, de maneira predominante, a um ou alguns Estados.” (BRASIL, 1937).

Das responsabilidades atribuídas também aos municípios, foi estipulado o apoio à infância e à juventude com necessidade de recursos para Educação em instituições particulares; sendo também “[...]dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma Educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.” (BRASIL, 1937). Outro aspecto englobado no âmbito da Educação e sob responsabilidade das três esferas foram os monumentos históricos, artísticos e naturais, considerados patrimônios nacionais, que deveriam ser preservados.

Em 1946, a Constituição Federal promulgada faz referência ao investimento, responsabilizando o município, Estados e Distrito Federal em aplicar 20% da sua renda para manutenção e desenvolvimento do ensino, e à União nunca menos que 10%. Por sua vez, a última Constituição Estadual, no que tange ao período ora proposto, foi a de 1947. Além de manter o já estipulado em 1935, garantiu a autonomia municipal no artigo 140, assegurada pela eleição do prefeito e vereadores, pela administração própria do peculiar interesse, principalmente, quanto “a) - à decretação e à arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação das suas rendas; [e] b) - à organização dos serviços públicos locais.” (RIO GRANDE DO SUL, 1947). No tocante à Educação, o artigo 146 responsabiliza os municípios por organizar seus sistemas de ensino, que serão complementares aos do Estado, e contribuir na fiscalização da obrigatoriedade do ensino primário. O percentual destinado para manutenção e desenvolvimento do ensino, antes de 10%, passa a ser 20%, igualmente para o Estado e os municípios. Torna-se oferta compartilhada entre Estado e municípios a proteção da infância e juventude, inclusive a criação de instituições quando necessárias com esse objetivo, o estímulo e orientação para educação física, de caráter obrigatório, bem como o auxílio a organizações desportivas, mesmo que amadoras.

Diante do exposto, compreendo que o município, em especial a partir do período republicano, foi paulatinamente subordinado, com relação ao ensino primário, ao governo estadual e suas normatizações. No entanto, considera-se que entre o prescrito pela esfera estadual e o percebido e o vivido na esfera local, o município, existiram apropriações nos modos de fazer. Apropriações que estão vinculadas à participação dos diferentes grupos sociais e instituições, portanto, atribuindo à instância municipal a possibilidade de operar com estratégias e táticas em suas ações. (CERTEAU, 2014). Nesse sentido, é ainda preciso considerar que

Também inclui-se nesse conceito a apropriação que as elites locais fazem dessa responsabilização, tirando proveito para a concretização de objetivos particulares, relacionados à manutenção da ordem, disseminação de ideologia própria e delimitação de uma identidade municipal. Deve-se acrescentar que esse movimento é possibilitado pela difusão da crença no poder regenerador da educação e da necessidade de implantação de sistemas escolares para sua implementação. (GONÇALVES NETO; MAGALHÃES, 2009a, p. 26).

Ou seja, o ensino primário organizado com um objetivo comum, nacional, disseminando valores considerados necessários a uma sociedade que apresenta crescente industrialização e que necessita de um novo homem que seria talhado pela escola.

Dessa forma, ao analisar o município de Farroupilha enquanto local, há de se considerar tanto o período de centralização nas políticas educacionais brasileiras e a responsabilização da esfera estadual pela oferta de ensino primário, quanto a perspectiva de que as ideias modernas para a Educação eram disseminadas pelo Estado, o que se traduzia na concepção da escola seriada.

A seguir, apresenta-se o processo de escolarização da região que deixou uma herança educacional para Farroupilha, a qual precisa ser considerada.

3.2 ESCOLARIZAÇÃO DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA: HERANÇA EDUCACIONAL PARA FARROUPILHA

“A escola foi importante e sua história na Região envolve um dinâmico processo de consolidação.”

(LUCHESE, 2015, p. 446)

Como citado, a Região Colonial Italiana recebeu um grande contingente de imigrantes do norte da Itália, região em que a escolarização era parte integrante das políticas públicas¹⁵². Portanto, muitos imigrantes frequentaram algum tipo de escolarização e eram alfabetizados. Isso foi reafirmado no recenseamento das colônias Conde d’Eu e Dona Isabel, no ano de 1883, em que se declararam alfabetizados 74% dos homens adultos. Já nos levantamentos dos Mapas Estatísticos da Colônia Caxias declaram que sabiam ler: 63% dos homens e 37% das mulheres. (LUCHESE, 2015). A própria dinâmica cultural revela tal aspecto, pois os

¹⁵² Destaca-se que o processo escolar na Itália pós-unificação foi estabelecido com a Lei Casati (1859) e, em 1861, com a unificação, a frequência escolar torna-se obrigatória e gratuita para as classes de alfabetização. No entanto, há de se considerar que as condições de alfabetização foram marcadamente díspares. No norte, em especial no Vêneto, o quantitativo de alfabetizados era superior às demais regiões. Morandi (2003), Chiosso (2013) e Santamaita (2010) são importantes referências para o tema.

imigrantes liam orações, cantos, jornais, literatura e trocavam cartas com familiares que permaneceram na Itália.

Assim, ao pensar na constituição dos processos de escolarização, nessa região, compreende-se tanto os processos e políticas para a constituição de uma rede de instituições, quanto “[...] a paulatina produção de referências sociais tendo a escola ou a forma escolar de socialização e transmissão do conhecimento, como eixo articulador de seus sentidos e significados.” (FARIA FILHO, 2002, p. 16-17).

Na bagagem, os imigrantes trouxeram consigo representações sobre a escola. Conforme Luchese (2015),

No universo cultural daqueles imigrantes e seus descendentes, a escola tinha importância no processo de negociação e construção dos processos identitários, na afirmação da constituição de significados culturais, bem como uma utilidade prática – a de conhecerem o idioma nacional, podendo, assim, comercializar seus produtos e não serem enganados. (LUCHESE, 2015. p. 105).

O Regulamento de 1867, o qual pautou a normatização da colonização na região, estipulava que, ao serem demarcados os lotes, a Comissão de Terras destinasse lugares para a administração da colônia, a igreja e a escola. Dessa maneira, em cada núcleo era prevista uma escola, realidade que não se concretizou inicialmente. Assim, o processo educativo começou no núcleo familiar, pautado pelo trabalho, pela disciplina e pelo exemplo. (LUCHESE, 2015).

À medida que os imigrantes se instalavam, organizavam aulas em que os professores eram aqueles que se dispunham a ensinar ou mesmo os funcionários das Comissões de Terras. Assim, Luchese (2015) afirma que as primeiras escolas, cujas durações foram efêmeras, funcionaram junto às casas das administrações coloniais, e os professores foram os ajudantes e os guarda-livros. Concomitante a isso, já nos primeiros tempos da colonização, existiram aulas particulares e padres que ministraram as primeiras letras, alternativas encontradas até a instalação de uma escola.

Os imigrantes solicitaram recorrentemente ao poder público a abertura e instalação de escolas e, por vezes, empreenderam com recursos próprios na construção do prédio escolar. O resultado desse contexto foi que na RCI, na Primeira República, funcionaram, ao mesmo tempo, escolas primárias vinculadas às comunidades, às igrejas, às sociedades de mútuo-socorro, às iniciativas particulares e ao poder público, sendo a escola pública, quando presente, a preferência.

A presença de escolas étnicas italianas e o contexto dessa região merecem atenção, pois a atuação dos cônsules e do governo italiano está entremeada nos processos de escolarização, o que, por vezes, não é tão evidente. Um exemplo disso é que uma escola particular confessional católica, na década de 1920, recebeu subsídio do governo italiano e ao mesmo tempo recebia subvenção do município de Caxias, assim as estatísticas educacionais que tipificam as instituições escolares não são o suficiente para compreender a complexidade de suas relações. (BELUSSO, 2016).

Dito isso, pode-se perceber que uma única instituição escolar está vinculada a muitas instâncias (locais, estaduais, nacionais e internacionais), até mesmo para sobreviver às mudanças que se impõem no decorrer de seus processos históricos.

Quanto às aulas particulares, na década de 1920, uma dessas iniciativas foi a aula¹⁵³ de João Peccin, localizada entre Linha Caçador e São Marcos, onde hoje é o município de Farroupilha. Na localidade, não havia escola, e, então, “[...] *ele começou a dar aula em casa de noite para aqueles que queriam pelo menos aprender o a,b,c, aprender a,b,c,d, e, e com um pedra debaixo do braço, depois do trabalho eles vinham ali e o meu pai ensinava*”, o que ocorreu até “[...] *descobrirem que meu pai estava dando aula em italiano, ele escondeu tudo de repente, teve que botar fora porque, senão, ia pra cadeira.*” (FRÁ, 2016, p. 12-13).

Ainda há de se considerar que, na RCI, muitas escolas confessionais foram instaladas e apoiadas localmente pelos padres. Ao vislumbrar o cenário gaúcho, no início do século XX, acerca do ensino primário, Corsetti (1998) argumenta que o mesmo, em especial nas regiões coloniais, foi disputado entre a Igreja Católica e o Estado, pois, “Para o projeto de desenvolvimento do Estado as regiões coloniais eram fundamentais, não hesitando portanto, os dirigentes republicanos, em avançar num terreno que a Igreja considerava de sua absoluta prerrogativa.” (CORSETTI, 1998, p. 214).

Nesse sentido, Tambara (1995) e Corsetti (1998) concordam que a Igreja Católica tentou se impor de várias formas, defendendo a escola que propagasse a Educação cristã, enquanto o Estado se preocupou com a Educação do trabalhador, necessária ao capitalismo emergente, investindo assim significativamente no ensino primário. Por esse motivo, foi ainda no período republicano que o Estado foi preponderante no setor, restando, então, para a Igreja Católica, o ensino primário das elites, e sua prevalência passou a ser, a partir de então, o ensino secundário.

¹⁵³ Ainda conforme entrevista, Pedro Minella, mais tarde funcionário público da Prefeitura, foi aluno nessa escola.

Luchese (2014b) argumenta que “A expansão do ensino público primário se difundiu quantitativa e qualitativamente no Rio Grande do Sul, seja pela iniciativa do Estado, dos municípios, das Igrejas, das associações diversas e mesmo de particulares”. Ademais, ao vislumbrar a Região Colonial Italiana, é inegável admitir que as comunidades, por meio de seus moradores e associações, também apoiaram, inclusive financeiramente, a abertura de escolas, especialmente nas áreas rurais.

A consolidação da escola¹⁵⁴ nessa região caracteriza-se, conforme Luchese (2015), em dois períodos: o primeiro, de 1875 até 1890, em que as escolas públicas ou privadas funcionaram como escolas isoladas, eram raras e tiveram diminuta duração; e o segundo, a partir da criação dos municípios de Caxias, Bento Gonçalves (1900) e Garibaldi (1900) até 1930, momento em que os alunos das escolas italianas¹⁵⁵ e particulares passam progressivamente a frequentar a rede pública municipal e estadual e que novos professores foram formados e passaram a ensinar em português.

Muitas das escolas públicas, no segundo período (1890-1930), estiveram vinculadas aos diversos municípios da região que empreenderam nos processos de escolarização. Três desses municípios são imprescindíveis para se compreender, posteriormente, a Educação em Farroupilha: Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, que tiveram distritos desmembrados para compor o território de Farroupilha. Junto aos distritos desanexados, várias escolas e um grupo escolar rural passaram a constituir a rede escolar do município de Farroupilha a partir de 1935. Diante disso, apresentam-se aspectos pontuais com o intuito de contextualizar o atendimento educacional em tais municípios.

Inicia-se por Caxias, ao visualizar-se o atendimento escolar de 1898 até 1937:

¹⁵⁴ Sobre o processo escolar entre os imigrantes no Rio Grande do Sul, consultar Luchese (2015). A autora faz um estudo amplo sobre as diversas iniciativas de escolarização, em especial na Região Colonial Italiana, de 1875 até 1930.

¹⁵⁵ A temática das escolas italianas no Brasil tem despertado o interesse de pesquisadores da História da Educação. Para saber mais sobre essas instituições escolares, consultar Luchese (2014c, 2015), Rech (2015) e Rech e Luchese (2018).

Tabela 6 - Atendimento escolar em Caxias (1898-1937)

	1898	1908	1920	1929	1932	1937
Alunos	-	529	2868 ¹⁵⁶	3030 ¹⁵⁷	4015	3522
Escolas	3	12	75	83	94	79
Professores	3	12	75	83	94	90

Fonte: Elaborada a partir de Dalla Vecchia, Herédia e Ramos (1998)¹⁵⁸.

Os dados apresentados referem-se apenas a escolas municipais e subsidiadas pelo governo estadual. Com relação ao número de alunos atendidos, em 1898, não consta a informação. Já de 1908 a 1932 o atendimento passa de 529 para 4.015 alunos e tem uma diminuição, em 1937, para 3522, ou seja, menos 12% do total, o que está relacionado com a emancipação do município de Farroupilha. A quantidade de instituições escolares amplia-se significativamente - de apenas três para quase uma centena - até 1932. A seguir, sofre a redução de 15 escolas, dentre elas, algumas passam a integrar o território de Farroupilha e são administradas por essa municipalidade. O efetivo de profissionais acompanha a progressão, que é proporcional ao número de escolas. Isso ocorria por serem aulas isoladas em que um único professor atendia alunos de vários adiantamentos. Apenas no ano de 1937, apresentam-se 79 escolas e 90 professores, sinalizando que, na mesma instituição, poderiam trabalhar dois professores em turnos diferentes.

O atendimento do público a ser escolarizado foi significativo em Caxias, pois, já no ano de 1926, conforme o relatório de intendência, das 6.383 crianças em idade escolar, 5.427 estavam matriculadas, “[...] 80%, média muito superior a que se verifica no total da população escolar do Estado.¹⁵⁹”. Esses números expressam o atendimento escolar não apenas em escolas públicas, como apresentado na Tabela 7, mas que incluem a oferta de vagas de outras instituições escolares no município, o que pode ser compreendido na tabela a seguir.

¹⁵⁶ 2.116 alunos atendidos com verbas dos cofres municipais e 752 alunos subvencionados pelo Estado.

¹⁵⁷ 2.053 alunos atendidos com verbas dos cofres municipais e 977 alunos subvencionados pelo Estado.

¹⁵⁸ Observa-se que os números apresentados podem representar variações, pois havia grande dificuldade em tipificar as instituições escolares e de realizar a própria contagem, o que era feito por diferentes sujeitos e formas de fazer. Diante disso, é preciso considerar a incompletude dos dados.

¹⁵⁹ Caxias do Sul. **Relatório** correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926, apresentado ao Conselho Municipal de Caxias pelo intendente Celeste Gobbato, 1928, p. 46). Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, Código de referência BR RS APMCS PM-01-01-01.01.06-35 1926. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/relatorio-apresentado-pelo-intendente-municipal-ao-conselho-municipal-de-caxias-28>. Acesso em: 22 ago. 2020.

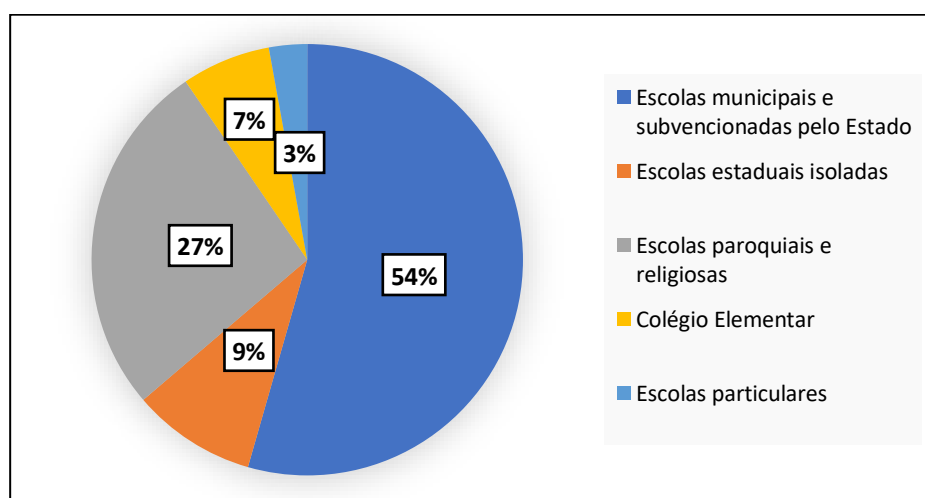
Tabela 7 - Matrícula e frequência em Caxias (1925-1927)

Ano	Escolas municipais e subvencionadas pelo Estado		Escolas estaduais Isoladas		Escolas paroquiais e religiosas		Colégio Elementar		Escolas particulares		Total de instituições escolares	
	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.
1925	2.896	2.258	495	357	1.422	1.107	355	248	152	120	5.320	4.090
1926	2.901	2.257	617	457	1.553	1.406	356	265	-	-	5.427	4.385
1927	3.002	2.171	536	346	1.576	1.434	425	351	-	-	5.539	4.302

Fonte: Adaptada a partir de Luchese (2019).

A partir de então, pode-se perceber que, além das escolas municipais e subvencionadas pelo Estado, funcionavam também escolas estaduais isoladas, escolas paroquiais e religiosas, o Colégio Elementar e escolas particulares. Em número de matrículas, dividem-se percentualmente em pouco mais da metade do público escolar matriculado em escolas municipais e subvencionadas pelo Estado e o restante divide-se dentre as demais tipologias de instituições escolares, conforme visualiza-se no gráfico a seguir:

Gráfico 1- Percentual de matrículas em Caxias por tipologia de instituição escolar (1925)



Fonte: Elaborado a partir de Luchese (2019).

Desse modo, é possível visualizar que a maior parte das matrículas (54%) esteve sob responsabilidade do município neste ano, seguida de 27% nas escolas paroquiais e religiosas, 9% nas escolas estaduais isoladas, 7% no Colégio Elementar¹⁶⁰ e 3% em escolas particulares. Deve-se considerar que a maioria das escolas de Farroupilha advém de Caxias e assim os percentuais de atendimento escolar deste município acarretaram em ressonâncias no processo de escolarização daquele.

O Álbum do *Cinquantenario Della Colonizzazione Italiana Nel Rio Grande Del Sud* (1925, p. 5-6) cita as escolas em que estavam distribuídos os alunos de Caxias: “*E’ impartita a mezzo di un Collegio elementare com 7 professoressa; di 11 scuole estatal isolate; di 16 scuole municipali sovvenzionate dallo Stato; di 75 scuole municipali; di 13 scuole private sovvenzionate dall’Intendenza e di 5 scuole private semplici. Total 121 scuole*”¹⁶¹. Os colégios particulares confessionais, dois deles situados em Nova Milano e Nova Vicenza subvencionados foram o Juvenato São Carlos, com 160\$000 réis mensais, e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, com 50\$000 réis mensais.

Caxias foi um município que fez vários investimentos em Educação e teve na administração de Celeste Gobbato (1924-1928)¹⁶² um período privilegiado, pois ele elencou a Instrução Pública como prioridade. Nessa época, foi ampliado o número de instituições escolares e constituídas condições para melhoria do atendimento por meio do acompanhamento da Inspetoria Escolar, da regulamentação da seleção de professores e formação realizada em curso de aperfeiçoamento, bem como oferta de materiais necessários ao funcionamento das aulas, ampliação de turnos escolares, adaptações no calendário e incentivo financeiro à frequência escolar. Gobbato mobilizou diversas estratégias para ampliar e qualificar a Instrução Pública e a tomou como um dos problemas essenciais a serem resolvidos. (LUCHESE, 2019).

A extinção do analfabetismo também promoveu ações específicas na região. No ano de 1930, após uma reunião na Escola Complementar, sob a direção de Maria Amorin, foram criados subcomitês em todos os distritos pela extinção do analfabetismo. Em Nova Vicenza,

¹⁶⁰ O Colégio Elementar José Bonifácio foi instalado em Caxias em 1912. O local foi disponibilizado pelo município e a instituição passou por diversas mudanças de local até 1936, quando se instalou em definitivo em um novo prédio que abrigou também o Colégio Complementar e a 4ª Delegacia Regional de Ensino. (LUCHESE, 2016).

¹⁶¹ É transmitida por meio de um colégio elementar com 7 professoras; 11 escolas públicas; 16 escolas municipais subvencionadas pelo Estado; 75 escolas municipais; 13 escolas particulares subvencionadas pela Intendência e 5 escolas privadas simples. Total de 121 escolas. Tradução livre da autora.

¹⁶² Sobre a administração de Celeste Gobbato e as estratégias mobilizadas para a ampliação da Instrução Pública e a criação de instituições escolares, dentre elas o Patronato Agrícola, ver Luchese (2019).

o comitê foi instalado no domingo após a missa, em frente à igreja. Foram então aclamados como presidentes Angelo Antonello e o diretor do Grupo Escolar Farroupilha¹⁶³. Por fim, ainda se destaca que o orçamento destinado para a Educação, por Caxias, em 1927, já superava os 10% mínimos exigidos.

Ainda foi instalada, em Caxias, no ano de 1930, a Escola Complementar Duque de Caxias - a primeira escola pública da região para a formação de professores - decorrência da mobilização da Intendência e do Conselho Municipal junto ao governo estadual.

Em Bento Gonçalves, Olivo (2017) afirma que uma significativa ampliação no número de escolas municipais ocorreu na administração de João Batista Pianca (1924-1928), passando de oito para 27 instituições. Foi também nesse período administrativo que o ensino público foi regulamentado pelo ato 189.

Já, na década de 30, apresenta-se a publicação especial do Jornal Caxias, que anuncia “Seu progresso e possibilidades econômicas”, referindo-se também à Instrução Pública.

Acha-se muito disseminada pelo município, o qual dispõe de um colégio elementar, na sede, quatro escolas particulares, três estaduais, três contratadas especiais e setenta municipais, inclusive 30 subvencionadas pelo estado. A matrícula total no ano de 1931, elevou-se a 3.484 alunos e a frequência a 2.621. Durante a atual administração, foram criadas e preenchidas 14 aulas, exclusivamente pelo município.[...] tem sido também construído o prédio em que funciona a aula municipal do povoado de Jansen e fornecidos às novas aulas e aquelas que ainda não tinham mapas do Brasil e do Estado, estampas da Bandeira Nacional, exemplares de “Cartilhas da Hygiene”, de “Culto Cívico” de programma e de regulamento de ensino¹⁶⁴.

Em Bento Gonçalves, assim como em Caxias, havia escolas elementares¹⁶⁵, e, nas décadas de 1920 e 1930, vê-se a ampliação do atendimento escolar educacional público. Ambos também apresentam uma outra singularidade, no período de 1924 a 1928, quando tiveram intendentes que fizeram esforços importantes para a Instrução Pública: Celeste Gobbato, em Caxias, e João Batista Pianca, em Bento Gonçalves.

Na década de 1930, o município de Bento Gonçalves contava com instituições escolares públicas e privadas, dentre elas um colégio elementar, com uma matrícula total de mais de três mil alunos. A administração municipal divulgou na publicação a construção de

¹⁶³ Jornal **Caxias**, Caxias, 24 de julho de 1930, nº 162, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882216/724>. Acesso em: 4 set. 2019.

¹⁶⁴ Jornal **Caxias**, Caxias, 4 de junho de 1932, ano XX, nº 1014, p. 17. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882216/1381>. Acesso em: 4 set. 2019.

¹⁶⁵ O colégio elementar em Bento Gonçalves iniciou o funcionamento em 1910, instalado no prédio da prefeitura, cedido por ela. A partir de 1915, passou a denominar-se Colégio Elementar Bento Gonçalves da Silva. (LUCHESE, 2015).

um prédio escolar, a distribuição de mapas, imagens da Bandeira Nacional, cartilhas e regulamento de ensino. Assim, apresentou a rede escolar, bem como indícios da organização da Instrução Pública Municipal.

Por fim, os dados do município de Montenegro¹⁶⁶ são esparsos, ou apresentam as matrículas e frequências do início do século XX ou já a relação de aulas isoladas em 1939, após a desanexação de Nova Sardenha. Os dados referentes às matrículas (1910-1913) são apresentados na tabela abaixo.

Tabela 8 - Matrículas em Montenegro (1910-1913)

Anos	Colégio Elementar	Escolas estaduais	Escolas municipais	Subvencionadas pelo Estado	Subvencionadas pelo município	Escolas particulares	Escolas religiosas
1910	200	1417	122	-	96	2.152	-
1913	234	1036	-	412	392	1.473	-

Fonte: Elaborada a partir do Livro de matrícula de Montenegro, AHMEMK, Códice 521.

Os dados apresentados constam em um livro de atas que parece ter sido adaptado para registrar anualmente as matrículas e frequências nas diferentes modalidades de instituições escolares que atendiam o município. Porém, os registros só foram realizados de 1910 até 1914 e com lacunas. Elencaram-se, para análise, as informações de matrícula de 1910 e 1913 no Colégio Complementar, escolas estaduais, escolas municipais, aulas subvencionadas pelo Estado, aulas subvencionadas pelo município, escolas particulares e escolas religiosas.

Pode-se aferir que a maioria dos alunos atendidos frequentavam as escolas particulares e estaduais nesse período, e o restante do público era fracionado nas demais

¹⁶⁶ O município não faz parte da Região Colonial Italiana. A ocupação das terras de Montenegro iniciou em 1866 com a chegada dos açorianos. Em 1867, o local foi elevado à Freguesia chamada São João de Montenegro e emancipou-se em 1873, e passou a ser denominado município de São João de Montenegro, por fim, em 1913, passou à categoria de cidade. A região, que se desenvolveu com o comércio e a indústria, contava com o Rio Caí como ponto de navegação fluvial inicialmente realizada por 5 barcas a vapor que transportavam pessoas e mercadorias. A instalação da malha ferroviária (1910), que impulsionou o progresso aos municípios da Região Colonial Italiana, acarretou num momento difícil para Montenegro pela queda no movimento nas navegações. Montenegro, em 1914, contava com energia elétrica, diversas casas comerciais e profissionais liberais, tais como: advogados, cinematógrafos, dentistas, marceneiros, médicos, retratistas etc. As associações faziam parte do cotidiano do município por meio de clubes esportivos, uniões operárias (Vitório Emanuelli III) e loja maçônica (Luz e União). A imprensa foi disseminada com o jornal O Progresso, Correio do Município, *Deutschbrasilinische Zeitung* e O Arauto dentre outros que chegaram a três dezenas e tiveram duração efêmera. Já no que se refere à Educação, em seus primórdios tinha cinco aulas, quatro delas para o sexo masculino e uma para o público feminino. Progressivamente as escolas de alfabetização foram se ampliando. Em 1881, o município recebeu o Colégio Evangélico Alemão, e, em 1902, o Colégio Distrital, uma modalidade de instituição que atendeu o ensino primário e complementar, assim formava professores. Em 1906, houve a emergência do Colégio São José, sob a administração das irmãs francesas de São José, uma instituição privada que ofertou, inicialmente, o curso primário; a partir de 1941, o curso complementar; e o curso ginasial, em 1945. O ensino técnico surgiu em 1929, anexo ao Posto Zootécnico das Colônias, onde funcionou uma escola de laticínios e um curso de inseminação artificial de bovinos e suínos. Outro investimento importante foi o Conservatório de Música, fundado em 1921. (ARPINI, 1986).

iniciativas. Apesar de não contabilizadas as matrículas nas escolas religiosas, sabe-se que as irmãs de São José já atendiam a população desde 1906. O incentivo à Instrução Pública por parte da municipalidade se deu na oferta de poucas vagas em escolas municipais e por meio de subvenções a professores ou a instituições escolares¹⁶⁷.

Já, ao analisar-se a Ata 270 (1939, p. 178-183) do livro de atos de São João de Montenegro, pode-se apresentar o número de escolas municipais no ano de 1939, após uma reorganização proposta pelo prefeito Gustavo Jahn. Ficaram, então, organizadas em 70 aulas isoladas, com professoras designadas, subvencionadas e outras a designar. Dentre elas, a professora subvencionada da 39ª aula de Canoas de Boa Vista, 6º distrito, Lídia Freitas Travi que passaria mais tarde a ser professora em Farroupilha. Mesmo ciente de que a reorganização foi posterior à emancipação de Farroupilha, é interessante observar como aquele atendimento que era mínimo no início do século XX tem uma significativa ampliação registrada em 1939, o que certamente foi processo nesses pouco mais de 30 anos.

Outro aspecto evidente é que as escolas municipais eram as aulas isoladas, e as demais oportunidades foram iniciativas de particulares, da Igreja ou de outras esferas governamentais nessa região, incluindo de outras etnias, como os alemães, por exemplo. O distrito de Nova Sardenha representa uma pequena parte do território de Montenegro, na área rural.

Assim, compreende-se que as ações de diferentes agentes (Igreja, particulares, associações etc.) apresentados demonstram que os processos de escolarização passaram de iniciativas pouco organizadas - para o ensino da leitura, escrita e cálculos, valores religiosos e condutas - para escolas formalmente constituídas - com culturas escolares próprias - assumidas paulatinamente pelo poder público nas primeiras décadas do século XX.

Mapear tais ofertas educativas permite perceber que foram instituídas iniciativas de escolarização antes da emancipação política de Farroupilha e que há uma historicidade nesse processo que não pode ser desconsiderada. Farroupilha herda de outros municípios uma estrutura com escolas, professores e alunos, que já vinham desenvolvendo suas atividades.

Ainda é preciso considerar uma característica regional, a participação das comunidades nesse processo em que se envolviam para garantir escolas e até mesmo investiam financeiramente na doação de terrenos e construções dos prédios escolares. Diante do contexto apresentado e tendo a ideia de processo presente, passa-se adiante a considerar como se constituíram os processos de escolarização no município de Farroupilha, um

¹⁶⁷ Em 1932, o Colégio São José recebia 100\$000 réis da Prefeitura Municipal de Montenegro.

movimento que está diretamente vinculado aos professores municipais, e é a partir dessa perspectiva que se inicia a próxima seção.

3.3 DE PROFESSORES MUNICIPAIS EM CAXIAS, BENTO GONÇALVES E MONTENEGRO PARA PROFESSORES MUNICIPAIS DE FARROUPILHA

“[...] a dinâmica de vida percebida na história desses professores e de cada um dos muitos que atuaram na RCI, persistindo por décadas no exercício da profissão ou a abandonando por razões diversas, é reveladora da riqueza cotidiana. Foram esforços, jogos de poder, sonhos, desafios de um fazer docente pautado em práticas empíricas, em possibilidades criativas e inventivas.”

(LUCHESE, 2015, p. 384)

Para iniciar a discussão acerca da constituição do quadro docente municipal de Farroupilha, retoma-se o quadro divulgado no *Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul* no ano de 1935, que apresentou os professores subvencionados pelo Estado e/ou remunerados pelo município de Farroupilha no ano de 1934.

Destaca-se que esse quadro foi adaptado pela autora e analisado com a devida atenção ao seguinte aspecto: o município de Farroupilha emancipou-se em dezembro de 1934; dessa forma, inexistiam professores remunerados por este município, neste ano. No entanto, não se pode desconsiderar que o quadro apresenta quem eram os professores que atuavam nos distritos que compuseram o território de Farroupilha, o que nos permite compreender em quais localidades atuavam e quem desses professores passou a fazer parte do quadro docente municipal de Farroupilha.

Pode ser considerada uma das primeiras ações em prol da Educação no município de Farroupilha a solicitação do Prefeito Armando Antonello aos administradores de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro de informação sobre quem eram as professoras, tempo de serviço e salário. Foi nesse processo de transição que se constituiu o corpo docente municipal de Farroupilha, recorrentemente denominado nos documentos municipais como o professorado. Considerar tal questão impõe a compreensão de que existiram rupturas e continuidades nesse percurso, ao passo que houve a permanência dos professores na maioria das escolas em que já atuavam. Por isso, instituiu-se a vinculação à estrutura administrativa do município de Farroupilha e suas ações a partir de então.

Assim, a seleção, o pagamento, a formação e a fiscalização dos professores municipais passaram a ser realizadas pela Prefeitura Municipal de Farroupilha e foram

vinculadas à Diretoria de Instrução Pública desse município. Esses processos evidenciam que as ressonâncias dessas ações foram entremeadas à municipalidade, à Igreja e às comunidades (representantes dos munícipes).

Isso posto, aponta-se que a resposta encaminhada pelos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro de quem eram os professores, salários e tempo de atuação vai ao encontro das informações elencadas no quadro a seguir, adaptado de forma a incluir as datas das nomeações¹⁶⁸, que originalmente não eram parte integrante da divulgação no *Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul*.

Quadro 9 - Relação dos professores e professoras subvencionadas pelo Estado e das estipendiadas pelo município de Farroupilha (1934)

(continua)

Professor(a)	Nomeação	Localidade	Subvenção estadual	Subvenção municipal
1º distrito – Nova Vicenza (antigo 2º distrito de Caxias)				
Emília Minella	01/04/1933	Linha Alencastro	50\$000	50\$000
Delmira Beux	15/02/1929	Linha Julieta	50\$000	50\$000
Gema Comin Pesca	05/06/1922	Linha Vicentina	50\$000	90\$000
Zelinda Colombo	01/06/1930	Travessão Milanez	50\$000	50\$000
Rústico Gobbato	01/01/1915	Rio Burati e Monte Bérico	-	140\$000
Adélia Postali	01/03/1932	Travessão Milanez	-	110\$000
Irene Giacomet	01/07/1931	Linha Vicentina	-	90\$000
Rachel C. Silvestrin Chiele	01/07/1931	Linha Alencastro	-	100\$000
Theresa Roso (Auxiliar)	27/04/1934	Linha Vicentina	-	60\$000
Rea Silvia Gasperini	27/11/1926	Linha Sertorina	-	100\$000
Alice Gasperin	10/04/1920	Linha Sertorina	-	100\$000
2º distrito (ex-3º distrito de Bento Gonçalves) – Flores da Cunha				
Domingas Mandelli Venzon	08/01/1927	Linha Palmeiro	50\$000	60\$000
Maria Troian	16/05/1928	Linha Jacinto	50\$000	60\$000
Christina G. Bertuol	02/07/1923	Linha Palmeiro	50\$000	60\$000
Aurora M. Verona		Flores da Cunha	50\$000	60\$000
Ignez Pessin		Linha Amadeu	50\$000	40\$000
Amalia Sartor Davi	Década de 1920	Flores da Cunha	50\$000	60\$000
Angela Favero Menta	06/01/1927	Linha Palmeiro	-	90\$000
Emília Mandelli		Linha Jacinto	-	70\$000
Estephania R. Dal Pizzol	06/01/1927	Flores da Cunha	-	70\$000
Clara Caravantes Garcia		Flores da Cunha	-	90\$000
Thereza Lazzari		Linha República	-	90\$000
Maria Facchini	30/07/1927	Linha Palmeiro	-	70\$000

¹⁶⁸ Foram localizados parcialmente os dados de nomeação dos professores antes pertencentes a outros municípios dispersos em vários documentos (correspondências, portarias, relatórios).

(conclusão)

Professor(a)	Nomeação	Localidade	Subvenção estadual	Subvenção municipal
3º distrito (ex-9º distrito de Monte Negro) Nova Sardenha				
Lydia Shulke ¹⁶⁹	1930	Desvio Machado	50\$000	100\$000
Jorge Wartha	1932	Linha Machadinho	150\$000	
Irma Leopoldina – Professora Federal	-	Nova Sardenha	175\$000	
Angelina Carlesso – Professora Estadual (contrato)	-	São Miguel	-	100\$000
Lídia Freitas Travi	1921	Linha Machado	-	100\$000
Maria Bondam	1932	Linha Muller	-	100\$000
4º distrito (ex-6º distrito de Caxias) Nova Milano				
João Simon	06/11/1905	Forqueta Baixa	-	50\$000
Rosa Antonello	01/03/1930	Travessão Milanez	-	50\$000
Juvenato São Carlos	-	Nova Milano	-	240\$000
Maria Weber	09/04/1931	Forqueta Baixa	-	100\$000
João Perini	15/03/1931	Travessão Perau	-	100\$000
Maria Lazzari (duas aulas)	01/04/1930	Oito Colônias	-	180\$000
Santina B. Slomp	21/03/1925	Travessão Trentini	-	100\$000
Maria Radaelli	01/04/1920	Travessão Trentini	-	100\$000
Miguelina Bridi	1935 ¹⁷⁰	Travessão Milanez	-	100\$000
Leopoldina Laner	01/03/1930	Travessão Portugal	-	100\$000
Pedro Leopoldo Fulcher	-	Forqueta Baixa	-	100\$000

Fonte: Adaptado a partir do *Almanak Escolar do Estado do Rio Grande do Sul*, 1935, p. 340-341.

A partir do quadro acima, pode-se afirmar que quatro professores atendiam antes aulas do município de Montenegro, 12 trabalhavam em Bento Gonçalves e 21 docentes ministravam aulas em Caxias, assim compondo um total de 38 professores municipais¹⁷¹, predominantemente mulheres¹⁷², que passaram a constituir o quadro docente municipal de Farroupilha, com exceção de Thereza Lazzari. Dentre esses professores, pode-se ver, pelas datas de nomeações, que alguns já atuavam há muito tempo como docentes, a exemplo, João Simon (1905) e Rústico Gobbato (1915), junto a professores experientes nomeados ao longo da década de 1920 e professores mais jovens nomeados a partir de 1930¹⁷³. As imagens a seguir são representativas dessa transição que ocorreu na carreira de vários docentes, a partir de 1935, a de ser professor municipal em Farroupilha.

¹⁶⁹ MONTENEGRO. **Portaria 403**, de 31 de dezembro de 1934. Comunica que a subvenção escolar que recebia por conta do Estado foi cancelada, em razão de ter o território do distrito onde lecionava sido incorporado a Farroupilha. CER/AGPMF.

¹⁷⁰ Data estimada a partir de Decreto 88.50. FARROUPILHA. **Decreto 88.50**, de 12 de dezembro de 1950. Concede adicional de 15% para a professora Miguelina Ana Bridi por contar com mais de 15 anos de efetivo serviço. Livro de Decretos, anos 1940 a 1951. SGDh.

¹⁷¹ Excetuam-se na contagem os professores citados no quadro acima que recebiam apenas subvenção estadual, e o Juvenato São Carlos por se tratar de uma instituição privada e confessional que recebia a subvenção a título de ajuda financeira do município.

¹⁷² Sobre o feminização do magistério, ver Louro (2008).

¹⁷³ Sobre a atuação de professores na Região Colonial Italiana, de 1875 a 1930, consultar Luchese (2015).

Figura 18 - Professoras municipais de Caxias (1932)



Fonte: Álbum da professora Rachel C. Silvestrin Chiele, MMCP.

Essa fotografia retrata mulheres professoras. Visualizam-se, de pé, da esquerda para a direita, Rachel Carlota Chiele Silvestrin, Adelina Minella e Alice Gasperin (de luto pelo falecimento da sua mãe); e sentadas, da esquerda para a direita, Irene Giacomet, Gema Bridi e Maria Lazzari Faguerazzi¹⁷⁴. A imagem é datada de 20 de janeiro de 1932, ano em que todas elas eram professoras municipais em Caxias. Após a emancipação política de Farroupilha, a maioria delas passou a ser professora municipal em Farroupilha, permanecendo apenas Adelina Minella e Gema Bridi em Caxias.

Na próxima fotografia, apresenta-se o corpo docente municipal de Farroupilha:

¹⁷⁴ Adelina Minella era professora municipal em Caxias, na Estação Forqueta; Rachel Carlota Silvestrin Chiele, na Linha Alencastro; Alice Gasperin, na Linha Sertorina; Irene Giacomet, na Linha Vicentina; Gema Bridi, no Travessão Milanez (São Miguel); Maria Lazzari, na Linha Boêmios e 8 Colônias. Conforme publicação no Jornal **O Momento**, ano II, Caxias, 8 de novembro de 1934, nº 90, p. 3. Relação de exames das aulas municipais, ano letivo de 1934, Prefeitura Municipal de Caxias. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882615/449>. Acesso em: 24 jul. 2020.

Figura 19 - Professoras municipais de Farroupilha (1939)



Fonte: Acervo pessoal de Alice Gasperin, AHMJSA.

A fotografia, conforme Gasperin (1989), é de professoras municipais de Farroupilha no ano de 1939. Junto a elas, encontram-se três homens: o de terno escuro é Giácomo Valentin Luchese; à esquerda, acredita-se ser Angelo Venzon Neto; e o homem à direita não foi identificado, mas entende-se que se trata também de um funcionário público, como os demais. Esse já é o retrato de um novo grupo, acompanhado de representantes do poder público municipal, após um momento de formação, em frente ao prédio do Grupo Escolar Farroupilha.

Com relação ao valor do subsídio municipal dos professores, apresentado no Quadro 9, observa-se que oscila entre 40\$000 até 110\$000. Já o subsídio estadual não tem grandes disparidades, sendo pago 50\$000 para a maioria dos professores, com exceção das professoras Irma Leopoldina, caracterizada como professora federal que recebia 150\$000, e Angelina Carlesso, professora estadual contratada que era remunerada com 175\$000.

Os salários dos professores municipais de Farroupilha, por sua vez, na transição, mantiveram-se desiguais, como citado no capítulo anterior. Mesmo assim, raras foram as

reclamações localizadas no arquivo da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Uma delas foi a tentativa da professora Ignez Slomp em pleitear uma melhoria salarial, no ano de 1938.

Venho mui respeitosamente requer da V. Ex^a se digne, que, eu no cargo de professora municipal ter melhora de vencimento, achando-me 5 quilômetros a distância da casa à aula de Menino Deus e sendo o ordenado de 80\$000 (oitenta mil réis) mensalmente, e não podendo com o referido vencimento subjugar as despesas necessárias ao respeitoso cargo¹⁷⁵.

No período, os salários variavam de 70 a 100 mil réis, e a professora Ignez recebia 80 mil réis. Apesar da argumentação, não foi atendida sua solicitação. No mês de julho do mesmo ano, solicitou uma licença de 30 dias; e, em junho de 1939, pediu exoneração. Foi professora municipal por três anos e meio, a média da maioria dos professores no período.

Além dos professores municipais não terem nos primeiros anos um padrão salarial, os pagamentos mensais, por vezes, se acumulavam por dois ou até três meses. Sobre os pagamentos em atraso, pode-se ver a solicitação da professora Hilda Piccoli, responsável pela aula municipal na Linha Mundo Novo, em maio de 1938, que alega que

[...] não tendo recebido seus vencimentos relativos ao mês de dezembro do ano transacto, vem com a devida vênua, solicitar de V.S., se digne mandar efetuar o pagamento relativo ao mês supracitado, visto ter a mesma ainda não ter recebido seus respectivos vencimentos¹⁷⁶.

O pedido deferido nos esclarece que a reclamação era legítima, e estava pendente o pagamento da professora. Não se pretende aqui afirmar que a remuneração causava dificuldades financeiras a todas as professoras, sua utilização e necessidade pode relativizar essa questão. No entanto, da mesma forma, não se pode desconsiderar descontentamentos em relação a isso.

Os salários foram padronizados no ano de 1940 e somente a partir de 1945 tiveram um substancial aumento. Era justamente o pagamento de salários que reservava a maior parte da verba prevista nas leis orçamentárias para a Instrução Pública ao longo dos anos, o que será analisado, detalhadamente, no capítulo que se refere aos investimentos para a Educação. Onde havia um professor público municipal, havia uma escola. Assim, compreende-se serem os professores elementos indispensáveis à escola.

¹⁷⁵ **Correspondência** de Ignez Slomp, professora, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 7 de maio de 1938. Pede melhoria nos vencimentos. A/AGPMF.

¹⁷⁶ **Correspondência de** Hilda Piccoli, professora, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 4 de maio de 1938. Pede o pagamento de salário atrasado. A/AGPMF.

Identificados os professores que antes atuavam em outros municípios e que passaram a lecionar em Farroupilha, e percebendo que alguns deles já apresentavam uma longa trajetória de docência, surgem alguns questionamentos: Como foram selecionados? Onde residiam? Tinham algum tipo de formação profissional?

O que se pode afirmar a partir dos indícios localizados acerca de algumas docentes é que, geralmente, eram moças, muito jovens e constituíam-se professoras nas comunidades em que residiam, por indicação delas. Uma singularidade é o lugar social que ocupava o professor, pois tornavam-se figuras de liderança, exercendo funções profissionais e sociais nas localidades em que estavam inseridos, sendo um elo entre comunidade, poder público e Igreja. Indicativo dessa realidade foi a experiência da professora Alice Gasperin, que iniciou sua atuação profissional em 1920, como professora municipal¹⁷⁷ na Linha Sertorina (Caxias).

Foi assim: a nossa professora casou. Eu já tinha treze anos. Casou e, não havia mais professores. Havia escassez de professores naquele tempo. Havia falta de professores, não havia professores. Passa o mês de março, passa abril, vem abril e a escola fechada, não tinham professores de espécie alguma. Então eles vinham a Caxias a procura que mandassem uma professora. Mas não havia disponíveis, professores disponíveis para lá não havia. Então, vieram lá a comissão da igreja falar com minha mãe, que lecionasse, porque eu era a primeira da escola, a mais adiantada da escola. Minha mãe disse: “Não, ela não tem maturidade, ela não pode ser, precisa ser uma pessoa de mais idade. Ela não tem 14 anos”! Então, eles vieram de novo a Caxias pra procurar, pra ver se encontravam professora. Nada! E... voltaram de novo lá falando com a minha mãe: “Não, vamos fazer assim, vamos dizer que em vez de 13 para 14 anos, ela tem 15”. A minha mãe não queria, mas afinal, minha mãe concordou. (GASPERIN, 1996, p. 3).

As memórias de Alice sobre o constituir-se professora explicam que essa foi uma necessidade daquela comunidade e que teve como pano de fundo a problemática anunciada, desde o século XIX, no Rio Grande do Sul, da falta de professores e da influência da Igreja na seleção de docentes, mesmo que públicos, no período. (TAMBARA, 1995; GIOLO, 1997). Assim, após a comissão da igreja já ter decidido que Alice Gasperin assumiria a docência na comunidade, a mãe a vestiu de maneira adequada - com um vestido e salto - para se apresentar na prefeitura de Caxias para prestar os exames. Sobre esse momento, Alice recorda que:

[...] lá veio o inspetor escolar. E o inspetor escolar me mandou fazer uma cópia. Cópia, a minha letra não era das piores. Fiz muito bem a cópia. Depois me mandou fazer um ditado. Estava acostumada fazer ditado! Fazia sempre! Era um acaso

¹⁷⁷ A partir de 1939, passou a atuar no magistério Estadual, inicialmente no Grupo Escolar de Nova Sardenha, e posteriormente no Grupo Estadual Farroupilha. Assim, no ano de 1944, exonerou-se do magistério público municipal.

que cometesse um erro de ditado. Fiz bem o ditado. Perguntou os estados do Brasil. Ah! Eu sabia, em Geografia eu estava bem. Muito bem em Geografia, porque a professora com mapa, primeiro nos dava a lição, que estudássemos bem e depois me perguntou se eu sabia fazer as quatro operações fundamentais. Eu disse sim. Pronto! Passada! Professora. Não precisou documento, nada. De lá “Pode começar a lecionar segunda-feira! O ordenado é de 60 cruzeiros, ah, 60 mil réis por mês”. (GASPERIN, 1996, p. 4).

Alice prestou os exames em 1920 e foi aprovada, o que lhe conferiu uma rápida promoção de aluna à professora na mesma escola onde havia cursado o primário. Realizou novamente exames no ano de 1929, quando todos os professores municipais de Caxias foram reavaliados com o intuito de manter como professores primários somente aqueles capazes, apontando que havia precariedades. Para tanto, foi distribuído um programa elaborado por professoras normalistas para que os professores municipais pudessem estudar para o exame. Alice Gasperin, nessa ocasião, foi a primeira colocada. (LUCHESE, 2015).

Os professores iniciaram sua atuação com diferentes formações e referências. Alice Gasperin (1989), por exemplo, fazia como sua professora Fany, era a única forma que conhecia para dar aulas¹⁷⁸. No entanto, no decorrer de suas carreiras, os professores buscaram os conhecimentos necessários para a docência onde era possível e conforme suas necessidades, que, por vezes, extrapolavam ao esperado para sala de aula, como recorda Alice:

[...] Uma viúva conhecida e um homem lá de Guaporé, que ele queria comprar terra dela. Que eu fizesse um contrato de compra e venda. Mas eu disse: - “Eu não sei, a minha mãe não está em casa”. Ah, me senti gelada. – “Mas, sim, lá onde eu moro o professor municipal faz contrato, ele faz tudo”! Piorou! Depois de não saber, dizer-me que o professor municipal sabia bem. E eu não saber nada! Lá eu senti vergonha! Vergonha que me chamassem de professora. (GASPERIN, 1996, p. 4).

O excerto da entrevista da professora Alice apresenta a ideia de que o professor deveria ser detentor de conhecimentos não apenas necessários para a docência, mas também para auxiliar a comunidade em outras situações específicas; nesse caso, com um contrato. Com a intenção de aprender mais para poder ensinar enquanto professora e contribuir com a comunidade, Alice passou a comprar mais livros e procurou um professor em Bento Gonçalves, que era “[...] quem preparava professores assim municipal para Bento

¹⁷⁸ Há de se considerar que os professores de Farroupilha, durante sua infância, frequentaram diferentes oportunidades de escolarização, que não eram uniformes, com organizações diversas e que alguns deles participaram de aulas ministradas em italiano.

Gonçalves[...]” (GASPERIN, 1996, p. 6). O professor a quem se refere é Felix Faccenda¹⁷⁹, com quem ela teve aulas por dois anos, no período de férias, e, em outro momento, retornou mais um mês para se preparar para as provas da Escola Complementar, na qual realizou o curso na modalidade livre frequência. (GASPERIN, 1989).

Assim como Alice, a professora Maria Frida Lydia Schulke começou a dar aulas aos 11 anos de idade, ainda mais jovem que Alice. A necessidade surgiu em auxiliar a mãe, na época professora federal, que atuava em Nova Sardenha (Montenegro) e atendia, sozinha, 80 alunos. A escola funcionava na residência das professoras, que foi adaptada para tanto, foram retiradas as portas para fazer salas de aula. Sua atuação inicialmente não foi remunerada e nem sequer passou por alguma seleção, constituiu-se docente no fazer cotidiano, pautada nas experiências de sua mãe e pela necessidade em auxiliá-la. Somente em 1930, após frequentar o Colégio Elementar 14 de Julho, em Montenegro, prestou exame para professora municipal, passando em segundo lugar entre 30 candidatas aprovadas. O exame constituía-se de momentos de prova escrita e oral. (SCHULKE, 1984).

Em 1921, também iniciou sua carreira, atuando no interior de Montenegro, em um local chamado Arroio Canoas, a professora Lídia Freitas Travi. Ela ingressou no magistério por concurso federal, com 17 anos, época em que já tinha cursado o ensino ginasial. (TRAVI, 1984).

Jorge Wartha e Maria Bondam também prestaram concurso público no município de Montenegro, em 11 de fevereiro de 1932. Eles realizaram provas escritas classificadas em até 10 graus, em que somente seriam aprovados os que atingissem no mínimo grau 3 em Português. Esse exame foi composto por um ditado, análise gramatical de trecho simples e conjugação do verbo ler. Os aprovados foram selecionados para a segunda etapa: a prova oral. O candidato Jorge Wartha foi aprovado simplesmente com grau 5, e a Maria Bondam foi reprovada. Porém, em novo concurso, em julho do mesmo ano, ela foi aprovada plenamente com grau 9, e nessa ata foram detalhadas as matérias exigidas no concurso: Português, História, Geografia do Brasil e Aritmética¹⁸⁰. Não foi possível identificar suas formações iniciais, idade e nem se residiam nas comunidades em que passaram a atuar.

Já o início da atuação da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele foi em 1931, na aula da Linha Alencastro (na época Caxias). Era casada, tinha 23 anos, idade superior às

¹⁷⁹ Alice Gasperin produziu um acervo pessoal que está salvaguardado no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, onde encontram-se diversos cadernos utilizados nas aulas do professor Felix Faccenda, que mereceriam um estudo específico.

¹⁸⁰ **Livro de atas e exames para professores municipais**, número 1, AHMEMK, Montenegro, Códice 1583.

demais professoras já citadas, e havia frequentado o “curso para professora”, como ela mesma cita em seu álbum de recordações¹⁸¹.

As citadas professoras foram selecionadas em Caxias e Montenegro; sobre os professores oriundos de Bento Gonçalves, identificou-se a professora Angela Menta. Ela começou a dar aulas com 16 anos de idade na Linha Palmeiro (Bento Gonçalves), no ano de 1927, e, conforme Decó, (1993, p. 116) “Com chuva, sol, calor ou frio, deslocava-se todos os dias, a cavalo, desde o santuário de Caravaggio até a Capela São José, durante quatro anos seguidos”. Após esse período, Angela casou-se com Fredesvindo Menta, passando a residir na comunidade.

Pode-se afirmar que, já na década de 1920, os professores no município de Bento Gonçalves eram submetidos ao concurso público conforme especificações no Ato 189, de 1928. (LUCHESE, 2015). O capítulo 4, dos artigos 12 ao 17, do citado Ato 189¹⁸², normatiza a realização dos concursos que eram abertos sempre que existisse uma vaga. Aqueles que desejassem se candidatar ao concurso precisavam apresentar a certidão de idade, atestado de boa conduta emitido pelo subintendente do distrito e atestado médico. A idade mínima para ser professor era 18 anos para os homens e 16 anos para as mulheres. Os saberes avaliados no concurso eram redação, ditado, leitura e gramática (português), problemas com as quatro operações, frações e sistema métrico (aritmética prática), geografia e história brasileira e gaúcha, e a avaliação era realizada por uma banca examinadora.

Após a aprovação, as nomeações, por sua vez, seguiam a ordem da classificação dos candidatos no concurso, o que ficava a cargo do intendente. O candidato, uma vez nomeado, tinha 15 dias para se apresentar ao inspetor e entrar em exercício. Os professores eram classificados em 3 classes, conforme preparo, instrução, dedicação ao ensino e antiguidade. Já os candidatos reprovados deveriam, obrigatoriamente, aguardar três meses para prestar novamente o concurso.

E, por fim, apesar de no Quadro 9 constar somente o nome da professora Rosa Antonello atuando no Travessão Milanez, conforme Crivelatti *et al.* (1984) a professora Itália Benedetto, em 1931, aos treze anos, foi substituir a sua irmã, a citada professora Rosa Antonello, na aula da Linha Ely, por alguns dias e acabou permanecendo na profissão docente por 27 anos. Residia no Travessão Milanez e fazia o trajeto de 18 km a cavalo. Não cita se

¹⁸¹ Encontra-se no Museu Municipal Casa de Pedra um álbum fotográfico que foi utilizado para preservar tanto fotografias como manuscritos e documentos da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele.

¹⁸² BENTO GONÇALVES. **Acto 189**, 29 de maio de 1928. Aprova o Regulamento de Ensino Público do Município. AHMBG.

passou por algum tipo de exame, mas apresenta uma realidade comum na região, a das famílias com várias professoras.

Alice Gasperin tinha duas irmãs professoras, uma que atuava em São Francisco de Paula e a outra em Caxias, na Linha Sertorina, a citada no Quadro 9, professora Rea Silvia Gasperini. Ou, ainda, como no caso de Maria Frida Lydia Schulke, eram mãe e filha. Como o magistério era uma das poucas oportunidades profissionais fora o trabalho agrícola, em algumas famílias, diversas pessoas tornaram-se professores. Bastos e Xerri (2009) afirmam que a docência é uma tradição familiar que, em alguns casos, perpetua não só entre pais e filhos, mas, por vezes, até para netos e bisnetos.

A municipalização do ensino, em Farroupilha, passa necessariamente pela transição dos professores para o funcionalismo público, compondo assim o quadro docente, que foi, daí em diante, paulatinamente selecionado pelas sucessivas administrações municipais. A partir de então, surgem novos questionamentos: Quem foram os professores municipais de 1935 a 1948? Quanto tempo permaneceram como docentes municipais? Quais as formações oferecidas pelo município? Quais eram as representações sobre esses profissionais? Em que condições de trabalho atuavam?

Saber quem foram os profissionais que atuaram no magistério público municipal impôs um esforço metodológico que remete à montagem de um quebra-cabeça, por meio da análise dos empenhos de pagamento individuais da remuneração mensal dos professores que ao longo do período foram compondo uma relação (Apêndice C). Essa análise foi sintetizada no Quadro 10.

Identificar esses profissionais oportuniza desdobramentos em futuras pesquisas, em especial, a partir das histórias de vida, para melhor compreender o professor como pessoa, como profissional e suas práticas, pois “Hoje sabemos que não é possível separar o eu pessoal do eu profissional, sobretudo numa profissão fortemente impregnada de valores e de ideais e muito exigente do ponto de vista do empenhamento e da relação humana.” (NÓVOA, 1995, p. 9).

Assim, a seguir, apresenta-se os professores municipais que atuaram em Farroupilha, no ensino primário, entre os anos de 1935 até 1948.

Quadro 10 - Professores municipais (1935 - 1948)

Professores municipais			
Ada Minella	Elvira Colombo	Irmã Natalia	Maria Colson
Adélia Postali	Ely Bohn	Irma Rodrigues	Maria Dala Rosa
Adelina Peccin	Emília Buseti	Isabel Granvila Faé	Maria de Cezaro
Adinha Bertolletti	Emília Mandeli	Izena Gobbato	Maria Facchini
Alberta Slomp	Emília Minella	Isolda Tonin	Maria Frida Lydia Schulke
Alda Peccin	Ercilvia Bondam	Itália Benedetto	Maria Lazzari Faguerazzi
Alice Binatti	Erecy Angélica Peruffo	Ivone Calegari	Maria S. Sobrosa
Alice Gasperin	Ema Weber	Ivone Hilda de Cesaro	Maria Troian
Alice Mandelli	Ermida Slomp	Ivone Hilda Mandelli	Maria Weber
Amalia Sartor David	Erzelinda Paulina Bertolletti	Izeta Bazzo	Maria Zanotto Cassol
Amélia Maria Costamilan	Estefania Romagna Del Pizzol	Jacyra Paccini	Melania Catarina Denicol
Angela Favero Menta	Ester Gobbato	Joaninha Ceconello	Miguelina Bridi
Angelina Buseti	Ester Schmitz	Joaninha Ambrosis	Nadalina Girardi
Angelina Rigatti	Eugenia Radaelli	João Perini	Nair Biasoli
Anita Minella	Fandila Reginato	João Simon	Normélia Vargas
Aquilina Buseti	Gema Gobbato	Jorge Wartha	Odila Maria Sachet
Assunta Bês	Gelsomiro Pandolfo	Julieta Tossin Neis	Olga Vitoria Rigoni
Aurora Mugnol Verona	Gema Comin Pesca	Juracy Maria Pacini	Olimpia M. Varaschini Spinelli
Ayde Maria Schons	Gema de Bona	Laura Tonin	Otavinha Giacomelli
Carolina Crocoli	Gema Radaelli	Leda David	Rachel Carlota Silvestrin Chiele
Celina Braga Gonçalves	Gentília Lazzari	Leonorina Silvestrin	Rea Silvia Gasperin
Christina Comin Bertuol	Geraldina Zini	Leopoldina Laner	Rosa Antonello Zangalli
Clara Caravantes Garcia	Herma Cesca	Leopoldo Fulcher	Rústico Gobatto
Clara Perini	Hilda Picolli	Lídia Freitas Travi	Santina Boniatti Slomp
Claudina Bernard	Ida Postali	Lidia Pozza	Severina Dala Rosa
Clotilde Messinger	Ida Turcatti	Lorena Gobbato	Silvia Colombo
Dalva Cesca	Ieda David	Lourdes Madalena Dartora	Suely Giron
Danila Peccin	Ignez Colombo	Lourdes Maria Peccin	Suzana Pasqual
Darcila Benedetto	Ilse Fuhr	Lúcia Frizzo Bampi	Sylvia Giaconi
Delmira Beux	Inês Colombo	Lourdes Bridi	Tereza Trois
Deotilia Gaziraghi	Iponina Flores	Lucinda Weber	Tereza De Momi
Dirce Lúcia Damiani	Iracema de Cesaro	Luiza De Momi	Tereza Gasperin
Docelina Meirelles	Irene Giacomet	Lyra Kuhn	Terezinha Silvestrin
Domingas M. Sobrinho	Iride Domingas Venzon	Mafalda Mombelli	Terezinha Travi
Domingas Mandelli Venzon	Iris Slomp	Malvina A. Gabardo	Theresa Roso
Dorcelina Rosa Postiglioni	Irma Bertolletti	Maria Bondam	Verônica Maggioni
Edita Canuto	Irma Buseti Biasoli	Maria Radaelli Bridi	Verônica Giacomelli
Eleonora Frosi	Irma Gasperin	Maria C. Pola	Vilma Fontanella
Elida Josefina Barcarolo	Irmã Hermenegilda	Maria Coleoni	Zelinda Colombo
Elvira Adelina Feliceti	Irma Maria Frosi	Maria Colombo	

Fonte: Empenhos de pagamentos de professores, Despesas municipais, AGPMF.

Nos documentos acessados, foram identificados 160 professores municipais que atuaram e foram remunerados em algum momento pelo município como professores efetivos, substitutos ou auxiliares de ensino, em sua grande maioria mulheres, docentes nas áreas rurais do município. Trata-se de um número significativo se relacionado ao número de escolas, que, em média, foi de 40 instituições em funcionamento anualmente, o que expressa a grande rotatividade de professores.

Sobre os homens professores, é interessante observar que Leopoldo Fulcher e Gelsomiro Pandolfo permanecem na docência por poucos meses; Jorge Wartha ficou até 1937; Rústico Gobbato, até 1938; e João Simon, até 1939. Diante disso, João Perini¹⁸³ configurou a permanência da presença masculina no corpo docente municipal predominantemente feminino. Já o professor Leopoldo Fulcher marcou a presença de um professor municipal atuando em um templo metodista, o que está relacionado ao próprio surgimento de escolas metodistas na comunidade de Forqueta Baixa a partir de 1922¹⁸⁴. (CHIESA, 2018).

Antônio Bartolomeu Beux, morador da localidade durante a infância, em entrevista, rememora sobre a atuação dos professores Leopoldo Fulcher e João Simon. Lembra que “[...] *tinha escola, onde o pastor era..., quer dizer o professor era metodista. E muitos católicos vinham estudar ali.*” Isso não acontecia por falta de escolha, pois “[...] *tinha um professor, bem na Forqueta Baixa, onde está agora que era católico, Simon, João Simon, mas ele era... Mas, não sei se não instruía bem os filhos, que esse nosso era melhor. Eles mandavam os filhos para cá.*” (BEUX, 1982, p. 3). Os breves indícios da atuação desses professores alertam que, apesar do predomínio em torno dos discursos católicos, existiram professores vinculados a outras religiões.

Quanto à preponderância de mulheres na docência, aponta-se que a feminização do magistério foi um movimento mundial desde o final do século XIX e que em Farroupilha já se apresentava consolidado nas primeiras décadas do século XX. No Rio Grande do Sul, ainda havia um percentual de homens exercendo a docência no magistério estadual, mesmo que concomitante a outras atividades, em torno de 30%, em 1937; 21,8%, em 1940; e 15%, em 1945. (PERES, 2000). Em 1940, em torno de 35% dos professores municipais eram homens no Estado. No caso do professor João Perini, um indício sobre o acúmulo de

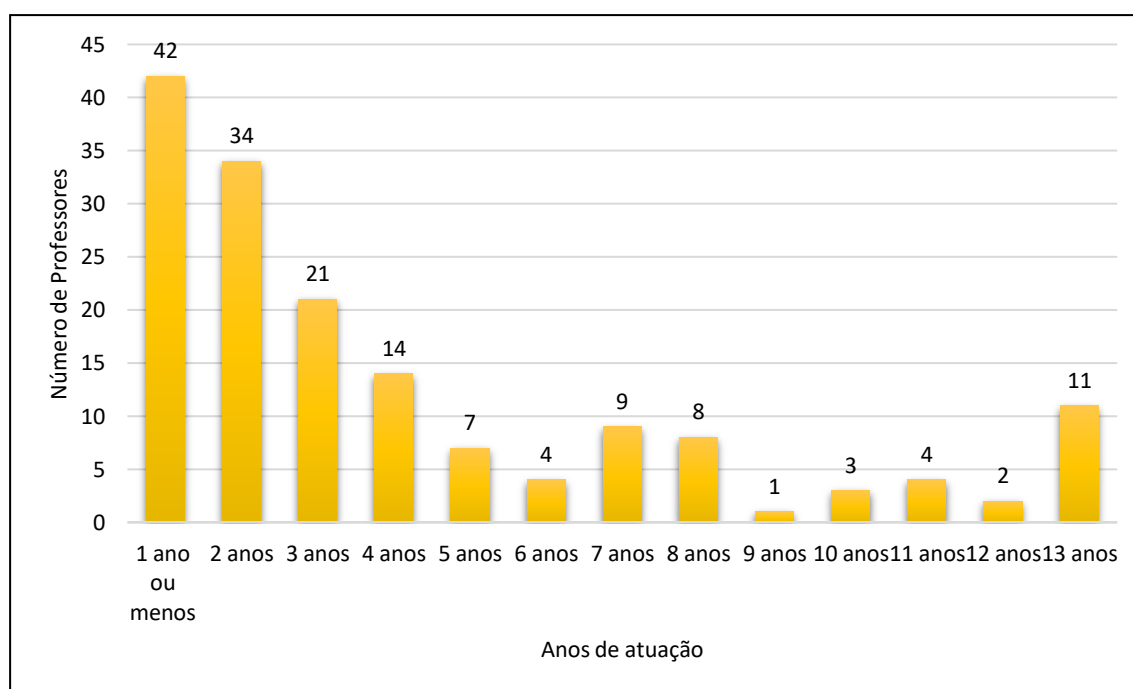
¹⁸³ João Perini atuou como docente em todo período da pesquisa e completou 25 anos de efetivo serviço no magistério no ano de 1949, conforme Decreto Municipal 40/1949. Livro de Decretos, 1940 a 1951. SGDh.

¹⁸⁴ Conforme Chiesa (2018), em Nova Vicenza, havia, no ano de 1923, dois professores metodistas que atendiam 49 alunos; já em 1924 e 1925 existiam duas escolas metodistas, dois professores e 21 alunos.

atividades foi o pedido de informação sobre seu trabalho nas rodovias do município. O documento questiona quando e como realizou o trabalho, já que exercia a função de professor municipal¹⁸⁵.

Desses 160 docentes identificados, pontua-se que apenas 12 deles ficaram durante todo o período elencado para a pesquisa e que a grande maioria permaneceu entre poucos meses e quatro anos de atuação. Esse aspecto pode ser visualizado no gráfico a seguir, em que foi considerado apenas o tempo em serviço no município de Farroupilha.

Gráfico 2 - Tempo de atuação dos professores municipais de Farroupilha (1935-1948)



Fonte: Elaborado a partir dos empenhos de pagamentos de professores, Despesas Municipais, AGPMF.

O gráfico apresenta que o período de atuação de 42 professores (26%) foi de um ano ou menos; por dois anos, 34 profissionais (21%); por 3 anos, 21 (13%), por 4 anos, 14 (8%). Por um período maior de atuação, de cinco ou mais anos, a recorrência é ainda menor. Trabalharam por 5 anos na docência sete profissionais (4%); 6 anos, quatro (2%); 7 anos, nove (5%), 8 anos, oito (5%); 9 anos, apenas um (0,6%); e 10 anos, três profissionais (1%). Com mais de dez anos de atuação no município totalizam apenas 17 professores dos 160, sendo quatro deles (2%) com 11 anos de atuação; dois com 12 anos (1%); e 12 com 13 anos de docência (6%), que condizem com todo o período pesquisado.

¹⁸⁵ **Correspondência 163-9-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para o subprefeito do 4º distrito, 23 de abril de 1941. Pede informações sobre o trabalho de João Perini nas rodovias do município. CER/AGPMF.

Destacam-se as professoras que estiveram em sala de aula por dez ou mais anos no magistério municipal farroupilhense: Amalia Sartor David, Angela de Fávero Menta, Aurora Mugnol Verona, Dirce Lúcia Damiani, Domingas Mandelli Venzon, Estefania Romagna Del Pizzol, Irma Buseti Biasoli, Isolda Tonin, Itália Benedetto, João Perini, Lídia Freitas Travi, Maria Lazzari, Maria Troian, Miguelina Bridi, Rachel Carlota Silvestrin Chiele, Rosa Antonello Zangalli, Suzana Pasqual, Tereza De Momi e Zelinda Colombo.

Na imagem a seguir, visualiza-se a professora Amalia Sartor David com seus alunos.

Figura 20 - Aula da Linha 47 [19--]



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

A fotografia registra um dia festivo, os alunos estão bem vestidos, calçados, alguns têm bandeirinhas nas mãos, e acima deles há uma grande Bandeira do Brasil em tecido, o que remete a uma comemoração cívica. A professora Amália está sentada em uma cadeira de madeira, com vestido longo, sapato de salto e chapéu, nota-se ainda que segura flores nas mãos. A imagem foi feita pelo fotógrafo Valentin Benvenuto. Mais do que um momento capturado por meio de uma imagem, tem-se aqui alunos de uma aula, um grande grupo e uma única professora responsável pelos alunos de diferentes idades e agrupamentos, o que apresenta nas entrelinhas as condições cotidianas do trabalho da professora.

Assim, mais do que dados quantitativos e uma imagem de uma professora com seus alunos, temos informações que são representativas de uma profissão que, em muitos casos, foi temporária, para mulheres, em sua maioria solteiras, pouco remuneradas, trabalhando, por vezes, em áreas de difícil acesso, com muitos alunos, como se vê na imagem anterior, e poucas condições de trabalho. Esse contexto nos permite indagar se teria sido este um lugar social temporário até o casamento ou a maternidade para a maioria das mulheres que assumiram a docência, pois compreende-se que, no período, o papel da mulher na sociedade esteve vinculado às representações de professora, esposa e mãe. Dessa forma, no intuito de melhor compreender as questões envolvidas à profissão docente, especificamente no município de Farroupilha, pretende-se apresentar um pouco mais sobre esse contexto entremeado às ações municipais.

Assim, inicia-se pelas formas de seleção dos professores municipais efetivados no município de Farroupilha. Já no ano de 1935, foram realizados os exames de suficiência como forma de seleção, ingresso ou, pode-se até dizer, de transição para os professores municipais. Consoante a isso, compreende-se que a municipalização do ensino em Farroupilha passou diretamente pela seleção dos professores, e foram, a partir daí, as sucessivas administrações municipais compondo suas ações na direção de um município pedagógico, isto é, fazendo uso de espaços de autonomia e criando iniciativas locais.

O exame de suficiência considerou

[...] a divergência nos vencimentos das ex-professoras dos distritos de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, que entraram na formação deste município; Considerando que para haver uma criteriosa distribuição de vencimentos, é indispensável conhecer as aptidões de cada uma, levando em conta também o número de alunos que lhe são confiados; Considerando que um exame prático de suficiência, escrito e oral, é o meio mais seguro para poder avaliar-se da capacidade para o exercício do magistério público; Considerando que o resultado obtido nesse exame servirá de base para a fixação dos vencimentos de cada professora; [...] ¹⁸⁶.

A partir de então resolveu:

Art.º 1º - Aprovar o programa para os exames de suficiência o sistema de cálculo para critério da fixação de vencimentos e a organização da banca examinadora e respectivas atribuições, que com este são baixados. Art.º 2º - Os exames serão realizados entre 20 e 31 de março do corrente ano. Art.º 3º - O exame escrito será feito em conjunto por todas as professoras. Art.º 4º - O exame oral será precedido

¹⁸⁶ FARROUPILHA. **Ato nº 5**, de 1 de fevereiro de 1935. Aprova o programa para os exames de suficiência e estabelece qual o critério para a fixação dos vencimentos das professoras do município de Farroupilha. Livro de Atos municipais nº 1 a 236, anos de 1934 a 1940. SGDH.

pela ordem dos distritos. Artº 5º - O tempo para o exame oral de cada professora será de no mínimo 15 minutos e no máximo de trinta minutos¹⁸⁷.

Uma publicação no Jornal Folha da Cidade, o “Manifesto ao povo do município de Farroupilha”, de autoria do prefeito Armando Antonello, traz uma representação sobre os referidos exames de suficiência.

[...] procedi para com as sras professoras e professores do município, ao necessário exame de suficiência – **que mais era um motivo para compulsar o grau em que se encontrava o magistério municipal e um motivo de orientação do programa que julgava oportuno seguir, do que propriamente um exame de suficiência**¹⁸⁸. (grifo nosso).

Assim, o prefeito atribui um sentido de informalidade ao exame de suficiência, que teria o intuito de uma aproximação e escuta dos professores, com caráter de orientação. Faz também referência ao programa que deveria ser seguido, mas este, até o momento, é desconhecido. Então, fica a dúvida sobre que programa o prefeito mencionava. A postura de negociação foi um elemento característico nas administrações de Antonello. Ele participou ativamente da campanha emancipacionista, o que justifica sua conduta frente aos professores nesses primeiros meses de gestão.

Assim, diante desse momento representado quase como informal, foram selecionados os professores que iniciaram o ano letivo em fevereiro de 1935, com um mês de antecedência, na tentativa de dirimir a disputa sobre o pagamento dos salários na transição entre os municípios. A partir de então, à medida que havia necessidade, eram chamados novos docentes. A contratação da professora Docelina Postiglioni auxilia na compreensão de como se efetivaram, ainda no mesmo ano. Em correspondência:

Atendendo ao bom resultado obtido pela senhorinha no exame efetuado em março, tenho o prazer de oferecer a aula do Desvio Machado que acaba de vagar-se. Comunico que os vencimentos iniciais serão de 80\$ oitenta mil réis mensais. Solicito a fineza de avisar-me, até o final, do mês se aceita a minha proposta ou que compareça nesta prefeitura para solucionarmos o assunto[...]. Prefeito¹⁸⁹.

¹⁸⁷ FARROUPILHA. **Ato nº 5**, de 1 de fevereiro de 1935. Aprova o programa para os exames de suficiência e estabelece qual o critério para a fixação dos vencimentos das professoras do município de Farroupilha. Livro de Atos municipais nº 1 a 236, anos de 1934 a 1940. SGDh.

¹⁸⁸ Jornal **Folha da Cidade**, Farroupilha, 8 de dezembro de 1984, p. 24. BPMOB.

¹⁸⁹ **Correspondência** de Armando Antonello, prefeito, para Docelina Postiglioni, candidata a professora municipal, 27 de maio de 1935. Oferece vaga de professora municipal para a aula de Desvio Machado. CER/AGPMF.

Diante disso, pode-se afirmar que as professoras chamadas para assumir a docência, mesmo depois do ano letivo iniciado, participaram de exames realizados pelo poder público municipal.

Quanto a vestígios de formação docente ofertada pelo município de Farroupilha, a primeira pista localizada refere-se a um momento de instrução sobre o Hino Nacional e o Hino Rio-grandense, em outubro de 1936. O encontro dos professores municipais ocorreu durante dois dias nos salões do Clube Vicentino¹⁹⁰.

No ano de 1938, encontram-se indícios da realização de concurso público. Com a inauguração do novo prédio do Grupo Escolar Farroupilha, este foi o local escolhido para a realização das provas nos dias 8 e 9 de setembro, às 14 horas. Na ocasião, Oscar Dornelles, diretor do Grupo Escolar, foi convidado para presidir a banca examinadora, junto a mais três professoras que seriam indicadas pela municipalidade.

Sobre a seleção das professoras auxiliares, Lúcia Freitas Travi (1987, p.40) recorda que *“Tinha uma auxiliar tantos alunos. O prefeito então me mandou, uma aluna de 15 anos, estava já bem adiantada, então ele mandou no quadro negro. Ele fez o exame no quadro negro, e essa aluna foi nomeada professora”*. Assim, percebe-se que as auxiliares de ensino também passavam por um exame, o que acontecia conforme a necessidade do município e, nesse caso, foi feito pelo próprio prefeito.

A partir de 1940, as professoras nomeadas em caráter efetivo tinham que ter sido aprovadas no curso de aperfeiçoamento oferecido pelo município. Documentos passam a ser exigidos para a nomeação, dentre eles o certificado de aprovação no curso de aperfeiçoamento, o atestado de saúde fornecido pelo Posto de Higiene de Caxias e a comprovação de idade (certidão de nascimento ou casamento). Era necessário ter no mínimo 18 anos para assumir a docência.

A criação de curso para formação de professores considerou “[...] a necessidade do aperfeiçoamento municipal [...]”, para que, dessa forma, o professor estivesse “[...] preparado para exercer o magistério, a fim de que possa atender convenientemente as finalidades do ensino.¹⁹¹”. Assim, o ato resolve que:

Art. 1º - Fica criado o Curso de aperfeiçoamento para os professores municipais.

Art. 2º - O curso referido no artigo anterior terá a duração de um (1) mês, no período das férias escolares, e será ministrado para professores do Grupo Escolar desta

¹⁹⁰ **Correspondência** de Armando Antonello, prefeito, para Clube Vicentino, 2 de outubro de 1936. Pede autorização para realizar instrução aos professores municipais nos salões do clube. CER/AGPMF.

¹⁹¹ FARROUPILHA. **Ato 215**, de 12 de janeiro de 1940. Cria o curso de aperfeiçoamento de professores. Livro Atos Municipais nº 1 a 236, anos 1934 a 1940, SGDH.

cidade, que terão direito a gratificação constante da Lei de Orçamento do corrente exercício.

Art. 3º - O curso em apreço é obrigatório para todos os professores municipais. § único - Todo o professor que, sem causa justificada, deixar de frequentar o curso será punido na conformidade do artigo 102º combinado com o artigo 105º letras “a” e “b” do ESTATUTO QUE REGULA OS DIREITOS E OS DEVERES DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FARROUPILHA.

Art. 4º - Somente por motivos de saúde ou força maior poderão ser os professores dispensados da frequência do curso, a juízo do Prefeito.

Art 5º - Para a dispensa de frequência do curso os interessados apresentarão o pedido ao Prefeito, em requerimento devidamente selado na forma da Lei, juntando provas idôneas que justifiquem o impedimento, tais como atestado médico, etc.

Art 6º - As pessoas estranhas ao serviço da Instrução Pública que desejem ingressar no magistério municipal, é facultado a frequência no curso, a juízo do prefeito.

Art. 7º - Todo o professor nomeado em caráter interino, que, com aproveitamento, terminar o curso de aperfeiçoamento, poderá ser efetivado no respectivo cargo, uma vez que motivos ponderosos não aconselhem ao contrário¹⁹².

O Ato 215 regulamentou o curso de aperfeiçoamento que pretendeu ofertar atualização aos professores da rede municipal de ensino e habilitar novos docentes. O tempo de formação era o mês das férias escolares; o lugar, o grupo escolar; e a presença, obrigatória. Essa oportunidade formativa regulava os tempos do professor para além da sala de aula e representava a disseminação do programa de ensino do Estado, já que a formação era realizada pelos professores estaduais.

Uma comunicação da coordenadora do curso de aperfeiçoamento, a professora estadual Gema Comin Pesca, apresenta indícios sobre seu funcionamento no ano de 1941.

Comunico-vos que exerce as funções de auxiliar no “Curso de aperfeiçoamento do professorado municipal” a M. F. Lydia Schulke prof. Municipal e aluna do 1º ano Complementar. Compareceram até a data de hoje 28 professoras e 5 candidatas. Nos exames efetuados, 18 professoras e 2 candidatas conseguiram aprovação para a 1ª turma, formado as restantes uma turma de grau inferior. Para não causar rompimento dos trabalhos, era necessário que todas estivessem presentes, o mais tardar, até os primeiros dias da próxima semana¹⁹³.

A professora estadual responsável pelo curso e sua auxiliar tinham vinculação com a Escola Complementar¹⁹⁴ - a primeira instituição pública de formação de professores da região, criada e instalada em 1930; seu currículo disseminava os princípios da Escola Nova e do método intuitivo. (BERGOZZA, 2010). Dessa forma, deve-se considerar que os saberes

¹⁹² FARROUPILHA. **Ato 215**, de 12 de janeiro de 1940. Cria o curso de aperfeiçoamento de professores. Livro Atos Municipais 1 a 236 – anos 1934 - 1940, SGDh.

¹⁹³ **Correspondência manuscrita** de Gema Comin Pesca para Nelson Schneider, 11 de janeiro de 1941. Trata do curso de aperfeiçoamento das professoras. CER/AGPMF.

¹⁹⁴ Sobre o processo histórico da Escola Complementar Duque de Caxias, ver Bergozza (2010).

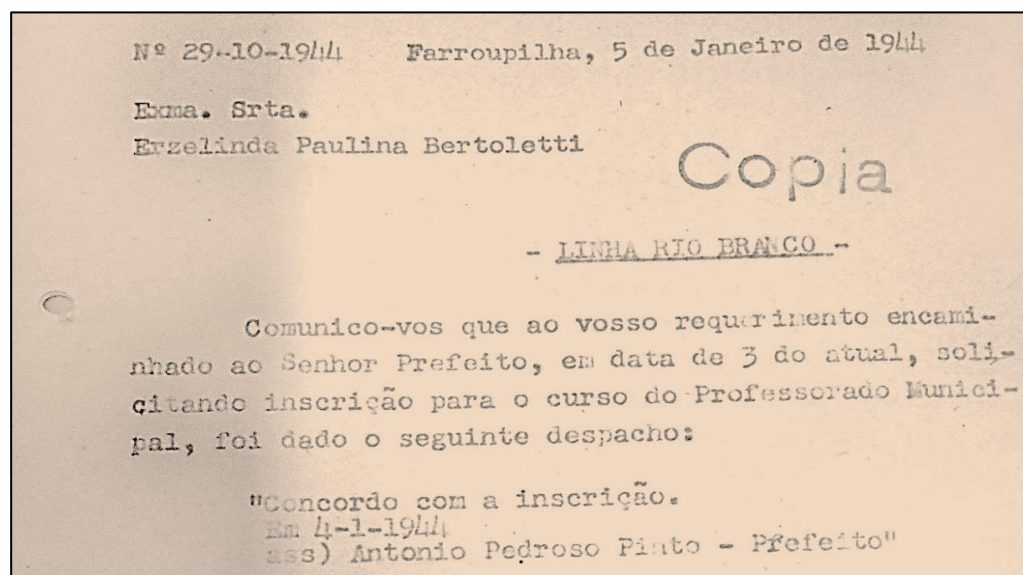
difundidos na Escola Complementar circularam, apropriados e ressignificados, no curso de aperfeiçoamento dos professores municipais.

Apesar da citada obrigatoriedade, percebe-se que, em 1941, pelo número apresentado, não estavam todos os professores municipais presentes no curso, o que esclarece a solicitação da professora Gema Comin Pesca para que isso fosse regularizado¹⁹⁵. Ainda há de se considerar os possíveis pedidos de dispensa, como o deferido ao professor João Perini, que justificou “[...] não poder afastar-se de sua residência por motivos familiares.”¹⁹⁶.

Pela descrição apresentada na correspondência, as professoras realizavam um exame prévio para determinar se fariam parte da primeira turma (a das aprovadas) ou da segunda (a das não aprovadas).

Sobre as inscrições aos candidatos à docência, percebemos que eram feitos requerimentos que deveriam ser deferidos pelo prefeito municipal, como se pode visualizar a seguir.

Figura 21 - Requerimento de inscrição para o curso de professores municipais (1944)



Fonte: Requerimento¹⁹⁷ (1944).

¹⁹⁵ Em anexo à correspondência consta a relação das professoras que tinham comparecido ao curso de aperfeiçoamento até 9 de janeiro de 1941. Foram elas: Miguelina Bridi, Izena Gobbato, Ester Schmitz, Maria Troian, Amalia S. David, Theresa Roso, Suzana Pasqual, Geraldina Zini, Eleonora Frozi, Herma Cesca, Ignez Peccin, Maria Radaelli, Angelina Rigatti, Adelina Peccin, Ercilvia Bondam, Gema Radaelli, Rosa Antonelo, Anita M. Minella, Itália Benedetto, Tereza De Momi, Ana M. Minella, Lucia Frizzo Bampi, Maria Lazzari, Ada Minella, Estefania R. Del Pizzol, Aurora Mugnol Verona, Izolda Tonin, Maria Facchini (professoras) e Eliza Perini, Dalva Cesca, Elizeta Bazzo, Joaninha M. Ambrosis e Gema de Bona (candidatas).

¹⁹⁶ **Pedido de dispensa** do professor João Perini para o prefeito, 8 de janeiro de 1941. Alega não poder comparecer ao curso de aperfeiçoamento. A/AGPMF.

¹⁹⁷ **Requerimento 29-10-1944**, de Erzelinda Paulina Bertoletti para o prefeito, 5 de janeiro de 1944. CER/AGPMF.

Pela comunicação acima, feita para a candidata Erzelinda Paulina Bertoletti, entendemos que solicitou sua inscrição no dia 3 de janeiro. Esta foi deferida no dia seguinte, e a requerente informada no dia 5. Portanto, entende-se que tudo ocorria durante o mês de janeiro de cada ano: as inscrições das interessadas e o curso de aperfeiçoamento.

Outro indício dos cursos localizado foi uma relação com o resultado das provas, do ano de 1946. Nela constam o nome das professoras e candidatas, todas mulheres, e as notas das provas nas áreas de Linguagem, Matemática e Pedagogia.

Na listagem das professoras, pode-se verificar o nome de 24 participantes que realizaram os exames do curso de férias. A nota máxima era de 100 pontos e os resultados variaram, em média, de 15 a 88 pontos, ficando apenas nove das candidatas com mais de 60 pontos. Não constam outras informações, porém chama a atenção as notas relativamente baixas, o que demonstra uma certa despreocupação com o exame, já que isso não influenciava na permanência das professoras em sala de aula. Ao verificar os nomes na relação e nos empenhos de pagamento de professores, afirma-se que, independentemente das notas dos exames, permaneceram como docentes municipais. Já na situação de candidatas em 1946, realizaram os exames 14 mulheres, e dessas apenas três foram aprovadas. Nesse caso, a lista destaca as aprovações e reprovações¹⁹⁸.

Um desses momentos de formação de professores mereceu registro e pode ser visualizado a seguir.

¹⁹⁸ **Relação de resultados dos exames do curso de férias**, realizado em 21 de fevereiro de 1946, emitida pela Diretoria da Instrução Pública Municipal. CER/AGPMF.

Figura 22 - Curso de aperfeiçoamento para professores municipais (1943)



Fonte: Álbum da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele, Museu Municipal Casa de Pedra.

A fotografia retrata o grupo de professoras municipais, e à frente, sentados, em primeiro plano, aqueles que se desejava destacar na imagem. Pode-se reconhecer, da direita para a esquerda, na segunda posição, Giácomo Valentin Luchese; e na quarta posição, o prefeito Antonio Pedroso Pinto. Uma das mulheres sentadas segura flores, o que indica uma homenagem. Acredita-se, ainda, que a orientadora de ensino, possivelmente, seja uma das mulheres sentadas nas cadeiras da primeira fileira.

As vestes das professoras sinalizam indícios de uma postura profissional: saias longas cobrindo os joelhos, blusas ou camisas com golas mais fechadas, poses sérias para o retrato. As imagens não são produzidas ao acaso. Assim, o curso, ao ser registrado ao lado de autoridades e funcionários municipais, apresenta um momento considerado importante para a administração pública municipal e, portanto, uma ação que merecia ser fotografada.

Os nomes de algumas das professoras que contribuíram ministrando os cursos de aperfeiçoamento puderam ser identificados por meio do pagamento de gratificações e correspondências de agradecimento aos serviços prestados. Dentre elas, como já citado, em 1941, a professora Gema Comin Pesca e sua auxiliar, a professora Maria Frida Lydia

Schulke; e, no ano de 1947, as professoras Balbina Cavalcanti (professora estadual do Grupo Escolar de Tupanciretã) e Alice Gasperin¹⁹⁹. Sobre a docência da professora Maria Frida Lydia Schulke nos cursos, ela recorda que ministrou “[...] *por cinco anos em cursos de aperfeiçoamento de professores municipais. As professoras municipais faziam dela sua confidente.*” (SCHULKE, 1984).

Diante do exposto, percebe-se que a seleção de professores constituiu uma ação municipal que ocorreu de várias formas. Inicialmente, por prova de suficiência e, a seguir, por concurso público e aprovação nos exames do curso de aperfeiçoamento, que, instituído, cumpriu uma dupla função: a de formar novos professores interessados em ingressar no magistério municipal e realizar a formação dos que já atuavam. Ainda, considera-se parte do processo formativo das professoras as orientações didático-pedagógicas recebidas pelas professoras na prefeitura.

A correspondência a seguir, de autoria de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, respondendo ao questionamento da professora municipal Malvina Gabardo sobre as comemorações de 10 de novembro, é um indício da forma como ele orientou as professoras municipais.

A data de 10 de novembro de 1937, assinala a implementação do regime brasileiro chamado Estado Novo. A Carta Magna assinada pelo eminente Chefe Nacional, Sua Excia, o Senhor Doutor Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, por seu termo as correntes partidárias que desde longos anos vinham travando o progresso de nossa Terra, e metamorfoseou de forma radical a vida político-econômica do País, que entrou na sua fase de progresso mais acentuado do que nunca. A transformação operada pela nova Constituição na estrutura orgânica e administrativa Brasil, da qual foi autor o gênio incomparável do Presidente Vargas, teve grande repercussão não só dentro do Território Nacional como, também, além das fronteiras. Enfim 10 de novembro significa para o Brasil: vida nova, progresso, desenvolvimento, grandeza, unidade nacional. Além dos elementos aqui fornecidos sobre a grande e mensurável efeméride, podeis, consultar livros de história de história ou qualquer outra obra onde encontrareis, consultar livros de história ou qualquer outra obra onde encontrareis explicações mais detalhadas sobre a data de “10 de novembro”²⁰⁰.

Inicialmente, ele explica o significado da data e, após, informa onde a professora pode consultar mais informações. Outro exemplo de determinações para as professoras municipais

¹⁹⁹ **Correspondência nº 267-13-1947**, do prefeito para Balbina Calvalcanti e Alice Gasperin, 15 de março de 1947. Agradece os serviços prestados no curso de aperfeiçoamento e comunica que serão gratificadas por isso. CER/AGPMF.

²⁰⁰ **Correspondência** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública Municipal, para Malvina Gabardo, professora municipal, emitida no ano de 1937. Explica o significado da data 10 de novembro. CER/ AGPMF.

foi a circular emitida por Antonio Pedroso Pinto sobre as comemorações da Independência do Brasil, em 1942.

Nela, o prefeito orienta que os trabalhos escolares deveriam ser compostos de momentos de: a) Seleção de gravuras e feitos notáveis da história da Pátria, b) leituras de poesias ou histórias para que as crianças retirem a moral nelas implícitas, c) campanha dentro da sala de aula de práticas de civilidade (muito obrigado, com licença etc.), e) dramatização de pequenas peças para despertar traços de caráter pelos quais se tem admiração. Recomenda-se ainda preparar a escola em um ambiente evocativo das coisas da nossa terra.

Já as festividades no dia 7 de setembro deveriam ter o objetivo de exaltar o sentimento de dever com a Pátria, e seguir a programação definida. Os festejos deveriam às 10 horas, de forma solene, destacando o pavilhão nacional e cantando o hino da pátria. A seguir, a professora faria palestra visando a empolgar os alunos com o patriotismo ativo e vigilante, leria a melhor redação sobre o tema “Como posso sentir minha Pátria”, seriam apresentadas as dramatizações, poesias e narrações sobre 7 de Setembro e, por fim, o desfile em saudação à Bandeira²⁰¹.

Nesses casos, em específico, Angelo Venzon Neto e Antonio Pedroso Pinto se dirigiram diretamente às professoras, mas, às vezes, as orientações a elas eram encaminhadas aos subprefeitos de cada distrito para que lhes transmitissem as informações, como no caso da prescrição a seguir.

Peço obséquio de avisar a todas as professoras das aulas municipais que no dia 19, sábado próximo, será feriado municipal, em homenagem ao Excmo Sr. Dr. Presidente da República, pela passagem de seu aniversário natalício. Na manhã desse dia, as professoras deverão reunir os alunos e fazer uma preleção sobre o vulto do Chefe da Nação, explicando o papel preponderante exercido por S. Excia na transformação do nosso país²⁰².

Além disso, os subprefeitos foram incumbidos de fiscalizar as escolas. Uma circular da Diretoria de Instrução Pública Municipal detalhou, no ano de 1942, como seriam as visitas às escolas municipais e colégios particulares. Deveriam eles verificar a frequência, assistir parte da aula, e qualquer irregularidade percebida deveria ser comunicada diretamente ao diretor da Instrução Pública e nada ser comentado durante a visita. Ainda, mensalmente, os

²⁰¹ **Circular [?]-8-1942**, da Prefeitura Municipal de Farroupilha, emitida pelo prefeito Antonio Pedroso Pinto, 19 de agosto de 1942. Determina atividades escolares e festividades. CER/AGPMF.

²⁰² **Correspondência 61**, de Angelo Venzon Neto para subprefeito de Cajuru, 15 de abril de 1941. Aviso para as professoras. CER/AGPMF.

subprefeitos deveriam informar ao prefeito as escolas visitadas com observações caso fossem necessárias²⁰³.

A professora Itália Benedetto (1984), em entrevista, apontou que “*Recebiam as visitas do Diretor (como uma espécie de secretário de educação), [e] o subprefeito dos distritos*”. Também “[...] *uma vez por mês, um padre capuchinho vinha de longe e palestrava para os alunos com intenção de obter novos adeptos.*” (BENEDETTO, 1984). A professora Dirce Lúcia Damiani (1984) recorda que “*Entre as visitas, as mais costumeiras eram as dos orientadores de ensino, de Padres e de um irmão marista*”. Já a professora Lídia Travi recorda ainda que “*O inspetor escolar costumava visitar uma vez por mês a escola. Também um irmão marista fazia uma visita por mês e gravava as recitações e perguntas que fazia as crianças.*” (TRAVI, 1984). Já quando havia inspeção da prefeitura “*Ele olhava tudo, os cadernos, a ata. Depois nos feriados lavrava até a ata.*” (TRAVI, 1987).

Ainda se recorda que os prefeitos também foram presença em alguns momentos de fiscalização e exames escolares. Nelson Schneider, no ano de 1941, declarou ter comparecido nos exames finais de todas as aulas²⁰⁴.

A aluna das professoras Adélia e Ida Postali, Rosa Radaelli Dezen, em entrevista, recorda

É que vinha os examinadores. Não era por escrito; o exame era oral. Vinham examinadores lá de Farroupilha, ainda me lembro, era um tal de Antão Batista, um tal de Luchese e o outro eu não lembro mais. Eles vinham e então assistiam as apresentações que a gente fazia e faziam perguntas. A minha professora tremia porque se a gente não sabia responder. Nunca esqueço que eles pediram para um, até era o meu primo; “Você é brasileiro ou italiano”? Ele: “Italiano”! Porque então ia aqueles do primeiro ano, do segundo ano, do terceiro ano, a professora tinha que lecionar para todos, todas as matérias, né? Ai o primeiro começou: “Eu sou italiano”. E pediram pro segundo, pro terceiro e toda a fileira que tinha, todos eram italianos. Aí ele pediu: “Quanto tempo faz que vocês vieram da Itália”? [risos] Eles ficaram todos sérios. Responder o quê? Não tinham vindo da Itália. Mas é que os pais eram italianos e eles achavam... E a professora, coitada! (DEZEN, 2009, p. 6).

Vê-se que os exames escolares, além de avaliar os alunos, também apresentam a dimensão de controle sobre o trabalho do professor. Notadamente, o nervosismo da professora evidencia esse aspecto, pois acaba por se avaliar também a adesão ao programa de ensino prescrito. Nesse caso, fica explícito o conflito entre o programa de ensino que, no

²⁰³ **Circular 47-8-1942**, da Diretoria da Instrução Pública para os subprefeitos, 4 de setembro de 1942. Incumbe de fiscalizar as escolas. CER/AGPMF.

²⁰⁴ **Fonograma** de Nelson Schneider para o Coronel Interventor Federal do Rio Grande do Sul, 27 de novembro de 1941. Comunica sobre os exames finais das 44 aulas municipais. CER/AGPMF.

período, primava pelo nacional e a cultura dos descendentes de imigrantes - que se identificavam como italianos. Além do mais, em relação aos exames escolares, é preciso recordar que foram instituídas pela municipalidade, desde 1935, premiações em virtude de seus resultados.

Para compreender como funcionou isso, apresenta-se a divulgação no Jornal O Momento sobre a premiação que seria entregue com o intuito de “despertar em o seu município o gosto pela instrução”.

Quadro 11 - Critério para distribuição de prêmios (1935)

Prêmios e observações	Critérios
Prêmio aplicação	1º e 2º lugares para as professoras que apresentarem melhor conjunto de alunos, sob o ponto de vista do ensino ministrado. O prêmio será conferido às professoras (ou professores), nominalmente.
Prêmio desembaraço	1º e 2º lugares para as professoras ou professores que apresentarem melhor conjunto de alunos, sob o ponto de vista da naturalidade, fraqueza, firmeza e facilidade de exposição nos exames. O prêmio será conferido às professoras (ou professores), nominalmente.
Prêmio asseio	1º e 2º lugares para as comissões escolares que apresentarem melhor conjunto quer da casa da escola, quer do material escolar, sob o ponto de vista da higiene em geral, ordem, limpeza, asseio e bom gosto. O prêmio será conferido à respectiva Comissão Escolar da aula melhor classificada pelo seu conjunto de higiene geral, em cada distrito.
Prêmio honra ao mérito	Aos alunos e às escolas municipais distribuídos da seguinte forma: 1º e 2º lugares aos alunos maiores de 10 anos melhores classificados. 1º e 2º lugares aos alunos menores de 10 anos melhores classificados. O prêmio será conferido em cada aula, independentemente, do sexo.
Observações gerais	Os prêmios serão diplomas e medalhas diversas, de acordo com as classificações acima. O julgamento será feito por bancas examinadoras, em cada distrito, compostas por três membros de nomeação do prefeito. O resultado do julgamento às professoras (ou professores) será levado em conta para a formação do quadro do magistério municipal em categorias, o que implica em provável aumento de vencimentos, promoções etc. Os exames finais terão início no mês de dezembro de 1935, em sessão pública solene.

Fonte: Adaptado a partir do Jornal O Momento, 1935, p. 1 e 6 ²⁰⁵.

²⁰⁵Jornal **O Momento**, 5 de setembro de 1935, ano III, nº 133, p. 1 e 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/709>. Acesso em: 2 set. 2017.

Os prêmios foram divididos nas categorias Aplicação, Desembaraço, Asseio e Honra ao Mérito, de forma a contemplar uma suposta qualidade de ensino²⁰⁶.

Para avaliar os critérios definidos, foram privilegiados os momentos dos exames finais, realizados pelas bancas examinadoras. As observações acerca dos critérios ainda pontuam que poderiam ser utilizadas as avaliações dos professores para a formação do quadro do magistério em categorias, implicando nos seus vencimentos e/ou promoções. Os quesitos definidos para a premiação mantêm implícitos preceitos presentes nos discursos republicanos quanto à Educação. A solenidade permaneceu na memória da professora Itália Benedetto, e a narrou às pesquisadoras Crivelatti *et al.* (1984). Ela recebeu o prêmio de 2º lugar em asseio no ano seguinte, 1936.

A seguir, pode-se visualizar a entrega dos prêmios no ano de 1946, o que demonstra que a prática se estendeu no decorrer do período pesquisado.

Figura 23 - Entrega de mérito escolar do ensino primário (1946)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

²⁰⁶ Os prêmios foram dirigidos às escolas municipais, às de cooperativas e às particulares. A prática diferiu nessas instituições escolares. Nas escolas municipais, a premiação foi entregue após os exames escolares por um membro da banca no ano de 1941. O Grupo Escolar Farroupilha, por sua vez, indicou duas alunas para receberem a premiação: Elsa Postali e Lori Fetter, em virtude de empate nas notas. Da mesma forma, as diretoras dos colégios confessionais deveriam comunicar ao prefeito quais alunos que, após os exames escolares, se destacaram em assiduidade, aplicação e comportamento para que assim fossem premiados. **Correspondência 198**, de Wanda Jaconi, diretora do Grupo Escolar, para Nelson Schneider, prefeito, 12 de dezembro de 1941. Comunica o nome dos alunos a serem premiados. **Correspondência 871-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para a Irmã Maria Alice, diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, 17 de outubro de 1941. Solicita que sejam indicados alunos para premiação. **Correspondência 870-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Wanda A. Jaconi, diretora do grupo escolar, 17 de outubro de 1941. Solicita que sejam indicados alunos para premiação. CER/AGPMF.

Em frente à Prefeitura Municipal de Farroupilha, um grupo de alunos tem em mãos canudos, que provavelmente sejam os certificados entregues aos que se destacaram. A foto foi descrita no verso como entrega do mérito ao ensino primário no ano de 1946, professora Miguelina Bridi. Atrás dos alunos vemos um grupo de mulheres, as professoras municipais, e, em meio aos alunos, dois homens. Ou seja, a prática das premiações, resguardados os modos de fazer ao longo do período, foi conservada, momento que mereceu registro, memória e destaque em relação às ações municipais em prol da Educação.

Desse modo, compreende-se que, inicialmente, as orientações de cunho pedagógico eram, de alguma forma, emitidas pelo diretor da Instrução Pública, prefeitos e subprefeitos direta ou indiretamente às professoras municipais. Além disso, que as escolas eram também fiscalizadas em distintos momentos por esses mesmos agentes públicos (prefeito, diretor da Instrução Pública e subprefeitos), que passaram a contar ainda com a colaboração da orientadora de ensino a partir de 1943. Ademais, a presença de autoridades religiosas foi comum no cotidiano escolar. Cabe ressaltar que os exames escolares complementam a dimensão do controle e utilizam a premiação como forma de afirmar a importância da Educação, estimular o rendimento escolar e os preceitos da higiene e civilidade nas escolas.

A orientadora de ensino, por sua vez, seria uma professora estadual que acompanharia as professoras municipais no sentido de uniformizar a direção do ensino conforme as diretrizes estaduais. Sua inserção no município de Farroupilha teve resistências pontuais do prefeito Nelson Schneider. Apesar disso, após passado esse momento inicial de relutância, acabou por indicar, em setembro de 1942, para o cargo a professora Albertina Cibelli²⁰⁷. Ao aceitar, ela declarou esperar “[...] poder corresponder à distinção que me é dispensada, procurando trabalhar com eficiência na nobre missão que vos dignastes confiar-me, isto é, a honra de colaborar na grande obra de Nacionalização, para o engrandecimento de nossa Pátria.”²⁰⁸.

Além de Albertina Cibelli, foi possível identificar que atuaram como orientadoras de ensino em Farroupilha as professoras estaduais Fandila Reginato e Olga Ramos Brentano. Mais detalhes são apresentados no quadro a seguir.

²⁰⁷ **Correspondência 635-8-1942**, de Nelson T. Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, secretário estadual de Educação e Saúde Pública, 24 de setembro de 1942. Indica orientadora de ensino. CER/AGPMF. Indicação reafirmada por Antonio Pedroso Pinto em novembro de 1942. **Correspondência** de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, 11 de novembro de 1942. Reafirma a indicação de Albertina Cibelli para orientadora de ensino. CER/AGPMF.

²⁰⁸ **Correspondência s/nº** de Albertina Cibelli, professora estadual, para Nelson Schneider, prefeito, 25 de setembro de 1942. Agradece e aceita o convite para o cargo de orientadora de ensino. CER/AGPMF.

Quadro 12 - Orientadoras de ensino do município de Farroupilha (1943-1948)

Orientadora de ensino	Período de atuação e outras informações
Albertina Cibelli	Posta à disposição da prefeitura de Farroupilha pela Portaria 2342, de 28 de abril de 1943. Tomou posse como orientadora de ensino em 7 de junho de 1943 e permaneceu até 23 de março de 1946.
Fandila Reginato	Posta à disposição a professora primária, de educação física, padrão VI, para a função de orientadora de ensino em 12 de junho de 1946, permaneceu até 1947.
Olga Ramos Brentano	Passou a exercer as funções de orientadora de ensino em 16 de junho de 1948.

Fonte: Elaborado a partir das correspondências emitidas e recebidas, AGPMF.

Pouco antes de completar três anos em serviço, a orientadora Albertina Cibelli faleceu. Em decorrência disso, o prefeito municipal Raul Cauduro indicou ao secretário da Educação e Cultura para ocupar o cargo a professora estadual Fandila Reginato, do Grupo Escolar Farroupilha. E ainda fez uma sugestão de adequação: “[...] a referida professora continuará prestando seus serviços ao Grupo a que pertence, reservando o turno da tarde para dirigir os trabalhos de orientação e assistência ao quadro docente municipal.”²⁰⁹. A indicação foi aceita e a professora foi, então, colocada à disposição do município em 12 de junho de 1946. A partir de então, entende-se que a sugestão de adequação da função só em meio turno não foi efetivada.

Em 1947, com o cargo novamente disponível, o prefeito José Baumgartner indicou a professora estadual Eulália Zamboni para a vaga. Segundo ele, justificada “[...] por tratar-se de uma moça conhecida por mim há tantos anos, estudiosa, dinâmica e de grande capacidade para o trabalho, capaz, portanto, de desempenhar a inteiro contento o cargo em questão.”²¹⁰. Esse pedido não foi atendido por não preencher as condições exigidas em Lei²¹¹.

No começo do ano de 1948, o cargo ainda se encontrava vago, o que gerou um pedido de urgência para o secretário da Educação e Cultura, já que no mesmo mês seria organizado o plano de orientação de ensino para o corrente ano. Ele ainda alega que “[...] no quadro de professoras municipais não conta com elemento apto para exercer tão importante função.”²¹².

²⁰⁹ **Correspondência 415-11-1946**, de Raul Cauduro, prefeito, para Francisco Brochado da Rocha, secretário da Educação e Cultura, 11 de abril de 1946. Indica orientadora de Ensino. CER/AGPMF.

²¹⁰ **Ofício nº 32**, de José Baumgartner, prefeito, para Eloy José da Rocha, secretário da Educação e Cultura, 6 de dezembro de 1947. Indica orientadora de ensino. CER/AGPMF.

²¹¹ **Fonograma** de Elmerinda Veríssimo Correia, superintendente do ensino primário, 6 de janeiro de 1948. Comunica não ter requisitos a professora Eulalia Olimpia Zamboni para ser orientadora de ensino. CER/AGPMF.

²¹² **Ofício 10-48**, de José Baumgartner, prefeito, para o secretário de Educação e Cultura, 22 de janeiro de 1948. Pede orientadora de ensino com urgência. CER/AGPMF.

Assim, foi indicada a professora Maria Frida Lydia Schulke, do Grupo Escolar de Caruara²¹³, porém novamente não houve aceitação. Por fim, no mês de abril de 1948, foi indicada a professora Olga Ramos Brentano, do Grupo Escolar Farroupilha²¹⁴. Essa, por fim, foi aceita, em junho de 1948, quando foi desvinculada do Grupo Escolar para atuar na orientação de ensino municipal.

As condições para se candidatar, por concurso, ao cargo de orientadora de ensino foram estipuladas via Decreto 7640²¹⁵ e eram elas: ser diretora de escola de qualquer categoria ou professora primária com no mínimo dois e cinco anos, respectivamente, de exercício efetivo no magistério público estadual, e ter experiência e as qualidades morais e profissionais dos professores. Na prática, em nível local, isso ocorreu por meio de indicação direta do prefeito municipal e posterior aval do Estado, desde que cumpridos os requisitos legais.

A representação do prefeito Antonio Pedroso Pinto sobre o trabalho a ser desenvolvido pela orientadora de ensino era de que

[...] tem a significação de mais um passo a caminho do aperfeiçoamento da prática de ministrar o ensino citada pelas modernas normativas pedagógicas, agradeço a colaboração que essa secretaria de Estado, sob sua inteligente direção, tem dispensado a este município²¹⁶.

O trabalho deveria ser desenvolvido conforme a definição de competências do orientador de ensino, conforme artigo 89 do Decreto 7640, de 1938:

1-Acompanhar diretamente o trabalho escolar, orientando-o do ponto de vista técnico e encaminhando a solução dos diversos problemas inerentes ao mesmo, já por meio de demonstrações práticas, já de discussões ou palestras, já de instruções verbais ou escritas; 2- Zelar pela execução dos planos e programas elaborados pelos serviços técnicos e de todas as instruções ou determinações baixadas de autoridade superior; 3- Informar o Delegado Regional sobre as necessidades de escolas de quaisquer deficiências ou irregularidades verificadas na sua instalação ou funcionamento bem como sobre a eficiência e assiduidade dos professores; 4 – Propor ao Delegado Regional as medidas que julgar convenientes ao desenvolvimento e progresso do ensino; 5- Colaborar obrigatoriamente, com a

²¹³ **Fonograma** de José Baumgartner, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, em 15 de janeiro de 1948. Pede que seja deferida a indicação da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

²¹⁴ **Correspondência 68.48**, de José Baumgartner, prefeito, para Eloy José da Rocha, secretário de Educação e Cultura, abril de 1948. Indica orientadora de ensino. CER/AGPMF.

²¹⁵ RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 7640**, de 28 de dezembro de 1938. Organiza a carreira do magistério público primário do Estado, aprova o regulamento que com este baixa e dá outras providências. Coletânea de Atos Oficiais, volume II. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115715>. Acesso em: 5 ago. 2020.

²¹⁶ **Correspondência 760-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Coelho de Souza, secretário estadual de Educação e Saúde Pública, 7 de junho de 1943. Comunica a posse da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

Delegacia Regional, na realização de cursos ou conferências para que for solicitado; 6-Fiscalizar e orientar os estabelecimentos de ensino particular, na falta de fiscal privativo, de conformidade com as leis eu dispõem sobre a falta de condições de registro e funcionamento dos mesmos; 7- reunir, pelo menos duas vezes por ano, os professores dos grupos escolares e das escolas isoladas, na sede do município em que servem para orientá-los; 8 – Dar posse aos professores de escolas isoladas e atestar-lhes exercício; 9-Presidir os exames das escolas referidas no inciso anterior ou designar, para substituí-lo, em caso de impedimento, professores de grupos escolares; 10 – Providenciar para que os professores das escolas isoladas de sua circunscrição enviem, pontualmente à Delegacia Regional de Ensino, os boletins mensais e os mapas estatísticos; 11-Remeter mensalmente, até dia 10, à Delegacia Regional de Ensino, um relatório sucinto sobre os trabalhos de orientação e fiscalização que houver realizado, acompanhando-o da prestação de contas de despesas efetuadas²¹⁷.

Assim, vê-se que a orientadora de ensino deveria acompanhar e nortear o trabalho pedagógico tendo como referências bases técnicas e as normativas legais vigentes, além de ser a interlocutora com a Delegacia Regional de Ensino, assumindo funções administrativas junto a ela. Utilizando uma metáfora, as funções da orientadora de ensino estabeleceram uma ponte de duas vias entre o governo do Estado e o município, mas há de se considerar a indicação para o cargo e, portanto, as redes de sociabilidade das quais ela fazia parte, bem como a estrutura hierárquica que já compunha a administração pública municipal e as relações que se estabeleciam nesse cotidiano e por consequência modalizavam as práticas.

Ainda quanto ao que deveria desenvolver a orientadora de ensino, em 1943, o Departamento de Educação Primária e Normal complementa que

Em obediência a recente determinação do Excmo Snr. Secretário, vimos comunicar a V.S. que, dependendo a eficiência dos trabalhos das escolas municipais dessa comuna, em grande parte, da orientação ministrada pela professora de tal incumbida, a seu pedido, por esta secretaria será aconselhável visite essa autoridade escolar, o maior número de vezes possível, as unidades escolares de ensino sob a sua jurisdição. Tal tem sido o critério por nós adotado, relativamente aos grupos escolares estaduais e as orientadoras de educação primária, com o que vimos logrando resultados favoráveis sempre crescente, neste setor. Nestas condições, não justifica S.Excia., a permanência de orientadores de educação elementar, quer estaduais, quer municipais, na sede dos municípios, em simples função burocrática, o que determina a sua retirada das funções em que se encontra. Sem outro motivo e solicitando, de ordem superior, proporcione essa Prefeitura à orientadora a sua disposição pelo Estado, meios que lhe permitam viajar, quanto o possível, pelo interior do município, a fim de cumprir suas atribuições sob pena de ser retirada a referida professora, apresentamos a V.S., valendo-nos a oportunidade, cordiais saudações ²¹⁸.

²¹⁷ RIO GRANDE DO SUL. **Decreto 7640**, de 28 de dezembro de 1938. Organiza a carreira do magistério público primário do Estado, aprova o regulamento que com este baixa e dá outras providências. Coletânea de Atos Oficiais, volume II. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115715>. Acesso em: 5 ago. 2020.

²¹⁸ **Correspondência 1724**, de Ney de Brito, Departamento de Educação Primária e Normal, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 24 de agosto de 1943. Orienta sobre as atividades a serem desenvolvidas pela orientadora de ensino e comunica sobre sua necessidade de deslocamento.CER/AGPMF.

Diante disso, percebe-se que, entre o prescrito e o efetivado, há de se considerar as apropriações que o poder público municipal fez em relação às atribuições permitidas à orientadora de ensino. A correspondência do Departamento de Educação Primária sinaliza a ocorrência de uma função burocrática, e não propriamente de orientação. Por isso, foi solicitado ao prefeito que proporcionasse o transporte para que a orientadora de ensino pudesse deslocar-se até as aulas municipais e pudesse inspecioná-las²¹⁹. Tal dificuldade já tinha sido sinalizada pelo diretor da Instrução Pública Municipal, Angelo Venzon Neto, ainda em 1942, antes da chegada da orientadora de ensino, ao afirmar que

[...] o caso aqui deve ser estudado minuciosamente em virtude de já possuir o nosso município, um número elevado de aulas e uma boa parte delas, localizadas em lugares de difícil transporte, torna-se também difícil a visita da orientadora, a não ser que esta se sujeitasse a qualquer condução. Deve-se levar em conta também que para o município sairá bastante dispendioso²²⁰.

A despesa a que se refere é o pagamento a terceiros por deslocamentos feitos em veículos que prestam tal serviço, pois o governo municipal possuía um único veículo, comprado pelo prefeito Eudoro em janeiro de 1938²²¹.

Apesar das citadas dificuldades, Antonio Pedroso Pinto alega que estava fazendo o possível, a partir das condições orçamentárias, mas atenderia à solicitação de deslocamento da orientadora de ensino sempre que necessário para realizar a orientação técnica²²².

Entre prescrições e práticas, o que se pode afirmar é que, com a presença da orientadora de ensino, o cotidiano escolar passou a ser regado por uma série de recomendações expressas na Circular 4, de 24 de fevereiro de 1944, da Diretoria de Instrução Pública Municipal. Nela foram apontados aspectos sobre os uniformes escolares, os planos de aula, o funcionamento das aulas, a idade escolar, os hinos, a organização das classes, o

²¹⁹ **Correspondência 1724**, de Ney de Brito, Departamento de Educação Primária e Normal, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 24 de agosto de 1943. Comunica sobre a necessidade de deslocamento da Orientadora de Ensino. CER/AGPMF.

²²⁰ **Informação** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 19 de junho de 1942. Consulta sobre a orientadora de ensino. CER/AGPMF.

²²¹ Foi comprado no exercício de Antonello um veículo usado de segunda mão que foi trocado na administração de Eudoro por um veículo novo para que assim pudessem fiscalizar os serviços do município. FARROUPILHA. **Lei nº 29**, de 10 de janeiro de 1938. Livro de Atas da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha nº 1, 1937-1944. CMVF.

²²² **Correspondência nº 1116-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Ney de Brito, responsável pelo Departamento de Educação Primária e Normal, 9 de setembro de 1943. Responde sobre o deslocamento da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

ensino do desenho, a comemoração do dia 19 de abril, a proibição de línguas estrangeiras, a escrituração dos livros escolares e as correspondências emitidas pelas professoras.

Nesse ano, conforme as orientações, todas as aulas municipais deveriam ter início no dia 1 de março de 1944, e a devida abertura precisaria ser comunicada por escrito para o diretor da Instrução Pública Municipal. O funcionamento das aulas obedeceria com rigor as exigências municipais, em especial o novo método de ensino.

Os planos de aula necessitariam ser regularmente elaborados com o intuito de serem revisados pela orientadora de ensino nos dias designados para reunião mensal e pagamento. Os horários e dias letivos deveriam ser fielmente cumpridos, podendo as aulas serem fechadas apenas nos feriados e dias santos de guarda. Qualquer caso não previsto careceria de prévia autorização do prefeito para fechamento, somente podendo ser realizado após o despacho do mesmo.

O Hino Nacional Brasileiro e o Hino à Bandeira Nacional deveriam ser cantados por todos os alunos que frequentam a escola, sem exceção. No dia 19 de abril, aniversário do presidente da República procuraria o professorado destacar as obras que estivesse realizando, o colocando em relevo. O ensino do desenho deveria contribuir para a aprendizagem e não apenas enfeitar paredes. Ele deveria ser utilizado como recurso para trabalhar outras disciplinas. Para tanto, foi sugerida a criação de álbuns de história ou ciência, quadros de higiene etc.

Os alunos deveriam ser encaminhados para o “[...] cumprimento de suas obrigações, disciplinando-lhes a vontade e impondo com inteligência o regime de ordem aos trabalhos escolares, [...] ser enérgico, com bondade e ser inteligente.”²²³. Mereceria também a atenção dos professores a organização dos grupos nas classes para que, independentemente do grau de adiantamento, tivessem eles o melhor aproveitamento, com o cuidado de não realizar promoções que pudessem prejudicar os alunos e a própria marcha regular do ensino. Além disso, não deveria ser admitido o uso de outra língua que não fosse o português, pois “[...] toda pessoa nascida no Brasil tem o dever de amar fundamentalmente o seu idioma, já que é uma das afirmações da nacionalidade.”²²⁴.

Os uniformes escolares seriam adotados, mas ainda estavam sendo definidos. Portanto, antes de iniciar a campanha nas escolas, deveriam aguardar instruções da Diretoria

²²³ **Circular 4-10-1944**, da Diretoria de Instrução Pública Municipal, 24 de fevereiro de 1944. Orienta os professores sobre o ano letivo de 1944. CER/AGPMF.

²²⁴ **Circular 4-10-1944**, da Diretoria de Instrução Pública Municipal, 24 de fevereiro de 1944. Orienta os professores sobre o ano letivo de 1944. CER/AGPMF.

de Instrução Pública. Somente a partir das determinações oficiais da prefeitura poderiam as professoras comprar tecidos e começar a confecção de seus uniformes. De fato, o único indício localizado acerca de uniformes escolares oficiais, isto é, normatizados pelo município, é do ano de 1946. Assim, entende-se que, entre 1944 e 1945, essa foi uma discussão presente na Diretoria da Instrução Pública do município de Farroupilha.

Aos pais, dever-se-ia esclarecer que crianças de 7 a 12 anos eram obrigadas a frequentar a escola conforme o Decreto Municipal nº 9, de 22 de abril de 1941. A escrituração escolar deveria ser realizada com o maior cuidado possível e qualquer dúvida precisaria ser esclarecida na Diretoria de Instrução Pública. E, por fim, as correspondências seriam escritas de próprio punho pelo professorado, o que tinha o fim de “aquilatar o seu grau de desenvolvimento”, pois “[...] uma letra boa, legível, bem talhada é necessária à professora, e só poderá recomendá-la.”²²⁵.

Sobre a circular emitida às professoras, no ano de 1944, foi assinada pela orientadora de ensino e pelo diretor da Instrução Pública, o que denota o controle hierárquico instituído com a presença da professora estadual. Outro documento que permite pensar as relações de poder estabelecidas foi um pedido da orientadora de ensino para o diretor da Instrução Pública da liberação de duas professoras de uma manhã de aula do curso de aperfeiçoamento em 1944, o que indica que ela não tinha autonomia para deliberar sobre o assunto²²⁶.

Ainda nesse mesmo ano, 1944, a orientadora de ensino participou das reuniões promovidas pelo Departamento de Educação Física em Porto Alegre. A presença foi requisitada pela Delegacia Regional de Ensino²²⁷. Desse modo, por meio da formação, a professora estadual exercia o papel de disseminadora dos conhecimentos em âmbito local, o Estado entendia que assim chegariam aos professores municipais as orientações estaduais.

Também em relação às orientações didáticas, algumas delas foram conservadas e assim pode-se aferir que eram feitas em folhas soltas, datilografadas e referiam-se a atividades físicas, biografias, poesias, músicas etc. Os comunicados localizados foram organizados no Quadro 13.

²²⁵ **Circular 4-10-1944**, da Diretoria de Instrução Pública Municipal, 24 de fevereiro de 1944. Orienta os professores sobre o ano letivo de 1944. CER/AGPMF.

²²⁶ **Correspondência 101-10-1944**, de Albertina Cibelli, orientadora de ensino para o diretor da Instrução Pública Municipal em 26 de janeiro de 1944. A orientadora solicita a dispensa das professoras Severina e Maria Dala Rosa em virtude do estado de saúde de sua mãe, neste dia pela manhã. Observa que, antes de serem liberadas as professoras, seriam feitos os exames para averiguar o grau de aproveitamento. CER/AGPMF.

²²⁷ **Fonograma**, da Delegacia Regional de Ensino para Antonio Pedroso Pinto em 14 de junho de 1944. Solicita comparecimento da orientadora de ensino para reuniões em Porto Alegre. **Correspondência 817-10-1944**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito para Luiz Antônio Dalbem em 17 de junho de 1944. Agradece o convite e confirma a presença da orientadora. CER/AGPMF.

Quadro 13 - Comunicados das orientadoras de ensino, Farroupilha (1946 - 1948)

Período	Temática do comunicado
Maio de 1946	Música: Luar do Sertão.
Junho de 1946	Poesias Ave Maria, de Olavo Bilac, e Cromo, de B. Lopes.
Julho de 1946	Exercícios físicos para demonstração.
Agosto de 1946	Texto: A fazenda; música: Bate que bate.
Fevereiro de 1947	Sessão de jogos nº 1.
Março de 1947	Poesia intitulada Tiradentes, de Baltazar Godói Moreira, música Rataplan e sessão de jogos nº 2.
Abril de 1947	Sessão de jogos.
Maio de 1947	Sessão de jogos nº 4 e poesia A noite.
Julho de 1947	Sessão de exercícios físicos para demonstração.
Junho de 1948	Independência.
Julho de 1948	Modelos de exercícios de observação, biografia de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.
Setembro de 1948	Programa para a Semana da Pátria, poesias intituladas José Bonifácio e 7 de Setembro.
Sem data	Carta de despedida do Presidente Getúlio Vargas ao povo brasileiro (publicação do diretório do Partido Trabalhista Brasileiro de Farroupilha).

Fonte: Elaborado a partir dos comunicados das orientadoras de ensino, SMEF.

O quadro elenca comunicados dos anos de 1946, 1947 e 1948, ou seja, das orientadoras de ensino Fandila Reginato e Olga Ramos Brentano, que nortearam as práticas das professoras municipais no período, privilegiando os saberes do programa de ensino estadual e o modelo político vigente. A professora Olga Ramos Brentano, em entrevista, fala da sua percepção sobre a função de orientadora de ensino.

Uma escola ficava longe da outra e havia dificuldade em saber-se de trabalhos realizados por outras escolas. Ao iniciarem as visitas das orientadoras de ensino municipais, aí sim houve um elemento de ligação entre a escola, o centro maior e os componentes desta escola com a Secretaria de Educação [Diretoria de Instrução Pública na época]. A orientação pedagógica era feita através desta orientadora de ensino. (BRENTANO, 1984).

Assim, compreende-se que a orientadora de ensino exerceu uma função que articulou além da instância municipal e estadual, o fez também na internalidade do município e na relação dessas escolas com a Diretoria de Instrução Pública.

A partir do exposto, entende-se que houve oferta de formação de professores municipais em Farroupilha por meio de cursos de aperfeiçoamento de professores e orientações norteadas pela Diretoria da Instrução pública. Além da formação proporcionada pelo município, tem-se que considerar as iniciativas²²⁸ das professoras municipais. A Escola

²²⁸ Para saber mais sobre a formação docente institucionalizada na Região Colonial Italiana, ver Belusso e Luchese (2018).

Complementar foi uma dessas opções, mas também congressos e aulas particulares. Maria Frida Lydia Schulke realizou o curso normal em Caxias. (SCHULKE, 1984). Já Theresa Silvestrin Lovatto afirma que participou de congressos pedagógicos anuais em Santa Maria, *“Era uma semana de trabalhos e estudos com professores especializados, médicos, psicólogos, que mostravam como orientar as famílias na saúde, alimentação, higiene, civilidade, culinária... Tudo Utilíssimo.”*²²⁹. E a professora Itália Benedetto (1984) lembra que estudou *“Pedagogia: curso particular ministrado pela profª Gema Pesca, pago pela própria professora”*. Assim como a professora Alice Gasperin, fez aulas particulares em Bento Gonçalves com o professor Félix Faccenda²³⁰ e mais tarde frequentou a Escola Complementar em Caxias, na modalidade livre frequência, como citado anteriormente. (GASPERIN, 1989; GASPERIN 1996). Portanto, os saberes que circularam como reflexo da formação de professores em Farroupilha congregaram as formações oportunizadas pelo município, pelas instituições formadoras de professores - como a Escola Complementar em conjunto a diversas oportunidades formativas anteriores -, pelos estudos autodidatas, pelo aprender pela prática, pelas aulas particulares ou mesmo pelas suas experiências enquanto alunas.

Em síntese, os professores municipais de Farroupilha inicialmente foram os docentes que já atuavam nos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro. A partir de então, Farroupilha foi selecionando por meio de exames (provas de suficiência, concurso público e aprovação no curso de aperfeiçoamento) outros professores para atuar no ensino primário, o que se fazia necessário constantemente pelo curto período de permanência dos professores municipais, que, em sua maioria, era de no máximo quatro anos. Esse corpo docente, a partir de 1940, é feminino - com exceção da presença do professor João Perini. As professoras trabalhavam predominantemente em áreas rurais, distantes, por vezes, com muitos alunos e em condições singelas.

A formação docente ofertada pelo município ocorreu inicialmente por ações esporádicas e posteriormente pelo curso de aperfeiçoamento criado em 1940, que sistematiza a prática com cursos, durante o mês de janeiro, ministrados por professoras estaduais. Isso, em conjunto às orientações didático-pedagógicas emitidas pela Prefeitura Municipal de Farroupilha por diferentes agentes - tais como o prefeito, subprefeito, diretor da Instrução

²²⁹ **Jornal O Farroupilha**, Farroupilha, dezembro de 1994, p.4. Edição especial aos 60 anos do município, BPMOB.

²³⁰ Alice Gasperin conservou os cadernos dessas aulas em seu acervo pessoal, que se encontra no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Pública e orientadora de ensino -, fez parte do processo formativo oportunizado por iniciativas municipais.

Foram as professoras orientadas e fiscalizadas pela instância municipal, seja por meio de visitas de inspeção, seja na realização dos exames finais, que complementam o controle disciplinar e a adesão ao programa de ensino proposto. Fizeram parte dos rituais dos exames escolares as premiações a alunos e professores, o que foi mantido durante todo o período.

As orientadoras de ensino que começaram a atuar a partir de 1943 eram professoras estaduais indicadas pelo prefeito e que progressivamente auxiliaram na normatização do cotidiano escolar, bem como visitaram escolas, atuaram na orientação aos professores e auxiliaram na realização dos cursos de aperfeiçoamento. Dessa forma, evidencia-se que o trabalho do professor era pautado por prescrições e fiscalizações.

3.4 PROFESSORES MUNICIPAIS, COMUNIDADES E CONDIÇÕES DE TRABALHO

“[...] era muito conceituada por todos.”

(SCHULKE, 1984)

Ser professor municipal significava ser um funcionário público que exercia atividades no magistério e, assim, era selecionado, remunerado, formado e fiscalizado pela municipalidade. Porém, as ações municipais em Farroupilha foram marcadas pela participação das comunidades, por meio de seus intelectuais mediadores, os quais foram responsáveis por práticas de mediação cultural. Tais práticas “[...] podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento.” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 9). Dessa forma, todo ator que possa ser indicado como participante de práticas de mediação cultural, independentemente da sua formação cultural ou posição social, é considerado como relevante na construção das identidades culturais, seja dos indivíduos, seja das comunidades. Como contribuição dos intelectuais mediadores, pode ser considerada a “[...] produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social.” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

Ainda acerca dos grupos e dos intelectuais mediadores, considera-se potente atentar para as “redes de sociabilidade”, as quais auxiliam na compreensão das sutis estruturas de sociabilidade que aproximam esses intelectuais mediadores em núcleos comuns, o que pode ocorrer das formas mais diversas. A exemplo, cito que um núcleo comum pode constituir-se em torno da elaboração de um abaixo-assinado ou outra afinidade em prol de ideias ou

objetivos afins. (SIRINELLI, 2003). Esses núcleos também se aproximam por laços afetivos ou repelem-se por desacordos.

Ainda é preciso considerar que, entre diferentes grupos ou núcleos, como trata Sirinelli (2003), possam existir tensões, permeadas por relações de poder, as quais podem ser atreladas aos gestos, discursos, comportamentos e representações, de diversas formas pulverizadas no cotidiano dos sujeitos em diferentes intensidades nas “malhas finas da rede do poder”. (FOUCAULT, 1979, p. 7). Ciente de tais aspectos, a seguir, apresentam-se as intervenções de grupos vinculados a comunidades em relação aos professores.

Nota-se que, apesar de muitos pedidos por professoras arquivados na prefeitura, nem sempre a nomeação de uma ou outra professora era acolhida pelas comunidades que se manifestavam quando descontentes. A situação ocorrida na Linha Muller, ao ser trocada a professora, é uma dessas movimentações, que tinha como característica ser coletiva:

Comunico a V.S. que esta manhã estive nesta subprefeitura o Sr. Balduino Bondan, esposo da professora D. Ercilvia Bondan, trazendo-me ao conhecimento de fatos desenrolados na Linha Muller em consequência da mudança da professora Angelina Rigatti, o qual provocou alteração da ordem naquela linha, entre diversos colonos. Em seguida chegou nesta subprefeitura uma comissão de colonos ali residentes tratando do mesmo assunto e dizendo que de forma alguma não admitem que a professora Ercilvia Bondan, assuma aquela aula, por diversos motivos. A comissão em apreço é composta dos seguintes colonos: João Bragagnol, Almiré Bondan, João Fabro Filho, Segundo Lazzari, os que encaminhei à presença de V.S. para os devidos fins. O quanto à alteração da ordem, já tomei as devidas providências que o caso exige²³¹.

Nesse caso, a comunidade era atendida por uma professora que foi substituída, o que desagradou os moradores, que foram em comissão reclamar. Diante dessa situação, afirma-se que ser professora em Farroupilha também passava pela aceitação, vigilância e avaliação das comunidades. Como se pôde perceber, atritos ocorriam entre comunidades e docentes e eram mediados pela prefeitura.

Outro exemplo de reclamação de professores foi a que ocorreu, no ano de 1936, em virtude do resultado dos exames finais na comunidade da Linha Boêmios. Uma comissão escolhida pelos próprios moradores declarou-se responsável “[...] por vigiar que a instrução pública deste pequeno recanto prospere sempre mais.”²³². Assim, sobre o trabalho da professora, afirmam que

²³¹ **Correspondência** do subprefeito para o prefeito municipal, sem data. Comunica o descontentamento da comunidade com a troca de professora. CER/AGPMF.

²³² **Memorial** da comissão da Linha Boêmios para Armando Antonello, prefeito municipal, em 28 de janeiro de 1936. Informam sobre a Instrução Pública. A/AGPMF.

[...] ministrou os ensinamentos públicos nos anos retrasados, não satisfaz plenamente o nosso desideratum; porquanto Va. Excia. poderá colher maiores informações, a este respeito, da Banca Examinadora por Va. Excia designada que procedeu aos exames finais do ano retrasado. Por conseguinte, sendo vós o leme da educação pública desta prospera comuna, queirais, a pedido de muitos que necessitam de boa educação nos favorecer com uma ou um bom educador²³³.

Abaixo do memorial datilografado, encontram-se informações manuscritas feitas pelo prefeito Armando Antonello e que nos permite entender que os signatários, assim por ele denominados, ainda esclarecem mais detalhes da situação pessoalmente, falando sobre a professora de que reclamavam e apontando o nome de outra que desejavam. Nesse caso, a reclamação foi feita diretamente ao prefeito. Assim, percebe-se a postura das comunidades no interior, que, por investirem na construção de prédios escolares e fazerem as manutenções necessárias para seu funcionamento, sentiam-se autorizadas em fiscalizar o trabalho do professor.

Pode-se afirmar que não foram atendidos quanto ao pedido da troca de professora no ano de 1936, e no ano de 1937 fazem uma nova investida nesse sentido. Antes da reabertura do ano letivo, um outro abaixo-assinado foi produzido e nele argumentam novamente que sabem que a professora, que atua há 7 anos na comunidade, pretende ali continuar, o que eles não concordam, “Unanimamente apelamos, novamente, à V. Excia. para que não sejam iniciados os trabalhos nesta escola pela mesma professora.”²³⁴.

Diante disso, afirmam que não enviariam os filhos à escola até a chegada de um novo professor e ainda utilizaram como argumento não se animarem investir na construção de uma nova escola diante da situação e, por fim, alegam:

V. Excia bem o conhece, qual o dever dos progenitores ou melhor têm, perante seus filhos, um duplo dever de educação. Há um dever direto: Cabe-lhes antes de qualquer pessoa, infiltrar, nas suas almas tenras, bem como nos corações confiantes, uma boa educação que é como dizem “um tesouro legado de idade em idade; outro dever: são culpados os progenitores que conhecendo os erros de que as crianças são vítimas, não intervêm, no intuito de lhes preservar o frescor da alma”. Com isto, aonde não há a boa educação, certamente faltará tudo, e nós seremos os únicos culpados!

²³³ **Memorial** da comissão da Linha Boêmios para Armando Antonello, prefeito municipal, em 28 de janeiro de 1936. Informam sobre a Instrução Pública. A/AGMF.

²³⁴ **Abaixo-assinado** dos moradores da Linha Boêmios para o prefeito Armando Antonello, protocolado em 17 de fevereiro de 1937. Pedem a troca de professor. A/AGPMF.

Nesse ano, o discurso expresso no abaixo-assinado é “tático”, e faz resistências importantes à permanência da professora, sob a ameaça de não investir na construção de um novo prédio escolar e não enviar os filhos para escola. (CERTEAU, 2014). Os moradores ainda fazem ecoar um discurso que representa a responsabilidade dos pais diante da Educação dos filhos, o que impõem um jogo de força entre a comunidade e o governo municipal.

A professora de que reclama a comunidade da Linha Boêmios foi indicada pela comunidade da Linha Machadinho para assumir a aula municipal que ficaria vaga em decorrência do pedido de exoneração do professor Jorge Wartha, que atendia 30 alunos. A partir de então, algumas questões merecem ser apontadas.

A primeira delas é que a comunidade avisa que o professor pedirá exoneração nos próximos dias, a correspondência da comunidade tem a data de 17 de fevereiro de 1937 e o pedido de exoneração do professor Jorge Wartha foi solicitado em 31 de março de 1937²³⁵. A segunda é da indicação da professora para assumir a aula municipal. Trata-se, portanto, de indícios de uma organização comunitária na tentativa de manter funcionando as escolas municipais. Garantir o professor era sinônimo de assegurar a escola em funcionamento. Outra questão é que a organização comunitária precedeu a organização da municipalidade, já que ela encaminha uma sugestão de solução que resolveria duas questões na mesma transferência: os pedidos de troca de professor na Linha Boêmios e a manutenção do funcionamento da aula da Linha Machadinho. O pedido foi inevitavelmente deferido²³⁶. Viñao Frago (2001, p. 12) sugere que esse movimento comunitário pode ser compreendido como uma “micropolítica escolar” em que as instituições escolares configuram centros de decisão e poder, e conseqüentemente envolvem conflitos a nível pessoal e de grupo.

Ainda, merece atenção um conflito entre a professora e a comunidade da Linha São José, em que uma correspondência foi endereçada ao prefeito Armando Antonello e ao Monsenhor Tiago Bombardelli, no ano de 1937. Em seu teor, a comunidade anuncia querer um acordo de paz, mas para isso impõe condições: “1º Colocar efetivamente a professora Zelinda Colombo no seu lugar e, nunca ser perseguida por meia dúzia de mal contestantes sem motivo comprovado. 2º Que as famílias que deixaram de cumprir com seus deveres, devem pagar o que é de justiça.”²³⁷.

²³⁵ **Correspondência** do professor Jorge Wartha para o prefeito municipal, em 31 de março de 1937. Pede exoneração. A/APMF.

²³⁶ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha Machadinho para o prefeito Armando Antonello, em 2 de março de 1937. Indicam uma professora. A/AGPMF.

²³⁷ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha São José para o prefeito Armando Antonello, em 20 de janeiro de 1937. Pedem providências para assumir paz na comunidade. A/AGPMF.

O conflito, nesse caso, aponta a discordância entre os membros da própria comunidade, e é preciso atentar que a representação de um grupo não necessariamente expressa a vontade de todos; pois “As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelo interesse do grupo que as forjam.” (CHARTIER, 2002, p. 17).

Aqui foi solicitada a interferência do prefeito e do reverendo Monsenhor Tiago Bombardelli, envolvendo o poder público municipal e a Igreja Católica na intenção de dirimir o conflito²³⁸. Há de se considerar que na RCI a Igreja foi atuante na perspectiva educacional, seja mobilizando-se para abrir escolas confessionais, seja para proferir discursos sobre a Educação veiculados até mesmo por meio de jornais. (LUCHESE, 2015). Por serem os padres considerados autoridades locais, foi também o Monsenhor reconhecido comunitariamente para arbitrar sobre o assunto.

No ano de 1938, mais uma vez a um grupo de moradores da Linha São José se mobiliza e pede a transferência da professora, sob as alegações

a) Que desde alguns anos os moradores do Travessão S. José vêm se aborrecendo e mesmo se inimizando em virtude de tricas motivadas pelas preferências que professoras do município tinham sobre uns ou outros dos cabeça de casal do lugar; b) Que em virtude de diversas queixas, de parte a parte, já serviram ali diversas professoras, mas que, infelizmente, a desarmonia continua; c) Que na localidade dão aulas duas professoras, mas que, uma somente daria conta dos alunos que ali recebem instrução. Requerem que V.S. bem avaliando a necessidade de harmonia e paz do citado local, resolva entregar a aula a qualquer professor ou professora de vossa exclusiva escolha, pessoa essa merecerá desde já o inteiro acatamento dos signatários²³⁹.

Nesse mesmo ano, apresentam o motivo da solicitação e, nesse caso, não se trata do efetivo trabalho da professora, mas do seu relacionamento com os casais da comunidade. Sua proximidade com apenas alguns deles e menos com outros foi entendida como preferência e motivou assim críticas e defesas a seu respeito. Desta vez, os moradores foram atendidos, o que demonstra que as reiteradas reclamações tinham efeito junto ao governo municipal. A professora Zelinda Colombo solicitou uma licença-saúde, em período de gestação, em 21 de março de 1938; e sua exoneração, em 31 de março desse mesmo ano. Assim, entende-se que,

²³⁸ Para saber mais sobre a relação entre Estado, Igreja Católica e Educação no Rio Grande do Sul na Primeira República, ver Giolo (1997).

²³⁹ **Abaixo-assinado**, de moradores da Linha São José para o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, em 21 de janeiro de 1938. Pede transferência da professora por causar conflitos. A/AGPMF.

diante da negativa a respeito da licença, optou em não continuar sendo professora municipal²⁴⁰.

Ainda na Linha São José, no ano de 1941, surgem reclamações referentes a castigos físicos aplicados pela professora. Novamente, os moradores, por meio de abaixo-assinado, manifestam seu descontentamento e pedem a transferência da professora, alegando que faltou às aulas, aplicou castigos corporais, os alunos têm aversão a ela e se negam em ir às aulas²⁴¹. Ainda afirmam que a frequência na aula está diminuindo e indicam o nome de outra professora para assumir a mesma. Nesse caso, a postura do prefeito foi mais enérgica. Ele escreve de próprio punho no verso do abaixo-assinado: “Existe uma campanha contra a professora e não admito indicação da comunidade em substituir a professora e oriento que cesse o movimento para não acarretar no fechamento da aula.²⁴²”.

A postura do prefeito diante dessa situação pode ser compreendida como uma tentativa do poder público municipal em tomar para si a responsabilidade das decisões, e assim o fez, usando o argumento que podia, o de fechar a escola. No entanto, isso não significou que atitudes a respeito não foram tomadas. Como se pode observar, Angelo Venzon Neto, responsável pela Diretoria de Instrução Pública, comunica à professora que

De ordem do Sr. Dr. Prefeito, incluso à presente, passo às vossas mãos um abaixo assinado apresentado ao Sr. Dr. Prefeito por agricultores, residentes em São José, os quais apontam várias irregularidades e pedem a vossa substituição na direção da aula localizada naquela Linha. Em cumprimento ao despacho proferido pelo Sr. Dr. Prefeito neste memorial, deveis apresentar, por escrito, as razões que julgares necessárias, devendo ser devolvido o documento que vai anexo à presente. Aguardo o vosso pronunciamento, com brevidade e firmo-me, cordialmente. Angelo Venzon Neto²⁴³.

Isso pode ter cessado as reclamações na prefeitura, mas certamente não fez encerrar os conflitos na comunidade, pois a professora pediu uma licença por quatro meses e após não retornou, sendo por fim exonerada por abandono de cargo.

Por fim, um interessante pedido de substituição foi da comunidade da Linha República. Segundo eles, a professora não era católica, costurava, fazia crochê durante as

²⁴⁰ **Pedido de licença** da professora Zelinda Colombo por 45 dias, em 21 de março de 1938. **Pedido de exoneração** da professora Zelinda Colombo, em 31 de março de 1938. A/AGPMF.

²⁴¹ **Abaixo-assinado** dos moradores de São José para o prefeito Nelson Schneider, em 31 de março de 1941. Pedem a transferência da professora. A/AGPMF.

²⁴² **Abaixo-assinado** dos moradores de São José para o prefeito Nelson Schneider, em 31 de março de 1941. Pedem a transferência da professora. A/AGPMF.

²⁴³ **Circular nº 60**, de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para professora municipal, em 8 de abril de 1941. Pede justificativa das reclamações apresentadas no abaixo-assinado. CER/AGPMF.

aulas e lecionava apenas três dias da semana. A municipalidade, com intuito de resolver a questão, marcou uma reunião no prédio da aula com os pais, onde foi decidido que a professora iria continuar²⁴⁴.

Em síntese, as reclamações das comunidades foram motivadas por quererem um ensino que preparasse de maneira adequada os alunos para os exames finais, ministrado por professoras católicas, remuneradas pelo governo municipal, que cumprissem os dias letivos e não lançassem recursos de castigos físicos. Além disso, era imprescindível que tivessem um bom relacionamento com a comunidade. Tais motivos foram expressos em correspondências e abaixo-assinados pelo olhar de determinados grupos locais, compreendidos como intelectuais mediadores, e não das professoras, que talvez tivessem outras versões para os conflitos.

As comunidades, quando não se sentiam contempladas, arbitravam, ou tentavam arbitrar, na seleção e transferência de professores por meio da prefeitura, que teve que mediar conflitos entre comunidades e professores. Tais aspectos não são uma característica apenas local. Luchese (2015) aponta que na RCI as mobilizações das comunidades sobre quem seria o professor foram frequentes, referindo-se ao período de 1875 a 1930.

Diante de tantas objeções paira a questão: O que esperavam as comunidades das professoras? A indicação da comunidade de São Virgílio sugere indícios a esse respeito. Eles reclamam que a aula não iniciou seu funcionamento e que, se for o caso de falta de professora, indicam Wilma Marchesini, “Apontam ser indicada a interessada pois mora próxima, a população ficará satisfeita e se compromete a ensinar instrução religiosa aos domingos e dias santos.”²⁴⁵. Isto é, o esperado vai além das atribuições do papel de docente municipal e estende-se às funções comunitárias daquela localidade, como o ensino da religião. Já o estar próximo resolve os problemas de hospedagem ou deslocamento da professora e diminui o risco de desistência.

A atuação das professoras Dirce Lúcia Damiani, Maria Frida Lydia Schulke, Itália Benedetto e Lúcia Freitas Travi nos permitem compreender um pouco melhor sobre as diversas atribuições exercidas pelas docentes, que eram também funções sociais, já que a escola era vista como parte integrante e indissociável da comunidade e na relação com a Igreja.

²⁴⁴ **Abaixo-assinado** dos moradores da Linha República para o prefeito municipal, em 2 de março de 1938. Pedem a substituição da professora. A/AGPMF.

²⁴⁵ **Correspondência** dos moradores de São Virgílio para o prefeito municipal, em 10 de março de 1941. Reclamam que não abriu a escola e indicam uma professora. CER/AGPMF.

Dirce Lúcia Damiani (1984) afirma que *“O entrosamento entre comunidade e escola era ótimo. A escola auxiliava na ornamentação da igreja, apresentava o desfile da Semana da Pátria e teatros com hora de arte como: poesia, cantos e dramatizações”*. Maria Frida Lydia Schulke (1984) *“Foi, muitas vezes, chamada para atender doentes (fazia injeções e medicava como podia). Sua mãe quando professora participou até de partos. Fazia benzeduras que aprendeu com sua mãe”*. Além disso, *“A ela recorriam para qualquer problema que surgisse. Pediam conselhos; que lesse escrituras para ver se estavam certas e também porque não sabiam ler”*. E por fim colaborava com as comemorações religiosas, *“Faziam coros de 4 a 5 vozes para as festas.”* (SCHULKE, 1984). *“As escolas foram envolvidas pelo entorno, por isso participava da vida da comunidade.”* (LUCHESE, 2015, p. 357).

Já a professora Itália Benedetto (1984) diz que *“A comunidade necessitava muito dela. Prestou favores como: fazer compras na Vila Nova Vicenza, pagava contas, organizava festas de casamento, nas festas da igreja ajudava a fazer de tudo. Sempre estava no meio deles”*. Além disso, ainda dava a formação religiosa, preparava os alunos para a primeira comunhão, algo que também é lembrado pela professora Lídia Freitas Travi (1987, p. 17): *“[...] muitas crianças preparei para a Primeira Comunhão. Era eu que preparava. Tanto lá [referindo-se a Montenegro], como na Linha Machado, São João. Era eu que preparava as crianças”*.

Alice Gasperin, ao relembrar da sua relação com os alunos, aponta os cuidados que tomou para não ter problemas com a comunidade.

Os alunos, primeiro sempre com severidade, assim como minha professora. Sempre me fui bem. Sempre fui bem. Trabalhava, podem dizer-me que sou burra, que sou tudo, mas não que sou preguiçosa. Eu trabalhava com os alunos. Procurei sempre fazer meu trabalho, a minha obrigação. Porque a minha mãe, antes que eu começasse a lecionar, ela me disse assim: - “Olha minha filha, se tu trabalhares bem, será considerada e senão serás desrespeitada. Então, eu me lembro que a minha professora tinha tido um certo problema com os alunos, então, eu procurei sempre de não entrar em choque com alguém né, sempre procurei. E assim, nunca tive problemas.” (GASPERIN, 1996, p. 5).

Além da postura assumida, no intuito de evitar problemas, Alice, assim como Dirce, Lídia e Itália, assumiu funções sociais e de liderança em sua comunidade. Foi catequista por mais de 20 anos, conselheira, uma referência social e respeitada em sua comunidade. (GASPERIN 1989; LUCHESE 2015). Assim, compreende-se que a escola na comunidade era também um lugar de relações sociais e, junto à Igreja, organizava as comunidades.

Uma oposição às reclamações foram as defesas aos professores. Por vezes, os abaixo-assinados nem citavam os motivos efetivamente, mobilizavam discursos mais genéricos como: “Constou-nos ter sido atirado aleivosamente boatos contra o procedimento do nosso professor Sr. Rústico Gobbato vêm protestar energicamente contra tais malefícios[...]”²⁴⁶. Seguido da representação do trabalho do professor, nesse caso, argumentam que

[...] nos serviu para doze longos anos na aula do Burati e para mais de vinte anos na aula de Monte Bérico, prestando sempre a sua atividade, sacrificando-se continuamente em benefício de nós e de nossos filhos, merecendo esses elogios, e nossa plena solidariedade quer presente, que futura, e em todos os pontos de vista, quer seja em benefício da humanidade, quer seja a da Instrução Pública²⁴⁷.

As comunidades, nesse caso, citam Rústico Gobbato como “nosso professor”, como pertencente àquelas comunidades e falam dele com estima e apreço, elogiando o profissional docente e o ser humano, o preservando até mesmo no cuidado em não reproduzir as motivações da defesa. A correspondência é de 1935, mas recorda-se que o professor municipal já vinha atuando há anos em Caxias, mais especificamente desde 1915.

Outra prática das comunidades consistia na indicação de professoras. Em 1936, a comunidade da Linha Julieta encaminhou um abaixo-assinado pedindo a nomeação da professora Suzana Pasqual²⁴⁸. Já em 1937, a mesma comunidade indica a professora Isolda Tonin, justificando que ela mora bem próximo à escola²⁴⁹.

A retirada de uma professora indicada pela comunidade era outro motivo de descontentamento. Um exemplo disso foi a queixa dos moradores da Linha Alencastro.

Dois são os motivos Sr. Prefeito que no momento ressaltam a aula municipal localizada a Linha Alencastro criada por V.S. com a consequente nomeação da professora D. Dirce Lúcia Damiani, que indicada pelos reclamantes foi por V.S. aprovada e nomeada para exercer a citada aula cujo misteres vinha desempenhando a contento geral e o outro então a surpreendente notícia da dispensa dessa professora cujo ato só poderá trazer descontentamento aos reclamantes. Por isso, que nos leva a dirigir a V.S. este memorial, pedindo se digne reconsiderar o ato que exonerou a professora D. Dirce Lúcia Damiani a fim de ser a mesma reintegrada e

²⁴⁶ **Abaixo-assinado** de moradores de Rio Burati e Monte Bérico para o prefeito Armando Antonello, em 5 de outubro de 1935. Defendem o professor de boatos. A/AGPMF.

²⁴⁷ **Abaixo-assinado** de moradores de Rio Burati e Monte Bérico para o prefeito Armando Antonello, em 5 de outubro de 1935. Defendem o professor de boatos. A/AGPMF.

²⁴⁸ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha Julieta para o prefeito municipal Armando Antonello, protocolado em 28 de novembro de 1936. A/AGPMF.

²⁴⁹ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha Julieta para o prefeito municipal Armando Antonello, protocolado em 1937. A/AGPMF.

por ela ministrada a instrução aos filhos daqueles que com o esforço de seu trabalho também contribuem para o progresso e engrandecimento deste município²⁵⁰.

Como a aula estava fechada, reivindicar a reintegração da professora era tentar garantir seu funcionamento, no entanto, não se pode desconsiderar que há a defesa e a preferência desta e não de outra professora, o que evidencia que o trabalho por ela desenvolvido e sua postura eram apreciados por aquela comunidade. Esse fator pode ter contribuído para um bom relacionamento entre a docente e a comunidade. Por fim, a reivindicação foi atendida, e a professora foi reintegrada.

Essa foi uma das professoras que permaneceu um longo tempo na docência, além, inclusive, do período pesquisado. Dirce Lúcia Damiani atuou alguns meses do ano de 1936 e, a partir de 1938, assumiu em definitivo a docência na escola do Rio Burati, que ficava próxima de sua residência, onde permaneceu até 1970. Ela afirmou em entrevista que “A professora era muita querida e respeitada pelo núcleo sendo vista como uma pequena autoridade.” (DAMIANI, 1984). A professora nunca se casou, dedicou-se à docência por mais de 30 anos, foi catequista durante mais de 60 anos e ministra da Eucaristia. Para ela, o objetivo da escola “[...] era a formação religiosa e também a preparação para a vida prática.” (DAMIANI, 1984). Na nota de seu falecimento, no ano de 2000, foi representada como alguém que “Marcou sua vida pela fé, pela dedicação aos familiares e à comunidade São Gabriel das Dores e Rio Burati.”²⁵¹.

Os breves indícios apresentados sobre a vida da professora Dirce evidenciam uma trajetória dedicada exclusivamente à docência e à comunidade. Tais aspectos remetem à ideia do professor vocacionado, e não se pode desconsiderar que a profissionalização docente esteve vinculada às culturas religiosas. (JULIA, 2001, p. 32).

Ainda em relação às questões de quando consideravam adequado o trabalho de professor, notam-se tentativas em conseguir a dobra de carga horária para diminuir as longas distâncias percorridas pelos alunos, como ocorria no Travessão Milanez. Assim, os moradores alegaram que

Que todos eles têm filhos menores que frequentam a aula municipal, sita no Travessão Milanez em que é professora a srta. Rosa Antonello. Que a distância da referida aula, às casas dos que subscrevem, é consideravelmente longa e que portanto, principalmente no inverno, se torna algo penosa a ida de ditos menores a

²⁵⁰ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha Alencastro para o prefeito Armando Antonello, protocolado em 10 de fevereiro de 1937. A/AGPMF.

²⁵¹ **Jornal Correio Riograndense**, Caxias do Sul, 19 de julho de 2000, ano 92, nº 4690, p. 20, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882054/16809>. Acesso em: 24 jul. 2020.

escola; Que conforme palestra feita pelos interessados com a referida professora o mesmo considerando o regular número de alunos que se eleva a mais de 30, estaria disposta a dar aula, tanto de manhã, como de tarde, conforme V.S. o designar, na sala da sociedade 1º de maio, a qual será cedida gratuitamente, restando somente resolver V.S. quanto ao pagamento da dupla missão da referida professora. E que por ser um pedido justo e claro, esperam de V.S. deferimento²⁵².

Outra nuance das articulações entre prefeitura e comunidades em prol de manter a professora municipal e, por consequência, a escola funcionando, é sua permanência na comunidade por meio da oferta de moradia, como no encaminhamento feito pela prefeitura para a comunidades de Linha Machadinho em 1935.

Acabo de saber da professora Docelina Postiglioni que, tendo mudado a família onde ela parava, é impossível continuar a escola, por falta de acomodação. Sendo uma dificuldade que a Prefeitura não pode solucionar, peço a amigo tomar providencias no sentido de que a professora consiga uma casa onde possa passar a semana a fim de que o ensino dos meninos não seja prejudicado. Certo de que, sendo membro da comissão tomará as necessárias providencias, aguardo com brevidade a melhor solução. Agradecendo, subscrevo-me. Prefeito²⁵³.

Em outras solicitações, por nomeação de professores, as comunidades já sinalizavam a possibilidade de ofertar moradia para a professora, como fizeram os moradores do 3º distrito.

[...] alegam ter sido fechada a aula a um mês em função do pedido de licença da professora Julieta Neis. Indicam então uma professora para assumir a aula, que teria cursado o curso de aperfeiçoamento no Grupo Escolar. **Comprometem-se a dar casa e comida para professora**, caso seja nomeada. Garantem a matrícula de 30 alunos com idade acima de 7 anos²⁵⁴. (grifo nosso).

Esses são dois exemplos que apresentam a necessidade que algumas docentes tiveram, a de passar a semana hospedadas em residências de moradores para lecionar e ir para casa apenas aos finais de semana. Um mapa foi elaborado com o intuito de visualizar a distribuição das aulas e dimensionar as distâncias em relação à zona urbana do município.

Ele foi elaborado de forma a situar as localidades identificadas, e não se encontram os pontos fixados na localização dos prédios escolares. Tal elaboração demandou compreender que uma das localidades, atualmente, não faz parte do território de Farroupilha

²⁵² **Abaixo-assinado** de moradores do Travessão Milanez para o prefeito Armando Antonello, protocolado em 28 de agosto de 1936. Pedem dobra de carga horária para a professora Rosa Antonello. A/AGPMF.

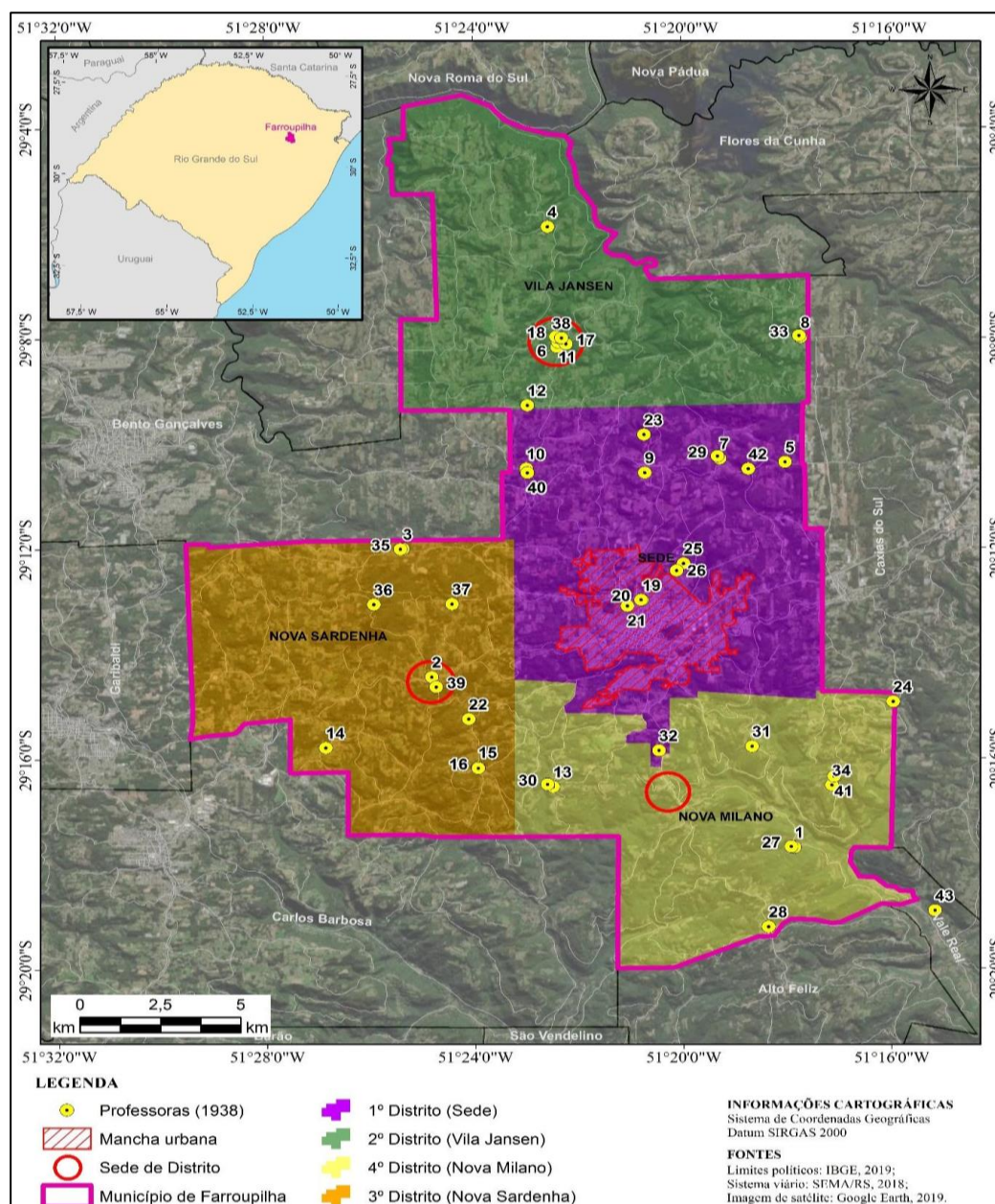
²⁵³ Correspondência de Armando Antonello, prefeito, para comunidade de Linha Machadinho, 20 de maio de 1935. Pede para providenciarem moradia para professora. CER/AGPMF.

²⁵⁴ **Abaixo-assinado** de moradores do 3º distrito, para o prefeito municipal, em 2 de abril de 1941. Pedem a nomeação de uma professora. A/AGPMF.

e que outras não eram citadas em mapas existentes, ou até mesmo as nomenclaturas foram alterando-se, o que necessitou de pesquisas pontuais para entender de que locais exatamente se tratavam e isso, em conjunto ao Mapa 3, citado neste estudo, datado de 1959, constituiu condições para a composição do mapa apresentado. Portanto, ao visualizá-lo, tais aspectos devem ser considerados.

Cada ponto numerado refere-se a uma professora municipal e à localização da comunidade em que atuava. Tais informações constavam nos empenhos dos pagamentos salariais do ano de 1938.

Mapa 4 - Localização das professoras municipais, Farroupilha (1938)



Fonte: IBGE, 2019; SEMA/RS, 2018; Google Earth, 2019. Cartografia: Luan Carlos Tomé dos Reis.

No mapa, visualiza-se uma grande quantidade de professores fora da área urbana e das sedes de distritos, o que permite dimensionar as distâncias das escolas da sede do município. Em certas ocasiões, a longinquidade foi motivo para desistências de professoras, como Tereza De Momi, que lecionava no Travessão Sete Colônias. Conforme informaram os moradores:

A sta Tereza De Momi, professora municipal ativa, não querendo mais lecionar na aula localizada no referido Travessão Sete Colônias, em face da dificuldade de conseguir hospedagem, mesmo por ser distante da sua família; por isso vem mui respeitosamente pedir a V.S., se digne nomear uma professora para reger à aula acima mencionada, e que esta tenha sua residência habitual no aludido Travessão Sete Colônias e perto da aula, solucionando-se à dificuldade relativa às hospedagens da mesma²⁵⁵.

O pedido da nomeação de uma professora indicada que morava perto da escola acabou por motivar seu fechamento até segunda ordem.

Mesmo diante das longas distâncias, algumas professoras as percorriam. Maria Frida Lydia Schulke (1984) afirma que *“Tinha que andar a cavalo para chegar ao local do trabalho (5km). Às vezes, pegava um atalho. Saía de casa às 5 horas e 45 minutos”*. Assim como Maria Frida Lydia, Itália Benedetto *“[...] tinha que andar a cavalo 18 km por dia”*, ainda recorda que *“Chegar ao local de trabalho era o mais difícil.”* (BENEDETTO, 1984). Assim quando deu aula à noite para os adultos optou por morar um ano na localidade em que lecionava. Deslocamento também rememorado pela aluna da professora Adélia Postali. *“Ela vinha de São Martinho a cavalo, todos os dias.”* (DEZEN, 2009, p. 6).

A localização das aulas e a necessidade de permanecer durante a semana em áreas rurais evidenciam as mediações que a prefeitura e os grupos locais faziam para manter a professora na comunidade. Além disso, percebe-se nas entrelinhas as condições de trabalho de algumas professoras que ficavam na casa de famílias, que não eram as suas, ou percorriam significativas distâncias para chegar ao trabalho, em que o meio de transporte, muitas vezes, foi o cavalo.

Ainda se aproximando das condições de trabalho, algo a ser pontuado são os constantes pedidos de licença de professores. As solicitações mais recorrentes alegavam a necessidade de tratar de interesses particulares e realizar tratamentos de saúde (incluindo tanto tratamentos de saúde das próprias professoras, repousos decorrentes de gestações,

²⁵⁵ **Abaixo-assinado**, de moradores do Travessão Boêmios e Travessão Sete Colônias para o prefeito municipal, em 26 de fevereiro de 1941. A/AGPMF.

quanto cuidado com filhos ou familiares), que em sua grande maioria eram atendidas, mas também ocorriam negativas como se pode observar a seguir. Angelo Venzon Neto, encarregado da Instrução Pública, em resposta a uma dessas solicitações, em 1940, alega que

[...] no caso de conceder a licença conforme pede a professora [...] trará para a instrução pública grande embaraço, em virtude da grande falta de professoras, como é de v. conhecimento também, que temos diversas aulas fechadas por falta de educadoras e mesmo candidatas, dificilmente se encontra candidatas, principalmente quando se trata de exercer o cargo de caráter interino²⁵⁶.

As licenças variavam entre poucos dias, por meses ou até mesmo por um ano. Situações como essas geravam as grandes demandas por substituições, observadas nos pagamentos de empenhos. Em alguns casos, acarretavam até mesmo o fechamento da escola por falta de professora.

Quanto aos períodos de férias dos professores, compreende-se que ocorriam: a primeira temporada nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro; e a segunda em junho ou julho. Nas férias de verão, o mês de janeiro era destinado para formação, por meio da participação do curso de aperfeiçoamento, e os meses de dezembro e fevereiro eram livres.

No ano de 1942, por exemplo, foram concedidos 15 dias de férias para as professoras municipais (de 1 a 15 de julho), devendo ser impreterivelmente abertas as aulas dia 16 de julho²⁵⁷. Em 1943, as férias foram estabelecidas de 15 a 30 de junho, tendo todas as unidades que reiniciarem as aulas em 1 de julho²⁵⁸. Isto é, não se tratava de um calendário fixo, mas sim de períodos definidos, ano a ano, no inverno.

As férias condizem com o recesso das aulas, mas não necessariamente foram períodos de férias remuneradas para os professores. Mesmo ocorrendo exames e concursos, vários professores passaram pelas contratações e rompimentos de contratos anualmente. Tal situação pode ser mapeada nos anos de 1941, 1942 e 1943 e será explicitada a seguir. Em 1941, houve a exoneração coletiva de várias professoras municipais, feita sob a seguinte justificativa:

Considerando que há necessidade de ser feita reorganização geral da Instrução Pública Municipal. Considerando que de acordo com as Leis que regem a matéria somente tem estabilidade no cargo aquele que admitido por concurso, vier a

²⁵⁶ Informação constante no verso da solicitação protocolada na Prefeitura Municipal, 8 de março de 1940. CER/AGPMF.

²⁵⁷ **Circular 40-8-1942**, da Diretoria da Instrução Pública Municipal de Farroupilha para os professores municipais, em 13 de junho de 1942. Concede férias. CER/AGPMF.

²⁵⁸ **Circular 67-9-1943**, de Angelo Venzon Neto para as professoras municipais, em 7 de junho de 1943. Comunica o período de férias em 1943. CER/AGPMF.

completar dois anos de serviço público ou tendo ingressado em função pública sem concurso tiver completado dez anos de efetivo serviço. Decreta Artigo 1º Ficam exoneradas do cargo de professoras municipais todas aquelas que não tendo sido admitidas por concurso, não completaram, ainda dez anos de serviço público. Artigo 2º - Ficam, igualmente, exoneradas todas aquelas que apesar de terem ingressado no magistério por concurso, ainda não completaram dois anos de efetivo serviço. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito²⁵⁹.

A partir de então, percebe-se que a estabilidade foi relativizada por tempo de serviço e atrelada à participação em concurso público. As dispensas ao final do ano repetiram-se em 1942²⁶⁰ e em 1943²⁶¹. Sobre esse período de contratações e dispensas, a professora Itália Benedetto (1984) afirma que “*Só ganhavam ordenado durante o ano letivo. No final do ano eram dispensadas e contratadas novamente em março do ano seguinte*”.

Acredita-se que essas contratações e exonerações tenham ocorrido pontualmente nos anos de 1941, 1942 e 1943. A hipótese é elaborada a partir do pedido de registro nos assentamentos individuais - solicitado por algumas professoras - do período intercorrente de 1 de novembro de 1941 até 15 de fevereiro de 1944 em virtude das exonerações e readmissões²⁶².

Mesmo os professores efetivos, por vezes, não tinham o direito às férias remuneradas. Vejam-se exemplos dessas situações.

Em obediência ao despacho supra citado do Senhor Prefeito, informamos que a requerente não tem direito às férias solicitadas, pois, a peticionária teve, durante o ano letivo findo, uma interrupção de 90 dias para tratamento de saúde, (artigo 90 do Estatuto dos Funcionários deste município)²⁶³.

²⁵⁹ FARROUPILHA. **Decreto s/nº** de 1 de novembro de 1941. Exonera coletivamente várias professoras municipais. Livro Portarias, nº 1 a 154, anos de 1935 a 1943. SGDH.

²⁶⁰ FARROUPILHA. **Decreto 2**, de 2 de janeiro de 1943. Dispensa coletivamente das funções exercidas em 1942 várias professoras. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGDH.

²⁶¹ Resolve dispensar a partir de 1º de dezembro entrante de suas funções as professoras contratadas para o magistério municipal durante o findo ano letivo que são as seguintes: Adelina Peccin, Anita Minela, Claudina M. Bernart, Clotilde Messinger, Dalva Cesca, Dirce Lúcia Damiani, Edita Canuto, Elvira Colombo, Gema de Bona, Gema Radaelli, Geraldina Zini, Ida Turcatti, Ieda David, Ignez Colombo, Irma Busetti Biasoli, Iseta m. Bazzo, Isolda Tonin, Italia Benedeto, Ivone Mandelli, Izena Gobbato, Joaquina Ambrosio, Joaquina Ceconello, Lúcia Frizzo, Maria Colombo, Maria Dala Rosa, Maria Bridi, Odila Sachet, Miguelina Bridi, Severina Dala Rosa, Suzana Pasqual e Ada Minella. FARROUPILHA. **Portaria 153/9/1943**, de 30 de novembro de 1943. Dispensa as professoras contratadas. Livro Portarias, nº 1 a 154, anos de 1935 a 1943. SGDH.

²⁶² FARROUPILHA. **Decreto nº 100.51**, de 23 de novembro de 1951. Considera o período de 1 de novembro de 1941 a 15 de fevereiro de 1944 para o tempo de serviço, para as professoras Miguelina Bridi, Anita M. Kuhn, Dirce Lúcia Damiani, Tereza De Momi e Suzana Pasqual. Livros Decretos nº 1 a 100, anos 1940 - 1951. SGDH.

²⁶³ **Pedido de férias** da professora Eleonora Frozi para o prefeito municipal, em 18 de dezembro de 1941. Responde que não tem direito a férias. CER/AGPMF.

Da mesma forma, a professora Ercilvia Bondam ficou sem direito a férias. Desta vez, a justificativa foi a de ter mais de 30 dias de faltas injustificadas, o que, conforme o artigo 90 do Estatuto do Servidor, acarretava na perda do direito às férias remuneradas²⁶⁴. Por fim, foi indeferido o pedido de férias de uma professora contratada em 15 de março. Ela solicitou férias em novembro, mas ainda não tinha direito. Sendo assim, a municipalidade preferiu não abrir precedentes²⁶⁵.

Entende-se que essas restrições indicam estratégias na tentativa de diminuir as licenças durante o ano letivo. (CERTEAU, 2014). Ainda é preciso sinalizar que esses pedidos indeferidos ocorreram em 1941, pontualmente na administração de Nelson Schneider, e que o pagamento de férias e o posicionamento diante das licenças nessa administração, em especial, foram mais rígidos.

Também há de se considerar que professoras atuaram no serviço público municipal em outras funções que não à docência. No ano de 1943, por exemplo, o setor da Instrução Pública foi composto por Giácomo Valentin Luchese (diretor geral dos serviços da Instrução Pública Municipal), Theresa Roso (bibliotecária, auxiliar e datilógrafa), professora Estadual Albertina Cibelli (orientadora de ensino)²⁶⁶. Thereza Roso era professora municipal e alçou um cargo administrativo na Diretoria de Instrução Pública.

Suzana Pasqual também atuava na administração pública. Em vários documentos, pôde-se observar a citação de seu nome. Foi, por exemplo, a professora designada para realizar os exames²⁶⁷ dos menores, não portadores de certificado de conclusão de curso primário para expedir atestado de alfabetização que servia como prova para a Delegacia Regional do Trabalho²⁶⁸. Também era ela que substituíra o diretor de Instrução Pública em sua ausência, o que pode ser constatado nos empenhos de pagamento, fazendo jus à respectiva remuneração aos dias correspondentes. Até 1947, era nomeada como professora

²⁶⁴ **Pedido de férias** da professora Eleonara Frosi para o prefeito municipal, em 29 de novembro de 1941. Pede férias, despacho: pedido indeferido. A/AGPMF.

²⁶⁵ **Pedido de férias** da professora Ester Schmitz para o prefeito municipal, em 3 de dezembro de 1941. Pede férias, despacho: pedido indeferido. CER/AGPMF.

²⁶⁶ FARROUPILHA. **Portaria 143**, de 27 de julho de 1943. Faz designações de funcionários para os serviços internos e externos da Prefeitura. Livro Portarias nº 1 a 154, anos 1935 a 1943. SGDH.

²⁶⁷ O exame consistia na leitura de quinze linhas e explicação sobre o que leu, seguido de ditado de até dez linhas e cálculos envolvendo as quatro operações fundamentais da aritmética.

²⁶⁸ **Ofício 1352**, da Delegacia Regional do Trabalho para o prefeito municipal Raul Cauduro, em 15 de junho de 1945. Encaminha **solicitações** para expedição de atestados de alfabetização e atestados de vacinação, sanidade física e mental. CER/AGPMF.

municipal e atuava na administração pública, e somente nesse ano foi exonerada²⁶⁹ do cargo de professora e nomeada em caráter efetivo como escriturária da secretaria²⁷⁰. Essas duas experiências nos mostram que foi possível as professoras municipais alçarem outros cargos públicos.

Ainda se pontua que foram contratadas como professoras municipais duas irmãs da Congregação de São Carlos Borromeo Scalabrinianas e que essas atuaram nas escolas confessionais, e, por fim, a professora municipal Iride Domingas Venzon foi nomeada pelo município para atuar como professora auxiliar no Grupo Escolar de São Marcos.

Já a desvinculação dos professores municipais nomeados do serviço público ocorreu de duas formas: exonerações (a pedido ou emitidas pelo poder público municipal por motivos específicos) e aposentadorias. Ao analisar os atos e decretos de exoneração de professores municipais, afirma-se que a maioria era a pedido. Já ao perscrutar os pedidos de demissão, como comumente as professoras se referiam, observa-se que muitos deles não expressavam os motivos ou traziam justificativas mais gerais como “[...] não pretendendo mais continuar no cargo de professora[...]”²⁷¹ ou por motivos particulares, como se pode visualizar no pedido de afastamento do professor Jorge Wartha.

²⁶⁹ FARROUPILHA. **Decreto s/nº** de 10 de novembro de 1947. Exonera a professora Suzana Pasqual no cargo de professora municipal, padrão 7, por ter aceito o cargo de escriturária da secretaria, padrão 12. Livro de Decretos nº 1 a 100, anos de 1940 a 1951, SGDH.

²⁷⁰ Em setembro de 1947, foi designada para exercer o cargo de escriturária da secretaria. FARROUPILHA. **Decreto s/nº** de 10 de novembro de 1947. Nomeia a Sra. Suzana Pasqual para o cargo de escriturária da secretaria, padrão 12, em caráter efetivo. Livro de Decretos nº 1 a 100, anos de 1940 a 1951, SGDH.

²⁷¹ **Pedido de demissão** da professora municipal Irene Giacometti, em 30 de abril de 1937. A/AGPMF.

Figura 24 - Pedido de exoneração Jorge Wartha (1937)

<i>Ilmo. Sr. Dr. Armando Antonello. M. Digno. Prefeito de Farroupilha.</i> <i>Farroupilha</i> Protocolo Página <i>Nº 162</i> 31 de <i>3</i> de 1937 <i>Concedida. Officie-se agradecendo os ser- viços prestados.</i> <i>O infra assignado Jorge Wartha, na qualidade de professor público da aula Municipal situada no lugar denominado Machadinho, 3º dis- trito deste Município de Farroupilha, vem mui- respeitosamente dizer e requerer a V.S. o seguinte; - Que não podendo continuar a exercer o cargo de professor Municipal da aula acima menciona- da, por virtude de precisar muito atender e tratar de seus interesses particulares; em virtude do exposto requer a V.S. se digne mandar dar a sua demissão do cargo de professor que vem exercendo.</i> <i>Assim confiante na justiça de V.S., e certo de ser atendido, espera receber Va. Machadinho, 31 de Março de 1937 Jorge Wartha.</i>	Imo Snr. Dr. Armando Antonello M. Digno Prefeito de Farroupilha Farroupilha Concedida. Officie-se. Agradecemos os serviços prestados. O infra assignado Jorge Wartha na qualidade de professor público da aula municipal situada no lugar denominado Machadinho, 3º distrito deste município de Farroupilha, vem mui respeitosamente dizer e requerer a V.S. o seguinte; Que não podendo continuar a exercer o cargo de professor Municipal da aula acima mencionada, por virtude de precisar muito atender e tratar de seus interesses particulares; em virtude do exposto requer a V.S., se digne mandar dar a sua demissão do cargo de professor que vem exercendo. Assim confiante na justiça de V.S., e certo de ser atendido espera receber Va. Machadinho, 31 de março de 1937 Jorge Wartha

Fonte: Pedido de exoneração²⁷² (1937), AGPMF.

Dentre as justificativas citadas, pôde-se verificar que algumas decorreram da inauguração dos grupos escolares. Em função disso, algumas das professoras municipais passaram a exercer funções nessas instituições, como, por exemplo, as professoras Domingas Mandelli Venzon e Christina Comin Bertuol, nomeadas zeladoras de grupos escolares, e Gema Comin Pesca, nomeada para professora do Grupo Escolar Farroupilha, todas em 1938. Ainda foram observadas as mudanças de município de residência. A professora Gema Gobbato deixou o cargo de professora por fixar residência no município de Bento Gonçalves, e a professora Malvina Gabardo, por mudar para a capital do Estado.

²⁷² **Pedido de exoneração** de Jorge Wartha para Armando Antonello, prefeito, 31 de março de 1937. CER/AGPMF.

Quanto às exonerações emitidas por iniciativa do governo municipal, consideram-se situações pontuais e raras. Cita-se o professor Rústico Gobbato²⁷³, que foi exonerado, em 13 de setembro de 1938, por ser estrangeiro e não estar com o serviço militar em dia. O período de acirramento da nacionalização de ensino no Rio Grande do Sul retirou de sala de aula os professores estrangeiros que não eram naturalizados brasileiros. Rústico foi substituído por sua filha na função de professor. Após desligar-se da docência, ocupou o cargo de diretor da Sociedade Vitivinícola Monte Bérico e foi presidente da Associação Rural de Farroupilha.

Ainda, no ano de 1938, identifica-se uma exoneração por abandono de cargo da professora Leopoldina Laner, que, após 5 meses de licença, para tratar de interesses particulares, não retomou suas funções. Situações como essa voltam a se repetir no ano de 1942, após não ter retornado de uma licença de trinta dias, para tratar de interesses particulares, a professora Herma Cesca, e a professora Isabel Granvila Faé²⁷⁴, depois de quatro meses de licença, não reassumiu a aula e nem pediu renovação da licença. Ambas foram exoneradas por abandono de cargo. Por fim, em 1948, a professora Tereza De Momi²⁷⁵ foi exonerada pelo mesmo motivo, mas o documento não cita que ela estivesse em licença. Todavia, nesse caso, em especial, observa-se que a docente foi nomeada novamente em 25 de fevereiro de 1949 para exercer as funções de professora municipal. Entende-se, assim, que a situação foi esclarecida²⁷⁶.

Já em 1941, a situação é inusitada. A professora da aula municipal localizada no Travessão Trentino não permitiu que ali fossem realizados os exames escolares, momento representado pelos membros da comissão examinadora como um escândalo e péssimo exemplo para os alunos. Diante disso, ela foi suspensa²⁷⁷, e instaurou-se um inquérito que resultou na sua exoneração, sob a justificativa de que “A rebeldia demonstrada pela professora Slomp não se coaduna com a verdadeira linha de conduta que deve ser seguida por pessoas que exerce o sagrado mister de educar.”²⁷⁸.

²⁷³ Rústico Gobbato teve 18 filhos, fruto de dois casamentos. Faleceu aos 75 anos, em 1958. LOPES, Rodrigo. **Monte Bérico: encontro da Família Gobbato**, Jornal O Pioneiro, Caxias do Sul, sexta-feira, 13 de abril de 2018, p.31.

²⁷⁴ FARROUPILHA. **Decreto s/nº**, de 23 de setembro de 1942. Exonera a professora municipal Isabel Granvila Faé, por abandono de cargo. Livro de Decretos e Leis, anos de 1936 a 1947, SGD.H.

²⁷⁵ FARROUPILHA. **Decreto 25**, de 2 de julho de 1948. Exonera a professora Tereza De Momi, por abandono de cargo. Livro Decretos. SGD.H.

²⁷⁶ FARROUPILHA. **Decreto 48-49**, de 25 de fevereiro de 1949. Nomeia uma professora municipal. Livro de Decretos. SGD.H.

²⁷⁷ FARROUPILHA. **Portaria nº 148**, de 3 de dezembro de 1941. Suspende uma professora. Livro de Portaria. SGD.H.

²⁷⁸ FARROUPILHA. **Decreto s/nº** de 5 de fevereiro de 1941. Exonera uma professora municipal. Livro Decretos-Leis, anos 1936 a 1947. SDHG.

Dessa forma, os casos de exoneração por iniciativa do município ocorreram por motivos pontuais e esporádicos. Já os pedidos por parte das professoras foram comuns e rotineiros e nem sempre expressaram suas razões.

O que se pode identificar dos processos de aposentadoria é que ocorreram por tempo de serviço ou em razão de incapacidade de atuação por motivos de saúde. No período, foram aposentados os professores João Simon, Celina Braga Gonçalves e Aurora Mugnol Verona, além de ter sido encaminhado o pedido de aposentadoria de Maria Troian. Essas aposentadorias permitem compreender as formas como o governo municipal realizou as concessões.

O professor João Simon foi afastado da regência da aula em 1937, conforme determinação da Câmara Municipal, que “[...] deliberou por unanimidade, dispensar seus serviços do Magistério Municipal, com vencimentos integrais provisoriamente, até que seja regularizada definitivamente sua aposentadoria.”²⁷⁹.

O processo de aposentadoria foi deferido no ano de 1939, por ser considerado incapaz de continuar exercendo suas funções, conforme avaliação dos médicos Luiz Rodrigues e Pedro Turi²⁸⁰. O salário do professor durante o ano de 1937 era de 100\$000, e sua remuneração mensal como aposentado passou a ser 70\$200, ou seja, não equivalia ao valor integral recebido anteriormente. Nota-se que a dispensa do professor foi ainda deliberada pela Câmara Municipal no ano de 1937, porém o processo de aposentadoria tramitou na Diretoria das Prefeituras Municipais, no Estado Novo, período em que as câmaras tinham sido extintas²⁸¹.

Da mesma forma, a professora Celina Braga Gonçalves foi aposentada pelo processo 3180-23.30.1942, da Diretoria das Prefeituras Municipais, de 19 de agosto de 1942, com remuneração mensal de Cr\$ 70,40²⁸². Os professores João Simon e Celina Braga Gonçalves, ao se aposentarem, sofrem também redução na renda: de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 70,40 mensais.

²⁷⁹ **Correspondência 461-ME**, do prefeito Armando Antonello para o professor municipal João Simon, em 24 de junho de 1937. Comunica dispensa de seus serviços e encaminhamento do processo de aposentadoria. CER/AGPMF.

²⁸⁰ FARROUPILHA. **Ato nº 148**, de 31 dezembro de 1938. Coloca em disponibilidade o cidadão João Simon, professor municipal. Livros de Atos Municipais nº 1 a 236, anos 1934-1940. SGD.H.

²⁸¹ A aposentadoria foi cancelada no ano de 1944 em virtude do falecimento do professor municipal. FARROUPILHA. **Decreto s/nº**, de 1 de fevereiro de 1944. Cancela, por falecimento, a aposentadoria do professor João Simon. Livros de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGD.H.

²⁸² Observação registrada no **empenho** de pagamento da professora, de dezembro de 1942, que recebeu Cr\$ 563,20 provenientes de 1 de maio a 31 de dezembro de 1942 a razão de Cr\$ 70,40 mensais. Despesas municipais, AGPMF.

Apesar de não terem sido localizadas mais informações, sabe-se ainda que a professora Aurora Mugnol Verona requisitou a aposentadoria por invalidez, a qual foi concedida no ano de 1946.

Também houve envolvimento da comunidade no pedido de aposentadoria da professora Maria Troian. Conforme ata da Câmara de Vereadores, essa situação entrou em pauta na sessão ordinária de 20 de março de 1948.

Do Sr. Prefeito também constava um ofício acompanhado de memorial assinado pelos moradores da Linha República solicitando a aposentadoria da professora Maria Troian, no qual o chefe do executivo se manifesta favorável dada a enfermidade da professora em apreço, notadamente conhecida, à concessão da devida, visto contar a referida professora com 34 anos de serviço público. Posta em discussão a matéria ficou resolvido conceder ex officio à dita funcionária 6 meses de licença²⁸³.

A professora foi aposentada em 8 de março de 1949, após 35 anos de efetivo serviço, com vencimentos anuais de Cr\$ 6.000,00²⁸⁴. Maria Troian fazia parte dos professores do padrão 7 e recebia, no ano de 1948, Cr\$ 375,00 acrescidos da remuneração de 25%, isto é, Cr\$ 93,70. Dessa forma, afirma-se que, ao se aposentar, sua remuneração não diminuiu.

Assim, nota-se que o trabalho do professor esteve intimamente vinculado às comunidades em que atuavam, o que, por vezes, ocorreu em harmonia e, por outras, causou tensões. Foram as comunidades mobilizadoras em prol da garantia da escola pública municipal nas áreas rurais, e ao governo municipal coube mediar as solicitações e necessidades de cada localidade.

Ser professora municipal em Farroupilha implicou em reciprocidade com as comunidades em que se atuava, sendo os docentes figuras de liderança e autoridade naquele contexto, exercendo funções sociais que iam além das atividades da própria docência. Porém, muitos professores acabaram por desistir da carreira por motivos pessoais, por mudanças de endereço ou mesmo pela distância da escola. Já as exonerações realizadas por iniciativa do poder público foram raras e tiveram justificativas pontuais. Ainda, durante o período pesquisado, pode-se afirmar que ocorreram alguns casos de aposentadoria de professores.

Após termos compreendido a transição dos professores municipais dos demais municípios para Farroupilha, as formas de seleção, formação, fiscalização, a relação do

²⁸³ **Ata 17**, de 20 de março de 1948, Câmara de Vereadores de Farroupilha/RS. Livro de Atas nº 02/1947 a Ata nº 90/1952. CMVF.

²⁸⁴ Farroupilha, **Decreto nº 50-49**, de 8 de março de 1949. Aposenta D. Maria Troian. Livro Decretos nº 1 a 100, anos 1940-1951. SGDh.

trabalho docente com as comunidades, as condições de trabalho e de desvinculação do cargo de professor, passa-se a apresentar as instituições escolares nesse processo de transição.

3.4.1 As escolas municipais entre o lá e o cá

“Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu por acaso, tanto aquilo o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu.”

(MAGALHÃES, 2004e, p.155)

O que pode a documentação produzida pelos municípios nos revelar sobre o funcionamento das instituições escolares que passaram a compor a rede escolar do município de Farroupilha? É desses indícios esparsos de algumas aulas do município de Caxias que se inicia essa aproximação. Os registros que compõem um relatório de inspeção das escolas municipais estão organizados no quadro a seguir.

Quadro 14 - Aulas municipais a partir dos registros de inspeção (1934)

(continua)

Data	Aula/ professor(a)	Registro de inspeção
12/08/1934	Travessão Milanez, dirigida pela professora Rosa Antonello	Verifiquei devida ordem e asseio. Consta uma matrícula elevada de alunos de ambos os sexos. Quando arguidos pela professora, responderam com desembaraço, denotam bom aproveitamento, apesar da superlotação. Estavam presentes 19 meninos e 25 meninas dos 59 matriculados. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito.
20/08/1934	Travessão Perau, dirigida pela professora Gema Bridi Colombo	Não estava a mencionada professora. Encontrei dando aula Isela Colombo, em razão de que a Dona Gema deu à luz a uma criança; notei pouco desenvolvimento, muitas ausências dos alunos, tem só um aluno que é um pouco desembaraçado, respondeu regular, os outros são um pouco cabulosos por ser pouco tempo que frequentam a aula. Fiz ver aos pais dos alunos a obrigação que eles têm para com os filhos e que os mandem para a escola. Consta uma matrícula de 29 alunos de ambos os sexos, estavam presentes 9 meninos e 9 meninas. A professora alega que alguns não frequentam a aula por estarem com gripe. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito.
21/07/1934	Travessão Portugal, dirigida pela professora Leopoldina Laner	Me grato em constatar a ordem desta aula. Consta uma matrícula de 29 alunos de ambos os sexos, estavam presentes 25 (masculino 11, feminino 14). Responderam com certeza quando arguidos em vários ramos da ciência. Francisco Barcarolo
24/07/1934	Forqueta do Caí, dirigida pelo professor João Simon	Verifiquei bom comportamento, arguidos que foram os alunos responderam com franqueza. Estavam presentes alunos de ambos os sexos, 35 dos 37 matriculados, sendo 17 masculinos e 18 femininos. Francisco Barcarolo.

(conclusão)

Data	Aula/ professor(a)	Registro de inspeção
[?]/07/1934	Forqueta do Caí, dirigida pela professora Maria Weber	Encontrei os alunos na devida ordem, arguidos nas diversas matérias, demonstram real aproveitamento. Consta uma matrícula de 28 alunos de ambos os sexos, estavam presentes 26 (masculino 11 e feminino 15). Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito e Francisco Barcarolo.
25/07/1934	Travessão Perau, dirigida pelo professor João Perini	Encontrei todos os alunos presentes, na devida ordem, foram arguidos pelo professor e responderam com bastante desembaraço, consta uma matrícula de 34 alunos, sendo 22 masculinos e 12 femininos. Notei bastante asseio e ordem. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito, e Francisco Barcarolo e Crispin Silveira de Souza.
01/08/1934	Travessão Trentino, dirigida pela professora Santina Boniati Slomp	Verifiquei devida ordem, arguidos que foram os alunos responderam com certeza. O número de alunos matriculados é de 35, estavam presentes 7 meninos e 13 meninas. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito. Bortolo Milesi, inspetor.
1/08/1934	Travessão Trentino, dirigida pela professora Maria Radaelli	Verifiquei bom comportamento a todos os alunos na devida ordem. Consta uma matrícula de 33 alunos de ambos os sexos, estavam presentes 25 dos 33 constantes na matrícula, sendo 11 meninos e 14 meninas. Responderam com certeza quando arguidos em vários ramos da ciência. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito.
09/08/1934	Travessão São José, dirigida pela professora Gema Bridi Colombo	Me grato constatar a ordem desta aula, consta uma matrícula elevada de alunos de ambos os sexos. Estavam presentes 46 dos 56 matriculados, sendo 20 meninos e 26 meninas, responderam com certeza quando arguidos e com bastante desembaraço. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito.
09/08/1934	Travessão Sete Colônias, dirigida pela professora Dona Maria Lazzari	Notei muitas faltas dos alunos onde preveni que frequentem mais a aula, os que estavam presentes responderam com bastante desembaraço ao pequeno exame que foi feito, o número de alunos matriculados é de 33, de um e outro sexo, estavam presentes 18 meninos e 8 meninas. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito.
10/08/1934	Travessão Boêmio, dirigida pela professora Maria Lazzari	Verifiquei bom comportamento e asseio, arguidos os alunos em diversas matérias responderam com franqueza, demonstram bom aproveitamento, consta uma matrícula de 31 alunos de ambos os sexos. Estavam presentes 30 dos 31 matriculados, sendo 12 meninos e 18 meninas. Aquiles Fernando Bonfanti, subprefeito.

Fonte: Adaptado a partir do Relatório de visita/inspeção aulas municipais de Caxias, código de referência BR RS APMCS PM-01-06-03, AHMJSA.

No quadro, observam-se registros de inspeção em diversas aulas municipais que, em 1934, ainda pertenciam a Caxias e que, em 1935, passaram a compor a rede escolar de Farroupilha. Neles constam informações sobre comportamento e aproveitamento dos alunos, ordem e asseio da escola, e matrícula. O aproveitamento nessa oportunidade era verificado na realização de perguntas aos alunos, e as respostas, quando consideradas adequadas, foram representadas pelos inspetores e subprefeitos com as expressões: responderam com certeza, responderam com franqueza, responderam com desembaraço.

A partir de então, compreende-se que o número de alunos matriculados variava de escola para escola, tendo a maioria, em média, 31 alunos, porém, duas delas possuíam uma elevada matrícula, com 56 e 59 alunos, respectivamente. Com base no Quadro 14, as aulas são mistas, isto é, com a presença de meninos e meninas. Sobre a frequência, em muitos casos, ela é menor do que o número de matrículas. E, em uma das aulas, a professora não estava – no seu lugar encontrava-se uma substituta com o mesmo sobrenome, o que indica que podem ser da mesma família – e, especificamente nessa, aponta-se que o rendimento escolar não estava como o esperado pelo subprefeito. As pessoas que realizavam as inspeções eram, além do subprefeito, inspetores de ensino.

Nota-se que as aulas não tinham uma nomenclatura, eram comumente citadas pelo nome do professor e da comunidade, e sabe-se que tinham a denominação de um número, que nem mesmo foi citada no relatório de inspeção. Onde tivesse uma professora municipal e um prédio escolar havia uma aula. Falar da transição das escolas para a rede municipal de Farroupilha é compreender que se trata de assumir os professores e questões atinentes a eles (seleção, fiscalização, pagamento, orientação, mediação com as comunidades rurais etc.), pois os espaços em que funcionavam as escolas eram das comunidades.

A publicação no *Jornal Folha da Cidade* apresenta a rede escolar recebida pela administração municipal de Farroupilha.

Em 1934, os 3 distritos que entraram para formação deste município funcionavam 38 aulas municipais. Atendendo as necessidades que me vieram apresentar, criei mais 11 aulas, estando atualmente em pleno funcionamento [ilegível] aulas, por ter o professor, Sr. Leopoldo Fulcher, de Forqueta do Caí, desistido do magistério. Determinei que a subvenção dada por Caxias ao Juvenato São Carlos, de Nova Milano, da importância de 240\$000 mensais, fosse também continuada pelo município de Farroupilha [...]. A instrução pública por ser um dos fatores principais da civilização mereceu e merecerá sempre minha particular atenção²⁸⁵.

Assim, o município de Farroupilha iniciou sua rede escolar com as 38 aulas municipais antes pertencentes a Caxias, a Bento Gonçalves e a Montenegro, e criou mais 11. No entanto, existe uma falha na impressão do periódico onde cita quantas aulas estariam funcionando. Assim, supõe-se que 48 aulas estariam em funcionamento e uma não, em função da citada desistência do professor Leopoldo Fulcher. A quantidade de aulas, ao longo das décadas de 1930 e 1940, variou, alterando-se conforme as matrículas, a inserção dos grupos escolares estaduais, as negociações com as comunidades e a disponibilidade de

²⁸⁵ **Jornal Folha da Cidade**, 1984, p. 24. Publicação intitulada de “Manifesto ao povo de Farroupilha” de autoria de Armando Antonello em 1935. BPMOB.

professores, dentre outros fatores. Dessa forma, o processo de constituição ou fechamento de escolas é que define os sentidos e significados dos processos de escolarização em Farroupilha, muito mais do que dados estatísticos. Nessa lógica de pensamento, muito além de considerar a abertura de 11 aulas, é necessário reconhecer que a Educação fez parte das reivindicações do processo emancipatório, e que abrir mais aulas demarcou a ruptura com o antigo – os municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro – e instituiu fronteiras simbólicas com o novo – Farroupilha –, além de demarcar um campo de ação política.

Além das aulas municipais, ficou expresso o apoio financeiro ao colégio confessional, o Juvenato São Carlos, mais tarde denominado Colégio Santa Cruz, localizado em Nova Milano, da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas. Outra subvenção concedida foi para o professor José Marques de Carvalho, que manteve, por dois anos, aproximadamente, aulas de comércio no município. Por atender alunos desprovidos de recursos, recebeu a título de auxílio uma subvenção mensal de 100\$000, autorizada pela Câmara de Vereadores²⁸⁶. Assim, percebe-se que nos primeiros meses da administração pública de Farroupilha o ensino primário municipal foi ofertado por meio das aulas isoladas e do subsídio a um colégio confessional e às aulas de comércio. Ainda, nesse sentido, a Instrução Pública foi considerada tema que mereceu particular atenção da municipalidade, que a representou como um dos fatores contribuintes para civilizar os munícipes.

A Educação enquanto projeto civilizador já vinha sendo gestada no Brasil desde o final do século XIX e trazia consigo a perspectiva de uma necessidade que era política e social, vista, já na época, como propulsora no projeto de nação brasileira e articulada com o avanço econômico, científico, social, moral e político das nações consideradas mais adiantadas. Esse projeto abrange a formação moral do povo, o controle de uma ordem social e a civilização sob a ótica da suavização das maneiras, de uma certa polidez de hábitos e costumes. (SOUZA, 1998). Tais características constam no “Manifesto ao povo de Farroupilha”²⁸⁷, onde há a afirmação de que a Instrução Pública é um dos fatores principais da civilização, mas percebe-se que não é o único. Assim, lembrando o capítulo anterior, compreende-se que as práticas administrativas definiram o uso dos espaços públicos, as práticas higienistas, instituíram normas sociais e de convívio aos munícipes e que, sem dúvida, compuseram, fora do espaço escolarizado, uma dimensão do processo educativo.

²⁸⁶ **Atestado** emitido pelo prefeito capitão Eudoro Lucas de Oliveira, em 4 de novembro de 1938, conforme solicitação do professor José Marques de Carvalho. A/AGPMF.

²⁸⁷ **Jornal Folha da Cidade**, 1984, p. 24. Publicação intitulada de Manifesto ao povo de Farroupilha de autoria de Armando Antonello em 1935. BPMOB.

O ensino público municipal, inicialmente, conviveu com a oferta do ensino confessional particular (Colégio Nossa Senhora de Lourdes e Juvenato São Carlos), com o Grupo Escolar Nova Vicenza e com as aulas estaduais subvencionadas pelo Estado, além do que não se pode desconsiderar a possibilidade do ensino informal e particular²⁸⁸. Essa convivência ampliada com outras modalidades de ensino e instituições escolares emergiu no período delimitado para esta pesquisa, e será apresentada no decorrer da narrativa sobre os processos de escolarização nas diferentes administrações municipais (capítulo 4). As oportunidades educacionais oferecidas aos seus munícipes instituem identidades, constituem oportunidades e, assim, o nascer em Farroupilha - e não em outro município - adquire algumas especificidades.

Em relação ao fechamento e abertura das aulas, alguns indícios podem sinalizar suas causas. Um deles foi o baixo número de matrículas. Argumento utilizado pelo poder público municipal ao fechar a aula nº 42, no ano de 1938.

Resolve fechar a aula nº 42, localizada no Travessão Trentino, lugar denominado “São João”, 1º distrito deste município em virtude de ter funcionado no presente ano com número reduzidos de alunos. Entretanto, poderá ser reaberta no ano próximo, uma vez que matrícula, de alunos filhos de contribuintes neste município, alcance o número mínimo de 25²⁸⁹.

O documento de fechamento da aula ainda esclarece uma outra questão. Em regiões de divisas com outros municípios aconteciam matrículas de alunos dessas localidades em aulas municipais, o que era observado por Farroupilha, que esclarece que só reabria a aula com no mínimo 25 alunos matriculados, desde que fossem filhos de contribuintes. Também, em 1938, sob a justificativa de poucas matrículas, foi fechada a aula nº 21 na Linha República e, assim, a professora Ely Bohn foi transferida para aula nº 25, localizada em Mundo Novo²⁹⁰.

Outro motivo de fechamento de escolas municipais, já citado, foi a inauguração de grupos escolares. Exemplo disso foi a extinção das aulas nº 17 e nº 26, pois estavam a

²⁸⁸ Entende-se o ensino particular neste estudo como aquele que o professor recebe recurso financeiro das famílias de seus alunos e pode ainda ser complementado ou não por subvenções.

²⁸⁹ Farroupilha, **Ato nº 147**, de 31 de março de 1938. Fecha uma aula municipal. Livro de Atos Municipais, nº 1 a 236, anos 1934-1940. SGDH.

²⁹⁰ **Correspondência nº 988 ME**, do secretário contador para o diretor da Instrução Pública, em 9 de julho de 1938. Comunica o fechamento de uma aula e a transferência da professora. CER/AGPMF.

aproximadamente dois quilômetros dos grupos escolares de Vila Jansen²⁹¹ e Nova Sardenha²⁹², respectivamente.

No ano de 1939, duas aulas foram reabertas, a da Linha República e da Linha Alencastro²⁹³. Desse modo, percebe-se que a inauguração de uma escola não garante seu funcionamento ininterruptamente e que a abertura, fechamento, reabertura fizeram parte de um processo dinâmico nesse período.

Ciente de que é arriscado afirmar quantas²⁹⁴ e quais foram as instituições escolares no período de 1935 até 1948, apresentam-se, a seguir, as identificadas no decorrer da pesquisa e que merecem estudos pontuais que as tomem como objetos de investigação com intuito de compreender suas realidades históricas. Nessa acepção, ao analisar cada instituição escolar é preciso “[...] integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zonas de influência.” (MAGALHÃES, 2004, p. 133-134). Assim, esta tese pode contribuir nos cruzamentos, reflexões, indícios em futuras pesquisas que adentrem essa perspectiva, mas não dá conta dos processos históricos institucionais, nem privilegia aqui uma análise das culturas escolares.

O quadro a seguir cita as instituições escolares, datas de inauguração identificadas e a sua localização.

Quadro 15 - Instituições escolares municipais de Farroupilha (1935-1948)

(continua)

Escola	Data de fundação	Localidade
1 - Ruy Barbosa	Escola desativada sem documentação	Santa Rita
2 - Olavo Bilac	Sem informação	Linha Vicentina
3 - Euclides Cunha	15/04/1920	Linha Alencastro
4 - Machado de Assis	01/03/1935	Linha Julieta
5 - Castro Alves	Sem informação	Linha Julieta
6 - Casemiro de Abreu	1921	Rio Caçador
7 - Tiradentes	Sem informação	Rio Burati
8 - José de Alencar	05/03/1923	Linha Alencastro
9 - Júlio de Castilhos	01/03/1936	Monte Bérico
10 - Oswaldo Cruz	Sem informação	Linha Sertorina

²⁹¹ Farroupilha, **Ato nº 173**, de 1 de março de 1938. Extingue uma aula localizada no 2º distrito. Livro de Atos Municipais, nº 1 a 236, anos 1934-1940. SGDH.

²⁹² Farroupilha, **Ato nº 185**, e 11 de abril de 1938. Extingue a aula municipal localizada em Sardenha Velha, 1º distrito deste município. Livro de Atos Municipais, nº 1 a 236, anos 1934-1940. SGDH.

²⁹³ Farroupilha, **Ato nº 174**, 1 de março de 1939. Reabre duas aulas municipais. Livro de Atos Municipais, nº 1 a 236, anos 1934-1940. SGDH.

²⁹⁴ No ano de 1941, o prefeito Nelson Schneider afirmou que tinham passado pelos exames finais 44 aulas municipais, conforme **Fonograma** de Nelson Schneider para o Coronel Interventor Federal, em 27 de novembro de 1941. CER/AGPMF.

(conclusão)

Escola	Data de fundação	Localidade
11 - José Bonifácio	15/03/1935	São José
12 - Joaquim Nabuco	01/03/1923	Linha Palmeiro
13 - Gonçalves Dias	05/03/1933 ²⁹⁵	Linha Palmeiro
14 - Benjamin Constant	Década de 1940	Linha Alencastro
15 - Dom Pedro II	Escola desativada sem documentação	Linha Jansen
16 - Tobias Barreto	Sem informação	Linha Jansen
17 - Princesa Isabel	01/03/1935	Linha Amadeo
18 - 13 de Maio	05/01/1920	Linha Jansen
19 - 7 de Setembro	1905	Linha Jacinto
20 - 15 de Novembro	1905	Linha Jacinto
21 - Almirante Barroso	Sem informação	Linha República
22 - Santos Dumont	01/03/1935	Linha Machadinho
23 - Carlos Gomes	Sem informação	Linha Ely
24 - Dom Pedro I	Década de 1930	Linha Machado
25 - Alvarenga Peixoto	02/02/1935	Linha Machado
26 - Antônio Gonzaga	05/03/1935	Linha Ely
27 - Fernandes Vieira	Sem informação	Linha Muller
28 - Barão do Rio Branco	01/03/1935	Linha Rio Branco
29 - 10 de novembro	Sem informação	Desvio Machado
30 - João Pessoa	Sem informação	Travessão Milanez
31 - Marechal Deodoro da Fonseca	13/05/1918	São Miguel
32 - Tamandaré (Almirante Tamandaré)	Sem informação	Santos Anjos
33 - Bento Gonçalves	Sem informação	Menino Deus
34 - Caxias (Duque de Caxias)	Escola desativada sem documentação	São Roque
35 - Canabarro (Davi Canabarro)	01/03/1935	Travessão São José
36 - Ozorio	Sem informação	Linha Boêmios
37 - Marcílio Dias	Sem informação	7 Colônias
38 - Vasconcelos Jardim	Sem informação	Travessão São João
39 - Anchieta (José de Anchieta)	Escola desativada sem documentação	Nossa Senhora do Loreto
40 - Onofre Pires	Escola desativada sem documentação	Menino Deus
41 - Andrade Neves	Sem informação	Linha Rio Branco
42 - Presidente Vargas	1941 ²⁹⁶	São Valentin
43 - Pinheiro Machado	01/03/1935	19 Lotes
44 - Marechal Floriano	15/03/1933	Travessão Perau
45 - Alceu Wamosi	1946	Nossa Senhora da Saleté

Fonte: Adaptado a partir da relação elaborada pela Prefeitura Municipal de Farroupilha (1941) e do Decreto 790, de 20 de abril de 1979²⁹⁷.

Ao olhar a relação, encontram-se 45 instituições escolares, já nominadas com seus patronos. Ao observar as datas de inauguração, vê-se que várias delas já haviam sido criadas antes de 1934 e outras foram sendo abertas, já no município de Farroupilha. Diante disso,

²⁹⁵ A escola foi fundada em 1903 numa casa particular, com o professor Fermino Bonet. Em 1920, foi construída a primeira escola, e a professora era Gema Comin, e em 1933 foi oficializada como escola, a professora era Angela Menta, por fim foi desativada em 1996. **Histórico da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Gonçalves Dias**, 1989. SMEF.

²⁹⁶ Criada em homenagem ao presidente da República Getúlio Vargas por solicitação da Cruzada Nacional de Educação.

²⁹⁷ Em 1949, foram inclusas mais três escolas: nº 45 – Alceu Wamosi – localizada em Encruzilhada; nº 46 – Alcides Meyer – Vila Rica; e nº 47 – Catulo da Paixão Cearense – Linha Amadeu. FARROUPILHA. **Decreto 790**, de 20 de abril de 1979. Relação de escolas municipais. SMEF.

cabe questionar se de fato foram criadas ou apenas reabertas/reinauguradas. Atualmente, muitas delas foram desativadas sem documentação, o que dificulta compreender o processo histórico dessas escolas.

Em relação às instituições escolares desativadas com documentação, houve a preocupação em manter os livros de frequência na Secretaria Municipal de Educação - para as solicitações de comprovação de escolarização - e outros documentos, como as plantas dos prédios escolares; registro das condições do prédio, mobiliário e material existente; a ficha do estabelecimento com informações sobre o nome da escola, localização e data de início do funcionamento (quando a data é imprecisa foram feitas declarações de moradores com o possível período); textos que apresentam a biografia do patrono; manuscritos sobre a história da escola; decretos de desativação e, por fim, encontram-se informações sobre a situação do terreno, inclusive com algumas escrituras públicas de doação de terras²⁹⁸.

Quanto à doação dos terrenos, afirma-se que foram construídos os prédios escolares em terrenos cedidos por moradores, mas que isso foi regularizado legalmente em períodos posteriores. A Escola Alceu Wamosi iniciou suas atividades em 1946, e a escritura pública da doação do terreno é de 1953. A Escola Barão do Rio Branco iniciou as atividades no ano de 1935 e recebeu a construção de um novo prédio escolar em 1961, e a doação do terreno ocorreu em 1962²⁹⁹.

Outra questão a ser pensada sobre as instituições escolares farroupilhenses já havia sido sinalizada por Luchese (2015) quando afirma que as escolas na RCI passam de iniciativas inicialmente particulares e paulatinamente são absorvidas pelo poder público. A escola da comunidade do Rio Burati é ilustrativa dessa questão. Sua data de fundação é desconhecida e inicialmente foi uma escola particular, após tornou-se escola municipal, tendo como professor Vitório Trevisan e Rústico Gobbato, isto é, escola municipal de Caxias. Em 1938, quando Dirce Lúcia Damiani assumiu a docência, já se tratava de uma escola municipal de Farroupilha e, a partir da década de 1950, tornou-se uma escola estadual. Suas nomenclaturas foram Aula nº 7, Escola Municipal Tiradentes, Escola Isolada de Rio Burati, Escola Reunida do Rio Burati, Escola Reunida Maria Mocelini, Escola Rural Maria Mocelini e Escola Rural de 1º Grau Incompleto Maria Mocelini. (CRIVELATTI *et al.*, 1984). Diante disso, destaca-se que, para compreender o processo histórico de determinadas instituições

²⁹⁸ A documentação encontra-se salvaguardada no setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, organizada em uma caixa denominada Escolas desativas. Não contém a mesma documentação de todas as escolas e percebe-se que os documentos citados foram produzidos em um período posterior ao elencado para essa pesquisa.

²⁹⁹ **Escrituras** públicas de doação de terras. Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

escolares de Farroupilha, é necessário também compreender a constituição dos processos de escolarização da região e suas dinâmicas, bem como se dispor a buscar documentos que, se conservados, estarão dispersos em arquivos pessoais, municipais e estaduais.

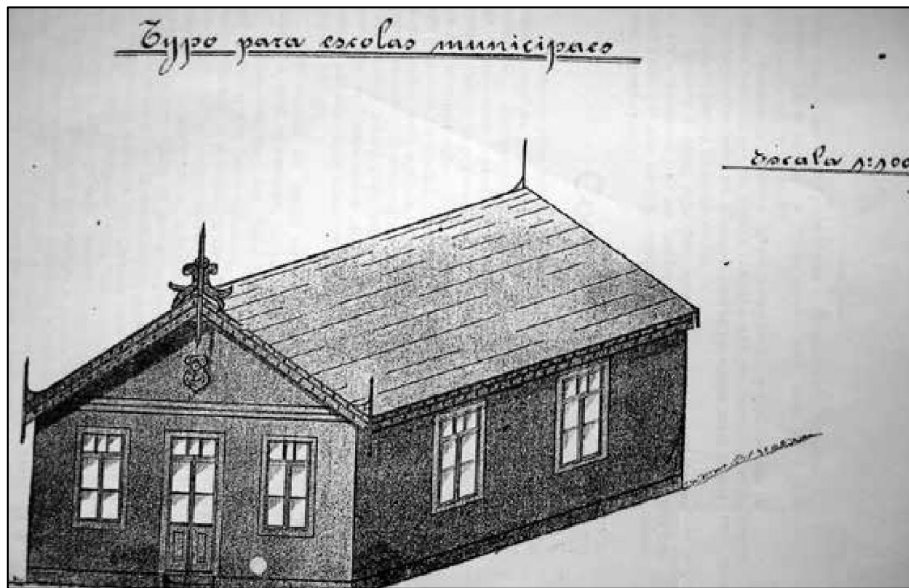
Quando houve a emancipação, as escolas já vinham funcionando e tinham um prédio escolar que se manteve o mesmo, sendo substituídos conforme as necessidades específicas de cada localidade. O prédio escolar significa o lugar para ensinar e aprender, a escola. Mais do que paredes e uma área externa, é um lugar de relações da professora com seus alunos, pais e comunidade, vinculado ao poder público municipal e atravessado por diretrizes estaduais e nacionais, isto é, o lugar de trabalho do professor, onde o cotidiano é vivenciado, experienciado.

O estímulo às comunidades para a construção de prédios escolares fez parte das ações municipais em períodos anteriores. Esse é o caso da administração de Caxias, que, não tendo recursos para tais construções, criou um dispositivo legal no ano de 1913, período de atuação do intendente Penna de Moraes, que prescrevia que os moradores deveriam providenciar a adequação dos espaços escolares já existentes e se necessário construí-los, conforme orientações de iluminação e ventilação. (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

Devido à falta de padronização dos prédios escolares existentes³⁰⁰, o intendente de Caxias, Penna de Moraes, solicitou auxílio junto à Secretaria de Obras Públicas do Estado, a qual disponibilizou uma planta que poderia nortear as novas construções.

³⁰⁰ Na Região Colonial Italiana, os espaços utilizados para a escolarização inicialmente foram improvisados, o que, ao longo de 1920, foi compondo um cenário com construções projetadas, ainda que rudimentares. Mesmo assim, diversos prédios escolares eram compostos por traços arquitetônicos culturais das comunidades em que estavam inseridos, geralmente próximos às igrejas. (LUCHESE; KREUTZ, 2012). Na Espanha, Viñao Frago (2001) aponta algo semelhante nos espaços destinados ao ensino primário, desde o século XIX, que se tratavam, por vezes, de espaços alugados e, por outras, de espaços compartilhados com instituições como cárceres, hospitais etc.

Figura 25 - Fachada para escolas municipais (1915)



Fonte: Moraes, apud Luchese e Kreutz (2012, p. 16).

O projeto sugerido pela Secretaria de Obras Públicas do Estado não previa divisões internas, portanto o espaço deveria ser composto por um único ambiente ventilado por seis janelas e uma porta na parte frontal, não sendo assim previstos outros espaços.

Da mesma forma, os prédios escolares para as aulas municipais em Farroupilha, como dito anteriormente, eram investimentos das comunidades, que cediam o terreno e construíam o prédio escolar e/ou disponibilizavam o espaço em salões comunitários, sociedades recreativas ou residências adaptadas para tanto³⁰¹.

Dinâmica como essa foi observada, por exemplo, na comunidade da Linha Boêmios, em 1936, que pretendeu construir uma casa nova para a escola e pediu orientações para a prefeitura, pois “[...] a casa onde a escola está instalada é pequena, antiga e está desmoronando.”³⁰². Não se observam nas correspondências pedidos por construção de prédios escolares encaminhados para a municipalidade nos primeiros anos da administração. A comunidade assume a tarefa para si: se não construir, ao menos disponibilizar um local para tanto. Como exemplo disso, os moradores da Linha Machadinho, em 1937, pediram a abertura de uma aula em função de a mais próxima estar a 3 quilômetros. Não propôs construção, mas indicou que seria localizada na casa de Pedro Silvestrin. A decisão do

³⁰¹ Localizou-se uma única exceção: o pagamento do aluguel da Linha República, no valor de 10\$000 mensais, para a professora Amália David.

³⁰² **Memorial** da comunidade da Linha Boêmios para a Prefeitura Municipal, janeiro de 1936. AGPMF, Caixa 1, 1936, pasta 65.

prefeito foi de que, se construíssem a casa por conta própria, ele encaminharia a professora no ano seguinte³⁰³. Isto é, a postura assumida pelo município entendia que o prédio escolar era algo de responsabilidade das comunidades do interior do município, uma tradição regional.

Quando a comunidade não dispunha de um prédio/casa em condições para oferecer à escola, isso poderia ser motivo para a negativa do prefeito em abrir a aula. Ilustrativo disso, apresenta-se a solicitação da comunidade Turma 18, do 3º distrito, que, mesmo apresentando uma lista de 28 alunos em idade escolar e indicando um possível professor, teve o pedido negado por não ter um local em condições para instalar a aula³⁰⁴.

Ainda com relação a essas questões, destacam-se as percepções das professoras municipais sobre os locais em que funcionavam as escolas. Dirce Lúcia Damiani (1984), em entrevista, afirma que “[...] *todos [os] pais desejavam escolas para os filhos, visto que, no momento em que ela dava início às atividades passavam a ser mantidas e conservadas por eles próprios*” ao referir-se ao prédio escolar, pois quanto a sua remuneração “[...] *recebia o ordenado da Prefeitura*”. A professora Lídia Freitas Travi (1984), no mesmo sentido, recorda que “*Os prédios onde funcionava a escola eram, geralmente de madeira e bem perto da Igreja. Pertenciam a sociedade comunitária. A escola era construída e cuidada pela comunidade*”.

Por tudo isso, compreende-se que inicialmente houve uma permanência dos locais de funcionamento das instituições escolares e que a abertura de novas aulas foi condicionada à oferta, por parte das comunidades, de prédios escolares.

Não se sabe dos acordos estabelecidos nas comunidades em torno das construções, porém encontra-se um interessante indício nos pagamentos municipais, no ano de 1937, citado na rubrica de Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância que nos permite pensar sobre tais acordos. O indício refere-se ao pagamento de 120\$000 ao diretor da aula Travessão Milanez (estrada Júlio de Castilhos) correspondente à quota de matrícula perpétua aos filhos de um casal da localidade por serem reconhecidamente pobres e de família numerosa. Essa quota de matrícula é a contribuição de cada família na construção da casa para a escola. Ou seja, entende-se que, nessa oportunidade, cada família contribuiria com uma quota e, como uma delas não tinha condições financeiras, o município arcou com

³⁰³ **Abaixo-assinado** da comunidade da Linha Machadinho, enviado em março de 1937 para o prefeito municipal. A/AGPMF.

³⁰⁴ **Correspondência** da Turma 18 para o prefeito municipal pedindo a abertura de uma aula, 6 de abril de 1937. A/AGPMF.

esse valor. Tal interpretação reforça a ideia de que a reponsabilidade de construir o prédio escolar era delegada a cada comunidade, e coube ao governo municipal auxiliar na exceção. Esse é o único investimento em prédio escolar localizado nos pagamentos da prefeitura na administração de Armando Antonello.

As prescrições para a construção da aula da comunidade de Menino Deus permitem compreender as especificidades na construção de prédios escolares na década de 1930.

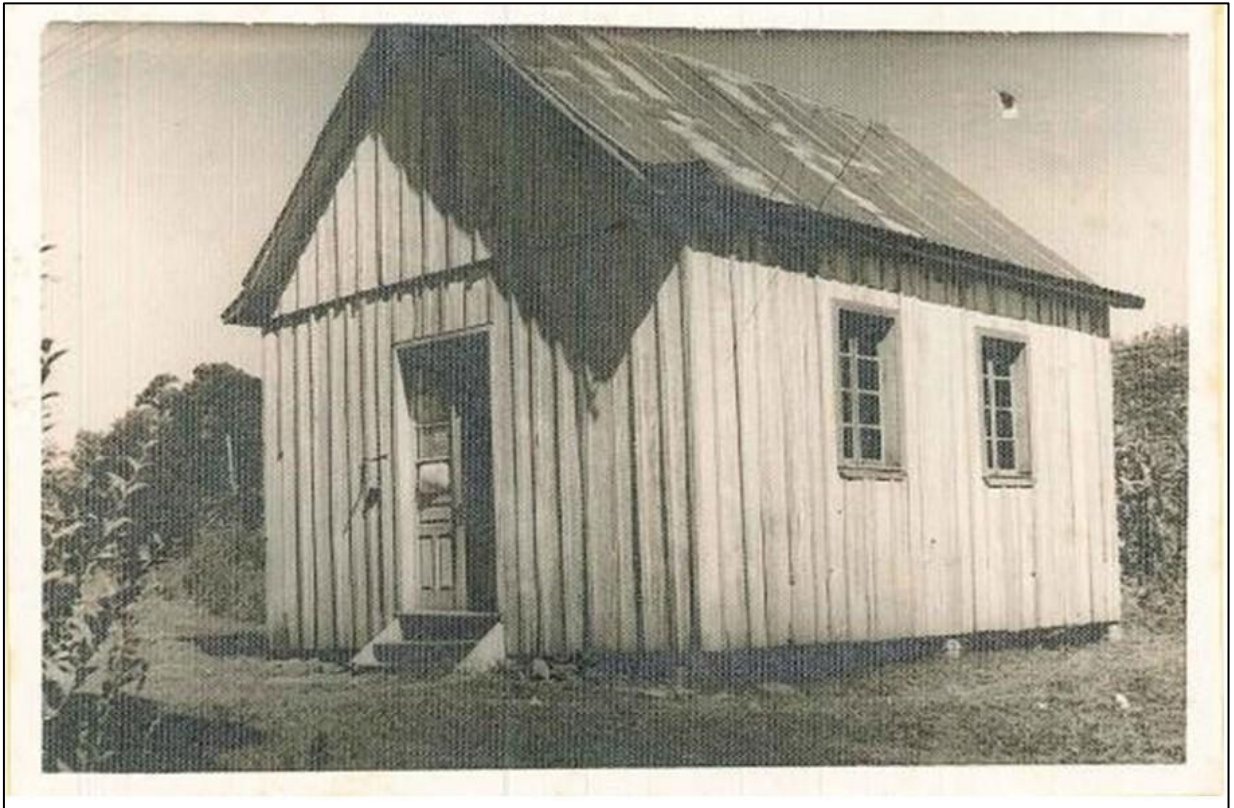
A nova construção, que será de madeira nova, deverá obedecer às seguintes condições: Dimensões, seis m. de larg. Por 8 de comprimento. Vãos: seis janelas envidraçadas. Teto: totalmente forrado. Assoalho: Madeira beneficiada. Latrinas: duas latrinas próximas à aula; uma para o sexo feminino e a outra para o sexo masculino. O terreno em frente à aula deverá ser adaptado para o pátio do recreio. Época de término das obras: mês de março do corrente ano. Prefeitura Municipal de Farroupilha³⁰⁵.

Os preceitos referem-se aos materiais a serem utilizados; ao tamanho do prédio escolar, com um total de 48 m²; às especificações sobre o teto, o assoalho, o número de janelas e de latrinas; e à indicação de que o espaço externo fosse reservado ao recreio. Ainda determina quando a obra deve estar pronta. Considerando a data da correspondência e o período em que deveria estar pronto o prédio escolar, afirma-se que os moradores tiveram entre o começo do mês de fevereiro e o final do mês de março do mesmo ano para realizar a obra.

As prescrições para a construção dos prédios escolares da Secretaria de Obras Públicas do Estado (1915) e da Prefeitura Municipal de Farroupilha para a comunidade de Menino Deus (1936) se aproximam com o visualizado a seguir, o prédio escolar da Escola Euclides da Cunha, da Linha Alencastro, aula nº 3, que entrou em funcionamento em 1920.

³⁰⁵ **Correspondência** do prefeito municipal Armando Antonello para moradores de Menino Deus, em 4 de fevereiro de 1936. CER/AGPMF.

Figura 26 - Prédio Escolar Euclides da Cunha [19--]



Fonte: Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

Na fotografia, vê-se a construção em madeira, a entrada com portas envidraçadas, alguns degraus e as duas janelas laterais, que, provavelmente, eram acompanhadas de outras quatro iguais a elas. Embora as construções fossem simples, tratavam-se de espaços destinados exclusivamente para a escola.

A instituição escolar passou a contar com um prédio em alvenaria apenas em 1974, com 77,05 m², ainda com uma única sala de aula, com banheiros e cozinha na parte interna do prédio³⁰⁶, o que evidencia a permanência, por várias décadas, das construções em madeira e que, mesmo quando substituídas por prédios em alvenaria, contavam com uma única sala de aula, o que remete à manutenção do modelo das escolas isoladas.

Apesar disso, pode-se observar construções em alvenaria, já na década de 1940. Um desses exemplos é o prédio da escola Municipal Alceu Wamosi, inaugurado em 1946, na comunidade Nossa Senhora da Salette, no distrito de Nova Milano.

³⁰⁶ **Inventário da Escola Euclides da Cunha**, sem data. Caixa de documentos escolas A-M, Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

Figura 27 - Prédio Escolar Alceu Wamosi [190--]

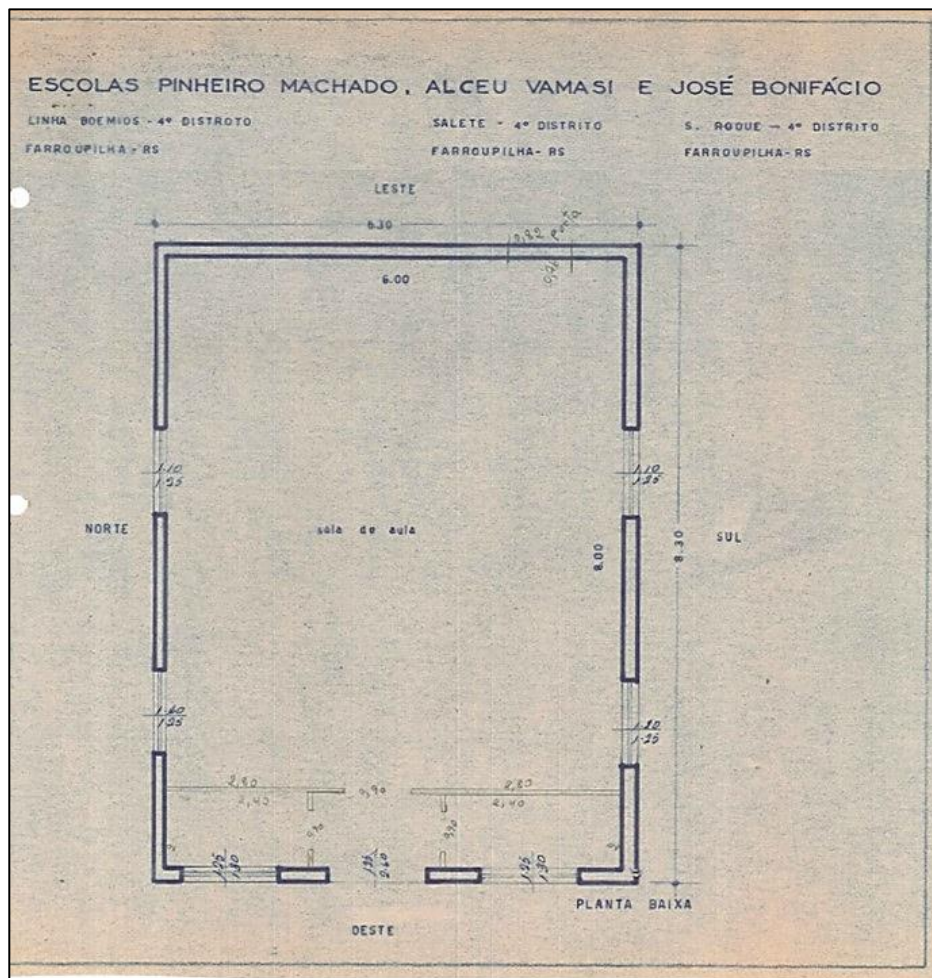


Fonte: Setor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

A construção, em alvenaria, tem 4 degraus que levam até a porta frontal, envidraçada, ladeada por duas janelas. O telhado foi feito com telhas de barro, e acima da porta e janela vê-se a identificação da escola no prédio: Escola Municipal nº 45 A. Wamosi.

Nota-se, a seguir, que a planta utilizada para a construção da Escola Alceu Wamosi foi projetada para essa, também para a Escola Pinheiro Machado, construída em 1947, e para a Escola José Bonifácio cuja realização da obra não foi possível identificar. As dimensões da construção são de 6 metros de largura por 8 metros de comprimento, e novamente observam-se seis janelas.

Figura 28 - Planta baixa de Prédios escolares [194?]



Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Farroupilha.

Ainda pode-se verificar que as marcações em lápis configuram adaptações com dois cômodos menores junto às janelas frontais do prédio e uma porta nos fundos. Assim, nota-se que houve a permanência de algumas características na construção dos prédios escolares em Farroupilha, tais como uma única sala de aula, a quantidade de janelas e as dimensões do espaço construído. Já a madeira foi sendo substituída pela alvenaria, e a adaptação de outros pequenos cômodos foi sendo introduzida.

Também se aponta que, inicialmente, o custeio das obras era de responsabilidade das comunidades, uma realidade que é alterada de maneira muito tênue, em pequenas iniciativas a título de contribuição. Para isso, é somente ao final do período pesquisado que se reserva verba específica para a construção de escolas. Ainda assim, um montante limitado, o que consta detalhado no capítulo dos investimentos municipais (capítulo 5).

As percepções das professoras auxiliam na compreensão dos espaços destinados para a escola. A professora Dirce Lúcia Damiani (1984) recorda-se que a escola em que

trabalhava, na comunidade de Rio Burati no ano de 1938, passou a ter sede própria, a escola era “[...] *era arejada e bem iluminada. O local para a construção foi determinado pela comunidade. As classes para os alunos acomodavam quatro deles numa só, a professora tinha mesa e armário. Na sala de aula ficava o quadro-negro*”.

Sobre o prédio escolar da Linha Machado, a professora Maria Frida Lydia Schulke (1984) sinaliza que “[...] *tinha sala de aula e um puxado para moradia.*” Na parte interna do prédio, “*Dentro da sala os bancos eram compridos. Cabiam 10 alunos em cada um; outros bancos eram para 8 alunos. Em cima dos bancos tinha o lugar para o tinteiro*”.

Na Linha Ely “*A escola era um grande salão de madeira. Ali estudavam de 60 a 80 alunos*”. Itália Benedetto cita que o prédio escolar em que trabalhou “*Era uma escola de madeira. Uma sala só, com 30 classes, de dois a dois. a professora usava o quadro-negro grande (material pago pela professora). Ela de início tinha uma mesa tipo de copa. Depois veio o birô e a cadeira e o armário (também pago por ela).*” (BENEDETTO, 1984). Nesse caso, a professora destaca que fez investimentos para a aquisição do quadro-negro e alguns móveis.

A seguir, visualiza-se a sala de aula da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele.

Figura 29 - Aula da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele [19--]



Fonte: Álbum de recordações de Rachel C. Silvestrin Chiele, MMCP.

Na fotografia, veem-se os meninos sentados à direita e as meninas à esquerda, em classes de madeira que comportam dois alunos. A ordem dos alunos é crescente, dos menores para os maiores, e ao fundo visualiza-se a professora Rachel Silvestrin e mais uma mulher que pode ser uma auxiliar de ensino. Todos vestem uma roupa clara e que lembra os casacos definidos como uniformes no ano de 1943 pela Diretoria de Instrução Pública do município de Farroupilha. Um dos alunos está indicado por uma seta, porém sem identificação.

Lídia Freitas Travi (1987, p.32) também organizava a sala com os alunos “*Separados. De um lado era todos os meninos e de outro as meninas*”. Ao ser questionada sobre a prática argumentou que “*Quando eu comecei lecionar já tinha isso. Continuei.*” (TRAVI, 1987, p. 32).

A imagem a seguir apresenta a parte interna do prédio escolar da aula da professora Lídia Freitas Travi.

Figura 30 - Dramatização 7 de Setembro (1943)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

Visualizam-se as paredes e piso em madeira, ao fundo quadros e imagens dispostas ao redor do crucifixo, e a sala foi organizada para a realização de uma dramatização no dia 7 de setembro do ano de 1943. A fotografia, além do registro da atividade, captura o

cumprimento das prescrições do município em relação às comemorações da Semana da Pátria.

Já ao pensar na ocupação da área externa do espaço escolar, apresenta-se o registro do fotógrafo Broilo de uma prática de atividade física realizada pela professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele.

Figura 31 - Atividade de ginástica, aula da professora Rachel C. Silvestrin Chiele [19--]



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

A atividade ocupa uma área externa da aula e apresenta a professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele em meio aos seus alunos, um numeroso grupo de crianças. A ocasião não foi descrita, mas a hipótese é de que estejam realizando atividades ginásticas, vinculadas à proposta das atividades cívicas.

Ainda sobre as condições da aula da comunidade do Rio Burati

Quando a professora Dirce assumiu não encontrou documento algum. Deparou-se, apenas com um quadro-negro, um mapa do Brasil e registro de matrícula. Providenciou um Registro de notas, de ata, de ponto, de correspondência da Escola e uma pequena biblioteca. (DAMIANI, 1984).

Decó (1994), ao lembrar e homenagear sua professora Angela Favero Menta, apresenta questões cotidianas do contexto docente. Segundo ele, a docente com “[...]”

dignidade, autoridade e competência, exercer sua nobre missão de educar, de ensinar a ler e escrever as primeiras palavras em português a meninos que só falavam, cantavam, brincavam e trabalhavam à moda italiana a exemplo de seus pais e avós.” (DECÓ, 1994, p. 116).

Assim, a docente realizou “Neste ambiente colonial e rústico, [...] a prof^a Angela exercia sua função com maestria e habilidade, numa única sala para todos os alunos das quatro primeiras séries do curso primário.” (DECÓ, 1994, p. 116).

Como visto, muitas das escolas municipais de Farroupilha já estavam em pleno funcionamento antes da emancipação, quando ainda vinculadas ao município de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro. Foram então repassadas para a administração de Farroupilha 38 instituições escolares que funcionavam em prédios das comunidades, e o pagamento do professor era de responsabilidade do município. Os investimentos na construção de prédios escolares com recursos públicos para aulas municipais foram raros e ocorreram a título de contribuições, não se responsabilizando a prefeitura por todo o custo da obra.

Os prédios escolares configuravam um espaço com uma única sala de aula, inicialmente em madeira e posteriormente em alvenaria, e já havia no período preocupações com iluminação e higiene. A parte interna foi composta por quadros-negros, bancos ou classes para os alunos, mesas e cadeira para o professor e alguns quadros junto ao crucifixo. O ambiente externo, por sua vez, era ao ar livre, em meio à natureza.

Ao apresentar o contexto educacional no período, as iniciativas de escolarização na região, e a seguir especificamente a ampliação da escolarização nos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, criou-se um pano de fundo, entremeando o antes e o depois, formando o lá e o cá. Como pôde-se perceber, os citados municípios, nas primeiras décadas do século XX, ampliaram significativamente a oferta de escolarização, inclusive com iniciativas locais. Assim, Farroupilha, ao emancipar-se, herda essas escolas que já estavam em funcionamento e providas de professores.

A partir disso, esse município passou a responsabilizar-se pela seleção, remuneração, aperfeiçoamento, orientação e fiscalização desse corpo docente. Um grupo de profissionais que se caracteriza, predominantemente, feminino, com grande rotatividade, ministrando aulas no interior do município em escolas que ocupavam espaços físicos construídos ou cedidos pelas comunidades locais.

O trabalho das professoras constituía o atendimento de um grupo de alunos de diferentes adiantamentos, em uma única sala de aula, contando com recursos como, por exemplo, o quadro-negro e livros. O cotidiano era permeado pelas relações e funções

assumidas pela professora na comunidade, que, por vezes, geravam tensões que eram mediadas pela municipalidade.

Dito isso, encaminha-se o capítulo a seguir, que adentra às administrações para compreender, de maneira pontual, as ações municipais em cada uma delas e como Farroupilha foi constituindo-se um município pedagógico.

4 A CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO PEDAGÓGICO

“O município pedagógico é um complexo orgânico, orientado para um determinado sentido de evolução e concretizando-se através de determinadas acções, que se torna necessário inventariar, documentar, historiar.”

(MAGALHÃES, 2014a, p. 38)

São justamente as ações municipais que são colocadas na centralidade neste capítulo, tendo como fio condutor as diversas administrações públicas no período, que diferem com relação ao tempo transcorrido, às estruturas constituídas, às posturas e às práticas assumidas.

Tal investimento foi possível por meio da análise de correspondências, abaixo-assinados, memoriais, fonogramas, telegramas, circulares, decretos, projetos de lei, jornais, empenhos, Livro Tombo nº 1 da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, livros de atas da Câmara de Vereadores de Farroupilha, relatórios, declarações, requerimentos, portarias, livros de matrículas, contrato de convênio, fotografias e comunicados. Nesse local, foram localizados documentos emitidos por diferentes instâncias: local, estadual e nacional; em que foram seus interlocutores prefeitos, subprefeitos, interventores, funcionários públicos, secretários de Educação, professores, munícipes, associações, sujeitos representantes de instituições públicas e privadas e da Igreja Católica. Esses documentos apresentam diversas materialidades: abaixo-assinados, correspondências oficiais, circulares, telegramas, fonogramas. A partir disso, foram feitos diversos questionamentos, cruzamentos com outras fontes - como leis de orçamento, pagamentos de despesas municipais, jornais - para que, dessa forma, fosse constituída a representação narrada a seguir, sendo uma das possíveis com a mobilização desses documentos acessados e dos questionamentos feitos pela ótica teórico-metodológica proposta.

Para tanto, foi utilizado o município pedagógico como conceito operativo, para analisar o município enquanto instância administrativa que promove a Educação, prioritariamente, como forma de desenvolvimento local, o que se concretiza em ações mobilizadas pelos agentes públicos, por vezes por iniciativas autônomas; por outras, em articulação com diferentes instâncias e grupos locais. (MAGALHÃES, 2006b; 2014a).

Farroupilha, no período de 1934 a 1948, contou com 8 prefeitos, alguns por mais tempo, outros apenas de passagem. Foram eles a autoridade máxima da administração

municipal e conduziram posturas, processos, negociações e articulações, mobilizando a Educação e a escolarização como uma das prioridades administrativas. Não o fizeram sozinhos, e sim junto aos agentes públicos, professores, comunidades, grupos locais e com a Igreja Católica.

4. 1 AS AÇÕES MUNICIPAIS: ARMANDO ANTONELLO

“ Nos primeiros minutos da minha posse senti o peso das inúmeras satisfações de que a população era ávida: estradas intransitáveis, pontes caídas e pontes em ruína; pontilhões e bueiros que se desmanchavam; pedidos de novas escolas e de novas estradas, litígios de terras com solução pacífica pela intervenção da autoridade; divisas distritais para comodidade dos contribuintes, instalações telefônicas para rapidez de comunicação; tudo isso representando uma romaria de milhares de pessoas que procuravam a nova administração. Eu, já estava advertido e autorizado pelos meus amigos comerciantes da vila de atender primeiramente as necessidades da colônia. Assim fiz, porque era justo. ”

(JORNAL FOLHA DA CIDADE, 1984, p. 24)

O primeiro prefeito nomeado foi Armando Antonello. Membro do comitê, pró-emancipação, apresenta a situação do município - divulgada no Jornal Folha da Cidade, conforme a epígrafe – ao assumir a administração pública. A representação veiculada tem por pressuposto as necessidades expressas pela comunidade, dentre elas pedidos de novas escolas, sua vinculação direta com os comerciantes e a prioridade com a colônia, ou seja, o interior do município. A administração de Armando Antonello ocorreu de 11 dezembro de 1934 até 17 de novembro de 1937. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL’OSBEL, 1993). Nesse período, praticamente de três anos, a Educação no município passou por adequações decorrentes da emancipação política, como citado no capítulo anterior. Em 1937, encerraram-se também as atividades da Câmara de Vereadores, e o livro de atas desse primeiro período

apresenta apenas 4 documentos³⁰⁷. Por isso, não se pode afirmar quais foram as discussões em torno da Educação no período a partir desses documentos. Nas citadas atas, apenas encontra-se a discussão em torno de aumentar os rendimentos do escriturário contador ou criar o cargo de diretor da Instrução Pública. As funções eram acumuladas por Angelo Venzon Neto, e a opção, em julho de 1937, foi a de majorar os seus vencimentos.

No entanto, a partir das correspondências emitidas e recebidas, pagamentos realizados³⁰⁸ pela Prefeitura de Farroupilha e jornais, pôde-se fazer algumas considerações que caracterizam as projeções e ações em prol da Educação no município.

A administração de Antonello pode ser então caracterizada pelo período de transição, das aulas e professores de outros municípios para Farroupilha e, por conseguinte, da organização da estrutura burocrática da Diretoria de Instrução Pública Municipal, da abertura de escolas provenientes de negociações com as comunidades nas áreas rurais e da manutenção da subvenção ao ensino privado confessional, como já citado. Além disso, houve negociações com o governo estadual para construção de um prédio para o grupo escolar na área central, para criação de grupos escolares nas áreas rurais e da tentativa de instalação de um seminário diocesano, como veremos a seguir.

Ao passo que a abertura de aulas municipais contou com a coparticipação das comunidades, ao tratar-se de instituições escolares estaduais, a coparticipação efetivou-se

³⁰⁷ A ata 48, de 1 de julho de 1937, trata da discussão do último relatório dos serviços executados no exercício de 1936, do projeto de Lei 13, que abre crédito suplementar para diversas tabelas, de mensagens do prefeito sobre as quais não foram especificados os assuntos e a discussão sobre a escolha do terreno para a praça e edifício da Prefeitura. A ata 49, de 5 de julho de 1937, apresenta o expediente a partir de mensagens do prefeito. A mensagem 21 trata de crédito suplementar para cordões e sarjetas; mensagem 22 pede para arrendar um terreno para a praça de desportos; a 23, pede crédito suplementar para levantamento da vila e distritos; a 23-A, pede alteração de vencimentos para escriturário ou criação do cargo de diretor da Instrução Pública; a 24 pede crédito especial para construção da barragem; a 25, supressão de verba da tabela aquisição de próprios; a 27 pede crédito para despesas eleitorais. Ainda foi discutido e aprovado o projeto de Lei 20, que aprovava os balanços, contas, serviços e atos do executivo municipal do exercício de 1936. A Ata 50, de 10 de julho de 1937, apresenta o expediente composto por pedidos de isenção de impostos de moradores, retomando a discussão das mensagens 21, 22, 23, 23-A, 24, 25, e 27, as quais foram todas aprovadas por unanimidade. A Ata 51, de 2 de novembro de 1937, registra a sessão extraordinária de dissolução da Câmara Municipal. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF. Observa-se que alguns outros projetos de lei da administração de Antonello foram encontrados junto ao Arquivo Geral da Prefeitura Municipal nas caixas de correspondências emitidas e recebidas e são citados ao longo da narrativa.

³⁰⁸ Os pagamentos realizados no ano de 1935 apresentam poucos registros. O Tribunal de Contas do Estado, em março de 1936, orientou e fez recomendações sobre o funcionamento dos serviços internos da prefeitura. Dentre elas, ressalta que é preciso realizar o serviço de escrituração, até então inexistente. Para tanto, deveriam ser imediatamente iniciados os livros diário e razão, registro de boletins mensais de receita e despesas, contas correntes, livro de empenhados, protocolo de requerimento, registro de veículos, livro da dívida ativa e livro ponto. Diante disso, nota-se que, no primeiro ano de administração, os registros municipais estavam ainda sendo organizados e que houve a inexistência de alguns deles. As orientações foram realizadas por Alfredo Wetternick, 2º oficial do Tribunal de Contas. **Correspondência** do Tribunal de Contas do Estado para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, de 6 de março de 1936. Orientações sobre a documentação municipal. CER/AGPMF.

entre governo municipal e estadual. No período, era esperado que o município arcasse com a despesa do prédio escolar para o funcionamento de grupos escolares. Assim em decorrência da emancipação, o município de Farroupilha assumiu o aluguel das instalações do Grupo Escolar de Nova Vicenza³⁰⁹, pois o prédio que ocupou até 1934 era alugado pela prefeitura de Caxias, obrigação que cessou com a criação do novo município³¹⁰.

O que é interessante nesse caso é que, devido à emancipação política de Farroupilha, o lugar que era interior do município de Caxias passou a ser a área central do município de Farroupilha. A principal decorrência disso foi a negociação entre os governos municipal e estadual para a construção de um prédio próprio para o grupo escolar, o que foi sinalizado já no pleito pela troca de nome da instituição escolar em 1935. A correspondência redigida pelo prefeito Armando Antonello para o governo estadual apresenta a proposta.

As senhoras da vila de Farroupilha, identificadas com a profícua administração de V. Excia, querem pelo presente abaixo-assinado solicitar a vossa interferência, junto ao Governo do Estado, para que seja dado ao edifício do “Grupo Escolar” ou “Colégio Elementar”, **que será construído** nesta vila o nome de Irene Flores da Cunha³¹¹. (grifo nosso).

Isto é, a construção do prédio já era um diálogo estabelecido entre o governo estadual e municipal. Então o que mais significava essa solicitação? Para compreendê-la destaca-se a imprescindível participação do governo estadual na emancipação política de Farroupilha, fruto de uma promessa de campanha de Flores da Cunha na sua passagem por Nova Vicenza em 1933 e de intensas negociações entre o comitê pró-emancipação e o governo estadual. Dessa maneira, o general Flores da Cunha foi enaltecido de diversas formas em Farroupilha, inclusive nos atos festivos de instalação do município. Assim, atribuir ao grupo escolar local o nome de sua esposa é mais uma forma de agradecer e homenagear o general, além de fortalecer a negociação em torno da construção.

³⁰⁹ O Grupo Escolar Farroupilha, que foi criado em 1927, a partir da reunião da 5ª e 22ª aulas públicas mistas de Nova Vicenza. Naquele momento, foi instalado no prédio da subintendência de Nova Vicenza, ainda vinculado ao município de Caxias e foi denominado Grupo Escolar Rural de Nova Vicenza, o que se alterou em 1933, quando foi então denominado Grupo Escolar de Nova Vicenza. (FERNANDES, 2015).

³¹⁰ Conforme Gasperin (1989), o grupo escolar funcionou algum tempo em um prédio de madeira com o nome de Grupo Escolar Nova Vicenza e, em determinado momento mudou-se para outro prédio, ainda de madeira, e passou a chamar-se Grupo Escolar Irene Flores da Cunha, o que indica uma mudança de instalações. Ao analisar os pagamentos realizados pela prefeitura de Farroupilha do aluguel do Grupo Escolar, vê-se que, no ano de 1935, foram registrados em nome de João Angelo Venzon e, a partir de 1936, em nome de Manoel Pasqual, e eram de 100\$000 por mês, isto é, a citada mudança ocorreu em 1936.

³¹¹ **Correspondência** de Armando Antonello, prefeito, Flores da Cunha, Interventor Federal, 11 de dezembro de 1935. Encaminha solicitação para troca de nome do grupo escolar. CER/AGPMF.

A forma como a proposta foi feita coloca em jogo a representação de que não é um desejo do prefeito, mas sim da comunidade, em especial das mulheres, e, assim, o prefeito justifica que

o gesto ora manifestado representa a gratidão da mulher de Farroupilha à digníssima consorte de S. Excia o general governador do Estado, que se tornou benemerita pela caridade e dedicação a todos os princípios que enobrecem a sociedade riograndense. A instrução pública no município de Farroupilha, que vae ser levada, agora, por V.Excia., ao grau em que deve ser colocada, receberá, assim, o patrocínio de um nome que, ligado à época de 35 lembrará também a ativa e heroica mulher farrapa³¹².

Não por acaso, a correspondência foi enviada em 11 de dezembro de 1935, data do primeiro aniversário de emancipação do município de Farroupilha, pedido também encaminhado à Irene Flores da Cunha por telegrama.

No contexto de negociações, ainda é preciso considerar a presença do Secretário de Educação e Saúde Pública no município de Farroupilha em dezembro de 1935. Othelo Rosa, acompanhado por Athos Damasceno Ferreira e Ovídio Chaves, além de presidir a entrega de prêmios a alunos e aos professores, visitou o Sanatório Nova Vicenza e a represa Santa Rita. Por fim, participaram de um banquete oferecido pelas classes conservadoras³¹³ nos salões do Clube Vicentino³¹⁴. O que oportunizou um momento de interlocução mais próximo entre o município e o governo do Estado. Também há de se considerar, conforme Trentin (2002), que Athos Damasceno Ferreira veraneava anualmente em Nova Vicenza e foi uma das pessoas que orientou o comitê pró-emancipação do qual Armando Antonello era uma das lideranças junto a Ulysses Castagna. Tartarotti (2014), também sinaliza a proximidade e participação:

Atos³¹⁵ Damasceno Ferreira, que era um dos diretores da Secretaria do interior e de Mansueto Bernardi. Foi através de Atos Damasceno Ferreira que os membros da Comissão Emancipadora chegaram ao Secretário João Carlos Machado e, por intermédio deste, ao Governador General Flores da Cunha, interventor Federal. (TARTAROTTI, 2014, p. 267).

³¹² **Correspondência** de Armando Antonello, prefeito, Flores da Cunha, Interventor Federal, 11 de dezembro de 1935. Encaminha solicitação para troca de nome do grupo escolar. CER/AGPMF.

³¹³ As classes conservadoras foram citadas como as “[...]integradas na Associação Comercial de Farroupilha, entidade legal que as representa”. Conforme publicação do jornal **A Época**, Caxias, 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95, p. 5. Edição especial aos municípios da Região Nordeste do Estado. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/437>. Acesso em: 13 mai. 2020.

³¹⁴ A hospedagem dos convidados e a banda de música foram pagas pela Prefeitura, um total de 163\$200.

³¹⁵ Tartarotti usa a escrita do nome de Atos sem o “h”. Manteve-se a transcrição literal.

Dessa forma, compreende-se que havia relações de sociabilidade já estabelecidas previamente e que poderiam contribuir nas negociações entre a esfera municipal e estadual. As respostas às solicitações não demoraram a chegar. Em 8 de janeiro de 1936, Julio Lebrun informou o atendimento à solicitação feita pelas senhoras do município em denominar o grupo escolar de Irene Flores da Cunha³¹⁶. Em março, do mesmo ano, a prefeitura recebeu a comunicação de que Farroupilha fora incluída na lista dos municípios que receberiam a construção de um prédio escolar, sendo que ela deveria dispor do terreno e de um projeto de urbanização da vila que deveria contemplar a inclusão de praças, campo de desportos e outros logradouros públicos. O citado projeto ficaria sob a responsabilidade de um engenheiro especializado³¹⁷.

Para tanto, em 21 de dezembro de 1936, o prefeito Armando Antonello encaminhou o pedido à Câmara de Vereadores para a aprovação de lei que autorizasse a compra do terreno para construção. A compra do terreno de 4.800 m², adquirido dos herdeiros de Carlos Fetter pelo município e cedido ao Estado, foi autorizada pela Lei nº 5. A localização do futuro edifício foi definida pelo engenheiro Pedro P. Scheuneman³¹⁸, e a planta baixa utilizada, conforme Fernandes (2015), foi a mesma do Colégio Elementar Bento Gonçalves, inaugurado em 1936³¹⁹ com capacidade para 540 alunos.

A construção do prédio escolar foi uma ação do governo estadual, e o que se pôde identificar de investimento público municipal, além da compra do terreno, foi o pagamento de estadias do engenheiro para a localização da construção do grupo escolar em 1936, a remoção de terras na parte frontal do grupo escolar, em dezembro de 1937, e a instalação de jogos na praça de desportos em 1938³²⁰. Embora a inauguração tenha ocorrido durante a administração de Eudoro Lucas de Oliveira, percebe-se que toda a negociação, a compra do terreno e grande parte das obras ocorreram durante o período administrativo de Armando Antonello. Entende-se que pleitear a construção de um grupo escolar que pudesse atender uma grande quantidade de alunos em um só prédio escolar, na área central, foi uma das

³¹⁶ **Correspondência** de Julio Lebrun, em nome do Diretor da Secretaria de Estado de Educação e Saúde Pública para Prefeitura Municipal de Farroupilha, 8 de janeiro de 1936. Comunica atendimento de solicitação. CER/AGPMF.

³¹⁷ **Correspondência** de Henrique Pereira Neto para o prefeito municipal, 23 de março de 1936. Comunica a construção de um prédio para o Grupo Escolar Irene Flores da Cunha. CER/AGPMF.

³¹⁸ As três diárias foram pagas pelo município de Farroupilha, total 24\$000.

³¹⁹ Houve ainda a oferta de um terreno de 4.000 m² na rua Paim Filho, de propriedade de Pedro Grendene. Foi encaminhado um **abaixo-assinado** para a Prefeitura Municipal sugerindo que a localização do grupo escolar da vila fosse nesse local com 100 assinaturas, 21 de março de 1936. A/AGPMF.

³²⁰ Foram adquiridos em 1936: 1 par de arcos de basquete, 1 par de redes e 1 bola da Casa Sport, no valor de 120\$000.

formas projetadas/idealizadas pela primeira administração de Farroupilha, além da criação de grupos escolares no interior do município e da criação de aulas municipais.

Contar com a presença dos grupos escolares pode ser considerado um avanço no campo educacional, uma vez que esse modelo de escola representa uma organização racionalizada e moderna da Educação, o que tem que ser relativizado ao pensar-se nos grupos escolares nas áreas rurais que mantêm uma estrutura muito mais simples.

Os grupos escolares de São Marcos e Jansen foram criados em setembro de 1937, e não foram localizadas referências da sua solicitação. O que chama a atenção é que eram localidades próximas, em torno de 5 quilômetros separam os dois grupos escolares, porém não se tem documentos que expliquem os motivos de esses terem sido os primeiros grupos escolares criados em áreas rurais.

Em 18 de outubro de 1937, deram-se início às negociações para a criação de um grupo escolar em Nova Milano. O pedido partiu do prefeito para a Secretaria de Educação e Saúde Pública, endereçado a Othelo Rosa. No documento, foram apresentadas as condições da proposta para criação. O primeiro item apresentou a população escolar de 204 alunos (101 meninos e 103 meninas). Já o segundo item tratou do prédio escolar que ficaria sob responsabilidade da prefeitura desde a instalação até a manutenção e conservação. O espaço ofertado foi uma casa de dois andares “[...] com compartimentos espaçosos para aulas e demais acomodações técnicas e higiênicas [...]”³²¹. A divisão interna contaria com 3 aulas, 1 gabinete, 1 sala de recepção, instalações sanitárias, pátio espaçoso com aparelhos de ginástica e voleibol, água encanada, luz elétrica e mobiliário.

O documento a seguir caracterizou o lugar, Nova Milano, que foi descrito como o local

[...] onde se realizou a famosa concentração colonial em homenagem aos italianos aqui residentes e ao governo do Rio Grande do Sul. Um obelisco foi inaugurado, que assumiu o ponto inicial da colonização sexagenária. Nova Milano está suprida de bela avenida iluminada a luz elétrica e é, sem favor, uma das mais lindas localidades da região colonial³²².

O prefeito pede a criação do grupo escolar ainda no ano de 1937 para que a municipalidade pudesse realizar a construção do prédio. O pedido foi atendido em 14 de dezembro de 1937, e assim foi criado o então grupo escolar de Nova Milano, porém nunca

³²¹ **Memorial** para construção do Grupo Escolar de Nova Milano. Enviado de Armando Antonello para Othelo Rosa em 1937. CER/AGPMF.

³²² **Memorial** para construção do Grupo Escolar de Nova Milano. Enviado de Armando Antonello para Othelo Rosa em 1937. CER/AGPMF.

chegou a ser inaugurado. Já os grupos escolares de São Marcos e Jansen foram inaugurados na administração seguinte.

Por fim, ainda pretendeu o município estimular a instalação de um seminário diocesano. Magalhães (2020, p. 9) argumenta que, “Historicamente, o município surge como uma unidade orgânica que tinha capacidade de projetar e realizar, porque tinha legitimidade para fazer orçamento e congregar vontades”. No entanto, em Farroupilha, observa-se que a projeção de um seminário não significou realização, pois não foi possível congregar as vontades estabelecidas entre poder público municipal e Igreja Católica.

Conforme o Livro Tombo de número 1, da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, foi durante “[...] um passeio à antiga propriedade da família Azevedo, chamada Sítio Santa Rita, atualmente pertencente à Prefeitura Municipal, juntamente com as autoridades municipais, ocasionou a ideia de ser construído o Seminário diocesano nesta localidade”. O local foi percebido pelo Monsenhor Thiago Bombardelli ³²³ como “[...] lugar na realidade encantador e que oferecia muitas vantagens para uma obra destas”. Ainda registra que o prefeito Armando Antonello chegou “num momento de entusiasmo” oferecer-lhe essa propriedade pelo preço de custo e “até menos do que custará à prefeitura” e foi a partir dessa proposta que o Bispo começou a pensar “seriamente” no caso. (LIVRO TOMBO, nº 1, p. 24).

A instalação seria realizada no Sítio Santa Rita sob o argumento de que “[...] essa instituição católica visa à educação da infância e mocidade”. Conforme citado no projeto de Lei nº 8, de 29 de novembro de 1936, “[...]será fonte de irradiação de conhecimento, de cultura, de vocações e arte não só para os que nela ingressarem como também cooperará para a difusão de boa moral e da instrução geral, como órgão auxiliar direto da repressão ao crime e aos maus costumes”. A argumentação ainda foi pautada na ideia de que o progresso social e econômico de outros municípios ocorreu pela presença de instituições religiosas.

Para tanto, foi necessário solicitar para a Câmara de Vereadores autorização para a venda de parte do imóvel Santa Rita à Mitra Diocesana de Caxias, o que foi autorizado pela Lei nº 10, de 5 de janeiro de 1937, por 70:000\$000. O Livro Tombo nos ajuda a compreender os acordos que foram realizados para o pagamento do valor: 35:000\$000 seriam pagos pela paróquia de Farroupilha e os outros 35:000\$000 seriam divididos entre as paróquias de Nova Milano, Caravaggio e São Marcos.

³²³ No período, Thiago Bombardelli era consultor diocesano, empossado em 16 de março de 1936. No dia 17 de março, participou também do congresso dos párocos em que uma das pautas era a construção do seminário diocesano, conforme o jornal **O Momento**, ano IV, nº 162, Caxias, 23 de março de 1936, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/878>. Acesso em: 7 abr. 2020.

No entanto, o Ato 141 autorizou a devolução, em 14 de outubro de 1938, da caução paga por Monsenhor Tiago Bombardelli³²⁴ de 5:000\$000, em 4 de janeiro de 1937, justificada pela desistência do proponente da construção do seminário³²⁵. Já o livro tombo atribui ao Bispo a decisão de não mais construir o seminário nesta localidade, ainda registra que “[...] muitas cousas foram ditas e desditas a esse respeito, sem que nunca pudesse chegar a conhecer com certeza se a culpa era unicamente do prefeito municipal”. (LIVRO TOMBO, nº 1, p. 24).

Em correspondência ao Bispo Dom José Barea, Antonello sinaliza alguns possíveis motivos. Muito ressentido, argumenta:

[...] sacrifício pessoal, acompanhando até o Tribunal Contas, sozinho, assumindo toda a responsabilidade decorrente, passo a passo, legalização concorrência pública, completa, cabal, perfeita, ainda me traz consequências ocultas que visam atormentar-me. [...] estrada já foi iniciada, havendo mais trezentos metros concluídos, apesar padre Bombardelli achar que eu não tenha cumprido com meu compromisso fazer a estrada cômoda, sem rampas, ligando Santa Rita-Farroupilha. Não posso ser de forma alguma responsável maledicência pessoas que tramam intrigas contra interesse bispado, e muito menos responsabilizado pela falta de prudência calma e ponderação angariamentos públicos³²⁶.

Antonello segue a argumentação na correspondência tomando o cancelamento como uma ofensa pessoal. Já na correspondência em que o Prefeito Armando Antonello oferece parte da área do Sítio Santa Rita para o Instituto de Previdência do Estado sinalizou que no local seria construído um seminário diocesano, no entanto, por pressão do povo caxiense o seminário foi construído naquela cidade³²⁷.

Isto é, houve um esforço do governo municipal em tentar instalar a instituição em Farroupilha, o que não se concretizou, e, durante esse processo, enalteceu a Educação religiosa como propulsora de progresso social e econômico. Entende-se que nesse período a própria Educação pública tem muito de religiosa e que essa percepção não se restringe ao

³²⁴ O pároco tomou posse da Paróquia Sagrado Coração de Jesus em 30 de julho de 1922 e permaneceu frente à mesma até seu falecimento, em 15 de março de 1967. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL’OSBEL, 1993).

³²⁵ Foi realizado o lançamento da pedra fundamental do seminário diocesano em Caxias do Sul em maio de 1937, no bairro Santa Catarina, conforme jornal **O Momento**, ano V, nº 220, 24 de maio de 1937, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/1130>. Acesso em: 7 abr. 2020. A inauguração ocorreu no dia 19 de março de 1939, conforme jornal **O Momento**, Caxias, ano VII, nº 312, 27 de fevereiro de 1939, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/1508>. Acesso em: 7 abr. 2020.

³²⁶ **Correspondência** de Armando Antonello para o Bispo Dom José Barea e, 4 de abril de 1937. Sobre o cancelamento da construção do seminário diocesano. CER/AGPMF.

³²⁷ Ainda sobre a tentativa de instalação do Seminário, existe uma correspondência do prefeito Armando Antonello a Athos Damasceno Ferreira solicitando ao amigo suas impressões em relação a sua conduta nos fatos (**Correspondência 401-MZ**, 8 de abril de 1937). CER/AGPMF.

seminário e nem mesmo às instituições confessionais³²⁸. Isso pode ser percebido em diferentes momentos na História da Educação municipal: na visita de padres às instituições escolares públicas, na reclamação de professores encaminhadas pelas comunidades para a prefeitura e o padre, nas celebrações escolares e comemorações cívicas, práticas culturais que permearam as culturas escolares.

Após a tentativa frustrada de ser realizada a construção do seminário, o prefeito tentou oferecer áreas do Sítio Santa Rita para a construção de uma colônia de férias para funcionários do Instituto de Previdência, por meio de proposta encaminhada a Egydio Hervé, presidente do Instituto em 1937³²⁹, também sem sucesso³³⁰.

Diante do exposto, percebe-se que, nos primeiros três anos da administração municipal, houve a pretensão de ampliar o número de ofertas de vagas investindo em várias frentes: na manutenção de e abertura de aulas municipais, na negociação com o governo estadual para a construção de um grupo escolar na área central, na criação de grupos escolares nas áreas rurais, na manutenção da subvenção ao ensino confessional e as aulas de comércio e na tentativa de instalar um seminário diocesano, privilegiando, assim, em especial, o ensino primário. Para tanto, a administração de Antonello pôs em jogo a articulação entre comunidades, Igreja, Estado e município.

4.2 MOLDANDO O ENSINO MUNICIPAL: EUDORO LUCAS DE OLIVEIRA

“Era o dia 21 de dezembro de 1937. Ainda sob a efervescente impressão da derrocada dos partidos políticos Farroupilha toldada pelas plumbeas nuvens de animosidades partidárias, vivia as horas amargas de uma completa desarmonia. Neste dia uma mole humana se acotovelava junto a “gare” da Viação Férrea na expectativa de dar o seu primeiro cumprimento ao novo chefe edil municipal, prestes a chegar. Quando, ao desembarque o Capitão Eudoro Lucas de Oliveira, envergando a farda oficial da invicta Brigada Militar, com porte nobre, sereno e altivo se apresentou pela vez primeira ao povo de Farroupilha, desde logo vislumbrara nele o mensageiro da paz tão desejada, o realizador das grandes

³²⁸ Para entender tal questão, faz-se necessário saber mais sobre as alianças no Estado Novo com a Igreja Católica e os militares. Assim, para tanto sugere-se consultar Bastos (2005) e Horta (2012).

³²⁹ **Correspondência 432-MZ-C** de Armando Antonello para Egydio Hervé, 1 junho de 1937. Oferta área do Santa Rita para construção de colônia de Férias do Instituto de Previdência do Rio Grande do Sul. CER/AGPMF.

³³⁰ As correspondências em torno da oferta são elaboradas de forma muito interessante. Citam nomes de políticos que conhecem o Sítio Santa Rita e utiliza como argumento que oferece ao Instituto de Previdência o local após conversa com Athos Damasceno. Ainda elabora correspondência a Athos Damasceno e outros pedindo apoio na escolha deste local para que seja instalada a Colônia de Férias do funcionalismo público estadual do instituto.

aspirações coletivas. Neste dia todos os municípes regressaram para seus lares levando consigo uma grande e confortadora esperança. Farroupilha por esta nova efemeride haveria de voltar ao sossego, a harmonia, ao trabalho construtor.”

(JORNAL A ÉPOCA, 1939, p. 15³³¹)

A epígrafe representa a chegada de Eudoro Lucas de Oliveira ao município. Com a instauração do Estado Novo, em novembro de 1937, Antonello foi destituído e tomou posse o prefeito nomeado capitão Eudoro Lucas de Oliveira³³². Eudoro permaneceu frente à administração de Farroupilha de 22 de dezembro de 1937³³³ até julho de 1940. Em outubro de 1939, foi publicado no jornal A Época um relato de sua gestão e nele aponta que

foi a instrução pública que mereceu o especial cuidado de s.s.o Capitão. Tendo desde logo verificado a deficiência com que se ministrava o ensino primário na zona rural do município, estabeleceu normas oportunas e severas a fim de pôr dique a abusos [...] ³³⁴.

Diante da publicação, surgem questionamentos: quais seriam os abusos a que se refere o prefeito Eudoro? Quais foram as normas oportunas estabelecidas? Estaria ele estabelecendo mais uma vez fronteiras simbólicas entre o antigo e o novo? Estaria ele afirmando que dada a devida atenção à criação de grupos escolares, no interior do município, e a construção do prédio na área central era agora as aulas municipais que mereceriam atenção? Só na zona rural havia deficiência no ensino? O quanto tem de projeto para Educação nesse discurso e o

³³¹ Publicado no jornal **A Época**, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p.15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/227>. Acesso em: 9 de abr. de 2018.

³³² Durante sua administração, assumiu a postura de uma segura orientação administrativa, instituindo organizações burocráticas e aumentando a arrecadação de impostos. Sobre sua conduta na administração pública, foi divulgada no jornal **A Época** a seguinte representação: “O Capitão Eudoro é um desses homens forjados nos moldes da mais lidima corretez e hombridade fazendo da justiça o faro que guia nos caminhos incertos e difíceis da vida. A sua atuação como administrador desta novel comuna encerra uma página de raro brilho. Antes de tudo o ilustre militar plasmou a mais sugestiva página na história do município, encerrando, pela sua imparcialidade de ânimo, dentro das paredes de uma lousa fria a palavra ‘política’, que pelo pulso forte e inquebrantável de S. excia. Dr. Getúlio Vargas, a 10 de novembro havia sido cancelada do vocabulário da vida pública do Brasil. Este triunfo é tanto mais ressoante nos aplausos uníssonos dos processos de paz postos em ação pelo nobre Prefeito Municipal. Sobre sua trajetória vitoriosa como administrador deixemos que fale a eloquência clara de suas marcantes realizações. O jogo de cifras em sua eloquente clara de suas marcantes realizações. O jogo das cifras, em sua eloquente nudez, atesta sobejamente a marcha triunfal na conquista da metamorfose miraculosa do município”. Publicado no jornal **A Época**, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/227>. Acesso em: 9 de abr. 2018.

³³³ Foi nomeado prefeito municipal via Decreto Estadual 6.930, de 17 de dezembro de 1937, e tomou posse em 22 de dezembro do mesmo ano. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF.

³³⁴ Publicado no **Jornal A Época**, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/227>. Acesso em: 9 de abr. 2018.

quanto tem de político em atenção ao que se espera do administrador tendo em vista a instauração do Estado Novo? E, ainda, não se pode dissociar o prefeito do contexto histórico, pois seu período administrativo coincide com o acirramento da campanha de nacionalização (1938-1943) a qual tem ressonâncias no âmbito municipal.

Ainda na mesma publicação ele sinaliza – o que julga ser um problema – que a matrícula era elevada, porém a frequência era baixa. Observa-se que inicialmente as ações empreendidas, a partir de sua posse, foram: o concurso público para os professores municipais, a elaboração de um programa de ensino para as aulas municipais e o início da propagação das ideias em torno da obrigatoriedade de ensino no município.

Sobre o concurso, poucas informações foram localizadas. Realizado em 1938, os exames foram conduzidos por uma banca examinadora presidida por Oscar Dornelles, diretor do grupo escolar junto a mais três professoras que seriam indicadas pela municipalidade. O concurso realizou-se nos dias 8 e 9 de setembro, às 14 horas, no edifício do grupo escolar³³⁵. Teria sido esse o momento de avaliar novamente os professores municipais? Da conversa informal, como foi representado o exame de suficiência da administração de Antonello, passou-se a um momento de avaliação de caráter formal. Ao instituir concurso público e compor uma banca presidida pelo diretor do Grupo Escolar, faz-se o ensino público estadual referência para avaliar os demais professores, isto é, eram eles que representavam o saber científico e a modernidade pedagógica.

Já o programa de ensino, foi representado, pelo prefeito Eudoro, como um documento que daria “um maior impulso à instrução pública” ao ditar “[...] diretrizes para o maior aproveitamento de ensino.”³³⁶. É interessante lembrar que Antonello cita um programa de ensino, ao realizar os exames de suficiência, mas não esclarece qual era o programa de ensino que as professoras deveriam seguir a partir de 1935. Assim, paira uma dúvida sob várias hipóteses: se foi adotado o programa já instituído por um dos municípios vizinhos; se cada professor seguiu com o programa antes instituído pelos municípios vizinhos; ou se possa ter existido outra organização.

A partir de então, pode-se afirmar que o primeiro registro de intenção de elaboração de um programa municipal é de 1939, na administração do capitão Eudoro. Para sua

³³⁵ **Correspondência** 1.103-ME, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para Oscar Dornelles, Diretor do Grupo Escolar, 1 de setembro de 1938. CER/AGPMF.

³³⁶ Publicado no jornal **A Época**, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/227>. Acesso em: 9 de abr. 2018.

elaboração foram convidadas duas técnicas da Secretaria de Educação e Saúde Pública³³⁷, e, após concluído o documento, foi encaminhado para a 4ª Delegacia Regional de Ensino para apreciação em julho do mesmo ano. Após a revisão realizada por Apolinário Alves dos Santos e pela diretora da Escola Complementar de Caxias, apesar de causar-lhes boa impressão, alertaram ao prefeito que a Secretaria de Educação do Estado pretendia estabelecer um programa único. Por conseguinte, orientam o prefeito a aguardar o programa estadual. O citado Programa Mínimo das Escolas primárias do Estado trata-se do Decreto 8020, de 29 de novembro de 1939. No período, o ensino primário ficou a cargo de cada estado. Assim, a tentativa de dar uma mesma direção ao ensino, no Rio Grande do Sul, foi pautada nos discursos provindos da Seção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública (1937-1943) e depois do CPOE/RS.

Conforme Quadros (2006, p. 60), foram diretrizes do governo federal aos estados a primordialidade de “[...] conteúdo nacional à educação transmitida nas escolas; a padronização dos currículos, dos materiais didáticos e dos sistemas de regulação e fiscalização e a erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais”. No Rio Grande do Sul, o sistema educativo passou por uma reforma de ensino, em especial, a partir da nacionalização do ensino, que constituiu condições para reorganização e racionalização da Instrução Pública.

Assim como no caso do programa de ensino, Eudoro preocupou-se com a obrigatoriedade.

Para evitar que os pais dos alunos procuram-se furtarem à obrigação de ministrarem a seus filhos educação e cultura indispensáveis a todo cidadão, s.s. enviou um Projeto de Lei, a S.Excia o Presidente da República, instituindo a obrigatoriedade de ensino primário no município, cuja medida deverá ser posta em prática assim que seja emitido o parecer³³⁸.

O direito à Educação e a obrigatoriedade de ensino foram princípios consagrados na Constituição Federal de 1934 como dever da família e dos poderes públicos. (HORTA, 2013). A postura do prefeito está alinhada à ideia de que a obrigatoriedade garantiria o direito à Educação, que no município estaria sendo descumprida pela infrequência escolar e responsabiliza os pais por isso. O movimento sinaliza que as ideias em torno da obrigatoriedade escolar e de como garantir a frequência começavam a ser pensadas no

³³⁷ Não foi possível localizar o nome das técnicas, apenas saber que estiveram hospedadas no Hotel Compagnoni cuja estadia foi paga pelo município de Farroupilha, 36\$000 em julho de 1938.

³³⁸ Publicado no jornal **A Época**, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/227>. Acesso em: 9 de abr. 2018.

município. O decreto de obrigatoriedade, porém, só foi instituído em 1941 pelo prefeito Nelson Schneider.

A publicação no Jornal A Época ainda detalha as instituições em funcionamento no ano de 1939: “[...] acham-se instalados e em pleno funcionamento três novos grupos escolares, 2 aulas isoladas, 3 colégios de Freiras e 42 aulas municipais.”³³⁹. Essa breve passagem nos permite pensar na instalação dos grupos escolares criados na administração de Antonello, que, porém, efetivamente entraram em funcionamento na administração do capitão Eudoro, como se pode ver no quadro a seguir:

Quadro 16 - Grupos escolares e aulas isoladas estaduais criadas/inauguradas (1937-1940)

Grupo Escolar	Data de criação	Data de inauguração	Prédio Escolar	Observações
Grupo Escolar Jansen	Decreto nº 6.755, de 24 de setembro de 1937	1 de agosto de 1938	Salão da Sociedade Recreativa	-
Grupo Escolar São Marcos	Decreto nº 6.756, de 24 de setembro de 1937	2 de agosto de 1938	Salão da Sociedade Recreativa	-
Grupo Escolar de Nova Sardenha	Em 1939 foi transferido o Grupo Escolar de Nova Milano (dezembro de 1937) para Nova Sardenha	18 de março de 1939	Local alugado de Angelo Damiani	2 de setembro de 1941 – Capacidade total 150 alunos
Aula Isolada Desvio Blauth	7 de janeiro de 1939	Pagamento do aluguel para José Bondam (1940) – 25\$000	Chalé alugado	-

Fonte: Elaborado a partir de correspondências emitidas e recebidas, AGPMF.

O quadro apresentado permite visualizar os grupos escolares e as aulas isoladas instaladas/inauguradas durante a administração de Eudoro Lucas de Oliveira: os Grupos Escolares de Vila Jansen e São Marcos (1938), o Grupo Escolar de Nova Sardenha (1939) e a Aula Isolada de Desvio Machado (1939-1940). O que significa apresentar a instalação dessas instituições, já que são escolas estaduais? Significa compreender que a criação de instituições escolares estaduais demandou de uma intensa comunicação entre o município e o governo estadual. Dentre pedidos, negociações, acordos, orientações, mudanças e comemorações, foram instalados os grupos escolares e as aulas isoladas estaduais no

³³⁹ Jornal A Época, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/227>. Acesso em: 9 de abr. 2018.

município de Farroupilha. As iniciativas estaduais contaram o com apoio financeiro de implementação e logística do governo municipal e é nessa perspectiva que se analisam essas ações.

Em correspondência de 25 de janeiro de 1938, encaminhada a José Coelho de Souza, capitão Eudoro prestou contas do andamento da instalação dos Grupos Escolares criados em 1937, em São Marcos e Vila Jansen, o que nos permite perceber as tarefas que toma para si e como as realiza no âmbito local.

Grupo escolar de São Marcos: Está situado a 9 quilômetros da sede do município. Funcionará provisoriamente, no salão de uma Sociedade Recreativa, com capacidade para 80 alunos. A Prefeitura se obriga a construir, até o fim deste ano, um edifício de material destinado ao grupo. Grupo escolar da Vila Jansen: Está situado a 15 quilômetros da sede do município. Funcionará provisoriamente, no salão de uma Sociedade Recreativa, com capacidade para 80 a 100 alunos. A prefeitura se obriga também a mandar construir, até o final do ano, um edifício de material destinado ao referido grupo³⁴⁰.

Assim, vê-se que os grupos escolares foram inicialmente instalados em prédios improvisados, adaptados para tanto no compromisso de que era uma situação assumida como provisória, pois o município sinalizou a intenção de construir prédios escolares para as instituições. A partir de então, o que mereceu atenção foram as adaptações necessárias para entrarem em funcionamento os grupos escolares. Ao analisar os pagamentos do governo municipal, identificam-se as seguintes adaptações: para o Grupo Escolar de São Marcos foram feitas divisões no prédio³⁴¹ e construídas duas patentes³⁴², e para o Grupo Escolar da Vila Jansen foram feitas divisões³⁴³ no prédio da sociedade recreativa.

Em 30 de março de 1938, nova comunicação informava sobre o andamento das instalações. A correspondência do prefeito foi encaminhada a Julio Lebrun e versou sobre os espaços e os mobiliários a serem utilizados.

[...] Funcionarão provisoriamente [em] excelentes prédios Sociedades Recreativas onde já foram feitas as necessárias adaptações, correndo despesas conta Prefeitura, inclusive alugueres. Possuem ambos mobiliários toscos mas em condições assegurar funcionamento aulas, isto desde primeiro corrente mês. Convenientemente lustrados e concertados serão aproveitados grupos acima, móveis velhos colégio esta vila assim seja inaugurado edifício escolar que será

³⁴⁰ **Correspondência** de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 25 de janeiro de 1938. Informa sobre o andamento da instalação dos grupos escolares Jansen e São Marcos. CER/AGPMF.

³⁴¹ Investimento feito com a divisão do Grupo Escolar de São Marcos: 1 pacote de pregos 5\$600; 5 dúzias e 4 tábuas de foro, 177\$000; 16 pedaços de rodapé; 31\$600; transporte de madeiras e classes 20\$000; mão de obra 35\$000, total 269\$200.

³⁴² A construção das patentes foi paga a Gelsomino Venzon, um total de 102\$300.

³⁴³ Celeste Mandeli foi o responsável por realizar as divisões na sociedade recreativa, total de 316\$500.

guarnecido mobiliário novo, conforme promessa Doutor secretário. Prefeitura pretende ainda este ano mandar construir edifícios destinados grupos São Marcos e Linha Jansen³⁴⁴.

A partir de então, vemos que o investimento municipal foi nas adaptações necessárias e na manutenção do pagamento dos aluguéis para as sociedades recreativas. O aluguel de cada prédio custava 80\$000 mensais e eram pagos ao Grêmio Desportivo 7 de Setembro, em São Marcos, e ao Grêmio Esportivo Farroupilha, na Vila Jansen. Já o Estado encarregou-se de mandar mobiliário escolar para que não fosse necessária a utilização dos móveis toscos citados anteriormente. O fonograma, de 3 de novembro de 1938, especificou os itens que chegaram ao município destinados aos grupos escolares de São Marcos e Vila Jansen. Foram 120 bancos escolares, 8 mesas, 6 armários, 12 quadros-negros, 12 cadeiras, 6 cabides, 2 secretarias, 2 caixas com bacias e jarros esmaltados, 2 relógios de parede, 2 escudos nacionais e 8 lavatórios de metal, despachados pela empresa Aloysio Brinex³⁴⁵. A despesa de transporte da capital até Farroupilha e depois de Farroupilha para as localidades de São Marcos e Vila Jansen também correram por conta da prefeitura³⁴⁶. Após mobiliados os grupos escolares, o município comunicou ao Estado a liberação para vistoria.

Assim que autorizado pelo Estado o início de seu funcionamento, ocorriam as inaugurações, um momento solene para marcar a abertura das escolas e o começo de seu funcionamento. As inaugurações dos grupos escolares de São Marcos e Jansen, no mês de agosto de 1938, foram comunicadas pelo prefeito por fonograma oficial diretamente a Coelho de Souza e destacavam que “com grande assistência e entusiasmo” tinham sido inaugurados³⁴⁷.

Como já citado, os grupos escolares foram implementados em prédios adaptados e, logo após as inaugurações, a municipalidade comunicou a intenção das comunidades de São Marcos e Jansen em oferecerem terrenos para a construção das sedes dos grupos escolares com capacidade para 80 alunos cada. Nessa mesma comunicação, compromete-se em fazer

³⁴⁴ **Fonograma** de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para Julio Lebrun, em 30 de março de 1938. CER/AGPMF.

³⁴⁵ Os móveis produzidos em Porto Alegre foram recebidos pela prefeitura que comunicou à Olga Acauan Gayer, 3 de novembro de 1938.

³⁴⁶ O transporte de Porto Alegre a Farroupilha custou 65\$600, pago a Orlando de Nardi, e o transporte de Farroupilha para São Marcos e Vila Jansen custaram 75\$000 e foram pagos a Henrique Venzon.

³⁴⁷ Em 5 de julho de 1938, o **fonograma** informa a inauguração do Grupo Escolar de São Marcos, e em 2 de agosto de 1938, a inauguração do Grupo Escolar da Vila Coronel Alfonso Massot (Jansen), ocorrida no dia anterior.

ruas e calçamento se assim for julgado necessário³⁴⁸. As plantas foram solicitadas³⁴⁹ ao governo estadual, porém os prédios não foram construídos³⁵⁰.

Chegou a ser pago por Celeste Mandelli o valor de 2:190\$600, em outubro de 1937, para garantia da construção do Grupo Escolar de Vila Jansen. O valor foi devolvido, com juros de 8%, no mês de dezembro de 1938, por terem decidido alugar um imóvel para a instituição escolar e, assim, o governo municipal considerou desnecessária a construção³⁵¹. Diante do depósito, surgem questionamentos: a que se refere o pagamento? Os moradores contribuiriam também com cotas para arcar com a construção do prédio escolar, a exemplo do que ocorria com os prédios das aulas municipais? A construção tornou-se desnecessária ou existiram desacordos?

A abertura dos grupos escolares causou o fechamento de escolas municipais no ano de 1939. Foram elas as aulas de número 26, situada na Sardenha Velha, regida pela professora Maria Frida Lydia Schulke, e número 17, localizada na Vila Jansen, regida pela professora Maria Troian. Por estarem a menos de 2.500 metros de um Grupo Escolar, foram extintas, conforme orientação expedida por circular³⁵² da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado³⁵³, como já citado no capítulo 2.

Ao retomar o Grupo Escolar de Nova Milano, criado em 1937, aponta-se que não foi instalado, e sim transferido para Nova Sardenha em 1939³⁵⁴. A justificativa elaborada pelo prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, para tanto, é transcrita a seguir:

³⁴⁸ **Fonograma** oficial para Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 5 de julho de 1938. CER/AGPMF.

³⁴⁹ **Correspondência 685-Mz**, do Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 23 de fevereiro de 1938. Pede dois projetos de plantas para 150 alunos cada. As plantas foram encaminhadas por Julio Lebrun junto à correspondência 2601, 7 de abril de 1938. CER/AGPMF.

³⁵⁰ O Grupo Escola de Vila Jansen somente teve a inauguração de um prédio próprio em 1958 (PILETTI, 2018). Já o Grupo Escolar de São Marcos, atualmente denominado Escola Estadual Isabel Venzon, teve seu prédio escolar inaugurado em 1960. Um prédio em madeira com 320 m² construído no terreno doado por Angelo Venzon Filho e sua esposa professora Celia Dillenburg Venzon, que foi diretora do Grupo Escolar por muitos anos. Histórico da Escola Estadual Izabel Venzon. SMEF.

³⁵¹ FARROUPILHA. **Lei 55**, de 7 de dezembro de 1938. Abre crédito especial na importância de 2:190\$600 para restituir o depósito feito em 21 de outubro de 1937 pelo sr. Celeste Mandelli, para garantia da construção do Grupo Escolar da Vila Jansen. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF.

³⁵² A citada circular orienta que se evite a proximidade entre os grupos escolares e as aulas municipais e que não sejam mantidas as instituições municipais num raio de 3 quilômetros, exceto se sua capacidade estiver esgotada, conforme ofício circular, s/nº da Secretaria de Educação, 16 de junho de 1941. CER/AGPMF.

³⁵³ FARROUPILHA. **Ato 185**, Farroupilha, 1939. Extingue aulas municipais. Livro Atos municipais, nº 1 a 236. SGDH.

³⁵⁴ **Correspondência 1.577-C**, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para Olga Acauan, 27 de maio de 1939. Comunica ter recebido a notícia da transferência do Grupo Escolar de Nova Milano para Nova Sardenha, que foi determinada pelo Decreto 7758, de 9 de maio de 1939. CER/AGPMF.

Conforme determinação Vossa Excia. não foi instalado Grupo Escolar Nova Milano onde existe um colégio dirigido por freiras cujo ensino metódico e eficiente deixou-me magnificamente impressionado na ocasião [dos] exames finais [de] 1938. Ficaria muito grato si Vossa Excia resolvesse transferir sede do grupo acima referido para Nova Sardenha onde existe população estimada de 120 alunos aproximadamente.

O Grupo Escolar de Nova Sardenha foi instalado em 18 de março de 1939³⁵⁵, em um prédio alugado de propriedade de Angelo Damiani, onde foram realizadas adaptações, divisórias em madeira³⁵⁶, e o município também arcou com o pagamento do transporte de móveis vindos pela viação férrea³⁵⁷. O valor do aluguel, assim como nos demais grupos, era de 80\$000 mensais.

O governo estadual periodicamente solicitava informações para a prefeitura da necessidade de criação de novas aulas e grupos escolares. A partir de então, Farroupilha solicitou uma aula isolada a ser instalada no Desvio Blauth. Para tanto, informou ao Estado que a comunidade disponibilizou um chalé mobiliado³⁵⁸, de propriedade de José Bondan, e o pagamento pelo aluguel foi assumido pela prefeitura, o valor era de 25\$000 mensais. Assim, fora criada, em 7 de janeiro de 1939, via Decreto Estadual 7675, a aula isolada no Desvio Blauth³⁵⁹. Pode-se identificar o pagamento do aluguel a partir de abril de 1940, mas é possível que a aula tenha entrado em funcionamento ainda em 1939. Nesse caso não foi identificado nenhum pagamento que possa sinalizar adaptações no chalé.

A distribuição de materiais para as instituições escolares estaduais, em especial os localizados no interior, demandou do auxílio logístico e financeiro do município, orientação constante na circular 19.691, de 25 de novembro de 1939.

[...] serão remetidos a V.S. os volumes destinados aos Grupos ou Escolas do interior dessa comuna, correndo a despesa do transporte, até a sede, por conta do Estado, e por essa Prefeitura, a responsabilidade da tarefa restante. [...]. Daí a conveniência de que seja enviado o fornecimento às escolas em referência, por

³⁵⁵ **Fonograma** oficial de Cesar José Mantovani, subprefeito, para José Coelho de Souza Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 20 de março de 1939. Comunica a instalação do grupo escolar com a presença de alunas mestras. CER/AGPMF.

³⁵⁶ O investimento em madeiras foi de 300\$600, paga à Industrial Madeireira Ltda.

³⁵⁷ O valor do transporte foi de 31\$400.

³⁵⁸ **Fonograma** oficial enviado para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 17 de agosto de 1938. CER/AGPMF.

³⁵⁹ **Circular 234**, de Olga Acauan Gayer para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 10 de janeiro de 1939. Comunica a criação da escola isolada do Desvio Blauth. CER/AGPMF.

intermédio de V.S., a fim de assegurarmos a que entrega rápida aos destinatários, de conformidade com as indicações expressas nos invólucros³⁶⁰.

A partir dessa circular, fica o Estado responsável pelo transporte da Capital até o município; e o município, da sede até as áreas rurais, assim compartilhando a responsabilidade de encaminhar os materiais destinados aos grupos escolares da área rural.

Ainda é preciso recordar que o Capitão Eudoro Lucas conduziu a parte final da construção do Grupo Escolar da sede iniciada na administração de Antonello. A denominação Grupo Escolar Irene Flores da Cunha, pleiteada em 1935, foi alterada novamente com a implementação do Estado Novo, retornando à denominação de Grupo Escolar Farroupilha. Em correspondência, em 25 de janeiro de 1938, no primeiro mês de sua administração, encaminhada a José Coelho de Souza, foi registrado o andamento das obras do grupo escolar, afirmando que “A construção deverá terminar em princípios do mês próximo. Para este grupo falta o mobiliário completo. Matrícula prevista conforme relação anexa, mas suscetível de ser aumentada, provavelmente 304 alunos, dos quais 200 frequentarão o 1º ano.”³⁶¹. O mobiliário escolar foi matéria de orientação do governo estadual e a decisão de onde seriam comprados os mesmos, na capital ou em empresa local, também. A decisão foi a produção no próprio município, e o contrato foi firmado com Alexandre Bartelle, proprietário de uma fábrica de móveis local.

Na mesma data, 25 de janeiro de 1938, o prefeito Eudoro informou quem eram as alunas mestras residentes no município de Farroupilha, ano e informações complementares a respeito da formação: Gema Comin Pesca (1937), Sylvia Giaconi (1935), Fandila Reginato (1935), Wilma Fetter (diplomada pelo Instituto de Belas Artes, em música e solfejo em 1934; em piano, em 1935; em razão disso, ensejou a nomeação para ministrar aulas de música, incluindo piano para a respectiva aula), Olga Ramos de Oliveira (1934), Celia Dillenburg (diplomada pela Escola Complementar de Hamburgo Velho, em 1936). Das alunas mestras apresentadas, o prefeito solicitou que três fossem nomeadas para os grupos escolares da

³⁶⁰ **Circular 19.691**, emitida pela Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, 25 de novembro de 1939. CER/AGPMF.

³⁶¹ **Correspondência** de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 25 de janeiro de 1938. Informa sobre as obras do Grupo Escolar Farroupilha. CER/AGPMF.

cidade. Em outras ocasiões, solicitou transferências de professoras de grupos escolares de outras cidades para Farroupilha³⁶².

Uma das professoras nomeadas foi Gema Comin Pesca, e ela recorreu ao prefeito para ajudar a solucionar a seguinte questão:

A abaixo assinada professora da aula municipal de Vicenza Velha recentemente anexada ao Grupo Escolar desta vila vem respeitosamente apelar para o espírito de justiça de V.S. para que interceda perante o Grupo Escolar, para que, os alunos que não tiveram exames de admissão, não fiquem totalmente prejudicados, podendo então, serem admitidos ao menos no livro anterior ao que se encontravam na referida aula. A peticionária aproveita a oportunidade para estender-lhe novamente seus sinceros agradecimentos por todo o interesse tomado por V.S. tanto para a professora como aos alunos, interesse esse que jamais se desvanecerá daquela que lhe fica inteiramente grata³⁶³.

O prefeito foi visto como o mediador que poderia auxiliar a dirimir a questão avaliativa dos alunos do grupo escolar. A narrativa da professora enaltece o interesse do administrador consigo e com os alunos do grupo escolar, e o devido encaminhamento foi providenciado pelo prefeito.

Ainda foram indicados cidadãos pelo prefeito a serem nomeados pelo governo estadual para a função de delegados e subdelegados escolares. Sylla José Mantovani, para delegado escola; Agostinho Batista Setimo Giron, para subdelegado escolar; Carlos Passini, para subdelegado escolar; e Tarquinio Bergamo, subdelegado escolar³⁶⁴. Para zeladoras dos grupos estaduais, para o Grupo Escolar da Linha Jansen (Coronel Alfonso Massot), a professora Cristhina Bertuol; para Nova Milano, Egide Rossi; e para São Marcos, Domingas Mandelli Venzon³⁶⁵.

A inauguração do grupo escolar da vila foi um momento marcante. Para tanto, o prefeito convidou para presidir os trabalhos de inauguração Coelho de Souza, Secretário de Educação e Saúde Pública. Ainda foram convidados Walter Jobim (Secretaria de Obras

³⁶² **Correspondência 649-ME**, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 10 de fevereiro de 1938. Solicita a transferência da professora Clelia Souza Corrêa do Grupo Escolar de Itapoan para o Grupo Escolar da Vila. Correspondências emitidas e recebidas, Arquivo Geral da Prefeitura de Farroupilha.

³⁶³ **Correspondência manuscrita s/nº** de Gema Comin Pesca, professora estadual, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 25 de novembro de 1939. Pede auxílio. A/AGPMF.

³⁶⁴ **Correspondência 3357**, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, dezembro de 1938. CER/AGPMF.

³⁶⁵ **Correspondência 695 ME**, do Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 8 de fevereiro de 1938. CER/AGPMF.

Públicas), Ataliba Paz (secretário da Agricultura), Oscar Fontoura³⁶⁶ (secretaria da Fazenda), Miguel Tostes (Secretaria do interior), Capitão Aurélio Py (chefe de Polícia), Coronel Barcelos Peio (comandante da Brigada Militar), Olga Acauan (Diretora da Instrução Pública), Salvador Carraveta (secretário interino da Instrução Pública) e General Andrade (Comandante da 3ª Região Militar)³⁶⁷. Dia 9 de agosto de 1938, o município promoveu, então, a inauguração de um belo e imponente prédio para o Grupo Escolar, como se pode ver a seguir.

Figura 32 - Inauguração do Grupo Escolar Farroupilha (1938)



Fonte: Fernandes (2015).

Conforme Fernandes (2015, p. 65), “[...] na imagem aparecem, da esquerda para a direita: (1) o Padre Thiago Bombardelli, (2) o Interventor do Rio Grande do Sul, Oswaldo Cordeiro de Farias, (3) o Capitão Eudoro, prefeito do município e (4) o secretário da Educação estadual, José Pereira Coelho de Souza”. Sem dúvida, tratou-se de um momento festivo para o qual o governo municipal investiu um valor significativo³⁶⁸.

³⁶⁶ **Fonograma** enviado por Oscar Fontoura para o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 6 de agosto de 1938. Comunica que não poderá estar presente, mas será representado pelo exator de Farroupilha. CER/AGPMF.

³⁶⁷ Convites encaminhados por Eudoro Lucas de Oliveira em julho de 1938. CER/AGPMF.

³⁶⁸ O banquete custou 2:434\$400, as bebidas para a recepção, 1:320\$000. Foi aberto um crédito suplementar de 3:389\$300 para arcar com as custas da visita do Interventor ao município em 9 de agosto de 1938 conforme

Na ocasião, foi promovido um jantar para 150 pessoas no prédio inaugurado, que foi decorado com folhagens e lustres instalados especialmente para a ocasião. As ruas foram ornamentadas, estudantes de São Marcos foram transportados de ônibus até o Grupo Escolar para assistir à homenagem prestada ao coronel interventor por ocasião de sua visita. Foi ainda confeccionado um álbum para presentear Osvaldo Cordeiro de Farias como recordação de sua passagem pelo município. As fotografias ficaram sob a responsabilidade de Mario de Lia, fotógrafo do Correio do Povo. A comemoração demonstra a magnitude do investimento estadual no município.

Após a inauguração, outras pequenas despesas foram assumidas pelo município, como a energia elétrica do Grupo Escolar Farroupilha³⁶⁹, ou ainda auxílios considerados emergenciais, como o conserto feito do motor da bomba d'água, na mesma instituição. A justificativa para tanto foi de que era urgente e inadiável, pois, caso contrário, o grupo escolar seria obrigado a fechar as portas até que a Secretaria de Educação e Saúde Pública tomasse providências a respeito³⁷⁰.

Quanto às aulas municipais em funcionamento, em publicação no Jornal A Época, foram citadas 42 instituições escolares. Já em outra publicação, *O Almanaque Ilustrado*, a informação sobre o mesmo ano diverge, nela consta que “Atualmente a Prefeitura mantém em franco funcionamento e com matrícula bastante apreciável 45 aulas [...]”, ou seja, dentro de um mesmo ano da administração o número de aulas municipais modificou-se, indicando que a constante abertura e fechamento de aulas fez parte da rotina da administração pública no período. (ALMANAQUE ILUSTRADO, 1939, p. 39). Essa instabilidade foi influenciada por diversos fatores, e um deles foi justamente a inauguração dos grupos escolares, como se pode verificar nas solicitações a seguir.

As solicitações por escolas municipais continuaram ocorrendo na administração do Eudoro. A comunidade da Linha Alencastro, em 18 de janeiro de 1938, reclamou que há um ano encontrava-se extinta a aula que por vários anos tinha funcionado, o que deixou muitas crianças prejudicadas por falta de instrução. Pedem, então, novamente, a criação da aula, com indicação da docente Izena Gobbato, que poderia assumi-la e, para tanto, se dispõe a prestar

Lei 57, de 7 de dezembro de 1938. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF.

³⁶⁹ **Correspondência nº 1.551**, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para Alice Cibelli, diretora do grupo escolar, 6 de maio de 1939. Comunica o compromisso de pagar a energia elétrica e limitada determinada cota mensal. CER/AGPMF.

³⁷⁰ O conserto foi realizado em 1939 e custou 250\$000, pagos a Mario Cavallero. A diretora, na época, era Maria Mocelini. Sobre as memórias autorreferenciais da professora Maria Mocelini consultar Belusso e Luchese (2020).

concurso. Apresentam como argumento uma lista de alunos que frequentariam a escola³⁷¹. Segundo anotação do prefeito, seriam atendidos os peticionários se houvesse orçamento para a Instrução Pública. No ano de 1940, uma reclamação semelhante foi expressa novamente pela comunidade de Linha Alencastro, dessa vez em conjunto com a da Linha Julieta. Alegam que a aula, que funcionou por 9 anos, não havia sido reaberta. Assim, solicitam a citada reabertura³⁷², que, por sua vez, ocorreu em 4 de maio. Isso reafirma a questão de que a abertura de uma aula não gerava necessariamente a garantia de seu funcionamento sem interrupções.

Ainda, retomando o ano de 1938, Antônio Feltrin requereu que fosse criada uma escola na estrada de Santa Rita, já que seriam fechadas as escolas situadas em Vicenza Velha e existirem ali alunos em número suficiente para frequentar uma aula. Conforme a relação apresentada, são 32 alunos, 5 deles são filhos do requerente. A decisão de Eudoro é de que assim que for fechada a citada aula de Nova Vicenza serão atendidos com uma escola.

Também, no ano de 1938, a comunidade de Travessão Pedro Guedes encaminhou um abaixo-assinado de agricultores, proprietários e moradores, alegando:

1º) Que estamos afastados da aula mais próxima, mais de (5) cinco quilômetros, empregando quase duas (2) horas de viagem, dada a péssima situação geográfica e os caminhos quase intransitáveis, além dos arroios que atacam, especialmente nas estações invernosas. 2º) Que já têm decorrido vários anos desde a retirada da aula municipal deste travessão Pedro Guedes. 3º) Que apesar da grave alteração que causava ainda naquele tempo aos interesses da Educação de nossos filhos, a retirada daquela aula, submissos nos temos conformados com as determinações das autoridades. 4º) Hoje, porém em vista do desenvolvimento progressivo do município e do nosso travessão, a privação de uma aula municipal, vem ferir imensamente e mais e mais do que nunca aos nossos interesses e os da Educação³⁷³.

Depois de elencadas as justificativas, pedem a criação de uma aula na localidade e apresentam uma lista com 30 alunos. Nesse caso, antes de responder à solicitação, foi verificado na contadoria se os requerentes eram contribuintes do município de Farroupilha. Como apenas 5 dos 21 peticionários contribuía para os cofres de Farroupilha o pedido foi indeferido.

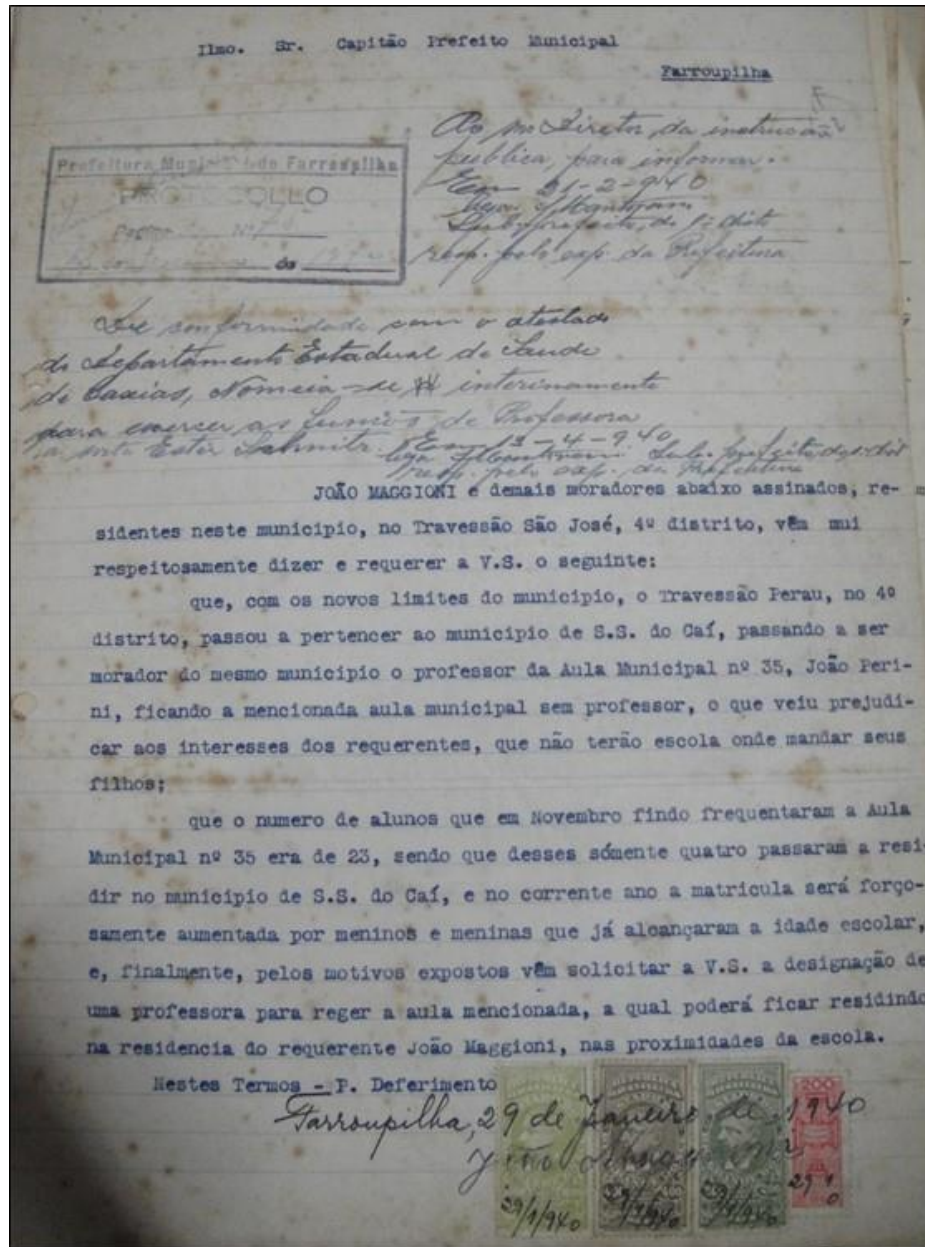
³⁷¹ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha Alencastro para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, 18 de janeiro de 1938. Pedem reabertura da aula. CER/AGPMF.

³⁷² **Abaixo-assinado** das comunidades de Alencastro e Julieta para o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira em 11 de abril de 1940. Pedem reabertura da aula. A/AGPMF.

³⁷³ **Abaixo-assinado** dos moradores de Travessão Pedro Guedes para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 21 de março de 1938. Pedem a criação de uma aula. A/AGPMF.

A solicitação da comunidade do Travessão São José, realizada em 1940, novamente cita a localidade de Travessão Perau, conforme se pode visualizar na imagem a seguir.

Figura 33 - Abaixo-assinado Travessão São José (1940)³⁷⁴



Fonte: Correspondências emitidas e recebidas, AGPMF.

³⁷⁴ Para facilitar a leitura, transcrevem-se os manuscritos citados no documento: “Ao sr. Diretor da instrução pública, para informar. Em 21-02-1940. Hugo Mantovani. Subprefeito do 1º distrito. Responsável pelo expediente da Prefeitura. De conformidade com o atestado do Departamento Estadual de Saúde de Caxias, nomeia-se interinamente para exercer as funções de professora a Srta. Ester Schmitz. Em 1-4-1940. Hugo Mantovani, subprefeito do 1º distrito responsável pelo expediente da Prefeitura.”

Novamente, citam a alteração de divisas, a reconfiguração do território dos municípios, o que influenciou o funcionamento da aula por ter o professor João Perini passado a ser morador de São Sebastião do Caí e ter ficado a aula 35 da localidade de São José desprovida de professor. Veja que, ao solicitar uma professora para que a aula continue funcionando, os signatários apontam que dos 23 alunos que já vinham frequentando a aula passam a ser moradores de São Sebastião do Caí apenas 4 e que, além dos que restaram, outros alunos atingiram a idade escolar. Também oferecem um local para que a professora possa morar, a residência da família de João Maggioni. Essa solução nos apresenta uma antecipação da comunidade em apontar pontos que poderiam causar a negativa da solicitação, assim registram que existem alunos para justificar a manutenção da aula e que tem onde ficar a professora.

A materialidade oportuniza visualizar, além do abaixo-assinado produzido pela comunidade, as anotações feitas pelo poder público. Assim, percebe-se que a partir do abaixo-assinado, foram averiguadas as informações necessárias para decidir se o pedido seria atendido. No verso, consta a informação fornecida pelo diretor da Instrução Pública de “[...] que a aula número 35, localizada no T. Perau, está vaga que em virtude da população escolar existente naquela localidade, necessita ser preenchida a referida vaga. 25 de março de 1940.”³⁷⁵.

A partir de então, a solicitação realizada em 29 de janeiro foi atendida com a nomeação da professora Ester Schmitz, em 1 de abril de 1940. Compreende-se que a participação do diretor da Instrução Pública estava muito mais vinculada a uma função burocrática e que o poder decisório era do prefeito.

A comunidade de São João também solicitou a abertura de uma aula. No local, existia um prédio escolar construído junto à Capela Menino Deus, onde antes funcionava uma aula municipal de Caxias e que, após a emancipação, permaneceu fechada. Assim, um bom número de alunos estava sem aulas³⁷⁶. Neste caso, não foi anotado o despacho como era de costume.

No ano de 1940, Decorrência da abertura do Grupo Escolar Jansen, Américo Martini e outros argumentam que:

³⁷⁵ **Abaixo-assinado** dos moradores do Travessão São José para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 29 de janeiro de 1940. Pedem uma professora para a aula continuar funcionando. A/AGPMF.

³⁷⁶ **Abaixo-assinado** da comunidade de São João para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 2 de maio de 1938. Pedem abertura de uma aula. A/AGPMF.

Há algum tempo, por motivo da criação do Grupo Escolar de Jansen, foi extinta por essa administração, por distar 2.200 metros do referido grupo escolar a aula municipal que era dirigida pela professora Maria Troian, o que veio prejudicar a um regular número de alunos que residiam 3 a 4 quilômetros distante do local onde foi instalado o Grupo Escolar e que antes frequentavam a aula municipal; que atualmente, encontravam-se na situação acima perto de 30 alunos, motivo porque os requerentes pedem vênha a V.S. para solicitar a criação de uma aula municipal nas proximidades da Capela Sagrado Coração de Jesus, neste segundo distrito, fora da delimitação do Grupo Escolar, comprometendo-se os requerentes a transportar para o novo local a casa onde funcionava a extinta aula municipal, e que pertence aos signatários do presente³⁷⁷.

Novamente é o diretor da Instrução Pública que responde ao pedido de informação para o prefeito Eudoro e aponta que após ir até o local e ouvir os signatários, compreende não ser possível a mudança da aula para o local proposto por ainda ficar muito próximo do grupo escolar. Diante disso, sugere que sejam feitos reparos no prédio e nos móveis já existentes, por conta dos signatários, e seja reaberta a aula neste mesmo local. A frequência esperada era de 30 a 35 alunos, que residiam a 3, 4 e até 5 quilômetros do grupo escolar. Essa instituição não teria seu número de matrículas prejudicado em razão de algumas famílias dessa localidade terem se comprometido em matricular parte dos alunos nesse estabelecimento³⁷⁸. O acordo denota que, entre o prescrito pelo Estado - a proibição de ter aulas municipais em um raio de 3 quilômetros dos grupos escolares - e o vivido, havia negociações entre comunidades e municipalidade para diminuir as distâncias percorridas pelos alunos. Essa situação pode ser pensada como uma tática, pois a regra existe e é burlada, porque o município não tem o poder para mudar a regra, mas cria uma fenda no sistema que não garante sua permanência. (CERTEAU, 2014).

Mais uma questão a ser pensada é que a solicitação pela troca de local da escola é feita por um grupo que alegou estar mobilizando-se em prol dos alunos que foram por eles representados como prejudicados em virtude do fechamento da escola. Ainda pensando em quem são as pessoas que têm condições de fazer solicitações, aponta-se que tem entre elas têm-se alfabetizados para produzir o documento, donos de terras que as ofertam para a instalação da escola e condições financeiras para custear a mudança. Diante disso, temos que considerar que as representações por eles construídas generalizam as opiniões de um grupo e expressam seus interesses. (CHARTIER, 2002). Isto é, mesmo não tendo documentos que apontem quais foram os interesses para a mudança de local da instituição escolar, ele existiu

³⁷⁷ **Abaixo-assinado** de Américo Mendes e outros, moradores da Jansen, Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 2 de abril de 1940. Pedem a criação de uma escola. A/AGPMF.

³⁷⁸ **Abaixo-assinado** de Américo Mendes e outros, moradores da Jansen, para o prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, 2 de abril de 1940. Pedem a criação de uma escola. A/AGPMF.

e foi desejo de um grupo que tinha condições de pleitear por ele, o que não significa que não possam existir tensões no interior das próprias comunidades sobre o lugar da escola.

De posse das informações, o prefeito decide que a aula seria reaberta no lugar designado pela prefeitura sob o acordo de que alguns alunos seriam matriculados no grupo escolar. Foi sugerido ainda aos signatários que investissem em melhorias no prédio escolar e seu mobiliário.

E, por fim, localiza-se uma solicitação de mobiliário dos moradores do Travessão Boêmios, que alegam que a escola conta com matrícula de 45 alunos, porém a citada aula “[...] tem apenas sete bancos – de péssima construção, velhos com mais de trinta anos de uso, que além de serem desconfortáveis para as crianças que ali sentam, se acham completamente estragados”. Dessa forma, solicitam 10 bancos escolares³⁷⁹. O despacho do prefeito é de que não há verba, mas serão atendidos no próximo exercício. No entanto, nos empenhos de 1939, não foi possível localizar o pagamento de bancos escolares.

As correspondências marcam a ocorrência de organizações coletivas em prol de solicitações e/ou manutenção da escola pública municipal. Além de expressar que os processos de escolarização vêm ocorrendo há décadas e que, em decorrência disso, surgem demandas e solicitações que são agora peticionadas ao município emancipado, tais como reabertura de aulas e melhoria do mobiliário escolar. As solicitações apresentam recorrências na citação do número de alunos, em torno de 30, da argumentação em virtude das distâncias percorridas e na indicação de professoras e assim demonstram saber quais são os argumentos que precisam ser utilizados para se pleitear uma aula na comunidade. As correspondências ainda evidenciam que a abertura dos grupos escolares ocasionou mudanças na localização e matrícula das aulas municipais.

Também em decorrência da presença dos grupos escolares no município, Farroupilha sediou a primeira Semana Ruralista do Estado, uma semana de estudos promovida pela 4ª Delegacia Regional de Ensino no município não só por

[...] ser o ponto central para a convergência dos representantes dos diversos municípios da zona colonial, como por já contar com o Grupo Escolar da localidade, com um bem desenvolvido Clube Agrícola, onde se poderia fazer a demonstração dos trabalhos realizados pela instituição, assim como as possibilidades que o clube apresenta [...]. (REVISTA DO ENSINO, 1939, p. 253).

³⁷⁹ **Abaixo-assinado** de moradores de Travessão Boêmios para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 18 de agosto de 1938. Pedem bancos para aula. A/AGPMF.

O Estatuto dos Clubes Agrícolas Escolares, elaborado pela Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública, previa que a participação em Semanas Ruralistas como atividade do Clube.

Os encontros ocorreram de 3 a 10 de novembro, no Grupo Escolar Farroupilha, e pretenderam disseminar a criação de agremiações nas escolas da região. Participaram representantes dos municípios de Caxias, Garibaldi, Bento Gonçalves, Alfredo Chaves, Prata, Antônio Prado, Flores da Cunha, Vacaria e Bom Jesus, municípios pertencentes à 4ª região escolar. O programa contou com várias sessões de estudos presididas pelo delegado regional de ensino, Apolinário Alves dos Santos, que iniciou com o discurso de abertura e a apresentação da programação que contemplava várias temáticas: a) Educação Rural e seus problemas, b) Inauguração da exposição de livros e material didático, c) Parecer sobre as conclusões da tese da Educação Rural e seus problemas, d) Clubes Agrícolas e cooperativismo escolar, e) Estudo do meio escolar, e) Inauguração da sala agrícola e relatório das atividades do Clube Agrícola de Farroupilha, f) Museus escolares, g) Métodos de projetos, h) Trabalho em grupo, i) Problemas da zona colonial, j) Educação Rural, l) Higiene Rural. O evento encerrou-se com discursos do delegado regional de ensino, do prefeito de Farroupilha e Dr. Olmiro de Azevedo. (REVISTA DO ENSINO, 1939).

Além do programa descrito na Revista do Ensino, ainda pode-se ampliar a análise em torno da participação dos congressistas ao perscrutar os gastos públicos municipais com o evento. Observam-se vários pagamentos dentre deslocamentos, lanches e estadias, os quais são detalhados a seguir.

Quadro 17 - Empenhos pagos pela Prefeitura de Farroupilha para realização da Semana Ruralista (1939)

(continua)

Credor	Detalhamento da despesa	Valor
Orquestra	Orquestra que tocou por ocasião do baile que esta prefeitura ofereceu aos congressistas da Semana Ruralista.	450\$000
Emílio Weishimer	1 caixa de vermute para os trabalhos da Semana Ruralista.	106\$500
Balduino Noro	Uma viagem a Caxias conduzindo a sr. Tulio Rapone que veio a esta cidade fazer conferência sobre a higiene escolar por ocasião da "Semana Ruralista".	50\$000
Romulo Noro	Excursão e corridas feitas com automóvel pelos congressistas da "Semana Ruralista" e seu fornecimento de gasolina para esta prefeitura para o mesmo fim.	22\$600
Napoleão Compagni (Hotel)	Hospedagem do delegado regional de ensino e das professoras técnicas (6) de Educação durante o período dos trabalhos da "Semana Ruralista".	570\$000

(continuação)

Credor	Detalhamento da despesa	Valor
João Ruaro	Fornecimento de 215 quilos de carne para congressistas da Semana Ruralista.	397\$700
Santo Trevisan	Transporte em seu automóvel dos congressistas da Semana Ruralista. 7 de novembro - 1 corrida da Estação ao Hotel, 8 corridas com as professoras até o grupo escolar, 4 corridas para o embarque das professoras.	50\$000
Industrial Madeireira Ltda	Madeiras para a construção de mesas desmontáveis e armadas no próprio Santa Rita por ocasião do piquenique que esta prefeitura ofereceu ao congressista da Semana Ruralista.	78\$000
Gentil Moreira	16 galinhas para piquenique oferecido por esta prefeitura aos congressistas da Semana Ruralista.	60\$800
João Farinon	40 metros de papel para forrar as mesas postadas no próprio do Santa Rita por ocasião do piquenique da Semana Ruralista.	20\$000
Sociedade Vinícola Riograndense	Pagamento de vinho para a Semana Ruralista.	30\$000
Valer Eli & Cia	Comestíveis do piquenique oferecido aos congressistas da Semana Ruralista. 60 pães e 285 doces.	53\$000
J.A Brentano	Impressos relativos à Semana Ruralista. 300 convites, 200 programas, 100 programas, 2ª edição, 250 convites.	78\$000
Antonio Gobbi	Bebidas para o piquenique: 72 litros de água de soda, 96 garrafas de cerveja e 6 litros e meio quebrados.	173\$600
Avelino Venzon	Excursões feitas em seu automóvel ao interior do município conduzindo os congressistas da Semana Ruralista. Uma corrida para Nova Milano, uma corrida para o Salto Ventoso, 3 corridas para o Santa Rita, uma corrida para a Estação Experimental.	90\$000
Primo Valhato e Pedro Dorigo	2 dias de serviços para Primo Valhatti e Pedro Dorigo (serviços executados nos dias 9 e 10 de novembro por ocasião do churrasco de encerramento da Semana Ruralista).	32\$000
Grêmio Esporte Vicentini	Baile que a prefeitura ofereceu aos congressistas da Semana Ruralista.	37\$000
Angelo Mario Schenato	4 viagens até o próprio Santa Rita para levar os congressistas da Semana Ruralista (foram conduzidos ao piquenique).	40\$000
Afonso Puhl	Transporte de congressistas feito em caminhão em excursões no interior do município. Transporte de professoras Salto Ventoso. 2 viagens na mesma semana.	115\$000
Angelo Trevisan	Transporte de congressistas de caminhão que foram até o Salto Ventoso e Santa Rita (1 viagem ao Salto ventoso e 6 viagens até o próprio Santa Rita para o piquenique).	250\$000
Carlos Ayres	Fotografias da Semana Ruralista. 4 chapas.	100\$000
Arcangelo Milesi	Comestíveis consumidos por ocasião do piquenique da Semana Ruralista (12 kg de farinha de mandioca, 8 kg de sal, 10 kg de batata, 1 lata de azeite misto, 1 lata de azeite Bertollo, 8 dúzias de ovos, 2 garrafas de vinagre, 15 kg de cebolas, 1 caixa de percevejo, 2 copos, 5 garrafas vazias).	61\$700
Germano F. Tompson	Transporte em caminhões das alunas do Colégio Elementar por ocasião do churrasco no próprio Santa Rita (na nota consta viagem de Caxias a Farroupilha - ida e volta - em 2 ônibus)	350\$000
Leopoldo Modena	Transporte de congressistas, 3 corridas até a estação e 1 ida até o Santa Rita.	25\$000
Luiz Vedovelli	Frutas para os congressistas da Semana Ruralista.	5\$000
João Farinon	Transporte em seu automóvel de congressistas que excursionaram no Salto Ventoso e fornecimento de parafina para o baile.	60\$000
Júlio Bergamo	Frangos consumidos no piquenique no Santa Rita. 6 frangos pesando 10 kg e 200 gramas.	22\$400
Angelo Bartelle	Comestíveis consumidos no piquenique da Semana Ruralista.	3\$200
Romano Piletti	Fornecimento de bebidas para as professoras da Semana Ruralista.	24\$000

(conclusão)

Credor	Detalhamento da despesa	Valor
Revista o Globo	Publicação referente à Semana Ruralista, revista o Globo 269.	400\$000
	Total	3:755\$000

Fonte: Elaborado a partir dos empenhos da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1939, 1940), AGPMF.

O município fez investimentos financeiros ao sediar o evento. Por sua conta, correram as despesas de impressão de convites e programas, de hospedagens do delegado regional de ensino e de professoras, do transporte necessário a diversos deslocamentos, e de momentos de confraternização dos congressistas. A tabela nos permite compreender que, além dos momentos de estudos das teses, ocorreram excursões, um piquenique e um baile oferecidos pelo município de Farroupilha. A julgar pelo número de convites impressos (550), o evento foi amplamente divulgado. Apesar disso, parece ter sido restrito aos professores e profissionais vinculados ao ensino estadual. Os locais visitados foram o Sítio Santa Rita, a cascata Salto Ventoso e o Campo de Cooperação. Ainda, pode-se afirmar que as alunas do Colégio Elementar de Caxias estiveram presentes no evento. Não foi localizado indício que possa confirmar a participação das professoras municipais.

O citado Campo de Cooperação foi implementado também na administração de Eudoro no ano anterior, 1938. A emergência da instituição é justificada por não estar o município “[...] dotado de meios suficientes para auxiliar o desenvolvimento agrícola, fonte primordial da comuna.”³⁸⁰. A administração ainda considerou a necessidade de um melhor desenvolvimento da agricultura do município, que exportava 90% da quantidade de uvas em relação aos demais municípios. Dessa forma, além de apoio especializado para a produção de uvas ainda produziria enxertos, canteiros para experimentação de cereais, legumes, contribuiria ativamente para a melhoria da condição técnica da agricultura. O local definido para instalação foram 4 hectares do próprio Santa Rita, fornecidos pela municipalidade, que se disponibilizou ainda em fornecer o material necessário à organização (mudas, bacilos, porta-enxertos, sementes) e o funcionário responsável para direção e orientação técnica sediado em Farroupilha.

Por fim, ainda durante a administração de Eudoro, houve uma expansão do ensino confessional com a instalação do Colégio Nossa Senhora de Caravaggio³⁸¹, sob

³⁸⁰ **Projeto de Lei 40**, abre um crédito para atender despesas de um Campo Experimental Municipal, 16 de março de 1938. CER/AGPMF.

³⁸¹ A instituição escolar surgiu como decorrência da necessidade da comunidade levada a conhecimento das Irmãs scalabrinianas, pelo pároco João Batista Pinzon, a pedido de uma comissão formada pelas senhoras Maria Fávero, Ema Galafassi e Rosina Venzon. Uma casa passou por reformas e serviu como prédio escolar e alojamento para as Irmãs Amábile Nervis, Genoveva Scola, Isabel Mioni. As aulas iniciaram com 65 alunos.

administração das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, que passou também a receber subvenção municipal.

Considerando que os colégios cobram dos alunos matriculados módica mensalidade, ministrando aos reconhecidamente pobres, inscrição gratuita; considerando que os referidos centros educativos sempre foram subvencionados por esta Prefeitura, o de Caravaggio desde o ano de 1937 e o de Nova Vicenza desde 1935. Considerando que os recursos apurados com as mensalidades recolhidas do pequeno número de alunos que auxiliam os colégios, estes não podem fazer face as despesas que são elevadas; Considerando que a lei em vigor faculta o auxílio às instituições que amparam à juventude e a infância que carecem de recursos necessários a educação; considerando que ambos os colégios necessitam do auxílio desta administração, a fim de poderem continuar prestando valioso auxílio à instrução no município, não medindo esforços no sentido de amparar condignamente os necessitados³⁸².

Dessa forma, a municipalidade decretou a subvenção mensal de 240\$000 ao Juvenato São Carlos e ao Colégio Nossa Senhora de Caravaggio em 5 de março de 1938. O decreto garantiu a inclusão da despesa na tabela da Instrução Pública. A subvenção normatizada nessa administração permaneceu garantida em todo o período do estudo.

Em relatório encaminhado ao coronel Cordeiro de Farias e publicado no Jornal Diário de Notícias, o prefeito Eudoro mais uma vez descreve suas ações em prol da Educação.

Instrução pública. Eis excelência uma das nossas principais preocupações, pois bem compreendemos que é nos bancos do curso primário que se molda o caráter da criança, incutindo-lhe no espírito os nobres sentimentos de patriotismo e os sagrados deveres, para com a Pátria, que é ali onde se ministram os primeiros ensinamentos, de nossa língua, de nossos costumes e de nossa gloriosa história, que formam a pedra basilar sobre a qual repousa o grande edifício da cultura de um povo. Sendo este o problema posto em evidência nos rumos seguidos por esta administração não [...] esforços e não medidos sacrifícios no sentido de fazer com que a instrução pública seja ministrada com maior eficiência e maior aproveitamento possível. Para tal, temos procurado de acordo com as possibilidades moldar a instrução municipal dentro do programa de Ensino Primário do Estado, quer criando o Curso de Aperfeiçoamento para os professores dirigido pelo corpo docente do Grupo Escolar desta cidade, quer instituindo o Programa do Ensino Primário, cujas providências rigorosamente observadas vão surtindo ótimos resultados. Em 1939, funcionaram 42 aulas, com uma matrícula de 1.725 alunos[...] ³⁸³.(grifo nosso).

O discurso publicado valoriza a Educação da infância, ressalta o ensino primário como importante etapa para moldar o caráter no sentido de disseminar uma Educação patriótica, que é ministrada em língua portuguesa e enfatiza a história nacional como saberes

Além do trabalho na escola, as Irmãs colaboravam com a liturgia e organizaram “um pequeno aspirantado para as jovens candidatas à vida religiosa”. (SLOMP; BARBIERI, 1997, p. 114).

³⁸² FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 41**, 2 de março de 1938. Cria subvenção para escolas confessionais. Livro Decretos-Lei, de 1936 a 1939. SGDH.

³⁸³ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 9 abr. 2018.

privilegiados, o que se opõe a qualquer forma de ensino étnico, que seja realizado em língua estrangeira, o que no período é proibido. A palavra de ordem é nacionalizar. Qualificar a Educação nesse período significava atentar para tais questões e adequar o ensino municipal às diretrizes estaduais, o que foi também sinalizado na publicação. O curso de aperfeiçoamento para os docentes e a instituição de um programa municipal demonstram a adesão.

Ainda na mesma publicação cita os itens civismo e nacionalização:

Civismo. Principalmente nos colégios cuida-se da educação cívica com verdadeiro carinho. Determinamos que o Hino Nacional fosse cantado diariamente até que os alunos se identificassem perfeitamente com a sua letra e a sua música, tanto por nós, como pelo sr. Diretor da Instrução Pública ou professores são feitas seguidamente preleções sobre o civismo, ouvida com verdadeiro interesse pelos alunos. E é com grande e profunda emoção que nas Datas Nacionais vemos o Pavilhão Brasileiro em todos os edifícios escolares, onde é hasteado e retirado ao som do Hino Nacional. **Nacionalização.** Esta tarefa em tão boa hora instituída pelo benemérito governo, não tem encontrado óbices nesse município. De um modo geral, o espírito da brasilidade vibra em todas as camadas sociais, o que constitui um fato verdadeiramente conformador para quem embora modestamente dirige os destinos de um município. Não obstante sempre procuramos desenvolver mais e mais, entre os colonos, os nobres sentimentos de amor à Pátria, promovendo grande concentrações de povo e colegiais em dias feriados aproveitando essas oportunidades para demonstra-lhes a grandeza do Brasil e os nossos deveres para com ele³⁸⁴. (grifo nosso).

O relatório transcrito aborda a nacionalização pelo viés da Instrução Pública e nas ações para além dos muros da escola, que, segundo o documento, não tem encontrado barreiras. Uma série de normativas dão subsídio legal para a nacionalização do ensino nesse período, dentre elas, o Decreto 7.212, de abril de 1938, que provê sobre o ensino primário, especifica em seus artigos a obrigatoriedade do ensino cívico, dos trabalhos manuais e do ensino em português. Não se pode desconsiderar que as famílias falavam outros idiomas e, conforme rememora a professora Maria Frida Lydia Schulke (1984), *“Um dos maiores problemas para ensinar era a língua. Os alunos falavam alemão, italiano e francês. A professora tinha que ensinar português”*.

Dentre as proibições, a de inscrições nos prédios em língua estrangeira, a de subsídio do governo estrangeiro para manutenção de escolas, de diretores estrangeiros e professores que não falem português. Quanto às escolas que mantinham anteriormente o ensino em língua estrangeira, haveria um ou mais professores do Estado para ensinar Português, História e

³⁸⁴ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 9 abr. 2018.

Geografia do Brasil e a educação cívica, podendo esses serem retirados quando na escola já tivesse sido implementado o sentimento de brasilidade. (KREUTZ, 2014).

Observa-se que Farroupilha é representada como um lugar que não demonstra resistência ao processo. É importante situar esse discurso no contexto da época. As regiões de colonização italiana eram consideradas menos perigosas, sua língua não era considerada tão difícil, como a alemã, para assimilação do português. Em sua maioria, eram católicos, e a Igreja colaborou no processo de nacionalização. Aspectos que podem influenciar o discurso do prefeito, no entanto, não se podem desconsiderar as táticas dos descendentes de imigrantes em relação às práticas nacionalizadoras que são cobertas, generalizadas por tal discurso.

Fica evidente que a administração de Eudoro realizou a inauguração do Campo de Cooperação, de grupos escolares, preocupou-se com aspectos como a obrigatoriedade de ensino, o currículo escolar, a fiscalização de escolas e a qualificação dos professores municipais garantida por concurso público e formação docente. Foi uma administração anfitriã ao promover um grande evento para a inauguração do prédio do Grupo Escolar Farroupilha e sediar a Semana Ruralista. Além disso, uma apoiadora do ensino confessional católico, em Farroupilha, sob a responsabilidade das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas.

Na administração de Eudoro, as comunicações entre o governo estadual e o município seguiram intensas, e a centralidade na figura do prefeito, que já era observada na administração de Antonello, fica mais acentuada. A abertura e reabertura de escolas municipais continuou sendo solicitada pelas comunidades, e pode-se afirmar que as solicitações geravam a busca pelas informações necessárias de sua procedência, e muitas delas foram atendidas.

4.3. FISCALIZANDO PESSOALMENTE AS ESCOLAS: TENENTE JANUÁRIO DUTRA

“Em substituição ao capitão Eudoro Lucas de Oliveira, que aliás vinha conduzindo com honestidade e patriotismo os destinos do futuro município de Farroupilha, vem assumir o governo da referida comuna, o ilustre oficial da Brigada Militar, tenente Januário Dutra, ex prefeito do município de Herval. Em face do mútuo entendimento havido entre ambos e o preclarado governo do Estado, verificou-se entre os dois oficiais em referência, apenas uma permuta de funções.”

(JORNAL O MOMENTO, 1940, p. 1³⁸⁵)

³⁸⁵ Jornal **O Momento**, Caxias, 5 de agosto de 1940, ano VIII, ed. 386, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882615/1922>. Acesso em: 4 mar. 2020.

Em 10 julho de 1940, assumiu o cargo de prefeito o tenente Januário Dutra, em virtude do exposto na epígrafe, um mútuo acordo entre o capitão Eudoro e ele, em que fazem a permuta entre as prefeituras de Farroupilha e Herval. A administração de Januário foi breve, permanecendo até 17 de dezembro do mesmo ano, quando foi dispensado da função de prefeito por ter sido convocado para serviço da Brigada Militar³⁸⁶. Nesse tempo, inspecionou pessoalmente os 42 estabelecimentos de ensino, e ficou “[...] otimamente impressionado com a organização das aulas municipais.”³⁸⁷. A fiscalização *in loco* feita pelo prefeito representa a importância atribuída à escola na época.

Mesmo tendo permanecido poucos meses, sua administração também recebeu uma solicitação por escola das comunidades da Jansen, Rio Branco e Colombo. A necessidade era por terem 30 crianças em idade escolar que seriam beneficiadas com a escola ³⁸⁸. O despacho do prefeito é que oportunamente seriam atendidos. Além disso, investiu em mobiliário para aula isolada do Desvio Blauth com a compra de 2 armários, um deles foi destinado a medicamentos, um investimento de 80\$000. Houve a aquisição de medicamentos para as escolas: gases, algodões, ataduras, esparadrapos, mercúrio e álcool. A nota de Dalcy F. de Andrade especifica 42 itens de cada, o mesmo número de aulas municipais, isto é, cada escola recebeu um conjunto com os itens citados. Realizou ainda alguns reparos no Grupo Escolar Farroupilha: a troca de cinco vidros e a substituição de 14 tábuas nos aparelhos de educação física³⁸⁹. E, por fim, é na sua administração que se pode sinalizar a retomada de intenção para a construção do prédio escolar para o Grupo Escolar de São Marcos devido ao empenho quitado em nome do engenheiro Dario Granja Sant’Anna pelos honorários profissionais com o projeto de orçamento e memorial descritivo para o Grupo Escolar de São Marcos no valor de 345\$500.

São dados do período de gestão de Januário Dutra que nos permitem compreender a oferta do ensino primário no município de Farroupilha em relação aos demais municípios. Uma publicação no Jornal A Época, de 1 de setembro de 1940, apresenta a rede de escolas de 10 municípios da 4ª Região do Estado - Caxias, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves,

³⁸⁶ Jornal **Diário de Notícias**, ano XVI, Porto Alegre, quarta-feira, 20 de novembro de 1940, nº 249, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/3494. Acesso em: 20 abr. 2020.

³⁸⁷ Jornal **Diário de Notícias**, Porto Alegre, 26 de outubro de 1940, ano XVI, nº 226, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/3186. Acesso em: 12 abr. 2018.

³⁸⁸ **Abaixo-assinado** de moradores da Jansen, Rio Branco e Colombo para Januário Dutra, prefeito, 18 de setembro de 1940. Pedem a criação de uma aula. A/AGPMF.

³⁸⁹ Os **empenhos** são de dezembro de 1940, estão em nome de Industrial Madeireira. Os vidros e mão de obra custaram 21\$500; e as tábuas, 37\$300. Despesas municipais (1940), AGPMF.

Alfredo Chaves, Flores da Cunha, Prata, Antônio Prado, Bom Jesus e Vacaria - compostos por instituições estaduais, municipais e particulares.

Tabela 9 - Unidades escolares e alunos da 4ª Região (1940)

Mantenedora			Percentual Correspondente	Mantenedora			Percentual Correspondente
Caxias				Flores da Cunha			
Estado	18	2.252	29,17%	Estado	7	517	31,56%
Município	91	3.718	48,15%	Município	29	958	58,48%
Particulares	13	1.751	22,68%	Particulares	1	163	9,95%
Totais	122	7.721		Totais	37	1.638	
Farroupilha				Prata			
Estado	6	517	21,93%	Estado	13	950	26,53%
Município	41	1.569	66,56%	Município	64	2.246	62,73%
Particulares	4	271	11,49%	Particulares	4	384	10,73%
Totais	51	2.337 ³⁹⁰		Totais	81	3.580	
Garibaldi				Antônio Prado			
Estado	4	315	9,48%	Estado	2	174	8,81%
Município	63	2.639	79,34%	Município	40	1401	71,01%
Particulares	3	372	11,18%	Particulares	3	398	20,17%
Totais	70	3.326		Totais	45	1.973	
Bento Gonçalves				Bom Jesus			
Estado	7	701	23,11%	Estado	1	284	31,91%
Município	51	1.951	64,30%	Município	28	606	68,08%
Particulares	3	382	12,59%	Particulares	0	0	0
Totais	61	3.034		Totais	29	890	
Alfredo Chaves				Vacaria			
Estado	8	651	23,54%	Estado	12	1.163	32,07%
Município	53	1.883	68,10%	Município	62	2.147	59,19%
Particulares	2	231	8,35%	Particulares	3	317	8,74%
Totais	63	2.765		Totais	77	3.627	

Fonte: Adaptada a partir do Jornal A Época, (1940)³⁹¹.

A partir de então, podemos perceber a presença de três modalidades de escolas: as estaduais, as municipais e as particulares em todos os municípios, exceto Bom Jesus, que não contava com escolas particulares. Nos demais municípios, a rede de escolas particulares varia de 1 até 13 instituições, sendo o município de Flores da Cunha o que conta com apenas 1 instituição e o município de Caxias o que conta com 13 instituições escolares particulares, respectivamente. Farroupilha tinha, nesse ano, 4 instituições nessa modalidade, ficando mais próximo da realidade dos municípios do Prata, Garibaldi, Antônio Prado, Bento Gonçalves e Vacaria, que contavam com 3 ou 4 instituições particulares.

³⁹⁰ A divulgação apresenta um total de 2.337 alunos, no entanto a soma correta é 2.357 alunos.

³⁹¹ Jornal A Época, Caxias, 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn/Docreader/097209/443>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Ao observar as taxas de atendimento da rede estadual e municipal em Farroupilha, apesar da expansão do ensino público estadual nos primeiros anos de existência do município, o maior percentual de alunos concentrava-se nas instituições públicas municipais, totalizando 66,56%. Ao considerar a média de atendimento sob responsabilidade dos municípios de 64,59%, Farroupilha fica acima dela, junto a Garibaldi, Alfredo Chaves, Antônio Prado e Bom Jesus.

Ao fazer um enfrentamento entre a população dos municípios, segundo os dados do IBGE de 1 de setembro de 1940, podemos mensurar o percentual de atendimento da população em geral.

Tabela 10 - Percentual de atendimento escolar (1940)

Município	Número de habitantes	Número de alunos	Percentual de atendimento
Caxias	39.677	7.721	19,45 %
Farroupilha	12.511	2.337	18,67%
Garibaldi	17.873	3.326	18,60%
Antônio Prado	11.308	1.973	17,44%
Flores da Cunha	9.424	1.638	17,38%
Alfredo Chaves	16.272	2.765	16,99%
Bento Gonçalves	18.771	3.034	16,16%
Prata	22.625	3.580	15,82%
Vacaria	32.784	3.627	11,06%
Bom Jesus	11.864	890	7,50%

Fonte: Elaborada a partir do Jornal A Época, 1940³⁹² e IBGE, dados de 1 de setembro de 1940 (1950).

Diante da tabela organizada, a partir da publicação no periódico A Época e do número de habitantes divulgado pelo IBGE - dados de 1 setembro de 1940 -, pode-se dimensionar o percentual de pessoas atendidas nesse ano em cada município. Os municípios contemplem de 15 a 19% do total de seus habitantes na rede escolar, exceto Vacaria e Bom Jesus, que absorvem um percentual menor da população. Já o município de Farroupilha atende 18,67% dos habitantes, ficando com um percentual menor apenas que Caxias, que atende 19,45% dos habitantes. Sabe-se que as estatísticas educacionais no período variam, a dificuldade de reunir informações precisas era uma constante, porém, no conjunto, mesmo que possam ter variações, é possível ter uma ideia de que Farroupilha figura dentre os municípios que atendem os maiores percentuais de alunos em relação ao total de habitantes³⁹³.

³⁹² Jornal A Época, Caxias, 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95, p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/443>. Acesso em: 18 jun. 2018.

³⁹³ O IBGE ainda divulga estatística das pessoas que recebem algum tipo de instrução de 5 a 39 anos, no entanto, não especifica o que engloba a categoria, algum tipo de instrução, por isso optou-se em não utilizar os dados para a referida análise.

Também no período em que foi prefeito, institui-se o diretório e a comissão executiva da Liga de Defesa Nacional de Farroupilha³⁹⁴, empossada em 1 de novembro de 1940, em solenidade realizada no Cine Guarani. Compuseram a comissão executiva o presidente, Tenente Januário Dutra; 1º vice-presidente, Dr. Acelino R. de Azevedo; 2º vice-presidente, Pedro Antonello Filho; 1º secretário Sr. Iolando Schuler; 1º tesoureiro, sr. Francisco Severo Zamboni; 2º tesoureiro, cargo ocupado por Candido Acauan e Antenor Ornaghi; oradores Dr. Armando Antonello, José Cachapuz de Medeiros, tenente Joaquim da Silva Santos e Tiago Luchese³⁹⁵. A Liga de Defesa Nacional foi criada em 1916, inspirada nas ideias de Olavo Bilac. No Rio Grande do Sul, reorganizou seu diretório regional em 1937. Seu presidente de honra era Cordeiro de Farias, e fundaram-se vários núcleos locais, como o de Farroupilha. Tais núcleos contribuíram no contexto da campanha de nacionalização.

A breve administração de Januário pode ser caracterizada pela continuidade dos processos instituídos, pela preocupação em fiscalizar pessoalmente as aulas municipais e pela participação do momento da criação do núcleo local da Liga de Defesa Nacional.

4.4 ESPECIAIS CUIDADOS E MÁXIMA DEDICAÇÃO³⁹⁶ COM A EDUCAÇÃO: NELSON T. SCHNEIDER

“[...] a cerimônia foi simples, constante unicamente de ata de transmissão de funções, após o prefeito, em poucas palavras, disse aos funcionários que esperava deles o máximo de eficiência, zelo e lealdade dentro de suas atribuições.”

(DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1940, p. 8 ³⁹⁷)

Em dezembro de 1940, o quarto prefeito de Farroupilha, Nelson T. Schneider, tomou posse, de maneira simples, em substituição a Januário Dutra. Ele permaneceu na administração até setembro de 1942. Sua administração compreendeu o período de 18 de

³⁹⁴ Sobre o surgimento da Liga de Defesa Nacional, ver Oliveira (2012).

³⁹⁵ Jornal **A Época**, ano III, Caxias, 10 de novembro de 1940, nº 105, p. 4, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/504>. Acesso em: 14 abr. 2020.

³⁹⁶ A representação sobre a dedicação municipal está citada no documento a seguir emitido pelo prefeito Nelson Schneider e inspirou o título. **Correspondência 624-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 29 de maio de 1941.

³⁹⁷ Jornal **Diário de Notícias**, ano XVI, Porto Alegre, terça-feira, 31 de dezembro de 1940, nº 289, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/3973. Acesso em: 15 de abr. 2020.

dezembro de 1940 a 23 de setembro de 1942. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL'OSBEL, 1993).

Durante a administração de Schneider, a interlocução com o Estado manteve-se intensa. Sem dúvida, essa é a administração que avoluma o maior número de correspondências no arquivo municipal concernentes à Educação. Ciente de que os documentos não são produzidos ou conservados ao acaso, a primeira questão que se destaca é a intensa produção de correspondências realizada por Schneider, o que apresenta a mobilização, dessa forma, em solicitar, mediar, negociar ações em prol da Educação para o município. Por meio do escrito, foram registrados pedidos, respostas, posicionamentos políticos entre diferentes instâncias que só puderam ser conservados porque foram frequentemente produzidos e organizados.

Nesse período administrativo, voltam a ocorrer negociações em torno da construção de prédios para os grupos escolares. As tratativas entre o governo municipal e estadual para a construção de um prédio próprio para o Grupo Escolar Nova Sardenha começaram em 1941. No mês de junho, o Decreto-Lei nº 18 autorizou a transferência do terreno ao governo do Estado³⁹⁸, e o município recebeu a visita do engenheiro da Secretaria das Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Oscar de Oliveira Ramos, para a escolha do terreno onde seria executada a obra. A partir de então, ele autorizou a construção em alvenaria sob a alegação de que “[...] será mais sólida e não ultrapassará a importância já destinada a este município[...]”. Diante disso, o prefeito Nelson Schneider solicitou autorização para “[...] construir um edifício de alvenaria e não de madeira conforme estava projetado.”³⁹⁹.

O edital 72 de concorrência para a construção de um edifício em alvenaria foi aberto em 15 de março de 1941. No primeiro momento, foi apresentada uma única proposta por José Fortunato, para a construção de um prédio em material, que foi negada pela prefeitura. Então, foi lançado o edital 73 com o mesmo intuito; no entanto, desta vez, abriu-se concorrência para a construção de um prédio em madeira⁴⁰⁰. Novamente a proposta foi

³⁹⁸ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 18**, de 21 de junho de 1941. Autoriza a transferência de um terreno para ao governo estadual. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF.

³⁹⁹ **Correspondência 392-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 20 de fevereiro de 1941. Tratam da construção do prédio para o grupo escolar. CER/AGPMF.

⁴⁰⁰ **Edital 73**, de 7 de abril de 1941. Concorrência pública para a construção de um prédio escolar de madeira, na vila de Cajuru, sede do 3º distrito do município. CER/AGPMF. O edital foi publicado no Jornal O Momento, Caxias, 14 de abril de 1941, ano X, edição 422, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/2083>. Acesso em: 21 mar. 2020.

apresentada por José Fortunato e, desta vez, aceita⁴⁰¹. A construtora ficou então responsável pela obra de um prédio escolar a partir da planta padrão para 150 alunos⁴⁰² - seguindo as especificações da Diretoria de Obras do Estado para a construção de colégios rurais de madeira -, que foi encaminhada ao município pelo João Batista Pianca, engenheiro chefe de seção⁴⁰³. O terreno com 2.765 m² para obra foi doado por Angelo Damiani⁴⁰⁴.

As notícias do andamento da obra eram dirigidas pelo prefeito diretamente a Coelho de Souza, e, em junho de 1941, a situação era de que a “[...] construção [do] prédio escolar Cajuru [foi] iniciada estando sendo colocados alicerces. Obra retardada [em] virtude [do] mau tempo.”⁴⁰⁵. Em outra correspondência, pede a Coelho de Souza sobre qual deveria ser a denominação do grupo escolar e encaminha a sugestão dada pela professora, Grupo Escolar Amazonas, em homenagem ao Estado do Norte do país, que não foi aceita⁴⁰⁶. Em 19 de agosto de 1941, o prefeito solicitou com urgência a vistoria do prédio escolar. Para isso, pediu a vinda de um engenheiro do Estado para examinar a obra⁴⁰⁷. A citada vistoria foi realizada em 23 de agosto, poucos dias após sua solicitação, por Mansueto Serafini⁴⁰⁸.

⁴⁰¹ **Correspondência 168-7-941**, de Giacomo Valentin Lucchese, secretário da Prefeitura Municipal de Farroupilha, para José Fortunato, construtor, 23 de abril de 1941. Comunica o aceite da proposta de construção do Grupo Escolar de Cajuru. CER/AGPMF.

⁴⁰² **Correspondência 638-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de junho de 1941. Trata sobre a planta do grupo escolar, 3º distrito. CER/AGPMF.

⁴⁰³ **Correspondência** de João Batista Pianca, engenheiro, para Nelson Schneider, prefeito, 4 de abril de 1941. Especificações sobre a construção de colégio rural. CER/AGPMF.

⁴⁰⁴ **Empenho** pago a Rosvaldo Azevedo, notário, proveniente de emolumentos da escrituração de doação, março de 1941. Em outubro houve outro pagamento de emolumentos de 125\$800 para o mesmo fim. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁴⁰⁵ **Fonograma** oficial de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 10 de junho de 1941. Comunica sobre o andamento da construção do Grupo Escolar Cajuru. CER/AGPMF.

⁴⁰⁶ **Correspondência 734-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de agosto de 1941. Trata da inauguração do Grupo Escolar do 3º distrito. CER/AGPMF.

⁴⁰⁷ **Correspondência 749-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Antonio Meirelles Leite, Secretário do Estado dos Negócios de Obras Públicas, 19 de agosto de 1941. CER/AGPMF.

⁴⁰⁸ **Correspondência 759-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Antonio Meirelles Leite, Secretário do Estado dos Negócios e Obras Públicas, 23 de agosto de 1941. CER/AGPMF.

O prédio escolar construído para abrigar esse grupo foi inaugurado em 2 de setembro de 1941⁴⁰⁹. Para custear a solenidade, a prefeitura dispôs de uma contribuição de 100\$000 entregue à Comissão pró-festa de inauguração do grupo escolar⁴¹⁰.

A mudança dos móveis para o novo prédio foi autorizada pelo prefeito. Para isso, foi solicitado o apoio do subprefeito do 3º distrito para auxiliar a diretora do grupo escolar⁴¹¹. Por conseguinte, cessou a despesa de aluguel devida a Angelo Damiani, paga até então pelo município. O prédio escolar deveria ser zelado pelo subprefeito, que tinha incumbência de solicitar auxílio de algumas pessoas de confiança residentes no local com o objetivo de evitar depredações ou violações⁴¹². O Grupo Escolar de Nova Sardenha iniciou seu funcionamento com 58 alunos sob a direção de Silvia Jaconi e, nos anos seguintes, atendeu uma média de 40 alunos por ano⁴¹³. Ou seja, os grupos escolares rurais eram menores em números de alunos e suas construções eram mais simples.

A verba para a construção do prédio foi encaminhada pelo governo estadual, num total de 50:0000\$000 que foram repassadas em parcelas ao construtor pela prefeitura. A inauguração do prédio, porém, não significou a conclusão dele. O que se pôde constatar é que foi necessário um implemento de verba, que deveria ser de responsabilidade da Prefeitura de Farroupilha, para regularizar especificações da planta fornecida pela Secretaria dos Negócios das Obras Públicas.

⁴⁰⁹ Diversas **correspondências**, datadas de 20 de agosto de 1941, convidam para a inauguração do prédio escolar Raul Armando Pinto (Chefe dos Correios e Telégrafos), Dante Figueiredo (Chefe do laboratório bromatológico), Joaquim da Silva Boemio (Delegado da junta de alistamento), Arlindo Machado (Delegado de Polícia), José Cachapuz de Medeiros (Juiz Municipal), Olavo de Holanda Cavalcanti (Coletor Federal), Candido Marques Acauan (Coletor Estadual) e Antônio Jesus Batista (Secretário da Agricultura), Wanda Jaconi (Diretora do grupo escolar da sede), Pedro Antonello Filho (Presidente do Tiro de Guerra 652), Acilino B. de Azevedo (Presidente do Núcleo da Liga de Defesa Nacional), Padre Thiago Bombardelli (Vigário da paróquia), Adolfo Fedrizzi (Padre), Irmã Maria Alice (Diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes), Angelina Carlesso (Professora da Escola Isolada de São Miguel), Sargento Dórico Castro (Instrutor do Tiro de Guerra 652), Sylva Rocha Costa (Professora da aula isolada de Desvio Blauth), Elidia Bissiori (Diretora do Grupo Escolar de Vila Jansen), Celia Dillenburg (Diretora do Grupo Escolar de São Marcos), Ricardo Chiele (Agente municipal de Estatística), Giacomo Valentim Luchese (Correspondente do Jornal A Nação), Amaro Joaquim Rodrigues (Correspondente do Correio do Povo), Rosvaldo Azevedo (Correspondente do Jornal do Estado), correspondências emitidas em 21 de agosto de 1941. Ady Sobrosa Peterlongo (Orientadora Elemental da 4ª Região Escolar - Garibaldi), Olga Acauan Gayer (Diretora Geral da Instrução Pública), Luiz Antonio Dalben (Delegado Regional de Ensino), correspondências emitidas em 22 de agosto de 1941. CER/AGPMF.

⁴¹⁰ **Empenho** s/nº de agosto de 1941. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁴¹¹ **Correspondência 1113-7-941**, de Giacomo Valentim Luchese, secretário da Prefeitura Municipal de Farroupilha, para o subprefeito de Cajuru, 8 de dezembro de 1941. Pede auxílio para a diretora do Grupo Escolar de Cajuru (Nova Sardenha). CER/AGPMF. **Correspondência 1114-7-941**, de Giacomo Valentim Luchese, secretário da Prefeitura Municipal de Farroupilha, para diretora do grupo escolar, 5 de dezembro de 1941 orienta a diretora do Grupo Escolar sobre a mudança dos móveis, da devolução da chave ao proprietário e a necessária comunicação à Prefeitura Municipal em função do cessar do pagamento do aluguel. CER/AGPMF.

⁴¹² **Correspondência C. 756-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para o subprefeito do 3º distrito. Pede para zelar pelo prédio escolar da vila, 26 de setembro de 1941. CER/AGPMF.

⁴¹³ Histórico da Escola de Ensino Fundamental Nova Sardenha (1989) – SMEF.

Nelson Schneider “[...] reconhece o dever que se impõe às prefeituras de cooperarem com o Estado na construção de tão úteis edifícios, quais sejam os prédios escolares rurais[...];” no entanto, expõe que, em virtude de uma diminuição na arrecadação em razão da crise da vitivinicultura, além de um investimento nas estradas em função das chuvas de maio, não dispunha de verba para a complementação de 16:552\$800 somados a mais 3:0000\$000 de um muro de vedação⁴¹⁴.

Diante da solicitação da municipalidade, o governo estadual encaminhou mais 10:000\$00⁴¹⁵ e, em concordância o muro de vedação não foi construído. O valor da obra foi majorado por terem sido introduzidas inovações que antes não constavam nas especificações elaboradas pela Secretaria das Obras Públicas que serviram como base para execução da concorrência pública⁴¹⁶. A placa de ferro fundido destinada ao Grupo Escolar veio de Porto Alegre⁴¹⁷. A construção do prédio escolar, que na administração de Eudoro tinha sido assumida como compromisso do município, nesta administração foi construída e custeada pelo Estado, ficando a cargo do município apenas a diferença do excedente, e as despesas que decorreram da doação do terreno. Em 22 de janeiro de 1942, o município teve concedido o “Termo de recebimento provisório” do prédio escolar do Cajuru⁴¹⁸.

Um aspecto observado na administração de Schneider era o cuidado em pagar o que realmente estivesse sendo utilizado para a prestação de serviços públicos, o que gerou alguns questionamentos por parte dos proprietários de imóveis que os alugavam para as escolas. A aula isolada de Desvio Blauth foi instalada em um chalé cujo aluguel foi assumido pelo município, que entendia que não deveria pagar o aluguel nos meses de férias. Por exemplo, nos meses de janeiro e fevereiro de 1941, o governo municipal justificou não ser necessário o pagamento nos meses de férias por compreender que o prédio, nessa época, foi utilizado para outros fins⁴¹⁹.

⁴¹⁴ **Correspondência 784-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 6 setembro de 1941. Pede auxílio financeiro para conclusão das obras do Grupo Escolar Cajuru. CER/AGPMF.

⁴¹⁵ **Correspondência nº 900-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 3 de novembro de 1941. Comunica o recebimento de verba. CER/AGPMF.

⁴¹⁶ **Correspondência 826-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Coronel Interventor, 25 de setembro de 1941. Agradece o implemento de verba e justifica o valor majorado. CER/AGPMF.

⁴¹⁷ **Correspondência 276-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para diretor da Instrução Pública. Acusa entrega da placa de ferro fundido em 28 de maio de 1942. CER/AGPMF.

⁴¹⁸ Encaminhado junto à **correspondência 39-8-1942**, 22 de janeiro de 1942. Acuso o envio do Termo de recebimento provisório do prédio escolar Cajuru. CER/AGPMF.

⁴¹⁹ **Correspondência 404-7-9-43**, de Giácomo Valentim Luchese, secretário da Prefeitura Municipal de Farroupilha, para José Bondan, locatário de imóvel utilizado para o grupo escolar, 5 de julho de 1941. Comunica que não seriam pagos os meses de janeiro e fevereiro e justifica. CER/AGPMF.

Ainda é interessante perceber que os locais ofertados para a implementação de aulas estaduais isoladas eram caracterizados como em boas condições. Porém, a movimentação em relação às instalações da aula isolada estadual de Desvio Blauth, aberta entre 1939 e 1940, permite pensar que a realidade pudesse ser diferente. Em abril de 1941, a prefeitura de Farroupilha recebeu a solicitação da Delegacia Regional de Ensino para que melhorasse as condições da aula, pois o “[...] acanhado espaço físico está prejudicando sensivelmente o trabalho naquela unidade escolar.”⁴²⁰. A justificativa do poder público para a situação foi a de que tendo fechado uma aula municipal próxima a Desvio Blauth, poderia ter aumentado a procura na aula estadual e ainda observa que há pouco tempo teria conversado com a professora, que não teria feito observação alguma sobre pouco espaço⁴²¹.

Em junho do mesmo ano, a professora Sylla Rocha Costa fez, então, a solicitação de auxílio para a construção de um prédio próprio para a escola. Tal pedido assentou-se na obrigatoriedade de ensino decretada pelo município, junto aos argumentos de que o espaço que utilizavam era reduzido, superlotado de alunos, em más condições de uso e localização desvantajosa, o que não permitiria a ampliação do atendimento do número de alunos. O terreno para a nova construção seria doado por um morador⁴²².

Então, entende-se que a abertura de aulas e grupos escolares em lugares que deveriam ser improvisados, por vezes, acabaram permanecendo assim e gerando novas solicitações por melhorias nos espaços físicos. Ilustrativo dessa situação é que continuaram em espaços improvisados os grupos escolares da Vila Jansen e São Marcos, bem como a aula isolada do Blauth.

Até então, o município contava com grupos escolares e aulas isoladas em funcionamento em todos os distritos, exceto o distrito de Nova Milano, pois o grupo escolar, criado em 1937, para esse local foi transferido para Nova Sardenha. Essa questão que foi observada pelo governo estadual e reconsiderada em 1941 por Coelho de Souza, conforme argumenta.

Como a secretaria não deseja que haja sede de distrito sem escola isolada ou grupo escolar funcionando, pouco importando o número de alunos, vou transferir para

⁴²⁰ **Correspondência** da Delegacia Regional do Ensino para Nelson Schneider, prefeito, recebida, 18 de abril de 1941. Solicita melhoramento nas instalações físicas da aula isolada do Desvio Blauth. CER/AGPMF.

⁴²¹ **Correspondência 581-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Apolinário Alves dos Santos, delegado regional de ensino, 23 de abril de 1941. Responde sobre o espaço físico da aula isolada estadual de Desvio Blauth. CER/AGPMF.

⁴²² **Correspondência** de Sylla Rocha Costa, professora do Desvio Machado, para Nelson Schneider, prefeito, 30 de junho de 1941. Pede auxílio para a construção de um prédio próprio. CER/AGPMF.

Emboaba uma professora do Estado, remetendo material didático. Pergunto se v.s. pode fornecer para a escola uma sala em condições e algumas classes⁴²³.

Assim, percebe-se que, mesmo na década de 1940, a presença de instituições escolares estaduais nem sempre esteve atrelada à instalação dos grupos escolares, e por vezes o Estado marcou a sua presença em oferta escolar com aulas isoladas, ao passo que, sem escrever uma só palavra, expressa que a educação confessional não supre ou substitui a presença do Estado na oferta educacional.

Em setembro, o prefeito de Farroupilha comunicou a Coelho de Souza que conseguiu uma sala em boas condições por um aluguel de trinta mil réis mensais⁴²⁴. Que foi mobiliada com 15 classes escolares advindas do Grupo Escolar Farroupilha⁴²⁵. A aula foi instalada em 16 de setembro, data em que a regente assumiu e recebeu os materiais encaminhados pelo Estado, um momento prestigiado pelo prefeito Nelson Schneider⁴²⁶.

Uma situação a destacar foi uma intervenção em prol das professoras estaduais para que pudessem se ausentar dos distritos em que eram localizados os grupos escolares aos sábados à tarde e domingos. Como se pode ler abaixo houve um acordo entre o município e as professoras:

De acordo com o que vos prometi, relativamente ao vosso afastamento da sede desse distrito aos sábados à tarde e aos domingos, tenho o prazer de comunicar-vos que falei ao Exmo. Sr. Dr. Coelho de Souza, digno Secretário de Educação, o qual facultou ausentar-nos desse distrito aos sábados à tarde e aos domingos, contando que estejais no distrito no domingo à tarde. Essa concessão foi feita por S.Excia em caráter reservado, ficando qualquer ocorrência sob minha responsabilidade. Satisfeito por ter alcançado a vossa pretensão, firmo-as com as minhas cordeais saudações. Nelson Schneider⁴²⁷.

Há um jogo hierárquico constituído entre Estado e município ao qual estão subordinadas as professoras estaduais, sob um rígido controle que se estende à rotina do final

⁴²³ **Fonograma** de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 2 de setembro de 1941. Comunica da instalação de aula isolada em Nova Milano. CER/AGPMF.

⁴²⁴ **Fonograma** oficial de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 6 de setembro de 1941. Comunica a localização de uma sala para instalação de uma aula estadual. CER/AGPMF. O proprietário do imóvel era Thodor Luiz Radaelli.

⁴²⁵ **Fonograma** de Luiz Antônio Dalbem, delegado de ensino, para Nelson Schneider, prefeito, 12 de setembro de 1941. Comunica estar a professora do grupo escolar autorizada a entregar 15 classes escolares. CER/AGPMF.

⁴²⁶ **Correspondência 813-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Olga Acauan Gayer, 19 de setembro de 1941. CER/AGPMF.

⁴²⁷ **Correspondência 134-7-941** de Nelson Schneider, prefeito, para Elidia Biasiori, Cely conto e Amanda Mangoni, professoras do grupo escolar, 18 de abril de 1941. Comunica a possibilidade de ausentarem-se nos sábados à tarde e domingos dos distritos em que estão localizados os grupos escolares em que trabalham. CER/AGPMF.

de semana. Schneider intervém pela possibilidade de que possam se ausentar aos finais de semana e assume-se como seu responsável de qualquer ocorrência, assim essa “[...] representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado”. (CHARTIER, 2002, p. 22).

As professoras estaduais recorreram ao prefeito como mediador na solução de demandas específicas o que fica mais uma vez registrado na correspondência da diretora do Grupo Escolar de São Marcos. “Ao encerrar-se o ano letivo 1941, venho-me apresentar-vos os meus mais sinceros agradecimentos, pela bondade, e gentil atenção, com que sempre atendeu, em qualquer assunto referente aos interesses do Grupo Escolar de São Marcos.”⁴²⁸.

Outra questão sobre os grupos escolares, em áreas rurais, é que, caso houvesse falta de professoras, poderiam os prefeitos designar professoras municipais para colaborar com o Estado⁴²⁹. A única nomeação⁴³⁰ nesse sentido foi a da professora Iride Domingas Venzon, anos mais tarde, em 1947. Ela assumiu o cargo de professora auxiliar no Grupo Escolar de São Marcos.

Além das negociações para oferta de salas e prédios para os grupos escolares e aulas isoladas, a interlocução entre Estado, município e comunidades foi intensa e teve a prefeitura como mediadora e apoiadora. O envolvimento do prefeito no período foi intenso e excedeu as funções atribuídas a ele, que participou inclusive do Círculo de Pais de Mestres do Grupo Escolar Farroupilha⁴³¹. A prefeitura, no período, contribuiu mensalmente com a sopa escolar. A citada contribuição começou a ser paga em abril de 1941, 60\$000 mensais, somente sendo interrompida nas férias, e era repassada para a presidente do Círculo de Pais e Mestre do Grupo Escolar Farroupilha. Depois de instituído o auxílio, ele foi pago durante todo o período pesquisado.

Fernandes (2015) e Santos (2018) argumentam que a sopa escolar era preparada com produtos da plantação do Clube Agrícola e a cada semana era preparada por uma professora e servida sob sua supervisão. À sopa escolar ainda era dedicado um momento solene de

⁴²⁸ **Correspondência** de Celia Dillenburg, professora estadual, para Nelson Schneider, prefeito, 17 de dezembro de 1941. Agradece o apoio durante o ano letivo. CER/AGPMF.

⁴²⁹ **Ofício circular nº 178**, de Apolinário Alves dos Santos, delegado regional de ensino, para Nelson Schneider, prefeito, 14 de março de 1941. Trata da cedência de professoras municipais para o Estado. CER/AGPMF.

⁴³⁰ FARROUPILHA. **Decreto s/nº**, de 27 de outubro de 1947. Nomeia Iride Domingas Venzon para professora auxiliar do Grupo Escolar de São Marcos. Livros de Decretos-Leis de 1936 a 1947. SGDH.

⁴³¹ **Correspondência 1562-GVL**, de Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, para Alice Cibeli Jaconi, a diretora do Grupo Escolar Farroupilha, 17 de maio de 1939. Renuncia a presidência do Círculo de Pais e Mestres. CER/AGPMF.

inauguração nos grupos escolares. No Grupo Escolar Farroupilha, a inauguração foi registrada em duas datas diferentes. Em 1 de agosto de 1940, no Livro Diário da Escola (1939-1944); e no dia 7 de novembro de 1939, no Livro de Atas Cívicas do CPM.

Ao analisar os documentos da municipalidade, localiza-se, no mês de novembro de 1939, uma contribuição de 20\$000, durante a administração de Eudoro para a Sopa Escolar do Grupo Escolar Farroupilha. É interessante perceber que coincide com a data de outro pagamento, o de um veículo para levar uma comitiva para recepcionar Coelho de Souza em Emboaba, onde foram também aos grupos escolares de Cajuru e São Marcos por ocasião da inauguração da sopa escolar. Tais documentos evidenciam que em novembro de 1939 ocorreram solenidades de inauguração da Sopa Escolar nos grupos escolares e que esteve presente no município para a ocasião Coelho de Souza. No entanto, o único grupo que recebeu posteriormente auxílio mensal foi o Grupo Escolar Farroupilha. Assim, os documentos do poder público municipal nos permitem tecer relações que, apenas acessando o arquivo da instituição escolar, não seria possível. Ainda, pode-se afirmar que as inaugurações não garantiam a efetividade naquele momento da sopa nos grupos escolares e que ainda precisaram de um tempo para organizarem a oferta, o que justificaria os registros encontrados, em diferentes datas, encontrados no Grupo Escolar Farroupilha.

Conforme Gondra (2016, p. 521), “A agenda médica ao longo do século XIX, no Brasil, reservou um lugar especial para os problemas da ordem social, incluindo-se aí a questão da formação sistematizada das novas gerações, isto é, da educação escolar”, o que efetivamente tomou forma como higiene, um ramo que atentou para a medicina do social e que progressivamente, ao longo do século XX, adentrou à Educação escolar com um discurso pautado na razão médica que marca a ideia de instruir e moralizar.

Stephanou (1999, p. 129), ao tratar da realidade gaúcha, alega que o movimento toma forma e ganha fôlego a partir dos anos 30⁴³², quando “[...] torna-se proeminente a preocupação com o saneamento e a higiene, sobressaindo, em relação à última, a puericultura, a higiene escolar e a propaganda sanitária”. Dessa forma, ocorrem ressonâncias nas instituições escolares e que podem ser observadas neste estudo na preocupação com as condições higiênicas dos prédios escolares, a alimentação escolar e a instalação de um gabinete médico-dentário no Grupo Escolar Farroupilha.

⁴³² Sobre os discursos médicos, nas primeiras décadas do século XX, no Rio Grande do Sul, consultar Stephanou (1999).

O gabinete médico-dentário, do Grupo Escolar Farroupilha, em 1941, tinha por finalidade atender gratuitamente os alunos reconhecimento pobres no que se refere a procedimentos odontológicos e médicos, inclusive casos de subnutrição. As condições que constituíram sua instalação foram descritas em relatório pela diretora.

[...] ao debatermos o assunto, numa das reuniões da “Hora da Leitura” recebemos o Pelotão da Brasilidade e o oferecimento de seus préstimos, para a organização desse Gabinete. Foi assim que o Pelotão da Brasilidade, orientado pela professora Gema C. Pesca, com pleno êxito, resolveu esse problema. Contou, para isso, com a generosidade do povo do comércio. Devemos anotar aqui a contribuição valiosa da Prefeitura Municipal, com a quantia de 300\$000 e com a promessa de auxílios materiais. Digna de nota é a forma abnegada e altamente patriótica dos profissionais: Dr. Jaime R. Rossler⁴³³, médico, que não somente atende com entusiasmo e eficiência as crianças doentes, como até fornece medicamentos; os Srs. dentistas: Edmundo Hilguert, Silvino Postali e Alcides Krause que, também, desinteressadamente, prestam seus serviços profissionais e doaram me mesmo material para instalação do Gabinete, como aconteceu com o primeiro deles, fez doações valiosas, cadeira e o motor de pé.

A forma como foi articulada a instalação do gabinete médico-dentário apresenta a participação da comunidade – comércio e profissionais liberais –, do governo municipal⁴³⁴ e das instituições auxiliares do próprio colégio, como o Pelotão da Brasilidade, sob responsabilidade da professora Gema Comin Pesca, que tinha um bom relacionamento com municipalidade⁴³⁵. Dessa forma, amplia-se a análise comumente realizada acerca dos gabinetes médico-dentários enquanto espaço constituinte da arquitetura escolar e passa-se a perceber uma das formas de concretizar sua instalação e o atendimento, o que mobilizou diversos sujeitos e classes representativas do município.

Ao interessarem-se na relação entre Educação e cuidados para a saúde bucal infantil, Oliveira e Matos (2018) argumentam que os gabinetes dentários marcaram a ação dos dentistas na escola como disseminadores dos preceitos da higiene moderna e defensores de políticas públicas que visibilizassem as questões de saúde bucal. Sobre as discussões em nível nacional

[...] os cuidados para com a saúde bucal das crianças constituíram-se em problemática emergente desde os finais do século XIX, o que suscitou, desde então, estudos e pesquisas elaborados por dentistas, médicos, educadores e sociedades

⁴³³ Sobre a História da Medicina em Farroupilha e a história profissional do médico Jaime Romeu Rösler ver Rösler (2018).

⁴³⁴ Olga Acauan Gayer agradeceu em correspondência o apoio financeiro do município para que fosse inaugurado o gabinete médico-dentário. **Correspondência** de Olga Acauan Gayer, Diretoria Geral da Instrução Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 21 de outubro de 1941. CER/AGPMF.

⁴³⁵ Faz-se essa referência por estar representada a professora Gema Comin Pesca em diversas correspondências como professora dedicada, que, com grande esforço cursou a Escola Complementar.

civis organizadas. Essas questões foram amplamente discutidas em congressos e conferências nas áreas de odontologia e higiene, que deixaram registros em revistas, boletins profissionais e materiais de campanhas. Com fins educativos e profiláticos, as instituições odontológicas realizaram verdadeiras batalhas discursivas, visando sensibilizar governos e autoridades escolares (inspetores, diretores de instrução, professores) para a criação de clínicas dentárias infantis e serviços dentários gratuitos nas escolas públicas, dispensários e institutos de proteção à infância. (OLIVEIRA; MATOS, 2018, p. 1262).

Já em âmbito estadual, as ideias ganharam as páginas do Correio do Povo, na capital Porto Alegre. O doutor Cirne Lima, no ano de 1922, iniciou uma campanha em prol da assistência dentária direcionada às escolas e instituições congêneres, o que suscitou um intenso debate na imprensa em prol da profilaxia dentária.

Em nível local, como desdobramento do movimento, foi inaugurado o gabinete médico-dentário no Grupo Escolar Farroupilha, em 1º de setembro de 1941, e iniciou no dia 23 do mesmo mês os atendimentos odontológicos. A imagem a seguir nos permite visualizar o gabinete médico-dentário durante um momento de atendimento realizado por Edmundo Hilguert. (FERNANDES, 2015).

Figura 34 - Gabinete médico-dentário Grupo Escolar Farroupilha (1942)



Fonte: Fernandes (2015, p. 132).

A fotografia representa um momento de atendimento no gabinete médico-dentário, onde pode-se visualizar a cadeira em que o aluno está sendo examinado pelo dentista, e ao lado a mesa com alguns materiais. O ambiente está iluminado pelos raios de sol que adentram

a janela lateral. O momento escolhido para registrar foi o do atendimento odontológico, mas também eram feitos atendimentos médicos. Sobre o funcionamento desse espaço, pode-se que

A parte médica, que é atendida pelo Sr. Jaime Rossler, funciona duas vezes por semana, ou mais, quando necessário. Inicialmente, foi o exame, e, do seu resultado, foram classificados em: sadios, adoentados e gravemente enfermos, a juízo do médico, foram afastados das aulas, até seu restabelecimento. Além disso, as crianças foram examinadas com referência à nutrição, sendo que, em razão da maioria delas serem subnutridas, o Pelotão de Saúde tomou providências junto aos pais e procurou proporcionar auxílios⁴³⁶.

O atendimento médico escolar cumpriu as funções preventivas ao examinar os alunos e identificar seu estado de saúde, o que foi classificado nas categorias de sadios, adoentados e gravemente enfermos. Ao propor afastamento, impediu que aqueles que pudessem ter doenças contagiosas não transmitissem aos demais, pois a escola aglomerava pessoas e assim constituía condições para a proliferação de doenças. Além de vigiar a saúde das crianças, a fim de perceber se tinham uma nutrição considerada adequada, a instituição ainda estendida as orientações às condutas familiares, em alguns casos específicos, pautada nos saberes médicos.

Com referência à assistência dentária, o funcionamento é da seguinte forma: Sendo três os dentistas, foram após exame geral dos alunos pobres, organizados em três turmas, atendidas, por cada dentista, uma vez por semana⁴³⁷.

Um levantamento do número de atendimentos médicos e odontológicos durante o ano de 1941 também foi registrado no relatório, o que compreendeu os meses de setembro, outubro e novembro. A partir do exame médico inicial, dos 65 alunos examinados, foram classificados em 43 alunos como sadios, 17 alunos como adoentados e 5 alunos como gravemente enfermos.

No que se refere à assistência dentária, foram examinados 41 alunos, como se apresenta na tabela a seguir:

⁴³⁶ **Relatório** do Grupo Escolar Farroupilha sobre o atendimento médico-sanitário, dezembro de 1941, pela diretora Wanda Jaconi. CER/AGPMF.

⁴³⁷ **Relatório** do Grupo Escolar Farroupilha sobre o atendimento médico-sanitário, dezembro de 1941, pela diretora Wanda Jaconi. CER/AGPMF.

Tabela 11 - atendimentos no Gabinete Dentário Grupo Escolar Farroupilha (1941)

Procedimentos realizados/ nº alunos atendimentos	Dentista Edmundo Hilguert	Dentista Silvino Postali	Dentista Alcides Krause	Totais de procedimentos
Alunos atendidos	11	14	16	41
Obturações	46	11	7	64
Extrações	2	11	8	21
Curativos	56	29	18	103

Fonte: Elaborada a partir do relatório do Grupo Escolar Farroupilha sobre o atendimento médico-sanitário (1941).

A representação que a diretora registrou ao final do relatório, mais uma vez, marca o município como importante colaborador na efetivação da instalação e atendimentos, “[...] razão de sobra há, pois, para que tal instituição seja motivo de orgulho, não só para essa diretoria, como para nós e para a população e poderes públicos municipais, que muito contribuíram para isso.”⁴³⁸. A contribuição municipal foi paga ao Pelotão da Brasilidade - Presidente Getúlio Vargas no valor, já citado, de 300\$000. Ainda, em outubro de 1941, foram localizados dois empenhos para os dentistas Edmundo Hilguert e Hilário Hilguert pelo pagamento de obturações e extrações realizadas durante a Campanha Pró-Assistência Dentária Escolar em um total de 36\$000, o que denota que houve investimento municipal para instalação e manutenção do gabinete médico-dentário em 1941, o que não ocorreu nos anos seguintes⁴³⁹.

Somente o Grupo Escolar Farroupilha teve instalado o gabinete médico-dentário; então o que faziam os demais grupos escolares com relação a esse atendimento? Quais foram as maneiras encontradas diante de situações que demandavam atendimento de saúde para seus alunos? Em uma dessas situações, ocorrida na Escola Isolada de Desvio Blauth, a professora Sylla Rocha Costa recorreu ao prefeito Nelson Schneider, alegando que,

em virtude de alguns educandos dessa escola se acharem ameaçados de moléstias contagiosas e prevendo o infortúnio que tal fato acarretará, tomo a iniciativa de levar ao vosso conhecimento a fim de que possas permitir que na mesma escola

⁴³⁸ **Relatório** do Grupo Escolar Farroupilha sobre o atendimento médico-sanitário, dezembro de 1941, pela diretora Wanda Jaconi. CER/AGPMF.

⁴³⁹ Outros pesquisadores localizaram gabinetes médico-dentários instalados em instituições escolares no Rio Grande do Sul. Foi o caso do Colégio Elementar Souza Lobo, em Porto Alegre que contava com o gabinete médico-dentário, na década de 1940 (BASTOS; ERMEL, 2013), e outras instituições escolares também na capital do estado (ERMEL, 2017). Em Caxias do Sul, a Escola Complementar também contou com a presença do gabinete dentário. (TONIETTO, 2020).

seja feita uma inspeção médica por um dos abalizados médicos representantes do Departamento Estadual de Saúde nesta cidade⁴⁴⁰.

A solicitação nos apresenta novamente a administração municipal como mediadora, mesmo em se tratando de escolas estaduais.

Outra questão a ser pensada é como os discursos do Estado Novo chegam ao município. No Rio Grande do Sul, foi utilizado como veículo disseminador do discurso do novo e do nacional a Revista do Ensino, como forma direta de assim divulgá-lo entre os professores; mas teria chegado essa publicação até Farroupilha?

O que fica perceptível nos documentos acessados é o desejo da Secretaria Estadual de Educação e Saúde Pública de que a prefeitura auxiliasse de alguma forma na publicação da Revista de Ensino. Uma correspondência encaminhada por Coelho de Souza explicitou as intenções ao então prefeito Nelson Schneider:

O governo do Estado, através dessa secretaria, patrocina a publicação da “Revista do Ensino” – órgão de caráter educacional, informativo dos assuntos administrativos e técnicos do ensino. Os encargos com a sua manutenção cabem, integralmente, a “Editora Educacional Ltda.” Iniciativas de ordem cultural, como a Revista, têm de vencer dificuldades enormes, agravadas, sobretudo, na presente situação, do encarecimento do progresso material empregado. Carecem, por isto, da cooperação de todos os responsáveis e interessados pelas questões educacionais. Considero de grande utilidade e alcance estender-se a ação educativa e orientadora da Revista ao professorado municipal, ponderável parcela do sistema de ensino do Estado. Por estes motivos, confio em que o distinto amigo e patrício dispensará consideração e interesse ao apelo que ora faço, no sentido de amparar, materialmente, a “Revista do Ensino” – proporcionando a sua colocação entre o professorado do município e promovendo a publicação, em suas páginas, das realizações dessa administração, no terreno educativo e cultural⁴⁴¹.

O apelo de Coelho de Souza foi seguido de uma proposta da editora para que a prefeitura adquirisse exemplares para os professores. A Editora Nacional propõe, em 1941, que “[...] essa prefeitura, em face da situação precária do professorado municipal, lhe facilite a aquisição da Revista, tomando uma assinatura para cada membro do magistério municipal, a exemplo de outras comunas do Estado.”⁴⁴².

⁴⁴⁰ **Correspondência** de Sylla Rocha Costa, professora estadual, para Nelson Schneider, prefeito, 9 de julho de 1941. Pede inspeção médica. CER/AGPMF.

⁴⁴¹ **Correspondência** de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 14 de outubro de 1941. Pede, em nome da Revista do Ensino, apoio a esta publicação. CER/AGPMF.

⁴⁴² **Correspondência** da Editora Nacional para Nelson Schneider, prefeito, 20 de setembro de 1941. Oferta assinaturas da Revista do Ensino para todos os professores municipais e cobra um débito de assinaturas vencidas. CER/AGPMF.

É possível afirmar que sim, a prefeitura contava com alguns exemplares antes de 16 de outubro de 1941, e nesta data comprometeu-se com uma assinatura anual para a biblioteca pública municipal. A Editora Educacional, responsável pela publicação, ofereceu a possibilidade para que a assinatura fosse feita para cada professora municipal, no entanto, a mesma não foi aprovada. Foi assim sugerido que fossem as assinaturas ofertadas diretamente às professoras por sua conta⁴⁴³.

Ainda é inevitável saltar aos olhos a caracterização que faz a Editora Nacional dos professores municipais que estariam em situação precária, assim institui uma hierarquia simbólica entre os professores municipais e estaduais e ainda deixa implícito que as informações veiculadas na publicação poderiam dirimir tal situação, além de instituir o discurso oficial para os professores primários.

Quanto ao ensino confessional, permaneceu subvencionado e, ao dar início à obra de construção de um prédio próprio, com três andares em alvenaria, para o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, o governo municipal realizou o nivelamento do terreno⁴⁴⁴.

Mais uma decorrência do período foi a suspensão das subvenções e a fiscalização mais próxima das aulas particulares, decorrência dos Decretos 7.212, de 8 de abril, e o 7.614, de 12 de dezembro de 1938, que determinavam o registro de estabelecimentos particulares⁴⁴⁵ e sua consequente subordinação ao Estado. (QUADROS, 2006).

Em Farroupilha, somente no ano de 1941, encontram-se solicitações para que todas as aulas particulares do município fossem registradas, o que gerou questionamentos da municipalidade sobre quais seriam consideradas aulas particulares para efeito de registro. O serviço de fiscalização do ensino particular estipulou parâmetros na circular 347 para que fossem assim determinadas o que seriam consideradas escolas particulares subvencionadas:

1º) Nas escolas municipais os vencimentos superiores a 100\$000 são pagos ao professor que é mantido integralmente pela prefeitura, não podendo receber auxílio de qualquer natureza, de alunos, de Sociedades Escolares, comunidades religiosas, etc. Estas escolas não são sujeitas a registro, o mesmo não acontece ao professor que dele ficará dispensado. 2º) São consideradas escolas particulares subvencionadas aquelas em que a subvenção é de 100\$000 ou quantia inferior e concedida à escola, que, embora com o afastamento do professor, continuará a receber a subvenção municipal. Entretanto, o professor poderá, além da subvenção

⁴⁴³ **Correspondência 869-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Fabião Carneiro, diretor-gerente da Editora Educacional Ltda, 16 de outubro de 1941. Tratam sobre a Revista do Ensino. CER/AGPMF.

⁴⁴⁴ **Correspondência** de Giacomo Luchese, secretário da Prefeitura Municipal de Farroupilha, para a Madre Provincial das Irmãs de São Carlos, 6 de agosto de 1941. Comunica a permissão para construção e defere o pedido de nivelamento do terreno, após pagamento das devidas taxas. CER/AGPMF.

⁴⁴⁵ No Estado, foram fechadas 95 instituições escolares por não estarem adequados às normas. (QUADROS, 2006).

dada a escola, receber algum auxílio por outros meios, como sejam: mensalidades de alunos, de comunidades religiosas, sociedades escolares etc.⁴⁴⁶.

Após especificar de forma detalhada o que caracteriza a escola particular subvencionada, o documento observa: “Esperamos que o assunto fique elucidado de vez, a fim de que esta secretaria, a estatística educacional e as prefeituras possam agir com uma só orientação, trazendo facilidades mútuas para um perfeito entendimento relativo ao assunto em foco.”⁴⁴⁷.

O que se percebe é que ainda estava em pauta a discussão do que caracterizava uma aula particular, pois as fronteiras entre público e privado são extremamente borradas e não estavam nítidas para o município.

A possibilidade de tal registro causou tensões. Uma declaração de Lídia Freitas Travi apresenta a desavença entre o diretor Municipal da Instrução Pública e as professoras municipais, ao alegar que

[...] tendo tomado conhecimento que algumas colegas intentaram um movimento contra o m.d. Diretor da Instrução Pública Municipal no sentido de apontar certas irregularidades praticadas pelo mesmo, como seja de ter o referido funcionário se oferecido para fazer um registro que iria tornar-se necessário, caso as aulas municipais se tornassem por força de lei particulares, vem o presente declarar que acha serem destituídas de crédito tais alegações, assim como nada sabe em desabono à conduta do mencionado diretor⁴⁴⁸.

Outras declarações com conteúdo muito parecido a este foram produzidas. Eram datilografadas, e assinadas pelas professoras e são sem exceção, escritas pelo prefeito, com a seguinte afirmação: “Não interessa, archive-se”.

Juntam-se a essas declarações um abaixo-assinado de diversas professoras sobre o mesmo assunto, em que declaram:

[...] espontaneamente, que o Diretor da Instrução Pública Municipal, snr. Angelo Venzon Netto, é um honesto funcionário, cumpridor de seus deveres. Declaramos, outrossim, com referência ao registro das professoras que percebem menos de 100\$000, na Secretaria de Educação, que o referido cidadão jamais nos fez propostas com o fito de visar lucros ou com outros fins. Apenas prestou-nos

⁴⁴⁶ **Circular 347**, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Serviço de Fiscalização do Ensino Particular em 13 de janeiro de 1941. CER/AGPMF.

⁴⁴⁷ **Circular 347**, da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Serviço de Fiscalização do Ensino Particular, 13 de janeiro de 1941. CER/AGPMF.

⁴⁴⁸ **Declaração** de Lídia Freitas Travi, professora municipal, para Nelson Schneider, prefeito, 18 de fevereiro de 1941. Declaração em defesa do diretor da Instrução Pública municipal. CER/AGPMF.

esclarecimentos sobre esse assunto, não falando em dinheiro e muito menos que os registros custariam de 500\$ a 700\$000- Farroupilha 8 de fevereiro de 1941⁴⁴⁹.

Assinam o documento as professoras Anita Minella, Malvina Gabardo, Ignez Peccin, Adelina Peccin, Amalia David, Tereza De Momi, Maria Lazzari, Isabel Granvila e Santina Slomp. A partir do exposto, pode-se afirmar que o registro de aulas particulares causou rumores no município entre as professoras e a Diretoria de Instrução Pública. Nesse contexto, também existiram dúvidas sobre o que caracterizava uma aula particular, as quais foram esclarecidas entre município e Estado. Angelo Venzon Neto seguiu no cargo e parece não ter sido afetado por tal situação. Por fim, a prefeitura informou que não existiam no município aulas particulares a serem cadastradas⁴⁵⁰. A situação é ilustrativa para compreender que no período havia dificuldade de definir as tipologias de instituições escolares, pois isso ainda não era tão evidente, as instâncias não tinham as suas atribuições tão definidas e delimitadas.

Apesar disso, identifica-se no município a presença de um fiscal do ensino particular, Oscar Rodrigues Dornelles, professor Estadual. Conforme Quadros (2006), eram também chamados de fiscais da nacionalização na época. Decorridos alguns problemas com os fiscais do ensino particular, a partir de 1940, a tarefa foi instituída aos delegados regionais de ensino, às professoras orientadoras ou ainda, em casos específicos, a um professor escolhido para a tarefa⁴⁵¹.

Quanto à nacionalização do ensino, Nelson Schneider, em correspondência dirigida ao secretário José P. Coelho de Souza, argumenta: “[...] isto, aliás, tem merecido os meus especiais cuidados, desde o início de minha gestão administrativa”. Ainda afirma que tem reunido, com o intuito de obter melhores resultados “[...] periodicamente o corpo docente deste município, ditando-lhe normas de ação para obtenção de frutos mais positivos no que diz respeito ao maior incremento do amor às coisas da nossa terra”. Essa estratégia foi potencializada pelas visitas que realizava pessoalmente nas escolas municipais, em que recomendava, “[...] tanto aos alunos como aos professores, a máxima dedicação para o maior desenvolvimento de tão necessária educação cívica.”⁴⁵².

⁴⁴⁹ **Abaixo-assinado** das professoras municipais para Nelson Schneider, prefeito, 8 de fevereiro de 1941. Escrevem em defesa do diretor da Instrução Municipal. CER/AGPMF.

⁴⁵⁰ **Correspondência nº 138-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Apolinário Alves do Santos, delegado regional de ensino, 11 de janeiro de 1941. Informa que não permanecerá nenhuma professora ao grupo das escolas particulares. CER/AGPMF.

⁴⁵¹ **Ofício Circular 4.561**, da Sesp/RS, de 8 de junho de 1940. CER/AGPMF.

⁴⁵² **Correspondência 624-7-1941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, secretário estadual de Educação e Saúde Pública, julho de 1941. Fala sobre a nacionalização do ensino. CER/AGPMF.

O programa de ensino organizado na administração de Eudoro torna-se agora decreto na administração de Schneider (Apêndice D), registrado e publicado em 6 de fevereiro de 1941⁴⁵³.

O Estado no período, é que toma a frente na orientação de currículos e saberes que deveriam ser valorizados. Por meio de circulares, emite orientações como a da Circular 3090, da educação cívica. A questão é como eram repassadas essas orientações ao corpo docente. Quais as representações que tais orientações produziam no local? Em resposta à Circular 3090, pode-se pensar nas práticas administrativas escolares que traduziam as ações pretendidas pelo Estado.

[...] darei cabal cumprimento as determinações do Excmo. Sr. Cel. Interventor, adotando, em todas as aulas deste Município, as instruções baixadas por V. Excia. no sentido de tornar cada vez mais efetiva a exaltação dos sentimentos patrióticos entre o mundo discente desta Comuna. Isto, aliás, tem merecido os meus especiais cuidados, desde o início de minha gestão administrativa. Para melhor êxito desta campanha, de elevadas finalidades, tenho reunido, periodicamente, o corpo docente deste Município, ditando-lhes normas de ação para a obtenção de frutos mais positivos no que diz respeito ao maior incremento do amor as cousas da nossa Terra. Do mesmo modo, nas visitas que faço nos estabelecimentos de ensino municipais, tenho recomendado, tanto aos alunos, como aos professores, a máxima dedicação para o maior desenvolvimento da tão necessária e indispensável Educação Cívica. A iniciativa tomada por V.Excia. é digna dos melhores encômios e merece o mais decidido apoio de todos aqueles a quem cabe uma parcela de responsabilidade na Administração Pública⁴⁵⁴.

A resposta do prefeito nos permite perceber a posição em que ele coloca a administração municipal, que se reporta com a total colaboração enquanto parte integrante da responsabilidade pela Educação ao assumir as orientações do Estado que seriam disseminadas em encontros com professores e em visitas presenciais às escolas em contato com alunos e professores.

Na esteira das ações da campanha de nacionalização, veio a obrigatoriedade do ensino primário através do Decreto municipal nº 9, em 1941, que em sua primeira parte, apresenta as justificativas.

O Prefeito do Município de Farroupilha, de conformidade com o artigo 12, Nº I, do Decreto- lei Federal no 1.202, de 8 de abril de 1939. Considerando que a Constituição Federal, art. 130, torna obrigatório o ensino primário em todo o país; considerando que, há necessidade de regulamentar o ensino municipal, adaptando-se às normas constitucionais; Considerando que a frequência nas escolas públicas, vastamente disseminadas pelo interior do Município deixa muito a desejar, não

⁴⁵³ **Decreto s/nº**, 6 de fevereiro de 1941, regulamenta as aulas municipais, Farroupilha/RS. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF.

⁴⁵⁴ **Correspondência 624-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, secretário estadual de Educação e Saúde Pública, 29 de maio de 1941. CER/AGPMF.

correspondendo a matrícula da população escolar do município; Considerando que, essas falhas são motivadas em sua quase totalidade pelo descaso dos pais que pouco se preocupam com a instrução de seus filhos, os quais invocam toda a sorte de frivolidades para não mandarem à aula; Considerado que, por tal razão, se faz sentir a necessidade de coagir de um modo decisivo aos pais a darem a instrução indispensável a seus filhos⁴⁵⁵.

O documento retoma assim, a legislação nacional e argumenta ser necessário normatizar o ensino municipal considerando questões locais como: a infrequência escolar e a necessidade de que as famílias assumam a responsabilidade de enviar os filhos à escola, já que não existiriam motivos contrários, citados na continuidade do decreto.

Considerando que, a gratuidade do ensino primário, de acordo com o dispositivo, do **Estado art. 130 não se estende aos que não alegarem e aos que notoriamente não puderem alegar escassez de recursos**; Considerando que, existem, espalhadas em todas as zonas do município, escolas suficiente para atender toda a população em idade escolar; Considerando que, **há necessidade de vulgarizar o idioma nacional entre a população da zona rural**; Considerando que, a alfabetização geral deve ser preocupação essencial das administrações⁴⁵⁶.

Então, o prefeito, pautado na oferta de gratuidade de vagas - em um número considerado suficiente de instituições escolares para atender os alunos – e na necessidade de disseminar a língua portuguesa, decreta a obrigatoriedade escolar, define-se a idade e condições de matrícula.

Decreta: Art. 1 – Torna efetiva a obrigatoriedade do ensino primário, para todas as crianças em idade escolar. §único – Considera-se em idade escolar, para cumprimento do presente Decreto, toda criança que tiver mais de 7 e menos de 12 anos. Art. 2 – O ensino será absolutamente gratuito para todas as crianças notoriamente pobres. Art. 3 – Os alunos, cujas famílias dispuserem de recursos, contribuirão para a caixa escolar, de acordo com a seguinte tabela: Por aluno.....1\$500 réis mensais. Por mais de dois alunos da mesma família 1\$000 (cada um). Art. 4 – Nenhuma criança será matriculada em escola pública municipal, sem apresentar sinais de vacina antivariólica ou submeter-se à vacinação⁴⁵⁷.

Dentre as condições de matrícula define-se a contribuição para a Caixa Escolar, quando a condição financeira assim permitir, e a exigência de vacinação como pré-requisitos para a matrícula. A seguir, pautam-se as penalidades em caso de descumprimento.

⁴⁵⁵ FARROUPILHA. **Decreto nº 9**, de 22 de abril de 1941. Obrigatoriedade de ensino. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGD.H.

⁴⁵⁶ FARROUPILHA. **Decreto nº 9**, de 22 de abril de 1941. Obrigatoriedade de ensino. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGD.H.

⁴⁵⁷ FARROUPILHA. **Decreto nº 9**, de 22 de abril de 1941. Obrigatoriedade de ensino. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGD.H.

Art. 5 – Os pais, tutores ou pessoas de qualquer forma responsáveis por crianças em idade escolar, que, por motivo não relevante, deixarem de matricular seus filhos ou tutelados, no início do ano letivo, estarão sujeitos a multa de 50 a 100 mil réis. Art. 6 – Independente da multa estabelecida no art. Anterior, deverão os alunos contribuir com \$500 réis, para a caixa escolar, por cada aula que faltarem, sem nenhum motivo relevante. §único – Consideram-se motivos relevantes: os casos de doença, devidamente comprovados; – as intempéries, que possam constituir ameaça à saúde ou segurança das crianças, a critério dos professores; – os casos de enfermidades grave ou morte de pessoas da família dos alunos; IV – a distância entre a aula mais próxima e a residência do aluno, quando for superior a 3 quilômetros. V – os casos, omissos considerados relevantes pelo Diretor da Instrução Pública Municipal⁴⁵⁸.

Foram definidas multas em duas situações: quando não efetivada a matrícula ou por faltas injustificadas. O decreto, então, definiu quais seriam as justificativas passíveis de compreensão. Dentre as justificativas, a distância da escola deve também ser considerada, o que sinaliza que, apesar de o município ter um número significativo de instituições escolares, não isenta alunos a percorrerem grandes distâncias, em especial nas áreas rurais.

Para finalizar o decreto, foram ainda definidas responsabilidades na execução da obrigatoriedade de ensino e em questões práticas, tais como a arrecadação da Caixa Escolar e sua finalidade.

Art. 7 – Incumbe aos professores e ao Diretor da Instrução Pública zelar pela execução do presente Decreto e arrecadar as quantias destinadas à caixa. Art. 8 – As importâncias arrecadadas pelos professores serão entregues à Diretoria da Instrução Pública Municipal mediante recibo. Art. 9 – Os totais arrecadados pelas caixas escolares destinar-se-ão, em parte para o fornecimento de material escolar aos alunos reconhecidamente pobres, sendo outra parte aplicada na concessão de gratificações ao professorado e doação de prêmios aos alunos melhor classificados nos exames de idioma pátrio⁴⁵⁹.

Já as famílias que tivessem condições financeiras deveriam arcar com as despesas de seus filhos.

Art. 10 – Os pais dos alunos, ou qualquer pessoa por eles responsáveis, salvo caso de notória pobreza, ficam obrigados a adquirir; de acordo com a determinação dos professores, o material escolar indispensável a eficiência do ensino. Art.11 – Ao subprefeito compete decidir, quando houver dúvida, sobre os casos de pobreza, a que se referem os arts 2 e 9 do presente Decreto. Art. 12 – Em falta de pagamento das contribuições determinadas no presente Decreto, infratores serão lançados em dívida ativa, e consequentemente sujeitos à execução. Art. 13 – No horário das

⁴⁵⁸ FARROUPILHA. **Decreto nº 9**, de 22 de abril de 1941. Obrigatoriedade de ensino. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGDH.

⁴⁵⁹ FARROUPILHA. **Decreto nº 9**, de 22 de abril de 1941. Obrigatoriedade de ensino. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGDH.

aulas, é obrigatório o ensino diário da língua pátria. [...] seus homens ilustres e ao culto das virtudes cívicas. Art. 16 – O presente Decreto entrará em vigor 30 dias após a sua publicação. Art. 17 – Revogam-se as disposições em contrário. Registre-se, publique-se e cumpra-se. Gabinete do Prefeito, em 22 de abril de 1941. Nelson Schneider, Prefeito⁴⁶⁰.

Diante do decreto, várias questões foram normatizadas e explicam as definições de estrutura e funcionamento de matrículas, frequência, Caixa Escolar, materiais escolares, e reforçam o ensino do português como língua oficial, bem como o culto a personalidades nacionais e a realização de atividades cívicas.

Com relação à elaboração do decreto municipal assinado por Nelson Schneider, é interessante observar que nas correspondências da Prefeitura encontra-se a cópia do projeto de lei⁴⁶¹ acerca da obrigatoriedade de ensino do município do Prata, assinado pelo prefeito Adolpho Schneider. Por terem o mesmo sobrenome, supõem-se que possa existir aí uma relação de parentesco que gerou a circularidade de informações entre as duas administrações.

O decreto de Farroupilha é muito próximo em relação ao texto do município do Prata, porém alguns aspectos foram adequados. Alguns deles são: ao passo que o município do Prata alega que, para tornar efetiva a obrigatoriedade, preliminarmente precisa instalar escolas em número suficiente, Farroupilha já declara ter o número de escolas suficiente para atender os alunos em todas as zonas do município; percebe-se que o município do Prata não estipula um valor de contribuição no início do ano para a Caixa Escolar, já Farroupilha sim, 1\$500 para cada filho, e, se tiver mais filhos, 1\$000 cada um. Já as multas, foram estipuladas nos dois municípios e os valores são os mesmos. Diante disso, afirmo que o projeto do município do Prata, junto ao de Garibaldi, possam ter servido de orientação para a elaboração do decreto de Farroupilha. Dessa forma, é possível perceber que a obrigatoriedade foi prescrita legalmente, mas adequações às especificidades municipais permearam os discursos dos decretos municipais. Já se comparado ao município de Garibaldi, ele é muito próximo, inclusive nos valores estipulados para a contribuição à Caixa Escolar e para as multas. O Ato 7, de 12 de abril de 1939, regulamentou a obrigatoriedade de ensino em Garibaldi, um ano antes que Farroupilha, e aquele município considerou-se referência aos demais podendo, pelo período, ter também constituído referência de consulta para Farroupilha. (LUCHESE, 2014a).

⁴⁶⁰ FARROUPILHA. **Decreto nº 9**, de 22 de abril de 1941. Obrigatoriedade de ensino. Livro de Decretos-Leis, anos de 1936 a 1947. SGDh.

⁴⁶¹ A cópia do documento foi solicitada pelo prefeito Nelson Schneider, em abril de 1940, via correspondência C.99-4-1941.

No sentido de operacionalizar o decreto, o poder público municipal emitia correspondências aos pais que não enviassem os filhos à escola, a exemplo,

Tendo chegado ao conhecimento desta administração que V.S. possui dois filhos em idade de frequentar a escola, permito-me chamar a sua atenção para o conteúdo de Decreto nº 9, que entrou em vigor. Convém que V.S. preste informações sobre o motivo pelo qual não manda os filhos à aula, a fim de evitar as penalidades previstas no referido decreto⁴⁶².

As citadas correspondências localizadas foram endereçadas a homens da área rural do município, pais responsáveis pelos filhos, moradores da Linhas São José, Alencastro e Machado, entre os meses de maio de junho de 1941. As mesmas eram assinadas pelo prefeito. Já o município de Garibaldi, emitiu multas para as famílias, que, por sua vez, recorriam pedindo a isenção de pagamento, e muitas delas não foram cobradas. (LUCHESE, 2014a). Em Farroupilha, a estratégia foi a comunicação no sentido de evitar a penalização, e não se encontrou a emissão efetiva de multas.

Outra ressonância da obrigatoriedade foi de que as faltas passaram a ser justificadas, e o controle ficou ainda mais rígido. A exemplo, cita-se a comunicação da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele, regente da aula 25, em que justifica as faltas ocorridas no mês.

João L. de Bona por doença; Amandio F. Broilo por trabalho; Albino Pegoraro por ter sido operado de apêndice; Claudino Bazzo por trabalho; Itacir Benedetto por trabalho; Alcides de Bona por trabalho, João de Bona por ter sido operado de apêndice, Opelho de Bona por trabalho, Incemio A. de Bona por doença; Silvino Molon e Levino O. Molon por trabalho; Leonildo e Anestor Bazzo por trabalho; Lydio P. Bazzo por que não quer mais ir a aula; Sétimo Silvestrin por trabalho; Odilla Sachet por trabalho, Lizena C. Lovatto por trabalho; Olga C. Molon por ter seu pai doente e por trabalho; Melia Rafaelli por ter trabalho; Olivia de Bona por ter trabalho; Ivany Chieli por trabalho; Selmira M. Molon e Guilhermina A. Molon disseram-me estar doente, em vez cada dois ou três dias via elas ir na venda. Essas informações foram dadas pelos pais dos alunos⁴⁶³.

A professora detalha nominalmente as ausências e os motivos, dentre eles destacam-se os de saúde e de trabalho, mas percebemos também que tem alunos que não querem ir à escola ou dizem estar doentes e estão circulando pela comunidade. A obrigatoriedade escolar pode ter incentivado uma maior frequência, mas também a tática de justificar com motivos os quais não eram condizentes com as reais razões das ausências. Já as faltas por motivo de

⁴⁶² **Correspondência 337-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, a um pai de aluno infrequente, julho de 1941. CER/AGPMF.

⁴⁶³ **Correspondência** de Rachel Carlota Silvestrin Chiele, professora municipal, para a Diretoria de Instrução Pública, sem data. Justifica as faltas. CER/AGPMF.

trabalho não foram consideradas no Decreto 9 como motivo relevante. Assim, mesmo não sendo localizados documentos sobre multas, não se pode afirmar que não ocorreram. Como esse seria um dos casos omissos, compreende-se que ficava a cargo dos prefeitos os encaminhamentos sobre esses alunos trabalhadores⁴⁶⁴.

Ao passo que a professora informa sobre as ausências, também recebe orientações da subprefeitura sobre os alunos infrequentes. João da Silveira, em agosto de 1942, informou à professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele:

Cumpre-me levar ao vosso conhecimento que, o caso dos alunos [...], já foi por mim tomadas providências, de conformidade com às determinações do sr. Prefeito. Solicito-vos, a fineza de comunicar-lhe si os referidos pais, estão mandando regularmente seus filhos na aula sob a vossa direção, caso contrário serão os mesmos punidos de conformidade com que preceitua o Art. nº 5 e 6, do Decreto nº 9 de 22 de abril de 1941⁴⁶⁵.

Mensalmente, os professores das aulas municipais e grupos escolares encaminhavam ao subprefeito a matrícula e a frequência de alunos das instituições escolares de seu distrito e este repassava à Diretoria de Instrução Pública Municipal⁴⁶⁶, que, por sua vez, fazia o encaminhamento dos boletins mensais para a Delegacia Regional de Ensino.

Não só a infrequência gerava a comunicação do prefeito às famílias. Um caso de indisciplina escolar gerou o seguinte comunicado: “[...] o vosso filho tem perturbado a boa marcha da aula dessa Linha, peço tomardes providências, pois é inadmissível que um escolar prejudique aos demais alunos que querem aprender.”⁴⁶⁷. A correspondência do prefeito para os familiares do aluno, mais uma vez, reafirma a centralidade do administrador até mesmo em questões cotidianas.

A mobilização em torno da obrigatoriedade do ensino gerou conflitos com o ensino público estadual no município, um deles expresso em correspondência do prefeito Nelson Schneider para o secretário José Pereira Coelho de Souza no ano de 1941. Após justificar seu esforço e as condições que o município ofertava para que os alunos frequentassem as aulas

⁴⁶⁴ Pôde-se localizar uma correspondência em que um pai solicita que o filho de 11 anos comece a frequentar as aulas dia 25 de março, pois está auxiliando na safra da uva. Justifica que faz o pedido para que não venha a incorrer multas previstas pelo Decreto 9. **Correspondência** de José Basso, pai de aluno, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 4 de março de 1943. CER/AGPMF.

⁴⁶⁵ **Correspondência 199-8-942**, de João Silveira, subprefeito, para Rachel Carlota Silvestrin Chiele, professora municipal, 11 de maio de 1942. Comunica sobre procedimento de alunos infrequentes. CER/AGPMF.

⁴⁶⁶ **Comunicação** de João Silveira, subprefeito, para Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, 13 de junho de 1942. Comunica do envio de frequência e matrícula. CER/AGPMF.

⁴⁶⁷ **Correspondência 333-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para um pai de aluno, 19 de junho de 1941. Pede providências quanto à indisciplina. CER/AGPMF.

por terem o número suficiente de escolas e não terem o problema da distância, além de usar como argumento o valor dispendido com a Instrução Pública, de 60:000\$000 anuais, relata o seguinte:

Sucedo, porém, que em palestra com a diretora de um dos Grupos Escolares deste município, declarou-me ela que para concitar as crianças do seu setor, de acordo com o que está previsto pelo Decreto já citado [refere-se ao Decreto 9 de 22 de abril de 1941], teria que receber ordem de v. excia. Quer me parecer, e assim ponderei aquela diretora, que existindo um decreto do executivo municipal que visa fomentar a instrução pública, de um modo geral, quer referindo-se aos escolares das aulas do Estado, quer aos das do município, o resultado prático concorrerá para um único fim, qual seja o da maior alfabetização, principalmente, dos elementos que integram a zona rural. Não se trata como poderia parecer à primeira vista, de obrigar as escolas estaduais a se submeterem as determinações do executivo municipal mas, unicamente, receber o seu apoio, para que o decreto não fique em parte inócuo. [...] Sem o auxílio, que ora solicito V. excia., existirá, talvez, a ameaça de evasão dos alunos das aulas municipais para os estabelecimentos de ensino estadual, com o pretexto de que ali o ensino não é obrigatório e que, portanto qualquer falta de frequência não está sujeita ao pagamento de multas. Este aliás seria o pensamento de pais pouco cômicos de seus deveres de chefes de família, cujo número, infelizmente, não é pequeno. Tanto é assim que a diretora do Grupo Escolar a que me refiro declarou-me que si fosse efetuar a cobrança de multas, arrecadaria bastante, o que vem evidenciar que a frequência não está de acordo com a matrícula⁴⁶⁸.

A comunicação ao secretário nos ajuda a compreender que talvez as atribuições do Estado e dos municípios, apesar das crescentes normatizações no período, não estivessem bem definidas. Já o discurso do prefeito evidencia a ideia de manter uma unidade na exigência da obrigatoriedade e também nos permite perceber o diálogo direto com a diretora do Grupo Escolar, a quem ele teve o cuidado de preservar o nome. Nesse sentido, ainda pontuo que o Decreto não ficou apenas como transcrição, houve um esforço por seu cumprimento, justificado por Nelson Schneider:

[...] este grande problema que é a instrução pública entusiasma-me de modo especial. Para seu desenvolvimento, tenho empregado o melhor dos meus esforços, quer reformando a organização das aulas municipais, quer cooperando com essa Secretaria do Estado⁴⁶⁹.

⁴⁶⁸ **Correspondência 781-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, em julho de 1941. Comunica sobre a postura da diretora de um grupo escolar sobre a obrigatoriedade de ensino. CER/AGPMF.

⁴⁶⁹ **Correspondência 781-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, julho de 1941. CER/AGPMF. Em julho de 1942 o Decreto-Lei nº 28 suplementou a verba da Instrução Pública no valor de 1:000\$00 para despesas com aluguéis de grupos e aulas. Livro de Atas nº 1 da Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha/RS, 1937-1944. CMVF.

No entanto, afirmar que não havia problema de distância não corresponde ao significativo deslocamento que muitas crianças faziam para chegar à escola, tanto que é motivo relevante para justificar faltas escolares assim determinado no Decreto 9. Além disso, o número de escolas também não era suficiente para todos. Se assim fosse, não teria sido necessário solicitar a transposição de verba à Diretoria das Prefeituras Municipais com intuito de aumentar o montante para os aluguéis de prédios para aulas municipais. A justificativa foi pautada na transferência do Grupo Escolar da Vila Jansen para um prédio da Prefeitura⁴⁷⁰ amplo e arejado. Assim, o valor antes pago de aluguel para o Grupo Escolar poderia ser investido em aluguéis para aulas municipais⁴⁷¹. Tais elementos indicam que se fazia necessário ampliar o número de vagas de ensino primário no município.

Nesse sentido, são, mais uma vez, as solicitações e/ou reclamações das comunidades que nos permitem verificar a necessidade da abertura, reabertura de escolas e as distâncias entre instituições escolares ou ainda as distâncias por vezes percorridas pelos alunos.

Os moradores da Linha Caçador alegam que a aula foi fechada em função de a professora ter solicitado licença por um ano. Diante disso, indicam outra professora para assumir a aula. Segundo informação do diretor da Instrução Pública, a aula, em 1940, funcionou com a matrícula de 25 alunos e a frequência de 20 a 22 alunos, assim necessitava ser reaberta por serem as aulas mais próximas as do Rio Burati (2 a 3 quilômetros) e Linha Vicentina (3 a 4 quilômetros)⁴⁷².

Já a aula localizada na Linha Rio Branco, que, em acordo com o prefeito Eudoro, na administração anterior, foi reaberta pela negociação de que seriam alguns alunos matriculados no grupo escolar e outros frequentariam a aula municipal voltou a ficar sem professora. Assim, novamente, Américo Martini e outros alegam que,

Por motivos ignorados, naturalmente de força maior, encontra-se a aula municipal aí localizada sem professora, prejudicando naturalmente o curso regular dos alunos. Como habitam um tanto longe da sede, Vila Jansen, em distâncias entre três e quatro quilômetros, não puderam enviar seus filhos a aquela localidade, motivo pelo que pedem mui respeitosamente V. Excia consinta em ser designada alguma mestra para atendê-los⁴⁷³.

⁴⁷⁰ O prédio a que se refere é a subprefeitura do distrito.

⁴⁷¹ **Correspondência 675/7/1941**, Nelson Schneider, prefeito, para a Diretoria das Prefeituras Municipais, 11 de junho de 1941. Pede transposição de verba. CER/AGPMF.

⁴⁷² **Abaixo-Assinado** de moradores da Linha Caçador para Nelson Schneider, prefeito, 2 de abril de 1941. Pedem a reabertura da aula. A/AGPMF.

⁴⁷³ **Abaixo-assinado** de Américo Martini e outros para Nelson Schneider, prefeito, 28 de abril de 1941. Pedem professora para reabertura da aula. A/AGPMF.

Ainda alegam terem investido no prédio escolar e que assim possam usufruir do investimento comunitário. Novamente surge a discussão da distância em relação ao Grupo Escolar de Linha Jansen, que era menor que três quilômetros, porém levou-se em consideração que os alunos que frequentavam a aula na Linha Rio Branco teriam que percorrer uma longa distância para chegar ao grupo escolar. Dessa forma, entende-se que a aula deve ser reaberta e solicita-se a indicação de uma professora. Situação semelhante a esta gerou solicitações dos moradores do Travessão Portugal e, além do município lhe solicitar a indicação de uma professora, ainda pede se existe a possibilidade de hospedagem para ela⁴⁷⁴. Assim, compreende-se que a distância das aulas municipais no interior configurava-se dificuldade para conseguir professoras, que, por vezes, necessitavam de hospedagem para poder assumir as aulas.

Por fim, no ano de 1942, uma comissão de moradores da Linha Jacinto alega saber que a escola foi fechada por estar o prédio em más condições e se comprometem em arrumar o mesmo de forma provisória para que funcione nesse ano. Para o ano seguinte, responsabilizam-se pela construção de um novo prédio, que esteja de acordo com as exigências da prefeitura. As famílias que compõem a comissão têm 33 filhos em idade escolar entre 7 e 12 anos⁴⁷⁵.

Pôde-se localizar a inauguração de três aulas, localizadas nas Linhas Jacinto, Colombo e Rio Branco, em homenagem ao Presidente da República, Getúlio Vargas, no ano de 1942⁴⁷⁶. A abertura dessas aulas atendeu a campanha promovida pela Cruzada Nacional da Educação⁴⁷⁷ para comemorar a data natalícia de Vargas, dia 19 de abril. No entanto, ao lerem-se as correspondências das comunidades percebe-se que, ao menos na Linha Rio Branco e na Linha Jacinto, tratam-se de reaberturas e não de inaugurações de novas instituições, o que é uma tática no município, pois atende às solicitações das comunidades e

⁴⁷⁴ **Abaixo-assinado** de Angelo Bianchi Sobrinho para Nelson Schneider, prefeito, 22 de março de 1941. Pedem reabertura da aula do Travessão Portugal. A/AGPMF. A aula de Travessão Portugal foi solicitada pela comunidade para a municipalidade de Caxias, no ano de 1927, ao prefeito Celeste Gobbato, que deferiu o pedido diante da solicitação da construção da escola e doação do prédio e terreno para a prefeitura. Em 1928, foi nomeada para a localidade a professora Irma Roglio. (LUCHESE, 2019).

⁴⁷⁵ **Abaixo-assinado** de moradores da Linha Jacinto para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 6 de abril de 1942. Solicitam reabertura da aula e tratam sobre o prédio escolar. CER/AGPMF.

⁴⁷⁶ **Comunicado** para Cruzada Nacional de Educação de Nelson Schneider, prefeito, 19 de abril de 1942. Comunica a inauguração de três aulas. CER/AGPMF.

⁴⁷⁷ Os municípios foram chamados a auxiliar na abertura de escolas por meio de campanhas. No ano de 1938, a campanha sugeria abrir 5 mil escolas primárias em todo o país e convidou Farroupilha para abrir pelo menos três na data de 13 de maio de 1938, porém não se tem registros sobre essas inaugurações. CER/AGPMF.

as utiliza como inaugurações para atender, ao mesmo tempo, à solicitação da Cruzada Nacional de Educação.

O pedido da Cruzada Nacional de Educação era enviado com antecedência. Nessa ocasião, em 12 de novembro de 1941, havia solicitado para que o município promovesse a comemoração do aniversário do Presidente⁴⁷⁸, e a inauguração de escolas fazia parte da programação a ser pensada. A adesão às comemorações gerava agradecimentos e a inclusão do município no relatório apresentado ao Chefe da Nação⁴⁷⁹.

Após a inauguração, como forma de agradecimento pela adesão à campanha, a Cruzada Nacional de Educação comunicou o envio de materiais escolares, na proporção de 30 alunos por escola⁴⁸⁰. O citado envio foi intermediado pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que encaminhou 90 cadernos, lápis, tabuadas e Cartilhas do Povo, para serem distribuídos nas aulas inauguradas⁴⁸¹. No ano anterior, 1941, foram encaminhados ao município 60 cartilhas, 60 cadernos, 60 tabuadas e 60 lápis pela abertura de outras duas escolas em homenagem ao presidente⁴⁸². Esse envio apresenta a interlocução entre o local e o nacional.

No ano de 1942, a Cruzada Nacional da Educação anunciou a Campanha do Tostão com a intenção de, no dia 19 de abril de 1943, abrir 10.000 escolas primárias em todo o Brasil. Conforme Bica e Corsetti (2011), o início da Campanha, em junho, foi marcado pela contribuição de um tostão em uma urna de prata pelo Presidente da República em junho. A partir de então, os municípios começaram a ser comunicados da campanha, em julho de 1942, os programas foram enviados pelo presidente Gustavo Armbrust⁴⁸³. Quanto aos valores arrecadados

[...] aos srs. prefeitos, recolher os totais coletados: para as suas mãos vão convergir as importâncias colhidas em todo o território municipal. De acordo com o total

⁴⁷⁸ **Correspondência 915-7-1941**, de Gustavo Ambrust, Cruzada Nacional da Educação, para Nelson Schneider, prefeito, 12 de novembro de 1941. Pede informações para as comemorações do aniversário do presidente. CER/AGPMF.

⁴⁷⁹ **Correspondência** de Gustavo Ambrust, Cruzada Nacional de Educação, para Nelson Schneider, prefeito, 7 de maio de 1941. Agradece as comemorações. CER/AGPMF.

⁴⁸⁰ **Correspondência 1119/5/942**, de Gustavo Ambrust, presidente da Cruzada Nacional da Educação, para Nelson Schneider, prefeito, 14 de maio de 1942. Agradece a abertura de escolas em homenagem a Getúlio Vargas e comunica a remessa por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) de material escolar. CER/AGPMF.

⁴⁸¹ **Correspondência 349-6-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para o presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), 29 de junho de 1942. Agradece a remessa de materiais escolares. CER/AGPMF.

⁴⁸² **Correspondência** de Gustavo Ambrust, presidente da Cruzada Nacional da Educação, para Nelson Schneider, prefeito, 11 de julho de 1941. Remessa de materiais escolas. CER/AGPMF.

⁴⁸³ **Correspondência** de Gustavo Ambrust, presidente da Defesa Nacional, para Nelson Schneider, prefeito, julho de 1942. Campanha do Tostão. CER/AGPMF.

recebido, verificar-se-á em janeiro de 1943, quantas escolas poderão ser criadas, para serem, como se sabe, postas a funcionar no começo do ano letivo, mas só inauguradas no “Dia do Presidente”, isto é a 19 de abril de 1943. (CAMPANHA DO TOSTÃO apud BICA; CORSETTI, 2011, p. 178).

Assim, fica perceptível que o município foi chamado ano a ano a abrir escolas, atendendo aos apelos da Cruzada Nacional da Educação, mesmo que por vezes de forma tática, como nos anos de 1941 e 1942. Para o ano de 1943, foi incentivado a recolher contribuições em dinheiro para atender à demanda por meio da Campanha do Tostão.

Outra questão citada por Schneider foi o “clima hibernar” do município, que fazia também com que fosse necessário fornecer aos pobres, além do material escolar, agasalhos para que os alunos assim pudessem frequentar às aulas⁴⁸⁴. As lembranças da professora Italia Benedetto (1984) dos dias frios e chuvosos era a de “[...] *pegar o pelego do cavalo para aquecer os alunos*”.

Chegou o administrador a cogitar a compra de capas da empresa A.J. Renner & Cia da Capital do Estado no ano de 1941. Para tanto, solicitou as amostras de capas com capuz para crianças de 7 a 12 anos⁴⁸⁵. Apesar do desconto de 25% concedido pela empresa na aquisição de capinha “tipo colegial”, não se encontrou indícios de sua aquisição⁴⁸⁶; a opção menos onerosa foi a de aquisição de tecidos para a confecção de abrigos.

Para tal fornecimento, as professoras informavam a relação dos alunos reconhecidamente pobres. A informação era verificada pelo subprefeito, que atestava sobre a condição da família, se possuía bens, se tinha pendências de impostos ou outras situações que pudessem constar nos registros públicos, e, a partir de então, o prefeito decidia sobre a compra de tecido - para confecção de uniformes – que era entregue às professoras. O fornecimento de agasalhos era considerado assistência à infância e assim eram contemplados alunos de instituições escolares municipais, estaduais e confessionais. A carta a seguir

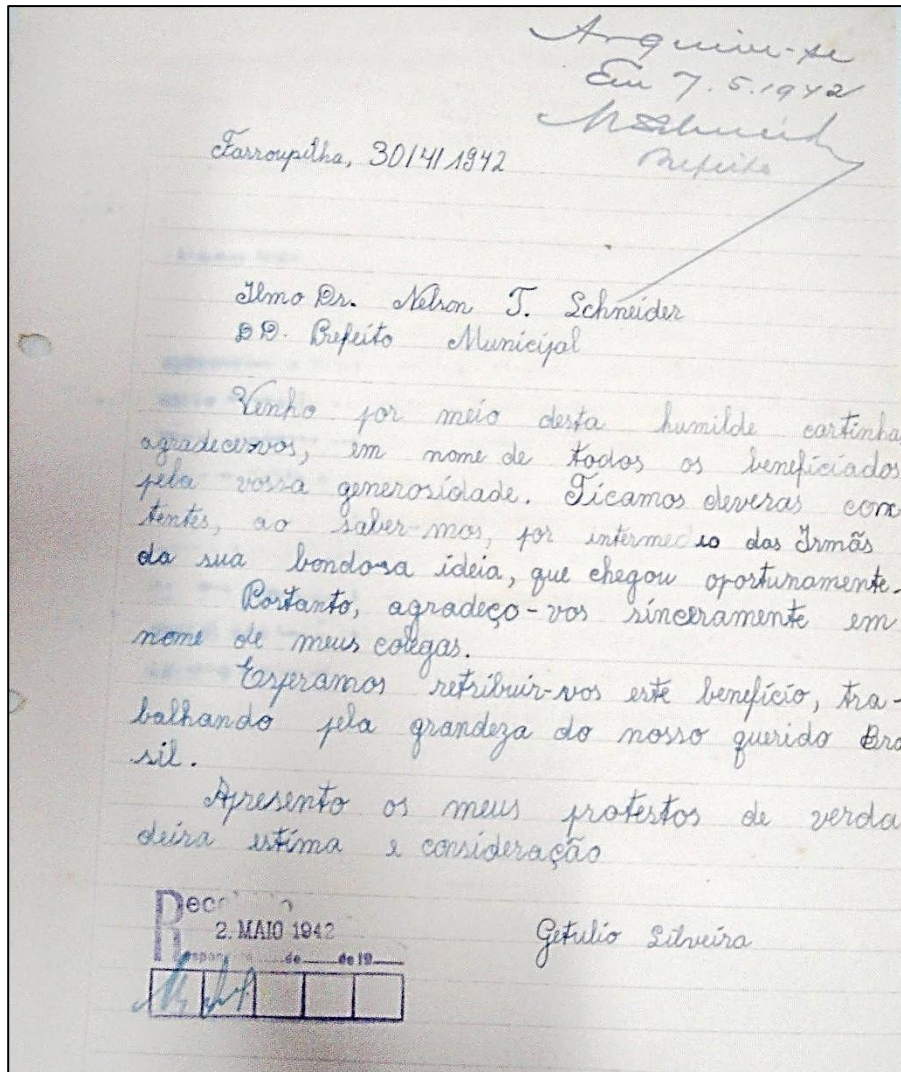
⁴⁸⁴ **Correspondência 570-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de setembro de 1942. Pede uma sala de aula para o curso noturno de alfabetização. CER/AGPMF.

⁴⁸⁵ **Correspondência 556-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para A.J. Renner & Cia, em 7 de abril de 1941. Pede amostras e preços de capas com capuz. CER/AGPMF.

⁴⁸⁶ **Correspondência s/nº** de Rafael Guaspari & Cia para Nelson Schneider, prefeito, 17 de abril de 1941. Informo o preço e o desconto para aquisição de capas tipo colegial. CER/AGPMF. A tabela anexa apresenta a referência do item (1044), disponível nas cores azul e mescla, e os valores de 60\$000 a 160\$000, respectivamente, que variam conforme o comprimento, que era de 60 a 140 cm.

expressa o agradecimento diante da ação empreendida também a alunos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁴⁸⁷.

Figura 35 - Carta de Getúlio da Silveira, aluno do CNSL para Prefeitura Municipal de Farroupilha (1942)



Fonte: Correspondências emitidas e recebidas, AGPMF.

Outras correspondências com conteúdo parecido foram conservadas e enaltecem a boa ação do prefeito, como se essa fosse uma ação benemerita pessoal do administrador. Nesse caso, a estratégia das irmãs scalabrinianas foi a de solicitar a um aluno que agradecesse

⁴⁸⁷ Afirma-se que a correspondência foi emitida pelo aluno do Colégio Nossa Senhora de Lourdes em virtude da realização de pesquisa anterior sobre essa instituição escolar, em que o nome do aluno Getúlio Silveira é recorrente em atas de comemorações cívicas. (BELUSSO, 2016).

por carta em nome dos colegas, em anexo à correspondência da diretora da instituição escolar representando a ideia de que todos agradecem: alunos, professoras e diretora⁴⁸⁸.

No período, também começam emergir, em diferentes correspondências, referências ao cuidado para com a infância pobre, que foi traduzido em ações assistenciais, tais como fornecimento de tecidos para a confecção de agasalhos⁴⁸⁹, calçados, alimentos e brinquedos em campanhas de Natal⁴⁹⁰.

Ainda no mesmo ano, Angelo Venzon Neto encaminhou a seguinte correspondência às professoras municipais:

De ordem do senhor prefeito municipal, de acordo com artigo 11 do Regulamento das aulas municipais deste município, serão fechadas todas as unidades escolares que, até dia 5 de abril próximo vindouro, não apresentarem a frequência da totalidade das crianças em idade escolar existentes na zona da respectiva aula. Para efeito de controle deveis enviar a esta diretoria, uma relação de alunos matriculados e que frequentam regularmente a aula que dirige⁴⁹¹.

Essa situação apresenta uma pressão ainda maior pela frequência sob ameaça de fechar a escola. Na correspondência, cita o Regulamento das aulas municipais, no entanto, tal documento não fora localizado. Até então, pode-se dizer que foi elaborado, mas seu conteúdo é desconhecido na íntegra.

⁴⁸⁸ Em **correspondência**, em 3 de maio de 1942, a Irmã Maria Alice, diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, encaminha o seguinte agradecimento ao prefeito Nelson Schneider: Impulsionada pelo espírito de verdadeiro reconhecimento, venho externar a minha gratidão. Bem de perto podemos contemplar o nosso peculiar interesse, pelo grandioso benefício que tendes prestado com a vossa generosa oferta às crianças indigentes que frequentam o nosso colégio. Oferta esta que se reverte em próprio proveito. Unida ao corpo docente deste educandário, renovo os meus sinceros agradecimentos. Queira Deus recompensar a vossa magna generosidade. CER/AGPMF.

⁴⁸⁹ Constam em diversas correspondências as diretoras dos grupos escolares, escolas confessionais e municipais a informação dos alunos reconhecidamente pobres, bem como correspondências de agradecimento das instituições escolares pelo fornecimento de calçados e tecidos para confecção de uniformes. CER/AGPMF.

⁴⁹⁰ **Correspondência 452-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para Olinto de Oliveira, diretor do Departamento Nacional da Criança, 3 de agosto de 1942. Expressa apoio à Campanha Nacional pela Alimentação da Criança. CER/AGPMF.

⁴⁹¹ **Circular 36-3-1942**, da Diretoria da Instrução Pública para as professoras municipais em 26 de março de 1942. Avisa do possível fechamento de aulas. CER/AGPMF.

Ressonância também da campanha de nacionalização do ensino foi a designação de patronos para as instituições escolares municipais, decorrência da orientação da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação⁴⁹². O Decreto de 1941 destaca:

considerando que é dever de todos cultivar a memória de brasileiros que, de qualquer modo, foram verdadeiramente úteis à Pátria, quer pelo saber, quer pela bravura, bem como respeitar as datas importantes que assinalam fatos importantes da nossa história; considerando que as crianças que frequentam as escolas deve, de modo especial, prestar culto nos vultos nacionais, procurando conhecer-lhes as biografias e imitar-lhes as virtudes – bem como se identificar com os fatos lembrados por datas de alta significação histórica⁴⁹³.

Dessa forma, passaram a ser assim designadas as aulas municipais:

Quadro 18 - Denominações das aulas municipais (1941)

(continua)

Aula – Localidade	Denominação
Aula nº 1 Santa Rita	Rui Barbosa
Aula nº 2 Linha Vicentina	Olavo Bilac
Aula nº 3 Linha Alencastro	Euclides da Cunha
Aula nº 4 Linha Julieta	Machado de Assis
Aula nº 5 Linha Julieta	Castro Alves
Aula nº 6 Rio Caçador	Casemiro de Abreu
Aula nº 7 Rio Burati	Tiradentes
Aula nº 8 Linha Alencastro	José de Alencar
Aula nº 9 Monte Bérico	Júlio de Castilhos
Aula nº 10 Linha Sertorina	Oswaldo Cruz
Aula nº 11 São José	José Bonifácio
Aula nº 12 Linha Palmeiro	Joaquim Nabuco
Aula nº 13 Linha Palmeiro	Gonçalves Dias
Aula nº 14 Linha Alencastro	Benjamin Constant
Aula nº 15 Linha Jansen	Dom Pedro II
Aula nº 16 Linha Jansen	Tobias Barreto
Aula nº 17 Linha Amadeu	Princesa Isabel
Aula nº 18 Linha Jansen	13 de Maio

⁴⁹² **Portaria 2235**, da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação. Trata da adesão de um patrono para cada instituição escolar. Além disso, cada classe poderia ter mais um patrono. Esses, deveriam ser personalidades ou fatos históricos e serem objeto de estudo para os alunos. Em cada sala de aula deveria ter um quadro com a imagem da Bandeira Nacional e o verso “Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste”, podendo ser ainda utilizados símbolos religiosos e quadros daqueles que reformaram as escolas, mesmo que estrangeiros. Versa também sobre diversas outras questões que incentivam o civismo, como a criação de Clubes de Civismo ou Centro de Brasilidades, bem como museus ou galerias históricas; a utilização da Bandeira Nacional nas comemorações cívicas, uma para o hasteamento e outra produzida pelos alunos; o entoar do Hino Nacional diariamente antes do início do turno de trabalho; e ao final, as duas primeiras estrofes do Hino à Bandeira; o ato de culto cívico nos sábados pela manhã, nos feriados nacionais, o cuidado e atenção às datas cívicas como o Dia da Bandeira, Semana da Pátria, Semana da Asa, dentre outras é delineado com diversas prescrições. O ensino cívico deve também seguir rigorosamente o programa de História, Geografia e Higiene, bem como o programa de moral e civismo (Decreto 8020 de 29 de novembro de 1939). Esta portaria foi também divulgada na Revista do Ensino.

⁴⁹³ FARROUPILHA. **DECRETO s/nº**, 16 de setembro de 1941. Estabelece um patrono para cada instituição escolar. Livro Decretos-Leis anos de 1936 a 1947. SGD/PMF.

(conclusão)

Aula – Localidade	Denominação
Aula nº 19 Linha Jacinto	7 de Setembro
Aula nº 20 Linha Jacinto	15 de Novembro
Aula nº 21 Linha República	Almirante Barroso
Aula nº 22 Linha Machadinho	Santos Dumont
Aula nº 23 Linha Ely	Carlos Gomes
Aula nº 24 Linha Machado	Dom Pedro I
Aula nº 25 Linha Machado	Alvarenga Peixoto
Aula nº 26 Linha Ely	Antônio Gonzaga
Aula nº 27 Linha Muller	Fernandes Viera
Aula nº 28 Linha Rio Branco	Barão do Rio Branco
Aula nº 29 Desvio Machado	10 de novembro
Aula nº 30 Travessão Milanês	João Pessoa
Aula nº 31 São Miguel	Marechal Deodoro
Aula nº 32 Santos Anjos	Tamandaré
Aula nº 33 Menino Deus	Bento Gonçalves
Aula nº 34 São Roque	Caxias
Aula nº 35 Travessão São José	Canabarro
Aula nº 36 Linha Boêmios	Osório
Aula nº 37 Sete Colônias	Marcílio Dias
Aula nº 38 Sete Colônias	Vasconcelos Jardim
Aula nº 39 Nossa Senhora do Loreto	Anchieta
Aula nº 40 Menino Deus	Onofre Pires
Aula nº 41 Rio Branco	Andrade Neves
Aula nº 42 São Valentim	Presidente Vargas
Aula nº 43 Travessão Perau	Pinheiro Machado
Aula nº 44 19 Lotes	Marechal Floriano

Fonte: Elaborado a partir do Decreto-Lei s/nº de 16/09/1941.

Ao olhar as denominações, pode-se observar, com exceção da Escola Princesa Isabel, nomes de homens e datas relacionadas à história nacional e que agora acompanhariam as instituições escolares municipais e as tornam também um lugar de memória. (NORA, 1993).

Outra novidade no período que coincide com a administração de Nelson Schneider foi a inserção da orientadora de ensino como profissional de acompanhamento e fiscalização na esfera administrativa municipal. A alegação do governo estadual é de que

o Estado, além das medidas de intensificação e melhoria, lança todas as reservas que pode, na projeção do ensino aos seus núcleos mais recônditos. Onde, porém, a rede de escolas estaduais não pode ainda cobrir um claro, aí se encontra a aula municipal, que deverá funcionar, não apenas para suprir uma lacuna, mas como expressão viva de um todo que não sofreu solução de continuidade⁴⁹⁴.

No intuito de uniformizar a direção das aulas municipais e entendendo os professores como parte indissociável do processo, ainda complementam que “Sabemos todos, porém, que por motivos óbvios, não conta o professorado dos municípios com os recursos

⁴⁹⁴ **Circular nº 714**, de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 10 de junho de 1942. Fala sobre a direção uniforme do ensino por uma orientadora de ensino. CER/AGPMF.

pedagógicos do magistério estadual.”⁴⁹⁵. Diante do exposto, a Secretaria de Educação e Saúde Pública utilizou também como forma de argumentação que foi uma solicitação dos prefeitos e a justifica.

Reconhecendo, assim, a necessidade de uma aproximação, alguns dos srs. Prefeitos têm-se dirigido a esta Secretaria, a fim de solicitar a obtenção de uma professora que exerça trabalhos de orientação e assistência no quadro docente municipal. Quero referir, de passagem, que entre, as razões apresentadas pelos srs. Prefeitos, nos seus bem fundamentados pedidos, figura a necessidade de uma eficiente orientação nacionalizadora em centros densamente povoados de alienígenas. Esse motivo, que encontra sua forte razão de ser no momento, não superpõe aos dois grandes objetivos de caráter permanente - evitar os prejuízos oriundos de autodeterminação didática e estabelecer a conexão necessária à formação de uma só conjunto no plano pedagógico estadual⁴⁹⁶.

Dessa forma, em discurso de concessão de pedido, alega que dispor da orientadora de ensino para o município de Farroupilha e como isso irá funcionar.

[...] venho comunicar ao ilustre amigo que o Governo do Estado terá a satisfação de atender, também, a esse município, pondo a seu dispor um elemento de magistério, capaz de exercer as referidas funções. Para isso, continuará a professora designada a perceber os seus vencimentos pelos cofres estaduais, convindo, entretanto, que a administração municipal, além dos meios de transporte, lhe abone uma pequena gratificação, visto que se trata de um cargo de comissão o de responsabilidades maiores⁴⁹⁷.

Mais uma vez, o Estado oferta apoio diante de uma coparticipação do governo municipal, que, nesse caso, se concretiza-se na gratificação e nas despesas de transporte para que visite as aulas municipais. A circular ainda especifica que, no caso de municípios com poucas unidades escolares, poderiam ser atendidos pela mesma orientadora das unidades estaduais. Para avaliar se tal questão era pertinente ao município de Farroupilha, caso aceitasse a proposta, deveria encaminhar a relação de suas escolas municipais. É interessante observar que, depois da longa e coercitiva argumentação, a narrativa da Secretaria de Educação e Saúde Pública encaminha a questão como se fosse algo passível de aceitação ou

⁴⁹⁵ **Circular nº 714**, de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 10 de junho de 1942. Fala sobre a direção uniforme do ensino por uma orientadora de ensino. CER/AGPMF.

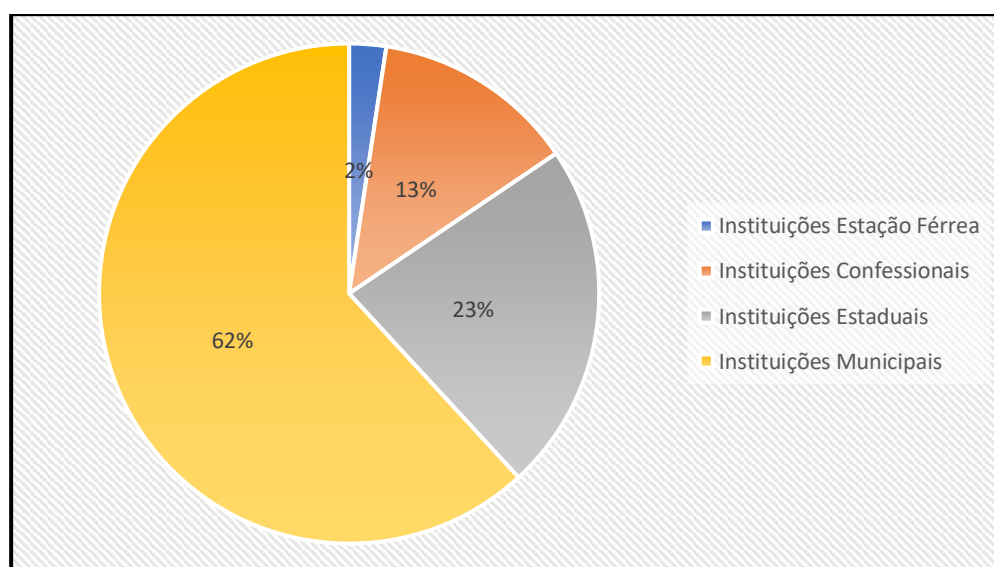
⁴⁹⁶ **Circular nº 714**, de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 10 de junho de 1942. Fala sobre a direção uniforme do ensino por uma orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁴⁹⁷ **Circular nº 714**, de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, para Nelson Schneider, prefeito, 10 de junho de 1942. Fala sobre a direção uniforme do ensino por uma orientadora de ensino. CER/AGPMF.

não dos prefeitos e é de sobremaneira notável a forma como o prefeito responde a essa proposta de orientação.

Na relação elaborada para Secretaria de Educação e Saúde Pública, foram elencadas 44 aulas municipais, além de 4 grupos escolares e 3 aulas isoladas, 3 colégios confessionais e 2 aulas próximas à Estação Férrea. Tal relação foi elaborada pela Diretoria de Instrução Pública e, a partir dela, pode-se mais uma vez visualizar que as vagas de ensino primário são em grande parte ofertadas pelo município.

Gráfico 3 - Percentual de alunos em instituições escolares, por tipologia, em Farroupilha (1941)



Fonte: Elaborado a partir da Correspondência 370-8-1942⁴⁹⁸, AGPMF.

A partir do Gráfico 3, visualiza-se em percentuais o atendimento em diferentes tipologias de instituições escolares. A maior parte, 62% dos alunos compõe o atendimento municipal, em aulas distribuídas nos quatro distritos de Farroupilha, predominantemente nas áreas rurais. Já 23% dos alunos encontram-se em instituições escolares estaduais (grupos escolares e aulas isoladas), seguidos de 13% de alunos que frequentam os colégios particulares confessionais, ambos pertencentes à Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas e, por fim, 2% dos alunos estão matriculados em aulas próximas às Estações Férreas, que não foram tipificadas nem como particulares, confessionais, estaduais

⁴⁹⁸ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

ou municipais. Em entrevista ao Jornal O Farroupilha, Theresa Silvestrin Lovatto, professora da Escola Ferroviária Tiradentes, explica que a escola era mantida pela cooperativa dos empregados da Viação Férrea. Foi criada para atender os filhos dos turmeiros⁴⁹⁹, mas atendia toda a comunidade⁵⁰⁰. Na imagem a seguir, pode-se visualizar a escola.

Figura 36 - Escola Ferroviária Tiradentes [19--]



Fonte: Jornal O Farroupilha⁵⁰¹ (1994, p. 4).

No registro fotográfico, vemos os alunos e a professora na horta cuidada por eles e pela professora; ao fundo, o prédio escolar. Trata-se da escola no local conhecido à época por Turma 18, pois lá residiam 17 famílias de trabalhadores da Estação Férrea. Eles faziam a manutenção do trecho da ferrovia Montenegro a Caxias e mantinham essa pequena escola para os filhos⁵⁰². A outra escola era localizada no Desvio Blauth, onde também havia uma estação férrea.

⁴⁹⁹ Por turmeiros, entende-se como um grupo de funcionários da viação férrea.

⁵⁰⁰ **Jornal O Farroupilha**, Farroupilha, dezembro de 1994, p.4, Caderno 60 anos de Farroupilha. BPMOB.

⁵⁰¹ **Jornal O Farroupilha**, Farroupilha, dezembro de 1994, p.4, Caderno 60 anos de Farroupilha. BPMOB.

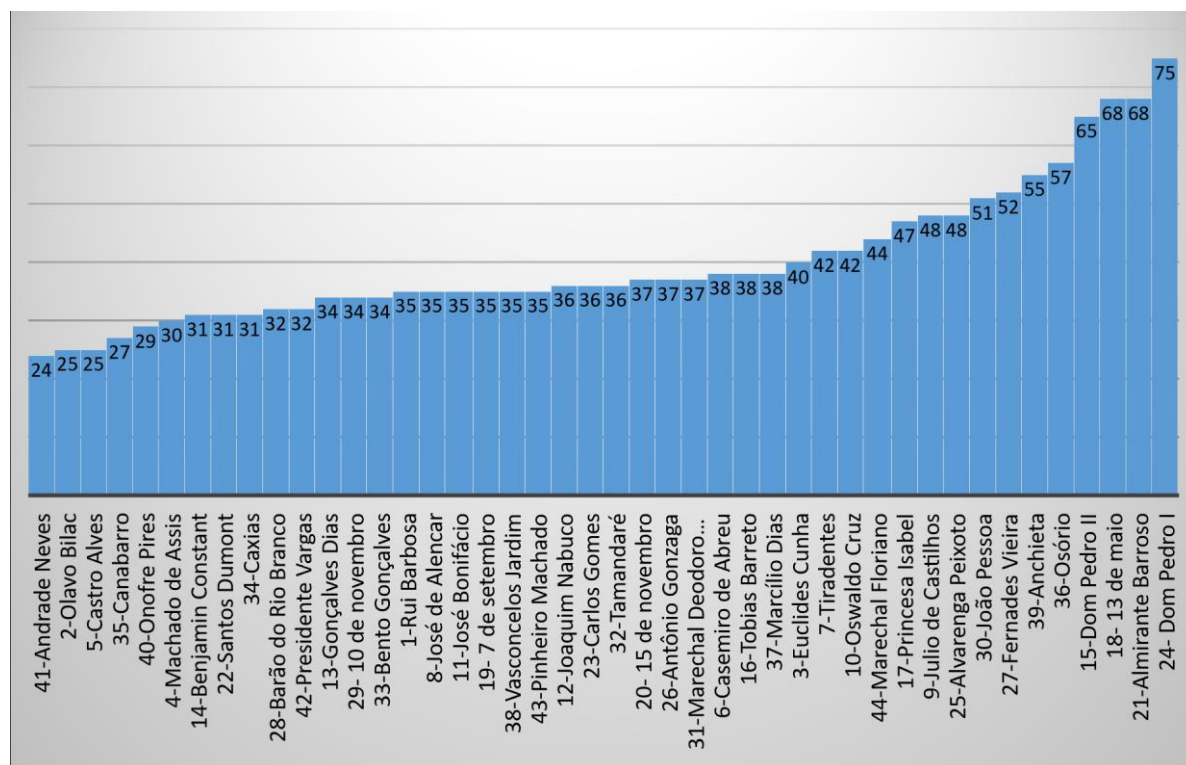
⁵⁰² Caderno Nossas Comunidades, Linha Paese, sexta-feira, 12 de junho de 2009, parte integrante da edição 1632 do **Jornal O Farroupilha**, capa. BPMOB.

Eram muitas unidades escolares municipais, o que justifica a inserção da orientadora de ensino. Nas áreas urbanas, houve a marcada presença do Estado na oferta do ensino primário a partir da emancipação com a instalação de mais grupos escolares e aulas isoladas. E ao ensino privado ficou destinada uma parte menor da população, que podia pagar pela escola ou que fazia um esforço em assim fazê-lo, almejando que os filhos estudassem em uma escola confessional católica. (BELUSSO, 2016).

Outro aspecto interessante a observar é que os dados apresentados na citada relação para o Estado foram de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Farroupilha e os divulgados na administração de Januário (1941), no Jornal A Época, foram de responsabilidade da 4ª Delegacia Regional de Ensino. Cotejando os percentuais de atendimento, eles ficam muito próximos nos anos de 1940 e 1941 - 66,56% e 62%, respectivamente -, o que reafirma que o maior percentual de atendimento de alunos era na rede municipal de ensino.

Nessa mesma relação, foram citadas as matrículas de cada instituição escolar, como se pode visualizar no gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Número de alunos em cada escola municipal (1941)



Fonte: Elaborado a partir da Correspondência 370-8-1942⁵⁰³, AGPMF.

⁵⁰³ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

Assim, fica perceptível o número de alunos matriculados em cada escola municipal, que varia de 24 até 75 alunos, constituindo o total de 1.764 alunos - uma oscilação considerável ao levar-se em conta que eram atendidos em um único agrupamento. A imagem a seguir é ilustrativa do número elevado de alunos para o espaço físico ocupado. Ao comparar o número de matrículas apresentado no gráfico ao Livro de Matrícula⁵⁰⁴ da aula nº 25, Alvarenga Peixoto, localizam-se 46 alunos, dois a menos que o registrado. Já no Livro de Matrícula⁵⁰⁵ da aula nº 14, Benjamin Constant, foram registrados 35 alunos no ano de 1941, matriculados entre 1º de março e 14 de junho de 1941. Assim compreende-se que, durante o ano, podem ter ocorrido variações.

Figura 37 - Sala de aula, Linha Sertorina [19--]



Fonte: Acervo pessoal de Alice Gasperin, foto 103, AHJSA.

A parte interna da sala de aula apresenta um espaço em grande parte ocupado, com um corredor central para circulação. Os alunos sentados ocupam seus lugares, os bancos da

⁵⁰⁴ Livro de matrícula da aula nº 25 de 1939 a 1949. SMEF/AGPMF.

⁵⁰⁵ Livro de matrícula da aula nº 14 de 1939 a 1949. SMEF/AGPMF.

escola. A imagem representa o momento de uma atividade escolar, pois os alunos estão com folhas brancas e lápis em mãos, a maioria olhando para baixo e alguns atentos ao registro da imagem. A turma é composta por meninos e meninas e pode-se ver diferentes alturas. O espaço interno é da aula nº 10, da Linha Sertorina, da professora Alice Gasperin que, no ano de 1941, contava com 42 alunos.

A aula 36, localizada na Linha Boêmios, é uma das mais numerosas, com 57 alunos, o que gerou uma solicitação por parte da comunidade. Os moradores alegam que o número de alunos é elevado; segundo eles, ainda maior, 64 crianças. Assim argumentam

[...] que uma só professora não poderá sem prejuízo de execução de um programa completo, ministrar num só turno instrução completa a classe tão numerosa. Mui respeitosamente e sem intenção de intervir nos atos desta administração, agradecerá si V.Excia. consentisse em conceder mais um turno à tarde a mencionada aula, ou a nomeação de uma professora auxiliar⁵⁰⁶.

Diante da solicitação, a professora foi interpelada pelo diretor da Instrução Pública. Mesmo com grande número de alunos, com frequência quase total em relação ao número de matrículas e apesar de “[...] lutar com certa dificuldade[...]”⁵⁰⁷, afirmou atender a todos e alegou não ter pedido para que os moradores dirigissem o memorial para a prefeitura. Assim, o prefeito municipal decidiu não atender ao pedido, por considerar que o elevado número de matrículas não prejudicaria o ensino, e ainda acrescenta a informação de que tinha outras candidatas a professora que não eram contrárias à ideia de atender o elevado número de alunos. Frente aos encaminhamentos, percebe-se que a solicitação dos moradores causou constrangimento à professora e que ficou implícito no despacho do prefeito que, se ela não aceitasse trabalhar nessas condições, poderia ser substituída. Além disso, foi enfatizado que, em diversas aulas, existiam um número elevado de alunos matriculados, atendidos em um único agrupamento por uma só professora.

A citada relação acompanhou a correspondência em resposta à Circular 714, recebida em 15 de junho de 1942, respondida em 9 de julho, quase um mês depois e demonstra que não foi recebida passivamente pelo prefeito, que aceita a proposta, mas não sem resistências. Para introduzir a demorada resposta, o prefeito agradece e louva a iniciativa do Estado.

Inicialmente, permito-me apresentar a Vossa Excelência os meus cumprimentos pela louvável iniciativa que foi lançada por essa Secretaria de Estado, que obedece,

⁵⁰⁶ **Abaixo-assinado** dos moradores de Linha Boêmia para Nelson Schneider, prefeito, 24 de abril de 1941. Pedem que seja nomeada mais um turno ou designem uma professora auxiliar. A/AGPMF.

⁵⁰⁷ Informação anexa ao **Abaixo-assinado** dos moradores de Linha Boêmia para o prefeito Nelson Schneider, 24 de abril de 1941. Pedem que seja nomeada mais um turno ou designem uma professora auxiliar. A/AGPMF.

à proficiente direção de Vossa Excelência, que, numa sucessão contínua de novos empreendimentos, vem dotando a máquina educacional do mais perfeito funcionamento em benefício do mundo escolar, como penhor seguro que o Brasil de amanhã terá para o seu índice de alfabetização integral o que lhe há de servir como força propulsora para o seu progresso sempre crescente. Todas as iniciativas e inovações são, por certo, o atestado do mais eloquente do interesse e carinho com que Vossa Excelência vai guiando no caminho retilíneo da mais franca desenvoltura os sublimes interesses da questão educacional da nossa gente⁵⁰⁸.

O parágrafo inicial enaltece o esforço do Estado em prol da Educação, reconhece os empreendimentos e o papel da Educação no progresso da Pátria, para a seguir anunciar o aceite da proposta.

Considerando, portanto, a nobre intenção de Vossa Excelência ao tomar a iniciativa de estender aos mais afastados recantos do Estado as perspectivas de um plano pedagógico eficiente, numa ação conjunta com as administrações municipais e desejando cooperar com essa secretaria do Estado em tudo o que encontra na questão educacional a condição “*sine qua non*”, informo a Vossa Excelência que aceito, de bom grado, a proposta contida na sua circular já mencionada, pedindo permissão, entretanto, para aduzir as razões que passo a expor⁵⁰⁹.

Assim, anuncia e pede permissão para fazer ressalvas quanto à inserção da professora estadual na esfera administrativa municipal, contextualizando com sua representação sobre o município na questão atinente à nacionalização dos munícipes.

Sob o ponto de vista da nacionalização, Farroupilha, felizmente, não dá motivo a preocupações. A sua população é constituída quase que exclusivamente do elemento nacional que se dedica com todo o amor ao trabalho que traduz a grandeza de um povo. Os alienígenas, que somados atingem à insignificante cifra de 80, conforme consta dos registros da Delegacia de Polícia deste Município, estão perfeitamente integrados no regime do nosso País, fazendo do Brasil sua segunda Pátria⁵¹⁰.

Já em relação aos estudantes, dedica um novo parágrafo, situando-os no contexto da nacionalização do ensino.

Quanto à nova geração que hoje frequenta as nossas escolas e que é a sequência da árvore genealógica implantada nesta região pelos primeiros colonizadores europeus, nada tem e nada conservou das ideologias que porventura, tenham

⁵⁰⁸ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵⁰⁹ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵¹⁰ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

empolgado os seus antecessores vindos do Velho Mundo. O que de modo geral se observa em cada criança e em cada adolescente mesmo em cada adulto são os mais confortadores sentimentos de sadio patriotismo, que sob a ação dos poderes públicos vai se desenvolvendo auspiciosamente. Neste domínio, portanto, não há motivo para receios e preocupações, de vez que aqui pulsa um só e único coração brasileiro⁵¹¹.

Na sequência da correspondência, Schneider faz uma crítica aos prefeitos de outros municípios, alegando que eles podem ter sugerido a medida por não estarem preparados para orientar seus serviços municipais. Farroupilha por sua vez “[...] conta com uma bem organizada Diretoria da Instrução Pública e com a minha assistência direta, atingindo o ensino público um elevado grau conforme evidência da estatística escolar [...]”⁵¹². A partir da narrativa, apresenta o município de Farroupilha respaldado de uma estrutura administrativa que absorve as necessidades da nacionalização do ensino e que tem, para tanto, a assistência direta do prefeito. Deixa implícito que ali não seria necessária a orientadora de ensino: mesmo assim, ele reafirma que entende que “[...] a medida tende a melhorar as condições de ensino dentro de uma orientação conjunta[...]”⁵¹³. Diante disso, aceita a nomeação, embora com as ressalvas delineadas a seguir.

Não desejaria, entretanto, que, com a ação que venha aquela orientadora a desenvolver nas aulas municipais, a Diretoria de Instrução Pública Municipal viesse a sofrer prejuízos em sua autonomia, sendo por isso, aconselhável que a orientadora receba as necessárias instruções no sentido de desenvolver suas atividades na mais completa harmonia de vistas com o Governo Municipal⁵¹⁴.

As reservas do prefeito assinalam sua preocupação com a autonomia municipal, o que se reflete diretamente em suas decisões, já que é perceptível a todo tempo uma centralidade no prefeito e não na Diretoria de Instrução Pública Municipal em relação a essas. Aponta ainda a questão das despesas que tal inserção dispenderá aos cofres municipais.

⁵¹¹ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵¹² **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵¹³ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵¹⁴ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

Estando a verba que poderia ser empregada para custear as despesas de transporte e gratificação da orientadora, já comprometida no presente exercício, deverá a professora que for nomeada para aquele cargo ter um entendimento comigo para estabelecermos as condições que podem ser observadas neste particular⁵¹⁵.

A seguir, registra que encaminha a relação de escolas solicitadas na Circular 714 e aproveita a mesma correspondência para apresentar uma implementação ao programa educacional do Estado.

Aproveito, ainda, a oportunidade para informar a Vossa Excelência, que como complemento ao programa educacional, resolvi criar um curso noturno gratuito com lições de Português, História, Civismo, Geografia e Matemática para fazer chegar os benefícios do ensino, principalmente, à classe operária e a outros que, pelas suas ocupações cotidianas, não podem aferir os necessários conhecimentos daquelas matérias⁵¹⁶.

O curso noturno, para entrar em funcionamento, precisa de um espaço físico que possa acomodar os alunos e foi nesse sentido que o prefeito solicitou auxílio ao Estado, por intermédio do delegado regional de ensino.

Em virtude, porém, de não dispor de uma sala apropriada bem como pela falta ao necessário mobiliário, solicitei ao Senhor Delegado Regional do Ensino de Caxias a cessão de uma das salas do Grupo Escolar desta Prefeitura. Aguardo reposta à minha solicitação para dar início às referidas aulas que funcionarão duas vezes por semana das 20 às 22 horas. Esperando que Vossa Excelência se dignará distinguir-se com sua anuência neste particular, confesso-me antecipadamente grato⁵¹⁷.

A resposta à circular aceita a proposta de inserção de uma professora estadual como orientadora de ensino municipal, pontua as ressalvas e também apresenta a sugestão de criação do curso noturno, solicitando, para isso, apoio do Estado na disponibilização do espaço físico.

A correspondência longa do prefeito Nelson Schneider evidencia a administração municipal, que é exercida por nomeação, como um espaço que não é neutro e passivo às determinações estaduais. Apresenta reconhecimento, compreensão, mas também negociações, descontentamento, resistências junto às iniciativas e pedidos e, dessa maneira,

⁵¹⁵ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵¹⁶ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁵¹⁷ **Correspondência 370-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para José Pereira Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de julho de 1942. Responde sobre a disponibilização da orientadora de ensino. CER/AGPMF.

põe em jogo relações de poder entre Estado e Município tensionadas aqui nos sujeitos do Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, José Pereira Coelho de Souza, e do prefeito Nelson Thooy Schneider.

Quanto ao desfecho de tais tensões, a orientadora de ensino, indicada pelo prefeito, passou a fazer parte da administração municipal, como visto no capítulo 3. Já a proposta do curso noturno defendida pelo prefeito como uma ação complementar ao que já vinha sendo realizada no domínio da Educação pública. Propunha a livre matrícula para alunos de qualquer idade e sexo, da classe operária e empregados do comércio que não puderam antes frequentar o curso primário. Lançada a ideia, já estavam matriculados mais de 100 candidatos em setembro de 1942⁵¹⁸. E, apesar de propor assumir os encargos necessários para gratificar a servente do Grupo Escolar Farroupilha⁵¹⁹ e o diretor do curso, que, por indicação do prefeito, seria Oscar Dornelles⁵²⁰, a sala solicitada não foi disponibilizada, sob a alegação que uma deliberação do Departamento Estadual de Saúde não permite que funcionem cursos para alunos adultos em escolas infantis⁵²¹. O que inviabilizou a ideia naquele momento por não existir outro local com estrutura para receber tal número de alunos.

Foi também na administração de Schneider que se iniciaram as articulações para a instalação de um curso ginásial no município. Conforme Dias e Fabro (2011), o Histórico da Província Marista no Brasil Meridional cita que, no começo de 1942, teriam o Bispo de Caxias do Sul, Dom José Barea e o pároco de Farroupilha, Monsenhor Tiago Bombardelli, iniciado o movimento para a construção de um ginásio com internato e externato.

No entanto, pode-se afirmar que, ainda em 1941, existiram as primeiras reuniões para pensar a instalação de um curso ginásial no município. No mês de março de 1941, encontra-se um empenho em nome de Nelson Schneider no valor de 16\$000 para quitar despesas dele numa ocasião em que foi a Caxias para tratar com o Bispo Dom José Barea sobre a construção de uma sucursal do Ginásio Nossa Senhora do Rosário em Farroupilha⁵²². Nessas reuniões,

⁵¹⁸ **Correspondência 570-9-1942**, de Nelson T. Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de setembro de 1942. Pede uma sala de aula para o curso noturno de alfabetização. CER/AGPMF.

⁵¹⁹ **Correspondência 570-9-1942**, de Nelson T. Schneider, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 9 de setembro de 1942. Pede uma sala de aula para o curso noturno de alfabetização. CER/AGPMF.

⁵²⁰ **Correspondência 470-8-1942**, de Nelson T. Schneider, prefeito, para o delegado regional de ensino, 10 de agosto de 1942. Pede situação da sala e indica diretor para o curso noturno. CER/AGPMF.

⁵²¹ **Correspondência nº 1266**, de José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, Nelson Schneider, prefeito, 16 de setembro de 1942. Não concede a sala para o curso noturno. CER/AGPMF.

⁵²² Instituição escolar instalada em Porto Alegre desde 1901, sob administração dos Irmãos Maristas.

possivelmente esteve acompanhado do Monsenhor Tiago Bombardelli, que sempre apoiou as instituições confessionais no município.

A visita foi comunicada por Schneider ao Irmão Afonso, avisando-lhe que já informou ao Bispo Dom José Barea de que: “[...] os doadores do terreno destinado à construção do edifício, para a instalação da sucursal do Ginásio Nossa Senhora do Rosário, estão providenciando a aquisição do mesmo.”⁵²³. Assim, aproveita a oportunidade para convidá-lo para visitar o município e verificar pessoalmente a localização do terreno. A referência ao Ginásio Nossa Senhora do Rosário, instituição escolar de Porto Alegre sob administração dos Irmãos Maristas, nos apresenta a intenção de recorrer a eles para administrar o ginásio em Farroupilha. O aceite dos Irmãos Maristas foi comunicado em 1 de abril de 1941⁵²⁴. Em outubro do mesmo ano, o diretor do Ginásio Nossa Senhora do Rosário relembrou o prefeito da intenção de construção do ginásio⁵²⁵.

Dias e Fabro (2011) afirmam que o ginásio era desejo da comunidade, pois já existia uma escola das irmãs scalabrinianas que poderia oferecer o curso ginásial feminino, mas não havia instituição que pudesse oferecer o curso ginásial masculino. Além disso, existiu um rumor de que protestantes estavam cogitando construir uma instituição para ofertar esse nível de ensino, o que foi visto pelo pároco local como uma ameaça. Decorrencia de tais questões foi o empenho de Bombardelli para a construção do ginásio. No ano de 1942, após várias conversas, o Monsenhor Tiago Bombardelli, o Irmão Afonso, Superior Provincial dos Irmãos Maristas, e o prefeito Nelson Schneider escolheram o local para a construção da instituição escolar.

A construção do prédio, na área central da cidade, foi realizada com donativos de muitos moradores. Bombardelli arrecadava doações, percorrendo o município, inclusive, nas áreas rurais. Também mobilizou operários de indústrias, que doavam tijolos mensalmente. Os munícipes estariam contribuindo para que posteriormente utilizassem os bens construídos, que ficariam para a comunidade. (DIAS; FABRO, 2011). Porém, ao tratar-se de uma instituição administrada pelos Irmãos Maristas, estamos falando de uma instituição que cobrará mensalidades, gerando custos para aqueles que ali ingressaram. Isso demonstra a

⁵²³ **Correspondência 839-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Irmão Afonso, 21 de março de 1941. Informa da situação da compra do terreno. CER/AGPMF.

⁵²⁴ **Correspondência 89-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Irmão Afonso, 1 de abril de 1941. Acusa o recebimento do aceite de intenções em instalar um curso ginásial sob responsabilidade dos Irmãos Maristas. CER/AGPMF.

⁵²⁵ **Correspondência 817 -7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Irmão Ambrósio, 10 de outubro de 1941. Recorda as intenções da construção do ginásio. CER/AGPMF.

interessante tática utilizada para angariar donativos: disseminar a ideia de que era algo do município, em benefício de todos. Desdobramentos da construção e dos acordos entre o poder público municipal ocorrerão nas próximas administrações.

Ainda em relação ao ensino confessional, o prefeito foi questionado quanto aos atritos causados em virtude da subvenção municipal no Colégio Nossa Senhora de Caravaggio. A diretora da instituição escolar alega que

o fim especial desta expor a V.S. uma dificuldade, isto é, quanto à mensalidade dos alunos. Pois, após que recebemos aqueles 100\$000 mais, logo vieram diversos reclamar dizendo termos este vencimento para lecionar a grátis aos que não podem pagar. Mas V.S. nos disse ensinar a grátis só aos que são verdadeiramente pobres; também nos disse que não havia necessidade que outros soubessem deste vencimento, a não ser Rev. Vigário e os fabriqueiros. Por isso não posso compreender como seja isto que todos sabem. E o pior é eu certas vem dizendo que foram à prefeitura falar; com quem não sei; de certo que com V.S não. Por isso seria especial obséquio dar-me uma explicação a respeito como devo fazer. O meu desejo seria falar-lhe pessoalmente (a respeito) mas não me é possível pois todos os dias estou ocupada com a aula. Assim poderá dar-me a resposta com o Rev. Conego por escrito ou de viva voz como V.S. achar melhor. Concluo antecipando meus sinceros agradecimentos e peço desculpas pela importunação. Madre diretora do Colégio Nossa Senhora do Caravaggio⁵²⁶.

A correspondência apresenta o questionamento de famílias que compreendem que, por receber subvenção, o colégio teria que atender matrículas gratuitamente, o que gerou um desconforto expresso pela direção do educandário. O prefeito, para dirimir a questão, pediu que lhe fosse informado o nome das pessoas que diziam ter ido até a prefeitura para se informar.

Em resposta, a madre informa o nome dos requerentes, quais deles têm filhos com mensalidades gratuitas na escola e quem alega ter conversado na Prefeitura e que essa pessoa teria conversado com Angelo Venzon Neto. O que se pode afirmar, a partir da carta resposta da diretora, é que existiam 10 alunos que eram atendidos gratuitamente na instituição escolar e que outras famílias, ao saber da subvenção, também haviam requerido tal condição. E, ainda, famílias que tinham vários filhos na escola e pagavam a mensalidade de apenas um deles pediram isenção para todos os estudantes desse grupo familiar. Na percepção da diretora, tal solicitação foi injusta, já que reconhecidamente pobre tratava-se apenas uma das

⁵²⁶ **Correspondência** manuscrita da madre diretora do Colégio Nossa Senhora de Caravaggio para Nelson Schneider, prefeito, 7 de maio de 1941. Esclarece sobre matrículas gratuitas. CER/AGPMF.

famílias⁵²⁷. A questão é ilustrativa para pensar que não havia regras suficientemente definidas para esclarecer qual era a contrapartida das instituições escolares subvencionadas nesse período e que, para mediar o conflito, foram envolvidos o prefeito, o diretor da Instrução Pública e o padre, autoridades comumente requisitadas para dirimir conflitos. Por fim, entende-se que não era desejo de que a subvenção fosse algo divulgado, apesar de tratar-se de recurso público.

E ainda é possível afirmar que o município auxiliava alunos com a matrícula no Instituto Técnico Profissional; quatro municípios estavam matriculados em regime de internato na capital do Estado com auxílio financeiro do governo municipal no ano de 1942.

Sobre as ações empreendidas pelo Campo de Cooperação, Antão de Jesus Batista, chefe da instituição e técnico da Secretaria da Agricultura sediado no município, encaminhou uma síntese das atividades desenvolvidas, em janeiro de 1942.

Como sabeis, esse Campo destina-se a assistir aos agricultores de Farroupilha de todas as formas possíveis. Essa assistência compreende demonstrações práticas, distribuição de sementes e mudas, serviço de monta, instruções em geral e experimentação de técnicas. Conforme quadro que junto a esta (Relação das plantações do C.C. de Farroupilha) foram organizados 146 canteiros, 19 sementeiras e 15 talhões de terra, num total de 94.548 metros quadrados de áreas cultivada e que com o terreno ocupado pelas edificações, estradas e a parte roçada, perfaz um total de 15 hectares de terreno aproveitado pelo C.C.⁵²⁸.

O relatório reafirma as atividades realizadas, que estão coerentes à proposta da criação do próprio campo. O que chama a atenção é a área prevista para utilização, que era de 4 hectares, mas a utilizada, de fato, era de 15 hectares, sendo deles 94.548 metros quadrados de área cultivada. Assim, compreende-se que o Campo de Cooperação tomou uma dimensão além da projetada pelo município. Ainda nesse relatório, foram apresentados os serviços prestados aos agricultores, tais como a entrega de envelopes de sementes e mudas de hortaliças, mudas enxertadas, sementes de linho, girassol, trigo, leguminosas e outras variedades diversas, além da cobertura pelos touros. E, por fim, apresenta um panorama dos produtos agrícolas do município somados à questão do reflorestamento e da importância na manutenção das estradas nas áreas rurais para o escoamento da produção.

⁵²⁷ **Correspondência** manuscrita da madre diretora do Colégio Nossa Senhora de Caravaggio para Nelson Schneider, prefeito, 13 de maio de 1941. Responde quem são as famílias que questionam a mensalidade. CER/AGPMF.

⁵²⁸ **Relatório** de Antão de Jesus Batista sobre as atividades desenvolvidas pelo Campo de Cooperação, 7 de janeiro de 1942 para prefeito. Correspondências emitidas e recebidas, Arquivo Geral da Prefeitura de Farroupilha. CER/AGPMF.

O ano de 1942 marca a entrada do Brasil como país aliado na Guerra, o que coloca a produção agrícola na esfera de imperativo da defesa nacional. Assim, aumentar a produção com volume e qualidade, tornou-se orientação nacional. Nesse contexto, o Campo de Cooperação assumiu uma responsabilidade imposta aos municípios: “[...] amparar o agricultor, mostrar-lhe que produzir mais já não é uma atitude que depende da sua vontade ou intenções; é um dever indeclinável, ditado pelas circunstâncias da hora presente.”⁵²⁹.

Para incentivar o aumento da produção, foi formada a comissão Pró-maior Produção, que contava com subcomissões nos distritos. No 4º distrito, o subprefeito, Julio Giron, o padre Albino Agazzi e outros dois cidadãos compuseram a subcomissão, que ficou encarregada “[...] do patriótico movimento pró maior produção, junto a população, colégios e etc.”⁵³⁰. Essas comissões poderiam ainda constituir grupos que julgassem necessários na articulação do movimento em seu distrito.

Outro movimento percebido no município foi a participação na Campanha do Alumínio, que tinha o objetivo de coletar material de alumínio, cobre e zinco para contribuir ao esforço de guerra. (PUREZA, 2014). Aqui se apresenta a relação de contribuições feitas por munícipes farroupilhenses para a campanha e destaca-se a doação de instituições escolares, como se pode visualizar a seguir.

Figura 38 - Contribuições para a Campanha do Alumínio (1942)

RELAÇÃO DOS QUE ENTREGARAM NESTA SUB-PREFEITURA METAIS, PARA A CAMPANHA DO ALUMÍNIO.	
Dr. Nelson T. Schneider	Duas (2) Placas de Metal
Claudio K. Schneider	1 panela, 3 copos, 2 tampas, 1 latinha de alumínio.
José C. Mantovani	1 panela com tampa de alumínio
Raul Binatti	2 panelas de alumínio com as respectivas tampas.
Juventino Barreiros	1 chaleira e tampa de ferro batido.
Giacomo V. Luchesi	1 copo de alumínio e diversos objetos de metais.
Dal Molin Irmaos	20 Kg de Zinco puro
José Jaconi	12 Kg de alumínio
Colegio N.S. de Lourdes	1 caneca e dois pedaços de alumínio
Ilka Jaconi	10 objetos de alumínio pesando 1 Kg 200 gramas
Colegio N.S. de Lourdes	6 objetos de alumínio.
FAUSTINO GOMES	DIVERSOS PEDAÇOS DE ALUMÍNIO

Fonte: Correspondências emitidas e recebidas, AGPMF.

⁵²⁹ **Circular 799**, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul para Nelson Schneider, prefeito, em 4 de setembro de 1942. Solicita o aumento na produção agrícola. Correspondências emitidas e recebidas, Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha.

⁵³⁰ **Correspondência 609-8-1942**, de Nelson Schneider, prefeito, para os membros da subcomissão pró-maior produção em 21 de setembro de 1942. CER/AGPMF.

Entre os doadores identificam-se o prefeito Nelson Schneider, alguns comerciantes e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Ainda com relação à participação de instituições escolares, também se engajou na campanha o Grupo Escolar Farroupilha. Conforme Fernandes (2015), o Livro Diário da Escola que contempla os registros de 1940 a 1944 aponta a doação de 2,600 quilos de zinco e 4 quilos de alumínio. A arrecadação na instituição escolar ocorreu na Semana da Asa de 1942. Vários setores da sociedade foram chamados a contribuir no período, e as escolas fizeram parte do empenho, o que será perceptível, em especial, na administração do sucessor, Antonio Pedroso Pinto.

Nesse sentido, pode-se caracterizar a administração de Nelson Schneider como densa em ações e posições políticas. Como prefeito, normatizou e efetivou várias medidas atinentes à nacionalização do ensino, cuidou pessoalmente de demandas específicas de professores estaduais e iniciativas dos grupos escolares, tais como o gabinete médico-dentário e a sopa escolar. Legislou, a partir do Decreto 9, sobre condições de matrícula e frequência escolar, contribuições para Caixa Escolar e estabeleceu responsabilidades de efetivação e execução, bem como penalidades para os descumprimentos. Assumiu de maneira firme a ideia da unidade na direção do ensino, tendo o município como mediador nesse processo, congregando as instâncias estadual e municipal. Abriu algumas escolas, mediou solicitações de reabertura de outras – que haviam sido fechadas por falta de professor – e realizou a construção do prédio do Grupo Escolar de Nova Sardenha, com recursos estaduais. Auxiliou as crianças de instituições escolares municipais, estaduais e confessionais, com tecido para agasalhos escolares e calçados.

Ainda, mediou a intenção de cadastramento das escolas particulares, a inserção da orientadora de ensino na administração pública municipal, tentou implementar um curso noturno para a classe operária e iniciou a articulação para a construção de um colégio que pudesse ofertar o curso ginásial sob responsabilidade dos Irmãos Maristas.

4.5 CONSTITUIÇÃO DO ENSINO NOTURNO: ANTONIO PEDROSO PINTO

“Antonio Pedroso Pinto, honrado e prestigiado prefeito.”

(JORNAL O MOMENTO, 1944, p. 1⁵³¹)

⁵³¹ Jornal **O Momento**, Caxias, 12 de fevereiro de 1944, ano XII, nº 568, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/2809>. Acesso em: 4 mar. 2020.

A administração de Nelson Schneider foi sucedida por Antonio Pedroso Pinto. Conforme Montegutti, Giacomel e Dall’Osbel (1993), no período entre 24 de setembro de 1942 e 30 de dezembro de 1944. Uma de suas primeiras ações foi a implantação do curso noturno, que não foi possível na administração de Schneider. A estrutura do curso noturno se manteve com lições de Português, História, Matemática, Geografia e Civismo. A inscrição era possível a homens e mulheres, sem distinção de idade, desde que se comprometessem os candidatos com assídua frequência.

Ao criar o curso noturno, a estratégia de divulgação escolhida pela prefeitura foi a comunicação aos donos de indústrias para que esses divulgassem e incentivassem a participação de seus funcionários. Puderam ser localizadas correspondências encaminhadas para Paulo Broilo⁵³², proprietário da fábrica de calçados Broilo, Pedro Antonello Filho, Irmãos Dal Molin, Sociedade Cooperativa São Vicente Ltda⁵³³, Sociedade Cooperativa Nordeste Ltda⁵³⁴, Sociedade Vinícola Rio Grandense Ltda⁵³⁵ e Industrial Madeireira Ltda⁵³⁶.

Os proprietários de indústrias, por sua vez, mobilizaram-se de diferentes formas para comunicar aos funcionários da iniciativa municipal. O proprietário da fábrica de calçados Broilo emitiu uma carta aos funcionários, incentivando que fizessem a inscrição, e enviou uma correspondência para a prefeitura, elogiando a iniciativa e listando nominalmente cada um dos funcionários a que foi encaminhada a comunicação, totalizando 66 pessoas, como se pode ver na imagem a seguir.

⁵³² **Correspondência** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Paulo Broilo, empresário, 7 de agosto de 1942. Comunica sobre o funcionamento do curso primário noturno. CER/AGPMF.

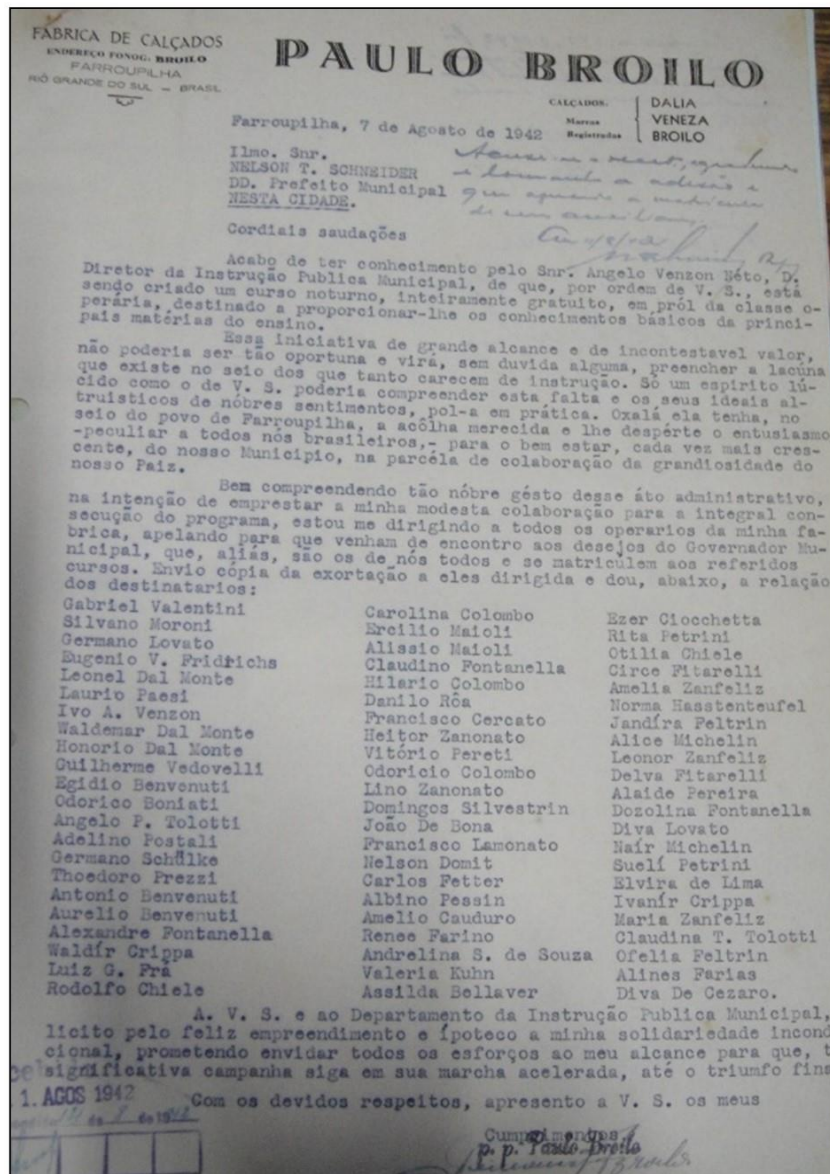
⁵³³ **Correspondência 438-8-1943** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Sociedade Cooperativa São Vicente Ltda, 31 de julho de 1943. Comunica sobre o funcionamento do curso primário noturno. CER/AGPMF.

⁵³⁴ **Correspondência 429-8-1942** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Sociedade Cooperativa Nordeste Ltda, 31 de julho de 1943. Comunica sobre o funcionamento do curso primário noturno. CER/AGPMF.

⁵³⁵ **Correspondência 434-8-1942** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Sociedade Vinícola Riograndense Ltda, 31 de julho de 1943. Comunica sobre o funcionamento do curso primário noturno. CER/AGPMF.

⁵³⁶ **Correspondência 432-8-1943** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Industrial Madeireira Ltda, 31 de julho de 1943. Comunica sobre o funcionamento do curso primário noturno. CER/AGPMF.

Figura 39 - Correspondência de Paulo Broilo para a PMF (1942)



Fonte: Correspondências emitidas e recebidas⁵³⁷, AGPMF.

Já a empresa Dal Molin Irmãos encaminhou o nome dos funcionários a serem matriculados⁵³⁸. Nos documentos acessados, não foi citado o local em que funcionaria o curso noturno, quem seriam os seus professores. O que se pode afirmar é que Antonio Pedroso Pinto dá continuidade às intenções antes expressas por Schneider na administração anterior.

⁵³⁷ **Correspondência** da fábrica de calçados Paulo Broilo para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, 7 de agosto de 1942. Comunica o apoio ao curso noturno para os operários. CER/AGPMF.

⁵³⁸ Omar Valentini, 18 anos; Jaci Casarin, 20 anos; Zanir Casarin, 18 anos; Ampelio Casarin, 24 anos; Constante Pedro Menti, 18 anos; Reinaldo Arosi, 38 anos; e Claudio Schneider, 16 anos; todos brasileiros. Correspondência da empresa Dal Molin Irmãos para Angelo Venzon Neto em 7 de agosto de 1942. Envia os nomes dos funcionários a serem matriculados no curso noturno. CER/AGPMF.

Ao pensar em outros níveis de ensino e solicitações dos munícipes, é ainda pertinente pontuar que esses pedidos à prefeitura não se restringiram às aulas para o ensino primário, como recorrentemente visto nas administrações anteriores. Houve um abaixo-assinado solicitando um curso de guarda-livros oficializado, e sugerem o caminho para viabilizar a proposta:

a exemplo do que já foi feito em outros municípios, poderia V.S. colaborar no sentido de que aqui em Farroupilha seja instalado um curso oficializado, seja ele qual for, ligado ao Ginásio Nossa Senhora do Carmo de Caxias, naturalmente nos comprometemos a pagar uma quota mensal ou anual para poder mantê-lo⁵³⁹.

No decorrer do documento, expressam também a necessidade de que ele seja ofertado no turno da noite - por serem trabalhadores os interessados - e argumentam que “[...] essa aspiração[...], pode e deve ser entendida, pois desejamos estudar, colaborar mais de perto na cultura e progresso do nosso querido Brasil.”⁵⁴⁰. Assinam o pedido 46 homens.

E, com relação ao ensino profissional, pôde-se localizar o encaminhamento, em 1943, de Sady Silvio Zini para ingressar no curso de capatazes rurais, com a matrícula paga pela prefeitura⁵⁴¹. Da mesma forma, foi encaminhado, para ingressar no segundo ano do Curso de Técnicos Rurais, o aluno Rubens Pinto Mayer, que já havia cursado o primeiro ano⁵⁴²; e Olavo de Holanda Cavalcanti, aluno repetente do 1º ano, renovou a matrícula para o Curso de Técnico Rural⁵⁴³; ambos também foram subsidiados pela prefeitura. As renovações ainda foram localizadas em administrações posteriores. Em 1945, foi renovada a matrícula de Olavo Cavalcanti Filho para a segunda série do Curso de Técnicas Rurais, por conta da prefeitura⁵⁴⁴. A municipalidade ainda investiu na matrícula de Remo Cesca, apresentando-o

⁵³⁹ **Abaixo-assinado** de munícipes para Prefeitura Municipal de Farroupilha, ano de 1943. Pedem um curso de guarda-livros. CER/AGPMF.

⁵⁴⁰ **Abaixo-assinado** de vários munícipes para Prefeitura Municipal de Farroupilha, ano de 1943. Pedem um curso de guarda-livros. CER/AGPMF.

⁵⁴¹ **Correspondência 271-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Jorge Felizardo, diretor superintendente do Ensino Profissional, 23 de fevereiro de 1943. Apresenta o aluno Sady Silvio Zeni inscrito no curso de Capatazes Rurais. CER/AGPMF.

⁵⁴² **Correspondência 264-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Jorge Felizardo, diretor superintendente do Ensino Profissional, 24 de fevereiro de 1943. Apresenta o aluno Rubens Pinto Mayer para matrícula no Curso Técnico de Técnicas Rurais. CER/AGPMF.

⁵⁴³ **Correspondência 249-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Jorge Felizardo, diretor superintendente do Ensino Profissional, 22 de fevereiro de 1943. Apresenta o aluno Olavo de Cavalcanti Filho para matrícula no Curso de Técnicas Rurais. CER/AGPMF.

⁵⁴⁴ **Correspondência 175-11-1945**, de José César Mantovani, subprefeito, para superintendente de Ensino Técnico Profissional, 5 de março de 1945. Pede para matricular Olavo Cavalcanti Filho. CER/AGPMF.

para exame de admissão do Curso de Capatazes Rurais⁵⁴⁵. Já para o exame de admissão do Curso de Técnicos Rurais, foi apresentado Aljocir Pesca⁵⁴⁶.

Quanto às aulas municipais, poucos documentos foram localizados nesta administração, um deles versa sobre a preocupação com os estrangeiros. Tal preocupação gerou uma solicitação de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública Municipal, ao delegado de Polícia Valentim Moacyr de Castro, em 14 de maio de 1943, para que lhe informasse quem eram os estrangeiros que tinham filhos frequentando as aulas municipais⁵⁴⁷. Não há maiores detalhes, a partir dessa solicitação, mas o período de entrada do Brasil como país aliado na guerra constituiu condições para vigiar de maneira mais próxima os imigrantes.

Nesse contexto, Antonio Pedroso Pinto interessou-se em distribuir materiais de propaganda da Liga de Defesa Nacional e, para tanto, pede que lhe sejam enviados preferencialmente cartazes de propaganda para que assim possa distribuir nas aulas municipais⁵⁴⁸.

Em seu período administrativo, atendeu a Campanha do Tostão proposta pela Cruzada Nacional de Educação com o intuito de abrir 10.000 escolas em todo Brasil. A campanha anunciava contar com a cooperação da mulher brasileira, da juventude, dos prefeitos, do comércio e das classes militares para “[...]extinguir o analfabetismo e, conseqüentemente, elevar o nível cultural das massas, dignificá-las pela educação e pela consciência de sua individualidade, para que cresça a força do Brasil, a força espiritual do Brasil, baluarte de sua grandeza.”⁵⁴⁹.

⁵⁴⁵ **Correspondência 145-11-1945**, de Raul Cauduro, prefeito, para superintendente de Ensino Técnico Profissional, 20 de fevereiro de 1945. Pede para matricular Remo Pesca. CER/AGPMF.

⁵⁴⁶ **Correspondência 141-11-1945**, de Raul Cauduro, prefeito, para superintendente de Ensino Técnico Profissional em 15 de fevereiro de 1945. Pede para matricular Aljocir Pesca. CER/AGPMF.

⁵⁴⁷ A resposta elencou 104 homens e 10 mulheres, viúvas. Dentre os sobrenomes Arsego (4), Veronese, Lunardi, Postalli, Machetto, Buscaíno, Trevisan, Schmitz, Jaconi, Troglio, Poletto, Marini, Fortunato, Sebben (3), Beltrami, Jaconi, Sagoldi, Mandelli, Toso, Tresso, Toni, Guaresmin, Ziero, Gazzoni, Kratina, Zanonato, Tedesco, Chieli, Tochetti, Antonioli, Gottheld Adolf Raupt, Cesca, Somacal, Spinelli, Trosi, Ditrich, Corteletti, Perroni, Maggioni, Zambon, Fré (3), Emer, Silvestrin, Gasperin, Suzin, Canei, Gobatto, Pirota, Campeol, Zanella, Massola, Monte Mezzo, Cierello, Ramalo, Sganzzella, Del Tozzo, Tumelero (3), Bortolozzo, Tonin, Verona, Demomi, Paccini, Grando, Davi, Mauri, Varisco, Dierelli, Smiderle, Tres, Jacomini, Schiochet, Mangoni, Rigatto, Tozzo, Viecegli, Zanuzo, Stela, Tolote, Tartaroti, Varaschini, Wartha, Pertille, Giacometti, Cechin, Bernardi, Gasperin de Bona, Cavaletti, Ros, Perufo, Massoco, Geremia, Fabro, Bós, Taufer, Sachet, Rosso, Richet, Contorni, Forest, Zini, Guidolin (3) e Nardi, predominantemente de origem italiana. **Correspondência 632-9-1943**, de Angelo Venzon Neto para Valentim Moacyr de Castro, 14 de maio de 1943. Solicita informação o nome dos estrangeiros que tem filhos nas aulas municipais. CER/AGPMF.

⁵⁴⁸ **Correspondência 240-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Liga de Defesa Nacional, 18 de fevereiro de 1943. Pede material de propaganda para. CER/AGPMF.

⁵⁴⁹ Documento Campanha do Tostão para abertura de 10.000 escolas em todo o Brasil em 19 de abril de 1943. Dia do Presidente. (BICA; CORSETTI, 2011, p. 179-180).

Sobre a participação dos munícipes, localizou-se a contribuição das associações comercial e rural do município para a Campanha do Tostão, que encaminharam Cr\$ 133,00 para o prefeito Antonio Pedroso Pinto, valor arrecadado entre os membros dessas duas entidades de classe⁵⁵⁰. Com relação ao valor, as instituições justificam a baixa arrecadação argumentando que deve ser iniciada com brevidade uma campanha a favor da Legião Brasileira de Assistência⁵⁵¹ e associações. Então,

patrocinarão junto aos seus associados uma maior contribuição possível, motivo pelo qual, reservando para tal fim a colaboração do comércio, indústria e agricultura, os resultados colhidos foram relativamente baixos, manifestando-se um sensível aumento na nova campanha encetada⁵⁵².

Logo a seguir, pode-se visualizar a materialidade de uma das fichas encaminhadas às associações para formalizar o registro das contribuições que foi devolvida à municipalidade junto com o valor arrecadado.

Figura 40 - Formulário da Campanha do Tostão (1943)

CRUZADA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
"Campanha do Tostão"

Lista de Contribuições Nº 013 Estado do Rio Grande do Sul - Município de: *Farroupilha* Encarregado: *Antonio Pedroso Pinto*
 a cargo da Associação Comercial de Farroupilha

CONTRIBUINTES	CONTRIBUIÇÕES MENSAIS					TOTAL	OBSERVAÇÕES
	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO		
<i>DAL MOLIN IRMÃOS</i>	10,000	10,000	10,000			30,000	
<i>Edson de Vilela Pin. Com. 134</i>	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	25,000	
<i>Alfredo Ruaro</i>	5,000	5,000	5,000	5,000	5,000	25,000	
<i>Industria de Borracha</i>	5,000	5,000	5,000			15,000	
<i>Carlos Beltrami</i>					5,000	5,000	
<i>Industria de Borracha</i>						15,000	
<i>Angelo Bartello</i>						5,000	
<i>João Fariña</i>						10,000	
						133,000	

Fonte: Correspondências emitidas e recebidas⁵⁵³, AGPMF.

⁵⁵⁰ **Correspondência 88-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Alcides Fetter, secretário das Associação Comercial e Rural, 18 de janeiro de 1943. Acusa o recebimento de doação para Campanha do Tostão e agradece. CER/AGPMF.

⁵⁵¹ Fundada em 28 de agosto de 1942, pela primeira-dama Darcy Vargas, com o objetivo de auxiliar os soldados e familiares brasileiros teve como marca o trabalho voluntário feminino e a ação social. Para saber mais sobre os primeiros anos de atuação da LBA no Brasil (1942-1946), ver em Barbosa (2017).

⁵⁵² **Correspondência** da Associação Comercial e Rural para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 12 de janeiro de 1943. Encaminha doação para a Campanha do Tostão. CER/AGPMF.

⁵⁵³ Formulário de contribuição para a Campanha do Tostão. CER/AGPMF.

É interessante observar a materialidade da ficha de arrecadação preenchida pela Associação Comercial, em que carimba ou escreve o nome dos contribuintes e registra o valor doado, que, como se vê, foi realizado entre os meses de agosto e novembro de 1942 no total de Cr\$ 130,00. Os outros Cr\$ 3,00 equivalem à contribuição da Associação Rural, a qual foi registrada em outra ficha. A aula inaugurada decorrente da Campanha do Tostão foi em Picada Feliz, 4º distrito, em homenagem ao presidente Getúlio Vargas⁵⁵⁴.

A Campanha do Tostão, em julho de 1943, foi intensificada com dupla finalidade: primeira, para o Bônus de Guerra; e segunda, para o Fundo Nacional de Ensino Primário⁵⁵⁵. A partir de então, tudo o que foi apurado pelos municípios foi enviado ao Interventor Federal, que reverteu os valores coletados no Estado ao Bônus de Guerra, repassando-os ao Presidente da República em 19 de abril de 1944. Posteriormente, esse montante arrecadado pelos estados foi aplicado no Fundo de Ensino Primário Nacional. Para a efetivação da Campanha do Tostão, nesse formato, sugeriram que fosse formada uma comissão no município⁵⁵⁶. Em outra correspondência, recomendam que, além do esforço da comissão, poderia o município enviar em seu nome um Bônus de Guerra no valor de 100 a 5 mil cruzeiros. Com referência aos valores sugeridos, alegam que “[...] nada mais representa do que um empréstimo que será restituído em futuro próximo, com a abertura de escolas primárias, através do Fundo Nacional do Ensino Primário.”⁵⁵⁷.

Sobre a intensificação da Campanha do Tostão, Antonio Pedroso Pinto argumenta que

Todas as nobres e patrióticas campanhas promovidas por essa cruzada sempre mereceram o apoio e a colaboração desta Prefeitura, levando em conta os elevados princípios de patriotismo que orientam os trabalhos dessa digna organização. Por isso mereceu especial atenção o seu ofício 4.234/7/43, pelo qual comunica-me a intensificação da “Campanha do Tostão” com uma dupla finalidade: “Bônus de Guerra” e “Fundo Nacional do Ensino Primário”. Nesse meritório movimento, pode, portanto, Vossa Senhoria contar com o irrestrito apoio desta administração tendo já determinado as necessárias providências para a motivação da campanha neste município, que, aliás, já concorreu nesse movimento com uma considerável

⁵⁵⁴ **Telegrama** oficial de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a Cruzada Nacional de Educação, 19 de abril de 1943. Comunica inauguração de aula. CER/AGPMF.

⁵⁵⁵ Criado em 1942 (Decreto nº 4.958, de 14 de novembro), foi formado pela renda advinda de tributos federais e passou a figurar no orçamento de receita e despesa da União. Eram previstos 70% dos recursos para construção de prédios escolares, 25% para a educação de adolescentes e adultos analfabetos e, por fim, 5% para bolsas de estudos destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal dos serviços de inspeção e orientação do ensino primário. Com o intuito de ampliar e melhorar o sistema de ensino nacional, os recursos previam aplicação no auxílio em cada Estado e no Distrito Federal (BITTENCOURT, 1959).

⁵⁵⁶ **Correspondência** de Gustavo Armbrust, presidente da Cruzada Nacional de Educação, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 23 de julho de 1943. Campanha do Tostão. CER/AGPMF.

⁵⁵⁷ **Correspondência** de Gustavo Armbrust, presidente da Cruzada Nacional de Educação, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 17 de agosto de 1943. Campanha do Tostão. CER/AGPMF.

importância, remetida, no devido tempo, à Comissão Estadual da Campanha do Tostão⁵⁵⁸.

Ainda em relação às contribuições para o Fundo Nacional do Ensino Primário, foi definido que o valor de todos os telegramas de felicitações de aniversário para o presidente Getúlio Vargas seria revertido a esse fim, como divulgado no telegrama a seguir.

Figura 41 - Telegrama da Cruzada Nacional de Educação (1943)

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

TELEGRAMA

Carimbo da Estação: FARROUPILHA

Indicação de Serviço: TAXAS E ENCARGOS

Para: Prefeito
De: Farroupilha

PREAMBULO Rio-130/15/3/1943.

TEXTO E ASSINATURA

De acordo Decreto-Lei 5284 taxas telegramas felicitações aniversário Presidente Vargas próximo 19 Abril serão destinadas fundo nacional ensino primário pt Nome Cruzada Nacional Educação rogamos constituir comissão vossa Presidência fim intensificar nessa cidade movimento telegramas individuais aquela data homenagem preclaro chefe da Nação contribuindo assim cada um combater o analfabetismo nossa Pátria.

Saude Cords. Gustavo Ambrust
Romero Estelita

ARQUIVE-SE
Em 26 de 3 de 1943

22 MAR 1943
23 de 3 de 1943

PREFEITO

Fonte: Correspondências emitidas e recebidas⁵⁵⁹, AGPMF.

Diante da solicitação, o prefeito Antonio Pedroso Pinto instituiu uma comissão de propaganda nomeando lideranças como o presidente da Associação Comercial⁵⁶⁰, José

⁵⁵⁸ **Correspondência 1032-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Gustavo Ambrust, presidente da Liga Nacional de Educação, 23 de agosto de 1943. Responde sobre a Campanha do Tostão. CER/AGPMF.

⁵⁵⁹ **Telegrama** de Gustavo Ambrust e Romero Estelita para Prefeitura Municipal de Farroupilha, 15 de março de 1943. Informa sobre a taxa de telegrama de felicitações ao presidente. CER/AGPMF.

⁵⁶⁰ **Correspondência 394-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para José Jaconi, presidente da Associação Comercial, 23 de março de 1943. Integra o presidente da Associação Comercial para a comissão de Propaganda. CER/AGPMF.

Jaconi; as diretoras dos grupos escolares de Cajuru, São Marcos, Linha Jansen, Sede⁵⁶¹; o vigário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus, Thiago Bombardelli⁵⁶²; o vigário da paróquia de Caravaggio, Theodoro Portolan⁵⁶³; o vigário da paróquia de São Marcos⁵⁶⁴, padre Dionísio Massignani; o vigário da paróquia de Emboaba⁵⁶⁵, padre Albino Agazzi; o agente de Correios e Telégrafos, Raul Pinto Amando⁵⁶⁶; o fiscal particular de ensino particular⁵⁶⁷, Oscar Rodrigues Dornelles; o diretor da Instrução Pública Municipal⁵⁶⁸, Angelo Venzon Neto; a diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁵⁶⁹, Irmã Maria Alice; e o presidente do Clube do Comércio⁵⁷⁰, Dr. Armando Antonello. Ainda, neste sentido, foi solicitado aos funcionários públicos municipais que enviassem telegramas de felicitações ao presidente no dia do seu aniversário⁵⁷¹.

Outras campanhas mobilizaram os prefeitos no período. O interessante é que as escolas foram envolvidas na movimentação, mesmo quando a arrecadação não tem como fins a abertura de escolas ou ações de atendimento à infância. Exemplos disso foram: a Campanha Pró-pirâmide de metais, a Campanha Pró-bombardeio e a Campanha da Borracha.

Houve uma preocupação na administração de Antonio Pedroso Pinto em conservar correspondências e impressos das campanhas e comemorações, o que nos permite perceber

⁵⁶¹ **Correspondência 390-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a Diretora do Grupo Escolar de São Marcos. **Correspondência 387-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a Diretora do Grupo Escolar Cajuru. **Correspondência 389-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a diretora do Grupo Escolar da Jansen **Correspondência 388-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a Diretora do Grupo Escolar da Sede. Todas as correspondências foram emitidas, em 23 de março de 1943. Integra as diretoras na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶² **Correspondência 384**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Thiago Bombardelli, padre, 23 de março de 1943. Integra o padre na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶³ **Correspondência 386-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Theodoro Portolan, padre, 23 de março de 1943. Integra o padre na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶⁴ **Correspondência 387-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Dionísio Massignani, padre, 23 de março de 1943. Integra o padre na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶⁵ **Correspondência 385-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para padre Albino Agazzi, padre, 23 de março de 1943. Integra o padre na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶⁶ **Correspondência 406-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Raul Pinto Armando, 24 de março de 1943. Integra o agente do Correio e Telégrafos na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶⁷ **Correspondência 397-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Oscar Rodrigues Dornelles, 23 de março de 1943. Integra o fiscal de ensino particular na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶⁸ **Correspondência 398-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Angelo Venzon Neto 23 de março de 1943. Integra o diretor da Instrução Pública na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁶⁹ **Correspondência 392-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Irmã Maria Alice, 23 de março de 1943. Integra a diretora do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁷⁰ **Correspondência 306-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Armando Antonello., 23 de março de 1943. Integra o presidente do Clube do Comércio na comissão de propaganda. CER/AGPMF.

⁵⁷¹ **Ofício - Circular 63-9-1943**, da Prefeitura Municipal de Farroupilha aos funcionários públicos. Pede envio de telegramas a Getúlio Vargas pelo seu aniversário. CER/AGPMF.

que eram criadas com intenções diferentes, mas sempre, de alguma forma, envolviam as instituições escolares, alunos e professores, e que muitas campanhas adentraram o cotidiano escolar e, por conseguinte, influenciaram as culturas escolares, instituindo práticas, situadas no momento histórico tal como o contexto da Segunda Guerra Mundial.

Quanto às escolas municipais, especificamente em 1943, pode-se afirmar que foram abertas todas as aulas municipais, em 1 de março, com 1.120 alunos matriculados⁵⁷², um número relativamente menor comparado a anos anteriores, como por exemplo: 1939, 1.725 alunos; em 1940, 1.569 alunos; em 1941, 1.764 alunos. Apesar de os dados estatísticos serem passíveis de questionamentos, chama a atenção a diminuição de matrículas nesse ano e surge a dúvida: seria o período de guerra e o consequente controle sobre os estrangeiros e sua fala dialetal responsável pela diminuição de matrícula?

Já em relação a materiais escolares e mobiliário; foram localizados indícios nessa administração, o que parece ter sido algo a que se dedicou o prefeito, como, por exemplo quando, ao saber que o Grupo Escolar da Sede tem vários quadros-negros que não estariam sendo utilizados por terem sido substituídos por novos, solicita-os ao secretário da Educação e Saúde Pública Coelho de Souza para que sejam utilizados nas aulas municipais em que estão em falta⁵⁷³. Os quadros-negros foram cedidos para o município⁵⁷⁴ diante da condição que três deles fossem encaminhados, por conta da prefeitura, para as aulas isoladas estaduais de Emboaba, Desvio Blauth e São Miguel⁵⁷⁵. Ainda na mesma solicitação dos quadros-negros, pede o encaminhamento de mapas do Brasil para as aulas municipais. Já em outra solicitação, pediu estampas do presidente da República para serem distribuídas também nas aulas municipais⁵⁷⁶. Especificamente sobre a compra de materiais escolares, tratar-se-á no capítulo a seguir.

No ano de 1944, foi encaminhado ao delegado regional de ensino, com cópia para a Prefeitura de Farroupilha, um pedido de melhoria de estrutura física no Grupo Escolar de

⁵⁷² **Correspondência** de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública, para Antonio Pedroso Pinto, 29 de março de 1943. Comunica a abertura das aulas e o número de alunos. CER/AGPMF.

⁵⁷³ **Correspondência 241-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 18 de fevereiro de 1943. Pede quadros-negros e mapas. CER/AGPMF.

⁵⁷⁴ **Correspondência 698-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para delegado regional de ensino. Pede que comunique a diretora do grupo escolar que pode entregar os quadros, 27 de maio de 1943. CER/AGPMF.

⁵⁷⁵ **Correspondência 2731**, da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 11 de maio de 1943. Trata da doação de quadros-negros e envio de mapas do Brasil. CER/AGPMF.

⁵⁷⁶ **Correspondência 240-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Capitão Darcy Vignoli, presidente do Diretório da Liga de Defesa Nacional, 18 de fevereiro de 1943. Pede retratos de Getúlio Vargas para aulas municipais. CER/AGPMF.

Vila Jansen. Para tanto, foi encaminhada pela diretora a proposta de compra de um terreno com uma casa já construída por Cr\$ 17.000,00. Localizado no centro da vila, o terreno com dimensões de 22 x 65 metros, possui uma casa de material de 9 x11 metros com boas instalações sanitárias e água encanada⁵⁷⁷. Chama atenção a forma como a diretora argumenta na correspondência.

Pode V.S. tomar uma ideia sobre a fotografia que envio, para assim verificar a moradia a que me refiro. Reconheço, no entanto, que as dimensões da casa são um tanto reduzidas, mas com alguma reforma poderia prestar-se para um ótimo Grupo Escolar. Aproveito a oportunidade de convidar V.S. para fazer uma visita, a fim de verificar se há probabilidade de realizar esta compra, pois Jansen necessita de um prédio para acomodar mais de 70 alunos⁵⁷⁸.

Novamente, observa-se que o Grupo Escolar, aberto em 1938, mantinha-se em instalações improvisadas e que a construção ou melhoria das instalações ainda era um assunto a ser resolvido e que coloca em jogo a articulação da diretora com a comunidade, com o delegado regional de ensino e o prefeito, questão que também não fora resolvida nesta administração.

Pouco tempo após a tentativa de articulação em prol do prédio para o Grupo Escolar da Vila Jansen, a diretora Aracy Casagrande foi transferida para um grupo escolar do município de Flores da Cunha. Antonio Pedroso Pinto intercede pela diretora, para tanto, argumenta, “[...] sem querer interferir em suas determinações, solicitar-lhe um obséquio, em caráter particular.”⁵⁷⁹. E assim pede que ela permaneça pelo menos até o final do ano na Vila Jansen, por exercer um excelente trabalho e por ser este um pedido daquela comunidade. No entanto, em julho de 1944, assume a direção do citado grupo escolar a professora Estadual Lucy Maria Courtois⁵⁸⁰.

⁵⁷⁷ **Correspondência** de Iracy Casagrande, diretora do grupo escolar da Jansen, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, em 8 de março de 1944. Encaminha proposta de compra de terreno e casa para o grupo escolar. CER/AGPMF.

⁵⁷⁸ **Correspondência** de Iracy Casagrande, diretora do grupo escolar da Jansen, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, em 8 de março de 1944. Encaminha proposta de compra de terreno e casa para o grupo escolar. CER/AGPMF.

⁵⁷⁹ **Correspondência s/nº** de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino. Pede a permanência da diretora na Vila Jansen em 30 de maio de 1944. CER/AGPMF.

⁵⁸⁰ Entende-se que seu pedido foi indeferido, pois em 29 de julho de 1944 Lucy Maria Courtois comunica que assumiu interinamente a direção do Grupo Escolar de Vila Jansen, conforme registro do Livro de Correspondências emitidas do Grupo Escolar de Vila Jansen do ano de 1944. AEEJM.

Uma observação a ser feita é a troca do diretor da Instrução Pública. Angelo Venzon Neto foi substituído por Giacomo Valentin Luchese⁵⁸¹ em 5 de agosto de 1943⁵⁸². Foi o único período em que não esteve frente à Diretoria de Instrução Pública, o que, pelos documentos analisados, ocorreu no final de 1943 e no ano de 1944.

Quanto ao Ginásio Municipal São Tiago, ocorreu, em seu período administrativo bênção durante a inauguração da pedra angular da construção, em 5 de março de 1944, com a presença de Dom José Barea, que, ao pronunciar-se, enfatizou “[...] a necessidade da colaboração de toda população deste município para a concretização desta grande e importante obra.”⁵⁸³.

As ações administrativas de Antonio Pedroso Pinto no tocante à Educação caracterizam seu período administrativo como uma continuidade de ações que antes já vinham sendo desenvolvidas ou pensadas. O que marca uma ruptura de pensamento em relação a Schneider é o encaminhamento quanto ao pagamento de férias das professoras municipais, a troca do diretor da Instrução Pública e a mudança na forma de pagamento dos alugueis das aulas - quando as professoras informavam que, durante as férias, o prédio escolar continuaria ocupado com móveis e materiais escolares do Grupo Escolar⁵⁸⁴, o aluguel era pago também nesse período.

Sua marca administrativa contemplou o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e ressonâncias disso processo são percebidas nos processos de escolarização tais como as campanhas e possivelmente a redução de matrícula.

4.6 REORGANIZAÇÃO DE CARGOS E SALÁRIOS DOS PROFESSORES: RAUL CAUDURO

“Pelo presente, tomo a liberdade de lhe fazer um pedido. Carece o prédio em que funciona o Grupo Escolar desta localidade de uma pintura interna em suas três salas de aula. Dirijo-me, pois, a V.S. a fim de lhe solicitar esse obséquio que muito contribuirá para melhorar o aspecto

⁵⁸¹ **Circular 75-9-1943**, de Giacomo Valentin Luchese, diretor da Instrução Pública, para as professoras municipais, 5 de agosto de 1943. Informa que assumiu a Diretoria de Instrução Pública via Portaria 143-9-1943. CER/AGPMF.

⁵⁸² Foram localizadas correspondências remetidas ao diretor de Instrução Pública em nome de Giacomo Valentin Luchese, de maio de 1944 até janeiro de 1945. Livro de correspondências emitidas, Grupo Escolar da Vila Jansen; década de 1940. AEEJM.

⁵⁸³ Ata da bênção da pedra angular (DIAS, FABRO, 2011, p. 13).

⁵⁸⁴ **Correspondência 849-8-1942**, de Celia Dillenburg, diretora do Grupo Escolar São Marcos, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 29 de dezembro de 1942. Comunica que o prédio escolar foi ocupado nas férias. CER/AGPMF.

*estético e higiênico do ambiente escolar. Certa de que minha solicitação será atendida com o interesse que V.S. dispensa ao que diz respeito à instrução pública, desde já confesso-me agradecida.*⁵⁸⁵

Ao final de 1944, ingressou no cargo de prefeito Municipal Raul Cauduro. Sua administração iniciou em 30 de dezembro de 1944 e findou em 26 de abril de 1947. Uma das primeiras solicitações que recebe refere-se às instalações do Grupo Escolar da Vila Jansen, citadas na epígrafe. Desta vez, é a diretora Lucy que solicita auxílio ao prefeito.

A investida, nesse momento, não foi a de trocar de instalações, mas apenas melhorar com uma nova pintura algumas salas de aula. Ainda com relação a instituições escolares estaduais, houve a tentativa de solicitar um grupo escolar para Sertorina em 1944. O argumento do prefeito foi de que

a densidade sempre crescente da população da zona rural deste município, tem determinado o povoamento das escolas municipais superlotando-as, causando assim, embaraços às professoras que, dado o elevado número de alunos, não podem desenvolver convenientemente o programa de ensino traçado pela orientação técnica⁵⁸⁶.

O pedido foi da comunidade ao prefeito municipal, com a assinatura de 36 famílias, e, a partir disso, ele encaminhou a solicitação ao governo estadual, diretamente ao Secretário de Educação e Saúde Pública, Coelho de Souza. Assim, afirma que

estudando detidamente o assunto cheguei à conclusão de que é de todo justa a pretensão dos signatários do referido documento, pois, contam naquele local com 87 crianças em idade escolar sendo que muitas não frequentam a escola por ser impossível a uma só professora atender a esse número de alunos. Não dispondo o Município dos necessários recursos para instalar aí um grupo escolar com 3 ou mais professoras, recorro a Vossa Excelência pedindo a gentileza de seu estudo sobre a possibilidade de ser criado, para o próximo ano, um grupo escolar estadual, a fim de que as crianças do referido núcleo colonial possam receber a necessária instrução⁵⁸⁷.

⁵⁸⁵ **Correspondência** de Lucy M. Courtois, diretora do Grupo Escolar da Vila Jansen, para Raul Cauduro, prefeito, 20 de maio de 1945. Pedre pintura de salas. Livro de Correspondências emitidas, Grupo Escolar Vila Jansen, década de 1940. AEEJM.

⁵⁸⁶ **Correspondência 1.229-10-1944**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 19 de setembro de 1944. Solicita a abertura de um grupo escolar na Sertorina. CER/AGPMF.

⁵⁸⁷ **Correspondência 1.229-10-1944**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para José Coelho de Souza, Secretário Estadual de Educação e Saúde Pública, 19 de setembro de 1944. Solicita a abertura de um grupo escolar na Sertorina. CER/AGPMF.

Apesar da solicitação, não foi criado mais este grupo escolar no município e não se tem documentos que possam justificar a ausência.

Já com relação a prédios escolares de aulas isoladas estaduais, a aula de São Miguel, no ano de 1946, teve iniciada a construção de um prédio no local escolhido pelo delegado regional de ensino Luiz Antônio Dalbem. A obra foi realizada por uma diretoria composta por Nicolau Fardo, José Guidolin e João Chisini⁵⁸⁸, por moradores da localidade.

Até então, em âmbito nacional, o ensino primário não havia recebido atenção do governo com a criação de diretrizes específicas, o que ficou delegado aos Estados e suas várias formas de condução, gerando, inevitavelmente, diferenças regionais. Esse cenário vai sendo paulatinamente alterado a partir de 1946, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, na volta de um período democrático.

A Lei Orgânica do Ensino Primário estrutura, em âmbito nacional, o ensino primário apresentando finalidades, estrutura e organização. Ela chega ao município mediada pelo projeto de Decreto-Lei encaminhado pelo Departamento das Prefeituras Municipais do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 1948.

Em 1946, foi o Convênio Estadual do Ensino Primário firmado entre estado do Rio Grande do Sul - representado pela Secretaria de Educação - e os municípios - representados pelo Departamento das Prefeituras Municipais. Tal convênio estava previsto nos artigos 45 e 46 da Lei Orgânica do Ensino Primário:

Art. 45. Os Estados e o Distrito Federal reservarão, cada ano, para manutenção e desenvolvimento de seus serviços de ensino primário, a cota parte das rendas tributárias de impostos, fixada no convênio, de que trata o Decreto-lei nº 4 4.958, de 14 de novembro, de 1942. Igual providência tornará a União, quanto aos orçamentos dos Territórios. Art. 46. Os recursos destinados ao ensino primário, pelos Municípios, por força do convênio referido no artigo anterior, poderão ser incorporados às cotações estaduais, em cada Estado, ou terem aplicação direta, segundo os acordos estipulados entre os Municípios e a administração estadual respectiva. (BRASIL, 1946).

Assim, o Estado:

Terá a seu cargo como até aqui o ensino primário nas cidades, vilas e povoados em que se verifique a existência de pelo menos 100 crianças em idade escolar num círculo de dois quilômetros de raio, comprometendo-se a empregar nesse serviço a partir do corrente ano, 17% de sua receita tributária, e, progressivamente 18%, 19%

⁵⁸⁸ **Correspondência s/nº** manuscrita de Nicolau Fardo para Raul Cauduro, prefeito, agosto de 1946. Comunica o início das obras do prédio escolar para escola estadual de São Miguel. CER/AGPMF.

e 20% em 1947, 1948 e 1949, mantendo daí por diante nesse último nível as despesas estaduais com o ensino primário⁵⁸⁹.

O Estado ainda prestará toda a assistência técnica necessária aos municípios para organização do ensino primário. Os municípios, por sua vez,

Signatários do presente convênio, comprometem-se a aplicar no corrente ano pelo menos doze por cento da renda de seus impostos no desenvolvimento do ensino primário. Essa porcentagem mínima elevar-se-á a treze, quatorze e quinze por cento respectivamente, em 1947 1948 e 1949, mantendo-se nesse nível daí em diante. Os municípios que estejam aplicando no ensino primário mais que doze por cento de suas receitas tributárias provenientes de impostos não diminuirão essa porcentagem de aplicação em consequência da assinatura do presente convênio. Todos os municípios se esforçarão no sentido de que as percentagens acima indicadas possam ser ultrapassadas⁵⁹⁰.

O convênio orienta aos municípios que ainda não consignaram em suas verbas para o exercício corrente que assim o façam com a abertura de créditos adicionais. Quanto ao quadro de professores:

Providenciarão igualmente os municípios no sentido de se habilitarem ao cumprimento da Lei Orgânica do ensino primário, criando, nos orçamentos futuros, categorias de professores adequadamente remunerados e habilitados por diploma de Escola Normal e ministrarem o ensino primário fundamental em cursos regulares de quatro anos, idênticos ao do Estado, a educação dos adultos e, onde possível, o Curso Primário Complementar de um ano⁵⁹¹.

E, por fim, informa como os municípios devem proceder até que seja organizado o sistema estadual de ensino, também previsto na Lei Orgânica do Ensino Primário. Assim devem

[...] as repartições encarregadas da administração do ensino, nos municípios, articular-se-ão com a Secretaria de Educação e Cultura para o fim da remessa de dados e informações que possibilitem um maior estudo e conhecimento do problema do ensino primário nas diversas regiões do Estado⁵⁹².

⁵⁸⁹ **Convênio Estadual do Ensino Primário**, 22 de março de 1946, assinado pelo prefeito Raul Cauduro. Livro Decretos-Leis, anos de 1936-1947. SGDh.

⁵⁹⁰ **Convênio Estadual do Ensino Primário**, 22 de março de 1946, assinado pelo prefeito Raul Cauduro. Livro Decretos-Leis, anos de 1936-1947. SGDh.

⁵⁹¹ **Convênio Estadual do Ensino Primário**, 22 de março de 1946, assinado pelo prefeito Raul Cauduro. Livro Decretos-Leis, anos de 1936-1947. SGDh.

⁵⁹² **Convênio Estadual do Ensino Primário**, 22 de março de 1946, assinado pelo prefeito Raul Cauduro. Livro Decretos-Leis, anos de 1936-1947. SGDh.

Em 1946, foi também instituída uma comissão municipal destinada a incrementar a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos⁵⁹³. A denominada Comissão Pró-Campanha de alfabetização de adolescentes e adultos foi composta por um presidente de honra, presidente, dois vice-presidentes, dois secretários, dois tesoureiros, uma comissão de propaganda e o conselho técnico. As professoras municipais e estaduais, junto à orientadora de ensino, compuseram a comissão de propaganda.

Em 20 de agosto de 1947, quatro professoras municipais solicitaram suas nomeações para lecionar no supletivo “Cruzada da Alfabetização”⁵⁹⁴. E, no ano de 1948, esse número ampliou-se para 10 professoras municipais (Lorena Gobatto, Elvira Colombo, Itália Benedetto, Rachel Carlota Silvestrin Chiele, Dirce Lúcia Damiani, Lucia Frizzo Bampi, Lúdia de Freitas Travi, Ercilvia Bondam, Tereza Gasperin e Assunta Bês). As nomeações eram solicitadas à Delegacia Regional do Ensino⁵⁹⁵. A elas ainda se somaram as professoras Elvira Maria Felicetti e Edita Canuto⁵⁹⁶.

No entanto, fica a dúvida: foram nomeadas de fato todas as professoras indicadas? O que se pode aferir é que tomavam posse conforme eram assim liberadas pela 4ª Coordenadoria de Ensino Estadual. Em 13 de abril de 1948, por exemplo, foi autorizado o prefeito a dar posse para Lúdia Freitas Travi, Lorena Gobbato e Ercilvia Bondam.

Durante a administração de Cauduro, foi dada continuidade à construção do Colégio São Tiago, que, em janeiro de 1945, estava quase no fim. No mês de maio do mesmo ano, o Irmão Vendelino passou a acompanhar a construção e preparar o ginásio para inspeção. Em julho do mesmo ano, mesmo que ainda em uma sala improvisada, passaram a atender os primeiros alunos e prepará-los para o exame de admissão. (DIAS; FABRO, 2011). Em março de 1945, foi paga a remoção de terras no valor de Cr\$ 7.549,00, o empenho está em nome de Arcangelo Milesi, presidente da comissão⁵⁹⁷ de construção do Colégio São Tiago. E, em

⁵⁹³ **Correspondência 822-13-1947**, de Alberto Olmiro Farinon, prefeito, para Josefina Feijó, chefe da Educação de Adolescentes e Adultos, sem data. Informa sobre a comissão municipal. CER/AGPMF.

⁵⁹⁴ **Correspondência 757-13-1947**, de Alberto Olmiro Farinon, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, 11 de agosto de 1947. Encaminha requerimento das professoras para nomeação. CER/AGPMF.

⁵⁹⁵ **Ofício 61**, de José Baumgartner, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, 5 de abril de 1948. Indica professoras para o Curso Supletivo de Adolescentes e Adultos. CER/AGPMF.

⁵⁹⁶ **Ofício 65**, de José Baumgartner, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, 14 de abril de 1948. Indica professoras municipais para o curso supletivo. CER/AGPMF.

⁵⁹⁷ Conforme Dias e Fabro (2011), a comissão era composta pelo presidente Arcangelo Milesi; secretário Plínio P. Amando; tesoureiro Ludovico Merlin; 2º tesoureiro Alcides Merlin; vice-presidente, Alfredo Ruaro; encarregado da escrita comercial, Lóris Milesi; guarda-livros, Tiago Luchesi e Antonio Nervo; responsáveis pela aquisição de material, José Jaconi, Pedro Antonello, Arcangelo Milesi, José Pergher, Alfredo Ruaro, Ângelo Bartelle, Eugenio de Nardi e Carlos Maggioni.

1946, ainda existe um empenho pago a Monsenhor Tiago Bombardelli descrito como auxílio para a Universidade Católica de Porto Alegre⁵⁹⁸. Em 20 de julho de 1945, o prefeito Raul Cauduro encaminhou a documentação com um projeto de Decreto-Lei para municipalizar o Colégio São Tiago. A instituição escolar funcionaria em um prédio financiado pela população local que já tinha a parte central e uma das alas do edifício construídas⁵⁹⁹. Em junho de 1946, foi oficialmente inaugurada a primeira parte do ginásio e ele fora reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura em 31 de dezembro de 1946. E, quanto ao nome da instituição, foi uma homenagem ao Monsenhor Tiago Bombardelli por seu esforço e interesse em instalar a escola.

Quanto aos colégios das irmãs scalabrinianas, Colégio Nossa Senhora de Caravaggio e Colégio Santa Cruz, recorda-se que eles seguiram sendo subvencionados. Além das subvenções, no ano de 1946, identifica-se uma bolsa de estudos para Olga Flora Varisco para cursar como aluna interna no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, o que parece ter sido uma iniciativa isolada. A mesma foi justificada pelo prefeito Raul Cauduro ao Departamento das Prefeituras Municipais.

A presidenta do Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência me solicitou a concessão de uma “Bolsa de Estudos” à jovem Olga Flora Varisco, a fim da mesma poder cursar, como interna, pois seus pais residem no 4º distrito deste município, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes desta cidade. Trata-se, segundo fui informado, de uma menina inteligente e, por isto mesmo, sequiosa de saber; tem pais, mas são pobres e a família – sobrecarga fatal de pobreza – é numerosa. Decidi, assim, submeter à apreciação de Vossa Senhoria o projeto de decreto-lei anexo, solicitando o encaminhamento dele depois de informado, ao Egrégio Conselho Administrativo do Estado. Servirá de recurso para a cobertura da despesa constante no próprio projeto incluso – Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros) – parte das dotações orçamentárias seguintes: 55.8.81.0 Zelador (Excedente) Padrão c – Cr\$ 1.800,00 60-8.93.0 b) Disponibilidade do funcionário Pedro Minella – Cr\$ 1.000,00 dado o falecimento do zelador em 28 de fevereiro e do sr. Pedro Minella em 30 do corrente ano⁶⁰⁰.

A bolsa de estudos aqui citada apontou questões interessantes, como o remanejo da verba que não mais seria utilizada para o pagamento dos funcionários, a intervenção da Legião Brasileira de Assistência, além dos motivos que justificam a solicitação: a inteligência, a pobreza e a família numerosa. O discurso do mérito e da pobreza são recorrentes nos documentos públicos e sempre pautados como pré-requisitos para o auxílio

⁵⁹⁸ **Empenhos** da Prefeitura Municipal de Farroupilha, 1945 e 1946.

⁵⁹⁹ **Correspondência 506-11-1945**, de Raul Cauduro, prefeito, para Lúcia Magalhães, diretora da Divisão do Ensino Secundário, 20 de julho de 1945. Encaminha documentação do Colégio São Tiago. CER/AGPMF.

⁶⁰⁰ **Correspondência nº 44/46**, de Raul Cauduro, prefeito, para Dr. Francisco Juruna, Departamento das Prefeituras Municipais (DPM), 3 de agosto de 1946. Encaminha projeto de Decreto-Lei para bolsa de estudo. CER/AGPMF.

da municipalidade, já as famílias que eram reconhecidas como detentoras de uma boa condição financeira deveriam arcar com as despesas de seus filhos e sempre que possível auxiliar ao demais por meio de campanhas, arrecadações, de contribuições para a Caixa Escolar etc. O Decreto-Lei 111 de 29 de outubro de 1948 concedeu a bolsa de estudos para a aluna, o que sinaliza a intenção de poder também auxiliar alunas que pretendiam frequentar o Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁶⁰¹.

A administração de Raul Cauduro coincide com a Lei Orgânica do Ensino Primário e abertura de um período democrático com a saída de Getúlio Vargas da presidência. Nessa administração, ocorreram adequações, assinatura de Convênio do Ensino Primário, término da construção e inauguração do Colégio São Tiago e do encaminhamento do processo de municipalização do ginásio. Atuou na manutenção do ensino primário para crianças, adolescentes e adultos.

4.7 MUNICIPALIZAÇÃO DO GINÁSIO SÃO TIAGO: ALBERTO OLMIRO FARINON

“Dentre suas obras destacam-se a abertura de estradas, a reorganização administrativa da prefeitura. Iniciou o código de obras, além de dar início ao levantamento topográfico de Farroupilha.”

(MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL’OSBEL, 1993, p. 51)

Alberto Olmiro Farinon foi nomeado dia 26 de abril de 1947 e permaneceu poucos meses na administração municipal, até 20 de dezembro de 1947, pois voltariam a ser empossados prefeitos eleitos. Apesar de ficar poucos meses no cargo de prefeito, Montegutti, Giacomel e Dall’Osbel (1993) apontam na epígrafe suas principais obras. Foi também durante esse período que foi municipalizado o Ginásio São Tiago via Decreto-Lei nº 118, de 28 de maio de 1947:

Art.1º - O Ginásio São Tiago, com sede nesta cidade, fica municipalizado e passará a denominar-se Ginásio Municipal São Tiago. Art. 2º - O Ginásio Municipal São Tiago receberá do município a subvenção anual de Cr\$ 12.000,00. Art. 3º - As relações entre o Ginásio Municipal São Tiago serão estipuladas em contrato especial. Art. 4º - Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 12.000,00 para o pagamento da subvenção correspondente ao corrente exercício. Art. 5º - O saldo do exercício de 1946 servirá de recursos para atender a despesa com o pagamento da subvenção

⁶⁰¹ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 111**, de 29 de outubro de 1946. Concede a bolsa de estudos. Livro Decretos-Leis, anos de 1936-1947. SGDh.

a que se refere o artigo anterior. Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário⁶⁰².

O contrato entre a Prefeitura de Farroupilha e a União Sul Brasileira de Educação e Ensino dos Irmãos Maristas foi firmado aos doze dias de julho de 1947. Assim, a União Brasileira de Educação e Ensino dos Irmãos Maristas obriga-se a:

a) Adotar o programa do Colégio Dom Pedro II; b) Admitir 10 alunos gratuitos, indicados pela Prefeitura Municipal, sendo dois internos, filhos de viúvas pobres e operários. Estes alunos de preferência naturais e residentes neste município; c) Permitir que a Prefeitura exerça livre fiscalização do Ginásio, dentro do regulamento; d) Instalar junto ao Ginásio, curso Elementar Agrícola de acordo com o programa do Instituto Técnico e Profissional do Rio Grande do Sul⁶⁰³.

A prefeitura, em contrapartida, deve dispor de uma subvenção anual de doze mil cruzeiros, em caráter permanente e baixar o decreto oficializando o Ginásio.

A seguir, pode-se visualizar o anúncio publicado, já com a denominação Ginásio Municipal São Tiago.

Figura 42 - Propaganda do Ginásio Municipal São Tiago⁶⁰⁴ (1947)



Fonte: Jornal do Dia⁶⁰⁵.

⁶⁰² FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 118**, de 28 de maio de 1948. Municipaliza o Ginásio São Tiago, concede subvenção anual e abre crédito especial. CER/AGPMF.

⁶⁰³ **Contrato** entre a Prefeitura Municipal de Farroupilha e a União Brasileira de Educação e Ensino dos Irmãos Maristas, 11 de julho de 1947 (DIAS, FABRO, 2011, p. 21).

⁶⁰⁴ Ginásio Municipal São Tiago, Farroupilha – R.G.S. O Ginásio Municipal São Tiago, dirigido pelos irmãos Maristas, está situado na região serrana, à 125 km da capital, na pitoresca e salubérrima cidade de Farroupilha, cuja altitude atinge 765m, sendo centro de veraneio. O prédio, assim como todas as suas instalações modernas, está de conformidade com a portaria ministerial nº 67 de 30/1/1946. O novo ginásio obteve elevada percentagem em sua ficha de classificação, efetuada pelo representante do Ministério da Educação e Saúde. Aceitam-se alunos menores de 13 anos para os cursos primários e 1ª série. Peçam prospectos e reservem, quanto antes, matrícula neste modelar estabelecimento. Acomodações para Internato, semi-internato e externato.

⁶⁰⁵ **Jornal do Dia**, Porto Alegre, Ano I, nº 1, 26 de janeiro de 1947, p. 10. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/098230/12>. Acesso em: 22 abr. 2020 e página do Facebook Farroupilha de Uma Volta, disponível em: <https://www.facebook.com/Dasantigasunavolta/photos>. Acesso em: 28 mai. 2020.

O anúncio utiliza como propaganda a distância da capital, o clima saudável, as instalações modernas, em conformidade, à Portaria nº 67 de 30/01/1946, e sua boa avaliação pelo Ministério de Educação e Saúde. A publicação acrescenta que aceitam menores de 13 anos para os cursos primários e 1ª série, e apresenta as possibilidades de matrícula em internato, semi-externato e externato. O prédio escolar era amplo e imponente para o período como pode-se visualizar na Figura

Figura 43 - Prédio do Colégio São Tiago (1947)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

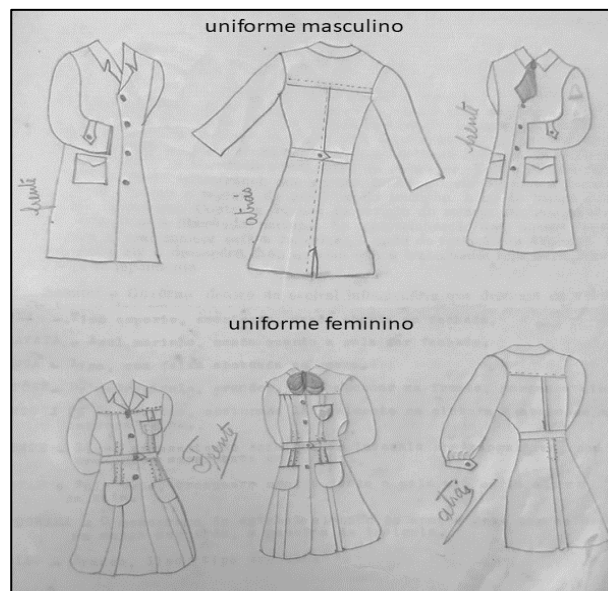
Nas fotografias pode-se ver acima uma visão lateral do prédio e abaixo frontal e assim é possível ter a dimensão de quais são as instalações a que fazem referência os irmãos maristas na propaganda veiculada.

Quanto à abertura de aulas estaduais, no final de 1947, o prefeito Alberto Olmiro Farinon, sabendo da disponibilidade da Delegacia Regional de Ensino de instalar uma aula, isolada pede que seja em Farroupilha nas proximidades do Campo de Cooperação. Em caso de instalação, ele se dispõe a ceder o prédio escolar em que está funcionando uma aula municipal e transferir aquela para outro local⁶⁰⁶.

Ao final do ano de 1947, a professora estadual Dejanira Tereza Mangoni, respondendo pela direção, mais uma vez cita as condições do prédio do Grupo Escolar da Vila Jansen e argumenta que “O prédio não poderá valer muito mais que seis mil cruzeiros porque foi construído em madeira velha. Em Vila Jansen, haveria necessidade de um prédio maior, pois há muita probabilidade de aumentar bem a matrícula.”⁶⁰⁷. A construção de um prédio em alvenaria para a instituição escolar ocorreu apenas no ano de 1958 e foi feita pelo Estado. (PILETTI, 2018).

O primeiro indício de modelo de uniforme escolar localizado no arquivo da prefeitura é de junho de 1946. Foi definido um modelo masculino e outro feminino como se pode visualizar a seguir:

Figura 44 - Uniformes escolares (1946)



Fonte: Comunicado Diretoria de Instrução Publica Municipal (1946), AGPMF.

⁶⁰⁶ **Correspondência 1.003/13/1947**, de Alberto Olmiro Farinon, prefeito, para Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, 20 de novembro de 1947. Pede a instalação de uma escola estadual isolada. CER/AGPMF.

⁶⁰⁷ **Correspondência** de Dejanira Tereza Mangoni, diretora Grupo Escolar Vila Jansen, para o chefe de serviços de prédios da Secretaria de Educação e Cultura de Porto Alegre, 2 de dezembro de 1947. Livro de correspondências emitidas, Grupo Escolar Vila Jansen, década de 1940. AEEJM.

A comunicação informa as especificações para o novo tipo de uniforme escolar, o que anuncia que existia um modelo anterior. As orientações são detalhadas minuciosamente conforme o quadro abaixo.

Quadro 19 - Especificações sobre uniformes escolares (1946)

Uniforme masculino	Uniforme feminino
Gola: tipo esporte, americana, usada aberta ou fechada. Gravata: azul-marinho, usada quando a gola for fechada. Botões: de madrepérola, grandes, para abotoar na frente, mangas e cinto. Cinto: só nas costas, costurado lateralmente na cintura e abotoado atrás, largura de 3 cm. Frente: lisa, apresentando dois bolsos laterais quadrangulares, com uma parte superposta em V. Costas: pala reta, trespasse cerzido desde a pala até a altura da saia. Monograma: o monograma do estabelecimento de ensino deve ser colocado na manga esquerda, a maneira de insígnia. Tecido: branco, liso, tipo cretone.	Gola: tipo esporte, americano, usada aberta ou fechada. Laço: azul-marinho, usando quando a gola for fechada. Manga: lisa, com um punho fechado com um botãozinho. Botões: de madrepérola, grandes, para abotoar na frente e no cinto. Frente: pala reta. Apresenta quatro pregas, duas de cada lado. Profundidade das pregas: 3 cm. Acima da cintura, à esquerda, um bolsinho quadrangular com cantos curvos. Abaixo da cintura, dois bolsos maiores, do mesmo feitio. Costas: pala reta. Macho atrás. Profundidade igual a das pregas. Monograma: o monograma do estabelecimento de ensino deve ser bordado no bolso superior. Tecido: branco, liso, tipo cretone.

Fonte: Comunicado Diretoria de Instrução Pública Municipal (1946), AGPMF.

As orientações especificam, parte a parte, dos casacos para que pudessem ser confeccionados mantendo um padrão.

O uso de uniformes escolares no Brasil remonta ao período entre 1800 e 1900 com o surgimento da Escola Normal em Niterói, Rio de Janeiro. A partir de então, foram paulatinamente adotados, primeiro, em escolas mais tradicionais; e, a seguir, a partir de 1930, disseminando-se de forma mais intensa. As peças de vestuário definidas como uniforme escolar imprimiam uma mensagem subliminar que exigia postura exemplar, que protegia a imagem da instituição escolar representada, dentro ou fora do ambiente escolar, e concedia às crianças o status de aluno. (MARCON, 2010). Dessa forma, os uniformes escolares tinham por função identificar, controlar e padronizar os alunos, um processo que foi iniciado no ano de 1944, pela Diretoria de Instrução Pública, e que estava sendo repensado no município em 1946. Entende-se que a presença da orientadora de ensino influenciou nesse processo.

Na imagem a seguir, pode-se visualizar os alunos e alunas da aula 24, uniformizados na Semana da Pátria de 1948, com os casacos de uniforme acima especificados.

Figura 45 - Alunos da aula 24, uniformizados (1948)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

Na fotografia, vemos meninos e meninas, identificados como alunos da aula 24, de várias idades e acompanhados de duas mulheres, as professoras. No canto esquerdo, um rapaz segura a Bandeira do Brasil. As crianças menores ficam à frente, algumas sentadas no chão, as meninas estão agrupadas à direita e os meninos, à esquerda. Nem todas as meninas estão usando a gravata, e a primeira menina, à direita, sentada no banco está sem o casaco. Alguns dos meninos também estão sem as gravatas. A ocasião em que utilizam os casacos brancos é a da Semana da Pátria. No entanto, é difícil pensar nesses uniformes sendo utilizados, no dia a dia, por alunos de instituições escolares no interior do município em áreas rurais.

Na RCI era muito comum as crianças terem a roupa da missa, aquela que era usada aos domingos para ir à igreja, a melhor roupa que lhes era possível ter. Ao olhar para os uniformes retratados na imagem, é possível afirmar que essa era a roupa de dias solenes, importantes, e não as vestimentas para ir às aulas diariamente. Também é inevitável pensar se todos os alunos tinham condições financeiras de confeccionar os casacos brancos do uniforme escolar. Se não tinham, como isso foi administrado? Teriam alunos sido excluídos das festividades por não terem o uniforme escolar prescrito? São questões, que, apesar de não se terem respostas, precisam estar no horizonte para não se generalizar o uso do uniforme.

Ainda analisando as vestimentas utilizadas pelos alunos das aulas municipais, uma outra imagem da professora Alice Gasperin com seus alunos na Linha Sertorina nos apresenta roupas bem mais simples.

Figura 46 - Professora Alice Gasperin com alunos na Linha Sertorina [19--]



Fonte: Acervo pessoal de Alice Gasperin, foto 097, AHJSA.

A fotografia foi conservada no acervo pessoal da professora Alice e foi denominada como um dia comum de aula. Nessa imagem, vê-se, à direita, a professora; as crianças menores na fileira da frente e as maiores atrás, meninos e meninas agrupados por gênero, com a predominância da presença feminina. Pode-se ver as crianças com roupas diversas, não se trata de um uniforme padrão, e de pés descalços em um dia que não parece ser tão calor, pois já vestem mangas longas e alguns casacos. As roupas simples e os pés descalços contrastam com a Figura 45, de um dia cívico, o que nos permite pensar sobre as dificuldades enfrentadas por crianças que frequentavam as aulas municipais que por vezes percorriam 2, 3, 4 quilômetros caminhando nessas condições. Lembra-se que o frio rigoroso de Farroupilha, nos meses de inverno, motivou campanhas para o fornecimento de agasalhos e calçados para alunos pobres. Segundo Crivelatti *et al.* (1984, s/p), os alunos

[...] percorriam quilômetros e mais quilômetros a pé ou no lombo de burros mansos. Na maior parte das vezes, enfrentavam serenos, as intempéries do tempo. Muitas vezes, as professoras, penalizadas, tentavam aquecê-los com casacos e até mesmo com pelegos utilizados nos cavalos.

Ainda na fotografia, pode-se ver a professora, com cabelo preso e usando calçado, veste uma saia e blazer, segura as mãos à frente do corpo, posicionando-se voltada aos alunos e olhando para o fotógrafo. Coloca-se à frente dos alunos, de maneira simbólica, posiciona-se como a responsável por aquele grupo, estabelecendo a sua posição social e hierarquia. Nas duas imagens (fig. 44 e fig. 45), as roupas usadas pelas professoras e a forma de arrumar o cabelo são muito próximas, o que denota que apesar de não se tratar de um uniforme, apresenta especificidades. O prédio escolar lembra o projeto de escolas isoladas proposto por Pianca, engenheiro e prefeito de Bento Gonçalves (1924-1928). O projeto circulou na região, pois foram fornecidas cópias a outros municípios. (LUCHESE; KREUTZ, 2012).

O período administrativo de Alberto Olmiro Farinon foi de apenas 7 meses e nele foi municipalizado o Colégio São Tiago, época em que se identifica-se o movimento em torno de uniformes escolares.

4.8 IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO GINASIAL: JOSÉ BAUMGARTNER

“Declarou empossado, de acordo com a lei os senhores José Baumgartner e Angelo Bartelle, a quem formulou votos de uma feliz e próspera administração agradecendo também ao snr. Alberto Farinon, ex-prefeito, os serviços prestados ao município no período de sua gestão.”

(ATA nº 2, 1947⁶⁰⁸)

Ao final do período administrativo de Alberto Olmiro Farinon, em 27 de novembro de 1947, foi instalada a Câmara Municipal de Vereadores de Farroupilha⁶⁰⁹. A ata nº 2 registrou a posse do prefeito, José Baumgartner (vinculado ao PSD), e do vice-prefeito, Angelo Bartelle⁶¹⁰, retomando o período em que os prefeitos são eleitos. A administração transcorreu de 21 de dezembro de 1947 até 7 de julho de 1951. (MONTEGUTTI; GIACOMEL; DALL’OSBEL, 1993).

⁶⁰⁸ FARROUPILHA. **Ata 2**, 27 de novembro de 1947. Instala a Câmara Municipal de Vereadores. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

⁶⁰⁹ FARROUPILHA. **Ata 1**, 27 de novembro de 1947. Instala a Câmara Municipal de Vereadores. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

⁶¹⁰ FARROUPILHA. **Ata 2**, 1 de dezembro de 1947. Empossa o prefeito eleito. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

As primeiras sessões da Câmara de Vereadores foram destinadas à proposição da Lei Orgânica do município, do regimento interno da Câmara, dentre outras providências de organização como a definição da frequência de sessões e a remuneração dos vereadores⁶¹¹. Dentre os expedientes, no mês de fevereiro de 1948, entrou em pauta um requerimento do prefeito em prol do auxílio para a construção de uma aula em Monte Bérico⁶¹², uma solicitação daquela comunidade feita por João Signori e outros⁶¹³. A decisão da Câmara foi favorável. E o pedido de melhorias nos vencimentos do Inspetor Municipal de Ensino e da ajuda de custos e diárias quando for de competência. Ao prefeito José Baumgartner foram solicitadas informações, e, sobre o funcionamento desse setor, ele cita

1º) que, na realidade, atendendo-se ao crescente serviço de Inspetoria de Ensino, os vencimentos que lhe são correspondentes autorizam uma melhoria razoável; 2º) Que, entretanto, dada a natureza das funções não é de ser atendida em virtude da atual situação financeira do município; 3º) Somos, contudo, da opinião que os vencimentos do Inspetor do Ensino, poderão ser equiparados aos do subprefeito do 1º distrito, considerando-se o tempo de serviços que prestou e presta no exercício das funções, e finalmente, 4º) Quanto a ajuda de custo e diárias pleiteadas não existe dotação orçamentária que autorize a concessão. Entretanto, provada devidamente a despesa que o funcionário realizar no exercício de suas funções a prefeitura atenderá na mesma forma da tabela que regula a espécie⁶¹⁴.

A resposta do prefeito reitera a permanência de Ângelo Venzon Neto durante muitos anos frente a essa função, por vezes acumulada a outras. Recorda-se que ele fez parte dos funcionários da primeira administração e manteve-se ao longo de todo período da pesquisa⁶¹⁵.

Destaca-se ainda a aprovação do projeto de lei que extinguiu o Campo de Cooperação, bem como o cargo de extranumerário mensalista, cancelando-se a dotação orçamentária para tanto⁶¹⁶. Além disso, foi solicitada a aposentadoria de uma professora, pedido analisado e aceito.

⁶¹¹ Os vereadores eram: Olímpio Venzon, morador de São Marcos; Augusto Cavalca e Arno Busetti, de Vila Jansen; Oscar Carlos Closs, do Desvio Blauth; Pedro Antonello Filho e Carlos Maggioni, moradores da área central do município; Avelino Antonio Pasa, de Caravaggio. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

⁶¹² No ano de 1949 foi aberta uma aula municipal em São Miguel Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

⁶¹³ Ata 11, 25 de fevereiro de 1948. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

⁶¹⁴ **Ofício nº 27/48**, de José Baumgartner, prefeito, para Pedro Antonello Filho, vereador, 18 de fevereiro de 1948. Responde sobre pedido de melhoria de remuneração do Inspetor da Instrução Pública. CER/AGPMF.

⁶¹⁵ Angelo Venzon Neto ainda se candidatou a vereador, foi eleito e impedido de exercer o mandato por ser funcionário público e assim permanece até sua aposentadoria.

⁶¹⁶ FARROUPILHA. **Ata 27**, 6 de novembro de 1948. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a ata nº 90/1952. CMVF.

Em 1948, começaram a ser encaminhados ao Colégio São Tiago – Ginásio Municipal – os alunos com matrícula gratuita, decorrência do contrato firmado. Fica nítido que foi estabelecido um protocolo para a definição das vagas: primeiro, a vaga era solicitada por meio de requerimento sempre encaminhado ao prefeito municipal. O texto do requerimento identifica o peticionário, informações de identificação do responsável, solicitação da matrícula gratuita, nome do aluno, idade e compromisso dos pais com a obediência e comportamento dos filhos nos estudos. Se deferido o pedido, era transcrita a seguinte informação no requerimento: “Concedo. Façam-se as comunicações de praxe, reservando-se, porém, esta prefeitura o direito de suspender a matrícula quando o aluno não demonstrar aplicação e comportamento devidos.”⁶¹⁷.

O comunicado do despacho era transcrito em correspondência pelo secretário Pedro Koff, que informava o requerente. Após a seleção e retorno aos familiares dos alunos, o irmão diretor do Colégio São Tiago era comunicado do nome e idade dos alunos a serem matriculados. A seguir, pode-se visualizar a materialidade do requerimento de solicitação da vaga e a correspondência de informação de matrícula gratuita encaminhada ao Colégio.

⁶¹⁷ **Requerimento** de matrícula gratuita no Colégio São Tiago, de Rafael Macari para o prefeito José Baumgartner, 19 de janeiro de 1948. CER/AGPMF.

Figura 47 – Solicitação de matrícula gratuita no Ginásio Municipal São Tiago (1948)

Ilmo. Snr. Prefeito Municipal

Concedo: Façam-se as comunicações de praxe, reservando-se, porém, esta Prefeitura o direito de suspender a matrícula quando o aluno não demonstrar aplicação e comportamento devidos.
Em 21.1.1948.

N/Cidade José Baumgartner
Prefeito.

Prefeitura Municipal de Farroupilha
PROT. COLLO
Pagina - Nº 85
20 de Janeiro de 1948

RAFAEL MACARI, brasileiro, casado, residente nesta cidade, vem mui respeitosamente requerer a V. S., se digne conceder-me, visto ser de condições pobre, a renovação da matrícula gratuita, interna, no Ginásio São Tiago, nesta localidade, para seu filho de nome Dante, com 13 anos de idade, comprometendo-se o requerente a tudo enviar para que o referido filho demonstre obediência e aproveitamento nos estudos.

S/termos peço deferimento.

Farroupilha, 19 de Janeiro de 1949

Rafael. Macari

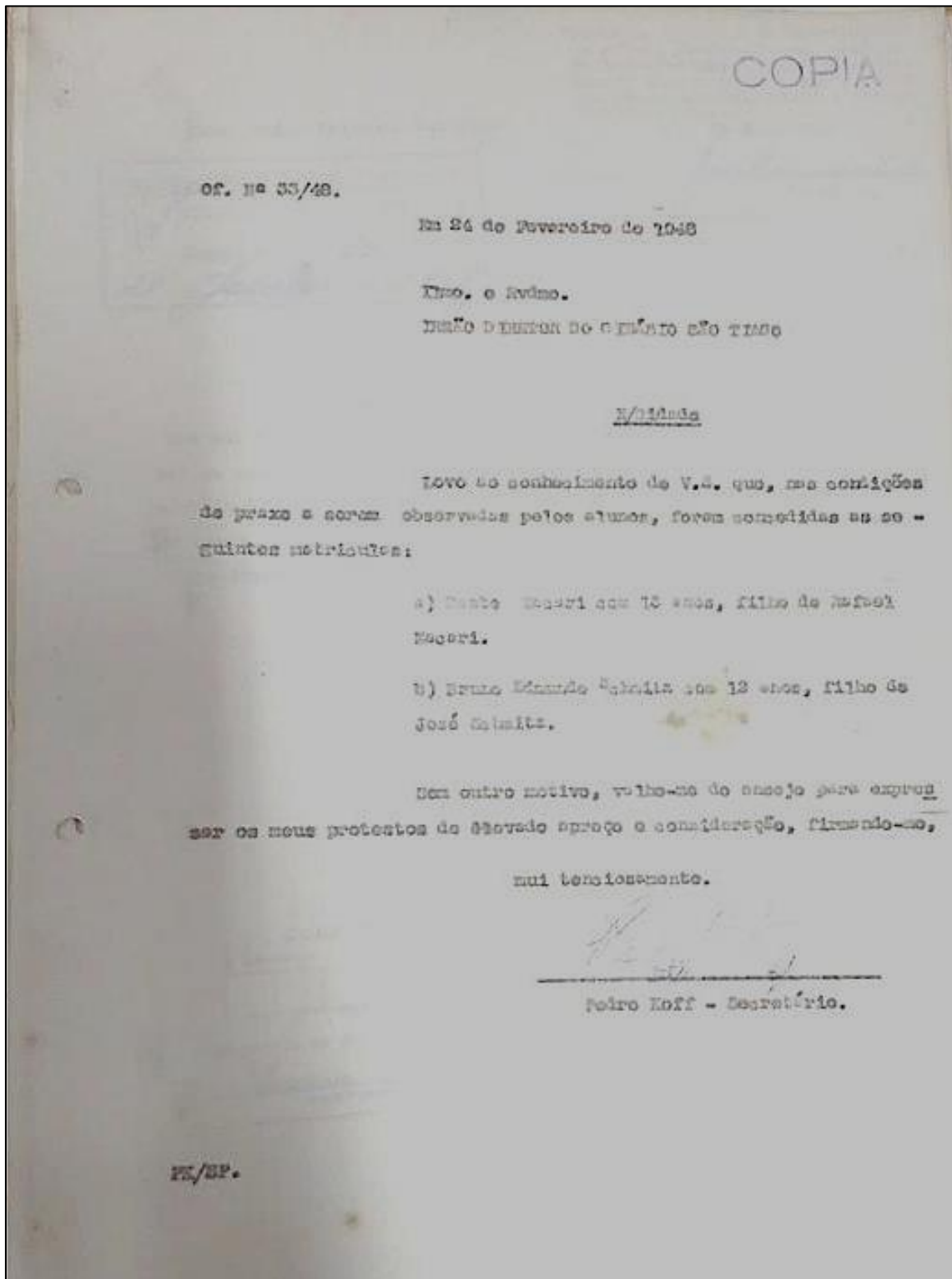
20. JAN 1949

Protocolado na ficha N.º 41
Luzana Pasqual
ESCRITURÁRIO

Fonte: Correspondências emitidas e recebidas⁶¹⁸, AGPMF.

⁶¹⁸ **Solicitação de matrícula** de Rafael Macari para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, 19 de janeiro de 1949. CER/AGPMF.

Figura 48 - Informação de matrícula concedida ao Ginásio Municipal São Tiago (1948)



Fonte: Correspondências emitidas e recebidas⁶¹⁹, AGPMF.

⁶¹⁹ **Ofício nº 33/48**, de Pedro Koff, secretário da prefeitura, para Irmão diretor do Ginásio São Tiago, 26 de fevereiro de 1948. CER/AGPMF.

O contrato previa a admissão gratuita de 10 alunos gratuitos, encaminhados pela Prefeitura Municipal de Farroupilha, dentre eles dois internos. A preferência era por filhos de viúvas pobres e operários, naturais e residentes no município. Foi possível analisar 9 pedidos deferidos pelo prefeito municipal, apresentados no quadro a seguir:

Quadro 20 - Alunos com matrícula gratuita no Ginásio Municipal São Tiago (1948)

Requerente	Data	Naturalidade	Profissão	Estado Civil	Aluno	Idade	Observações
Rafael Macari	19/01/1948	Brasileiro	-	casado	Dante Macari	13	Interno
Enor Gomes dos Santos	24/12/1947	-	Funcionário da Companhia Telefônica Riograndense	-	Evilásio Gomes dos Santos	10	Matrícula só para o ano de 1948.
Alcides Boeira	16/12/1947	Brasileiro	Guarda-civil	casado	Maurício Boeira	-	Renovação
Abramo Feltrin	05/01/1947	Brasileiro	Agricultor	-	Itacir Luiz Feltrin	16	-
Rosa Maria S.P. Nervo	23/02/1948	-	-	viúva	João Carlos Nervo	-	Interno
Basilio Onzi	02/03/1948	-	-		Gentil Onzi	14	-
Ricieri Moersch	08/03/1948	Brasileiro	Tecelão	casado	Heitor Moersch	16	-
José Schmitz	23/02/1948	-	-	-	Bruno Edmundo Schmitz	12	-
Cezira Feltrin Farinon	12/03/1948	-	Afazeress domésticos	viúva	Ítalo Amado Farinon	10	-

Fonte: Elaborado a partir de Correspondências emitidas e recebidas, AGPMF.

No quadro, podemos visualizar que a solicitação de matrícula era feita pelos pais e, na ausência desses, pelas mães viúvas, e foram feitas nos anos de 1947 e 1948. Nesse sentido, duas delas chamam a atenção: o requerimento de Alcides Boeira, que pede renovação de matrícula, e de Abramos Feltrin, que é datada de janeiro de 1947. Diante das tais solicitações, entende-se, que apesar de o contrato ainda não estar oficialmente firmado entre o município e os Irmãos Maristas, ocorreu tanto a solicitação de vagas em 1947 quanto a gratuidade de um aluno, pelo menos, que frequentou o colégio já em 1947.

Quanto à nacionalidade, nem todos declaram, mas o que assim o fizeram são brasileiros. Dentre as profissões, temos um funcionário da Telefônica Riograndense, guarda-civil, agricultor, tecelão e afazeress domésticos. Os alunos são meninos entre 10 e 16 anos e dois deles na condição de internos, como prevê o contrato.

A partir dos requerimentos analisados, não foi possível aferir o local de residência dos alunos, no entanto, em outro requerimento, de Floriano H. Bassoto, nota-se que o prefeito solicitou que fosse verificado se o requerente era contribuinte. Assim, percebe-se que, em

caso de dúvida quanto à residência do aluno, verificava-se antes de conceder a matrícula. Nesse caso, não consta a resposta e nem a informação de que a matrícula foi concedida. É preciso pontuar que no Arquivo Geral da Prefeitura Municipal de Farroupilha encontram-se apenas essas 10 solicitações por matrícula, que se referem a concessões no ano de 1948. Dessa maneira, entende-se que várias questões merecem aprofundamento no que tange à oferta dessas matrículas.

Verificou-se também que algumas famílias pedem renovação da matrícula gratuita ao final do ano de 1948, concessão essa que era condicionada à obediência e ao rendimento. As informações a respeito disso eram fornecidas pelo Irmão Hermes, como, por exemplo: “Respondendo a vosso ofício nº 281.48 de 14 do corrente informo-vos que o aluno Maurício Boeira foi promovido para a Terceira série do curso ginásial com média geral ‘7,4’. O comportamento, do mesmo aluno, alcançou a nota ‘bom’.”⁶²⁰. Ainda em outra resposta, “Por intermédio do presente informo-vos que o aluno João Carlos Nervo foi promovido para a admissão B; tirou o segundo lugar com média 9,0. Por seu comportamento em aula recebeu a menção honrosa; no internato seu comportamento alcançou a nota bom.”⁶²¹.

Ao passo que o colégio marista foi municipalizado e encarregava-se do curso ginásial masculino, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes estava organizando-se para atender o curso ginásial feminino, providenciando inclusive a ampliação do prédio escolar, o que ocorreu em 1954.

No ano de 1948, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes passou a ser também subvencionado pelo poder público municipal. Dessa forma, cada uma das três instituições escolares, pertencentes à congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, passaram a receber a Cr\$ 350,00 mensais. A subvenção recebida pelos colégios Nossa Senhora de Caravaggio e Santa Cruz em 1947 era Cr\$ 200,00, isto é, além de subvencionar todas as instituições dirigidas pelas irmãs scalabrinianas, houve um aumento percentual significativo no valor. Se compararmos o subsídio anual do Ginásio São Tiago no total de Cr\$ 12.000,00 e o subsídio anual dos três Colégios das Irmãs no total Cr\$ 12.600,00, vê-se um valor muito próximo de contribuição.

No ano de 1948, foi encaminhado ao governo estadual uma relação de onde seriam necessárias escolas rurais.

⁶²⁰ **Correspondência** do Irmão Hermes para a Prefeitura Municipal, 21 de dezembro de 1948. Responde a pedido de informação. CER/AGPMF.

⁶²¹ **Correspondência** do Irmão Hermes para João Baumgartner, prefeito, 30 de dezembro de 1948. Responde a pedido de informação. CER/AGPMF.

Figura 49 - Solicitações por escolas rurais (1948)

Nº de Ord.	Lugares necessitados de Escolas	Distrito	Origem da população	Crianças em idade escolar.	Atividade econômica
10	Linha Boemios	4º	Italiana	60 a 70	Agricultura
1	Linha República	2º	"	50 a 60	"
3	Jansen (Montebérico)	2º	"	50 a 60	"
7	Rio Burati	3º	"	50 a 60	"
6	Monte Bérico	3º	"	30 a 40	"
8	Encruzilhada	4º	"	40 a 50	"
9	São Miguel	4º	"	25 a 30	"
4	Linha Palmeiro	1º	"	35 a 40	"
5	Linha Julieta	1º	"	25 a 30	"
2	Linha Jansen	2º	"	25 a 30	"

Fonte: Correspondências emitidas e recebidas⁶²², AGPMF.

O quadro da Figura 49 apresenta na primeira coluna a ordem de prioridade em que deveriam ser instaladas as escolas rurais; a seguir, na coluna ao lado, as localidades e distritos. Destaca a origem da população como italiana, referindo-se à colonização predominantemente italiana no município e sinaliza como principal atividade econômica a agricultura. Ainda cita o número de crianças em idade escolar, consideradas as de 7 a 12 anos, num raio de 3 quilômetros. Pelo requerimento, afirma-se que Baumgartner almejava 10 instituições escolares a serem instaladas.

O quadro a seguir apresenta as instituições escolares em funcionamento no município de Farroupilha, no ano de 1948.

Quadro 21 - Instituições escolares em Farroupilha (1948)

Distrito	Nº de alunos/distrito	Instituições Escolares
1º Distrito	810	7 escolas municipais, funcionando em prédios de Sociedades Escolares. 1 ginásio funcionando em prédio próprio. 2 colégios particulares, dirigidos por religiosas, funcionando em prédios próprios. 1 grupo escolar da sede – funcionando em prédio próprio.
2º Distrito	470	10 escolas municipais, funcionando em prédios de sociedades escolares. 1 grupo escolar na Vila Jansen, funcionando em prédio da Prefeitura Municipal 1 grupo escolar em São Marcos funcionando.
3º Distrito	480	12 escolas municipais, funcionando em prédios de Sociedades Escolares. 1 Grupo Escolar na sede Caruara, funcionando em prédio próprio. 2 escolas isoladas – funcionando em prédios de sociedades escolares.
4º Distrito	650	17 escolas municipais, funcionando em prédios de sociedades escolares. 1 colégio de religiosas, funcionando em prédio próprio. 1 escola isolada funcionando em prédio de aluguel.

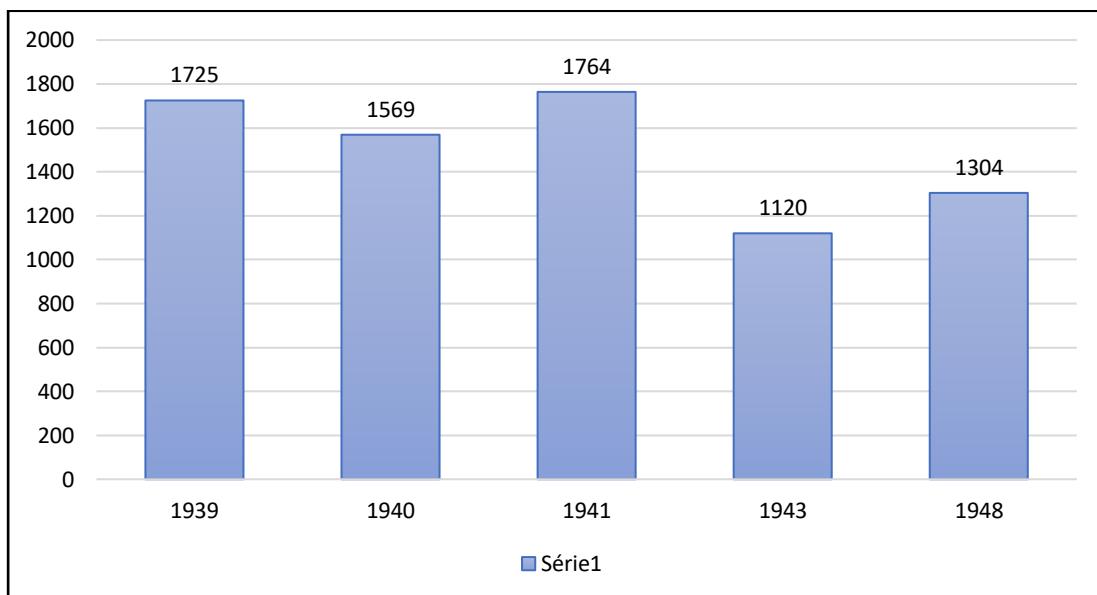
Fonte: Elaborado a partir do ofício nº 250.48, de José Baumgartner para Secretaria de Educação e Cultura/RS, 7 de outubro de 1948. CER/AGPMF.

⁶²² **Correspondência 157.48**, de José Baumgartner para Eloy José da Rocha, Secretário de Educação, em 7 de julho de 1948. CER/AGPMF.

O quadro apresenta as instituições escolares municipais, estaduais e confessionais junto à situação de seus prédios. É interessante observar que os prédios municipais estão citados como pertencentes a sociedades escolares, ou seja, pode-se ver a permanência das construções realizadas pelas comunidades. A matrícula geral dos alunos em escolas municipais era de 1.304 alunos, e a real, 1.250 alunos, entenda-se frequentando as aulas.

Chegando ao final do recorte temporal delimitado para a pesquisa ora proposta, apresenta-se um gráfico com os dados estatísticos localizados sobre a matrícula de alunos nas escolas municipais ao longo do período⁶²³.

Gráfico 5 - Matrículas de alunos em escolas municipais (1939-1948)



Fonte: Jornal A Época⁶²⁴ (1939, 1940), Resposta à Circular 714(1941), Correspondência de Angelo Venzon Neto, 29 de março de 1943, ao prefeito municipal, Ofício nº 250.48 de José Baumgartner para Secretaria de Educação e Cultura/RS, 7 de outubro de 1948. CER/AGPMF.

O gráfico nos auxilia a compreender que o arquivo é uma constante falta. O que se cita como dados estatísticos foram indícios dispersos localizados em diferentes fontes como jornais e correspondências, documentos produzidos com intencionalidades, o que não pode ser desconsiderado. Os números de matrícula no período apresentaram variações, tendo uma

⁶²³ Ainda no mandato de Baumgartner foram criadas: a) aula municipal 47 com a denominação São Luiz; b) aula municipal 48 denominada Nossa Senhora das Graças. Via Decreto 56.49 de 11 de junho de 1949, e Decreto 74.50 de 16 de abril de 1950, respectivamente. CER/AGPMF.

⁶²⁴ Jornal A Época, Caxias, 1 de setembro de 1940, ano II, nº 95, p.11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/443>. Acesso em: 18 jun. 2018 e Jornal Diário de Notícias, Porto Alegre, 7 de abril de 1940, ano XVI, nº 32, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093726_02/966. Acesso em: 9 abr. 2018.

maior concentração de matrículas nos anos de 1939, 1940 e 1941, período de acirramento da nacionalização do ensino; e menor em 1943 e 1945, período da Segunda Guerra Mundial, e um aumento progressivo em 1948, em período democrático.

No município, já vinham funcionando também os cursos supletivos que deveriam ter uma orientação nacional comum e mesmo regime. Assim, a Superintendência de Ensino Primário de Porto Alegre orientava que os cursos deviam funcionar com verba municipal, o período letivo deveria ser de 15 de abril a 15 de dezembro, utilizar o programa de ensino sugerido e preencher os boletins de movimento mensal das classes e encaminhar para o Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos⁶²⁵. No entanto, nova prescrição do S.E.A.A. orientou o encerramento das atividades em 30 de novembro, após a realização das provas, cessando assim a vantagem dos professores⁶²⁶. Quanto a recursos didáticos para o supletivo, a Superintendência do Ensino Primário pretendeu dotar os cursos com aparelhos de projeção⁶²⁷, porém a prefeitura informou que onde funcionavam as aulas não havia energia elétrica.

Na tabela a seguir, podemos ver onde funcionaram cursos supletivos em 1948 e onde teriam ainda condições de funcionar.

Quadro 22 - Cursos supletivos em funcionamento e possibilidades de novos cursos (1948)

Distrito	Em Funcionamento	Cursos com possibilidade de funcionamento
1º Distrito	Grupo Escolar Sede, 3 professoras São José, professora Elvira Colombo	Vicenza Velha, São Marcos, Caravaggio e Linha Palmeiro.
2º Distrito	Linha Jansen, professora Elvira Adelina Felicetti Monte Bérico, professora Lúcia Frizzo Bampi	Vila Jansen, Nossa Senhora da Saúde, Linha Jacinto, Linha República.
3º Distrito	Rio Burati, professora Dirce Lúcia Damiani Monte Bérico, professora Lorena Gobbato Linha Muller, professora Ercilvia Bondam São João, professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele Linha Machado, professora Lidia F. Travi Rio Caçador, professora Assunta Bês	Desvio Blauth.
4º distrito	Encruzilhada, professora Edita Canuto Loreto, professora Tereza Gasperin Linha Ely, professora Itália Benedetto	Vila Emboaba, São Miguel, Perau e Boêmios.

Fonte: Elaborado a partir da Correspondência 156.48, de José Baumgartner para Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos em 7 de julho de 1948. CER/AGPMF.

⁶²⁵ **Correspondência s/nº** da Josefina Seijo, Superintendência do Ensino Primário para o prefeito. Orientação sobre o Curso Supletivo para Adolescentes e Adultos. CER/AGPMF.

⁶²⁶ **Fonograma** de Josefina Seijo, S.E.A.A., para presidente municipal da Pró-campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos. Orienta encerramento das aulas. CER/AGPMF.

⁶²⁷ **Correspondência s/nº** de Josefina Seijo, Superintendência do Ensino Primário para o prefeito, recebida em 5 de maio de 1948. Pede indicação das aulas de curso supletivo com energia elétrica. CER/AGPMF.

Os cursos supletivos encontram-se nos 4 distritos de Farroupilha, e as docentes nominadas são professoras municipais que atuavam também no curso supletivo para alfabetização de adolescentes e adultos.

Em fevereiro de 1948, a Prefeitura recebeu o pré-projeto de decreto municipal que regulamentava a instrução primária, elaborado pelo Departamento das Prefeituras Municipais para contribuir aos trabalhos das prefeituras⁶²⁸. O regulamento foi adequado à Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946. Iniciou apresentando as finalidades do Ensino Primário:

Artigo 1º - O ensino primário, inspirado nos princípios de liberdade, no amor à Pátria e nos ideais de solidariedade humana, é obrigatório e só poderá ser dado em língua portuguesa. Artigo 2º São finalidades do ensino primário: I – proporcionar a todos iniciação cultural e atividades educativas, oportunas e adequadas ao conhecimento da vida nacional, ao exercício – das virtudes morais e cívicas e a prática dos ideais de democracia e humanidade; II – oferecer, em especial às crianças de 7 a 12 anos, condições favoráveis a formação integral e ao desenvolvimento harmônico da personalidade; III – ampliar o nível dos conhecimentos elementares úteis a vida na família, a defesa da saúde, a iniciação no trabalho e a integração no solo social⁶²⁹.

A partir de então, o ensino primário ficou organizado em duas categorias. O ensino primário, para crianças de 7 a 12 anos, nos cursos elementar (4 anos) que contemplava leitura e linguagem oral e escrita, iniciação matemática, geografia e história do Brasil, conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para saúde e para o trabalho, desenho e trabalhos manuais, canto orfeônico e educação física; e complementar (1 ano), que englobava linguagem oral e escrita, aritmética e geometria, geografia e história do Brasil e noções de geografia geral e história da América, ciências naturais e higiene, conhecimento das atividades econômicas da região, canto orfeônico e educação física acrescido, para as alunas, de noções de economia doméstica e puericultura. O ensino primário supletivo, para adolescentes e adultos, no curso supletivo (2 anos) com a oferta de leitura e linguagem oral e escrita, aritmética e geometria, geografia e história do Brasil, ciências naturais, higiene e desenho, acrescido também para as alunas de noções de economia doméstica e puericultura. Quanto ao ensino religioso, poderia ser ofertado, mas não como obrigatório.

⁶²⁸ **Circular 124-8-1948**, de Nelson Schneider, prefeito, diretor geral substituto do Departamento das Prefeituras Municipais, para prefeito, 23 de fevereiro de 1948. Envia anteprojeto da instrução primária. CER/AGPMF.

⁶²⁹ **Circular 124-8-1948**, de Nelson Schneider, prefeito, para o diretor geral substituto do Departamento das Prefeituras Municipais para prefeito Municipal, 23 de fevereiro de 1948. Envia anteprojeto da instrução primária. CER/AGPMF.

O projeto de Decreto em seu artigo 6º estabeleceu como princípios para o ensino primário

a) Desenvolver-se de modo sistemático e graduado, segundo os interesses naturais da infância; b) ter como fundamento didático as atividades dos próprios discípulos; c) apoiar-se na realidade do ambiente em que se exerça, para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização; d) Desenvolver o espírito de cooperação e mais proveitosa utilização; d) Desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social; e) Revelar as tendências e aptidão dos alunos, cooperando para o seu melhor aproveitamento no sentido de bem estar individual e coletivo; f) Inspirar-se em todos os momentos no sentimento da unidade nacional e fraternidade humana⁶³⁰.

Já para o ensino primário supletivo, além dos princípios estabelecidos para o ensino fundamental e de sua identidade, visou a

I) recuperar valores sociais e reajustar o indivíduo a vida social pela formação e desenvolvimento de hábitos, atitudes e ideais em harmonia com as aspirações da sociedade; II) Elevá-lo moral e espiritualmente, e fortalecer-lhe o desejo de esforço permanente na prática de solidariedade social. III) encaminhá-lo ao conhecimento das leis trabalhistas fundamentais e as oportunidades da educação vocacional; IV) elevá-lo à prática da cidadania pelo conhecimento e exercício de seus direitos e deveres⁶³¹.

O ensino primário elementar e complementar seria ofertado em diferentes designações: escola isolada, 1 única turma com 1 professor; escolas reunidas, 2 a 4 turmas com o número de professores correspondentes; grupo escolar, 5 ou mais turmas e número igual ou superior de docentes; escola supletiva, quando dedicar-se ao ensino supletivo, independentemente do número de turmas ou professores. As escolas isoladas e reunidas atendem apenas o curso elementar e os grupos escolares podem ofertar o curso elementar, e complementar; por fim, as escolas supletivas podem apenas ofertar o curso supletivo. Ainda em relação ao supletivo, em caráter de emergência, podem ser ofertadas classes de alfabetização com 1 ano de estudos para que os alunos possam aprender a leitura, escrita, cálculo e noções gerais consideradas indispensáveis.

⁶³⁰ **Circular 124-8-1948**, de Nelson Schneider, prefeito, para o diretor geral substituto do Departamento das Prefeituras Municipais para prefeito Municipal em 23 de fevereiro de 1948. Envia anteprojeto da instrução primária. CER/AGPMF.

⁶³¹ **Circular 124-8-1948**, de Nelson Schneider, prefeito, para o diretor geral substituto do Departamento das Prefeituras Municipais para prefeito Municipal em 23 de fevereiro de 1948. Envia anteprojeto da instrução primária. CER/AGPMF.

Quanto à nomenclatura das instituições escolares, poderiam ser nomes de pessoas, desde que já falecidas, que contribuíram de forma relevante e que possam servir de exemplo para as próximas gerações.

Os professores deveriam ser brasileiros, maiores de 18 anos, saudáveis física e mentalmente e terem recebido preparação nos cursos normais válidos ou prestado exame de habilitação. Os diretores, por sua vez, seriam escolhidos mediante concurso de provas e preferencialmente os que possuíssem o curso de administração escolar.

O ano escolar passou a ser composto por dez meses, em dois períodos letivos separados por vinte dias de férias, e ao final com mais dois meses de férias até o próximo ano, o que poderia ser adequado localmente devido ao clima e os períodos de faina agrícola. As matrículas deveriam atentar para a idade dos alunos e a aprovação na série anterior para ver em que curso se enquadram, admitindo-se transferências entre estabelecimentos de ensino. O aproveitamento escolar seria avaliado diante de exercícios e exames de 0 a 100, sendo necessário ao menos 50 para aprovação. Os concluintes do ensino primário receberiam certificados.

Ainda poderiam

Os estabelecimentos de ensino primário deverão, promover, entre os alunos, a organização e o desenvolvimento de instituições que tenham por fim a prática de atividades educativas; e, assim, também, entre famílias dos alunos e pessoas de boa vontade, instituições de caráter assistencial e cultural, que estendam sobre o meio a influência educativa – da escola⁶³².

O ensino primário era gratuito, no entanto, podem ser organizadas Caixas Escolares desde que a contribuição máxima seja de Cr\$ 2,00 por aluno/mês. Até serem elaborados os novos programas mínimos e diretrizes essenciais, deveria ser seguido o programa mínimo adotado pelos estabelecimentos estaduais de ensino.

O último prefeito em exercício, do período elencado para a pesquisa, faleceu durante o mandato e em serviço, estava na capital no Estado quando sofreu um problema de saúde, o que gerou comoção expressa na ata 66, sessão da Câmara de Vereadores em 11 de julho de 1951. Na ocasião foram prestadas homenagens com a presença do filho, o seminarista Avelino Baumgartner. Também nessa sessão, o secretário Pedro Koff fez um relato sobre as

⁶³² **Circular 124-8-1948**, de Nelson Schneider, prefeito, para o diretor geral substituto do Departamento das Prefeituras Municipais para prefeito Municipal em 23 de fevereiro de 1948. Envia anteprojeto da instrução primária. CER/AGPMF.

questões administrativas decorrentes do falecimento de José Baumgartner, e ao final, apelou que fossem concretizadas suas últimas vontades.

1) Conclusões do calçamento da rua Julio de Castilhos, trecho compreendido entre a delegacia de Polícia e Agência Chevrolet. 2) Construção da Linha Telefônica à Linha Jansen e Jacinto; calçamento e meio-fio (calçada da Vila Jansen) e por último ampliação de recursos por parte da Prefeitura para a construção do ginásio feminino Nossa Senhora de Lourdes⁶³³.

Destaca-se, dentre as últimas aspirações de Baumgartner, a ampliação do prédio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes⁶³⁴ para ofertar o curso ginasial, um desejo de oportunidade de oferta educativa para o público feminino. É assim que se encerra a análise dos sujeitos que assumiram a administração municipal em Farroupilha, com um desejo pela Educação, marca que acompanhou com maior ou menor intensidade as diversas administrações no período.

O período ora analisado impõe o desafio de perceber as ações que caracterizam as administrações de oito diferentes gestores, que apresentam formas de governar com aspectos que os aproximam por vezes e os afastam por outras. Alguns mais condescendentes com o governo estadual; outros, mesmo sendo prefeitos nomeados, posicionam-se, discordam, sugerem. O que marca as diferentes administrações é que, independentemente de seus posicionamentos políticos mais firmes ou em conformidade com o solicitado, tiveram que se adequar à realidade local e criar alternativas para promover Educação, seja de formas criativas e inventivas ou por meio de negociações com a Igreja e as comunidades.

Assim, afirma-se que os aspectos elencados neste capítulo - a abertura de escolas municipais, a criação de condições para instalação de grupos escolares, o apoio ao ensino confessional, os discursos de que a Educação era fator imprescindível no progresso do povo farroupilhense, a preocupação com a frequência dos alunos matriculados, a elaboração de programa de ensino, a formação de professores por meio do curso de aperfeiçoamento, a oferta do curso ginasial masculino e feminino - foram ações de um projeto educativo que constitui Farroupilha como município pedagógico.

⁶³³ FARROUPILHA. **Ata 66**, 11 de julho de 1951. Livro de Atas da Câmara Municipal de Farroupilha, nº 02/1947 a nº 90/1952, p. 69. CMVF.

⁶³⁴ O município concedeu como auxílio para ampliação do prédio escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes auxílios anuais de Cr\$ 10.000,00 por três anos. FARROUPILHA. **Lei nº 57**, de 7 de novembro de 1950. Concede auxílio para a construção de um Ginásio. CER/AGPMF.

O município projetou, planejou, idealizou e realizou um projeto educacional que contemplou de diferentes formas as áreas urbanas, privilegiando uma rede escolar municipal predominantemente rural.

5 ORÇAMENTO PARA A EDUCAÇÃO: UM INVESTIMENTO INTEGRADO E INTEGRADOR

“O conceito de município pedagógico, [...] constitui um horizonte desejado como instância autônoma na educação dos municípios, integrando-os e habilitando os para participarem nos destinos sociais e constituírem as próprias identidades como municípios. Ao idearem, planearem, construírem estruturas e mobilizarem recursos adequados, os municípios assumiam o estatuto e a função pedagógica, com realização plena.”

(MAGALHÃES, 2019b, p. 6)

É no tocante aos recursos financeiros planejados, projetados que se passa a apresentar o horizonte de expectativa de investimento público do governo municipal para a Educação, o que era registrado nas leis de orçamento⁶³⁵ anuais, na tabela para a Instrução Pública.

No entanto, para compreender os investimentos realizados em Educação no município de Farroupilha, não basta se restringir à análise das leis de orçamento, é necessário cotejá-las aos empenhos pagos diariamente pela Prefeitura Municipal de Farroupilha, para, assim, compreender o que ocorreu entre o planejado e o efetivado.

Para tanto, analisam-se, neste capítulo, as leis de orçamento municipais de 1934 a 1947, para os exercícios de 1935 a 1948, e os empenhos pagos diariamente pela Prefeitura Municipal de Farroupilha no mesmo período. Em busca do investimento efetivado, o movimento analítico entrecruzou cada um dos itens orçados anualmente na tabela de Instrução Pública – como, por exemplo, pagamento de professores, pagamento de aluguéis de prédios escolares, despesas com exames escolares, subvenções, compra de materiais escolares e móveis – como os empenhos. A partir de então, verificam-se outros pagamentos direcionados para a Educação, quitados com verbas previstas para outros fins, o que reafirmou alguns indícios já sinalizados no capítulo anterior. São exemplos disso a compra e a doação de terrenos para o Estado, a manutenção de prédios escolares estaduais, o fornecimento de uniformes escolares, os auxílios e as contribuições de várias ordens. Foi nesse movimento que ficou perceptível o que foi considerado investimento para Educação Municipal, no item Instrução Pública e o que também foi investido em Educação por meio de outras rubricas.

⁶³⁵ Nelas, previam-se as receitas e despesas do município, pretendendo equilibrar arrecadações e investimentos.

O detalhamento de cada item permite conhecer as escolhas e as formas de fazer da Prefeitura Municipal de Farroupilha a partir da manutenção de cargos e salários do corpo docente e da Diretoria de Instrução Pública. Outrossim, as instituições escolares foram paulatinamente supridas de materiais didáticos. (CERTEAU, 2014). Além disso, essa análise anuncia o investimento público em escolas privadas confessionais e estaduais, o que será narrado a seguir, apresentando, inicialmente, a projeção de investimentos anual cotejada aos empenhos e, posteriormente, a síntese longitudinal da análise.

5.1 PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS: ENTRE O ORÇADO E O EFETIVADO

“A autonomização era dependente do grau de sustentabilidade económica[...]”

(MAGALHÃES, 2014a, p.125)

No que tange ao investimento público, o esperado era, no mínimo, 10% da receita do município para a Educação até o ano de 1946, quando assinado o Convênio do Ensino Primário, entre o Estado e os municípios, momento que se entende que esses percentuais deveriam ser reforçados (no mínimo 12% em 1946; 13% em 1947; 15% em 1948; e 16% em 1949), em especial, para a remuneração dos professores.

Para compreender quais eram os percentuais em verbas previstas nas leis de orçamento para a Instrução Pública – nomenclatura utilizada na época – apresenta-se a tabela a seguir, com uma dupla finalidade: a de ser ponto de partida e de retomada na análise longitudinal. Nela visualizam-se os investimentos previstos à para Instrução Pública ao longo do período elencado para a pesquisa (1935-1948).

Tabela 12 - Previsão de investimento para a Instrução Pública (1935-1948)

(continua)

Ano	Receita	Gasto previsto para Instrução Pública	Percentual
1935	350:000\$000	52:800\$000	15,09%
1936	330:500\$000	62:700\$000	18,80%
1937	340:000\$000	60:000\$000	17,65%
1938	448:050\$000	60:420\$000	13,49%
1939	495:300\$000	64:180\$000	12,96%
1940	510:300\$000	66:500\$000	13,03%
1941	521:300\$000	62:260\$000	11,94%
1942	550:000\$000	64:280\$000	11,69%
1943	550.000,00	68.600,00	12,47%
1944	580.000,00	80.080,00	13,81%

(conclusão)

Ano	Receita	Gasto previsto para Instrução Pública	Percentual
1945	640.000,00	93.720,00	14,64%
1946	620.000,00	133.700,00	21,56%
1947	799.000,00	193.840,00	24,26%
1948	1.000.000,00	224.040,00	22,40%

Fonte: Leis de orçamentos municipais de Farroupilha/RS (1934 – 1947).

Diante do exposto, é possível afirmar que a previsão orçamentária superava os 10% previstos em lei. Desses anos, destacam-se os de 1936 e 1937, em que os investimentos previstos ficaram acima dos 17%, e os anos de 1946, 1947 e 1948, que ultrapassaram os 20%. Isso evidencia que Farroupilha planejou investir mais que o percentual mínimo de 10% previsto em lei e, a partir de 1946, chegou aos 20%. No decorrer da análise, há duas moedas em vigência no Brasil: inicialmente, o mil-réis, que, no final de 1942, foi substituído pelo Cruzeiro, cuja circulação vigorou até o ano de 1967⁶³⁶.

Para observar o que pretendia quitar essa previsão de verba pública, detalha-se, a seguir, o orçamento municipal anual para a Instrução Pública. A primeira lei de orçamento Municipal foi feita em 1934, na administração do prefeito Armando Antonello, logo após a emancipação, e segue apresentada na tabela a seguir.

Tabela 13 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1935)

20 – Instrução Pública – detalhamento dos itens	Valor
1) 48 professoras de – remuneração de 50\$000 a 100\$000	44:400\$000
2) Subvenção do Estado	5:400\$000
Material	
3) Aquisição de material escolar, móveis etc.	3.000\$000
Total	52:800\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁶³⁷ (1934).

O orçamento previsto para 1935 englobou o pagamento de apenas 3 itens: a remuneração dos professores municipais, o repasse de subvenções do Estado aos docentes e a aquisição de material escolar e móveis. A previsão de pagamento informou o número de 48 professoras. Porém, ao perscrutar os empenhos pagos, foi localizado um número superior a esse: 54 professores. Assim, com o intuito de perceber como ocorreu a transição do pagamento dos professores para o município de Farroupilha, quantos foram remunerados e

⁶³⁶ A moeda, assim como o hino ou a bandeira, é representativa de um país; assim, indica-se a leitura de Franco (2017), para conhecer um pouco mais da história monetária brasileira.

⁶³⁷ FARROUPILHA. **Ato nº 8**, de 10 de janeiro de 1935. Orça receita e despesa ordinária para o exercício de 1935 e dá várias instruções. Prefeito Armando Antonello, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

quais foram os seus salários, apresenta-se, apesar de longa, a tabela a seguir, elaborada a partir dos empenhos pagos aos docentes. Para que seja possível compreender quem foram os professores contratados após a emancipação, esses foram destacados em amarelo, e os demais (sem destaque) já atuavam como docentes anteriormente nos municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, o que reafirma que a opção foi pela manutenção desses professores, como apresentado no capítulo 3.

Tabela 14 - Pagamentos de professores municipais (1935)

(continua)

Professor	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leopoldo Fulcher – Travessão Portugal – São Valentino	50\$000	50\$000	50\$000	50\$000	60\$000 + 80\$000					
João Simon – Forqueta Baixa	100\$000	100\$000	100\$000					500\$000 (jun/jul/ago/set/out)		200\$000 (nov/dez)
Rosa Antonello – Travessão Trentino	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000		360\$000 (jun/jul)	180\$000	360\$000 (set/out)		360\$000 (nov/dez)
Miguelina Bridi – São Miguel	90\$000				360\$00 (abr/mai/jun/jul)	90\$000	90\$000	180\$000 (set/out)		180\$000 (nov/dez)
Maria Facchini – Linha Palmeiro	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000			140\$000(se t/out)	70\$000 (out)	210\$000 (ago/nov/dez)
Rústico Gobbato – Rio Burati e Monte Bérico	140\$000	140\$000	140\$000	140\$000		280\$000 (jun/jul)	280\$000 (ago/set)	140\$000 (Rio Burati)	140\$000 (out)	280\$000 (nov/dez)
Maria Radaelli – Travessão Trentino	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Maria Bondam – Linha Muller	100\$000	100\$000	100\$000		100\$000		100\$000	200\$000 (set/out)	100\$000 (out)	200\$000 (nov/dez)
Emília Mandelli – Linha Jacinto	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000		140\$000 (nov/dez)
Gentília Lazzari – Linha República	90\$000	90\$000	90\$000		90\$000	90\$000	90\$000 (ago/set)	90\$000		90\$000
Maria Troian – Linha Jacinto – professora subvencionada pelo Estado e comissionada pelo município.	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	50\$000 + 50\$000 (Estado)	100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Amalia Sartor Davi – Linha Jansen – professora subvencionada pelo Estado	100\$000	100\$000	100\$000		50\$000 (Estado)+ 100\$000 + 50\$000	100\$000		300\$000 (ago/set/out)		200\$000 (nov/dez)
Aurora Mugnol Verona – Linha Jansen – professora subvencionada pelo Estado	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	200\$000 (nov/dez)
Estephania Romagna Del Pizzol – Linha Jansen	70\$000	70\$000	70\$000	70\$000	80\$000	80\$000	80\$000 (ago)	160\$000(se t/out)		160\$000 (nov/dez)
Rea Silvia Gasperin – Linha Sertorina	100\$000	100\$000	100\$000							
Maria Weber – Forqueta Baixa	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Adélia Postali Travessão Trentino – São João	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000		100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)

(continuação)

Professor	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Alice Gasperin – Linha Sertorina	100\$000	100\$000	100\$000	170\$000 (duas aulas)	170\$000		340\$000 (jul/ago)	340\$000 (set/out)	170\$000 (nov)	
Clara Perini – Travessão Perau	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000		180\$000 (nov/dez)
Angela Favero Menta – Linha Palmeiro	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	180\$000 (set/out)		180\$000 (nov/dez)
Irene Giacomet – Linha Vicentina	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000			100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Theresa Roso – Vicenza Velha – professora auxiliar	80\$000	80\$000	80\$000	80\$000	80\$000		80\$000	160\$000 (set/out)		160\$000 (nov/dez)
Ignez Peccin – Linha Amadeu	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000		90\$000	90\$000			180\$000 (nov/dez)
Juvenato São Carlos	240\$000	240\$000	240\$000	240\$000	240\$000	240\$000	240\$000	480\$000 (set/out)		480\$000 (nov/dez)
João Perini – Travessão Perau	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000
Jorge Wartha – Linha Machadinho	100\$000	100\$000	100\$000		100\$000	100\$000	100\$000	200\$000 (set/out)		200\$000 (nov/dez)
Emília Minella – Linha Alencastro – professora municipal subvencionada pelo Estado com 50\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (ago/set)	100\$000		100\$000
Gema Comin Pesca – professora subvencionada pelo Estado.	140\$000	140\$000	140\$000	140\$000	50\$000 (Estado)+ 90\$000	140\$000	140\$000	140\$000		280\$000 (nov/dez)
Maria Lazzari – Oito colônias e Boêmios (duas aulas)	180\$000	180\$000	180\$000	180\$000		360\$000 (jun/jul)	180\$000 (ago)	180\$000	180\$000 (out)	360\$000 (nov/dez)
Santina Slomp – São Roque	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	200\$000	100\$000	100\$000	200\$000 (set/out)		200\$000 (nov/dez)
Celina Gonçalves Braga – Nova Sardenha	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Clara Caravantes Garcia – Flores da Cunha (Jansen)	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	90\$000	30\$000 (9 dias)			
Delmira Beux – Linha Julieta – professora subvencionada pelo Estado e comissionada pelo Município.	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	50\$000 (Estado) + 50\$000	100\$000	100\$000	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Alice Binatti – Rio Caçador	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	200\$000 (nov/dez)
Zelinda Colombo – São José – professora subvencionada pelo Estado	100\$000	100\$000	100\$000		50\$000 (Estado) + 50\$000	100\$000	100\$000	200\$00 (set/out)		200\$000 (nov/dez)
Domingas Mandelli Venzon – Jansen – São Marcos professora subvencionada pelo Estado	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	50\$000 + 50\$000 (Estado)	100\$000	100\$000 (ago)	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Christina Comin Bertuol - Caravaggio – Subvencionada pelo Estado e comissionada pelo município	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	50\$000 (Estado) + 50\$000	100\$000	100\$000	200\$000 (set/out)		200\$000 (nov/dez)
Normélia Vargas – Linha Alencastro		100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	200\$000 (set/out)	100\$000 (nov)	100\$000 (dez)
Maria Frida Lydia Schulke – Linha Ely – subvencionada pelo Estado	150\$000	150\$000	150\$000	150\$000	150\$000	150\$000	150\$000	300\$000 (set/out)	150\$000 (out)	300\$000 (nov/dez)

(conclusão)

Professor	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Lídia Freitas Travi – Linha Ely	100\$000	100\$000	100\$000				500\$000 (mai/jun /jul/ago/ set)	100\$000		200\$000 (nov/dez)
Leopoldina Laner – São Valentim	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000 (ago)	200\$000 (set/out)		200\$000 (nov/dez)
Ignez Slomp – Menino Deus			180\$000 150\$000	50\$000	50\$000	90\$000 + 50\$000	50\$000			100\$000 (nov/dez)
Rachel Carlota Silvestrin Chiele – Linha Machadinho	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000	100\$000 (ago)	200\$000 (set/out)		200\$000 (nov/dez)
Professor	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Dorcelina Rosa Postiglioni – Linha Ely – professora comissionada						160\$000 (jun/jul)	80\$000			
Docelina Meirelles – Linha Machado								160\$000 (set/out)	80\$000 (out)	80\$000
Ely Bohn – professora substituta							70\$000	70\$000		
Julieta Tossin Neis – Linha Caçador						166\$400 (jun)	80\$000	160\$000 (set/out)		160\$000 (nov/dez)
Irma Buseti Biasoli – Linha Jacinta							70\$000	70\$000		140\$000 (nov/dez)
Gelsomino Pandolfo – substituto										90\$000
Adelina Postali – Travessão Trentino					100\$000				100\$000	
Maria De Cezaro – substituta.										60\$000
Hilda Piccolli – Mundo Novo						50\$000	320\$000 (jun/jul/ ago/set)	80\$000		160\$000 (nov/dez)

Fonte: Despesas municipais (1935), AGPMF.

A tabela apresenta os professores, valor de remuneração e período do recebimento, bem como detalhes sobre os locais em que atuavam, a condição de subvencionados pelo Estado⁶³⁸, em alguns casos; e a função de substituto, em outros.

Na tabela, visualizamos dados correspondentes somente aos meses de março até dezembro de 1935. A fim de entender a ausência de informações nos meses de janeiro e fevereiro e a transição da responsabilidade do pagamento dos professores para Farroupilha - antes de competência de outros municípios -, recorre-se às memórias da professora Alice Gasperin⁶³⁹ (1989, p. 74):

Ah, se me lembro do Dr. Armando Antonello! A prefeitura de Caxias, à qual era subordinada a minha escola da Sertorina, nos pagou até o fim de dezembro de 1934,

⁶³⁸ Será explicado a seguir o que configura ser um professor subvencionado pelo governo estadual.

⁶³⁹ Alice Gasperin atuou como professora municipal de Farroupilha de 1934 até 1944, quando foi nomeada professora estadual. Seu acervo pessoal encontra-se salvo-guardado no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul.

passando em seguida o encargo ao novo município que acabava de ser criado. Ao final de janeiro, o prefeito de Farroupilha convocou todos os professores municipais, para uma reunião. Nós ficamos contentes, pensando que à ocasião receberíamos o pagamento do mês de janeiro. Que esperança! Sobre janeiro, o prefeito simplesmente passou o apagador. Não pagou ninguém. E, pior ainda, nos mandou trabalhar no mês de fevereiro (esse mês ele pagou).

A interpretação do prefeito Armando Antonello sobre o pagamento devido aos professores municipais e a forma como assumiu o compromisso causaram atritos entre os prefeitos dos municípios de Bento Gonçalves, Montenegro e Caxias. Sem dúvida, o desconforto ficou mais evidente entre Farroupilha e Caxias. Como forma de protesto, o prefeito de Caxias publicou a consulta feita por Antonello ao Departamento de Administração Municipal do Estado no Jornal O Momento de 18 de abril de 1935, que pode ser lida a seguir.

Ilmo. S. Dr. Hercilio Domingues, DD. Diretor do Dep. De Adm. Municipal P. Alegre. Cumpre-me pelo presente expor a V. Excia. o seguinte: A) Em virtude de ter sido criado este município, todas as professoras municipais e subvencionadas passaram a servir no magistério público desta comuna, tendo a atual administração mantido a todas em seu cargo. B) As professoras, ao ser decretado o novo município, estavam em férias, por conta de Bento Gonçalves, Caxias e Montenegro, férias essas que sempre se prolongaram até abril. C) Esta administração, percebendo o conflito de interesses que adviria no pagamento dos vencimentos de janeiro e fevereiro do corrente ano, resolveu reabrir o ano letivo em 1 de fevereiro, ressaltando, assim, criteriosa e legitimamente, a metade dos interesses em jogo. D) A novel comuna teve a atitude de não agravar a situação das professoras, e de não deixar designado em seus arquivos o pagamento de uma função inexistente, sem exercício. E) Não houve até esta data uma reclamação direta por parte das professoras – que aguardam, entretanto, o pagamento do mês de janeiro. – porém, é mister que o Departamento se pronuncie, ordenando aos municípios de Bento Gonçalves, Caxias e Montenegro, o pagamento devido. F) Diferente é o ano financeiro do ano da instrução pública. Todo exercício financeiro vai de janeiro a dezembro, e todo o exercício do magistério vai de março, inclusive o período de férias. Isto posto, há de convir que esta Prefeitura, iniciando o ano letivo em 1 de fevereiro, tem os seus documentos em ordem, e que praticamente era impossível começar antes. As dívidas pesadíssimas assinalavam o martírio econômico por que passarão todas as administrações desta comuna e fazer com que se destruam ainda as migalhas de que vive, seria então não o supremo sacrifício, mas a mais forte injustiça. Aos municípios de que foi este desmembrado cabe assumir com superioridade os compromissos existentes. Não é isso, entretanto, que a boa vontade tem demonstrado. Há, parece, recrudescimento de desacato ao bom senso e a flexibilidade das resoluções capciosas, por parte dos três antigos absorvedores da riqueza local. Com estima e alto apreço, subscrevo-me atenciosamente Cdo. E Obr⁶⁴⁰.

A publicação apresentou a argumentação do prefeito de Farroupilha para o não pagamento dos salários dos professores do mês de janeiro, pois compreendia que ainda não

⁶⁴⁰Jornal **O Momento**, Caxias, 18 de abril de 1935, ano III, nº 113, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/104523/583>. Acesso em: 2 set. 2017.

estariam a serviço do recém emancipado município. Na tentativa de dirimir o conflito, o administrador alterou, nesse ano, o calendário escolar, antecipando o início do ano letivo para fevereiro, conforme também rememorou a professora Alice.

Apesar da argumentação de Armando Antonello, na mesma reportagem foi divulgada a decisão do diretor geral do Departamento de Administração Municipal como improcedente a solicitação do administrador de Farroupilha, seguida pela expressa insatisfação do prefeito de Caxias, Miguel Muratore, com a situação. Diante da resposta, ficou evidente que deveria a prefeitura de Farroupilha ter pago o salário dos professores no mês de janeiro, mas, conforme Gasperin (1989), não foi o que ocorreu, não só aos professores advindos de Caxias, mas também aos de Bento Gonçalves e Montenegro.

Dessa forma, compreende-se que o fato de os primeiros empenhos estarem datados de março e referirem-se ao mês de trabalho de fevereiro de 1935 não constitui uma lacuna de documentação, mas sim uma ausência de pagamento da remuneração do mês de janeiro. A partir de então, os pagamentos, por vezes, eram recebidos mensalmente; e, por outras, acumulados por dois meses ou mais. A exemplo o professor João Simon, que, de março a maio, recebeu mensalmente; após isso, no mês de outubro, recebeu os salários correspondentes aos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro, um valor acumulado de 500\$000; e, em dezembro, recebeu os meses de novembro e dezembro. Em geral, o acúmulo ocorreu entre dois e no máximo três meses. Com intuito de melhor visualização, foram marcados com a cor azul na tabela os meses em que se considera ausência de pagamento que fora acumulado e posteriormente quitado; e com a cor cinza, quando houve a ausência de pagamento por não ter sido ainda o professor contratado ou desvinculado do cargo. Como o recebimento era realizado na prefeitura, pessoalmente, é possível que as distâncias impedissem os professores de retirarem mensalmente a remuneração e assim optassem em acumular dois ou mais meses, aproveitando um único deslocamento.

Pode-se perceber, ao analisar a tabela, que alguns professores permaneceram poucos meses em exercício e outros foram incorporados no decorrer do ano (em amarelo na tabela) ao quadro docente, o que justifica um número maior de professores do que os 48 citados. Além disso, aparecem duas professoras substitutas e uma professora auxiliar. Os salários não mantinham um padrão, pois, apesar de a lei de orçamento especificar que seriam de 50\$000 a 100\$000, são vistos pagamentos superiores a 100\$000. Os que excedem os 100\$000 correspondem às subvenções estaduais, no valor de 50\$000 mês/professor.

O salário antes pago aos professores pelos municípios de Bento Gonçalves e Caxias não era padrão: o dos professores oriundos de Bento Gonçalves variava entre 40 a 90 mil réis, e o dos professores de Caxias oscilava de 50 até 180 mil réis. Montenegro mantinha o padrão de 100 mil réis. Nesse tocante, durante a administração de Armando Antonello, o Ato 217, de 19 de fevereiro de 1935, instituiu que, para atribuição dos salários dos professores, seriam utilizados como critérios suas aptidões e o número de alunos por cada um deles atendido. A verificação seria feita durante a realização dos “exames práticos de suficiência”, constituídos de prova escrita e oral⁶⁴¹, o que foi compreendido naquele momento como “[...] o meio mais seguro para poder avaliar-se da capacidade para o exercício do magistério público.⁶⁴²”.

Apesar da compreensão expressa pelo poder público, o documento não esclarece quais seriam as aptidões necessárias para ser um professor de ensino primário no município de Farroupilha e nem quais saberes seriam cobrados nos exames escritos e orais. De qualquer forma, pode-se afirmar que o exame de suficiência foi inicialmente o método de ingresso/transição instituído para os professores no magistério público do município de Farroupilha.

Com relação às subvenções

o regulamento da Instrução Pública de 1927 autorizava o governo do Estado a conceder subvenções pecuniárias aos municípios, para a criação de escolas em zonas rurais ou auxiliar as já ali existentes, fixando o valor por escola e o mínimo de alunos gratuitos, a quem era ministrado o ensino orientado pelo programa oficial e fiscalizado pelas autoridades estaduais. As escolas subvencionadas não podiam funcionar em perímetro urbano, nem em suas imediações, recebendo o pagamento das subvenções após a apresentação de mapas atestados pela delegacia escolar com a relação nominal dos alunos, notas das faltas, sede das aulas e distância da mais próxima aula pública ou subvencionada. (CORSETTI, 1998, p. 310).

A subvenção foi uma estratégia do governo estadual para expandir a oferta de ensino primário em áreas rurais. No entanto, cessaram em 1935. Então por consequência, deveria o governo municipal indicar os núcleos em que seriam criadas escolas estaduais. A circular, além de comunicar o corte das subvenções, orienta como deveria ser a relação entre

⁶⁴¹ Ainda, consoante ao mesmo ato, foi fixado o período de 21 a 31 de março de 1935 para aplicação dos exames práticos de suficiência. As provas escritas deviam ser realizadas coletivamente, e as orais, individualmente, no tempo de no mínimo quinze e no máximo trinta minutos.

⁶⁴² FARROUPILHA. **Ato nº 5**, de 1 de fevereiro de 1935. Aprova o programa para os exames de suficiência e estabelece qual o critério para a fixação dos vencimentos das professoras do município de Farroupilha. Livro de Atos municipais nº 1 a 236, anos de 1934 a 1940. SGDh.

município e Estado a partir de então: “[...] que as municipalidades se mantenham em relações diretas com esta secretaria, no sentido de coordenação de iniciativas eficientes e úteis.”⁶⁴³.

Outra questão a ser pontuada é que os empenhos de subvenções repassados mensalmente ao Juvenato São Carlos constam junto aos pagamentos de professores, em função de não ter sido consignada na lei de orçamento verba específica para tal fim. Dessa forma, as subvenções eram quitadas com a verba prevista para a remuneração de professores, o que configura uma adaptação entre o previsto e o realizado.

A imagem a seguir apresenta a materialidade dos documentos analisados e aqui citados como empenhos. São folhas tamanho A4, impressas com o cabeçalho Prefeitura Municipal de Farroupilha e com a especificação logo abaixo de vencimentos a pagar. A seguir eram preenchidas as informações: número do documento, valor, o nome da empresa ou pessoa cujo pagamento era destinado, data e assinatura do funcionário escriturário. No retângulo ao lado esquerdo da imagem, era discriminada a despesa conforme as tabelas inseridas nas leis de orçamento. O número 20, neste caso, refere-se à Instrução Pública, em 1935. Abaixo eram informados o nome do credor, o mês a que se referia o pagamento e o valor, seguidos das assinaturas do secretário, junto à informação “confere”; e do prefeito municipal, “pague-se”. A parte final da página era destinada à comprovação e informava o valor (novamente), a data do pagamento e a assinatura de quem o recebeu.

⁶⁴³ **Circular** do governo estadual, 1935. CER/AGPMF.

assinou foi Modesto Picolli, familiar e subprefeito. Em especial, esse subprefeito assinou vários empenhos. Assim, entende-se que ele assumiu junto a algumas professoras de seu distrito a responsabilidade de retirar os seus vencimentos e repassar-lhes. Outra pessoa que assinou o recebimento do salário de professoras, além de familiares e do subprefeito, foi, ainda que mais raramente, o padre. Dessa maneira, pode-se pensar que esses sujeitos exerciam papéis sociais em suas comunidades e representavam pessoas em quem as professoras podiam confiar o recebimento da remuneração.

Assim, pode-se afirmar que a verba prevista na lei de orçamento de 1935 destinava-se praticamente à folha de pagamento dos professores municipais, acrescida apenas de uma verba para a aquisição de material escolar e móveis no valor de 3:000\$000. Nesse sentido, foi localizada uma nota da Livraria Rossi com diversos itens, dentre eles 50 cadernetas escolares e 50 mapas escolares, um total de 120\$000 no mês de maio. Situação semelhante também ocorreu em nota da Livraria do Globo, em julho de 1935, quando, mais uma vez, dentre outros itens, encontram-se 19 mapas diversos, 50 mapas comemorativos e 50 mapas estatísticos, no total de 138\$000. Pela quantidade e características, entende-se que são materiais escolares que seriam distribuídos nas escolas, tanto para utilização como recursos didáticos quanto para escrituração escolar (mapas escolares).

Em relação a investimentos que foram assumidos pelo município – mas não constam na previsão – pode-se apontar o pagamento do aluguel do prédio do Grupo Escolar Farroupilha, que foi identificado nos investimentos municipais com a verba proveniente da Tabela 20/5. No entanto, a lei de orçamento só previu na Tabela 20 (Instrução Pública) os itens 1 – 48 professoras de 50\$ a 100\$; 2 – Subvenção do Estado; e 3 – Aquisição de material escolar, móveis etc. Portanto, o item 5 inexistia na previsão orçamentária⁶⁴⁴. Ademais, identificou-se o pagamento de doces para a festa do Grupo Escolar Farroupilha no valor de 23\$000 ⁶⁴⁵, e da compra de medalhas ⁶⁴⁶, no valor de 628\$400, para serem distribuídas na premiação aos alunos das escolas municipais.

Dessa forma, afirma-se que a lei de orçamento de 1935, no que se refere à tabela de Instrução Pública, não contemplou todos os investimentos efetivamente despendidos para

⁶⁴⁴ **Empenho** s/nº de agosto. Pagamento do aluguel do Grupo Escolar Farroupilha do mês de julho, no valor de 200\$000. Despesas municipais (1935), AGPMF.

⁶⁴⁵ **Empenho nº 594**, 31 de dezembro de 1935. Pagamento de doces para a Festa do Grupo Escolar, no valor de 23\$000, a José Perini Filho. Despesas municipais (1935), AGPMF.

⁶⁴⁶ **Empenho nº 595**, 12 de dezembro de 1935. Pagamento de medalhas para premiar alunos, no valor de 628\$400, ao Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul. Despesas municipais (1935), AGPMF.

Educação. Diante disso, houve a necessidade de complementar as verbas inicialmente previstas.

A seguir, passa-se para o orçamento do ano de 1936, que reservou um valor mais alto para a Educação e incluiu o pagamento do diretor da Instrução Pública, não previsto em 1935.

Tabela 15 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1936)

20 – Instrução Pública – detalhamento dos itens	Valor
1) Diretor da Instrução Pública	4:200\$000
2) 50 professores - remuneração de 30\$000 a 100\$000	55:000\$000
3) Prêmios à Instrução Pública	1:000\$000
4) Aquisição de material escolar, móveis, aluguéis etc.	2.500\$000
Total	62:700\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁶⁴⁷ (1935).

Além da inclusão da verba para a remuneração da função de diretor da Instrução Pública, houve um sensível aumento no valor destinado ao pagamento dos professores. No ano anterior, o valor previa o pagamento de 48 professores, o que em 1936 foi ampliado para 50, com salários entre 30\$000 a 100\$000, e foram também previstos recursos para a premiação dos alunos. Observa-se que o numerário para a aquisição de material escolar e móveis poderia ainda ser aplicado em aluguéis ou em outras despesas, e houve uma redução no valor previsto em comparação ao ano anterior.

Diante da previsão da remuneração para o diretor da Instrução Pública, mais uma vez, observamos divergências entre o previsto e o efetivado. No entanto, o cargo foi oficialmente criado só ao final do ano de 1938. Na prática, ele já existia e era de responsabilidade de Angelo Venzon Neto, que o acumulava a outras funções. Sobre tal questão, foi sinalizada no capítulo anterior a discussão que ocorreu na Câmara de Vereadores em 1937, referindo-se à criação do cargo de diretor da Instrução Pública ou a decisão de aumentar os vencimentos do funcionário Angelo Venzon Neto, e, naquela oportunidade, optou-se pelo aumento da remuneração. Ao buscar os empenhos do pagamento de salários do funcionário no ano de 1936, afirma-se que não foram conservados no arquivo da prefeitura e assim não foi possível identificar a tabela a que se referiram os pagamentos de seus vencimentos nesse ano.

Ao analisar os pagamentos de 1935 notam-se duas situações: a) empenhos do exercício de 1935, quitados em 1936 e b) empenhos do exercício de 1936, quitados nesse ano. Sobre a primeira situação, afirma-se que foram quitadas despesas com exames, premiações e aluguéis. Os exames escolares ocorriam, ao final de cada ano, nas aulas

⁶⁴⁷ FARROUPILHA. **Ato nº 35**, de 31 de dezembro de 1935. Orça receita e despesa ordinária para o exercício de 1936 e dá várias instruções. Prefeito Armando Antonello, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

municipais com a presença de uma banca examinadora. Para que pudessem chegar às escolas, os componentes da banca eram conduzidos de automóvel, o que gerava um custo ao poder público municipal, pago a proprietários de veículos terceirizados que prestavam esse serviço. Para melhor compreender o número de viagens realizadas e as distâncias percorridas, apresenta-se a relação de um dos pagamentos realizados; nessa oportunidade, a Leopoldo Modena.

Figura 51 - Pagamentos de viagens com comissões examinadoras (1935)

Farroupilha, 16 de Janeiro 650 de 1936

O Snr. Prefeitura Municipal - de FARROUPILHA

1935 LEOPOLDO MODENA

Dezembro 1935			DEVE	HAVER
1	viagem a L. Alencastro (27km) á 900rs. 3x		27.300	
12	1 " a Machadinho (26km.) á 900. "		32.400	
13	1 " á São Miguel (14km.) á 900. "		12.600	
14	1 " á Caravaggio F. Baixa (46km) á 900. "		38.700	
16	6 " casa Tomalin (36km) á 900rs. "		32.400	
17	1 " á São Miguel, T. Alencastro 45km. á 900. "		40.500	
19	1 " á S. José - Machado (43km) c/chuva á 15		43.000	
21	1 " á Rio Caçador (18km) á 900rs. "		16.200	
22	1 " á Sardenha (19km) " "		17.100	
24	1 " Machado - L. Fly (19)km. " "		17.100	
3	1 " casa Calafassi c/chuva (23km.) á 15		23.000	
5	1 " á Nova Milano (15km) á 900rs		13.500	
"	2 " á casa Miñela (14km) " "		12.600	
1	1 " a Machadinho (14km) á 900rs		12.600	
Total reis			326.000	

Visto H. Bantovani
30 de Janeiro 1936
Trezentos e vinte e seis mil reis

Fonte: Despesas municipais⁶⁴⁸ (1936), AGPMF.

O detalhamento refere-se ao empenho 650, pago em janeiro de 1936, mas as datas das viagens com as comissões examinadoras, como assim denominam o documento, foram realizadas em dezembro de 1935, entre os dias 1 e 24. As distâncias percorridas, por vezes, eram longas, as aqui apresentadas foram de 14 até 45 quilômetros e custaram de 12\$600 até 40\$500. Ao considerar que, em média, o salário de um professor era 90\$000 mensais, a despesa com os deslocamentos para os exames escolares era significativa, pois esse foi apenas um dos pagamentos. Tem-se ainda outro empenho, com a mesma finalidade, também referente a dezembro de 1935, pago a Emílio Tisato no valor de 137\$000⁶⁴⁹. Assim, somaram-se 473\$000 em viagens com a comissão examinadora, valores que podem ter sido

⁶⁴⁸ **Empenho nº 650**, 31 de janeiro de 1936. Pagamento de viagens da comissão examinadora a Leopoldo Modena. Despesas municipais (1935), AGPMF.

⁶⁴⁹ **Empenho nº 649**, 31 de janeiro de 1936. Pagamento de viagens da comissão examinadora à Emílio Tisato. Despesas municipais (1935), AGPMF.

ainda superiores. Se considerarmos que o número de instituições escolares era maior que a quantidade de viagens apresentada nos dois empenhos, pode-se afirmar que ocorreram outros deslocamentos.

Ainda foram lançadas como expensas da Instrução Pública do exercício de 1935, pagas em 1936, os custos de hospedagem - um total de 163\$200 ⁶⁵⁰ - de Othelo Rosa, que esteve no município para a entrega de prêmios escolares aos alunos municipais. Por fim, foi pago o aluguel para a professora Amália David referente ao espaço ocupado pela aula municipal da Linha República, correspondente aos meses de julho a dezembro de 1935, no valor de 10\$000 mensais ⁶⁵¹. Ainda, no mês de fevereiro de 1936, ocorreu a remuneração das professoras Alice Gasperin (relativa aos meses de novembro e dezembro de 1935 e janeiro de 1936) e Ipônia Flores (referente a 14 de outubro a 16 de dezembro de 1935).

Já ao analisar os empenhos de 1936, quitados nesse mesmo ano, pontuam-se divergências entre o previsto e o efetivado na remuneração dos professores. Chama a atenção o pagamento mínimo presumido na lei de orçamento - 30\$000 -, pois é inferior ao mínimo definido para 1935, que era de 50\$000. Ao cotejar a lei de orçamento com os empenhos, afirma-se que não foi localizado nenhum com esse valor. Esses documentos apresentam remunerações de 70\$000 a 100\$000, exceto a de uma professora substituta que recebeu 60\$000 mensais, por apenas dois meses. Já as docentes que receberam valor superior a 100\$000 acumulavam dois turnos.

São permanências em relação a 1935 o pagamento de professoras substitutas e de uma auxiliar, além da subvenção ao Juvenato São Carlos, com a verba de remuneração de professores no valor de 240\$000 mensais. Nesse ano, os pagamentos aos professores ocorreram durante os doze meses, permanecendo a peculiaridade do acúmulo de recebimentos de vencimentos por dois ou três meses, em alguns casos.

Em relação ao pagamento de aluguéis, foi mantido o valor de 120\$000 por ano à professora Amália Davi - em razão da locação do espaço para a aula municipal ⁶⁵² - e o aluguel do prédio do Grupo Escolar Farroupilha ⁶⁵³.

⁶⁵⁰ **Empenho nº 647**, 31 de janeiro de 1936. Pagamento. Despesas municipais (1935), AGPMF.

⁶⁵¹ **Empenho nº 648**, 31 de janeiro de 1936. Pagamento a senhora Amália David, proveniente do aluguel do prédio ocupado pela aula da Linha República durante os meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 1935. Assina o recebimento o subprefeito Hugo Mantovani. Despesas municipais (1935), AGPMF.

⁶⁵² **Empenho nº 1277**, 31 de dezembro de 1936. Pagamento de aluguel da aula municipal, em Vila Jansen, no valor de 120\$000 à professora Amalia Sartor David. Despesas municipais (1936), AGPMF.

⁶⁵³ Os pagamentos foram realizados para Manoel Pasqual, equivalente a 100\$000 mensais.

Quanto à aquisição de material escolar, móveis e aluguéis, pôde ser localizado o pagamento⁶⁵⁴ de 12 bancos escolares, no total de 180\$000, bem como de materiais escolares⁶⁵⁵ adquiridos da empresa Heinen & Cia, sem a especificação de quais foram os produtos, no valor de 650\$000, e de artigos que foram doados aos alunos como prêmio escolar⁶⁵⁶, no valor de 1:000\$000. Ainda, o pagamento de material para basquete, colocado em logradouro público, para a infância do município, no valor de 120\$000⁶⁵⁷.

Ainda foram compreendidas como despesas que poderiam ser englobadas no item 4 (aquisição de material escolar, móveis, aluguéis etc.) as despesas realizadas com as viagens para as bancas examinadoras, que, somadas, chegaram em 1936 a 923\$200⁶⁵⁸, um valor bem superior ao despendido em 1935.

O que se compreende por investimento para Instrução Pública - e não foi pago com recurso previsto para esse fim – é o pagamento ao professor José Marques de Carvalho em dezembro de 1936. Esse foi justificado “[...] por ter ministrado ensino a meninos pobres desta vila.”⁶⁵⁹. Uma correspondência do professor para a prefeitura apresenta mais detalhes sobre o acordo entre ele e o governo municipal. Assim, em janeiro, ele comunicou que pretendia abrir uma escola de comércio (diurna e noturna), e, para tanto, solicitou auxílio do município. O pedido foi deferido, especificando que o valor máximo era de 100\$00, ficando o prefeito responsável ainda por definir qual seria o montante por aluno-operário admitido no primário noturno⁶⁶⁰. Esse valor que foi majorado ao ser efetivamente quitado para 200\$000, com a verba prevista para o Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância.

Em 1936, também foi paga a quantia de 24\$0000 ao engenheiro Pedro P. Scheuneman, para localizar onde seria a construção do edifício do Grupo Escolar

⁶⁵⁴ **Empenho nº 820**, 21 de agosto de 1936. Pagamento de 12 bancos escolares, no valor de 180\$000, à marcenaria de Alexandre Longhi. Despesas municipais (1936), AGPMF.

⁶⁵⁵ **Empenho nº 1346**, 12 de dezembro de 1936. Pagamento de materiais escolares, no valor de 650\$000, à empresa Heinen & Cia. Despesas municipais (1936), AGPMF.

⁶⁵⁶ **Empenho nº 1347**, 12 de dezembro de 1936. Pagamento de artigos para prêmios escolares, no valor de 1:000\$000, à empresa Heinen & Cia. Despesas municipais (1936), AGPMF.

⁶⁵⁷ **Empenho nº 1134**, 10 de dezembro de 1936. Pagamento efetuado proveniente da aquisição de material para basquete que vai ser colocado em logradouro público para a infância do município, no valor de 120\$000. Despesas municipais (1936), AGPMF.

⁶⁵⁸ Diversos empenhos em nome de Leopoldo Modena, Romulo Noro, Emílio Tisato, Angelo Padovan e Vilson Ramgrab nos meses de novembro e dezembro de 1936. Despesas Municipais (1936), AGPMF.

⁶⁵⁹ **Empenho nº 1194**, 19 de dezembro de 1936. Pagamento de ensino ministrado a meninos pobres desta vila, no valor de 200\$000. Despesas municipais (1936), AGPMF.

⁶⁶⁰ **Correspondência** de José Marques de Carvalho para a Prefeitura Municipal de Farroupilha, 10 de janeiro de 1936. Pede auxílio para abrir uma aula de comércio. A/AGPMF, Caixa 1, 1936, pasta 64.

Farroupilha; entretanto, não foi discriminada a proveniência da verba utilizada⁶⁶¹ para o pagamento do profissional. Já a compra do terreno, citada no capítulo anterior, no valor de 10:000\$000, foi considerado investimento oriundo de verbas previstas para aquisição de próprios⁶⁶².

Em síntese, observa-se que a tabela de orçamento municipal destinada à Instrução Pública de 1936 foi adequada, em comparação à de 1935, ao prever o pagamento do diretor da Instrução Pública, de alugueis e de premiações, além de acrescentar a abreviatura “etc.” ao item 4 – material escolar, móveis e alugueis – e assim constituir a possibilidade de englobar a esse item outros investimentos. O que faltou ser adequado na lei de orçamento foi a subvenção ao Juvenato São Carlos, que, assim como no ano de 1935, foi quitada com a verba destinada ao pagamento de professores municipais.

Ao analisar os pagamentos efetivados, por meio dos empenhos, afirma-se que, em 1936, foram destinadas verbas previstas na lei de orçamento para a tabela Instrução Pública, a fim de quitar, tanto pendências do exercício de 1935 quanto realizar pagamentos de investimentos de 1936. Esses recursos foram efetivamente aplicados no pagamento de professores, na subvenção do ensino confessional, na realização dos exames escolares, nas premiações, na locação de imóveis, na compra de materiais escolares e móveis.

Além disso, foram investidos recursos em Educação, previstos para assistência à infância e para a aquisição de próprios ao subsidiar o professor José Marques Carvalho e ao quitar custas com os serviços prestados pelo engenheiro Pedro P. Schneumann.

Por fim, aponta-se que foi prevista verba para o pagamento do diretor da Instrução Pública; no entanto, o cargo não foi criado e, assim entende-se que o valor não foi utilizado para essa finalidade.

Em dezembro de 1936, foi aprovada a lei de orçamento para o ano de 1937, detalhada a seguir, no que diz respeito à Instrução Pública.

⁶⁶¹ Pago junto a outros serviços de engenharia prestados ao município para realizar a localização do açude Santa Rita e estudos topográficos da vila em outubro de 1936.

⁶⁶² **Empenho nº 1097**, 7 de dezembro de 1936. Pagamento de uma área de 4.800 m² para a construção do Grupo Escolar Irene Guerra Flores da Cunha, no valor de 10:000\$000, a Ernesto A. E. Fetter & Cia. Despesas municipais (1936), AGPMF.

Tabela 16 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1937)

20 – Instrução Pública – detalhamento do investimento	Valor
1) Professorado	56:000\$000
2) Despesas com substituições temporárias das professoras, em caso de gravidez ou enfermidades	2:000\$000
3) Prêmio à Instrução Pública	1:000\$000
4) Aquisição de material escolar, aluguéis etc.	1:000\$000
Total	60:000\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha ⁶⁶³ (1936).

A previsão de verbas destinadas à Instrução Pública para o exercício de 1937 apresenta algumas mudanças. No item 1 – Professorado, não foi citado o número de professores e apenas a verba a ser utilizada para as remunerações. Foi incluído o item 2 – Despesas com substituições temporárias em caso de gravidez ou enfermidades. Mantiveram-se o item 3 – Prêmios à Instrução Pública e item 4 – Aquisição de material, escolar, aluguéis etc., apenas suprimindo a escrita da palavra móveis.

Quanto ao pagamento dos professores, existe uma permanência dos valores de 70\$000 a 100\$000. Dentre eles, houve a remuneração de uma única docente substituta, que recebeu por 22 dias de trabalho o valor de 58\$600, e nenhum dos empenhos especificaram a função de auxiliar de ensino. Nesse ano, ainda se acumulam o recebimento da remuneração dos professores por dois, três ou quatro meses, e foi registrado nos empenhos o pagamento de 50 profissionais docentes. Além da subvenção concedida ao Juvenato São Carlos, de 240\$000, a partir de junho começou a ser paga também ao Colégio Nossa Senhora de Caravaggio, no mesmo valor. Tais pagamentos eram quitados com a verba prevista para a remuneração de professores.

Aponta-se que foram conservados poucos empenhos do ano de 1937 que se referem a pagamentos de outros investimentos que não sejam a remuneração de professores, englobando desde itens muito simples como o pagamento de 3,60 metros de fita até a compra de bancos para a aula municipal localizada em São Marcos e os deslocamentos das bancas examinadoras para os exames finais⁶⁶⁴, no total de 1:085\$000.

⁶⁶³ FARROUPILHA. **Ato nº 9**, de 17 de dezembro de 1936. Orça a receita e a despesa para o exercício de 1937. Prefeito Armando Antonello, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

⁶⁶⁴ **Empenho nº 1.285**, 14 de dezembro de 1937. Transporte da comissão examinadora às aulas de diversos distritos, no valor de 240\$000, pago a Rômulo Noro. **Empenho 1.284**, 11 de dezembro de 1937. Pagamento de serviços prestados com seu automóvel, durante os exames das aulas municipais conduzindo as bancas examinadoras, no valor de 240\$000, a Giacomo Mandeli Sobrinho. **Empenho 1.283**, de 9 de dezembro de 1937. Pagamento de serviços prestados com seu automóvel, durante os exames das aulas municipais conduzindo as

O único pagamento de aluguel localizado refere-se a nove meses de locação do Grupo Escolar Farroupilha para Manoel Pasqual⁶⁶⁵, a 100\$00 mensais; todavia, a lei de orçamento de 1937 incluiu o pagamento do aluguel do Grupo Escolar na Tabela 24 – Despesas Diversas, item l) Aluguéis prefeitura e grupo escolar, isto é, um acréscimo de 900\$000 investidos na Educação, além do previsto na tabela de Instrução Pública.

Com relação a investimentos nos grupos escolares, cita-se a remoção de terras em frente ao Grupo Escolar Farroupilha, no valor de 500\$000, pago a José Friederich⁶⁶⁶ com verbas previstas para Tabela 5 – Obras e viação. Já outros serviços, no valor de 40\$000, feitos por Alexandre Bartelle⁶⁶⁷, proprietário de uma marcenaria, foram pagos com a verba da Tabela 20 – Instrução Pública.

Chama a atenção entre os empenhos o do pagamento a Alexandre Bartelle proveniente de uma planta para a construção do Grupo Escolar da Linha Jansen no total de 65\$000⁶⁶⁸, um indício da iniciativa local de proposição de um modelo para a construção de um grupo escolar rural.

Outro pagamento, já citado no capítulo 4, foi a parcela referente à taxa de matrícula perpétua dos filhos de três famílias, por serem pobres e numerosas. O pagamento especifica que essa é a parcela de contribuição de cada família na construção da casa da escola. A verba de 120\$000 foi quitada com recursos da Tabela 7 – Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância⁶⁶⁹.

A lei de orçamento de 1937, em comparação à de 1936, excluiu a previsão de remuneração do cargo de direção da Instrução Pública e incluiu dotação orçamentária a professoras substitutas. Com a verba prevista, a municipalidade pagou os professores, a subvenção aos colégios confessionais, a compra de mobiliário escolar, o deslocamento das bancas para os exames escolares e a aquisição de materiais para uso no cotidiano escolar.

bancas examinadoras, no valor de 330\$000, a Santo Trevisan. **Empenho 1137**, 25 de novembro de 1937. Viagens com a banca examinadora que procedeu os exames finais nas aulas do município, pagas a Santo Trevisan, no valor de 295\$000. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁶⁶⁵ **Empenho nº 963**, 6 de outubro de 1937. Pagamento de 9 meses de aluguel do prédio do Grupo Escolar Farroupilha, no valor de 900\$000, a Manoel Pasqual. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁶⁶⁶ **Empenho nº 1.207**, 13 de dezembro de 1937. Pagamento de remoção de terras em frente ao Grupo Escolar Farroupilha, no valor de 500\$000, a José Friederich. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁶⁶⁷ **Empenho nº 768**, 8 de setembro de 1937. Serviços feitos no Grupo Escolar Farroupilha, no valor de 40\$000, pagos a Alexandre Bartelle. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁶⁶⁸ **Empenho nº 1155**, 23 de outubro de 1937. Pagamento de uma planta para a construção do Grupo Escolar de Vila Jansen, no valor de 65\$000, a Alexandre Bartelle. Despesas municipais (1937), AGPMF.

⁶⁶⁹ **Empenho nº 403**, 17 de maio de 1937. Pagamento de cota referente à construção da escola, no valor de 120\$000, pago a André Colombo. Despesas municipais (1937), AGPMF.

Além disso, com investimentos providos de outras tabelas, tentou-se propor modelos e alternativas para construção de prédios escolares, adquiriu-se materiais escolares e de escrituração escolar, auxiliou-se em obras para a construção de prédios escolares, como no caso do Grupo Escolar Farroupilha e na construção de um prédio escolar municipal.

A lei de orçamento para o exercício de 1938 foi promulgada em 31 de dezembro de 1937, a primeira previsão orçamentária apresentada por Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito nomeado para substituir Armando Antonello.

Tabela 17 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1938)

Tabela 20 – Instrução Pública – detalhamento dos itens	Valor
1) Professorado fixo	56:000\$000
2) Despesas com substituições temporárias das professoras, em caso de enfermidades – variável	1:000\$000
3) Prêmios à Instrução Pública – variável	1:000\$000
4) Aquisição de material escolar para os colegiais indigentes – variável	500\$000
5) Aluguel de próprios para aulas municipais – variável	1:480\$000
6) Aluguel Grupo Escolar	440\$000
Total	60:420\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁶⁷⁰ (1937).

A tabela do ano de 1938 foi adaptada, reorganizando a previsão dos investimentos em Educação, neste ano, em 6 itens. As novidades referem-se ao item 4, por ser agora exclusivo para a compra de material escolar; ao item 6, que no ano anterior foi colocado junto à tabela 24 – Diversos (neste ano aparece na Tabela 20 - Instrução Pública); e ainda ao item 5, em que foi previsto um valor específico para o pagamento de aluguel das aulas municipais. Foram mantidos os itens 1 – Professorado fixo; 2 – Despesas com substituições temporárias das professoras, em caso de enfermidade; e 3 – Prêmios à Instrução Pública.

Com relação à distribuição de valores, a verba para pagamento de professores e prêmios escolares permaneceu igual; já a dotação orçamentária para a remuneração de docentes substitutos foi reduzida em 50%. Foi majorada a verba prevista para materiais escolares e aluguéis de 1:000\$000 para um total de 1:980\$000 e acrescentada nessa tabela o valor para o pagamento de aluguel do Grupo Escolar Farroupilha, 440\$000/ano. O valor total previsto de investimento passou de 60:000\$000 para 60:420\$000, o que nos apresenta que praticamente não foi majorado o valor total, mas sim a tabela foi reorganizada, e o aumento deve-se ao aluguel do grupo escolar, que, no ano anterior, constou em outra tabela.

⁶⁷⁰ FARROUPILHA. **Lei nº 28**, de 31 de dezembro de 1937. Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1938. Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

A análise dos empenhos apresenta o pagamento de 49 professores no decorrer do ano, com salários entre 80\$000 e 100\$000 mensais por aula, salvo algumas exceções com valores maiores justificados em função dos professores acumularem 2 aulas e assim perfazerem duas remunerações. Nos empenhos, não se identifica o pagamento de professores substitutos em 1938, contudo, percebe-se que alguns professores receberam um valor maior por dias ou períodos específicos, o que foi justificado como gratificação pró-labore. A hipótese para tais pagamentos é de que a estratégia pensada para substituir as licenças saúde foi a de pagar aos professores que já faziam parte do quadro docente as substituições, evitando, assim, a contratação de mais profissionais e majorando de forma temporária o rendimento daqueles que se dispusessem a assumir essa atividade. O valor da gratificação pró-labore era 50\$000 mensais.

Os pagamentos dos prêmios escolares ocorreram em duas ocasiões: em janeiro, de prêmios distribuídos ainda em 1937. Nesse pagamento, constam os itens adquiridos e, a partir dessa discriminação, é possível compreender quais foram utilizados como prêmios escolares entregues aos alunos: 75 cornetas, 60 lápis de cor, 24 rosários, 62 canetas, 10 réguas, 24 lápis, 6 livros, 20 balões, 24 apontadores, 24 borrachas e 4 globos, adquiridos na empresa Rossi Irmãos, de Caxias, no total de 100\$000. Os prêmios eram materiais escolares, cornetas e rosários, isto é, objetos da cultura material escolar, brinquedos e itens religiosos, o que demarca o que se considerava adequado e necessário ao universo infantil. Em dezembro, para a premiação que ocorreu no ano de 1938. Para esse ano, identifica-se a confecção de diplomas feitos na Gráfica Boa Imprensa do Rio Grande do Sul no valor de 280\$000.

Quanto aos aluguéis, seguiu sendo pago o da aula da professora Amália David, casa de sua propriedade, na Vila Jansen; realizado no mês de janeiro, no valor de 120\$000, referente ao ano de 1937; e em dezembro, 120\$000, equivalente a 1938. Nesse, exercícios, também foi quitado o aluguel do Grupo Escolar Farroupilha, correspondente aos meses de janeiro a abril e 12 dias do mês de maio (439\$600). Após esse período, foi transferido para o prédio construído pelo Estado. Iniciou-se, ainda em 1938, o pagamento do aluguel do Grupo Escolar de São Marcos a 80\$000 mensais pagos a Olímpio Venzon. Diante disso, afirma-se que o valor investido em aluguéis de prédios escolares para aulas municipais foi bem menor do que o previsto; já o pagamento de imóveis alugados para o funcionamento de grupos escolares, ultrapassou o planejamento orçamentário inicial.

Conforme já mencionado no capítulo 4, o Capitão Eudoro foi representado como um gestor que instituiu organizações burocráticas antes inexistentes na administração municipal. Uma dessas ações foi a normatização da subvenção aos colégios confessionais que antes

vinha sendo paga com a verba prevista aos professores municipais e, neste ano, passou a contar com um crédito especial para subsidiar o Juvenato São Carlos e o Colégio Nossa Senhora de Caravaggio, com o valor, já estipulado na administração de Antonello, de 240\$000 mensais a cada instituição.

Com relação ao investimento em outras tabelas, destaca-se a de Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância, que utilizou parte da verba na campanha Natal da Criança Pobre, adesão solicitada por Avani Cordeiro de Farias⁶⁷¹, que não se refere diretamente à Educação, mas sim à assistência. Porém, não se pode desconsiderar que estimula uma nova sensibilidade para com a criança e à infância e que o público escolar acaba por tornar mais visíveis problemas sociais e, conseqüentemente, a necessidade de auxílio e cuidado.

Junto a isso, houve a contribuição para a colônia de férias no valor de 1:500\$000, pagos a Guilherme Gaelzer – chefe do projeto. Garcia (2009) nos permite compreender a constituição das colônias de férias, a exemplo dessa de Farroupilha, como uma iniciativa de âmbito estadual. Inicialmente, elas estiveram sob a supervisão direta da Secretaria da Educação e Saúde Pública; e, a partir de 1941, sob a divisão técnica do Departamento Estadual de Educação Física, com importante participação do Serviço de Higiene Escolar do Departamento Estadual da Saúde na seleção dos alunos. Segundo ele, o financiamento das colônias de férias, a princípio, contou com a verba das loterias do Estado até a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), quando o órgão passou a receber esse recurso. Porém, vemos que no ano de 1938, a colônia de férias instalada em Farroupilha contou também com aporte financeiro do município.

Farroupilha era considerado um local salubre, ideal para veraneios, assim como deveria ser a localização das colônias de férias, privilegiada por aspectos geográficos e climáticos que favorecessem a regeneração física e mental. Nesse sentido, Bastos (2005, p. 226) argumenta que tinham as colônias de férias um duplo objetivo: “[...] buscar o aperfeiçoamento físico, moral e mental da clientela escolar pela educação higiênica e alimentar, e ser uma demonstração da obra educacional do Estado quanto à nacionalização das comunidades estrangeiras”.

Os alunos selecionados necessitavam saber respeitar regras e estar em boas condições de saúde, entendidas como: não serem portadores de doenças contagiosas, crônicas ou distúrbios de natureza física ou psíquica. Nesse processo, eram realizados exames e

⁶⁷¹ Foi investido um total de 546\$700.

fichamentos médicos, observando peso, altura, acuidade visual e auditiva e o que mais fossem considerados fatores sensoriais para aprendizagem. Além desses critérios, eram avaliados pelos professores e diretores dos grupos escolares as suas necessidades, condições de moradia, hábitos que eram devidamente registrados. Ainda é preciso destacar que os selecionados, conforme avaliação e seleção, não teriam como ter um período de veraneio por conta da família.

Após a seleção, eram separados conforme as necessidades mapeadas: aqueles que deveriam ir para a serra (Farroupilha) ou para o mar (Torres). Os fracos de pulmões, por exemplo, eram destinados para a serra. O programa de atividades era desenvolvido durante 15 dias, sendo contempladas atividades físicas, orientações sobre alimentação e comportamento em acampamentos de verão. Pode-se afirmar que, entre 1938 e 1943⁶⁷², Farroupilha sediou no Grupo Escolar Farroupilha as colônias de férias e que, especificamente em 1939, ocorreu de 16 a 28 de janeiro e contou com a participação de 48 meninos. (GARCIA, 2009). Uma representação sobre a estada desses alunos no município foi narrada por Antonio Pedroso Pinto no ano de 1943, como um momento de grande satisfação e gratidão por ter recebido a colônia de férias nos últimos três anos.

[...] os dirigentes e auxiliares da colônia, pelo seu modo cavalheiresco e correto, granjearam a simpatia da administração e do povo desta terra que não só tem prazer como, também, sente-se, honrado em acolher organizações que visam o engrandecimento de nossa Pátria em prol de uma raça forte e pujante, apta a garantir a defesa dos nossos interesses sagrados⁶⁷³.

No Estado, aconteceram, de 1938 até 1943, 17 colônias de férias⁶⁷⁴ envolvendo 791 alunos. (BASTOS, 2005).

Por fim, observa-se que, mesmo não fazendo parte da previsão orçamentária para a Instrução Pública, nesse ano, começaram a ser investidos recursos – os quais foram progressivamente intensificados – nos festejos da Semana da Pátria⁶⁷⁵. Esses momentos

⁶⁷² **Correspondência 354-9-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para o capitão Olavo Amaro da Silveira, diretor do Departamento Estadual de Educação Física, Porto Alegre, 18 de março de 1943. Agradece a preferência pelo município nos últimos três anos, um indício de que vinham regularmente recebendo turmas para as colônias de férias. CER/AGPMF.

⁶⁷³ **Correspondência** de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para Guilherme Gaelzer, chefe da colônia de férias, em 1943. Agradece a vinda da colônia de férias para Farroupilha. CER/AGPMF.

⁶⁷⁴ Esse é um tema de pesquisa que merece aprofundamento em futuras pesquisas, por se tratar de uma ação complementar ao processo de escolarização e que foi sediada em Farroupilha e contou com seu apoio e simpatia.

⁶⁷⁵ **Empenho 2602**, de 7 de novembro de 1938. No ano de 1938, foram comprados itens como algodão, papel, linha, pregos, foguetes e alfinetes, investimento total de 128\$700 pagos à João Farinon.

cívicos envolvem diretamente as instituições escolares e, portanto, eles são considerados, neste estudo, investimento em Educação.

Nota-se que a despesa com o deslocamento das bancas examinadoras voltou a ser paga com verbas previstas na Tabela 24 – Despesas diversas, item h) Eventuais. Além disso, muda a forma de cobrança, que até então era por quilometragem, e neste ano foi por litros de gasolina e óleo empregados no transporte das bancas examinadoras⁶⁷⁶. Também com a verba prevista para despesas diversas foram investidos os recursos para a inauguração do Grupo Escolar Farroupilha, já especificados anteriormente.

A lei de orçamento municipal de 1938, no que se refere à tabela de verbas para a Instrução Pública, elaborada pelo prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, em comparação à de 1936, incluiu um significativo valor na previsão orçamentária para pagamento de aluguéis de escolas municipais e grupos escolares. No entanto, as aulas municipais tinham seus espaços físicos construídos ou cedidos pelas comunidades, informação que muito provavelmente era desconhecida do administrador ao assumir o cargo de prefeito. Diante da prevista verba, localizou-se o pagamento de apenas uma locação, sendo utilizada uma pequena parte do montante. Já o valor previsto para o aluguel de grupos escolares foi utilizado para esse fim.

Foram ainda investimentos quitados com a verba prevista para Instrução Pública: pagamento de professores, gratificações pró-labore e prêmios escolares. Não se localizou a compra de materiais escolares e, assim, não se pode afirmar se efetivamente a verba prevista para isso foi de alguma forma utilizada no ano de 1938.

Aponta-se ainda que a subvenção ao ensino confessional neste ano foi quitada com um crédito especial e não mais com a verba prevista ao pagamento de professores municipais. Além disso, foram realizados investimentos - provenientes dos recursos previstos para despesas diversas - nas comemorações da Semana da Pátria, na realização dos exames escolares e na inauguração do prédio do Grupo Escolar Farroupilha.

Assim, em 1938, os investimentos em Educação realizados marcaram a possível mudança na estratégia de substituição das professoras em licença, a manutenção das

⁶⁷⁶ **Empenho nº 2734**, de 1 de dezembro de 1938. Pagamento de 110 litros de gasolina gastos na condução de diversas bancas examinadoras, no valor de 176\$000, a Romulo Noro. **Empenho 2736**, de 1 de dezembro de 1938. Pagamento de viagens para conduzir as bancas examinadoras, no valor de 55\$000, a Romulo Noro. **Empenho 2760**, de 16 de dezembro de 1938. Pagamento de 2 litros de óleo e uma caixa de gasolina empregados no transporte da banca examinadora, no valor de 82\$800, a Pedro Antonello Filho. **Empenho 2916**, de 31 de novembro de 1938. Pagamento de 30 litros de gasolina usados no automóvel que conduziu a banca examinadora encarregada dos exames finais nas aulas municipais, no valor de 48\$000, a Ademar Pasqual & Irmãos. Despesas municipais (1938), AGPMF.

premiações escolares, a organização burocrática na normatização da subvenção dos colégios confessionais e a contribuição com ações atinentes à nacionalização do ensino.

A seguir, o orçamento de 1939 tem uma sutil implementação de verba, ainda assim representando um percentual menor de investimento com relação à arrecadação, 12,95%, como podemos ver abaixo:

Tabela 18 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1939)

Tabela 20 – Instrução Pública – detalhamento dos itens	Valor
a) Professorado	51:000\$000
b) Despesas com substituições de professoras etc.	1:000\$000
c) Prêmios à Instrução Pública	1:000\$000
d) Aquisição de material escolar, despesas com exames etc.	3:000\$000
e) Aluguéis de prédios para aulas municipais	500\$000
f) Idem dos Grupos Escolares São Marcos e Vila Jansen	1:920\$000
g) Subvenção aos colégios de Nova Milano e Caravaggio	5:760\$000
Total	64:180\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁶⁷⁷ (1938).

A Tabela – Instrução Pública foi organizada em 7 itens, identificados por letras⁶⁷⁸: a) Professorado no valor de 51:000\$000, uma redução de 5:000\$000 em relação a 1938, o que se justifica pela inclusão do item g) Subvenção de 5:760\$000 aos colégios de Nova Milano e Caravaggio, que antes estava inclusa no valor previsto ao pagamento dos professores. Assim, entende-se que não houve uma diminuição na verba destinada aos professores, mas a inclusão de um item novo na lei de orçamento, que redistribuiu o valor. Os itens b) Despesa com substituição de professoras etc. e c) Prêmios à Instrução Pública mantiveram o mesmo valor; o item d) Aquisição de material escolar, despesas com exames etc. foi aumentado para 3:000\$000; o item e) Aluguéis de prédios para aulas municipais diminui para 500\$000 e o item f) Aluguéis dos Grupos Escolares de São Marcos e Vila Jansen previu o valor de 1:920\$000.

Cinquenta professores foram citados nos empenhos da municipalidade no ano de 1939, com remunerações entre 70\$000 e 100\$000 mensais e novamente alguns receberam a gratificação pró-labore de até 50\$000 mensais, que pode constituir-se no pagamento de substituições. Junto aos empenhos dos professores constam os destinados à subvenção aos colégios confessionais, 240\$000 mensais a cada instituição, o mesmo valor do ano anterior.

⁶⁷⁷ FARROUPILHA. **Lei nº 65**, de 31 de dezembro de 1938. Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1939. Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. SGD/AGPMF.

⁶⁷⁸ Optou-se por manter a organização apresentada nos documentos quanto a subdivisões dos itens em números ou letras.

Ainda, com a verba prevista para a remuneração dos professores, foram adquiridos 50 exemplares do livro *Meu Brasil*, que, pela quantidade comprada⁶⁷⁹, podem ter sido entregues a eles, o que indica, neste momento, a circularidade de livros de leitura nas escolas como material de apoio para os professores, e não para os alunos.

O livro vendido pela Sociedade Anônima O Malho⁶⁸⁰, do Rio de Janeiro, era ofertado como um álbum fortemente ilustrado, apresentando homens e fatos de nossa Pátria, bem como o resumo dos principais eventos históricos do descobrimento até os dias atuais. (REVISTA O TICO-TICO, 1949). De autoria do ilustrador carioca Seth, pseudônimo de Álvaro Martins, era uma obra alinhada com o projeto político vigente, lançada em 1934. (MURUCI, 2006). A aquisição da obra marca a intencionalidade política dessa administração em forjar uma identidade brasileira, o que, conforme Luchese (2014a), foi um dos principais objetivos da escolarização durante o Estado Novo.

No período, a Educação defendida era “militante” e deveria valorizar a beleza moral da vida, a importância do dever cívico, dos valores espirituais e da unidade brasileira, estimulando a disciplina, a ordem e a sutileza das atitudes. Isso seria possível através da educação primária e do ensino pautado em conhecimentos científicos, que foram vinculados ao movimento da Escola Nova no Rio Grande do Sul. (GERTZ, 2005). Nesse contexto, o estrangeiro passa a ser visto como ameaça à pretendida homogeneidade.

Atinente ao item c - Verba destinada aos prêmios escolares - há um empenho pago a Alexandre Barteles no valor de 32\$000 para compra de ferramentas empregadas na construção de bancos escolares⁶⁸¹, uma adequação ao previsto para utilização da verba e que também indica a adaptação de uma empresa local para que a construção de móveis escolares pudesse ser feita no próprio município.

Ainda relativo ao mesmo item, foi paga estadia a Angelo Venzon Neto, devido ao deslocamento à Tipografia do Centro S.A para a compra de diplomas no valor de 81\$000, em dezembro de 1939, para as aulas municipais. Um desses diplomas pode ser visualizado a seguir.

⁶⁷⁹ Investimento de 106\$400, pagos a Gevaldino Ferreira Flores da Cunha.

⁶⁸⁰ Iniciou as publicações educativas nos anos de 1930, com a coleção Seth, contendo diversas obras para o ensino de língua portuguesa, matemática, desenho e história do Brasil que eram utilizadas por professores. (VERGUEIRO; SANTOS, 2008).

⁶⁸¹ **Empenho nº 878**, de agosto de 1939. Aquisição de ferramentas para a construção de classes escolares, no valor de 32\$000, a Alexandre Barteles. Despesas municipais (1939), AGPMF.

Figura 52 - Diploma concedido pela Prefeitura Municipal de Farroupilha (1939)



Fonte: Acervo pessoal de Terciane Ângela Luchese.

O diploma foi concedido em 1939 à aluna Regina Luchese, que obteve o segundo lugar dentre os alunos do segundo ano. O mesmo foi assinado, à esquerda, pelo prefeito, Eudoro Lucas de Oliveira, e pelo diretor da Instrução Pública, Angelo Venzon Neto; e, à direita, pelos membros da banca examinadora. O papel grosso e a dimensão do diploma (40 cm x 30 cm), mais que uma pomposa distinção, é um símbolo instituído para representar o bom aluno. Em razão da sua importância, ele foi conservado pela aluna e seus familiares.

Já com as verbas previstas para compra de material escolar, item d, foi possível identificar um empenho⁶⁸² que quitava duas notas no valor 1:729\$000. Uma delas visualizamos a seguir:

⁶⁸² **Empenho nº 838**, de 17 de abril de 1939. Compra de materiais escolares, no valor de 1:729\$800, pago a Barcellos, Bertasso & Cia (Livraria do Globo) e Arthur Hoffmann & Cia (Casa Carvalho). Despesas municipais (1939), AGPMF.

Figura 53 - Nota de compra de material escolar (1939)

LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CA
MATRIZ /
PORTO ALEGRE
RUA DOS ANDRADAS, Nº 2246 + RUA 15 DE NOVENBRO, Nº 101
FUAES / SANTA MARIA-PELOTAS

TELEPHONES / 4232 - 4779
END. TELEGR. / GLOBO

Porto Alegre, 13 de Abril de 1939.

O Snr. **Prefeitura Municipal de Farroupilha** Deve

INCLUI ENTRE OS CODIGOS QUE UTILIZA O CODIGO TELEGRAPHICO **BORGES**

42	Livros para Matricula	15\$000	630\$000
42	" Chamadas	12\$000	504\$000
500	Boletins Escolares	16\$000	80\$000
			1:214\$000
	Desc.	10%	121\$400
			1:092\$600
	Desc.	3%	32\$800
			1:059\$800
	Embalagem e Porte		40\$000
			1:099\$800

Recebemos
p. Barcellos, Bertaso & C.
Selo Nacional
Selo com 1.000

As nossas contas devem ser pagas dentro do mes seguinte ao da compra

Fonte: Despesas da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1939)

A nota fiscal nos permite aferir no que se entendia possível investir a verba prevista para materiais escolares e, dessa maneira, afirma-se que, nesse caso, foram materiais destinados à escrituração escolar - livros de matrícula, livros de chamada e boletins escolares - comprados na Livraria Globo, na capital do Estado. A outra nota trata-se da compra de 20 bandeiras nacionais da Casa Carvalho, também em Porto Alegre.

Já no mês de julho, foram adquiridos do Sr. Americo Mendes (Caxias do Sul) 50 mapas escolares, 2 régua e 40 registradores, no valor total de 321\$500. Em outubro, foi comprada uma bola para a aula nº 30. E no mês de dezembro foram obtidos na Livraria J.A. Brentano livros de História, lápis, régua, canetas e estojos, no total de 197\$500.

Diante dos empenhos, foram consideradas compras possíveis com a verba de material escolar os suportes para escrituração escolar, bandeiras nacionais e outros objetos, como registradores, livros de história, lápis, régua, canetas e estojos. No entanto, ao se tratar do último empenho de uma aquisição feita em dezembro, considera-se que possam ter sido os últimos itens distribuídos como prêmios escolares, junto aos diplomas. Além desses

investimentos, houve custas com o deslocamento das bancas examinadoras no mês de dezembro (579\$300) despendidas em gasolina e viagens até as aulas municipais.

O item e (Despesas com alugueis de aulas municipais) continuou sendo utilizado exclusivamente para o pagamento do aluguel da aula da professora Amalia Sartor David - 10\$000 mensais. Já o f (Alugueis dos grupos escolares São Marcos e Vila Jansen) previu o valor exato de 80\$000 por mês, que foi utilizado para cada uma das instituições escolares.

Além do previsto, foram identificados os seguintes pagamentos provenientes de verbas previstas nas tabelas Diversos; Serviços de obras e viação; e Serviço de dívidas públicas: transporte, pela estrada de ferro, de móveis para os grupos escolares; conserto do motor da bomba que supre água ao Grupo Escolar Farroupilha; madeira utilizada para a reforma do prédio de um grupo escolar; e mão de obra de adaptação do espaço que seria destinado ao Grupo Escolar de São Marcos.

Por fim, sem citar a tabela a que se referia o investimento, intensifica-se o valor destinado às comemorações da Semana da Pátria, no total de 1:736\$000, que envolveu: a construção e ornamentação do altar da Pátria, a compra de bandeiras de papel e foguetes para as festividades, o transporte de alunos do interior para a área central do município, o deslocamento de oficiais do 9º Batalhão, de Caxias para Farroupilha, o pagamento de músicos e de Carlos Ayres, que fez o registro fotográfico, e as custas para a passagem do Fogo Simbólico. Conforme Bencostta (2005, p. 301), se compreendermos os desfiles escolares nessa perspectiva, de festa, são eles uma construção social

que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de certa cultura cívica inerente aos seus atores; nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possuiu acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço históricos.

Além disso, o município adquiriu roupas e passagens para meninos que foram a Porto Alegre, por ordem da Secretaria da Educação, para assistir aos festejos da Semana da Pátria. Essa era uma das estratégias de “nacionalização sentimental⁶⁸³”: levar alunos “[...] para que pudessem viver em ambiente de brasilidade, educando-se e levando consigo lembranças que seriam transmitidas para colegas e familiares.” (LUCHESE, 2014a, p. 219-220).

As caravanas de coloninhos, chamados por Coelho de Souza de gauchinhos, eram compostas por até quatro meninos de cada município e reuniam quatrocentas a quinhentas

⁶⁸³ Assim considerada por permitir que fossem envolvidos e se deslumbrassem com as manifestações de exaltação à Pátria.

crianças na capital do Estado. Recebidas pelo governador, eram hospedadas no Palácio Piratini ou em casas de famílias porto-alegrenses, onde permaneciam por 7 dias. (LUCHESE, 2014a). Pode-se afirmar que alunos, meninos, estudantes do Grupo Escolar Farroupilha participaram da atividade no ano de 1939, na capital do Estado.

O investimento público local na Semana da Pátria marca a atuação de diferentes instâncias em prol de uma identidade nacional, em uma região que foi colonizada predominantemente por imigrantes italianos e que os sujeitos representavam de várias formas a memória da sua pátria através da linguagem, cantos, culinária e hábitos. Assim, temos imigrantes e seus descendentes participando de festas cívicas que intentam padronizar, homogeneizar a ideia de pertencimento à nação brasileira.

Ainda nessa condição de não indicar a tabela a que se referia os investimentos, foram pagos 250\$000 ao engenheiro civil Dario Granja Sant'Anna⁶⁸⁴ para a confecção do projeto, do memorial e do orçamento relativo ao Grupo Escolar de São Marcos, construção que não foi levada adiante, embora apresentasse a intencionalidade de efetivação. Ademais, os investimentos destinados à Semana Ruralista no município, já detalhados anteriormente, representaram um valor significativo (3:755\$000).

Algumas pendências do exercício anterior foram quitadas nos meses de janeiro e fevereiro e referem-se ainda ao deslocamento das bancas examinadoras⁶⁸⁵ e conserto dos bancos do Grupo Escolar⁶⁸⁶. Tais despesas enquadraram-se na Tabela 15 – Serviço de dívidas públicas, item 4 – Exercícios findos – contas a pagar e vencimentos do exercício de 1938.

Sobre a situação financeira de Farroupilha no ano de 1939, o prefeito capitão Eudoro afirma que

As finanças do município ressentiam-se da falta de controle firme e seguro. Os compromissos eram avultados. Desde logo o novel edil, comprimindo a despesa e zelando pela irrestrita observância da lei de meios, no que se referia à receita, consegue, depois de um ano de árduas lutas, um saldo orçamentário de 109:836\$470, saldado rigorosamente, todos os compromissos dos anos anteriores, que montavam em 50:000\$000, aproximadamente. O extraordinário crescendo da receita diz bem alto da eficiente operosidade de s.s, que sem aumentar os impostos e sem empregar meios draconianos, eleva o orçado de 340:000\$000 em 1937, para 495:300\$000 em 1939, sendo que para 1940 a previsão orçamentária atinge a

⁶⁸⁴ Dario era engenheiro e também professor de desenho da Escola Complementar em Caxias do Sul, atuou na formação de professores nas décadas de 1930 até 1950, e aí se dá sua aproximação com a Educação. (BERGOZZA, 2010).

⁶⁸⁵ **Empenho** s/nº de fevereiro de 1939. Viagem a Nova Sardenha, no valor de 36\$000, paga a Santo Trevisan. Despesas municipais (1939), AGPMF.

⁶⁸⁶ **O Empenho nº 140**, 28 de fevereiro de 1939. Conserto dos bancos de grupos escolares, um caixão para indigente, estacas e lanças de madeira, no valor de 106\$000, pago a Alexandre Barteale. O valor que corresponde apenas ao conserto dos bancos é de 42\$200. Despesas municipais (1939), AGPMF.

quantia de 526:325\$000, constatando-se, portanto, um acréscimo de 186:315\$000 na receita, no curto espaço de dois anos⁶⁸⁷.

Assim como marcado na notícia veiculada, percebe-se que Eudoro organizou as contas públicas, resolveu pendências a serem quitadas, aumentou, em 1939, a verba prevista para a Instrução Pública e investiu em artigos tais como livros, bandeiras, diplomas, abertura de grupos escolares, festividades da Semana da Pátria, apoiando a ação nacionalizadora do ensino.

Em suma, no ano de 1939, a tabela da Instrução Pública constante na lei de orçamento, além de prever os itens comumente citados (professores, substituições, material escolar e exames), adequou a previsão de pagamento de aluguéis (aulas municipais e grupos escolares) e incluiu o pagamento da subvenção aos colégios confessionais; em comparação ao apresentado na previsão orçamentária de 1938.

Com as verbas previstas, foram quitados os pagamentos dos professores, as gratificações pró-labore, a compra de livros, as ferramentas para construção de bancos escolares, as custas com premiações, os materiais destinados à escrituração escolar (livros de matrícula, livros de chamada, boletins escolares), as bandeiras nacionais, os materiais escolares (livros de História, lápis etc.) e os aluguéis de prédios escolares (1 aula municipal e 2 grupos escolares). Outros investimentos efetivados, com recursos de outras tabelas, foram aplicados no auxílio ao ensino estadual, na realização da Semana da Pátria e da Semana Ruralista.

A lei de orçamento de 1940 apresenta mudanças de nomenclatura e numeração. A antes Instrução Pública, nesse ano, em especial, é denominada como Educação Pública - ensino primário, secundário e complementar. Já a numeração muda de Tabela 20, com itens representados por letras ou números, para uma composição numérica que delimita o investimento, iniciada pelo número 8.

⁶⁸⁷ Jornal **A Época**, Caxias, 1 de outubro de 1939, ano II, nº 52, p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/097209/213>. Acesso em: 12 jun. 2020. A publicação custou 200\$000 e foi paga pela municipalidade.

Tabela 19 - Lei de orçamento municipal para a Educação Pública (exercício 1940)

Educação Pública - Ensino primário, Secundário e Complementar – detalhamento dos itens	Valor
8.38.1 Despesas com o professorado	53:000\$000
8.33.2 Despesas com substituições de professoras etc.	20\$000
8.33.2 Gratificação às professoras do Grupo Escolar da cidade que farão um curso especial destinado às professoras municipais durante as férias	500\$000
8.33.3 Prêmios à Instrução Pública	1:000\$000
8.33.5 Aquisição de material escolar, despesas com exames	2:040\$000
8.33.6 Aluguéis de prédios para aulas municipais	500\$000
8.33.6 Aluguéis dos Grupos Escolares de São Marcos e Jansen	2:880\$000
8.33.6 Subvenção aos Colégios de Emboaba (Nova Milano) e Caravaggio	5:760\$000
Total	66:500\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁶⁸⁸ (1939).

Os itens de investimentos foram mantidos com o acréscimo apenas da gratificação às docentes do Grupo Escolar da cidade que fariam o curso especial destinado às professoras municipais durante as férias. Quanto à distribuição de valores, houve um aumento de 51\$000 para 53\$000 na verba prevista para o pagamento de professores; e, para o aluguel dos grupos escolares de São Marcos e Jansen, de 1:920\$000 para 2:880\$000. Já as diminuições foram em relação aos professores substitutos, de 1:000\$000 para 200\$000; e a aquisição de material escolar e despesa com exames, de 3:000\$000 para 2:040\$000. A inserção do numerário de 500\$000 foi prevista para a gratificação das professoras que ministrariam o curso de aperfeiçoamento, e a manutenção dos valores refere-se à quitação dos prêmios escolares, dos aluguéis de aulas municipais e das subvenções aos colégios confessionais. No valor total, houve um aumento de 64:180\$000 para 66:500\$000, um acréscimo percentual de 3.5% em relação ao ano anterior.

O ano de 1940 marca a mudança no pagamento dos professores, com a padronização dos salários em 100\$000⁶⁸⁹. Os empenhos novamente apresentam 49 professores pagos no decorrer do ano, inclusive três substitutos. Nota-se, ainda, que as gratificações pró-labore permanecem ocorrendo. Observa-se também que o professor João Simon se aposentou no ano de 1939, e assim passou a ser remunerado pela Tabela Eventuais, Pessoal inativo.

⁶⁸⁸ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 1**, de 20 de dezembro de 1939. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1940. Prefeito Eudoro Lucas de Oliveira. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizado na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

⁶⁸⁹ FARROUPILHA. **Ato 217**, de 20 de janeiro de 1940, Farroupilha/RS. Padroniza a remuneração dos professores municipais. Livro Atos Municipais, nº 1 a 236, anos de 1934 a 1940. SGDh.

A citada gratificação foi concedida às docentes estaduais Gema Comin Pesca e Olga Ramos Brentano, no valor de 250\$000 cada uma, por atuarem no curso de aperfeiçoamento dos professores municipais durante as férias.

Em relação à verba prevista para os prêmios à Instrução Pública, apresenta-se o empenho pago a Americo Mendes, proveniente dessa aquisição⁶⁹⁰ entregue no ano de 1939. A nota fiscal nos permite visualizar os itens comprados.

Figura 54 - Nota fiscal prêmios escolares (1939)⁶⁹¹

LIVRARIA MENDES

D E

AMERICO R. MENDES

TYPGRAPHIA, PAPELARIA,

OBJECTOS ESCOLARES E

DE RELIGIÃO, BRINQUEDOS

Rua Julio de Castilhos, 1978

Caxias, 30 de Setembro

de 1939

O Snr. Prefeitura Municipal de Farroupilha Deve

1	Grosa de lapis		38 000
4	Pacs. de Apontadores		38 000
9	Estojo para lapis		21 000
47	Livros de historias	2 000	94 000
9	" " "	5 000	45 000
5	" " "	10 000	50 000
4	" " "	8 000	32 000
2	" " "	10 500	21 000
1	" Retirada da Laguna		10 000
1	" Os Sertões		10 000
36	Régua		14 400
72	Canetas		36 000
12	Cadernos de desenho		12 000
8	Canetas tinteiro		32 000
90	Borrachas		18 000
12	Caixas de lapis de cor		9 600
1	Estojo para desenho		5 500
4	Flautas		6 000
1	Estojo de lapis		10 000
30	Apontadores		75 000
	Transporte		577 500

Fonte: Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁰ **Empenho nº 1773**, de 12 de janeiro de 1940. Pagamento de prêmios escolares, no valor de 599\$500, a Americo Mendes. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹¹ 1 grossa de lápis - 38\$000; 4 pacotes de apontadores - 38\$000; 9 estojos para lápis - 21\$000; 47 livros de histórias - 94\$000; 9 livros de histórias - 45\$000; 5 livros de histórias - 50\$000; 4 livros de histórias - 32\$000; 2 livros de histórias - 21\$000; 1 livro *Retirada da Laguna* - 10\$000; 1 livro *Os sertões* - 10\$000; 36 régua - 14\$400; 72 canetas - 36\$000; 12 cadernos de desenho - 12\$000; 8 canetas de tinteiro - 32\$000; 90 borrachas - 18\$000; 12 caixas de lápis de cor - 9\$600; 1 estojo para desenho - 5\$500; 4 flautas - 6\$000; 1 estojo de lápis - 10\$000; e 30 apontadores - 75\$000.

Dentre os itens adquiridos, encontram-se materiais escolares de uso cotidiano (lápiz, apontadores, estojos, régua, canetas, cadernos de desenho, canetas tinteiro, lápis de cor), um tipo de instrumento musical, a flauta e livros de histórias. Outra ocasião em que foram adquiridos prêmios (caramelos⁶⁹²), desta vez especificamente para os alunos das escolas municipais, foi a Semana da Pátria.

Com a verba prevista para a compra de materiais escolares e exames foram adquiridos: 300 boletins mensais, 2 livros de matrícula, 2 livros de chamada, 1 esquadro, 1 máquina de furar papel, 10 mapas da fauna brasileira e 1 mapa mundi na Livraria do Globo⁶⁹³; 1 mapa do Brasil⁶⁹⁴; 1 almofada para carimbo, 1 vidro de tinta para carimbo, 10 penas de aço, 3 lápis, 2 folhas de secante⁶⁹⁵; 4 livros de chamada, 2 livros de matrícula e 300 mapas mensais⁶⁹⁶; 1 bandeira⁶⁹⁷; 25 cadernos de papel almaço⁶⁹⁸; 40 exemplares de *A Nação*⁶⁹⁹; 2 armários escolares para a aula estadual isolada de Desvio Blauth⁷⁰⁰. Com recursos da mesma dotação orçamentária, foi pago o transporte de 2 caixas de material escolar compradas da Livraria Mendes (Caxias)⁷⁰¹, e uma viagem a Desvio Blauth do sr. Apolinário Alves dos Santos, delegado do ensino da 4ª região escolar, e do subprefeito do 1º distrito a serviço da Instrução Pública⁷⁰². Tais dispêndios permitem entrever minúcias dos investimentos

⁶⁹² **Empenho nº 2544**, sem data. Pagamento de caramelos (15 kg), no valor de 253\$000, a Klein & Pasqual. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹³ **Empenho nº 16**, de abril de 1940. Aquisição de material escolar, no valor de 393\$000, pago à Livraria O Globo. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁴ **Empenho nº 2653**, de 4 de novembro de 1940. Pagamento de 1 mapa do Brasil, no valor de 40\$000, a Mario C. Rodrigues. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁵ **Empenho nº 2430**, de 13 de setembro de 1940. Pagamento de material escolar para a Instrução Pública, no valor de 16\$500, à J.A. Brentano. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁶ **Empenho nº 2329**, de 12 de agosto de 1940. Pagamento de material escolar para a Instrução Pública, no valor de 162\$200, a Americo Mendes. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁷ **Empenho nº 2834**, de dezembro de 1940. Pagamento de uma bandeira, no valor de 130\$000, pago à Rossi & Irmãos. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁸ **Empenho nº 2911**, de 26 de dezembro de 1940. Pagamento de 25 cadernos de papel almaço, no valor de 12\$500, à J.A. Brentano. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁶⁹⁹ **Empenho nº 217**, de 16 de março de 1940. Pagamento de 40 exemplares do livro *A Nação* no valor de 12\$000, a Flávio Zanatta. Entendo que o Livro *A Nação* (Proclamação ao povo brasileiro), publicado em 1937, no Rio de Janeiro, trata-se do discurso lido no Palácio Guanabara em 10 de novembro de 1937 e irradiado para todo o país. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁰ **Empenho nº 2682**, de 22 de novembro de 1940. Pagamento de 2 armários para a aula isolada de Desvio Blauth, no valor de 80\$000, a Willibaldo Klock. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰¹ **Empenho nº 2700**, de dezembro de 1940. Pagamento de transporte de 2 caixas de material para a Instrução Pública, no valor de 3\$000, à Estação Rodoviária D.A.E.R. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰² **Empenho nº 2679**, de 21 de novembro de 1940. Pagamento de transporte do delegado regional de ensino e do subprefeito a Desvio Blauth no valor de 46\$000, a Pedro Spuldaro. Despesas municipais (1940), AGPMF.

públicos, que fazem pensar sobre a distribuição, pois a quantidade comprada era pequena em um universo de mais de 40 escolas e 1.500 alunos.

Ainda com verbas previstas para a compra de materiais escolares e exames, foram pagos o transporte da banca examinadora⁷⁰³ - que foi a Desvio Blauth em dezembro de 1939 -, os deslocamentos realizados em 1940⁷⁰⁴ e as fotografias de diversas aulas municipais⁷⁰⁵ registradas por Carlos Ayres. Diante da constatação do investimento em fotografias, denota-se que a escola e seus momentos solenes mereceram registros, o que evidencia os significados atribuídos a eles.

O investimento em aluguéis foi despendido com a) o aluguel da aula municipal de Vila Jansen, da professora Amália David, no valor de 120\$000 ao ano⁷⁰⁶, b) aluguéis dos grupos escolares de São Marcos, Vila Jansen e Cajuru a 80\$000 cada instituição por mês. Nesse caso específico, a verba prevista foi maior que a efetivada, tanto para o pagamento de aluguéis de prédios escolares para aulas municipais quanto para os grupos escolares. A subvenção aos Colégios confessionais segue igual, 240\$000 mensais a cada uma, e o valor previsto é exatamente o dos pagamentos efetivados.

No que se refere a despesas diversas e tem relação com a Educação, ainda são sinalizados os pagamentos de mais uma viagem de Caxias até Desvio Blauth, ida e volta, conduzindo Apolinário Alves dos Santos, inspetor da 4ª região escolar a serviço da Instrução Pública estadual⁷⁰⁷; da colocação de vidros no Grupo Escolar⁷⁰⁸; de um letreiro feito no telhado do Grupo Escolar Farroupilha por determinação da Secretaria do Interior⁷⁰⁹, do

⁷⁰³ **Empenho nº 1768**, de 10 de janeiro de 1940. Transporte de membros da banca examinadora, no valor de 30\$000, pago a Angelo Mario Schenato. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁴ **Empenho nº 2784**, de 6 de dezembro de 1940. Pagamento de transporte conduzindo as bancas examinadoras às escolas municipais, no valor de 354\$400, a Santo Trevisan. Empenho 2786, de 10 de dezembro de 1940. Pagamento de transporte da banca examinadora que procedeu exame nas aulas municipais, no valor de 45\$000, a Felisbino Franceschet. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁵ **Empenho nº 2798**, de 14 de dezembro de 1940. Revelação de diversas cópias das aulas e alunos, no valor de 17\$000, pago a Carlos Ayres. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁶ **Empenho nº 2405**, de 2 de setembro de 1940. Pagamento de aluguel do prédio onde funciona a aula municipal da Vila Jansen, no valor de 120\$000, a Amalia Sartor David. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁷ **Empenho nº 37**, de 30 de janeiro de 1940. Pagamento de viagens à Caxias e Desvio Blauth no valor de 50\$000, a Santo Trevisan. Novamente estiveram em Desvio Blauth no mês de março. **Empenho 211**, de 11 de março de 1940. Transporte do subprefeito e do delegado de ensino para Desvio Blauth, no valor de 40\$000, pago a Pedro Spuldaro. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁸ **Empenho nº 2815**, de dezembro de 1940. Pagamento de vidros para o grupo escolar. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷⁰⁹ **Empenho nº 1762**, de 16 de janeiro de 1940. Pagamento de material e serviços de letreiro no prédio do Grupo Escolar, no valor de 320\$000, a Alfredo Zanonato. Despesas municipais (1940), AGPMF.

transporte dos móveis pertencentes ao Grupo Escolar Cajuru⁷¹⁰; de aluguel da aula estadual isolada de Desvio Blauth⁷¹²; de diárias a que teve direito Angelo Venzon Neto por ocasião da sua ida a Caxias a serviço da Diretoria da Instrução Pública Municipal⁷¹³; do projeto, orçamento e do memorial descritivo para a construção do Grupo Escolar São Marcos⁷¹⁴; e de hospedagens do sr. Apolinário Alves dos Santos, Delegado de Ensino da 4ª Região e do Dr. Tulio Rapone, diretor do Posto de Higiene de Caxias e engenheiro da Secretaria de Obras Públicas a serviço do Estado⁷¹⁵. Em comum, esses pagamentos apresentam o investimento municipal complementar na fiscalização e na manutenção de instituições escolares estaduais.

Houve diversos investimentos na Semana da Pátria, tais como 2.000 bandeiras de papel distribuídas aos alunos das escolas municipais e aos veículos que participaram das festividades⁷¹⁶, construção de um altar onde foi rezada a missa campal⁷¹⁷, diversos materiais e alimentos⁷¹⁸, fotografias da Semana da Pátria⁷¹⁹, 5 medalhas de prata para as competições

⁷¹⁰ **Empenho nº 1807**, de 29 de janeiro de 1940. Pagamento de transporte de móveis do Grupo Escolar Cajuru (2 carretos) da Estação Ferroviária até o depósito da prefeitura, no valor de 6\$000, a Orlando Nardi. **Empenho 2802**, de dezembro de 1940. Pagamento de transporte em caminhão dos móveis do Grupo Escolar Cajuru, no valor de 40\$000, a Leopoldo Modena. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹² **Empenho nº 2418**, de 3 de setembro de 1940. Pagamento aluguel da aula isolada Desvio Blauth, referente aos meses de junho, julho e agosto, no valor de 75\$000, a José Bondam. **Empenho 2887**, de dezembro de 1940. Pagamento de aluguel da aula isolada estadual de Desvio Blauth, referente aos meses de novembro e dezembro, no valor de 50\$000, a José Bondam. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹³ **Empenho nº 2453**, de 26 de setembro de 1940. Pagamento de diárias, no valor de 56\$000, para Angelo Venzon Neto. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹⁴ **Empenho nº 2314**, de 7 de agosto de 1946. Pagamento de honorários profissionais para o projeto-orçamento e memorial do Grupo Escolar de São Marcos, no valor de 345\$500, a Dario Granja Sant'Anna. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹⁵ **Empenho nº 2296**, de 2 de agosto de 1940. Pagamento de hospedagens ao delegado regional de ensino, ao diretor do posto de higiene e engenheiro do Estado, no valor de 32\$000. A estadia foi ocasionada pela inspeção às aulas municipais realizada pelo Sr. Apolinário, inspeção de higiene feitas a alunos das aulas pertencentes a esse município e levantamento do terreno onde será construído o Grupo Escolar Cajuru. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹⁶ **Empenho nº 2782**, de dezembro de 1940. Pagamento de 1.000 bandeiras de papel, no valor de 100\$000, para Americo Mendes. **Empenho 2481**, de 30 de setembro de 1940. 1.000 bandeiras de papel, no valor de 116\$400, à Livraria Selbach. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹⁷ **Empenho nº 2813**, de dezembro de 1940. Pagamento de altar da Pátria, no valor de 98\$000, à Industrial Madeireira. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹⁸ **Empenho nº 2692**, de 23 de novembro de 1940. Pagamento de mercadorias utilizadas na Semana da Pátria (75 litros de gasolina, 2 litros de óleo, 1 dúzia de foguete, 1 novelo de barbante, 4 carretéis de linha, 2 metros de brim), no valor de 152\$400, a João Farinon. **Empenho 2691**, de 23 de novembro de 1940. Pagamento de 1 novelo de barbante utilizado para ornamentação da Semana da Pátria, no valor de 1\$800, a João Farinon. **Empenho 2652**, de 7 de outubro de 1940. Almoço para a Brigada Militar no dia 7 de setembro, no valor de 84\$000, ao Delegado de Polícia. **Empenho 2533**, de 3 de outubro de 1940. Pagamento de mercadorias consumidas na Semana da Pátria (1/2 kg de polvilho, 2 latas de azeite, 1 caixa de grampos e 1 caixa de percevejos, no valor de 14\$500, a Ludovico Merlin. **Empenho 2436**, de 18 de setembro de 1940. Materiais utilizados na Semana da Pátria (2.200 folhas de papel comum, 500 programas, 4 caixas de percevejos e 10 metros de papel), no valor de 71\$000, à Livraria Brentano. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷¹⁹ **Empenho nº 2690**, de 23 de novembro de 1940. Pagamento de fotografias tiradas nas festividades da Semana da Pátria de 1940, no valor de 275\$100, a Carlos Ayres. Despesas municipais (1940), AGPMF.

desportivas da Semana da Pátria no ano de 1939⁷²⁰, combustível aos veículos que conduziram os alunos das escolas rurais do município para a Parada da Juventude⁷²¹, transporte e alimentação dos músicos de Caravaggio⁷²², baile no Clube Vicentino⁷²³, transporte de alunos do Colégio Nossa Senhora de Lourdes para os desfiles realizados em Caxias em homenagem a Cordeiro de Farias Lima, Interventor e Secretário da Educação Pública⁷²⁴. Diante desses investimentos, nota-se que as comemorações alusivas à Semana da Pátria não se restringiram a oportunizar a participação dos alunos apenas nas festividades realizadas em Farroupilha, pois também foram deslocados estudantes para o engajamento nas atividades cívicas do município de Caxias. Há um efetivo dispêndio municipal empregado na nacionalização, nos festejos, na busca por construir uma pertença.

Na imagem a seguir, pode-se visualizar os alunos da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele em atividade comemorativa à Semana da Pátria.

Figura 55 - Semana da Pátria (1940)



Fonte: Álbum de recordações da professora Rachel C. Silvestrin Chiele, MMCP.

⁷²⁰ **Empenho nº 2866**, de 5 de novembro de 1940. Cinco medalhas de prata, no valor de 50\$000, pago a Carlos Beltrami.

⁷²¹ **Empenho nº 2458**, de 28 de setembro de 1940. Pagamento de combustível para o transporte de alunos, no valor de 548\$600, à Antonello & Cia. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²² **Empenho nº 2450**, de 21 de setembro de 1940. Pagamento de transporte em caminhão dos músicos de Caravaggio que participaram dos festejos da Semana da Pátria, no valor de 60\$000, a João Farinon. **Empenho 2437**, de 18 de setembro de 1940. Pagamento de alimentação aos músicos de Caravaggio que tocaram nas festividades da Semana da Pátria, no valor de 136\$500, a Atílio Tedesco. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²³ **Empenho nº 2439**, de 18 de dezembro de 1940. Pagamento de despesas com o baile da Semana da Pátria, no valor de 75\$000, ao Grêmio Sportivo Vicentino. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²⁴ **Empenho nº 2438**, de 18 de setembro de 1940. Pagamento de transporte de alunos do CNSL para os desfiles cívicos, no valor de 20\$000, a Hulisses Venzon. **Empenho 2433**, de 17 de setembro de 1940. Pagamento de transporte de caminhão a alunos do CNSL para os desfiles de Caxias, no valor de 70\$000, a Antonio Fioravante Pedó. Despesas municipais (1940), AGPMF.

Na fotografia, vemos a professora Rachel, segurando a Bandeira Nacional, acompanhada de seus alunos, que posam para a foto com objetos que parecem cabos de madeira em suas mãos. Organizados em filas, os alunos estão vestindo calças escuras e blusas claras, com exceção de um menino, e as meninas e a professora usam saias escuras e blusas brancas com lenços escuros, o que denota que a ocasião era solene e, por isso, mereceu registro.

Ainda somados aos investimentos para a Semana da Pátria, foram despendidos recursos com a passagem do Fogo Simbólico: 12 almoços para membros da Liga de Defesa Nacional de Porto Alegre que acompanharam o Fogo Simbólico⁷²⁵; transporte dos atletas que conduziram a tocha⁷²⁶; e viagens de caminhão para recolher os atletas que participaram das corridas em demanda aos municípios de Garibaldi e Cai⁷²⁷.

Com relação às verbas de Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância foi destinada parte delas para compra de materiais para a confecção de uniformes distribuídos aos alunos pobres das aulas municipais⁷²⁸. Por fim, ainda se localizou a quitação de reparos feitos nos aparelhos de educação física - instalados no Grupo Escolar Farroupilha -, computada nos investimentos na Tabela Serviços de utilidade pública, construção e preservação de próprios públicos etc.⁷²⁹.

Diante disso, nota-se, de forma a sintetizar aspectos característicos do investimento no ano de 1940, que a lei de orçamento, no que diz respeito à tabela de recursos para a Educação pública, se comparado à previsão orçamentária de 1939, inovou ao incluir o pagamento da gratificação às professoras estaduais em virtude da realização do curso de aperfeiçoamento de professores.

Com as verbas previstas para a Educação pública, foram pagos: professores (com salários padronizados em 100\$000), gratificações pró-labore, gratificação para as professoras

⁷²⁵ **Empenho nº 2816**, de dezembro de 1940. Almoços para membros da Liga de Defesa Nacional, no valor de 42\$000, pago à Napoleão Compagnoni. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²⁶ **Empenho nº 2688**, de 23 de novembro de 1940. Pagamento de transporte dos atletas que conduziram o Fogo Simbólico na Semana da Pátria, no valor de 313\$000, a Jardelino Arsego. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²⁷ **Empenho nº 2452**, de 23 de setembro de 1940. Pagamento de transporte de atletas, no valor de 160\$000, a Affonso Puhl. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²⁸ **Empenho s/nº** de setembro de 1940. Mercadorias para confecção de uniformes, no valor de 114\$200, pago a João Farinon. **Empenho 2683**, de 22 de novembro de 1940. Pagamento de mercadorias para a confecção de uniformes aos alunos das aulas municipais (13 metros de tecido) no valor de 23\$4000, à P.C.W. Fetter. Despesas municipais (1940), AGPMF.

⁷²⁹ **Empenho nº 2808**, de 18 de dezembro de 1940. Reparos nos aparelhos de ginástica do Grupo Escolar Farroupilha, no valor de 37\$300, pago à Industrial Madeireira Ltda. Despesas municipais (1940), AGPMF.

estaduais que realizaram o citado curso de aperfeiçoamento, prêmios escolares, materiais para a escrituração escolar, livros, mapas, exames, registro fotográfico das aulas municipais, aluguéis de prédios escolares (1 aula municipal e 3 grupos escolares), subvenção ao ensino confessional. Além disso, com recursos oriundos de outras tabelas, também foram investidos valores no auxílio ao ensino estadual: nos gastos do diretor da Instrução Pública a serviço do setor, na realização da Semana da Pátria e na compra de tecidos para a confecção de uniformes.

A lei de orçamento a seguir foi assinada pelo prefeito Nelson Schneider e inaugura os investimentos em seu período administrativo, aponta-se a mudança de gestor; neste caso, em especial, houve decorrências pontuais.

Tabela 20 - Lei de orçamento municipal para a Educação (exercício 1941)

Ensino primário, Secundário e Complementar – detalhamento dos itens	Valor
8.33.0 Professorado	52:680\$000
8.33.1 Curso de aperfeiçoamento e gratificações	1:000\$000
8.33.3 Aquisição de material escolar e despesas com exames	1:500\$000
8.33.4 Aluguéis de prédios para aulas municipais	200\$000
8.33.4 Aluguéis dos Grupos Escolares de São Marcos, Jansen e Cajuru	2:880\$000
8.38.4 Contribuição aos colégios de Emboaba (Nova Milano) e Caravaggio	4:000\$000
Total	62:260\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha ⁷³⁰ (1940).

A previsão orçamentária para o exercício de 1941 apresenta uma sensível diminuição nos valores: de 66:500\$000 para 62:260\$000. As supressões se devem à exclusão da verba prevista para os prêmios escolares e substituição de professores. Houve diminuição do valor planejado para os itens: pagamento de professores, compra de materiais escolares e despesas com exames, aluguéis de aulas municipais e subvenção aos colégios confessionais. Foi mantida a dotação orçamentária para pagamento dos aluguéis dos grupos escolares, e aumentada para o curso de aperfeiçoamento dos professores e às gratificações.

Quanto à análise dos empenhos de pagamentos de professores, encontramos 52 docentes remunerados durante o ano de 1941; dentre eles, professores substitutos e efetivos que, algumas vezes, também receberam gratificações por substituições por tempo determinado. Duas das professoras remuneradas são Irmãs da Congregação de São Carlos Borromeo Scalabrinianas que receberam, de abril a novembro, 100\$000 mensais.

⁷³⁰ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 8**, de 28 de dezembro de 1940. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1941. Prefeito Nelson T. Schneider, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

Destaca-se, com base nos empenhos do mês de dezembro, uma informação nova: o salário é referente ao mês de férias dos professores, porém apenas 29 o receberam. Nesse sentido, ao verificar as correspondências do ano de 1941, constatam-se vários pedidos de férias realizados por professoras, mas, muitos deles, foram indeferidos sob a justificativa de que tiveram licenças para tratamento de saúde por mais de 90 dias; mais de 30 dias de faltas injustificadas ou por terem sido nomeadas no decorrer do ano, e, nesses casos, não teriam direito a essa remuneração, conforme o artigo 90 do Estatuto dos Funcionários Municipais. Assim, entende-se que muitos dos professores possam ter se enquadrado nessas questões e de fato não tiveram direito à remuneração que equivaleria as férias. Essa foi uma das mudanças implementadas nesse ano, pois, até então, não se tinha identificado ausência de pagamentos por tais motivos.

Ao atentar para a verba prevista para a subvenção dos colégios confessionais, que diminuiu de 5\$760 em 1940 para 4\$000 em 1941, compreende-se que foram repassados 166\$600 a cada instituição mensalmente⁷³¹. Assim, a hipótese é que o pagamento das duas religiosas⁷³², como professoras, suplementou o valor não previsto de forma que ficasse mais próximo da subvenção de 240\$000 até então concedida. As portarias de contratação especificam a função de professora a ser exercida pelas Irmãs Natália e Hermenegilda, no Colégio Santa Cruz e no Colégio Nossa Senhora de Caravaggio, respectivamente, reafirmando que não foram admitidas para ministrar aulas em escolas municipais⁷³³. Sobre essa ação, surgem alguns questionamentos: teria o prefeito Nelson Schneider pretendido diminuir o incentivo financeiro aos colégios confessionais? Os meses de janeiro a março foram o período de negociações entre as irmãs scalabrinianas e o governo municipal?

⁷³¹ Os empenhos confirmam o valor repassado.

⁷³² As religiosas da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas faziam votos de pobreza e castidade. Assim entende-se que o valor por elas percebido era destinado à instituição escolar. Ver mais sobre em Belusso (2016) e Matiello (2020).

⁷³³ FARROUPILHA. **Portaria nº 14-7-1941**, de 28 de março de 1941. Contrata a Irmã Hermenegilda para exercer o cargo de professora do Colégio Nossa Senhora de Caravaggio. Livro Portarias nº 1 a 154, anos de 1935 a 1943. SGD. FARROUPILHA. **Portaria 15-7-1941**, de 31 de março de 1941. Contrata a Irmã Natália, da Congregação de São Carlos, para exercer o cargo de professora do Colégio Santa Cruz de Emboaba. Livro Portarias, nº 1 a 154, anos de 1935 a 1943. SGD. Farroupilha.

Ainda, junto aos empenhos das professoras municipais, encontra-se o pagamento à professora estadual Gema Comin Pesca pelos serviços prestados ao curso de aperfeiçoamento dos professores municipais no ano de 1941, no total de 700\$000.

No que se refere à compra de materiais escolares, pode-se afirmar que foram adquiridos boletins⁷³⁴; 1 mapa do Rio Grande do Sul e 30 crucifixos para as aulas municipais⁷³⁵; e 500 cadernos com 12 folhas, 50 livros⁷³⁶, 62 livros infantis, 4 livros religiosos, 6 caixas de lápis de cor, 2 crucifixos e 6 cadernos de colorir⁷³⁷ na Livraria Brentano. A aquisição apresenta compra de material escolar para alunos, e artigos religiosos para as aulas. Dentre estes, os crucifixos, símbolos da Igreja Católica que compuseram o mobiliário escolar. As despesas com exames continuam constituindo o deslocamento das bancas, de automóvel⁷³⁸, para os exames escolares.

Em relação aos aluguéis das aulas municipais, foram localizados três pagamentos. Um deles, da aula da professora Amalia Sartor David, Vila Jansen, no valor de 10\$000 mensais. Outro, do aluguel da aula na localidade chamada 19 Lotes, no valor de 30\$000 por mês, pago a Maria Weber. E ainda se encontra o pagamento da aula isolada de Desvio Blauth, no valor de 25\$000 mensais, conferidos a José Bondam – apesar de esta aula ser estadual, o pagamento foi feito com a verba prevista para a locação dos espaços de aulas municipais. Ainda no que se refere à quitação de aluguéis de instituições escolares estaduais, manteve-se o mesmo montante. No entanto, o valor foi suspenso nas férias, por compreender que, dessa forma, estaria sendo utilizado para outras finalidades.

O pagamento de despesas diversas nos apresenta a projeção de novos prédios escolares e a intenção de ofertar o ensino ginasial no município, pois foram despendidos valores para os emolumentos de doação do terreno que Angelo Damiani e sua esposa fizeram para a prefeitura, a fim de ser construído o prédio escolar da Vila Cajuru⁷³⁹. Também foram pagas despesas do prefeito numa ocasião em que ele foi a Caxias para tratar com o Bispo

⁷³⁴ **Empenho nº 172**, de 17 de fevereiro de 1941. Pagamento de 60 mapas mensais, no valor de 15\$000, a Americo Mendes. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷³⁵ **Empenho nº 1091**, de 5 de junho de 1941. Pagamento de 30 crucifixos, no valor de 114\$000, a Ludovico Merlin.

⁷³⁶ **Empenho nº 2322**, de 2 de setembro de 1941. Pagamento de material escolar, no valor de 279\$400, pago à J.A. Brentano. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷³⁷ **Empenho nº 2774**, de dezembro de 1941. Pagamento de materiais escolares no valor de 150\$200 pagos à J.A. Brentano. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷³⁸ **Empenhos** de pagamento de transporte das bancas referente aos meses de fevereiro e dezembro.

⁷³⁹ **Empenho nº 210**, de 28 de fevereiro de 1941. Pagamento de emolumentos da doação, no valor de 185\$500, a Rosvaldo Azevedo, notário da cidade. Despesas municipais (1941), AGPMF.

Dom José Barea sobre a construção de uma sucursal do Ginásio Nossa Senhora do Rosário no município⁷⁴⁰.

Ademais, houve pagamentos de despesas em decorrência de inspeção médica realizada pelo chefe do Posto de Higiene de Caxias, Dr. Tulio Rapone⁷⁴¹; pagamento de certificado ferroviário proveniente de carga de Porto Alegre consignada à prefeitura e constante de materiais didáticos destinados aos grupos escolares⁷⁴²; contribuição para os festejos de comemoração da inauguração do grupo escolar do Cajuru⁷⁴³; e o estipêndio de 86\$600, atinente ao aluguel da aula isolada estadual de Emboaba (Nova Milano) - período de 15/09 a 12/12 - conferido a Thodor Luiz Radaelli.

O empenho referente ao pagamento de serviços prestados por diversas pessoas com sua respectiva junta de bois apresenta uma situação inusitada: o veículo que conduzia a banca examinadora atolou após o exame de uma das aulas municipais e precisou de auxílio para ser desatascado⁷⁴⁴.

Os investimentos na Semana da Pátria - menores do que no ano anterior - foram destinados ao altar da Pátria⁷⁴⁵, impressão de programas e convites⁷⁴⁶, gasolina⁷⁴⁷ e fotografias⁷⁴⁸.

Para compreender um pouco mais sobre as comemorações da Semana da Pátria de 1941, citam-se alguns detalhes. Durante os festejos, os municípios gaúchos foram chamados

⁷⁴⁰ **Empenho nº 196**, de 20 de fevereiro de 1941. Pagamento de despesas, no valor de 16\$000, a Nelson Schneider. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴¹ **Empenho nº 449**, de março de 1941. Viagem à Cajuru levando o Dr. Tulio Rapone, no valor de 20\$000, pago a Itacyr Lucchese. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴² **Empenho nº 515**, de abril de 1941. Pagamento de certificado ferroviário no valor de 1\$500 pagos à Estação Ferroviária. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴³ **Empenho nº 2222**, de 27 de agosto de 1941. Pagamento de contribuição para os festejos da inauguração do Grupo Escolar Cajuru, no valor de 100\$000, à Comissão pró-festa de inauguração do prédio. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴⁴ **Empenho** s/nº de novembro de 1941. Pagamento de serviços prestados por diversas pessoas com sua respectiva junta de bois no valor de 40\$000. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴⁵ **Empenho nº 2319**, pagamento de pintura altar da Pátria, no valor de 12\$000, a Carlos Silva. **Empenho 2333**, pagamento de guarda de honra para o altar da Pátria, no valor de 70\$500, à Raul Binatti. **Empenho 2339**, pago por um reservatório para pira colocada no altar dos festejos da Semana da Pátria, no valor de 35\$000, à José Reginato. **Empenho 2346**, pago pela aquisição de louças e azeite para altar da Pátria, no valor de 29\$600, a Ludovico Merlin. **Empenho 2347**, aquisição de materiais para ornamentação do altar da Pátria, no valor de 6\$200, a João Farinon. **Empenho 2349**, pago mão de obra na construção do altar da Pátria, no valor de 15\$000, pagos à Industrial Madeireira Ltda. Setembro de 1941. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴⁶ **Empenho nº 2323**, de setembro de 1941. Pagamento de programas e convites para os festejos de Semana da Pátria, no valor de 47\$500, à J.A Brentano. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴⁷ **Empenho nº 2348**, de setembro de 1941. Pagamento de gasolina consumida nas festividades da Semana da Pátria, no valor de 35\$400, à Dal Molin & Irmãos. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁴⁸ **Empenho nº 2355**, de setembro de 1941. Pagamento de fotografias tiradas nos festejos da Semana da Pátria. Despesas municipais (1941), AGPMF.

a colaborar com a passagem do Fogo Simbólico promovida pela Liga de Defesa Nacional. A programação previa que o archote partiria do Monumento do Ipiranga, em São Paulo, e chegaria a Porto Alegre, percorrendo, além de capitais do país, 50 municípios gaúchos.

Na participação efetiva de cada município, o Fogo Simbólico deveria ser carregado por atletas - designados pelas municipalidades - de unidades militares, sociedades esportivas, tiros de guerra, colégios, dentre outras, que se revezassem em percursos de 1.000 metros carregando a tocha. Ao chegar às divisas territoriais com outros municípios, uma autoridade competente deveria entregar o archote a outra, de preferência para os prefeitos.

Ao alcançar as cidades, o Fogo Simbólico deveria ser conduzido a um altar-mor da Matriz ou da igreja mais antiga da localidade. Membros da Liga da Defesa Nacional acompanhariam, em um automóvel, a passagem do fogo durante todo o trajeto, auxiliando os atletas caso fosse necessário⁷⁴⁹.

A organização da Semana da Pátria no interior do município foi estabelecida em programa específico a ser seguido pelas professoras, emitido pela Prefeitura Municipal de Farroupilha.

Quadro 23- Programa da Semana da Pátria no interior (1941)

Programação
1º - Às 8 horas – Hasteamento da Bandeira, com a presença de todos os alunos, devendo, nessa ocasião ser cantado o Hino Nacional.
2º - Logo após, reunidos todos os alunos, no recinto da aula, seguir-se-á uma curta preleção feita pela professora sobre as comemorações da “Semana da Pátria”, sem prejuízo do programa de ensino.
3º - Diariamente, às 18 horas, arriamento do Pavilhão Nacional.
4º - No dia 5 de setembro, deverá ser organizada uma festa cívica, para a qual serão convidados os pais dos alunos, e o cujo programa deve ser elaborado pela professora.

Fonte: Elaborado a partir da Circular [?] -9-1941 da Prefeitura Municipal de Farroupilha, 1941. CER/AGPMF

Como forma de controle, a circular orientava ainda que deveriam as professoras comunicar ao diretor da Instrução Pública como seriam cumpridas as suas determinações após a realização das comemorações.

Não se identifica o deslocamento de alunos nesse ano. A participação do momento cívico foi distribuída entre as áreas rurais e a área central, tendo cada distrito o seu desfile, com o intuito de envolver a população dos núcleos rurais. Isso foi justificado ao interventor coronel Oswaldo de Cordeiro de Farias com a seguinte alegação:

⁷⁴⁹ **Correspondência** da Diretoria da Liga da Defesa Nacional de Porto Alegre para o prefeito, 6 de agosto de 1941. Informa sobre a corrida do “Fogo Simbólico”. CER/AGPMF.

puderam colegiais e agricultores viver com entusiasmo horas de intenso ardor patriótico, o que, aliás, acredito não teria sucedido se tivesse centralizado exclusivamente nesta cidade as festividades comemorativas da grande data de nossa Independência⁷⁵⁰.

Já o argumento dirigido aos professores foi este: “[...] por tornar-se difícil o transporte dos alunos do interior do município para tomarem parte nas festividades que terão lugar nesta cidade, como aliás, seria meu desejo [...]”. Esses discursos contraditórios sobre as festividades da Semana da Pátria de 1941⁷⁵¹ envolveram a decisão de investir ou não o valor destinado ao transporte dos colegiais até a área central da cidade.

Na imagem a seguir, o registro da Semana da Pátria apresenta atividade realizada na aula da professora Rachel Carlota Silvestrin Chiele.

Figura 56 - Semana da Pátria (1941)



Fonte: Museu Municipal Casa de Pedra.

A fotografia registra meninos vestindo blusas brancas. Em todas elas, está afixada uma letra (com exceção de uma, que tem um número), compondo, no conjunto, a frase “Salve 7 de setembro”. Alguns desses alunos também têm bandeirinhas em mãos. Observa-se, ainda, que dois meninos estão ao fundo, com roupas mais escuras, e não participaram da

⁷⁵⁰ **Correspondência 810-7-941**, de Nelson Schneider, prefeito, para Oswaldo Cordeiro de Farias, interventor federal, 16 de setembro de 1941, sobre o desfile da mocidade. CER/AGPMF.

⁷⁵¹ **Circular [?]-7-1941**, da Prefeitura Municipal de Farroupilha, emitida pelo prefeito Nelson Schneider para as professoras municipais em 13 de agosto de 1941. Comunica o programa dos festejos da Semana da Pátria. CER/AGPMF.

composição da frase. Já as meninas, têm faixas que adornam suas blusas. Dentre os alunos, percebe-se, no colo de uma das meninas, uma criança bem pequena, e a professora tem a seu lado uma moça, ou uma aluna mais velha. A imagem retrata a preparação dos alunos para o desfile cívico, naquele ano, realizado em cada comunidade.

Também são os empenhos da tabela Despesas diversas que nos permitem localizar indícios sobre colônias de férias, que, desta vez, contemplou, escoteiros do Círculo Operário Porto-alegrense. A estadia foi apoiada financeiramente pelo poder público municipal, por meio do fornecimento de lenha e a oferta de um churrasco e outros alimentos⁷⁵².

Já na utilização de verbas previstas para o Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância, foram destinados recursos para a sopa escolar e o gabinete médico-dentário⁷⁵³ do Grupo Escolar Farroupilha⁷⁵⁴, além de recursos para o pagamento de serviços odontológicos realizados durante a Campanha Pró-assistência Dentária Escolar Pobre⁷⁵⁵. Foram ainda destinados 1:000\$000 - um expressivo investimento neste ano - para compra de agasalhos aos colegiais carentes⁷⁵⁶. Ademais, como despesa extraorçamentária, aponta-se a publicação de editais, custeada pela prefeitura, para a construção do Grupo Escolar Cajuru⁷⁵⁷.

⁷⁵² **Empenho nº 327**, de março de 1941. Pagamento de 100 quilos de carne que a prefeitura ofereceu à colônia de férias de filhos de operários, escoteiros do Círculo Operário Porto-alegrense, no valor de 195\$000. **Empenho nº 355**, de março de 1941. Pagamento de figada para a colônia de férias, no valor de 58\$800, pagos a Ernesta Fetter. **Empenho nº 360**, de março de 1941. Pagamento de café e balas para a colônia de férias, no valor de 47\$600, à Klein & Pasqual. **Empenho nº 505**, de abril de 1941. Pagamento de lenha para a colônia de férias, no valor de 15\$000, para Abramo Silvestrin. **Empenho 629**, de maio de 1941. Pagamento de balas para a colônia de férias, no valor de 15\$000, a Napoleão Compagnoni. **Empenho nº 658**, de maio de 1941. Pagamento de fornecimento de mercadorias para a preparação do churrasco para a colônia de férias, no valor de 7\$500, a Luiz de Cesero. **Empenho nº 735**, de maio de 1941. Pagamento de 10 quilos de salame para colônia de férias, no valor de 55\$000, a Angelo Bartelle. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁵³ **Empenho nº 2179**, de 6 de agosto de 1941. Pagamento de auxílio à organização do gabinete médico-dentário, no valor de 100\$000, pagos ao Pelotão da Brasilidade, assina professora Gema Comin Pesca. Despesas municipais (1941), AGPMF. **Empenho 2324**, de 3 de setembro de 1941. Pagamento de auxílio à organização do gabinete médico-dentário para os alunos pobres do Grupo Escolar Farroupilha, no valor de 200\$000, ao Pelotão da Brasilidade, assinado por Gema Comin Pesca. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁵⁴ Os empenhos eram mensais, no valor de 60\$000, pago ao Círculo de Pais e Mestres. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁵⁵ **Empenho s/nº** de outubro de 1941. Pagamento de obturação de 1º grau do escolar Adelino Biscoli, nota anexa de acordo com a Campanha Pró-Assistência Dentária Escolar Pobre, promovida pelo executivo municipal, no valor de 16\$000, pago a Edmundo Hilguert. Na nota, consta extração e obturações platina 1º grau. **Empenho** de outubro de 1941. Pagamento de amálgama do escolar Ivo Biscoli, de acordo com a Campanha Pró-Assistência Dentária Escolar Pobre, no valor de 20\$000, pago à Hilário Hilguert. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁵⁶ **Empenho nº 2026**, de 6 setembro de 1941. Auxílio de uniformes para alunos pobres, no valor de 1:000\$000, sem identificação de a quem foi pago. Despesas municipais (1941), AGPMF.

⁷⁵⁷ **Empenho nº 1568**, de 25 de junho de 1941. Pagamento dos editais 72 e 73, relativos à construção do prédio para o Grupo Escolar Cajuru no valor de 162\$000, para o Jornal O Momento. Despesas municipais (1941), AGPMF.

Diante do apresentado, nota-se que a troca de prefeito implicou na mudança de questões pontuais na elaboração da lei de orçamento para o exercício de 1941. Na tabela atinente à Instrução Pública, essas alterações referem-se à a) supressão da previsão de valores para o pagamento de professoras substitutas e de prêmios escolares; e à b) diminuição de verbas para remuneração de professores, compra de materiais escolares, realização de exames, pagamento de aluguéis e subvenção aos colégios confessionais.

Com a verba orçamentária prevista para a Instrução Pública, no ano de 1941, foram quitados os pagamentos de professores (em vários casos, aplicados cortes nos pagamentos de férias), a subvenção aos colégios confessionais (junto à remuneração de duas professoras religiosas scalabrinianas), a gratificação a professoras estaduais pela realização do curso de aperfeiçoamento das professoras municipais, a compra de materiais de escrituração escolar, a aquisição de crucifixos para as aulas municipais, a custa com materiais escolares (cadernos, lápis etc.). Além disso, foram também destinados recursos à realização dos exames escolares e ao pagamento de aluguéis (2 aulas municipais, 1 aula estadual isolada e 3 grupos escolares).

Com verbas provenientes de outras tabelas, foram realizados os investimentos a seguir: apoio ao ensino estadual, comemorações alusivas à Semana da Pátria, inauguração do prédio escolar do Grupo Escolar Cajuru e ainda pago o aluguel de mais uma aula estadual isolada. Ainda, foram quitados pagamentos de imprevistos na realização dos exames escolares. Destaca-se um significativo investimento, neste ano, em tecidos para a confecção de uniformes escolares fornecidos aos alunos pobres de instituições escolares locais. Por fim, aponta-se que houve apoio financeiro na realização das colônias de férias no município, além de dispêndio de verbas à sopa escolar, à montagem do gabinete médico-dentário no Grupo Escolar Farroupilha e à assistência dentária aos alunos.

No primeiro ano de Schneider frente à administração pública, notam-se investimentos públicos que sinalizam a aproximação do poder público municipal com a Igreja Católica, inclusive para articular novos níveis de ensino para o município; no caso em questão, o curso ginásial.

A seguir, passa-se à segunda lei de orçamento assinada pelo prefeito Nelson Schneider, elaborada ao final de 1941, para o exercício de 1942.

Tabela 21 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1942)

Instrução Pública - Escolas Municipais – detalhamento dos itens	Valor
8.33.0 Pessoal fixo	
a) Verba a despender com o professorado municipal	52:680\$00
b) Gratificações pró-labore	1:500\$000
c) Gratificação da quarta parte a 1 professora	300\$000
8. 33.1 Pessoal variável	
a) Professoras para substituições	2:000\$000
8.33. 2 Material de consumo	
a) Aquisição de livros, cadernos, lápis etc.	500\$000
8.33.3 Despesas diversas	
a) Aluguéis com grupos escolares e aulas	1:000\$000
b) Despesas com exames e transportes	500\$000
c) Contribuição às escolas particulares de Emboaba e Caravaggio	4:800\$000
d) Manutenção da Biblioteca	1:000\$000
Total	64:280\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁷⁵⁸ (1941).

A lei de orçamento para 1942 apresenta a estrutura subdividindo as verbas em pessoal fixo (professores municipais e gratificações), pessoal variável (professores substitutos), materiais de consumo (materiais escolares) e despesas diversas (aluguéis de prédios escolares, exames, transportes, subvenções e manutenção da biblioteca municipal). O valor total passa de 62:260\$000, em 1941, para 64:480\$000 em 1942.

Alguns itens suprimidos no ano de 1941 voltaram a compor a tabela; dentre eles, o das substituições de professores. Como se observou ao longo deste capítulo, elas sempre existiram – independentemente de haver dotação orçamentária prevista -, seja pela estratégia de contratação de novos profissionais, seja pelo aumento temporário da carga horária dos docentes efetivos. Junto a isso, acrescentaram-se uma verba específica para a manutenção da biblioteca e outra ao pagamento da gratificação da quarta parte para uma professora.

Especificamente em relação ao pagamento dos professores, foi incluída a previsão de gratificações que, na prática, já vinham acontecendo. A quarta parte do pagamento de uma professora, por sua vez, diz respeito à gratificação que passam a ter professores por terem completado 25 anos de efetivo serviço. Em 1942, apenas uma professora fez jus a ela. Apesar de o município ter apenas 8 anos, ao absorver professores efetivos de outros municípios, logo começam a ocorrer tanto as aposentadorias quanto as gratificações por tempo de serviço. Ao tentar compreender o que justifica o pagamento de gratificações pró-labore para as professoras, afirma-se que a hipótese elencada anteriormente confirma-se em 1942, pois, ao

⁷⁵⁸ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 21**, de 31 de dezembro de 1941. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1942. Prefeito Nelson T. Schneider, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

analisar os empenhos desses pagamentos, observa-se que foram referentes a substituições, e entendidas, então, como uma gratificação por lecionarem em dois turnos. Na imagem a seguir, visualiza-se um empenho que diz respeito à gratificação pró-labore e, outro pagamento, de professora substituta.

Figura 57 - Empenho de gratificação pró-labore (1942)

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA

Documento n.º 2226
Caixa Fis. 2226
Farroupilha, 26 de Setembro de 1942
O(s) Snr.(s) Amalia S. David

AF. Rs. 50\$000

Códigos:
Local: 220 - Geral: 8.33.0
b) Gratificação Pro-labore.-

Pro-labore a que teve direito	Importância
por lecionar em dois turnos, correspondente ao mês de Setembro do corrente ano.-	50\$000

CONFERE Pague-se
Contador Prefeito

Recebi a quantia de Rs.Cincoenta mil reis,
pagamento integral da conta acima referida.

Farroupilha, 30 Setembro 1942
VISTO Amalia S. David
30 de Setembro de 1942
Engelorguimato
Secretaria de Instrução Pública Municipal

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA

Documento n.º 2226
Caixa Fis. 2226
Farroupilha, 26 de Setembro de 1942
O(s) Snr.(s) Joanninha Cecenello

AF. Rs. 100\$000

Códigos:
Local: 220 - Geral: 8.33.1
a) Professoras para substituições

Seus vencimentos como substituta	Importância
da professora Ada Minella, correspondente ao mês de Setembro do corrente ano.-	100\$000

CONFERE Pague-se
Contador Prefeito

Recebi a quantia de Rs.Cem mil reis,
pagamento integral da conta acima referida.

Farroupilha, 30 de Setembro de 1942
VISTO Joanninha Cecenello
30 de Setembro de 1942
Engelorguimato
Secretaria de Instrução Pública Municipal

Fonte: Despesas municipais (1942), AGPMF.

A estratégia permitia que as professoras efetivas pudessem trabalhar em dois turnos para substituir licenças saúde, e assim foram remuneradas para tanto com uma gratificação que, na proporção, era 50% menor que o salário padrão mensal de 100\$000. Isso se tornava menos oneroso para o município do que a contratação de uma professora substituta, que recebia o valor integral de 100\$000, como se pode perceber nos empenhos colocados lado a lado na Figura 57.

Os empenhos apresentam 54 profissionais docentes remunerados durante o ano de 1942. Dentre eles, professores efetivos, substitutos e, novamente, duas religiosas da Congregação das Irmãs de São Carlos Borromeo Scalabrinianas, que recebiam, de março a dezembro, 100\$000 mensais cada uma.

Mesmo tendo aumentado o valor previsto das subvenções aos colégios confessionais, de 4\$000 para 4\$800, ainda não chega ao anteriormente concedido, 5\$760, e assim é provável que o município tenha continuado suplementando a verba através do pagamento das professoras, o que, neste ano, significou efetivamente na soma dos valores um aumento do recurso em torno de 700\$000 no ano. O repasse de subvenção aos colégios confessionais, com a verba prevista de contribuição, foi de 200\$000 mensais, e, no mês de outubro, foi acrescido de 30\$000 destinados à Caixa Escolar.

No que trata a verba prevista para compra de materiais escolares, localizou-se a compra de 300 mapas mensais, e 1 livro de chamada⁷⁵⁹ e de diversos outros materiais que podem ser visualizados na imagem a seguir:

Figura 58 - Nota fiscal de compra de material escolar (1942)

DEMONSTRATIVO DE CONTA

Ao Snr.
Prefeitura Municipal de Farroupilha
Nesta Cidade

INSCRIÇÃO Nº 123

LIVRARIA BRENTANO
J. A. BRENTANO
FARROUPILHA - RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

DATA 19 de Maio de 1942.

NÃO VALE COMO RECIBO

		DÉBITO		CRÉDITO	
Abril	12	1	Livro Frequencia escolar	16\$000	
	16	1	Cx. de Borrzchas	10\$000	
	16	20	Canetas escolares	10\$000	
	16	1	Cx. de Penas de aço	8\$000	
	16	5	Cxs. de Gila escolar	15\$000	
	16	24	Vidros de tinta escolar	7\$000	
	16	5	Livros O35	6\$700	
	16	44	Catecismos	17\$600	
	24	2	Livros de chamada	32\$000	
	28	10	" de leitura Infancia II	40\$500	
	28	10	" de " " I	31\$500	
	30	4	" de Frequencia	64\$000	
Maio	15	1.000	Mapas escolares mensais	190\$000	
				Rs.	448\$300

448.300
135.000
434.800

Faca-se a folha
Em 23.5.1942
Subm. Huidy

CONFERIDO
PREFEITURA MUNICIPAL
FARROUPILHA
CONTADORIA

Fonte: Despesas municipais (1942), AGPMF.

Essa imagem é significativa, na medida em que marca a divisão da compra em duas tabelas. A primeira parte do valor, no total de 2\$700, foi especificada como compra de

⁷⁵⁹ **Empenho nº 430**, de 9 de abril de 1942. Pagamento de material escolar, no valor de 67\$900, à J.A. Brentano. Despesas municipais (1942), AGPMF.

material escolar para alunos indigentes; e a segunda, como aquisição de livros, cadernos, lápis etc., no valor de 445\$600, e a diferença desse valor é o desconto de 3% concedido à prefeitura. As inscrições a lápis na nota fiscal apontam as citadas adequações, que não marcam apenas a divisão no valor em tabelas, mas também a preocupação em fornecer algum tipo de material escolar àqueles - representados no documento como indigentes - que não poderiam adquiri-lo.

Também marca uma ampliação de itens comprados que agora envolvem, além dos suportes escolares para escrituração (livro de chamada, matrícula e mapas mensais), livros de leitura, catecismos, canetas, tinta e borrachas, dentre outros itens a serem utilizados no cotidiano escolar.

A verba prevista para alugueis, por sua vez, foi investida na manutenção da locação de prédios para instituições escolares estaduais, tais como a aula isolada estadual de Vila Emboaba (Nova Milano), que, inicialmente, custou 25\$000 de janeiro até março e, de abril em diante, 35\$000; e os grupos escolares Cajuru e São Marcos, no valor de 80\$000 por mês. Já o pagamento do aluguel do prédio escolar do Grupo Escolar da Vila Jansen, extinguiu-se por ter sido transferido para o prédio da subprefeitura.

O investimento com bancas para a realização dos exames finais continuou ocorrendo e configurando o deslocamento de membros da comissão examinadora para aulas municipais. No entanto, nesse ano, localizaram-se menos referências ao pagamento de gasolina e/ou viagens para transportar os membros das bancas examinadoras. A verba prevista para a biblioteca foi reservada à compra de obras, prateleiras e materiais necessários a seu funcionamento, como um tinteiro e um mata-borrão.

Por fim, a Tabela Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância apresenta contribuições para o cuidado com a alimentação escolar, para uniformes e ao Natal da Criança Pobre. Identificam-se a contribuição de 60\$000 para a sopa escolar do Grupo Escolar Farroupilha e a compra de tecidos para a confecção de uniformes e calçados, conforme tabela a seguir.

Quadro 24 - Investimentos em uniformes escolares (1942)

Documento	Material adquirido	Valor e fornecedor
Empenho 586, de 12 de maio de 1942.	Pagamento de 13 metros de tecido listrado para os escolares do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.	58\$500 pagos a Luiz Galleano.
Empenho 758, de 9 de maio de 1942.	Aquisição de 9,75 metros de brim xadrez para escolares indigentes.	56\$500 pagos a Alfredo Ruaro.
Empenho 786, de junho de 1942.	Pagamento de agasalhos para escolares indigentes referente ao mês de maio (83 metros de tecido e 4 pares de tamancos distribuídos na aula da professora Lídia Freitas Travi, Grupo Escolar Jansen, aula da Linha Alencastro e Grupo Escolar Cajuru).	225\$000 pagos a João Farinon.
Empenho 757, de 9 de junho de 1942.	Aquisição de 50 metros de pelúcia para escolares indigentes do grupo escolar desta cidade.	120\$000 pagos a Alfredo Ruaro.
Empenho de setembro de 1942	Pagamento de 46 metros de pelúcia adquiridos no mês de junho.	134\$400 pagos a Angelo Bartelle.
Empenho de setembro de 1942.	Pagamento de 2 pares de calçados para escolares pobres do município.	de 28\$000 pagos a Caetano Colognese.
Empenho de setembro de 1942.	Pagamento de 14,5 metros de brim e 14 metros de linon.	104\$000 pagos a Angelo Bartele.
Empenho de setembro de 1942.	Pagamento de pares de tênis para alunos da aula de Emboaba (Nova Milano).	223\$900 pagos a Caetano Colognese.
Empenho de novembro de 1942.	Aquisição de 3 pares de tamanco, além de produtos para confecção de agasalhos a estudantes pobres do município: 7,5 metros de brim, 7,5 metros de riscado, 3,5 metros de fustão e 3 carretéis de linha.	65\$700 pagos a Angelo Bartele.
	Total	1:106\$000

Fonte: Elaborado a partir das despesas municipais (1942), AGPMF.

O quadro apresenta diversos pagamentos que citam a aquisição de agasalhos escolares, porém não se trata de peças prontas, e sim da compra de tecido para a confecção, que era providenciada por professores e/ou famílias. As compras nos apresentam os tecidos utilizados para a produção do uniforme escolar: a pelúcia e o brim nos padrões listrado, riscado e xadrez. Já os calçados fornecidos eram tamancos ou tênis. Nota-se que a aquisição dos tecidos ocorreu entre maio e novembro, indício de que, ao longo do ano, foram várias aquisições. O total da verba prevista para o Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância era de 2:500\$000. Então, uma significativa parte do valor (1:106\$000) foi destinada para os uniformes escolares. Apontam-se novas contribuições à comissão que promoveu o Natal da Criança Pobre no valor de 500\$000.

Um pagamento localizado na Tabela diversos foi a compra do cofre de madeira para a Campanha do Tostão, no valor de 2\$000, pago a Alexandre Bartelle. Outrossim, houve investimentos nas comemorações da Semana da Pátria: o transporte da banda do 9º Batalhão

de Caxias para abrilhantar os festejos⁷⁶⁰, a realização do baile⁷⁶¹, o revestimento do altar da Pátria para a missa campal, feito pelas irmãs scalabrinianas⁷⁶², a oferta⁷⁶³ à Igreja Matriz em agradecimento às missas rezadas nos dias 1 e 7 de setembro, o registro fotográfico⁷⁶⁴, a sessão cinematográfica oferecida à população⁷⁶⁵, a aquisição de 2 tambores para o Grupo Escolar Farroupilha⁷⁶⁶ e a compra de produtos diversos⁷⁶⁷.

Em 1942, os festejos da Semana da Pátria assumem um contorno ainda mais definido: “[...] com a guerra batendo às nossas portas, todo brasileiro tem o sagrado dever de testemunhar, de uma forma mais vibrante e mais alta a sua compreensão e sua solidariedade.”⁷⁶⁸. Diante disso, as comemorações ganharam ênfase. Uma delas foi o aumento do trajeto da corrida do Fogo Simbólico, que já vinha ocorrendo nos anos anteriores da seguinte forma:

No primeiro ano dessas comemorações foi o facho aceso na lâmpada votiva da Igreja Matriz de Viamão, a mais antiga do Rio Grande do Sul. No ano seguinte vinha o fogo da lendária Rio Pardo, baluarte da Pátria nas áreas coloniais. Em 1940, era a corrida prolongada até o vizinho estado de Santa Catarina, em cuja capital Florianópolis, foi aceso o facho, por S. Excia. Revdma. Sr. Arcebispo metropolitano. Indo mais longe e num propósito de mais ainda alimentar os laços de compreensão e colaboração entre as populações brasileiras, dando a corrida uma significação da mais alta brasilidade, era o Facho aceso em 1941, às margens do Ipiranga, no local onde Dom Pedro I deu o grito de Independência. Trazido para esta capital, numa acidentada e bela corrida de revezamento, foi acesa com ele, a primeiro de setembro daquele ano, a Pira da Pátria, que se ergue no Parque Farroupilha desta capital e, ainda, uma lâmpada para esse fim especialmente colocada na velha Matriz do Rosário, que dia e noite conservou-se acesa em louvor da Pátria, como aquela outra, do ritual católico, em louvor de Deus⁷⁶⁹.

⁷⁶⁰ **Empenho nº 1222**, de 1 de setembro de 1942. Pagamento de transporte da banda do 9º B.C., no valor de 170\$000, à Expresso Alves. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶¹ **Empenho nº 1238**, de 5 de setembro de 1942. Pagamento de auxílio ao baile de comemoração da Semana da Pátria, no valor de 150\$000, a Alcides Fetter. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶² **Empenho nº 1253**, de 8 de setembro de 1942. Oferta pelo revestimento do altar da Semana da Pátria, no valor de 30\$000, pago à Congregação de São Carlos. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶³ **Empenho s/nº** de 8 de setembro de 1942. Oferta pela celebração dos atos religiosos, no valor de 50\$000, ao padre Ernesto Brandalise. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶⁴ **Empenho s/nº** de 19 de setembro de 1942. Pagamento de fotografias da Semana da Pátria, no valor de 91\$000, a Carlos Ayres. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶⁵ **Empenho nº 1325**, de 25 de setembro de 1942. Pagamento de sessão cinematográfica oferecida à população por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de 100\$000, ao Cine Teatro Guarany – Fetter & Cia. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶⁶ **Empenho nº 1221**, de 31 de agosto de 1942. Pagamento de 2 tambores, no valor de 220\$000, a Luiz Timmers, Caxias. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶⁷ **Empenho nº 1326**, de 25 de setembro de 1942. Aquisição de 1 lata de azeite consumida nos festejos da Semana da Pátria, no valor de 6\$000, pago a Ludovico Merlin. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁶⁸ **Ofício Circular nº 1**, emitido pela Liga de Defesa Nacional, Porto Alegre, para o prefeito em 22 de junho de 1942. Orienta sobre a corrida de revezamento do Fogo Simbólico. CER/AGPMF.

⁷⁶⁹ **Ofício Circular nº 1**, emitido pela Liga de Defesa Nacional, Porto Alegre, para o prefeito em 22 de junho de 1942. Orienta sobre a corrida de revezamento do Fogo Simbólico. CER/AGPMF.

Para 1942, foi projetada uma corrida ainda mais longa de revezamento, que iniciou em Minas Gerais rumo ao Rio de Janeiro e depois para o Sul, com previsão de chegada a Porto Alegre em 1 de setembro e, por fim, seguiria ao Chuí, contando com o apoio de 6.000 atletas.

Também foram oferecidos prêmios, no total de 175\$000⁷⁷⁰, aos vencedores do concurso de desenhos da Bandeira Nacional, instituído pela Prefeitura entre os alunos de todos os estabelecimentos de ensino do município. Para participar, deveriam os concorrentes apresentar o mais perfeito desenho da Bandeira Nacional, em uma folha de cartolina branca medindo 30 x 40 centímetros. Os desenhos foram recebidos pela Diretoria de Instrução Pública e avaliados por uma comissão. Os prêmios, em dinheiro, correspondiam ao valor de 100\$000, 50\$000 e 25\$000 e seriam entregues, na Semana da Pátria, aos três melhores desenhos, respectivamente. Os trabalhos vencedores seriam afixados na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac⁷⁷¹. A ata do concurso detalha:

Aos dois do mês de setembro 1942, na Biblioteca Municipal presente o snr. Tenente Joaquim da Silva Santos, Tenente Bernardino Rodrigues Coelho, Antônio de Jesus Batista, José Jaconi e o snr. Alcides Fetter, procedeu ao julgamento do concurso acima aludido. Foram apresentadas ao concurso 340 bandeiras. Após o exame, foram classificadas as seguintes bandeiras: Para 1º lugar – Elsa Postali – aluna do Grupo Escolar Farroupilha – 5º ano; Para 2º lugar Léa Venzon – aluna da Escola Nossa Senhora de Lourdes – 5º ano; Para 3º lugar Deotília Gaziraghi – aluna da aula municipal nº 11 – 4º ano⁷⁷².

Nota-se que, pelo volume de bandeiras entregues e pela relação das premiadas, tanto as instituições escolares públicas municipais como as estaduais e particulares puderam participar do concurso. As vencedoras foram três alunas - duas do quinto ano e uma do quarto -, sendo a primeira colocada estudante de instituição estadual; a segunda, de colégio particular; e a terceira, de uma escola municipal. E ainda foi registrado em ata um voto de louvor pelas bandeiras entregues pelo jardim de infância do grupo escolar, o que demonstra que diversas faixas etárias participaram do concurso em questão.

⁷⁷⁰ **Empenho nº 1239**, de 5 de setembro de 1942. Pagamento de prêmios, no valor de 175\$000, a Angelo Venzon Neto. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁷¹ **Circular nº 45-9-1942**, da Diretoria de Instrução Pública, de 12 de agosto de 1942. Concurso da Semana da Pátria. CER/AGPMF. No verso, consta que a circular foi enviada para as diretoras dos grupos escolares de Cajuru, Jansen, São Marcos e sede; para as regentes das aulas estaduais isoladas de Desvio Blauth, São Miguel e Emboaba; para as diretoras dos colégios confessionais Nossa Senhora de Lourdes, Santa Cruz e Nossa Senhora de Caravaggio e para as professoras das duas aulas particulares da Viação Férrea, 3º distrito.

⁷⁷² **Ata** de julgamento de concurso manuscrita de 2 de setembro de 1942. CER/AGPMF.

Por fim, localizam-se contribuições para as colônias de férias: no transporte de material⁷⁷³ e no almoço para os diretores do Círculo Operário Porto-alegrense⁷⁷⁴.

Em síntese, a tabela de previsão orçamentária para o exercício de 1942 para a Instrução Pública voltou a apresentar itens suprimidos no ano anterior e incluiu outros, tais como: a manutenção da biblioteca, a gratificação da quarta parte do pagamento a uma professora e as gratificações pró-labore, destinadas ao pagamento de substituições de docentes.

Foram investimentos com a verba prevista para a Instrução Pública: a remuneração de professores, o pagamento de gratificações (por tempo de serviço e pró-labore), o repasse da subvenção ao ensino confessional (incluindo a contribuição para a Caixa Escolar), o pagamento de aluguéis (1 aula isolada e 2 grupos escolares), a realização dos exames escolares, a manutenção da biblioteca, a compra de materiais para escrituração escolar e materiais escolares para alunos carentes.

Alguns recursos provindos de outras tabelas da previsão orçamentária foram investidos na contribuição para a sopa escolar, na aquisição de tecidos para a confecção de uniformes e na compra de calçados para alunos de instituições escolares do município. Além disso, a aplicação de recursos financeiros evidencia o engajamento à Campanha do Tostão, às celebrações da Semana da Pátria e às colônias de férias por meio de contribuições.

Dando continuidade à análise, é apresentada a seguir a lei de orçamento para o exercício de 1943, que foi elaborada pelo prefeito Antonio Pedroso Pinto, em novembro de 1942.

Tabela 22 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1943)

(continua)

Instrução Pública – detalhamento dos itens - Escolas municipais	Valor Cr\$
8.33.0 Pessoal fixo	
a) Verba a dispender com o professorado municipal	55.000,00
b) Gratificação pró-labore	2.000,00
c) Gratificação da quarta parte a uma professora	300,00
8.33.1 Pessoal variável	
a) Professoras para substituições	2.000,00
8.33.2 Material de consumo	
a) Aquisição de livros, cadernos, lápis etc.	1.000,00

⁷⁷³ **Empenho nº 100**, de fevereiro de 1942. Pagamento de transporte de material da Colônia de Férias do Estado, no valor de 42\$000. Despesas municipais (1942), AGPMF.

⁷⁷⁴ **Empenho nº 111**, de fevereiro de 1942. Pagamento de almoço aos diretores da colônia de férias do Círculo Operário Porto-alegrense, no valor de 20\$000. Despesas municipais (1942), AGPMF. **Empenho 250**, de março de 1942. Despesas com a colônia de férias do Círculo Operário Porto Alegrense, no valor de 32\$000. **Empenho 407**, de abril de 1949. Aquisição de bolas para a colônia de férias, no valor de 44\$800, pago à Klein & Pasqual. Despesas municipais (1942), AGPMF.

(conclusão)

Instrução Pública – detalhamento dos itens - Escolas municipais	Valor Cr\$
8.33.3 Despesas diversas	
a) Aluguéis dos grupos e aulas	2.000,00
b) Despesas com exames e transportes	500,00
8.33.4 Subvenções escolares	
a) Contribuição às escolas de Emboaba (Nova Milano) e Caravaggio	4.800,00
8.38.4 Despesas diversas	
a) Manutenção da biblioteca	1.000,00
Total	68.600,00

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁷⁷⁵ (1942).

A lei de orçamento para o ano de 1943 marca a mudança de padrão monetário, de Mil Réis para Cruzeiro, equivalendo 1 cruzeiro a mil réis. Já a estrutura da tabela da Instrução Pública permaneceu igual à de 1942, mudando apenas os valores. Assim, foi aumentado o valor para o pagamento de professores efetivos e diminuída a verba prevista para gratificações pró-labore; aluguéis de grupo e aulas; aquisição de livros, cadernos, lápis etc. Nos demais itens, a previsão de orçamento se manteve igual. No total, o valor foi aumentado em 6,3% - de 64.280,00 para 68.600,00.

Os empenhos de pagamento dos professores apresentam 57 profissionais, compreendendo contratados, substitutos, auxiliares de ensino e orientadora de ensino. Nota-se que existe uma proximidade de valores no pagamento de contratados e substitutos, em torno de Cr\$ 100,00, reajustados para Cr\$ 105,00, a partir de abril, e que as auxiliares de ensino recebem um valor menor, Cr\$ 70,00.

Os pagamentos para a orientadora de ensino, por sua vez, iniciaram no mês de junho e correspondem a Cr\$ 100,00 mensais, quitados com a verba prevista para gratificação pró-labore. Seguiram ainda ocorrendo as gratificações para as professoras que lecionavam, temporariamente, em dois turnos, equivalentes a Cr\$ 50,00 por mês. A gratificação da quarta parte a uma professora continuou a ser repassada para Maria Weber.

Diversos empenhos, no decorrer do ano, sinalizaram compras utilizando a verba prevista para aquisição de livros, cadernos e lápis, e são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 25 - Aquisição de materiais escolares (1943)

(continua)

Mês da compra/fornecedor	Valor	Materiais escolares adquiridos
Fevereiro – J.A. Brentano	Cr\$ 87,70	22 livros infantis, 14 livros de aventuras, 13 livros de reza e 1 livro escolar.

⁷⁷⁵ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 32**, de 24 de novembro de 1942. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1943. Antonio Pedroso Pinto, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

(conclusão)

Mês da compra/fornecedor	Valor	Materiais escolares adquiridos
Março – J.A. Brentano	Cr\$ 230,80	2 livros de chamada, 1 livro “Sei ler” e 1.000 impressos para a Instrução Pública e mapas mensais.
Junho – J.A. Brentano	Cr\$ 116,00	1 livro para matrícula escolar, 1.000 impressões de boletins escolares e 1 livro escolar.
Julho – J.A. Brentano	Cr\$ 4,00	1 livro escolar.
Agosto – Américo Mendes	Cr\$ 153,90	9 livros de chamada.
Setembro – J.A. Brentano	Cr\$ 26,00	2 livros de chamada.
Outubro – J.A. Brentano	Cr\$ 40,50	1 caixa de lápis, 1 folha de cartolina, 1 livro de chamada e 500 boletins impressos.
Novembro – J.A. Brentano	Cr\$ 63,00	2 livros, 2 folhas de papel, 200 boletins impressos, 18 cadernos de papel almaço, 6 caixas de lápis e mais duas dúzias de lápis.

Fonte: Elaborado a partir de Empenhos, despesas municipais (1943) - AGPMF.

Ao observar as aquisições ocorridas no decorrer de 1943, pode-se afirmar que ocorreram durante todo o ano e foram compras no comércio local, com exceção de uma, na Livraria Américo Mendes. Em alguns momentos, as compras de material escolar e material para expediente estiveram na mesma nota, o que pode ser percebido em um dos empenhos de quitação de material de expediente de 1943. Dentre os itens adquiridos no mês de agosto, constam: 2 livros de acentuação gráfica, 1 livro *Infância Escolar*, 1.000 folhas de papel, 2.000 folhas de papel jornal, 250 impressos de cartão de protocolo, 250 cópias de carteira-protocolo, 3 folhas de papel secante, 50 folhas de papel 33x44, 1 litro de tinta sardinha, 1.000 impressos sobre dívida ativa⁷⁷⁶. Certamente, os livros de acentuação gráfica e o livro *Infância Escolar* também se referem a compras de materiais escolares.

Com referência aos aluguéis de grupos escolares e aulas, temos o pagamento da locação do prédio onde funcionava o Grupo Escolar de São Marcos⁷⁷⁷, a aula estadual de Desvio Blauth⁷⁷⁸ e a aula isolada estadual de Emboaba⁷⁷⁹ (Nova Milano).

Quanto às despesas com exames e transportes, foram quitados apenas dois empenhos um no mês de novembro e um no mês de dezembro⁷⁸⁰. Os empenhos citam que estavam sendo conduzidos para as bancas o subprefeito e a orientadora de ensino. Como não foram localizados outros empenhos, não temos mais dados sobre os deslocamentos realizados no ano de 1943.

⁷⁷⁶ **Empenho nº 1000**, de 17 de agosto de 1943. Pagamento de material de expediente, no valor de Cr\$ 337,80 pagos, à J.A. Brentano. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁷⁷ Pagamentos feitos a Olímpio Venzon, no valor de Cr\$ 80,00 por mês.

⁷⁷⁸ Pagamentos a José Bondam, no valor de Cr\$ 35,00 por mês.

⁷⁷⁹ Pagamentos a Thodor Luiz Radaelli, no valor de Cr\$ 30,00 por mês.

⁷⁸⁰ **Empenho nº 1576**, de 26 de novembro de 1943. Pagamento de corrida de automóvel para conduzir a banca examinadora até a aula municipal de Linha Julieta, no valor de Cr\$ 50,00, a Itacyr Luchese. Despesa municipais (1943), AGPMF. **Empenho s/nº** de dezembro de 1943. Pagamento de gasolina e lubrificante para exames escolares, no valor de Cr\$ 42,50, à Francischini & Cia. Despesas municipais (1943), AGPMF.

A subvenção aos colégios confessionais continuou a ser paga no valor de Cr\$ 200,00 por mês e, em 1943, não temos mais o pagamento das professoras religiosas, isto é, neste ano o subsídio diminuiu. Recorda-se que, em setembro de 1942, o prefeito Antonio Pedroso Pinto assumiu a administração e a então adaptação, antes encontrada por Nelson Schneider, extinguiu-se.

Com a verba de manutenção da biblioteca, foram adquiridas várias obras. Dentre elas: *O poder soviético*, *Rio Grande do Sul imagem da terra gaúcha*, *Eu fui médico de Hitler* e *Vida rural e econômica*.

Quitadas com a verba prevista para despesas diversas, foram compradas cadernetas funcionais para o professorado municipal no mês de maio⁷⁸¹. Pode-se visualizar a seguir uma dessas cadernetas de trabalho, a da professora Izena Gobbato, emitida em 12 de julho de 1943.

Figura 59 - Caderneta de trabalho professora Izena Gobbato (1943 - 1946)

Republica dos Estados Unidos do Brasil

ASSENTAMENTOS INDIVIDUAIS DE FUNCIONÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE *Farroupilha*

ESTADO DE *Rio Grande do Sul* N.º *42*

Assentamentos Individuais de Funcionário
(Artigo 269 do Decreto-Lei Nacional N.º 1.713 de 28 de outubro de 1939)

Nome *Izena Gobbato*

Idade *29 anos* Data do nascimento *3 / 4 / 1922*

Naturalidade *Brasileira - Rio Grande do Sul*

Estado Civil *Casada* Quitação Militar *---*

Cargo *Professora Municipal* de *Farroupilha* de 1943

PREFEITO MUNICIPAL
Antonio Pedroso Pinto

Esta caderneta vale como prova de identidade para todos os efeitos (Artigo 269 do Decreto Lei Nacional N.º 1.713, de 28/10/1939).

NOTAS CROMATICAS

Cutis *Branca*

Cabelos *Castanhos*

Barba *---*

Bigodes *---*

Olhos *Castanhos*

Altura *---*

Marcas, cicatrizes, etc.: *Não tem*

Farroupilha 12 de *Julho* de 1943

PREFEITO MUNICIPAL
Antonio Pedroso Pinto

Fotografia do portador desta caderneta.

Tirada em *12 / 7 / 1943*

POLEGAR DIREITO

(Só é válida a caderneta quando a fotografia estiver autenticada)

Fonte: Acervo pessoal de Izena Gobbato.

⁷⁸¹ Empenho nº 496, de maio de 1943, no valor de Cr\$ 190,40.

Na capa, de cor vermelha, registra-se a finalidade da documentação através da inscrição: Assentamentos Individuais de Funcionário. As páginas iniciais identificam a professora com dados pessoais, fotografia e impressão digital. Conforme o termo de abertura do documento, pode-se afirmar que a caderneta era composta por 31 folhas rubricadas pelo prefeito em exercício, Antonio Pedroso Pinto.

Nas imagens a seguir, pode-se verificar como eram feitos os registros dos assentamentos.

Figura 60 - Caderneta de trabalho, registros de assentamento (1943 - 1946)

- 7 - Assentamentos que constam do registro da Prefeitura Municipal de <i>Farroupilha</i> Em 1-8-1940 por Ato n.º 238 foi nomeada professora municipal. Em 1-11-1941 foi exonerada do cargo de professora municipal. Em 15-3-1942 por Portaria n.º 64-8-1942 foi contratada para exercer o cargo de professora municipal. Por Portaria n.º 113-9-43, de 1-3-1943 foi contratada para exercer o cargo de professora municipal. Por Portaria n.º 153-9-1943, de 30-11-1943.	- 8 - foi dispensada das funções de professora municipal. Por Portaria n.º 168-10-44, de 15 de Fevereiro de 1944, foi contratada para exercer o cargo de professora municipal durante o mesmo ano. Por Portaria n.º 168-10-44, de 15 de Fevereiro de 1944, foi contratada para exercer o cargo de professora municipal durante o mesmo ano. Por Decreto de 1.º de abril de 1944, foi nomeada em
- 9 - caráter efetivo para o cargo de professora municipal. Por Decreto de 23 de abril de 1945 passou a exercer o cargo de professora padrão e - em caráter efetivo.	OBSERVAÇÕES Em 3 de Janeiro de 1946 jubilou e obtendo dispensa do curso de férias.

Fonte: Acervo pessoal de Izena Gobbato.

Conforme esses registros, a professora Izena foi nomeada em 1 de agosto de 1940 pelo ato 238 e exonerada em 1 de novembro de 1941. Em 15 de março de 1942, foi contratada, através da Portaria 64/8/1942, para o cargo de professora, o que ocorreu novamente em 1 de março de 1943, via Portaria 113/9/1943 e, ao final do ano, em 30 de novembro de 1943, via Portaria 153/9/1943, foi dispensada do cargo. Novamente contratada, em 1944, neste ano no dia 15 de fevereiro, via Portaria 168/10/1944 – registrada duas vezes, repetidamente, nos assentamentos –, e, via Decreto de 1 de abril de 1944, foi nomeada em

caráter efetivo como professora municipal. Por fim, por Apostila, em 23 de abril de 1945, passou ao cargo de professora padrão E.

A partir dos registros, percebe-se que falta a anotação de dispensa do contrato de 1942 e sobra um registro do contrato de 1944. Ao observar a letra, pode-se afirmar que duas pessoas realizaram os registros que são anteriores ao período de emissão da caderneta de trabalho, isto é, a primeira contratação da professora foi no ano de 1940, e a emissão da caderneta foi em julho de 1943. Dessa forma, é possível pensar que não tivessem sido feitos anteriormente porque as cadernetas profissionais, possivelmente, tenham sido implementadas ao longo deste ano. Porém, as memórias da professora Itália Benedetto sinalizam que não teve continuidade, ela recordou: “[...] *possuíam uma espécie de carteira de trabalho onde eram registrados os dados de sua vida profissional. Isso foi feito somente por 4 anos por causa do prefeito da época*”. (BENEDETTO, 1984).

Ainda a partir das menções pode-se compreender que, em determinados períodos, os professores eram contratados para o ano letivo e dispensados ao final do ano, e que somente a partir de 1944 a professora Izena foi nomeada como efetiva, alterando a forma de vínculo com o município. Por fim, uma das páginas da caderneta de trabalho destina-se às observações. No caso da professora Izena Gobatto, foi anotado que, em 3 de janeiro de 1946, não participou do curso de férias, pois teve seu pedido de dispensa concedido.

O investimento público nas cadernetas funcionais, além de garantir ao professor seus registros individuais, apresenta a preocupação em registrar a vida funcional para eventuais consultas, além de sistematizar essas contratações anuais na tentativa de manter as informações que facilmente poderiam se dispersar.

Também com a prevista verba para despesas diversas foram quitados os investimentos para as festividades da Semana da Pátria, dentre eles: impressão de programas⁷⁸², deslocamentos⁷⁸³, instalações de alto-falante⁷⁸⁴, valores despendidos com a

⁷⁸² **Empenho nº 1174**, de 16 de setembro de 1943. Pagamento de programas dos festejos da Pátria e impressos para a comissão municipal de preços. O empenho tem o valor total de Cr\$ 229,00, já a parte que se refere aos programas custou Cr\$ 60,00, pagos à J.A. Brentano. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁸³ **Empenho nº 1156**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de serviços prestados com automóvel durante a Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 50,00, a Itacyr Luchese. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁸⁴ **Empenho nº 1176**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de instalação de alto-falante na praça pública por ocasião das festividades da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 70,00, a Waldemar Carvalho. Despesas municipais (1943), AGPMF.

pira da Pátria⁷⁸⁵, altar da Pátria⁷⁸⁶, alimentação e bebidas⁷⁸⁷, foguetes⁷⁸⁸, uma sessão cinematográfica⁷⁸⁹, ornamentação da Vila Cajuru⁷⁹⁰, condução de autoridades em caminhões aos três distritos⁷⁹¹ e custas com a passagem do Fogo Simbólico no município⁷⁹².

Em relação aos investimentos realizados com a verba prevista para o Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância, continuaram ocorrendo a contribuição para o Natal da Criança Pobre, o auxílio para a sopa escolar concedida para os alunos do Grupo Escolar Farroupilha, a compra de tecidos para a confecção de agasalhos para alunos pobres⁷⁹³ e a aquisição de calçados. Por fim, ainda na tabela de pessoal variável, encontra-se o pagamento de 9 dias de serviços prestados na conservação do jardim que rodeava o prédio do Grupo Escolar Farroupilha⁷⁹⁴.

Em síntese, na previsão orçamentária para o exercício de 1943, o prefeito Antonio Pedroso Pinto fez a opção de manter os itens que já faziam parte da tabela da Instrução Pública e aumentou o valor previsto para tanto. Com isso, foram investimentos: a remuneração de professores, as gratificações (da orientadora de ensino e de uma professora

⁷⁸⁵ **Empenho nº 1162**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de azeite consumido pela pira da Pátria durante os festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 39,30, a Antonio Pedó. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁸⁶ **Empenho nº 1163**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de pregos para a construção do altar da Pátria, no valor de Cr\$ 6,00, a Emílio Weissheimer. **Empenho 1175**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de serviços de construção do altar da Pátria, no valor de Cr\$ 25,00, a Alfredo Zanonato. **Empenho 1159**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de materiais fornecidos para a construção do altar da Pátria, no valor de Cr\$ 40,00, pagos à Sociedade Madeireira. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁸⁷ **Empenho nº 1164**, de 13 de setembro de 1943. Pagamento de frios, cerveja e café oferecidos pela prefeitura a autoridades ao se iniciarem os festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 130,60, a Romulo Noro. **Empenho 1167**, de 13 de setembro de 1943. Pagamento de dois litros de vermute oferecidos a autoridades na prefeitura, por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 18,00, a Millo Ornaghi. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁸⁸ **Empenho nº 1166**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de foguetes estourados na Semana da Pátria no valor de Cr\$ 30,00 a João Farinon. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁸⁹ **Empenho nº 1168**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de sessão cinematográfica que a Prefeitura ofereceu à população da cidade por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 100,00, pagos à Fetter & Cia. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁹⁰ **Empenho 1316**, de 30 de setembro de 1943. Pagamento de ornamentação da Vila Cajuru pela ocasião das festividades da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 150,00, a Carlos Bach. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁹¹ **Empenho 1329**, de 8 de outubro de 1943. Pagamento de combustível dos caminhões que conduziram as autoridades aos 3 distritos rurais, por ocasião da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 408,50, à Dal Molin & Irmãos. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁹² **Empenho 1165**, de 14 de setembro de 1943. Pagamento de uma tocha de folha para a centelha do Fogo Simbólico, que seguiu de Farroupilha para Garibaldi, no valor de Cr\$ 6,00, a Pedro Duso. **Empenho 1336**, de 8 de outubro de 1943. Pagamento de combustível aos caminhões que transportaram os atletas que conduziram o Fogo Simbólico de Caxias – Farroupilha – Caí – Farroupilha – Garibaldi, no valor de Cr\$ 305,50, à Francischini & Cia. Despesas municipais (1943), AGPMF.

⁷⁹³ Aponta-se um auxílio concedido à parteira residente na cidade para atender parturientes indígenas. O registro é interessante para pensar a presença da população indígena no período.

⁷⁹⁴ **Empenho 140**, de 19 de fevereiro de 1943. Pagamento de 9 dias de serviço para manutenção do jardim do Grupo Escolar Farroupilha, no valor de Cr\$ 72,00, a José Coelho Rodrigues. Despesas municipais (1943), AGPMF.

por tempo de serviço), a aquisição de materiais escolares (livros, cartilhas de alfabetização, livros de reza etc.), a compra de materiais para escrituração escolar, o pagamento de aluguéis (1 grupo escolar e 2 aulas isoladas estaduais), a realização de exames, a subvenção aos colégios confessionais e a manutenção da biblioteca.

Já com verbas previstas para outros fins, foram adquiridas cadernetas de trabalho para as professoras, realizadas as comemorações da Semana da Pátria, feita a manutenção no jardim do Grupo Escolar Farroupilha, comprados calçados e tecidos para uniformes a alunos carentes e realizadas contribuições para a sopa escolar.

Os investimentos no ano de 1943 marcam ainda a mudança do sistema monetário, o aumento de verba para o pagamento de professores, o início da remuneração da orientadora de ensino, um fluxo recorrente ao longo do ano de compra de materiais escolares, além da manutenção da oferta de agasalhos e calçados para os alunos pobres do município, porém com um investimento menor do que na administração de Nelson Schneider.

A seguir, pode-se visualizar a organização orçamentária para a Educação durante o exercício de 1944, também elaborada sob responsabilidade da administração de Antonio Pedroso Pinto.

Tabela 23 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1944)

(continua)

Instrução Pública - escolas municipais – detalhamento dos itens	Valor Cr\$
8.33.0 Pessoal fixo	
a) Função gratificada à orientadora de ensino	1.200,00
b) Vencimento de uma professora	2.280,00
c) Vencimento de uma professora	1.800,00
d) Vencimento de uma professora	1.680,00
e) Vencimento de 14 professoras a Cr\$ 1.260,00 anuais	17.640,00
f) Vencimentos de 1 professora	1.560,00
g) Gratificação pró-labore	2.000,00
h) Gratificação da quarta parte a uma professora	300,00
8.33.1 Pessoal variável	
a) Admissão de 30 professoras contratadas a Cr\$ 1.260,00 anuais	37.800,00
b) Vencimentos de três auxiliares de ensino a Cr\$ 840,00 anuais	2.520,00
c) Professoras substitutas	2.000,00
8.33.3 Material de consumo	
a) Aquisição de material didático	1.500,00
8.33.4 Despesas diversas	
a) Aluguéis de grupos e aulas	2.000,00
8.34.4 Despesas diversas	
Manutenção da biblioteca	1.000,00

(conclusão)

Instrução Pública - escolas municipais – detalhamento dos itens	Valor Cr\$
8.38.4 Subvenções escolares	
Ordinária – Despesas diversas	
Contribuição às escolas particulares de Emboaba e Caravaggio	4.800,00
Total	80:080\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁷⁹⁵ (1943).

A estrutura da tabela de orçamento para a Instrução Pública apresenta mudanças para o exercício de 1944. No item pessoal fixo, notam-se a previsão de verba para a função gratificada exercida pela orientadora de ensino, diferentes remunerações entre as professoras, a gratificação pró-labore e a gratificação da quarta parte de uma professora. Já o pessoal variável, prevê verbas para o pagamento de professores contratados, auxiliares de ensino e professores substitutos. Ficam na condição de contratados 30 professores e, como pessoal fixo, apenas 18 professores. Não existe um documento que explique as diferenças salariais ou a decisão de alocar a maioria dos professores no pessoal variável. O que se pode afirmar é que os professores contratados no ano anterior, 1943, foram dispensados a partir de 1 dezembro e foram contratados novamente a partir de 1 de janeiro de 1944, como citado nos registros da caderneta de trabalho da professora Izena Gobbato.

Os empenhos apresentam 59 profissionais remunerados no ano de 1944, como professores efetivos, contratados, substitutos ou auxiliares de ensino. Em sua grande maioria (efetivos, contratados e substitutos), foram remunerados mensalmente em Cr\$ 105,00, com exceção de quatro professoras, consideradas pessoal fixo, que recebiam de Cr\$ 130,00 a Cr\$ 190,00 por mês. Às auxiliares de ensino a remuneração foi mantida em Cr\$ 70,00, e as gratificações pró-labore continuaram a ser concedidas a professores que lecionassem temporariamente em dois turnos, no valor de Cr\$ 50,00 mensais.

A partir de setembro, os professores efetivos, substitutos e auxiliares de ensino começaram a receber, além do salário, um abono provisório. Os pagamentos foram retroativos aos meses de julho e agosto e correspondiam a Cr\$ 30,00 por mês, o que significa um implemento de verba que foi prevista em outra tabela na despesa designada como Abono provisório concedido na forma legal. A orientadora de ensino recebeu a gratificação de Cr\$ 100,00 por mês, e, neste ano, ainda recebeu um valor adicional de Cr\$ 600,00 pelo pagamento de 20 diárias a que teve direito por frequentar as reuniões de estudos do Centro de Pesquisas e Orientação Educacional na capital do Estado.

⁷⁹⁵ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 47**, de 20 de novembro de 1943. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1944. Prefeito Antonio Pedroso Pinto, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

O cargo de orientadora de ensino configurou-se em uma funcionária pública estadual atuando de forma gratificada no âmbito municipal. Tal situação, por vezes, causou dúvidas à administração municipal. Uma delas foi justamente o valor da gratificação mensal devido à orientadora. Por isso, foi consultado o delegado regional de ensino para sanar tal questão. Ele informou, a título de exemplo, que o município de Flores da Cunha pagaria a sua orientadora de ensino Cr\$ 100,00 mensais⁷⁹⁶. Assim, percebe-se que o valor a ser pago gerou dúvidas e consultas e que os municípios não tiveram uma prescrição nesse sentido.

A outra dúvida foi o pagamento das diárias, momento em que foram solicitados esclarecimentos à Diretoria das Prefeituras Municipais em Porto Alegre⁷⁹⁷. Albertina Cibelli esteve na capital, de 21 de junho a 10 de julho de 1944, participando das citadas reuniões⁷⁹⁸. Ao responder o questionamento da Prefeitura Municipal de Farroupilha, o Departamento das Prefeituras Municipais admite ser uma dúvida pertinente, pois, além de se tratar de uma funcionária estadual, não existia disposição legal a respeito e não dispunha o município de verba orçamentária prevista para atender a essas despesas. Mesmo assim, argumenta que

é sabido que quando funcionário realiza viagens no cumprimento de seu cargo e cumprindo determinação superior, seja-lhe paga diária e ainda ajuda de custo. Entendemos que, desde uma vez que a orientadora do ensino, professora Albertina Cibelli, foi convocada para assistir reuniões promovidas pela Secretaria de Educação, assiste-lhe pelo menos por equidade, direito à percepção de diárias⁷⁹⁹.

O documento ainda enfatiza a importância do comparecimento da professora nas reuniões para a Educação.

Não se deve ocultar o sentido da missão que foi entregue à orientadora de ensino municipal de Farroupilha, quando foi convocada para tomar parte nas palestras pedagógicas. O Brasil, dentro de seus problemas fundamentais, tem um de grande transcendência: a educação popular. País com uma percentagem tão alta de analfabetos não pode descuidar a educação da infância. O Rio Grande do Sul tem também o seu problema – educacional. Tudo o que se fizer a seu favor não é o bastante; e tudo o que se gastar ainda é pouco⁸⁰⁰.

⁷⁹⁶ **Comunicado** de Luiz Antônio Dalbem, delegado regional de ensino, para Nelson Schneider, prefeito, 3 de setembro de 1942. CER/AGPMF.

⁷⁹⁷ **Correspondência 999-10-1944**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a Diretoria das Prefeituras Municipais. Solicita esclarecimento sobre pagamento de diárias para orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁷⁹⁸ **Solicitação** de pagamento de diárias de Albertina Cibelli, orientadora de ensino, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 19 de julho de 1944. CER/AGPMF.

⁷⁹⁹ **Comunicado** s/nº de Santuza T. Soares, da 3ª seção do Departamento das Prefeituras Municipais, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 1 de agosto de 1944. Orienta o pagamento de diárias à orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁸⁰⁰ **Comunicado** s/nº de Santuza T. Soares, da 3ª seção do Departamento das Prefeituras Municipais, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 1 de agosto de 1944. Orienta o pagamento de diárias à orientadora de ensino. CER/AGPMF.

Após a argumentação sobre como as reuniões pedagógicas configuravam uma contribuição para a resolução de um problema educacional – analfabetismo –, é imposto ao município que se responsabilize pelo pagamento das diárias e outros investimentos que possam ser solicitados. Por fim, instrui: “[...] se não há verba para pagar – as diárias à professora Albertina Cibelli, deve o senhor prefeito calcular o quantum e liquidá-lo em forma de crédito especial, dentro dos recursos orçamentários que tiver à mão.”⁸⁰¹.

A 2ª seção do Departamento das Prefeituras Municipais também emitiu parecer sobre a situação e, no mesmo sentido, expõe que

Como solução de emergência, enquanto não se fixar, por um convênio entre Estado e Município, os direitos e as vantagens das orientadoras de ensino municipal, o Conselho Administrativo tem admitido a abertura de crédito especial, destinado ao pagamento de diárias às referidas funcionárias⁸⁰².

Assim, foi endossada a abertura de crédito especial, dado o sentido e significado à participação da orientadora de ensino nas reuniões: “[...] os cursos promovidos pela Secretaria de Educação visam aparelhar melhor as professoras ao desempenho da orientação educacional, a qual é de imediato interesse municipal”⁸⁰³. Por fim, a quitação dos Cr\$ 600,00 foi paga com a verba prevista em diárias a funcionários em serviço e, por isso, não foi necessária a abertura de crédito especial⁸⁰⁴. Outro investimento realizado em decorrência da inserção da orientadora de ensino no município foi seu deslocamento até as aulas quando necessário⁸⁰⁵, o que não ocorreu sem tensionamentos em virtude do elevado custo que isso refletia.

A verba para compra de material didático teve um aumento de 50% em relação ao ano anterior e são elencadas as aquisições no quadro a seguir.

⁸⁰¹ **Comunicado** s/nº de Santuza T. Soares, da 3ª seção do Departamento das Prefeituras Municipais, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 1 de agosto de 1944. Orienta o pagamento de diárias à orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁸⁰² **Processo 4314/25.35.44**. Comunicado da 2ª seção do Departamento das Prefeituras Municipais (Francisco Juruena) para o prefeito Antonio Pedroso Pinto em 12 de setembro de 1944. Orienta o pagamento de diárias à orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁸⁰³ **Processo 4314/25.35.44**. Comunicado da 2ª seção do Departamento das Prefeituras Municipais (Francisco Juruena) para o prefeito Antonio Pedroso Pinto em 12 de setembro de 1944. Orienta o pagamento de diárias à orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁸⁰⁴ **Informação do processo nº 4344-25.35.44**, da Prefeitura Municipal de Farroupilha para o Departamento das Prefeituras Municipais em 22 de setembro de 1944. Comunica o pagamento de diárias à orientadora de ensino. CER/AGPMF.

⁸⁰⁵ **Empenho** s/nº de novembro de 1944. Pagamento de transporte em automóvel da orientadora Albertina Cibelli em um percurso de 52 quilômetros, no valor de Cr\$ 120,00, a Giacomo Mandelli Sobrinho. Despesas municipais (1944), AGPMF.

Quadro 26 - Aquisição de materiais escolares (1944)

Mês da aquisição/fornecedor	Valor	Materiais escolares adquiridos
Maio – Livraria Brentano	Cr\$ 186,00	20 cadernos, 6 livros de chamada e 30 folhas de papel.
Junho – Livraria Brentano	Cr\$ 53,00	500 folhas de papel branco, 2 vidros de goma arábica e 1 metro de papel.
Agosto – Livraria Brentano	Cr\$ 64,00	1 fita para máquina de escrever, 2 livros de chamada e 3 livros <i>Infância 1ª</i> .
Outubro – Livraria Brentano	Cr\$ 116,40	5 livros de chamada, 2 dúzias de lápis, 2 dúzias de borrachas, 1 fita para máquina de escrever.
Novembro – Livraria Brentano	Cr\$ 104,00	1 livro <i>Nosso Brasil</i> , 2 cadernos de papel almaço, 1.000 folhas de papel em branco.
Dezembro – Casa Merlin	Cr\$ 320,00	100 lápis, 100 borrachas, 500 cadernos de linha simples, 10 livros <i>Infância 1ª</i> .
Dezembro – Livraria Brentano	Cr\$ 234,80	1.000 folhas de papel em branco, 2 folhas de mata-borrão, 1 caixa de penas, 10 vidros de tinta pequenos, 10 canetas, 100 penas de aço, 10 livros escolares <i>Infância 2ª</i> , 8 registradores rápidos e 1 livro de atas.

Fonte: Elaborado a partir de empenhos, despesas municipais (1944), AGPMF.

Assim como no ano anterior, repetem-se aquisições ao longo do ano, e, em dezembro, tem-se uma significativa compra, o que pode sinalizar a tentativa de utilizar a maior parte possível da verba disponível para compra dos materiais escolares e que poderiam ser utilizados no ano letivo seguinte. A compra dos itens é realizada em dois comércios locais, na Livraria Brentano e na Casa Merlin.

O valor dos aluguéis foi destinado ao pagamento das locações do Grupo Escolar de São Marcos (Cr\$ 80,00 mensais pagos a Olímpio Venzon); da aula estadual isolada de Emboaba (Cr\$ 30,00 mensais pagos a Luiz Marcos Gervasoni); e da aula isolada estadual de Desvio Blauth (Cr\$ 50,00 mensais pagos a Kurt Haupt).

A subvenção destinada aos Colégios Santa Cruz e Nossa Senhora de Caravaggio mantiveram-se em Cr\$ 200,00, pagos mensalmente. E a verba destinada à biblioteca foi utilizada na compra de um armário de 8 portas⁸⁰⁶ e de algumas obras como *Missão a Tóquio*, *O Pão Nosso* e *A urbes e seus problemas*.

A contribuição para a sopa escolar do Grupo Escolar Farroupilha foi mantida no valor de Cr\$ 60,00 mensais, quitada com a verba prevista para o Amparo à maternidade e

⁸⁰⁶ **Empenho nº 2063**, de 26 de dezembro de 1944. Pagamento de um armário e um lustro nos móveis da biblioteca, no valor de Cr\$ 400,00, a Alexandre Barteale. Despesas municipais (1944), AGPMF.

assistência à infância, assim como o fornecimento de uniforme para os alunos pobres, matriculados nas aulas municipais⁸⁰⁷.

Outros investimentos realizados e que se referem à Educação são o reparo nos degraus feitos no prédio que ocupa o Grupo Escolar de Vila Jansen⁸⁰⁸, quitado com parte da verba prevista para conservação de próprios e o pagamento da terraplenagem do local onde seria o pátio do Colégio São Tiago, solicitado pela comissão de construção⁸⁰⁹, como se pode ler a seguir.

Como é do conhecimento de vossa senhoria encontram-se em adiantado andamento as obras da construção do edifício do futuro ginásio municipal. Atualmente estamos empenhados, além de outros trabalhos, na terraplanagem para o pátio do estabelecimento em cujo trabalho despenderemos aproximadamente a importância de Cr\$ 1.000,00. Levando em consideração que a construção do ginásio está sendo executada com o levantamento de um vultoso empréstimo popular, razão essa que determina a maior economia possível, venho solicitar a V.S. a concessão de auxílio equivalente à importância necessária para adaptação do pátio⁸¹⁰.

Diante da solicitação, foi concedido o auxílio dos Cr\$ 1.000,00 solicitados, utilizando-se a verba prevista na Tabela de Obras e melhoramentos públicos, mais especificamente na Conservação de ruas – pessoal de obras.

Com recursos não previstos no orçamento para a Educação, ainda foram pagos, com numerário da Tabela Despesas diversas, uma sessão cinematográfica que a prefeitura ofereceu aos alunos do Grupo Escolar da Vila Jansen que estiveram presentes em excursão instrutiva⁸¹¹ e o registro fotográfico da conclusão do curso de aperfeiçoamento da formação de professores⁸¹². Também houve investimentos nas festividades da Semana da Pátria:

⁸⁰⁷ **Empenhos** de julho de 1944. Compra de tecidos (6 metros de brim, 6 metros de linon azul, 12,70 metros de linon branco e 13,50 metros de pelúcia), no valor total de Cr\$ 198,50, pago à Antonio Covolan e João Farinon Despesas municipais (1944), AGPMF. **Empenho** de agosto de 1944. Pagamento de 3 pares de tênis, 4,5 metros de mercilda, 2 metros de brim e 2,2 metros de linon, no valor de Cr\$ 68,20, a João Farinon.

⁸⁰⁷ **Empenho s/nº** de junho de 1944. Pagamento de reparo em degraus de pedra no Grupo Escolar Cajuru, no valor de Cr\$ 170,00, a Humberto de Cezaro. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸⁰⁸ **Empenho s/nº** de junho de 1944. Pagamento de reparo em degraus de pedra no Grupo Escolar Cajuru, no valor de Cr\$ 170,00 pagos à Humberto de Cezaro. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸⁰⁹ **Empenho nº 2064**, de 28 de dezembro de 1944. Pagamento de terraplenagem para a construção do Colégio São Tiago, no valor de Cr\$ 1.000,00, pago a Arcangelo Milesi, presidente da Comissão de Construção do Ginásio São Tiago. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹⁰ **Correspondência** de Arcangelo Milesi para Antonio Pedroso Pinto, 18 de dezembro de 1944. Pede auxílio para terraplenagem do terreno em construção do Ginásio São Tiago. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹¹ **Empenho nº 1054**, de 19 de julho de 1944. Pagamento de sessão cinematográfica para alunos do GRUPO Escolar Cajuru, no valor de Cr\$ 60,00, à Fetter & Cia. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹² **Empenho s/nº** de maio de 1944. Pagamento de fotografias do curso de férias dos professores municipais, no valor de Cr\$ 136,00, a Carlos Ayres. Despesas municipais (1944), AGPMF.

contribuição para o baile⁸¹³, impressão de programas⁸¹⁴, deslocamentos⁸¹⁵, uma sessão cinematográfica na noite de 7 de setembro⁸¹⁶, ornamentação⁸¹⁷, registros fotográficos⁸¹⁸, alimentação⁸¹⁹ e organização das festividades nos distritos⁸²⁰. Para a passagem do Fogo Simbólico, foi feita a manutenção da pira da Pátria⁸²¹ e realizado o transporte de atletas que conduziram a tocha até o município de Garibaldi⁸²².

Em suma, a tabela de orçamento prevista na lei de orçamento, para o exercício de 1944, apresentou adequações, em especial, ao que se referia ao pagamento dos professores, incluiu na previsão ainda o pagamento da gratificação da orientadora de ensino e o pagamento de auxiliares de ensino. Nota-se também que as despesas de exames e deslocamentos das bancas examinadoras foram extintas da previsão orçamentária para este ano, o que sinaliza outras formas de organizar a banca examinadora ou mesmo os deslocamentos.

⁸¹³ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de contribuição da prefeitura para a realização do baile em comemoração aos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 100,00, à comissão promotora. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹⁴ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de impressão de 600 boletins e 800 programas, no valor de Cr\$ 190,00, à J.A. Brentano. Despesas municipais, AGPMF.

⁸¹⁵ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento por diversas corridas de automóvel por ocasião dos festejos da Semana da Pátria conforme nota anexa. Dia 31 de agosto - 3 km na sede do município conduzindo o sr. Tenente Armando Silva, que preparou a chegada do Fogo Simbólico. Dia 31 de agosto - 69 km a Garibaldi e Bento Gonçalves, conduzindo a comissão que acompanhou o Fogo Simbólico. Dia 2 de setembro - 16 km - Vila Emboaba (Nova Milano) conduzindo as senhoras Ondina G. Pinto, Dina Batista e Albertina Cibelli e Tte. Silva. Dia 3 de setembro - 24 km - Rio Burati conduzindo a comissão que foi assistir aos festejos naquela localidade. Dia 3 de setembro - 8km de Rio Burati a Cajuru conduzindo o sr. subprefeito e escrivão daquele distrito, no valor de Cr\$ 240,00, pago a Itacyr A. Luchese. Empenho de setembro de 1944. Pagamento de 1 caixa de querosene, 40 litros de gasolina e 4 litros de óleo, no valor de Cr\$ 215,20, a Franscischini & Cia. Empenho de setembro de 1944. Pagamento de 1 corrida a Monte Bérico, no valor de Cr\$ 70,00, a Isidoro Marcheto. Empenho de 22 de dezembro de 1944. Pagamento de 1 viagem de Linha Palmeiro a esta cidade transportando os alunos da aula municipal daquela linha, que vieram tomar parte nos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 40,00, a Antonio Marchett. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹⁶ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento com a exibição de filmes em 7 de setembro, no valor de Cr\$ 100,00, à Fetter & Cia. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹⁷ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de 30 bandeiras de pano, no valor de Cr\$ 20,00, pagos à L. Merlin & Filho. **Empenho** de setembro de 1944. Pagamento de ¼ de metro de fita e 1 metro de mercilda no valor de Cr\$ 7,00. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸¹⁸ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de fotografias de Monte Bérico, no valor de Cr\$ 105,00, a Carlos Ayres. **Empenho nº 1927**, de 20 de dezembro de 1944. Pagamento de chapas apanhadas de diversas festividades da Semana da Pátria (chapas do Grupo Escolar e do cinema), no valor de Cr\$ 100,00, a Carlos Ayres.

⁸¹⁹ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de cafés com pão, salame e queijo à guarda dos festejos da Semana da Pátria. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸²⁰ **Empenho nº 1849**, de 1 de dezembro de 1944. Pagamento de auxílio para as festividades da Semana da Pátria de 1944 levadas a efeito na localidade de Monte Bérico, no valor de Cr\$ 100,00, à Comissão Organizadora da Semana da Pátria em Monte Bérico. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸²¹ **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de 5 archotes, 1 refletor e 1 caldeirão para o Fogo Simbólico na pira da Pátria, no valor de Cr\$ 164,00, a José Reginato. Despesas municipais (1944), AGPMF.

⁸²² **Empenho** s/nº de setembro de 1944. Pagamento de uma corrida de caminhão, no valor de Cr\$ 160,00, a Silvio F. Colongese. Despesas municipais (1944), AGPMF.

Com a verba prevista para a Instrução Pública, houve investimentos na remuneração de professores (efetivos, contratados e substitutos), no pagamento de auxiliares de ensino, no custeio de gratificações (orientadora de ensino, pró-labore, por tempo de serviço), nos abonos provisórios (professores e auxiliares), na compra de materiais escolares (livros, cadernos etc.), no pagamento de aluguéis (1 grupo escolar e 2 aulas isoladas), no repasse da subvenção aos colégios confessionais e na manutenção da biblioteca pública.

Com verbas provenientes de outras tabelas, ainda foram feitos outros investimentos: diárias para a orientadora de ensino e transporte de automóvel para que ela visitasse as aulas municipais; contribuição para a sopa escolar; pequenos reparos no prédio que ocupava o Grupo Escolar da Vila Jansen; auxílio na construção do prédio do Colégio São Tiago (terraplenagem); atividades culturais (sessão de cinema); registros fotográficos do curso de aperfeiçoamento de professores; e solenidade da Semana da Pátria.

A seguir, apresenta-se a previsão de orçamento para o exercício de 1945, ainda sob responsabilidade de elaboração da administração de Antonio Pedroso Pinto, assinada em 24 de novembro de 1944, porém foi executada pelo prefeito Raul Cauduro, que assumiu o cargo em 30 de dezembro deste mesmo ano.

Tabela 24 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1945)

(continua)

Instrução Pública - escolas municipais – detalhamento dos Itens	Valor Cr\$
8.33.0 Pessoal fixo	
a) Função gratificada à orientadora de ensino	1.200,00
b) Vencimento de uma professora	2.800,00
c) Vencimento de uma professora	1.800,00
d) Vencimento de uma professora	1.680,00
e) Vencimento de duas professoras	3.120,00
f) Vencimento de 13 professoras a Cr\$ 1.260,00 anuais	16.380,00
g) Gratificação pró-labore	2.000,00
h) Gratificação da quarta parte a uma professora	300,00
8.33.1 Pessoal variável	
a) Admissão de 30 extranumerários menselistas a Cr\$ 1.260,00 anuais	37.800,00
b) 3 extranumerários menselistas a Cr\$ 840,00 anuais	2.520,00
c) Professoras substitutas	2.000,00
8.33.3 Material de consumo	
a) Aquisição de material didático	1.500,00
8.33.4 Despesas diversas	
a) Aluguéis de grupos e aulas	2.000,00
8.34.2 Biblioteca Pública Municipal	
Material permanente	
Aquisição de livros, jornais e revistas.	2.340,00

(conclusão)

Instrução Pública - escolas municipais – detalhamento dos Itens	Valor Cr\$
8.38.4 Subvenções escolares	
Ordinária – Despesas diversas	
1) Contribuição às escolas particulares de Emboaba e Caravaggio	4.800,00
2) Subvenção destinada ao fiscal federal do Ginásio Municipal	12.000,00
Total	93:720\$000

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁸²³ (1944).

A estrutura da tabela orçamentária para o exercício de 1945 mantém-se a mesma do ano anterior, sendo acrescida apenas a verba destinada à subvenção ao Ginásio Municipal São Tiago. Em relação aos valores previstos, foram aumentadas as verbas para o pagamento de pessoal fixo e à manutenção da biblioteca; já os demais itens apresentam uma permanência dos valores.

Os empenhos pagos aos professores apresentam 57 profissionais remunerados no ano de 1945, dentre professores efetivos, substitutos e auxiliares de ensino, com remuneração de Cr\$ 105,00 para professores efetivos e substitutos, e Cr\$ 70,00 para auxiliares de ensino; no entanto, há exceções: 5 professoras do pessoal fixo recebem entre Cr\$ 130,00 a Cr\$ 190,00.

As gratificações pró-labore continuam ocorrendo justificadas por lecionarem alguns professores, por algum período, em dois turnos, tendo, dessa forma, direito ao proporcional a Cr\$ 50,00 por mês. Outra permanência são os abonos provisórios no valor de Cr\$ 30,00 mensais pagos a professores efetivos, substitutos e auxiliares de ensino até o mês de março, com verba prevista para este fim, e denominada como abono provisório concedido na forma legal e reorganização do quadro de funcionários. Isso muda em abril, como se visualiza na imagem a seguir, que coloca lado a lado dois empenhos do pagamento da folha da professora Deotília Gaziraghi dos meses de março e abril de 1945.

⁸²³ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 69**, de 24 de novembro de 1944. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1945. Prefeito Antonio Pedroso Pinto, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

Figura 61 - Empenhos da folha de pagamento de professores (1945)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
Documento n.º 383
Caixa Fis. 64 e 68
FOLHA DE PAGAMENTO DE 24 de Março de 1945

De (o) Sr (a) Destilla Gasiraghi
Códigos: Residente em: Ribeirão
- 220 / 8.33.1 - a) -
- 64 / 8.93.0 - a) -

	IMPORTÂNCIA
Seus vencimentos correspondente ao mês de MARÇO do corrente ano, na qualidade de Extranumerária mensalista -	Cr\$. 105,00
- 64 / 8.93.0 - a) -	
Abono provisório correspondente ao mês de MARÇO do corrente ano,-	Cr\$. 30,00
Total	Cr\$. 135,00

CONTADOR: [Assinatura]
PAGUESE: Paul Paudy Prefeito

Recebi a quantia de Ceto e trinta cinco cruzeiros pagamento integral da conta acima referida.
Farroupilha, 24 de Março de 1945.
Destilla Gasiraghi

VISTO
Em 24 de Março de 1945
[Assinatura]
Diretor da Instrução Pública Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARROUPILHA
Documento n.º 432
Caixa Fis. 47
FOLHA DE PAGAMENTO DE 25 de Abril de 1945

De (o) Sr (a) Destilla Gasiraghi
Códigos: Residente em: Ribeirão
ORDENAMENTO
Decreto-Lei nº 70, de 23/4/1945
- 220 / 8.33.0 - a) -

	IMPORTÂNCIA
Seus vencimentos correspondentes ao mês de ABRIL do corrente ano, na qualidade de professora (e)	Cr\$. 150,00
Diferença de vencimentos correspondentes aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março do corrente ano,	Cr\$. 45,00
Total	Cr\$. 195,00

CONTADOR: [Assinatura]
PAGUESE: Paul Paudy Prefeito

Recebi a quantia de Ceto e noventa e cinco cruzeiros pagamento integral da conta acima referida.
Farroupilha, 25 de Abril de 1945.
Destilla Gasiraghi

VISTO
Em 25 de Abril de 1945
[Assinatura]
Diretor da Instrução Pública Municipal

Fonte: Despesas municipais (1945), AGPMF.

A mudança marca a reorganização do salário dos professores junto a uma adequação para realizar o pagamento, que gere um expressivo aumento de verba implementado durante o ano de 1945. Diante disso, nota-se a importância de uma análise ampliada para além da lei de orçamento, pois, se não tivessem sido observados os empenhos, a referida alteração passaria despercebida nesse ano. A partir do mês de abril, observa-se um aumento na remuneração dos professores que passam a receber Cr\$ 150,00, Cr\$ 200,00 ou Cr\$ 250,00, de acordo com critérios estabelecidos por entrâncias: 1ª entrância (c), 2ª entrância (e) e 3ª entrância (g), respectivamente. A remuneração do mês de abril pagou também a diferença de salário retroativo aos meses de janeiro, fevereiro e março, descontando o já recebido como abono provisório. Então, por exemplo, uma professora que tinha recebido no mês de janeiro, fevereiro e março os Cr\$ 105,00 (remuneração mensal) acrescidos de Cr\$ 30,00 (abono provisório) passou a receber Cr\$ 150,00 no mês de abril, e de diferença salarial recebeu Cr\$ 45,00, referente ao que faltou para chegar aos Cr\$ 150,00 nos três primeiros meses do ano.

Como decorrência disso, houve uma implementação de verba além do previsto para remunerar os professores, que, apesar não constar na lei de orçamento, foi feita a título de crédito especial neste ano, conforme o Decreto Lei nº 70, de 24 de março de 1943. Essas informações puderam ser visualizadas nos empenhos analisados. Observa-se, por fim, que as professoras substitutas passaram a ser remuneradas pelo padrão (c), Cr\$ 150,00 mensais.

Em relação à gratificação concedida à orientadora de ensino, o valor não se alterou, foram pagos Cr\$ 100,00 no decorrer de todo ano, e, somente no mês de dezembro, conforme Decreto-Lei 89⁸²⁴, recebeu a diferença devida ao longo do ano, um total de Cr\$ 1.200,00. Na esteira da reorganização de quadros e salários, nota-se que Angelo Venzon Neto fez jus ao cargo de Inspetor (padrão F), com a remuneração de Cr\$ 800,00 mensais, quitados também com crédito especial.

Com a verba destinada à compra de material didático, localizam-se a impressão de boletins⁸²⁵, em uma nota; e, em outra, no mês de dezembro: 1 caixa de borracha escolar; 2 dúzias de caneta escolar; 1 grossa de lápis de cor; 500 cadernos escolares; 4 livros de chamada; 18 livros *Nosso Brasil*; 20 cadernos de papel almaço; 1 fita para máquina de escrever; 2 borrachas; 2 lápis para cópia extraduro; 4 lápis bicolor; 6 lápis pretos nº 2 Faber; 1 vidro de tinta carimbo roxo; 4 livros *Ler Brincando*; 7 livros *Primeira Infância*⁸²⁶.

Com a dotação orçamentária para aluguéis foram mantidos locados os prédios para o funcionamento da aula isolada estadual de Desvio Blauth (Cr\$ 50,00/mês), do Grupo Escolar de São Marcos (Cr\$ 80,00/mês) e da aula isolada estadual de Emboaba – Nova Milano (Cr\$ 75,00/mês). Continuaram sendo pagas as subvenções aos colégios confessionais Nossa Senhora de Caravaggio e Santa Cruz no valor de Cr\$ 200,00. Já com o numerário reservado para a manutenção da biblioteca, observa-se a assinatura de jornais e revistas, como o Diário de Notícias (Porto Alegre), Revista Vida Rural e Econômica e Revista Vida Policial.

Ao analisar outros investimentos que não foram previstos na lei de orçamento, nota-se mais um pedido feito pelo presidente da Comissão de Construção do Ginásio, Archangelo Milesi, em dezembro de 1944, ao ainda prefeito Antonio Pedroso Pinto.

Pelo presente peço permissão para apresentar a proposta abaixo, para remoção de terra da rua defronte ao Ginásio Municipal nas seguintes condições: Esta comissão

⁸²⁴ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 89**, 31 de dezembro de 1945. Concede pagamento de diferença salarial à orientadora de Ensino. Livro Decretos Leis, anos de 1936 a 1947. SGDH.

⁸²⁵ **Empenho** s/nº de maio de 1945. Pagamento de 1.000 impressões de boletins escolares, no valor de Cr\$ 100,00, à J.A. Brentano. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸²⁶ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de material escolar, no valor de Cr\$ 657,00, à J.A. Brentano. Despesas municipais (1945), AGPMF.

se compromete a remover a terra numa extensão de 11 metros de frente por 44 de fundos e 2,80 de altura, num total de 1.243,20 m³ à razão de Cr\$ 6,00 o metro perfazendo, assim a importância de Cr\$ 7.459,20. O trabalho será iniciado imediatamente e terminado dentro do prazo de 120 (cento e vinte dias) a contar da data da aceitação desta proposta. Os casos de força maior, explicáveis, serão levados em conta para prorrogação deste prazo. Toda terra a ser removida (1.243,20 m³) deverá ser colocada na rua Rui Barbosa, nos lugares que forem sendo indicados pela prefeitura, a quem cabe, exclusivamente, a fiscalização deste serviço⁸²⁷.

Com o serviço concluído no dia 1 de fevereiro de 1945, novamente Arcangelo Milesi assim o comunica, solicita a fiscalização e o pagamento do auxílio. Concedido, já na administração de Raul Cauduro, foi quitado no mês de março de 1945, com a dotação orçamentária prevista para a conservação de ruas.

Os investimentos na Semana da Pátria, quitados com a verba antevista para despesas diversas, foram destinados à construção do palanque oficial⁸²⁸, pira⁸²⁹, pólvora⁸³⁰, banda da Brigada Militar⁸³¹, materiais diversos⁸³², tochas⁸³³, exibição de filmes em sessões cinematográficas⁸³⁴, passagem do Fogo Simbólico⁸³⁵ e transporte de alunos⁸³⁶.

⁸²⁷ **Correspondência** de Archangelo Milesi, presidente da comissão de construção do Ginásio São Tiago, para Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 11 de dezembro de 1944. Solicita verba para retirar terras, no valor de 7.459,20. Correspondência anexa nas despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸²⁸ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de materiais para construção do palanque para a Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 59,50, à Sociedade Madeireira Farroupilha. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸²⁹ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento do conserto dos latões da pira, no valor de Cr\$ 5,00, a Pedro Dosso. **Empenho** de novembro de 1945. Pagamento de 2 latas de querosene para a tocha e pira e papel crepom, no valor de Cr\$ 136,80, a Angelo Barteles. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³⁰ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de 1 lata de pólvora, no valor de Cr\$ 90,00, pagos à A. Ruaro. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³¹ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de hospedagem da banda da Brigada Militar (hospedagem, jantar e cervejas), no valor de Cr\$ 654,90, ao Grande Hotel Brasil. **Empenho** de novembro de 1945. Pagamento de duas viagens a Porto Alegre para buscar e levar a banda da Brigada Militar; uma viagem com o Fogo Simbólico, duas viagens a Santa Rita para a prova de regatas e duas viagens a Emboaba, no valor de Cr\$ 1.550,00, à Empresa Rombaldi e Puhl. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³² **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de 13 rolos de papel para Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 23,40, à A. Ruaro. **Empenho** de novembro de 1945. Pagamento de 85 latas de areia grossa, 15 latas de areia fina e 1 lata de azeite, no valor de Cr\$ 198,40, a Pedro Antonello Filho. **Empenho** de materiais diversos utilizados na Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 4,00, pago a João Farinon. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³³ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de estopa para tochas por ocasião da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 14,00, à Franscischini & Cia. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³⁴ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de exibição de filmes, sessões cívicas em 4 e 6 de setembro de 1943, no valor de Cr\$ 150,00, pagos à Fetter & Cia (Cine Guarani). Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³⁵ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de uma corrida de automóvel conduzindo o Fogo Simbólico até Garibaldi, no valor de Cr\$ 80,00, a Ampelio Casarin. Despesas municipais (1945), AGPMF.

⁸³⁶ **Empenho** s/nº de novembro de 1945. Pagamento de 2 viagens, ida e volta, de caminhão até Nova Milano, conduzindo escolares, por ocasião da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 100,00, a Alexandre Fontanella. Despesas municipais (1945), AGPMF.

Em relação aos recursos do Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância foi mantido o valor destinado à sopa escolar, Cr\$ 60,00, e não foram localizados indícios de compra de tecidos para uniformes escolares neste ano.

Ao sintetizar o que caracteriza os investimentos no exercício de 1945, aponta-se que o prefeito Raul Cauduro recebeu a previsão orçamentária já elaborada ao assumir em dezembro de 1944. Assim, as adequações ao longo do ano contaram com créditos especiais. A estrutura da tabela para o exercício de 1945 é a mesma do ano de 1944, com apenas a inclusão da previsão de subvenção ao Ginásio Municipal São Tiago. Quanto aos valores, houve um aumento no valor destinado ao pagamento de professores e para a manutenção da biblioteca municipal.

Com as verbas previstas para a Instrução Pública, foram quitadas: as remunerações de professores e seus respectivos abonos provisórios (efetivos, substitutos, auxiliares de ensino), as gratificações (pró-labore, orientadora de ensino, tempo de serviço), a compra de materiais escolares, o pagamento de aluguéis (2 aulas isoladas e 1 grupo escolar) e a manutenção da biblioteca municipal. Aponta-se que, a partir de abril de 1944, o salário dos professores foi reorganizado em categorias e reajustado. Além disso, foi majorada a gratificação da orientadora de ensino e remunerado o cargo de inspetor escolar, investimentos que contaram com crédito especial, ou seja, foram utilizados recursos além dos previstos na lei de orçamento.

Por fim, considera-se investimentos em Educação, oriundos de outras verbas: a remoção de terras para a construção do Colégio São Tiago, os custeios com a Semana da Pátria e a contribuição para a sopa escolar. Destaca-se também que não se encontrou o pagamento da subvenção destinada ao fiscal federal do ginásio municipal prevista no orçamento.

A seguir, visualiza-se a tabela do orçamento previsto para o ano de 1946, de responsabilidade do prefeito Raul Cauduro.

Tabela 25 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1946)

		(continua)
Detalhamento de itens		Valor Cr\$
8.33. 0 Pessoal fixo		
a) 30 professoras padrão (c)		54.000,00
b) 12 professoras padrão (e)		28.800,00
c) 8 professoras padrão (g)		24.000,00
d) Gratificação pró-labore		2.000,00
e) Inspetor escolar – padrão (f)		9.600,00
f) Função gratificada à orientadora de ensino – padrão (a)		1.200,00

	(conclusão)
Detalhamento de itens	Valor Cr\$
8.33.1 Pessoal variável	
Professoras substitutas	3.000,00
8.33.3 Material permanente	
Livros, jornais e revistas	2.300,00
Material de consumo	
Material didático	1.500,00
Despesas diversas	
Aluguéis de grupos e aulas	2.500,00
Contribuição às escolas particulares de Emboaba e Caravaggio	4.800,00
Total	133.700,00

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁸³⁷ (1945).

Há uma mudança na estrutura da tabela para contemplar a implementação dos padrões de pagamento aos professores, ampliando o número de pessoal considerado fixo para 50 professores, que podem receber, em algum momento, as gratificações pró-labore por substituições temporárias. Ainda são entendidos como pessoal fixo os cargos de inspetor escolar e de orientadora de ensino. Já no pessoal variável, ficam apenas os professores substitutos. O valor previsto para quitar a remuneração do pessoal fixo e variável tem um aumento muito significativo: de Cr\$ 69.800,00, em 1943, para Cr\$ 122.600,00 em 1946.

As outras mudanças ainda se referem à supressão da subvenção destinada ao fiscal federal do ginásio municipal e à alteração de nomenclatura da verba destinada à manutenção da biblioteca que foi simplesmente citada como “livros, jornais e revistas”. Em relação à verba prevista para esse item, a mudança é mínima: de Cr\$ 2.340,00, no ano anterior, para Cr\$ 2.300,00 em 1946. Aumenta-se a verba prevista para aluguéis, de Cr\$ 2.000,00 para Cr\$ 2.500,00, e permanecem com a mesma previsão de valores do ano anterior a aquisição de material didático e a subvenção aos colégios confessionais.

A remuneração dos professores analisada via empenhos apresenta o pagamento de 59 profissionais de acordo com os padrões e salários a seguir dispostos.

⁸³⁷ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 84**, de 16 de novembro de 1945. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1946. Prefeito Raul Cauduro, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

Quadro 27 - Quantidade de professores remunerados e valores (1946)

Padrões até agosto de 1946	(c)	(e)	(g)	Substitutos
Previsão de profissionais remunerados conforme lei de orçamento de 1945	30	12	8	20 salários Cr\$ 150,00
Quantidade de profissionais remunerados	39	10	8	2 profissionais 7 meses e 5 dias Cr\$ 1.050,00
Remuneração mensal até agosto/1946	Cr\$ 150,00	Cr\$ 200,00	Cr\$ 250,00	Cr\$ 150,00
Padrões após agosto de 1946	3	5	7	
Remuneração mensal após agosto/1946	Cr\$ 225,00	Cr\$ 300,00	Cr\$ 375,00	

Fonte: Elaborado a partir dos empenhos, despesas municipais (1945), AGPMF.

A partir do Quadro 27, identificam-se 39 professoras remuneradas com o padrão (c), no valor de Cr\$ 150,00; 10 professoras com o padrão (e), no valor de Cr\$ 200,00; 8 professoras com o padrão (g), no valor de Cr\$ 250,00; e duas professoras substitutas que receberam o equivalente a Cr\$ 150,00, conforme padrão (c). A diferença entre o número de professores previstos e o número de professores remunerados decorre de aposentaria de uma professora e das exonerações que ocorreram durante o ano. Por isso, foram necessárias outras nomeações, o que justifica o maior de profissionais remunerados no padrão (c). Já em relação à contratação de professores substitutos, percebe-se que foi utilizado um valor bem menor que o previsto, com apenas duas professoras, que atuaram por sete meses e 5 dias para substituir licenças. Já quando a substituição era realizada por professores efetivos, recebiam a gratificação pró-labore, que era de Cr\$ 100,00 por mês. Dessa maneira, era menos dispendioso para a administração pública pagar as gratificações pró-labore do que contratar professores substitutos.

A gratificação paga à orientadora de ensino seguiu sendo Cr\$ 100,00 mensais até o mês de agosto, majorado para Cr\$ 200,00 mensais a partir de setembro. Já o inspetor de ensino, Angelo Venzon Neto, recebeu Cr\$ 800,00 de janeiro a agosto, e a partir de setembro passou a ter o novo aumento, passando para Cr\$ 1.120,00, o equivalente à remuneração do padrão 17. O incremento na gratificação da orientadora e na remuneração do inspetor são reflexos da reorganização de salários do funcionalismo público.

O aumento salarial reflete em outra mudança nos padrões e salários dos funcionários públicos. Os padrões, que antes eram definidos por letras, passam a ser denominados por números, e começam, a partir de então, os professores a serem remunerados por três novos padrões: o padrão 3 equivalia a um salário mensal de Cr\$ 225,00; o padrão 5, de Cr\$ 300,00; e o padrão 7, de Cr\$ 375,00. Diante da reorganização de salários, em pouco mais de um ano e meio, houve um aumento significativo na remuneração dos professores municipais, que, ao

final de 1945, era, na grande maioria dos casos, de apenas Cr\$ 105,00 e, no final do ano de 1946, podia chegar a Cr\$ 375,00 em alguns casos.

Com a verba destinada à compra de livros, revistas e jornais, percebe-se que foram renovadas assinaturas de revistas, jornais e efetuadas compras de alguns livros, como, por exemplo: a renovação da assinatura da Revista Vida Rural e Econômica, Revista Policial, Revista Trabalho, Indústria e Comércio e da Revista Samaritana do Sul, órgão oficial da Cruz Vermelha, destinados à Biblioteca Pública Municipal. Em relação à aquisição dos livros, implementaram o acervo com as obras *A Marcha da Civilização e Política do Município*. Também foram feitas as assinaturas dos jornais O Repórter e Correio do Povo.

Com o numerário designado à compra de material didático, foram adquiridos os produtos listados no quadro a seguir:

Quadro 28 - Aquisição de material didático (1945)

Mês da aquisição/fornecedor	Valor	Materiais escolares adquiridos
Abril – Livraria Brentano	Cr\$ 266,00	Boletins, mapas para as aulas e folhas de papel.
Abril – Livraria Brentano	Cr\$ 227,70	1 livro de matrícula escolar, 1 folha de cartolina, 2 cadernetas, 1 caneta, 1 lápis bicolor, 1 caderno de papel almaço, 1 tinteiro, 6 livros escolares, 200 impressos (mapas escolares), 50 impressos (capas para a Instrução Pública) e 2 livros de atas.
Dezembro – Casa Merlin	Cr\$ 400,10	150 cadernos, 8 cadernos, 1 caderno, 13 blocos básicos, 3 exemplares do <i>Segundo Livro Infância</i> , 35 dúzias de lápis, 100 borrachas, 4 dúzias de lápis de cor, 15 blocos, 100 blocos e 15 cadernos.
Dezembro – Livraria Brentano	Cr\$ 384,30	Réguas, borrachas, 30 livros <i>Queres Ler?</i> , pena de aço e vidros de tinta.

Fonte: Elaborado a partir dos empenhos, despesas municipais (1945), AGPMF.

A compra de material escolar reafirma a preferência na compra em comércios locais que foram realizadas em diferentes momentos durante o ano. O investimento foi feito na compra de itens tanto para escrituração escolar quanto para materiais a alunos; dentre estes, cartilhas de alfabetização, como a *Queres Ler?*. Os empenhos localizados apontam para um total Cr\$ 1.278,10, um valor muito próximo ao previsto (Cr\$1.500,00).

Já em relação à verba para a quitação de aluguéis, mantiveram-se as locações dos prédios onde funcionavam a aula estadual de Emboaba (Cr\$ 50,00/mês), o Grupo Escolar de São Marcos (Cr\$ 80,00/mês) e a aula estadual isolada de Desvio Blauth (Cr\$ 50,00/mês).

Outra permanência foram as subvenções aos colégios Nossa Senhora de Caravaggio e Santa Cruz, no valor de Cr\$ 200,00 mensais a cada instituição. Ainda, tem-se a abertura de um crédito especial conforme o Decreto-Lei nº 111, de 20 de outubro de 1946, para quitar

uma bolsa de estudos⁸³⁸ concedida a Olga Flora Varisco, no valor de Cr\$ 2.000,00, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Outro crédito especial, autorizado pelo Decreto-Lei nº 115 de 9 de dezembro de 1946, foi uma contribuição paga ao Monsenhor Tiago Bombardelli que configura um auxílio à Universidade Católica de Porto Alegre⁸³⁹. Recorda-se que está sendo construído no município um Ginásio que será administrado pelos Irmãos Maristas e esse auxílio pode estar vinculado a tal questão.

Com a verba do Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância continuou sendo despendido o auxílio para a sopa escolar para o Grupo Escolar Farroupilha, subsídio fornecido ao Círculo de Pais e Mestres.

Quitados com a verba de despesas diversas, foram feitos investimentos em torno das comemorações da Semana da Pátria: impressão de programas⁸⁴⁰, banda da Brigada Militar de Porto Alegre⁸⁴¹, competições esportivas⁸⁴², sessões cinematográficas⁸⁴³, transportes⁸⁴⁴,

⁸³⁸ **Empenho nº 1542**, de 6 de fevereiro de 1946. Pagamento de bolsa de estudos concedida a Olga Flora Varisco, no valor de Cr\$ 2.000,00. Assinam o recebimento a aluna e a Irmã Maria Madalegna Radaelli. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸³⁹ **Empenho nº 1879**, de 24 de dezembro de 1946. Pagamento de auxílio à Universidade Católica de Porto Alegre, no valor de Cr\$ 1.000,00, a Monsenhor Tiago Bombardelli. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴⁰ **Empenho s/nº** de setembro de 1946. Pagamento de 100 impressos – avisos; 200 impressos – programas da Pátria no valor de Cr\$ 78,00 à J.A. Brentano. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴¹ **Empenho nº 1216**, de 4 de setembro de 1946. Pagamento de 11 passagens de Porto Alegre a Farroupilha transportando os músicos da banda da Brigada Militar do Estado para os festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 275,00, à Rombaldi, Puhl Ltda. **Empenho 1418**, de 23 de outubro de 1946. Pagamento de despesas feitas com a banda da Brigada Militar, no valor de Cr\$ 2.356,00, ao Grande Hotel Brasil. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴² **Empenho nº 1217**, de 4 de setembro de 1946. Pagamento de uma bola de couro para *match* de futebol entre as equipes do Floresta Futebol Clube, de Caxias do Sul, e do Brasil Futebol Clube local nos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 170,00, a Cauduro Irmãos. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴³ **Empenho nº 1220**, de 6 de setembro de 1946. Pagamento de despesas com a vinda dos cinematografistas da Liga de Defesa Nacional para as festividades de Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 261,70, a Antonio Pojo. **Empenho 1419**, de 23 de outubro de 1946. Pagamento de despesas feitas com os funcionários da Liga de Defesa Nacional por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 121,00, ao Grande Hotel Brasil. **Empenho 1787**, de 19 de dezembro de 1946. Pagamento de exibição de um filme por ocasião dos festejos da Semana da Pátria e da Semana da Criança, no valor de Cr\$ 200,00, ao Cine Guarany. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴⁴ **Empenho nº 1232**, de 11 de setembro de 1946. Pagamento de condução da banda da Brigada Militar para Porto Alegre e transporte de alunos para a parada de 7 de setembro, no valor de Cr\$ 1.000,00, à Rombaldi, Puhl Ltda. **Empenho 1535**, de 5 novembro de 1946. Pagamentos de viagens conduzindo alunos de Caruara e Linha Muller para Farroupilha, no valor de Cr\$ 100,00, a Antonio Minella e Fontanella. **Empenho 1940**, de 31 de dezembro de 1946. Pagamento de diversas viagens por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 300,00, à Cooperativa V.V. Emboaba. Despesas municipais (1946), AGPMF.

recepção de estudantes de Cachoeira do Sul ⁸⁴⁵, despesas diversas com materiais⁸⁴⁶, construção do palanque⁸⁴⁷ e Fogo Simbólico⁸⁴⁸.

Diante do exposto, destaca-se que a previsão orçamentária para o ano de 1946 adequou a Tabela da Instrução Pública de modo a incluir os padrões salariais de professores e do inspetor escolar que vinham sendo praticados desde abril de 1945, ampliando significativamente essa verba. Com o valor previsto para a Tabela da Instrução Pública, além dos salários mencionados, foram pagos professores substitutos; gratificações (pró-labore e orientadora de ensino); compra de livros, jornais e revistas para a biblioteca pública municipal; materiais escolares; aluguéis (2 aulas estaduais isoladas e 1 grupo escolar); e a subvenção ao ensino confessional.

Destaca-se que um novo aumento na remuneração começou a ser praticado a partir de setembro de 1946, o que novamente demandou crédito especial e extrapolou o orçamento inicialmente proposto.

⁸⁴⁵ **Empenho nº 1249**, de 13 de setembro de 1946. Pagamento de um churrasco oferecido aos alunos de Cachoeira do Sul por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 191,50, à G. Francischini & Cia. **Empenho 1245**, de 13 de setembro de 1946. Pagamento de despesas do churrasco, no valor de Cr\$ 143,70, pagos a Millo Ornaghi. **Empenho 1780**, de 13 de setembro de 1946. Pagamento de despesas com churrasco, no valor de Cr\$ 26,00, a Aldo Bombardelli. **Empenho 1394**, de 13 de setembro de 1946. **Empenho 1420**, de 23 de outubro de 1946. Pagamento de estadias para estudantes vindos de Cachoeira do Sul, no valor de Cr\$ 761,00, ao Grande Hotel Brasil. Pagamentos de despesas com o churrasco, no valor de Cr\$ 232,20, a Antonio F. Pedó. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴⁶ **Empenho nº 1256**, de 13 de setembro de 1946. Pagamento de despesas com os festejos de Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 34,20, à J.A. Brentano. **Empenho 1377**, de 13 de setembro de 1946. Pagamento de despesas com os festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 23,00. **Empenho 1378**, pagamentos de despesas diversas para a Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 17,50, à Klein, Pasqual & Cia Ltda. **Empenho 1379**, materiais para Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 36,00, pago a João Farinon. Despesas municipais (1946), AGPMF. **Empenho 1591**, de 23 de outubro de 1946. Pagamento de despesas diversas, no valor de Cr\$ 82,80, à L. Merlin. **Empenho 1592**, de 13 de setembro de 1946. Pagamento de 4 litros de óleo de amendoim para a pira do Fogo Simbólico, no valor de Cr\$ 40,00, a Alcides Merlin. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴⁷ **Empenho s/nº** de novembro de 1946. Pagamento de madeira, tirantes e pregos, ripas e sarrafos para a Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 432,70, à Sociedade Madeireira Farroupilha. Despesas municipais (1946), AGPMF.

⁸⁴⁸ **Empenho nº 1536**, de 5 de novembro de 1946. Pagamento de viagens conduzindo atletas com o Fogo Simbólico de Forqueta a São Sebastião do Caí (divisa), São Sebastião de Caí (divisa) a Garibaldi e uma viagem conduzindo os alunos do Grupo Escolar São Marcos, no valor de Cr\$ 200,00, a Alexandre Campetti. **Empenho 1549**, e **1550** de 23 de outubro de 1946. Pagamento de transporte de caminhão de alunos para as festividades da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 334,00, a Mario Casarin (Posto Casarin). **Empenho 1559**, de 11 de novembro de 1946. Pagamento de viagem de caminhão transportando alunos para a parada de 7 de setembro, no valor de Cr\$ 80,00, à José Gasperin & Filhos Ltda. **Empenho 1572**, de 15 de novembro de 1946. Pagamento de despesas (manutenção do veículo e gasolina) com o carro oficial durante as festividades da Semana da Pátria, no valor de 1.454,00, a Mario Casarin (Concessionária Ford/Posto Casarin). **Empenho 1578**, de 18 de novembro de 1946. Despesas com o carro oficial (óleo e gasolina) por ocasião dos festejos da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 141,00, pago à Avelino Varisco & Cia. **Empenho 1671**, de 28 de novembro de 1946. Pagamento de duas viagens com alunos de Monte Bérico a esta cidade, por ocasião das festividades da Semana da Pátria, no valor de Cr\$ 200,00, a Santo Trevisan. Despesas municipais (1946), AGPMF.

Além disso, ainda com crédito especial, foi paga a bolsa de estudos a ser cursada no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e o auxílio para a Universidade Católica de Porto Alegre. E, com verbas oriundas de outras tabelas, a contribuição para a sopa escolar e as comemorações da Semana da Pátria.

O orçamento de 1947, ainda sob responsabilidade do prefeito Raul Cauduro, previu que 24,21% da arrecadação seria destinada à Instrução Pública, conforme o detalhamento a seguir:

Tabela 26 - Lei de orçamento municipal para a Instrução Pública (exercício 1947)

Instrução Pública – detalhamento dos itens	Valor Cr\$
8.33.0 Pessoal fixo	
a) 30 professoras – padrão 3	81.000,00
b) 12 professoras – padrão 5	43.200,00
c) 8 professoras – padrão 7	36.000,00
d) Gratificação pró-labore	4.000,00
8.36.0 Pessoal fixo	
Inspetor escolar – Padrão 17	13.440,00
8.37.0 Pessoal fixo	
Função gratificada ao orientador técnico do ensino municipal	2.400,00
8.33.1 Pessoal variável	
Professoras substitutas	3.000,00
8.34.2 Material permanente	
Livros, jornais e revistas	2.000,00
8.33.3 Material de consumo	
Material didático	1.500,00
8.33.4 Despesas diversas	
Aluguéis de grupos e aulas	2.500,00
Contribuição às escolas particulares de Emboaba (Nova Milano) e Caravaggio	4.800,00
Total	193.840,00

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁸⁴⁹ (1946).

A estrutura da Tabela da Instrução Pública apresenta a mudança de padrões vigentes, desde setembro de 1946, para a remuneração de funcionários públicos - professores (padrões 3, 5 e 7) e o inspetor escolar (padrão 17). Já a orientadora de ensino recebe uma gratificação de Cr\$ 200,00 mensais. A verba prevista para o pagamento de professores, do inspetor escolar e da gratificação da orientadora de ensino, em 1946, foi de Cr\$ 122.600,00, e, em 1947, passou a ser Cr\$ 180.040,00.

Nos demais itens da tabela houve a permanência de valores, exceto para aquisição de livros, jornais e revistas que diminuiu de Cr\$ 2.300,00 (1946) para Cr\$ 2.000,00 (1947).

⁸⁴⁹ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 114**, de 9 de dezembro de 1946. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1947. Prefeito Raul Cauduro, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

Nos demais itens da tabela, houve a permanência de valores, exceto para aquisição de livros, jornais e revistas, que diminuiu de Cr\$ 2.300,00 (1946) para Cr\$ 2.000,00 (1947).

Os pagamentos de professores que foram localizados, referentes ao ano de 1947, são dos meses de janeiro a julho, e apresentam 63 profissionais remunerados como professores municipais com os salários estabelecidos conforme os padrões previstos na lei de orçamento. Seis professoras assumiram o cargo de substitutas e receberam como remuneração Cr\$ 225,00 mensais, o equivalente ao padrão 3, um investimento total de Cr\$ 3.227,50, ou seja, maior que o previsto. Além disso, outras substituições realizadas pelas professoras que faziam parte do quadro efetivo de funcionários foram quitadas com a verba de gratificação pró-labore; cinco docentes receberam juntas um valor total de Cr\$ 1.417,50 entre os meses de março a julho. Por fim, com esta verba foram quitadas as gratificações das professoras estaduais Alice Gasperin e Balbina Cavalcanti (Cr\$ 300,00 a cada uma), por seus serviços prestados no curso de férias ministrado aos professores municipais.

Dentre os pagamentos, um deles chama a atenção por ser superior aos demais, é o da professora Suzana Pasqual, o que foi justificado nos meses de fevereiro e março por ter ela substituído o inspetor de ensino e assim fazer jus ao valor correspondente à remuneração daquela função. Ainda, observa-se em outros documentos da prefeitura que o nome da professora é citado, o que nos permite compreender que ela era remunerada como professora, mas efetivamente trabalhava na Prefeitura Municipal de Farroupilha, no Departamento de Instrução Pública, e assim recebia a remuneração do padrão 7, somada de uma gratificação de Cr\$ 100,00 mensais.

No que se refere à aquisição de livros, jornais e revistas, apontam-se a assinatura da Revista Arquivos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Revista Samaritana do Sul, Revista Dia Econômico, Revista Vida e Saúde, Revista O Atalaia e Revista O Globo; a assinatura dos jornais Diário de Notícias e Jornal do Dia; e as aquisições dos livros *A herança de César*, *Espionagem*, *O fenômeno militar russo*, *Três raízes galantes* e o *Decálogo da Saúde*, destinados à Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac.

Em relação à compra de materiais escolares, identifica-se a aquisição de 1 dicionário, livros de matrícula, livros de cálculo, livros de aritmética, blocos de cálculo, boletins escolares e mapas escolares.

Já com o valor previsto para o pagamento de aluguéis, mantiveram-se as locações dos prédios escolares para a aula estadual de Nova Milano (Cr\$ 50,00/mês), para o Grupo Escolar de São Marcos (Cr\$ 80,00/mês) e para a aula estadual isolada de Desvio Blauth (Cr\$

50,00/mês). A subvenção aos colégios confessionais, por sua vez, foi repassada mensalmente no valor de Cr\$ 200,00 a cada instituição escolar.

Da verba de serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância continuou sendo destinado o valor de Cr\$ 60,00 por mês, como contribuição da sopa escolar ao Grupo Escolar Farroupilha. Com a dotação orçamentária designada para despesas diversas, foram instalados aparelhos ginásticos no Grupo Escolar Farroupilha, um custo de Cr\$ 780,00, pagos em maio, para a Madeireira Farroupilha.

Ainda com a verba prevista para despesas diversas, houve a contribuição para um espetáculo educativo e recreativo para as crianças dos estabelecimentos de ensino do município, no valor de Cr\$ 500,00, pagos a Temistocles Scarinci no mês de junho. Também foram custeados: uma viagem de automóvel conduzindo a orientadora de ensino e o inspetor escolar; um churrasco às professoras municipais⁸⁵⁰, por ocasião da conclusão do curso de férias; e 32 saladas e 70 sorvetes oferecidos aos alunos das escolas municipais que receberam os diplomas em 1946.

O destaque feito a partir do investimento em Instrução Pública no ano de 1946 é, sem dúvida, a implementação de verba para a remuneração dos professores municipais, que demandou a adequação da previsão orçamentária novamente neste item. Com a verba prevista para a Instrução Pública, pode-se afirmar que foram remunerados os professores (efetivos e substitutos), pagas gratificações (pró-labore, professoras estaduais que atuaram no curso de férias, comprados artigos para biblioteca pública municipal (livros, jornais e revistas), adquiridos materiais escolares e pagos aluguéis (2 aulas estaduais isoladas e 1 grupo escolar).

Já verbas provenientes de outros recursos foram destinadas à sopa escolar; à instalação de aparelhos ginásticos no Grupo Escolar Farroupilha; ao auxílio para um evento cultural; ao custeio de deslocamentos da orientadora e do inspetor de ensino até as aulas municipais; à confraternização do curso de férias das professoras municipais (churrasco); e aos lanches ofertados na ocasião da entrega de diplomas aos alunos municipais. Recorda-se,

⁸⁵⁰ **Empenho** s/nº março de 1947. Pagamento de despesas de um churrasco que a prefeitura ofereceu às professoras, por terem concluído o seu curso de férias. Na nota, constam 25 garrafas de cerveja, 11 litros de vinho, 11 guaraná, 1/2 dúzia de soda, 15 quilos de batata, 3 quilos de cebola, 1 dúzia de ovos, 1 litro de azeite, 5 quilos de mandioca, 10 quilos de linguiça, 3 kg de sal, 1 garrafa de vinagre, 1 lata de azeitonas, 4 latas de sardinha, no valor de Cr\$ 363, 60, a Aldo Bombardelli. Despesas municipais (1946), AGPMF. **Empenho** s/nº de março de 1947. Despesas com um churrasco que a prefeitura ofereceu às professoras, por terem concluído o curso de férias. Na nota constam 30 kg de carne, no valor de Cr\$ 150,00, pago à Francischini & Cia. **Empenho** s/nº de abril de 1947. Despesas de um churrasco que a prefeitura ofereceu às professoras municipais por terem concluído o curso de férias. Na nota, constam 104 quilos de carvão, no valor de Cr\$ 52,00, pago a João Zanella. Despesas municipais (1947), AGPMF.

por fim, que a análise dos empenhos se refere aos meses de janeiro até julho. Assim, neste ano, não foi possível perceber os investimentos despendidos para as festividades da Semana da Pátria. Ainda se destaca que a previsão orçamentária foi elaborada na administração de Raul Cauduro, que permaneceu no cargo de prefeito até abril de 1947, quando foi substituído por Alberto Olmiro Farinon, que permaneceu até dezembro desse mesmo ano. Assim, ambos foram responsáveis pela efetiva realização da previsão orçamentária. Porém, pouco pode-se afirmar sobre os investimentos públicos realizados por Alberto Olmiro Farinon, pois apenas foram localizados empenhos referentes a seu período administrativo dos meses de maio e junho.

A seguir, apresenta-se a organização orçamentária para o exercício de 1948, já assinada pelo prefeito eleito José Baumgartner.

Tabela 27 - Lei de orçamento municipal para a Educação (exercício 1948)

Instrução Pública – detalhamento dos itens	Valor Cr\$
8.33.0 Pessoal fixo	
a) 30 professoras – padrão 3	81.000,00
b) 12 professoras – padrão 5	43.200,00
c) 8 professoras – padrão 7	36.000,00
d) Gratificação pró-labore	4.000,00
Inspetor escolar - padrão 17	13.440,00
Função gratificada à orientadora de ensino municipal	2.400,00
8.33.1 Pessoal variável	
Professoras substitutas	10.000,00
8.33.2 Material permanente	
Móveis e utensílios	3.000,00
Livros, jornais e revistas	2.000,00
8.33.3 Material de consumo	
Material didático	2.500,00
8.33.4 Despesas diversas	
Aluguéis de grupos e aulas	2.500,00
Contribuições às escolas particulares de Emboaba, Caravaggio e sede	12.000,00
Subvenção anual ao Colégio São Tiago	12.000,00
Total	224.040,00

Fonte: Lei de orçamento do município de Farroupilha⁸⁵¹ (1947).

Essa é a última lei de orçamento apresentada concernente ao período proposto para análise. O pessoal fixo não apresenta alterações, continua referindo-se aos professores efetivos e suas respectivas gratificações pró-labore, ao inspetor escolar e à orientadora de ensino, e a verba prevista é igual à do ano de 1947, um total de Cr\$ 180.040,00. Já o

⁸⁵¹ FARROUPILHA. **Lei nº 6**, de 4 de dezembro de 1947. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1948. Prefeito José Baumgartner, Farroupilha/RS. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1948 a 1959, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

numerário designado para o pagamento de professores substitutos teve um aumento substancial, de Cr\$ 3.000,00, em 1947, para Cr\$ 10.000,00 em 1948.

Os valores previstos para a aquisição de livros, jornais, revistas e aluguéis de grupos e aulas foram mantidos e os destinados à compra de material escolar e ao pagamento de subvenções às escolas confessionais foram reforçados. Outrossim, houve a implementação de verba para itens como a compra de móveis e utensílios e o pagamento da subvenção anual ao Colégio São Tiago. O valor deliberado passa de Cr\$ 193.840,00, no ano de 1947, para Cr\$ 224.040,00 em 1948.

Os empenhos de 1948 analisados são dos meses de fevereiro, março, abril, outubro, novembro e dezembro. Neles constam o pagamento de 71 professores, entre efetivos (63) - com remunerações conforme os padrões 3 (Cr\$ 225,00), 5 (Cr\$ 300,00) ou 7 (375,00) - e substitutos (8 docentes), com remunerações de acordo com o padrão 3. Por sua vez, as gratificações pró-labore pagas às professoras efetivas que fizeram substituições temporárias foram o equivalente a Cr\$150,00 por mês. Uma mudança na remuneração pôde ser percebida a partir de outubro, no que se refere ao aumento na quantidade de professores que passaram a receber gratificações por tempo de serviço. Dessa maneira, fizeram jus aos seguintes percentuais adicionais sobre seus salários: 15% correspondente a 15 anos de serviço (4 profissionais) e 25% equivalente a 25 anos de serviço (6 profissionais). Em alguns casos, nota-se que o pagamento das gratificações por tempo de serviço foi retroativo ao mês de janeiro. Para realizar a quitação das gratificações por tempo de serviço, foi necessário utilizar crédito especial. A remuneração do inspetor de ensino manteve-se em Cr\$ 1.290,00, e a gratificação da orientadora de ensino passou para Cr\$ 300,00, o que, na prática, foi maior do que o previsto pelo orçamento.

No que se refere à compra de móveis e utensílios, foram adquiridos mapas do Brasil, do Rio Grande do Sul e da fauna brasileira⁸⁵². Com a verba destinada à compra de livros, jornais e revistas, foi identificada a assinatura da Revista Ave Maria. Nesse contexto, nota-se que o discurso católico teve espaço e visibilidade na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac, o que é mais uma marca da proximidade do poder público municipal e da Igreja Católica.

As com verba prevista para a compra de material escolar seguem organizadas no Quadro 29:

⁸⁵² **Empenho nº 1512**, de 4 de outubro de 1948. Compra de 21 mapas do Brasil, 1 do Rio Grande do Sul e 4 da fauna brasileira, no valor de Cr\$ 1.748,00, pago à Livraria Globo. Despesas municipais (1948), AGPMF.

Quadro 29 - Aquisição de materiais escolares (1948)

Mês de aquisição/fornecedor	valor	Materiais escolares adquiridos
Abril – Livraria Brentano	Cr\$ 250,00	1 livro de chamada, 12 livros <i>Queres Ler?</i> , 6 livros <i>Infância I</i> , 4 livros de chamada, 1 livro de atas.
Abril - Krahe & Cia	Cr\$ 348,10	3 prendedores mãozinha, 2 caixas de clips, 1 caixa de grampos, 6 fitas de máquina Pelikan 13 mm, 3 registros Condor f/carta s/ind., 1 livro de protocolo, 1 livro de atas - 100 fls.; Diretoria de Ensino: 30 dúzias de cadernos (8 folhas), 5 dúzias de cadernos de desenho, 10 réguas (30 cm). 1 grossa de lápis Faber, 4 dúzias de lápis bicolor e 4 dúzias de lápis com borracha.
Dezembro – Livraria Brentano	Cr\$ 68,50	Cadernos de papel almaço, 10 lápis bicolor, 13 lápis pretos, 10 penas de aço e 5 borrachas.
Dezembro – Casa Merlin	Cr\$ 28,80	24 cadernos de desenho.

Fonte: Elaborado a partir dos empenhos, despesas municipais (1948), AGPMF.

Alguns empenhos localizados apresentam a compra de livros para os alunos, livros de chamada, livros de atas, materiais de expediente para a Diretoria de Instrução Pública e materiais para uso cotidiano, como cadernos e lápis. A compra no mês de abril nos permite pensar que materiais de expediente foram adquiridos junto a materiais escolares.

Com a verba despendida para o pagamento de aluguel foram mantidas as locações para o funcionamento da aula estadual isolada de Desvio Blauth e de Emboaba (Nova Milano) (Cr\$ 50,00 para cada prédio escolar/mês) e do Grupo Escolar de São Marcos (Cr\$ 80,00/mês).

Já com os valores previstos para subvencionar os colégios confessionais scalabrinianos, foram repassados Cr\$ 350,00 mensalmente a cada um deles (Colégio Santa Cruz, Colégio Nossa Senhora de Caravaggio e Colégio Nossa Senhora de Lourdes), ultrapassando o previsto, que era de Cr\$ 12.000,00 anuais; efetivamente, foram repassados Cr\$ 12.600,00. Ainda foi pago o convênio ao Colégio São Tiago no valor de Cr\$ 12.000,00 anuais, em uma única parcela no mês de outubro⁸⁵³.

Com a dotação orçamentária prevista para o Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância foi feita uma contribuição para o Natal da Criança Pobre no valor de Cr\$ 1.000,00 e um repasse de verba para a sopa escolar do Grupo Escolar Farroupilha de Cr\$ 100,00 mensalmente, paga ao Círculo de Pais e Mestres. E, por fim, pode-se afirmar que

⁸⁵³ **Empenho nº 1499**, de 1 de outubro de 1948. Pagamento de subvenção anual, no valor de Cr\$ 12.000,00, ao Ginásio São Tiago, Irmão Hermes. Despesas municipais (1948), AGPMF.

o município contribuiu com a colônia de férias⁸⁵⁴ chefiada por Guilherme Gaelzer, no valor de Cr\$ 1.500,00.

Ainda, em 1948, puderam ser auferidos auxílios para a construção de prédios escolares destinados para aulas municipais, como, por exemplo, a obra que

por autorização do ex-prefeito Dr. Raul Cauduro, acha-se em construção um prédio de material para ser instalada uma escola municipal, dita construção fica na Picada Feliz, nas terras de propriedade de Francisco Frozi, sendo que o então prefeito municipal prometeu aos interessados que essa prefeitura concederia auxílio de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mediante a condição de o prédio e o respectivo terreno serem escriturados em forma de doação a essa prefeitura. Sendo o que o momento se oferece, assino-me. Quem assina é o subprefeito⁸⁵⁵.

O solicitado auxílio de Cr\$ 5.000,00 foi pago a Francisco Frozi no mês de outubro de 1948⁸⁵⁶. A Tabela 51 – 8.76. 4 foi a citada no documento; assim, o auxílio foi pago com parte do valor previsto no item Amortização da dívida com o município de Porto Alegre transferida de Montenegro e amortização da dívida com o município de Bento Gonçalves.

Também foi um realizado pagamento de auxílio para a construção da aula nº 15, Monte Bérico, 2º distrito, no valor de Cr\$ 2.500,00 (1 cota) ⁸⁵⁷. A quitação utilizou-se de verba atinente ao código 65/ 8.98.4 a) – Contribuição ao Hospital São Pedro. Apesar de terem sido quitados os auxílios com verbas previstas para outras tabelas, na lei de orçamento foi consignado o valor de Cr\$ 7.000,00 para a construção de escolas, o que sinaliza a intenção de investir em prédios escolares para escolas municipais.

Por fim, com recurso da Tabela de Despesas diversas, eventuais foi custeada a luz para a aula número 7 (Cr\$ 50,00 pagos à Dirce Lúcia Damiani⁸⁵⁸), durante o funcionamento do curso supletivo de julho a novembro.

Em síntese, no ano de 1948, a Tabela de Instrução Pública, no que tange à previsão orçamentária, em comparação ao proposto no ano de 1947, apresenta um aumento do valor

⁸⁵⁴ **Empenho nº 2922**, de 31 de dezembro de 1938. Pagamento de contribuição da Prefeitura para as despesas da colônia de férias, no valor de Cr\$ 1.500,00, ao chefe da colônia de férias Guilherme Gaelzer. Despesas municipais (1948), AGPMF.

⁸⁵⁵ **Correspondência** de Julio Giron, subprefeito do 4º distrito, para José Baumgartner, prefeito, 30 de abril de 1947. Comunica o andamento da conservação de várias estradas e da escola de Picada Feliz. Anexo às Despesas municipais (1948), AGPMF.

⁸⁵⁶ **Empenho nº 1534**, de 7 de maio de 1948. Pagamento de auxílio concedido pelo prefeito Raul Cauduro para a construção de um prédio de uma aula municipal, no valor de Cr\$ 5.000,00, a Francisco Frozi. Crédito Especial, Lei nº 12 de 10/03/1948. Despesas municipais (1948), AGPMF.

⁸⁵⁷ **Empenho nº 1875**, de 20 de dezembro de 1948. Pagamento de auxílio para construção da escola nº 15, Monte Bérico, no valor de 2.500,00, a João Signori e Antônio Calegari. Despesas municipais (1948), AGPMF.

⁸⁵⁸ **Empenho nº 1945**, de 22 de dezembro de 1948. Pagamento de luz utilizada no ensino supletivo, no valor de Cr\$ 50,00, à professora Dirce Lúcia Damiani. Despesas municipais (1948), AGPMF.

previsto para o pagamento de professores substitutos, compra de materiais escolares e repasse de subvenções aos colégios confessionais, além da implementação de verba para a compra de materiais e utensílios. Diante disso, com a verba prevista para a Instrução Pública, foram quitadas as remunerações de professores (efetivos e substitutos) e do inspetor de ensino, as gratificações (pró-labore e orientadora de ensino), a aquisição de mapas, a compra de artigos para a Biblioteca Pública Municipal (livros, jornais e revistas), alugueis (2 aulas estaduais isoladas e 1 grupo escolar), o repasse de subvenção aos colégios confessionais scalabrinianos, o subsídio ao Colégio São Tiago e a compra de materiais escolares e de escrituração escolar. Passaram ainda a ser pagas as gratificações aos professores por tempo de serviço, e, para isso, necessitou-se de crédito especial.

Já, com verbas de outras tabelas, foi quitada a contribuição para a sopa escolar, além de chamar a atenção o investimento financeiro na Campanha para o Natal da Criança Pobre e para a colônia de férias.

Além disso, o ano de 1948 é marcado pelo interesse em investir em prédios para instituições escolares municipais e, dessa forma, se encerra a análise dos investimentos públicos municipais em Educação no período de 1935 a 1948. A seguir, são tecidas considerações sobre o que emergiu dessas leis de orçamento cotejadas aos empenhos em uma perspectiva longitudinal.

5.2 SÍNTESE LONGITUDINAL DA ANÁLISE: UMA LEITURA DO PASSADO

“As pistas, as marcas, os documentos, são fragmentos que não possuem uma verdade inerente, pronta a ser desvelada pelo pesquisador. A partir da operação particular de transformar vestígios em dados de pesquisa, o historiador/pesquisador produz um discurso, uma narrativa que constitui sua leitura do passado.”

(STEPHANOU; BASTOS, 2011, p. 417-418)

Após analisar detalhadamente as Leis de Orçamento municipais - consideradas como o investimento previsto - e entrecruzá-las aos empenhos - vistos como o investimento efetivado, é o momento de sintetizar as análises horizontalmente e, assim, produzir uma das possibilidades de leitura do passado ao perceber mudanças ou recorrências de investimento público ao longo do percurso longitudinal.

Inicialmente, aponta-se que a análise detalhada das leis de orçamento permitiu compreender que a estrutura das tabelas foi se complexificando. No decorrer do período, na tabela específica de investimentos para a Instrução Pública, foram sendo incluídos cada vez

mais itens, e ampliada, progressivamente, a verba, o que se acentuou entre os anos de 1946 e 1948. Apesar de alguns anos apresentarem a diminuição do percentual de investimentos em relação à previsão da receita, ao analisar os valores investidos, é perceptível um numerário crescente, apenas com exceção do ano de 1941, conforme se pode visualizar na tabela abaixo, já apresentada no início deste capítulo, e agora revisitada e ampliada.

Tabela 28 - Previsão orçamentária para a Instrução Pública, Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância e Despesas eventuais (1934-1948)

Ano	Previsão de receita	Previsão de investimento Instrução Pública	Percentual previsto Instrução Pública	Previsão de investimento Amparo à maternidade e assistência à infância	Percentual previsto Amparo à maternidade e assistência à infância	Previsão de investimento para Despesas eventuais	Percentual previsto para Despesas eventuais
1935	350:000\$000	52:800\$000	15,09%	3:300\$00	0,94%	6.250,00	1,79%
1936	330:500\$000	62:700\$000	18,80%	3:300\$00	0,99%	9.300,00	2,79%
1937	340:000\$000	60:000\$000	17,65%	3:000\$000	0,88%	9.500,000	2,79%
1938	448:050\$000	60:420\$000	13,49%	4:171\$000	0,93%	4:740\$000	1,06%
1939	495:300\$000	64:180\$000	12,96%	4:000\$000	0,81%	11:000\$000	2,22%
1940	510:300\$000	66:500\$000	13,03%	2:000\$000	0,39%	12:000\$000	2,35%
1941	521:300\$000	62:260\$000	11,94%	1:750\$000	0,34%	12:000\$000	2,30%
1942	550:000\$000	64:280\$000	11,69%	2:500\$000	0,45%	12:000\$000	2,18%
1943	550.000,00	68.600,00	12,47%	6.000,00	1,09%	12.000,00	2,18%
1944	580.000,00	80.080,00	13,81%	6.000,00	1,03%	6.000,00	1,03%
1945	640.000,00	93:720,00	14,64%	6.000,00	0,94%	4.295,00	0,67%
1946	620.000,00	133.700,00	21,56%	5.840,00	0,94%	6.000,00	0,97%
1947	799.000,00	193.840,00	24,26%	7.800,00	0,98%	6.500,00	0,81%
1948	1.000.000,00	224.040,00	22,40%	4.190,00	0,42%	19.000,00	1,90%

Fonte: Leis de orçamento municipal (1934 - 1947).

A tabela, ampliada, apresenta duas outras previsões orçamentárias: Serviço de assistência pública, Amparo à maternidade e à infância e para despesas eventuais (não previstas no orçamento). Ambas foram incluídas por serem citadas recorrentemente em empenhos de pagamentos que se referem à Educação. Dessa forma, apresentar os percentuais previstos atinentes a elas permite percebermos que existiam maneiras de realizar jogos orçamentários, utilizando valores de outras tabelas para quitar investimentos na Educação. Exemplos disso foram os investimentos em agasalhos e calçados para os alunos pobres, que se caracterizam como um primeiro movimento em prol do uniforme escolar; em contribuições para a sopa escolar e nas festividades da Semana da Pátria.

Além desses itens, ainda puderam ser identificadas adequações orçamentárias para realizar investimentos em Educação através de verbas previstas para outras despesas que não foram utilizadas e, assim, remanejadas para Educação. Um exemplo emblemático desse movimento é a sobra de verba de remuneração de funcionários públicos que foi disponibilizada para o pagamento de uma bolsa de estudos. A situação evidencia ainda que as iniciativas locais não deixam de existir por se tratar de um período de centralização política. O que muda é a forma de articulação, que, no período do Estado Novo, passava pela autorização do Departamento das Prefeituras Municipais, na capital do Estado, para alterar a forma de utilização prevista nas leis de orçamento de verbas públicas municipais.

Apona-se ainda que puderam ser identificados pagamentos relacionados à Educação com verbas previstas, originalmente, para obras e viação, serviços de dívidas públicas, construção e preservação de próprios públicos, diárias a funcionários em serviço, conservação de ruas (pessoal de obras) e, por fim, para amortização da dívida com o município de Porto Alegre, transferida de Montenegro, e para amortização da dívida com o município de Bento Gonçalves. O montante referente a essas quitações representa investimentos percentuais além do previsto na Tabela de Instrução Pública.

Ao longo do tempo, com a inclusão de cada vez mais itens na tabela de verba prevista para a Instrução Pública, menos adaptações e utilizações de outras foram necessárias para descrever os investimentos destinados à Educação. No entanto, não foram sucumbidas; por todo o período encontram-se “formas de fazer” entre o previsto e o efetivado que privilegiam a manutenção e ampliação da oferta educativa em diferentes níveis e modalidades de ensino, mas principalmente no ensino primário. (CERTEAU, 2014). Nessa acepção, compreende-se que os sujeitos que estiveram frente às diferentes administrações públicas mobilizaram recursos para viabilizar ações municipais em prol da Educação, foram criativos e inventivos no que lhes foi possível, criando espaços furtivos de autonomia. Diante desse contexto, é interessante perceber que, em outros momentos históricos, os municípios puderam criar formas de administrar a Educação por serem períodos de descentralização política, e, mesmo o controle sendo maior, houve um esforço em prol de constituir processos locais, que, por consequência, refletem nos processos identitários.

A pesquisa, ora proposta, privilegia as ações municipais e analisa, por meio das Leis de Orçamento e empenhos, os investimentos públicos em Educação, mas ressalvas locais necessitam ser apontadas com relação ao que será chamado de complementação ao investimento público. Em muitas ocasiões, observa-se nos pagamentos os termos: contribuição de uma parte e auxílio. Assim, fica perceptível que o município, muitas vezes,

contribuiu, investiu, mas parcialmente, o que sinaliza outros investimentos que serão denominados de comunitários. Diante dos investimentos comunitários, admite-se que a atuação do poder público municipal não se tornou menos significativa, por ser o articulador das ações propostas.

Para melhor compreendermos, pode-se utilizar a situação dos prédios escolares em que funcionavam as aulas municipais. Instaladas no interior do município, eram construídas nas comunidades, por grupos de moradores que contribuía com valores financeiros, com o terreno e até mesmo com a mão de obra, como forma de garantir uma escola mais próxima para os filhos e a designação de uma professora municipal. Assim, no decorrer do período, observa-se o aumento progressivo de valores despendidos com a remuneração mensal de professores e um valor irrisório de investimentos em aluguéis para o funcionamento de aula municipais.

Vários outros exemplos de investimentos podem ser citados, como a doação do terreno para a construção do Grupo Escolar Cajuru, feita por Angelo Damiani, a contribuição de comerciantes para a montagem de instalação do gabinete médico-dentário no Grupo Escolar Farroupilha e a manutenção dos prédios escolares das escolas municipais.

O envolvimento comunitário em campanhas e arrecadações em prol da Educação não se refere apenas a instituições públicas; as instituições confessionais também foram fortemente apoiadas pelos munícipes, em especial na construção de seus prédios escolares. Nesse sentido, citam-se duas oportunidades: a construção do Colégio São Tiago e a ampliação do prédio escolar do Colégio Nossa Senhora de Lourdes para atender o curso ginásial feminino. Evidenciam-se, dessa forma, as redes de sociabilidade, o poder de barganha da Igreja Católica e de determinados grupos sociais organizados em comissões. Nesse movimento, indubitavelmente, estabeleciam-se relações de poder.

A construção do prédio escolar para o Colégio São Tiago foi administrada por uma comissão que, dessa forma, mobilizou recursos públicos municipais e contribuições dos munícipes para a obra, até mesmo operários colaboraram com a doação de tijolos. Após inaugurado o Colégio São Tiago, com o objetivo de atender no curso ginásial o público masculino e o prédio escolar passar a ser também frequentado por um grupo de moças, alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, a situação foi considerada inadequada pela comunidade e, decorrência disso, foi a mobilização para ampliar o prédio escolar das irmãs para atender o curso ginásial feminino.

Novamente foi instituída uma comissão que promoveu reuniões para tratar dos assuntos da construção. Nesses encontros, participavam diversas pessoas da comunidade e

autoridades locais como o Monsenhor Tiago Bombardelli e o juiz municipal. Foi em uma dessas reuniões que foi proposta a criação do Livro de Ouro, o qual teria a finalidade de registrar todas as contribuições recolhidas por uma comissão de senhoras. (BELUSSO, 2016). A religiosa que acompanhava a comissão, Irmã Mafalda Seganfredo, detalhou, em entrevista, no ano de 2015, a dinâmica do recolhimento de contribuições.

Então a gente ia nas famílias com o Livro de Ouro. Então o Livro de Ouro de cada mês a gente tinha o nome da casa de comércio, de não sei o que, também da família, particulares que tinham prometido, então tava tudo no Livro de Ouro. Uma vez por mês a gente ia e eles davam um tanto conforme podiam. (SEGANFREDO, 2015).

Embora a ampliação do prédio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes tivesse ocorrido na década de 1950, ela ilustra a movimentação comunitária de arrecadação de investimentos para a Educação no município e como isso ocorria na prática cotidiana. A constituição de comissões é uma marca de diferentes movimentos coletivos no município, e é também a forma como as elites locais se mobilizavam para empreender ações que envolviam recorrentemente o tripé comunidade, Igreja e governo municipal.

Da mesma forma que houve recurso comunitário em instituições públicas municipais, estaduais e confessionais, ocorreu também investimento do poder público municipal. Algo que está nas entrelinhas da análise das leis de orçamento e do efetivo pagamento de empenhos é a ideia de que os alunos eram do município e, independentemente de onde estivessem estudando, necessitavam do olhar da municipalidade. Decorrencia disso foram os investimentos, que expressam um sentido de pertença à Educação.

Isso pode ser observado no apoio financeiro, por meio de subvenção ao ensino confessional, que foi assumido pelo município logo após a emancipação e, mesmo com a extinção legal das subvenções em 1935, foi mantida e ampliada por todo período pesquisado. Entende-se a ampliação gradativa em número de instituições escolares atendidas e também em valores, ao perceber que, em 1935, apenas o Colégio Santa Cruz era subvencionado, benefício que foi estendido, mais tarde, ao Colégio Nossa Senhora de Caravaggio (1937) e ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1948). Isso significa que a contribuição mensal, em 1935, de duzentos mil réis ao Colégio Santa Cruz (na época, Juvenato São Carlos) chegou a doze mil cruzeiros anuais, em 1948, destinados às três instituições da congregação instaladas no município.

Já, em outras situações, o município foi chamado a contribuir com o Estado, como na oferta de terreno para a construção de prédios, na construção, na manutenção, na adaptação

ou, ainda, no pagamento de aluguel de espaços para o funcionamento de instituições escolares estaduais. Essas solicitações também aconteciam em situações mais cotidianas, como na entrega de móveis e materiais didáticos para os grupos escolares. As despesas de transporte da capital até o município eram de responsabilidade do Estado e, quando chegavam a Farroupilha, da área central até as instituições escolares situadas no interior, ficavam por conta do município⁸⁵⁹.

Também, chama a atenção investimentos em momentos solenes, como a inauguração do Grupo Escolar Farroupilha e a Semana Ruralista, citadas anteriormente, e que representam o fortalecimento do ensino estadual no período com a ampliação da instalação dos grupos escolares e a disseminação dos saberes vinculados à pedagogia moderna. Decorrente disso, observa-se, em diversos momentos, que o Estado estimula uma série de iniciativas que requerem a colaboração financeira do município, que, por vezes, é realizada em parceria com a comunidade. Como exemplo disso, novamente se cita o gabinete médico-dentário instalado no Grupo Escolar Farroupilha, o que só se concretizou por um esforço coletivo local entre governo municipal, munícipes (em especial, comerciantes) e os profissionais que se envolveram no projeto, um médico e dois dentistas.

Além de todas essas nuances citadas, tem-se a maior parcela do investimento público na manutenção da rede escolar municipal, que, além da remuneração dos professores e do pessoal técnico em Educação (orientadora de ensino e inspetor escolar), foi paulatinamente suprimindo as escolas de materiais didáticos para professores e alunos. No decorrer dos anos, adentram às salas de aula mapas, bandeiras, mobiliário, materiais escolares, livros, movimento que, sem dúvida, é intensificado a partir da presença da orientadora de ensino municipal e que pode ser compreendido como ressonância das orientações do CPOE/RS no município.

Entende-se que, inicialmente, a compra de materiais escolares esteve mais vinculada à escrituração escolar e que o município, com o tempo, passou a ofertar materiais didáticos aos alunos que não tinham condições de custear a aquisição. Como exemplo, no ano de 1945, um informe emitido pela Diretoria de Instrução Pública comunica ao prefeito quais foram e as quantidades de materiais escolares distribuídos a alunos pobres das aulas municipais: 137

⁸⁵⁹ **Circular nº 10.691**, da Secretaria do Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública, Diretoria Geral da Instrução Pública, para o prefeito de Farroupilha, 23 de novembro de 1939. Determina as responsabilidades do Estado e do município na entrega de material para as instituições escolares estaduais. CER/AGPMF.

cadernos, 6 *Cartilha do Povo*, 9 cartilhas *Queres Ler?*, 5 cartilhas *Infância I*, 2 cartilhas *Infância II*, 50 lápis, 3 canetas, 3 tinteiros, 15 penas de aço, 18 borrachas e 1 caixa de giz⁸⁶⁰.

Ao verificar o investimento público em escrituração escolar, é possível afirmar que o material era considerado necessário à organização escriturária de uma instituição escolar pública municipal de ensino primário e que englobava o registro das matrículas (livro de matrícula), das presenças ou ausências (livro de chamada e mapas mensais), das notas (boletins) e dos acontecimentos importantes e das comemorações (livro de atas).

Também é preciso pontuar que a partir de 1939 a Diretoria de Estatística Educacional da Secretaria de Educação e Saúde Pública orientou que fossem adquiridos livros de matrícula e de frequência e boletins mensais de modelos oficiais que poderiam ser adquiridos nas livrarias da capital. A medida visava a facilitar a fiscalização e uniformizar os dados a serem coletados para a estatística educacional⁸⁶¹.

Para compreendermos o que se registrava em cada um desses documentos, apresento os itens que compõem um livro de matrícula utilizado pela professora da aula nº 25, de Desvio Machado, Linha Ely, do ano de 1939 até 1949. O livro foi produzido pela Livraria Globo, de Porto Alegre, com 50 páginas. Na sua parte interna, na página do lado esquerdo, há colunas para o preenchimento das informações a seguir: número, data de matrícula (dia, mês e ano), nomes, data de nascimento, apresentou certidão (sim ou não), idade, sexo (M-F), nacionalidade, religião, classe ou ano que vai frequentar, promovido/repetente número de vezes, residência, cancelamento (data e motivo) e observações. Na página do lado direito, eram completadas com o nome do pai ou responsável, nacionalidade, grau de instrução, profissão e religião, nome da mãe, nacionalidade, grau de instrução, profissão e religião.

Para compreender o que informam os registros da aula nº 25, apresenta-se no Quadro 30 a compilação algumas das informações dos anos de 1939, 1943 e 1948.

⁸⁶⁰ **Informe** da Diretoria da Instrução Pública ao prefeito de Farroupilha, 22 de janeiro de 1945. Comunica os materiais distribuídos. CER/AGPMF.

⁸⁶¹ **Circular 9**, emitida pela Secretaria da Educação e Saúde Pública, Diretoria da Estatística Educacional, 3 de março de 1939. Comunica a adoção de modelos oficiais de livros de matrícula, frequência e boletins mensais. CER/AGPMF.

Quadro 30 - Livro de Matrícula da aula nº 25 (1939-1948)

Ano	Número de alunos	Apresentam C.N.	Quantidade de alunos por idade	Sexo	Religião/ local de residência	Quantidade de alunos por série	Observações: Cancelamentos/ informações sobre repetentes
1939	50	47 (sim) 3 (não)	6 anos (2) 7 anos (3) 8 anos (3) 9 anos (10) 10 anos (11) 11 anos (6) 12 anos (9) 13 anos (5) 14 anos (1)	28 (M) 22 (F)	Católica/ Desvio Machado	24 (1º ano) 13 (2º ano) 5 (3º ano) 5 (4º ano) 3 (5º ano)	2 cancelamentos em 13 de maio. Os alunos passaram a frequentar a aula 26 por serem mais vizinhos. Repetente 1 vez (4 alunos)
1943	34	Sim (34)	7 anos (1) 8 anos (10) 9 anos (5) 10 anos (6) 11 anos (6) 12 anos (2) 13 anos (2) 14 anos (2)	17 (M) 17 (F)	Católica/ Desvio Machado	20 (1º ano) 11 (2º ano) 1 (3º ano) 2 (4º ano)	Repetente 1 vez (3 alunos) Repetente 2 vezes (2 alunos) Repetente 3 vezes (20 alunos)
1948	42	Sim (37) Não (5)	5 anos (1) 6 anos (3) 7 anos (6) 8 anos (5) 9 anos (5) 10 anos (9) 11 anos (5) 12 anos (6) 13 anos (0) 14 anos (2)	26 (M) 16 (F)	Católica/ Desvio Machado	23 (1º ano) 10 (2º ano) 4 (3º ano) 5 (4º ano)	Repetente 1 vez (2 alunos) Repetente 2 vezes (15 alunos) Repetente 3 vezes (7 alunos)

Fonte: Elaborado a partir do Livro de Matrícula da aula nº 25, Secretaria de Educação, AGPMF.

O quadro compilado nos permite visualizar o número de alunos por ano. Em 1939, eram 50 alunos; em 1943, reduzidos a 34; e, em 1948, registram-se 42 alunos matriculados. Quanto à documentação solicitada pela escola para matrícula, observa-se que nem todas as crianças tinham a certidão de nascimento nos anos de 1939 e 1948. A aula nº 25 atendeu meninos e meninas de 5 a 14 anos, que se declararam católicos e residentes em Desvio Machado, Linha Ely. Sobre o agrupamento nas séries e anos, percebe-se que a maioria dos alunos estava concentrada no primeiro e no segundo ano e que as repetências, em 1943 e 1948, eram muito frequentes, e ocorriam por um, dois ou três anos. Sobre os cancelamentos de matrículas, há apenas dois registros de alunos que passaram a frequentar a aula nº 26, em razão de ser mais próxima de suas residências.

Chama a atenção no livro de matrícula as marcas de fiscalização encontradas ao longo das páginas, feitas pelo diretor da Instrução Pública Angelo Venzon Neto nos anos de 1939, 1943 e 1947 e pela orientadora de ensino Albertina Cibelli em 1944. Investir recurso financeiro na compra de livros de matrículas é também investir no controle sistemático que

pode ser feito a partir do registro escriturário, que era de responsabilidade das professoras. O conteúdo da página que registra as informações sobre os pais foi compilado no quadro a seguir.

Quadro 31 - Informação sobre pais e mães de alunos no livro de chamada da aula nº 25 (1939, 1943 e 1948)

Ano	Pais			Mães		
	Nacionalidade/ Religião	Instrução	Profissão	Nacionalidade/ Religião	Instrução	Profissão
1939	Brasileiros/ católicos	Com instrução (27) Sem instrução (17)	Comerciantes (2) Agricultores (42)	Estrangeiras (2) Brasileiras (42) Católicas	Com instrução (23) Sem instrução (21)	Domésticas
1943	Brasileiros/ católicos	Com instrução (20) Sem instrução (7) Não recebeu instrução, mas lê e escreve (1)	Agricultores	Brasileiras/ Católicas	Com instrução (17) Sem instrução (11)	Domésticas
1948	Brasileiros/ católicos	Leem e escrevem (25) Analfabetos (6)	Agricultores	Brasileiras/ Católicas	Leem e escrevem (26) Analfabetas (7)	Domésticas (31) Professoras municipais (2)

Fonte: Elaborado a partir do Livro de matrícula aula nº 25, SMEF, AGPMF.

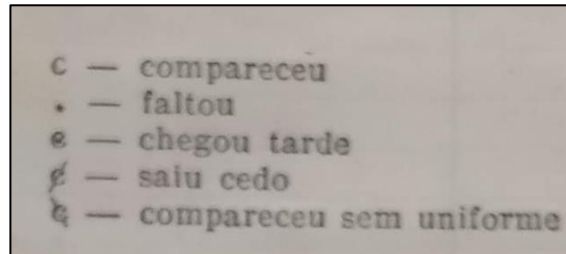
O registro dos familiares apresenta pais que se declaram brasileiros, católicos e, em sua grande maioria, agricultores; raramente, comerciantes. Grande parte teve acesso a algum tipo de instrução. O registro específico sobre a instrução foi se alterando, pois, inicialmente, no ano de 1939, informava os que tinham ou não instrução; já, em 1943, apesar de se manter o registro dessa forma, percebe-se a preocupação em anotar que um pai lê e escreve, embora não tenha recebido instrução. E, em 1948, já não foi registrada a instrução, mas sim a informação relativa aos pais que sabiam ou não ler e escrever.

Já as mães são brasileiras (com exceção de duas delas, que, em 1939, foram registradas como estrangeiras), católicas e domésticas (entende-se que realizavam os trabalhos do lar). Entre as mães, no ano de 1948, havia duas professoras municipais. Ainda, a maioria teve acesso a algum tipo de instrução e sabiam ler e escrever; no entanto, proporcionalmente, mais pais tiveram oportunidade de acesso à instrução.

Assim, compreende-se que o livro de matrícula permitia a quem tivesse acesso a ele conhecer diversas características do grupo atendido em cada instituição escolar. Inclusive, pode ser um potente documento para análises futuras no desdobramento desta pesquisa, para comparar a realidade de diferentes escolas municipais.

nos livros de chamada conforme estiver no livro de matrícula, utilizar convenções específicas para os registros, conforme imagem a seguir:

Figura 63 - Convenções para preenchimento de livro de chamada (1942)



Fonte: Livro de chamada produzido pela Livraria O Globo, 1942, AGPMF.

Os símbolos sugerem, além de registrar presenças e ausências, que sejam sinalizados as chegadas atrasadas, saídas antecipadas e os comparecimentos sem uniforme escolar. Ainda aconselham: colorir de vermelho as colunas que façam referência a dias santificados, domingos, pontos facultativos e feriados não cívicos; e colorir de verde as colunas que corresponderem a feriados e datas nacionais de comemoração obrigatória. As saídas antecipadas ocorriam nas aulas municipais de Farroupilha e eram motivadas pela necessidade de terem os filhos que levar o almoço para os pais na roça. (CRIVELATTI *et al.*, 1984).

Ainda referindo-se ao Livro de Chamada da aula nº 25, nota-se que, ao final do mês, eram contabilizados os comparecimentos e as faltas, classificando-as em justificadas ou injustificadas. O campo de observações deveria ser destinado a anotações de alunos matriculados ou desvinculados durante o mês e, no caso de alunos transferidos, estes deveriam ser eliminados da matrícula geral. Para o cálculo da frequência média, a orientação era dividir o total de comparecimentos pelo número de dias letivos, e, para verificar o percentual de frequência, multiplicar o total de comparecimentos por cem e dividir pelo total de comparecimentos mais o total de faltas. Por fim, no mês de dezembro, indicava-se a registrar o resumo anual de frequência, acompanhado do seu percentual.

A parte interna do livro, com 49 folhas, ainda continha, nas páginas iniciais, espaços para registrar a matrícula geral. Em seguida, uma página para dados estatísticos e outras para o registro da frequência mensal.

Quanto às prescrições, podemos verificar que o Livro de Chamada da aula nº 28, localizada na Linha Jacinto, foi preenchido, inicialmente, pela professora Claudina Bernart. E, de 1938 até 1943 e de 1944 a 1947, pela professora Aquilina Buseti. Percebe-se que elas se apropriaram de formas diferentes ao preencherem o livro. Um exemplo disso foi que a

professora Claudina não utilizou as cores; já a Aquilina, sim. Os livros, tanto de matrícula quanto de chamada, eram utilizados por anos e eram parte da documentação da escola. Evidência disso é que, quando ocorria a troca de professores, dava-se continuidade ao preenchimento do mesmo livro. Esse procedimento justifica a compra esporádica desse suporte de escrituração escolar.

Já em relação aos livros de atas, afirma-se que, no município de Farroupilha, por vezes, foi de fato um livro adquirido para tal fim. Todavia, por outras, foi usado um caderno pautado para realizar o registro das atas escolares. Para exemplificar o conteúdo do registro de atas, utiliza-se o Livro de Atas da Escola Machado de Assis, mais especificamente, as atas elaboradas pela professora Isolda Tonin, no ano de 1945. Elas assinalam eventos e comemorações, como a reabertura do ano letivo, o programa do Dia Pan-Americano, as comemorações de Tiradentes, do Dia do Trabalho, do Dia 7 de Setembro e do aniversário do presidente Getúlio Vargas, encerramento do ano letivo. Alguns excertos são transcritos a seguir.

Ata nº1 – De reabertura – No dia 1º de março de 1945, as 8 horas da manhã foram iniciadas as atividades escolares da Escola Machado de Assis, nº 4, localizada na Linha Julieta, 1º distrito de Farroupilha, compareceram 15 alunos, sendo 8 do sexo masculino e 7 do sexo feminino. Foi cantando de início o hino Pátrio e logo a seguir a professora dirigiu-se aos alunos, pedindo que neste ano esperava maior frequência e aplicação nos estudos para o melhoramento dos escolares e para o engrandecimento de nossa terra querida.

Ata nº 2 – Aos quatorze dias do mês de abril de 1945; as 11 horas da manhã, foi levado um programa para comemorar a passagem do dia Pan-Americano, tendo os alunos cantado o Hino Nacional e logo após a professora explicou em palavras acessíveis, o porquê deste dia enaltecendo a amizade que reina entre as nações americanas do sul, norte e centro. Segue-me abaixo o programa: 1º A poesia recitada. 2º Os alunos cantaram o Hino nacional. 3º Dramatização. Finalizou esta hora com o canto. Deus salve América. Nada mais havendo foi assinada por mim.

Ata nº 3 – Aos dezanove dias do mês do abril de mil novecentos e quarenta e cinco, as 11 horas da manhã, foi comemorado [...] o dia natalício do grande presidente Dr. Getúlio Vargas, tendo a professora tendo uma palestra sobre a personalidade em apreço. Os alunos desenvolveram o seguinte programa: Poesia pelas alunas: 1ª Gema Farinon, Elsi Tonin, Olga Frizzo, Gladis Tonin. Finalizou a sessão com o canto Hino Nacional.

Ata nº 4 – Aos 21 dias do mês de abril [...] foi cantado dignamente e comemorado o dia de Tiradentes. Para essa comemoração foi preparado um programa resultando o grande vulto de nossa história tendo-se feito o hasteamento da bandeira Nacional e cantado o hino Pátrio. A professora falou aos alunos sobre o grande herói e logo após os alunos passaram a recitar versos que seguem: sobre Tiradentes, sobre o amor a Pátria. Para finalizar o ato foi cantado o Hino à Bandeira.

Ata nº 5 – No dia 1º de maio foi comemorado [...] o Dia do Trabalho, houve uma preleção pela professora sobre o trabalho que é a grandeza do Brasil. Os alunos fizeram alguns trabalhos comemorativos e mais recitaram sobre o assunto algumas poesias e levaram uma dramatização. Finalizou-se com o canto Hino Nacional.

Ata nº 6 – Aos sete dias do mês de setembro [...] foi cantado dignamente o Hino Nacional e hasteando o pavilhão brasileiro logo após foi feita uma palestra sobre o feriado que se comemoraram pela professora os alunos desfilaram fazendo

saudação à Bandeira. As 3 horas saíram da aula em conjunto com os pais dos alunos e professora para assistir corridas de regatas em Santa Rita. As 6 horas arriamento do pavilhão nacional.

Ata nº 7 – De encerramento do ano letivo [...]. Aos 23 dias do mês de novembro do ano mil novecentos e quarenta e cinco as 8 horas da manhã, iniciou-se os exames escritos de linguagem e matemática. Estudos sociais do 3º e 4º ano da escola acima referida em presença da banca examinadora designada pelo Dr. Raul Cauduro M.D. prefeito de Farroupilha. A tarde teve lugar os festejos de encerramento. Tendo sido promovidos os seguintes alunos: Do III ano: Eli Farinon, com média 75 Vercilma Guizzo com média 75 Maria Cambuzzi com média 55. Do IV ano: Gema Farinon com média 75. Os alunos recitaram lindos versos e poesias patrióticas. Para encerrar o ato foi cantado por todos os presentes o Hino Nacional. E para constar foi esta lavrada e assinada pelos membros da banca examinadora. Angelo Venzon Neto, Suzana Pasqual, Isolda Tonin, Anita Farinon, Vendermina Tonin, Maria Giacomel, Dorico Riva e João Zucco⁸⁶².

Os livros de atas não eram feitos ao acaso e eram fiscalizados pela orientadora de ensino, que dava um visto, seguido de assinatura e data. Não foi possível localizar os mapas mensais e nem boletins escolares, que também mereceram investimento público e serviram para escrituração escolar, informando frequências, ausências e também notas. Sobre esse registro, a professora Lúcia Freitas Travi (1987, p. 25) afirma: “*Fazia chamada todos os dias. Tinha o Livro de Chamada. No fim do mês tinha que fazer o mapa, naquele tempo. Nós tinha tudo no Livro de Chamada e fazer o mapa e levar na prefeitura*”. Assim, compreende-se que o investimento em escrituração escolar constituía condições de registro do cotidiano e que poderia ser visualizado, acompanhado e fiscalizado pela instância municipal.

Além dos documentos apresentados, a professora Lúcia Freitas Travi (1987) recordou que fazia o diário e explicou que “*Esse diário, vamos dizer, [ah] amanhã o 1º ano vou ensinar português, cópia, ditado. Tudo o que faziam. Todos os dias tinha que fazer o diário*”, o que também era fiscalizado pela instância municipal: “*Tinha que apresentar. Pró Prefeitura, o diretor [Instrução Pública]. Eu acho que levávamos todos os meses. Depois tínhamos a orientadora, então ela visitava as aulas. Aí ela olhava o diário*”. (TRAVI, 1987, p. 24).

Já a distribuição de materiais escolares aos alunos nos apresenta a utilização de cadernos, tinteiros, penas de aço, canetas, lápis e borracha. Esses objetos da cultura material escolar registram as escritas infantis realizadas com canetas, lápis ou penas de aço, em um espaço individualizado, o caderno, e que permite visualizar a adesão ao currículo proposto a um corpo docente. O caderno escolar pode ser considerado registro da “[...] produção infantil, um espaço gráfico e um produto da cultura escolar” (VIÑAO FRAGO, 2008, p. 15), o que permite entrever intencionalidades do poder público municipal ao fornecer esses objetos a alunos e professores tais como organizar e racionalizar a escrita em um espaço próprio e que

⁸⁶² **Livro de atas** de 1945 a 1950, Escola Machado de Assis. SMEF/AGPMF.

pode ser consultado a qualquer momento por professores, orientadores de ensino, inspetores escolares, familiares. Diferentes tipos de cadernos foram adquiridos pela prefeitura de Farroupilha como o caderno de papel almaço, cadernos de desenho e blocos de cálculo.

Além disso, o fornecimento de giz e cartilhas de alfabetização também apresentam indícios da cultura escrita e das formas de alfabetizar. O giz coloca em pauta o uso do quadro-negro, e as cartilhas oferecem diferentes propostas de alfabetização.

A cartilha *Queres Ler?*⁸⁶³ foi reconhecida e indicada pela comissão de avaliação de livros do Rio Grande do Sul, no ano de 1929, por integrar as inovações da pedagogia moderna. Apresentava um método ativo, em que o ensino da leitura e da escrita eram indicados simultaneamente.

Já a *Cartilha do povo* tratava da síntese de um projeto de Lourenço Filho para a alfabetização de crianças e adultos e tinha como maior preocupação do autor a de oferecer

um instrumento de educação popular, correspondente à técnica do ler e do escrever, entendida como um meio de aquisição de cultura, por parte de cada indivíduo, e de progresso, riqueza, ascensão, abastança e prosperidade para a Nação, com a finalidade de propiciar ao país sair do atraso do passado e ingressar na modernidade. (BERTOLETTI, 2011, p. 109).

Tal projeto propunha superar as disputas entre os métodos analíticos e sintéticos e centrar no como ensinar. Assim, o relevo passa a ser no interesse da criança e na sua maturidade biofisiológica⁸⁶⁴. Ambas, além de conteúdos de alfabetização da língua portuguesa, exaltavam símbolos nacionais, contribuindo para a construção de uma identidade nacional, que é formada e transformada no interior das representações. (HALL, 1998, p. 49).

Por fim, as cartilhas *Infância I* e *Infância II* podem se tratar da *Cartilha da Infância*, de Tomas Galhardo, educador paulista, que foi utilizada no Brasil desde o século XIX até a década de 80 do século XX. (TRINDADE, 2001).

Não se pretende aqui discutir as questões de produção e circulação dos livros didáticos no Brasil e no Rio Grande do Sul. No entanto, cabe salientar que estiveram sujeitos a controle e regulação e foram objetos de uniformização e normalização curricular. Inseridos no

⁸⁶³ A *Queres Ler?* foi publicada pela Livraria Selbach, de Porto Alegre, uma obra didática para o ensino de leitura adaptada a partir da obra *Quiéres Leer?* Do uruguaio José Henriquez Figueira, pelas professoras gaúchas Olga Acauan e Branca Diva Pereira de Souza, fruto das missões de professoras e alunas mestras ao Uruguai no início do século XX. Para compreender saber mais sobre indica-se consultar Peres (1999), Trindade (2001), Michel e Arriada (2015) e Michel, Peres e Silveira (2017).

⁸⁶⁴ Conforme Bertolotti (2011, p. 117), pode ser compreendida como “[...] aspectos internos e considerados pré-requisitos para o aprendizado da leitura e da escrita”. A maturidade era passível de desenvolvimento por meio de atividades psicomotoras e seu nível poderia ser detectado por meio dos testes ABC.

contexto escolar por professores e alunos, também não se pode considerar a utilização de maneira homogênea, e sim as apropriações de seus usuários. Tem que se compreender que

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afetam o leitor e o conduzem a uma nova compreensão de si próprio e do mundo. (CHARTIER, 2002, p. 24).

O município congrega múltiplos olhares sobre a Educação, numa perspectiva caleidoscópica, que permitirá desdobramentos em futuras investigações, pois, além dos títulos distribuídos em 1945, são muitos os encontrados no decorrer do período.

Quadro 32 - Livros adquiridos (1939-1948)

Ano	Local de compra	Títulos
1939	Gevaldino Ferreira	50 exemplares <i>Meu Brasil</i> .
1940	Flávio Zanatta – Tipografia do Centro S.A	40 exemplares <i>A Nação</i> .
1941	Livraria Brentano	50 livros escolares (não citados os títulos) e 4 livros religiosos.
1942	Livraria Brentano	4 livros, não citados os títulos. 44 catecismos. 10 livros de leitura <i>Infância II</i> . 10 livros <i>Infância I</i> .
1943	Livraria Brentano	22 livros infantis, 14 livros de aventuras, 13 livros de reza e 2 livros escolares (não citados os títulos); 1 livro <i>Sei Ler</i> , 1 livro <i>Infância Escolar</i> ; 2 livros de acentuação gráfica;
1944	Livraria Brentano	13 livros <i>Infância I</i> , 10 livros <i>Infância II</i> , 1 livro <i>Nosso Brasil</i> .
1945	Livraria Brentano	18 livros <i>Nosso Brasil</i> ; 4 livros <i>Ler Brincando</i> ; 7 livros <i>Primeira Infância</i> .
1946	Livraria Brentano	6 livros escolares (não cita o título); 3 Livros <i>Segunda Infância</i> e 30 livros <i>Queres Ler?</i> .
1947	Livraria Brentano	1 dicionário; 1 livro <i>Aritmética II</i> e 1 livro de gramática II.
1948	Livraria Brentano	12 livros <i>Queres ler?</i> ; 6 livros <i>Infância I</i> .

Fonte: Elaborado a partir de empenhos de 1935 a 1948, despesas municipais, AGPMF.

Inicialmente, as compras eram realizadas de sujeitos que ofertavam livros ao município. Como exemplo disso, temos a correspondência de Gevaldino Ferreira, diretor do Centro de Cultura Humberto de Campos, situado no município de Flores da Cunha, que apresenta a estratégia de venda do livro *Meu Brasil*.

Ilmo snr. Cap. Eudoro L. de Oliveira, D.D. Prefeito de Farroupilha. Junto remeto-vos um exemplar da terceira edição do livrinho *Meu Brasil*, que destino as escolas primárias, para o ensino do civismo. Mesmo não tendo esse trabalho nenhum valor a não ser o que lhe empresta a sua finalidade, vem sendo o mesmo muito bem recebido por todos quantos têm uma parcela de responsabilidade na formação dos homens de amanhã. Basta para demonstrá-lo o fato de se esgotarem três edições

em dois meses. Eu já conto com a adoção em diversos municípios (Vacaria, Flores da Cunha, Prata e tantos mais)⁸⁶⁵.

Após argumentar sobre a utilidade da obra e a quem se destina, salienta que outros municípios já fizeram a aquisição, enfatizando que os preços estão ficando mais acessíveis a cada edição.

A primeira edição foi vendida a 3\$000 o exemplar. Para a 2ª o preço foi o seguinte: para venda avulsa 2\$500 o exemplar, 2\$000 para revendedores, como para as Prefeituras que fazem grandes aquisições. Visando sempre facilitar cada vez mais, farei melhor preço para o próximo ano⁸⁶⁶.

E ainda apresenta formas possíveis para implementação do livro, com ou sem investimento público municipal.

Alguns prefeitos se limitam a enviar uma circular ao professorado dizendo que a referida obra está adotada e que deve ser adquirida pelos alunos do terceiro livro em diante. Não fazem, assim, nenhuma despesa. Outros vão além: adquirem, pela verba “material escolar” certo número de exemplares para distribuição às escolas⁸⁶⁷.

Diante do exposto, propõe ao município uma reserva de 300 exemplares da próxima edição, do mês de janeiro de 1939, ao valor total de 500\$000. E, por fim, afirma: “Creio que não haverá nenhuma dificuldade, porquanto essa pequena despesa entrará no exercício de 1939, podendo, portanto, ser prevista nesse orçamento.”⁸⁶⁸.

Dessa forma, vê-se que a proposta de venda é dirigida diretamente ao prefeito e faz uso de uma série de argumentos para incentivar a compra, sugerindo, inclusive, formas possíveis para a adoção do livro e o número de exemplares a ser reservado. Por fim, foram adquiridos 50 exemplares, e o pagamento foi realizado com verba pública, no total de 100\$000.

A partir de 1941, os livros passam a ser adquiridos de uma livraria local, a Livraria Brentano, o que sinaliza a adequação do mercado local para atender à demanda escolar. A empresa J.A. Brentano ainda possuía a gráfica para impressão de boletins, mapas mensais e

⁸⁶⁵ **Correspondência** de Gevaldino Ferreira, diretor do Centro de Cultura Humberto de Campos, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 3 de outubro de 1938. Oferta o livro *Meu Brasil*. CER/AGPMF.

⁸⁶⁶ **Correspondência** de Gevaldino Ferreira, diretor do Centro de Cultura Humberto de Campos, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 3 de outubro de 1938. Oferta o livro *Meu Brasil*. CER/AGPMF.

⁸⁶⁷ **Correspondência** de Gevaldino Ferreira, diretor do Centro de Cultura Humberto de Campos, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 3 de outubro de 1938. Oferta o livro *Meu Brasil*. CER/AGPMF.

⁸⁶⁸ **Correspondência** de Gevaldino Ferreira, diretor do Centro de Cultura Humberto de Campos, para Eudoro Lucas de Oliveira, prefeito, 3 de outubro de 1938. Oferta o livro *Meu Brasil*. CER/AGPMF.

outros impressos, o que constitui condições de distribuição e circulação desses materiais na escola e no município.

As compras de materiais escolares, inicialmente, foram feitas em maior volume, de empresas de Porto Alegre, na capital do Estado, e Caxias, o que foi paulatinamente se deslocando para o comércio local, direcionando-se à Livraria Brentano e à Casa Merlin.

Além dos investimentos já citados, foram ainda destinados recursos para a realização dos exames finais, premiações para os alunos, festividades, fiscalização, cursos de aperfeiçoamento de professores, aluguéis de prédios escolares e uniformes. Com maior ou menor intensidade, esses investimentos ocorreram de alguma forma no decorrer de todo o período pesquisado.

Ao analisar os empenhos, percebem-se os recorrentes pagamentos para transportar os membros da banca examinadora para a realização dos exames finais. Para compreendermos a composição da citada banca, apresentam-se os sujeitos que fizeram parte no ano de 1941: os funcionários Angelo Venzon Neto, Ricardo Chiele (agente municipal de estatística), Hugo Mantovani, João de Deus Silveira e Julio Giron. Pontua-se que “[...] os dois primeiros levaram a efeito os exames em todas as aulas municipais, devendo os subprefeitos integrarem a comissão examinadora [...]”, em seus respectivos distritos⁸⁶⁹. Dessa forma, cada banca de exames finais contava com três integrantes que se deslocavam pelo município realizando uma banca por turno, a partir de um cronograma pré-definido com antecedência, como se pode visualizar a seguir o do 3º distrito.

Quadro 33 - Cronograma de exames, 3º distrito de Farroupilha (1941)

Data	Turno	Local	Aula	Professora
3º distrito				
7	manhã	Linha Alencastro	Aula nº 8	Ada Minella
7	tarde	Linha Alencastro	Aula nº 14	Ana M. Minella
8	manhã	Monte Bérico	Aula nº 9	Izena Gobbato
8	tarde	Linha Sertorina	Aula nº 10	Alice Gasperin
9	manhã	Rio Burati	Aula nº 7	Dirce Lúcia Damiani
10	manhã	Linha Ely	Aula nº 27	Angelina Rigatti
10	tarde	Desvio Machado	Aula nº 29	Malvina A. Gabbardo
11	manhã	Linha Machado	Aula nº 24	Lidia Freitas Travi
12	manhã	Rachel Carlota Silvestrin Chiele	Aula nº 25	Rachel Carlota Silvestrin Chiele
13	manhã	Linha Vicentina	Aula nº 2	Herma Cesca
13	Tarde	Rio Caçador	Aula nº 6	Joaninha M. Ambrósio.

Fonte: Correspondência de Angelo Venzon Neto para João Silveira subprefeito do 3º distrito, 22 de outubro de 1941.

⁸⁶⁹ FARROUPILHA. **Portaria** de 29 de julho de 1941. Designa os membros das comissões examinadoras. Livros Portarias, nº 1 a 154, anos 1935 a 1943. SGDh.

As bancas foram realizadas no mês de novembro, e os sujeitos que compunham a comissão eram definidos pelo prefeito; já o cronograma era de responsabilidade de Angelo Venzon Neto, diretor da Instrução Pública. Sobre as bancas realizadas em 1941, o prefeito Nelson Schneider comunica ao secretário da Educação interino Herófilo Azambuja que “[...] ficou encerrado [o] presente ano letivo em 44 aulas municipais em cujos exames finais compareci pessoalmente. Bancas examinadoras surpreenderam-me pelo grande aproveitamento verificado em todos esses estabelecimentos ensino”.⁸⁷⁰. Assim, compreende-se que o momento dos exames contava com autoridades municipais, nesse ano inclusive com o prefeito.

No ano de 1942, novamente, pela Portaria 85/8/1942, foram designados os membros da comissão examinadora.

Para o I distrito: Presidente: Ângelo Venzon Neto Secretaria: Thereza Roso. Para o II distrito: Presidente: Hugo Mantovani Secretario: Agostinho J. B. Giron Auxiliar: Giacomo Mandelli Lodi. Para o III distrito: Presidente: João Silveira Secretário: Carlos Pacini. Para o IV distrito: Presidente: Julio Giron Secretário: Tarquínio Bergamo Auxiliar: Thomaz Radaelli⁸⁷¹.

A composição da banca examinadora apresenta uma mudança na organização, com diferentes sujeitos para cada distrito, que assumem as funções específicas de presidente, secretário e auxiliar. Nota-se que a banca para o 1º distrito foi composta pelo diretor da Instrução Pública, Angelo Venzon Neto, e pela professora municipal Thereza Roso, que atuava junto a esse setor no período; já nos demais distritos, a presidência ficou a cargo dos subprefeitos, e os cargos de secretário e de auxiliar contaram com pessoas da comunidade.

Por fim, apresenta-se a programação dos exames finais para o ano de 1943, agora com todos os distritos e nos permitindo ter a ideia da quantidade de deslocamentos e tempos dedicados aos exames finais.

Quadro 34 - Programação dos exames finais (1943)

(continua)

Dia	Horário	Professoras	Localidade	Distritos
18	8h às 10 horas	Maria Troian	Linha República	2º
18	10h:30min às 11h30min	Claudina M. Bernart	Linha Jacinto	2º
18	14h às 15h30min	Ivone Mandelli	Rio Branco	2º
18	16h às 17h30min	Estefania Del Pizzol	Linha Jansen	2º

⁸⁷⁰ **Fonograma** oficial de Nelson Schneider, prefeito, para Herófilo Azambuja, 27 de novembro de 1941. Comunica sobre os exames finais de 1941. CER/AGPMF.

⁸⁷¹ FARROUPILHA. **Portaria** 85 de agosto de 1942. Designa membros da banca examinadora. Livro Portarias, nº 1 a 154, anos de 1935 a 1943. SGD.

(conclusão)

Dia	Horário	Professoras	Localidade	Distritos
20	8h às 9h50min	Maria Webber	19 Lotes	4º
20	10h às 11:30 horas	João Perini	Travessão Perau	4º
20	13h às 15 horas	Joaninha Cecconello	Picada Feliza	4º
20	15h30min às 16h30min	Eleonora S. Frosi	Linha Boêmios	4º
20	17h às 18 horas	Ida Turcatti	7 Colônias	4º
21	9h às 11 horas	Miguelina Bridi	São Miguel	4º
22	8h às 9h30min	Maria Colombo	Linha Palmeiro	1º
22	10h às 11h30min	Suzana Pasqual	Santa Rita	1º
22	14h às 15h30min	Isolda Tonin	Linha Julieta	1º
22	16h às 17h30min	Geraldina Zini	Linha Julieta	1º
23	8h às 9h30min	Izeta Bazzo	Linha Vicentina	3º
23	9h45min às 10h45min	Ada Minella	Rio Caçador	3º
23	11h às 12 horas	Dirce Lúcia Damiani	Rio Burati	3º
23	14h às 15h30min	Izena Gobbato	Monte Bérico	3º
23	16h às 17h30min	Alice Gasperin	Linha Sertorina	3º
24	8h às 9h30min	Joaninha Ambrosis	Linha Alencastro	3º
24	10h às 11h30min	Dalva Cesca	Linha Alencastro	3º
24	14h às 15h30min	Anita Minella	Linha Alencastro	1º
24	16h às 17h30min	Ignes Peccin	Linha Amadeo	2º
25	8h às 9h30min	Aurora Mugnol Verona	Linha Jansen	2º
25	10h às 11h30min	Adelina Peccin	Linha Rio Branco	2º
25	14h às 15h30min	Irma Busetti Biasoli	Linha Jacinto	2º
25	16h às 17h30min	Amalia Sartor David	Linha Jansen	2º
26	8h às 9h30min	Odila Sachet	Desvio Machado	3º
26	10h às 11h30min	Ercilvia Bondam	Linha Muller	3º
26	14h às 15h30min	Rachel C. Silvestrin Chiele	Machado	3º
26	16h às 18 horas	Lidia Freitas.Travi	Machado	3º
27	8h às 9h30min	Severina Dala Rosa	São Valentin	4º
27	10h às 11h30min	Maria Dala Rosa	N.S. do Loreto	4º
27	14h às 15h30min	Elvira Colombo	Travessão São José	4º
27	16h às 18 horas	Rosa A. Zangalli	Travessão Milanez	4º
29	8h às 9h30min	Maria Bridi	Santos Anjos	4º
29	10h às 11h30min	Gema Radaelli	São Roque	4º
29	14h às 15h30min	Edita Canutto	Menino Deus	4º
29	16h30min as 18 horas	Lucia Frizzo Bampi	Menino Deus	4º
30	8h às 9h30min	Tereza De Momi	Linha Ely	4º
30	10h às 11h30min	Itália Benedetto	Linha Ely	4º
30	14h às 15h30min	Maria Frida Lydia Schulke	São José	1º
30	16h30min às 18 horas	Maria Lazzari	Machadinho	4º

Fonte: Circular 82/9/1943, CER/AGPMF.

Os exames foram realizados novamente no mês de novembro, do dia 18 ao dia 30, sendo feitas duas bancas pela manhã e duas pela tarde. Apesar de o quadro apresentar a programação a partir do dia 18, pode-se verificar que, com base nas instruções encaminhadas a uma professora, eles ocorreriam a partir do dia 16 de novembro e seriam organizados da seguinte forma:

Dia 16 – Linguagem e aritmética escrita para o 1º e 2º anos. Dia 17 – Linguagem e matemática escrita para 3º e 4º anos. Dia 18 – História, Ciência, Geografia, Moral e Cívica, Higiene, Educação Física, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto para 1º e 2º anos sendo escrito para o 2º ano e oral para o 1º ano. Dia 19 – Comemoração festivamente o dia da Bandeira Nacional. Dia 20 – Farão os exames escritos de todas as matérias, para o 3º e 4º anos, sendo os práticos feitos em conjunto ⁸⁷².

Diante disso, é provável que os deslocamentos pudessem ser ainda maiores ao compreender que o exame em uma mesma escola ocorreria em mais de uma data. Além de um programa definido, a Circular orienta que os pais, familiares e amigos dos alunos devem comparecer à festa com a intenção de estabelecer união entre escola e lar, fator julgado indispensável para o bom andamento da escola, o que tornava dos exames finais uma solenidade festiva na comunidade.

Além das bancas examinadoras das aulas municipais, o prefeito foi recorrentemente convidado para assistir aos exames finais nos colégios estaduais e particulares. Por exemplo, confirmou presença no encerramento do ano letivo do Colégio Santa Cruz, em Nova Milano ⁸⁷³. Sobre a presença do subprefeito nos exames da aula da Viação Férrea Turma 18, da professora Tereza Silvestrin, foram examinados 18 alunos e o prêmio foi conferido à aluna Dalila Kringes com grau 9,3⁸⁷⁴.

Destaca-se também a inauguração da Biblioteca Pública Municipal, que passa a oferecer materiais de consulta e leitura para professores e comunidade em geral, e adquire diversas obras que caracterizam o contexto histórico, político e econômico no período. A Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac pode ser compreendida como espaço de “[...] aculturação escrita, como informação, capacitação e ordem[...]” (MAGALHÃES, 2014a, p. 5), pois era onde estavam as leituras consideradas relevantes e autorizadas. Ao ofertar livros em um espaço que é público, pressupõe-se que os munícipes façam uso desses suportes para informação e aperfeiçoamento, dispondo-se a um “[...] estado educável e aculturante, de (informação) e mobilização.” (MAGALHÃES, 2011b, p.131). Dessa forma, a biblioteca institui um regime de educabilidade.

Especificamente, em relação ao pagamento dos professores, percebe-se que receberam denominações diferentes, dentre elas as mais recorrentes foram: professor municipal, professor substituto, professor contratado e auxiliar de ensino. Essa variedade de

⁸⁷² **Circular 82-9-1943**, emitida pela Diretoria da Instrução Pública para uma professora municipal, 13 de outubro de 1943. Comunica sobre os exames. CER/AGPMF.

⁸⁷³ **Correspondência 1.5490-1943**, de Antonio Pedroso Pinto, prefeito, para a Irmã Natalia Peroni, 6 de dezembro de 1943. Confirma presença no encerramento do ano letivo. CER/AGPMF.

⁸⁷⁴ **Comunicado** do subprefeito para o prefeito, 1942. Comunica sobre os exames da Aula da Estação Férrea. CER/AGPMF.

nomenclaturas denota a vinculação ao serviço público de diferentes formas. Entende-se que os professores municipais eram os efetivos e estes foram em alguns períodos contratados e dispensados anualmente. O professor substituto era contratado por tempo determinado para suprir licenças-saúde e faltas injustificadas, e o auxiliar de ensino, para acompanhar o professor municipal.

Com relação a remuneração dos professores ao longo do período foram sintetizadas na tabela a seguir:

Tabela 29 - Remuneração salarial professores (1934-1948)

Ano	Padrão salarial professores	Substitutos	Gratificações pró-labore
1935	50\$000, 60\$000, 70\$000, 80\$000, 90\$000 e 100\$000	60\$000	
1936	70\$000, 80\$000, 90\$000 e 100\$000	60\$000	
1937	80\$000, 90\$000 e 100\$000	80\$000	50\$000
1938	70\$000, 80\$000, 90\$000 e 100\$000	Não consta	50\$000
1939	70\$000, 80\$000, 90\$000 e 100\$000	80\$000	50\$000
1940	100\$000	100\$000	50\$000
1941	100\$000	100\$000	50\$000
1942	100\$000, a partir de novembro Cr\$ 100,00	100\$000	50\$000
1943	Cr\$ 100,00 (janeiro a março), Cr\$ 105,00(abril a dezembro)	Cr\$ 100,00 Cr\$ 105,00	50\$000
1944	Cr\$ 105,00	Cr\$ 105,00	50\$000
1945	1ª entrância – Cr\$ 150,00 2ª entrância – Cr\$ 200,00 3ª entrância – Cr\$ 250,00	Cr\$ 150,00	50\$000
1946	Padrão (a) – Cr\$ 150,00 Padrão (c) – Cr\$ 150,00 Padrão (e) – Cr\$ 200,00 Padrão (g) – Cr\$250,00	Cr\$ 150,00	100\$000
1947	Padrão 3 – Cr\$ 225,00 Padrão 5 – Cr\$ 300,00 Padrão 7 – Cr\$ 375,00	Cr\$ 225,00	100\$000
1948	Padrão 3 – Cr\$ 225,00 Padrão 5 – Cr\$ 300,00 Padrão 7 – Cr\$ 375,00	Cr\$ 225,00	150\$000

Fonte: Elaborada a partir dos empenhos de 1934 a 1948, despesas municipais, AGPMF.

Quanto à remuneração salarial, inicialmente (1935-1939), não foi padrão e, como já citado, levava em consideração o número de alunos e as habilidades do docente. Pode-se

verificar que os pagamentos variaram⁸⁷⁵ de 50\$000 a 100\$000⁸⁷⁶. A partir de 1940, padroniza-se em 100\$000 a remuneração. Em 1942, no mês de abril, houve a mudança da moeda de Mil Réis para Cruzeiro. Assim, o valor de 100\$000 é atualizado para Cr\$ 100,00⁸⁷⁷. Já em 1943, a partir de abril, passa a ser reajustado para Cr\$ 105,00. É também nesse ano que a Portaria nº 142 estabelece as datas de 27, 28 e 29 de cada mês, no turno da manhã, para o pagamento dos professores do 4º, 3º e, por fim, do 1º e 2º distrito, respectivamente. Ao comparecerem para receber o salário, obteriam as informações da Diretoria de Instrução Pública e orientadora de ensino. A ocasião do recebimento do salário também era o momento de entregar o diário na prefeitura com as lições de todos os dias do mês. Como forma de organizar o cotidiano do setor, foram definidos dias específicos para o recebimento: professores do 1º e 2º distrito, dia 29; do 3º distrito, dia 28; e do 4º distrito, dia 27⁸⁷⁸. De 1934 até 1944 pouco aumentou o valor do salário dos professores municipais. Foi somente a partir de 1945 que os salários foram atrelados às entrâncias e, posteriormente, a padrões, e assim passam a receber um aumento substancial e crescente até a ano de 1947.

Já com relação aos pagamentos de professores substitutos, nota-se que, de 1935 a 1939, variaram de 60\$000 a 80\$000, geralmente um valor menor do que recebiam os demais professores, o que se altera de 1940 a 1944, período em que os substitutos recebem remuneração equivalente aos professores efetivos. Já de 1945 a 1948 passam os professores substitutos a ter direito à remuneração da faixa salarial equivalente ao padrão inicial da categoria.

Não foi possível localizar documentos que expliquem os critérios para a criação de entrâncias ou padrões; no entanto, a partir da entrevista com a professora Itália Benedetto, podemos levantar a hipótese de que se refiram ao tempo de serviço. Conforme Benedetto (1983), ela “[...] em 23 de abril de 1945 foi efetivada para o cargo de professora Padrão C via Decreto [e] em 02 de maio de 1946 foi promovida por antiguidade do Padrão C para o E”.

⁸⁷⁵ A remuneração desigual não ocorria só nos municípios citados até então. Para estabelecer outras relações cita-se que o município de Alfredo Chaves, no início da década de 1930 praticava remunerações mensais aos professores de 80\$000, 90\$000, 100\$000 ou 110\$000 mensais. Conforme noticiado em Jornal *Stafetta Riograndense*, Garibaldi, quarta-feira, 23 de janeiro de 1935, nº 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/882038/3626>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁸⁷⁶ Segundo Souza (2015), Mil Réis, em outubro de 1942, equivaleriam, em outubro de 2014, a R\$ 0,67, valor que, atualizado com a utilização da calculadora do cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil pelo IPCA-E (IBGE), corresponde a R\$ 0,92 em novembro de 2020.

⁸⁷⁷ O valor de Cr\$ 1,00, em novembro de 1942, atualizado também pela calculadora do cidadão pelo IPC-SP (FIPE) corresponde a R\$ 1,43 em novembro de 2020.

⁸⁷⁸ FARROUPILHA. **Portaria** 142 de setembro de 1943. Estabelece dias do mês para o recebimento dos salários conforme os distritos. Livro Portarias nº 1 a 154, anos de 1935 a 1943. SGD.H.

Além do salário, por vezes, os pagamentos dos professores efetivos eram também somados a substituições temporárias, assim, ao lecionar em dois turnos, tinham a remuneração proporcional ao período e as gratificações pró-labore. Os valores das gratificações eram menores do que o salário e corresponderam inicialmente ao equivalente a 50\$000 mensais (1937-1945), Cr\$ 100\$00 mensais (1946-1947), Cr\$ 150\$000 (1948).

No ano de 1944, ainda foram adicionados aos vencimentos de todos os professores (efetivos, substitutos e auxiliares) um abono provisório de Cr\$ 30,00 dos meses de setembro a dezembro. E ainda foi possível identificar o pagamento da quarta parte do salário de uma professora que completou os 25 anos de serviço público no ano de 1942. Assim, compreende-se que, mesmo que a Lei nº 7 tenha sido criada só em 8 de dezembro de 1947 (prefeito José Baumgartner), garantindo as gratificações por tempo de serviço – em que passam a ter direito a 15 e 25% sobre a remuneração os funcionários que completarem 15 e 25 anos de serviço respectivamente⁸⁷⁹ –, na prática, isso já ocorria desde o início da década de 1940. Outro aspecto observado, no ano de 1944, é a redução na remuneração nos períodos de licença-saúde, quando o salário era diminuído para dois terços do valor integral.

Isso ocorria porque aos professores municipais se aplicava o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado⁸⁸⁰, na conformidade da Lei Estadual nº 711, de 23 de janeiro de 1937, que, adaptado à realidade municipal, foi promulgado sob a Lei 49, de 5 de outubro de 1938. Dentre as normas do Estatuto, determina-se o direito às férias de 30 dias por ano, desde que não tenham 30 faltas, sejam elas justificadas ou não, e não tenham gozado de licença saúde no período. Também determina uma licença remunerada de três meses para as mulheres ao final da sua gestação.

Além dos professores efetivos e substitutos, nos anos de 1936, 1945 e 1946, constam o pagamento de auxiliares de ensino. No ano de 1936, duas auxiliares receberam 420\$000 para atuarem de maio a setembro; já no ano de 1944, outras auxiliares fizeram jus nos primeiros 3 meses a Cr\$ 70,00 e a seguir a Cr\$ 105,00 acrescidos de Cr\$ 30,00 (abono provisório) e, por fim, no ano de 1945, de janeiro a março, Cr\$ 70,00 acrescido de Cr\$ 30,00 (abono provisório) e a seguir Cr\$ 150,00, remuneração equivalente à primeira entrância. A presença de auxiliares de ensino foi rara e parece ter sido uma alternativa temporária ao grande número de alunos em algumas aulas municipais.

⁸⁷⁹ FARROUPILHA. **Lei 7**, de 8 de dezembro de 1947. Concede gratificações por tempo de serviço. Disponível em: <http://leis.farroupilha.rs.gov.br/acessos/lei/Bxcnkelx8pm09LOJ.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

⁸⁸⁰ RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 711**, de 23 de janeiro de 1937. Regula os direitos dos funcionários públicos civis estaduais e dá outras providências. CER/AGPMF.

O aumento dos salários, que começa a apresentar algumas melhorias em 1945, justificado pela intervenção constitucional gaúcha, que determina em seu artigo 34 que o magistério municipal tenha uma remuneração condigna e, sempre que possível, não inferior a dois terços do menor vencimento concedido aos professores do magistério estadual.

Para compreender a diferença entre os vencimentos, comparam-se os salários recebidos por professores municipais no ano de 1939 e 1945 com remunerações de professoras estaduais que atuavam em grupos escolares da capital.

Quadro 35 - Exemplos de remunerações de professores estaduais (1939, 1945)

Ano	Professor municipal em Farroupilha	Identificação - instituição escolar	Remuneração	Observações
1939	70\$000, 80\$000, 90\$000 e 100\$000	Ruth Ivoty Torres da Silva Diretora do Grupo Escolar 3 de outubro (Porto Alegre)	Salário 300\$000 Gratificação 150\$000 Grat. direção 200\$000	Professora classe D
1939		Francisca Rocca Bragança Diretora do Grupo Escolar 3 de outubro (Porto Alegre)	Salário 400\$000 Gratificação 200\$000 Grat. direção 200\$000	Professora classe F
1939		Malvina Ribas Professores 3ª entrância Grupo Escolar 3 de outubro (Porto Alegre)	Salário 400\$000 Gratificação 200\$000 4ª parte 150\$000	Professora 3ª entrância Classe F
1945	1ª entrância – Cr\$ 150,00 2ª entrância – Cr\$ 200,00 3ª entrância – Cr\$ 250,00	Luiza Dotilde da Silva Acioli Grupo Escolar Roque Gonzalez (Porto Alegre)	Salário Cr\$ 450,00 Abono Cr\$ 100,00 Grat. Direção Cr\$ 100,00	Professora classe D
1945		Wanda Falcão Maia Grupo Escolar Roque Gonzalez (Porto Alegre)	Salário Cr\$ 500,00 Abono Cr\$ 100,00	Professora classe E
1945		Maria Mardini Grupo Escolar Roque Gonzalez Grupo Escolar Agrônomo Pedro Pereira (ambos em Porto Alegre)	Salário Cr\$ 400,00 Abono Cr\$ 100,00 Grat. 1/3 133,20	Designada para exercer as funções de professora de música em dois grupos escolares, recebia, além dos seus vencimentos, 1/3 dos mesmos, pela verba ajuda de custo.

Fonte: Elaborada a partir do Decreto-Lei nº 69⁸⁸¹, Decreto-Lei nº 65⁸⁸², Cadernos de pagamentos de professores estaduais⁸⁸³, APERS.

⁸⁸¹ FARROUPILHA. **Decreto-Lei nº 69**, de 24 de novembro de 1944. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1945. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, organizada na administração de Avelino Maggioni. AGPMF.

⁸⁸² FARROUPILHA. **Lei nº 65**, de 31 de dezembro de 1938. Orça a receita e fixa a despesa do município para o exercício de 1939. Encadernação de leis de orçamento dos exercícios de 1935 a 1947, AGPMF.

⁸⁸³ Os cadernos encontram-se salvaguardados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e não estão indexados. Foram localizados por acaso, por um pesquisador. Para saber mais sobre a documentação e as possibilidades de pesquisa no campo da História da Educação, consultar Hass e Figueiredo. (2018).

O quadro apresenta os salários dos professores municipais de Farroupilha no ano de 1939, que variavam de 70\$000 a 100\$000, em comparação a três exemplos de remuneração de professoras estaduais que atuavam na capital e tinham como salário base 300\$000 e 400\$000, um valor três, quatro vezes maior que os professores municipais, sem considerar as gratificações. A organização estadual, além de ter salários padronizados, já apresenta classes para as remunerações.

Já no ano de 1945, período em que se inicia a reorganização de salários em nível local, ao compararmos o item salários dos professores municipais - de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 250,00 - com os das docentes estaduais - de Cr\$ 400,00, Cr\$ 450,00 ou Cr\$ 500,00, dependendo das classes, e que são ainda acrescidos de abonos, gratificações ou ajudas de custo -, observa-se que aqueles são consideravelmente inferiores. Dessa forma, fica perceptível que os professores estaduais eram melhor remunerados do que os professores municipais e que a instituição de padrões salariais em âmbito estadual ocorreu antes. A organização da carreira do magistério público primário é de 1938, via Decreto nº 7640, documento que classifica as escolas em quatro estágios - conforme sua localização -, normatiza o concurso público para os professores e as possibilidades de reversão, remoção e promoção. Além de determinar como seriam preenchidos os cargos de direção dos grupos escolares, de delegados regionais de ensino, de orientadores de educação elementar ⁸⁸⁴.

Intentando compreender a remuneração dos professores municipais em relação à de outros municípios, estabelece-se o comparativo entre os salários dos professores municipais de Farroupilha e Caxias, conforme os valores expostos na tabela a seguir:

Tabela 30 - Remuneração dos professores municipais, Farroupilha e Caxias (1945-1947)

	1945	1946	1947
Farroupilha	1ª entrância – Cr\$ 150,00	Padrão A – Cr\$ 150,00	Padrão 3 – Cr\$ 225,00
	2ª entrância – Cr\$ 200,00	Padrão C – Cr\$ 150,00	Padrão 5 – Cr\$ 300,00
	3ª entrância – Cr\$ 250,00	Padrão E – Cr\$ 200,00	Padrão 7 – Cr\$ 375,00
		Padrão G – Cr\$250,00	
Caxias	1ª entrância (padrão C) – Cr\$ 150,00	1ª entrância (padrão E) – Cr\$ 200,00	1ª entrância (padrão 3) – Cr\$ 225,00
	2ª entrância (padrão E) – Cr\$ 200,00	2ª entrância (padrão G) – Cr\$ 250,00	2ª entrância (padrão 5) – Cr\$ 300,00
	3ª entrância (padrão G) – Cr\$ 250,00	3ª entrância (padrão J) – Cr\$ 300,00	3ª entrância (padrão 7) – Cr\$ 375,00

Fonte: Elaborado a partir do Decreto-Lei nº 60, Decreto-Lei nº 64 e Decreto-Lei nº 87.

⁸⁸⁴ RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 7640**, organiza a carreira do magistério público primário do Estado, aprova o regulamento que com este baixa e dá outras providências. Osvaldo Cordeiro de Farias, de 28 de dezembro de 1938 (REPOSITÓRIO UFSC). Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/115715/dec_7640.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 jul. 2020.

Os anos de 1945, 1946 e 1947 nos permitem comparar as remunerações entre os municípios de Farroupilha e Caxias durante o processo de estabelecimento de entrâncias e padrões salariais que foram orientados por resoluções do Conselho Administrativo do Estado (Resoluções 6855 de 11/05/1945, 7354 de 30/08/1945 e 844 de 20/08/1946). Isso sinaliza a ingerência do Estado na determinação da remuneração dos servidores públicos, dentre eles, os professores.

No ano de 1945, quando foram estabelecidos as entrâncias e os padrões via Decreto-Lei 60, pode-se afirmar que as remunerações foram idênticas⁸⁸⁵. Já, em 1 de setembro de 1945, a municipalidade caxiense alterou a escala padrão dos professores e assim aumentou sua remuneração a partir de 1 de janeiro de 1946 para as seguintes: os de 1ª entrância (padrão E) Cr\$ 200,00, os de 2ª entrância (padrão G) Cr\$ 250,00 e 3ª entrância (padrão J) Cr\$ 300,00 conforme Decreto-Lei⁸⁸⁶. Ainda, em 1946, por meio de Decreto-Lei 87⁸⁸⁷, de 23 de agosto, foram majorados os vencimentos do funcionalismo público e alteradas as padronizações: os de 1ª entrância (padrão 3), Cr\$ 225,00; os de 2ª entrância (padrão 5), Cr\$ 300,00; e os de 3ª entrância (padrão 7), Cr\$ 375,00.

Portanto, no ano de 1946, Caxias pagou um salário maior aos professores em virtude de ter implementado antes as orientações estaduais, o que, a partir de 1947, já não ocorre, pois Farroupilha implementa as adequações e os salários voltam a ser equiparados. Isto é, os municípios tiveram que se adequar às demandas impostas pelo Estado com relação à remuneração salarial dos professores; no entanto, isso foi feito em tempos diferentes.

Já a remuneração dos professores municipais de Farroupilha em relação a outros funcionários públicos municipais pode ser visualizada na Tabela 31:

⁸⁸⁵ CAXIAS DO SUL. **Decreto-Lei nº 60**, provê a organização, padronização e fixação dos quadros e vencimentos dos funcionários municipais, abre um crédito especial e cancela dotações orçamentárias. Prefeito Dante Marcucci, 15 de maio de 1945. Livro Decretos Municipais, nº 1 a 100, anos 1939 a 1947, AHJSA. Disponível em: http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/uploads/r/unidade-arquivo-publico-4/3/2/9/329ea9ee55a8069c3fcf6589c2b6f002782367e20686ec11e19c366dcd892bd4/BR_RS_APMCS_01-01.01-01.01.01-M-L_1939-1947.pdf. Acesso em 8 jul. 2020.

⁸⁸⁶ CAXIAS DO SUL. **Decreto-Lei nº 64**, altera o padrão de vencimentos do professorado municipal. Prefeito Dante Marcucci, 1 de setembro de 1945. Livro Decretos Municipais, nº 1 a 100, anos 1939 a 1947, AHJSA. http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/uploads/r/unidade-arquivo-publico-4/3/2/9/329ea9ee55a8069c3fcf6589c2b6f002782367e20686ec11e19c366dcd892bd4/BR_RS_APMCS_01-01.01-01.01.01-M-L_1939-1947.pdf. Acesso em 8 jul. 2020.

⁸⁸⁷ CAXIAS DO SUL. **Decreto-Lei nº 87**, majora os vencimentos do funcionalismo e altera a respectiva padronização. Prefeito Dante Marcucci, 23 de agosto de 1946. Livro Decretos Municipais, nº 1 a 100, anos 1939 a 1947, AHJSA. http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/uploads/r/unidade-arquivo-publico-4/3/2/9/329ea9ee55a8069c3fcf6589c2b6f002782367e20686ec11e19c366dcd892bd4/BR_RS_APMCS_01-01.01-01.01.01-M-L_1939-1947.pdf. Acesso em 8 jul. 2020.

Tabela 31 - Salários mensais setor público municipal - Farroupilha (1935-1948)

Cargo	1935	1940	1945	1948
Prefeito	1:200\$000	600\$000 ⁸⁸⁸	2.100,00	3.450,00
Subprefeito 1º distrito	400\$000	800\$000	880,000	1.680,00
Subprefeito 2º, 3º e 4º distrito	300\$000	400\$000	440,000	840,00
Auxiliar de subprefeito	250\$000	350\$000	-	-
Gratificação orientadora de ensino	-	-	200,00	300,00
Fiscal geral lotador/Encarregado dos serviços de estatísticas/Instrução Pública	400\$000	550\$000	800,00 (Inspetor de ensino e Fiscal Geral Lotador)	1.290,00 (Inspetor Escolar)
Professores	50\$000, 60\$000, 70\$000, 80\$000, 90\$000 e 100\$000	100\$000	1ª entrância – Cr\$ 150,00 2ª entrância – Cr\$ 200,00 3ª entrância – Cr\$ 250,00	Padrão 3 – Cr\$ 225,00 Padrão 5 – Cr\$ 300,00 Padrão 7 – Cr\$ 375,00
Porteiro Contínuo do Gabinete do Prefeito	150\$000	120\$000	-	-
Varredor da vila	120\$000	180\$000	180,00	-
Carcereiro	100\$000	-	180,00 (Subzelador de parques e jardins, ex-carcereiro)	-
Zelador do cemitério	-	30\$000	360,00	-

Fonte: Elaborada a partir dos empenhos de 1935 a 1948, despesas municipais e leis de orçamento de 1935, 1940, 1945 e 1948, AGPMF.

Ao comparar os salários dos professores aos dos demais cargos, percebe-se que as remunerações dos docentes ficam com valores próximos aos dos cargos de porteiro contínuo, de varredor da vila e de zelador do cemitério. Com relação aos profissionais que atuam diretamente na Instrução Pública, existe uma clara hierarquia salarial. O funcionário Angelo Venzon Neto, que foi por anos o responsável pela diretoria e posteriormente assumiu o cargo de inspetor escolar, recebia um salário muito superior ao das professoras. Já a orientadora de ensino recebia uma quantia, em razão da função gratificada, que equivalia ao padrão médio das professoras municipais e, ainda, a acumulava ao salário de professora estadual, assim lhe conferindo um status salarial superior. Do prefeito ao varredor da vila, vemos muitas faixas salariais, e os professores ficam no grupo das menores remunerações dentre os servidores do setor público municipal.

⁸⁸⁸ Em 1940, o prefeito era Januário Dutra e ele recebia seus vencimentos pela Brigada Militar, fazendo jus, pelo município, a uma verba de representação.

Ainda sobre a remuneração dos professores, uma interessante representação foi inserida no abaixo-assinado transcrito a seguir.

Aproxima-se o encerramento do ano letivo, sem que, no entanto, as requerentes saibam da situação que será criada durante o período de férias relativamente a percepção de seus salários habituais. Situação delicada já foi notada durante o período de férias anterior, quando o então prefeito dr. Nelson T. Schneider, contrariamente a política municipal sempre observada, cancelou os vencimentos das professoras em sua grande maioria. **É inegável que os ordenados obtidos são extraordinariamente baixos, corresponde a menos do salário mínimo estabelecido para a classe de empregados do comércio e da indústria.** As requerentes são de condição pobre e humilde, necessitando por 12 meses seguidos dos proventos obtidos com o magistério. Expondo os motivos acima, e rogando que no ano corrente não venham a ser prejudicadas, o que não acontece nem com as professoras estaduais ou federais cujos ordenados são elevadíssimos, as professoras municipais confiam V.S. dispensará a sua melhor atenção para o assunto em foco, favorecendo-as como de justiça (grifo nosso).

Assinam as professoras municipais Gema Radaelli, Miguelina Bridi, Suzana Pasqual, Anita Minella, Izena Gobbato, Ada Minella, Izeta Bazzo, Ana M. Minella, Edita Canuto, Tereza De Momi, Elvira Colombo, Esther Schmitz, Dalva Cesca, Angelina Rigatti, Isolda Tonin, Maria R. Bridi, Itália Benedetto, Carolina Crocoli, Eleonora Frozi, Dirce Lúcia Damiani, Severina Dala Rosa, Maria Colombo, Adelina Peccin, Joaquina Maria Ambrosis, Lucia Frizzo Bampi e Ida Brustolin.

Dessa forma, a representação das professoras sobre os salários é de que eram extraordinariamente baixos, muito menores do que outros profissionais do comércio ou indústria. A condição agrava ainda mais ao final de 1941, quando houve – em muitos casos – mais uma redução, com o corte do salário do mês que correspondia ao das férias. A solicitação das professoras foi atendida pelo então prefeito Antonio Pedroso Pinto, que voltou a conceder o salário referente às férias⁸⁸⁹, e não se observou mais, em outros momentos, essa supressão. Em síntese, nota-se que grande parte do investimento foi destinada à remuneração do corpo docente municipal, embora somente a partir de 1945 tenha sido efetivamente majorada.

Diante do exposto, entende-se como investimento do governo local em Educação as categorias a seguir, que emergiram da análise dos empenhos:

- a) Aquisição de material escolar, móveis e outros objetos como mapas e bandeiras.
- b) Prêmios para a Instrução Pública.
- c) Pagamento de aluguéis (instituições escolares municipais e estaduais).

⁸⁸⁹ **Abaixo-assinado** das professoras municipais encaminhado a Antonio Pedroso Pinto, prefeito, 31 de outubro de 1942. Pedem 12 meses de salário contínuo. CER/AGPMF.

- d) Despesas realizadas com os exames finais.
- e) Investimentos na Semana da Pátria.
- f) Contribuições pagas a instituições escolares estaduais (manutenção, alimentação escolar, festividades, atendimento em saúde).
- g) Contribuições ao ensino técnico (escola de comércio, bolsas de estudos para cursos de capatazes rurais).
- h) Investimentos na construção de prédios escolares para instituições municipais.
- i) Investimentos na construção de prédios escolares para instituições escolares estaduais (auxílios e adaptações).
- j) Aquisição de terreno para construção/despesas de emolumentos de doação de terrenos para construção de prédios escolares de instituições escolares estaduais.
- k) Subvenções pagas às instituições escolares confessionais.
- l) Contribuição ao funcionamento do curso ginásial.
- m) Contribuição para a construção de instituições confessionais.
- n) Bolsas de Estudos (curso ginásial feminino).
- o) Fornecimento de uniformes escolares (tecidos) e calçados.
- p) Investimentos na Biblioteca Pública Municipal Olavo Bilac.
- q) Pagamento de professores (efetivos, contratados, substitutos e suas respectivas gratificações e/ou abonos).
- r) Pagamento de pessoal técnico em Educação (diretor da Instrução Pública, inspetor de ensino e orientadora de ensino).
- s) Pagamento de auxiliares de ensino.
- t) Investimento na formação de professores municipais.

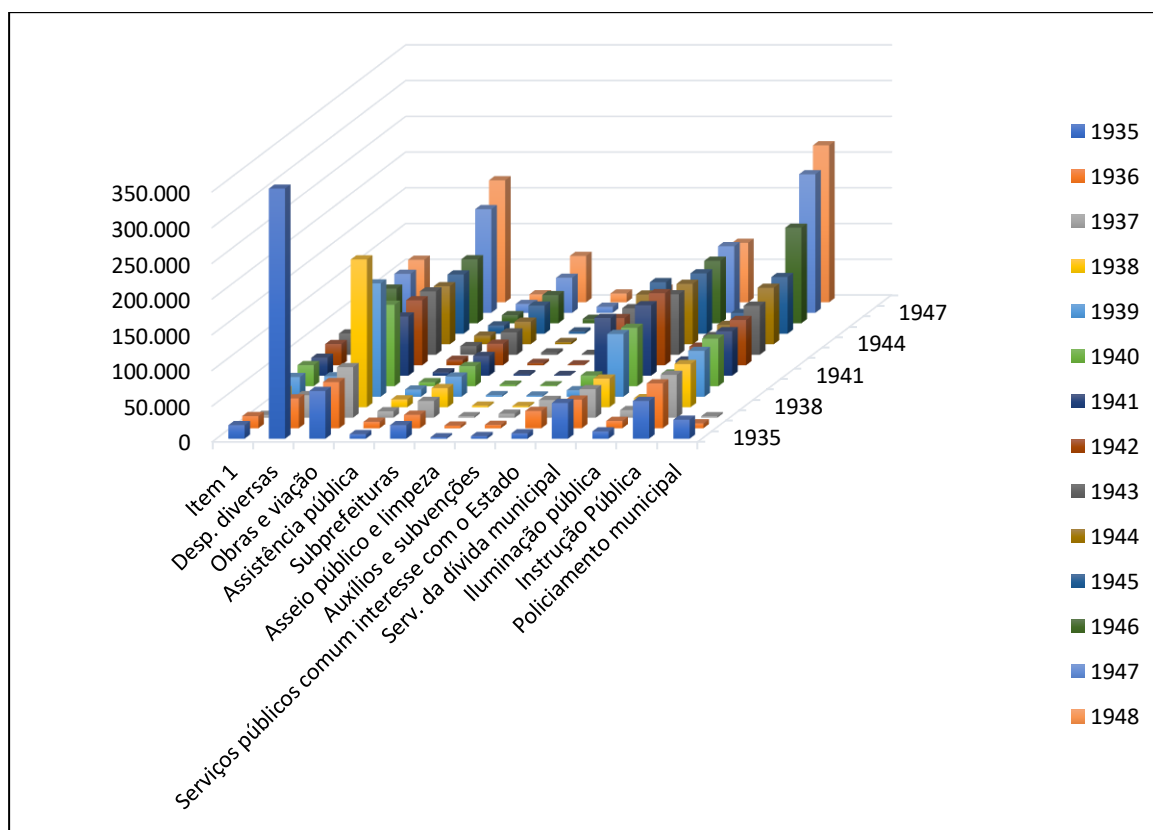
Ainda surgiram tangenciados na análise a colônia de férias e o Natal da Criança Pobre, que apresentam sensibilidades desenvolvidas no período em torno do que era visto como saudável, adequado e necessário à infância, mas não foram considerados como categorias de investimento em Educação, nesta pesquisa, por ser o Natal da Criança Pobre uma campanha de ação social, e as colônias de férias não serem usufruídas pelos alunos residentes no município de Farroupilha. Ambas as ações mereceram investimento público e demandam de estudos específicos para aprofundar os indícios sinalizados aqui.

Perscrutar o investimento público municipal em Educação possibilita afirmar que a capacidade de projeção e realização está vinculada ao orçamento para concretizar as ações propostas. A autonomia municipal passa pela possibilidade de investimento e constitui

condições ou não de poder de decisão. Farroupilha mobilizou recursos previstos para diferentes verbas em prol da Educação e manteve a rede escolar municipal, estabeleceu uma relação de apoio mútuo com a rede escolar estadual e de auxílio à rede escolar confessional.

O investimento público municipal, mais que números e percentuais, declara escolhas. Pensando em ilustrar o quanto o dispêndio em Educação significou em relação a outras dotações orçamentárias, apresenta-se o gráfico a seguir.

Gráfico 6 - Gráfico dos investimentos previstos de Farroupilha (1935-1948)



Fontes: Elaborado a partir das leis de orçamento de 1934 até 1947, AGPMF.

Para melhor visualização, alguns itens foram agrupados. Assim, compõem o item 1 as verbas previstas para: o gabinete do prefeito, os serviços de obras e viação, a assistência pública, as subprefeituras, o asseio e limpeza, os auxílios e subvenções, os serviços públicos de interesse comum com o Estado, o serviço da dívida municipal, a iluminação pública, a Instrução Pública, o policiamento e as despesas diversas.

As tabelas de investimentos públicos foram sendo organizadas de diferentes formas no decorrer do período pesquisado. Assim, apresenta-se o quadro no Apêndice E do que

compete cada item listado ao longo do tempo, com exceção da Instrução Pública, por ter sido detalhada ao longo deste capítulo.

O gráfico nos permite visualizar que a verba prevista para Instrução Pública é uma das maiores, junto à de dívida pública e obras e melhoramentos. Já em outras áreas, como a saúde, encontram-se a aplicação de poucos recursos e diluídos em contribuições e auxílios.

Conforme Magalhães (2014a, p. 6) “A capacidade de decisão traduz um grau de soberania e de autonomia[...]” que está vinculado à capacidade econômica de cada município, o que é um dos fatores a ser considerado para se pensar o que pôde o município decidir em matéria de Educação. Ao analisar o investimento público em Educação, afirma-se que o município exerceu a capacidade de decisão, pois foram feitas escolhas que privilegiaram a Educação a partir da emancipação como meio de integração, desenvolvimento e modernização.

Ao final, sintetizam-se os valores entre o previsto e o efetivado, dos anos em que foi possível localizar as informações, relacionando-as aos aspectos predominantes ou singulares às administrações municipais.

Tabela 32 - Investimento previsto e realizado em Instrução Pública (1935-1948)

Ano	Investimento Previsto	Investimento Efetivado	Saldo	Percentual de aplicação efetivado
1935	52:800\$000	49:296\$000	3:504\$000	93,36%
1936	62:700\$000	61:018\$100	1:682,00	97,32%
1937	60:000\$000	57:792\$100	2:208,00	96,32%
1938	60:420\$000	50:226\$000	10:194\$000	83,13%
1939	64:180\$000	55:391\$150	8:789\$000	86,31%
1940	66:500\$000	60:564\$000	5:936,00	91,07%
1941	62:260\$000	58:952\$600	3:307,00	94,69%
1942	64:280\$000	62:075\$200	2:205\$00	96,57%
1943	68.600,00	-	-	-
1944	80.080,00	74.890,00	5.190,00	93,52%
1945	93.720,00	-	-	-
1946	133.700,00	153.389,70	-19.690,00	114,73%
1947	193.840,00	-	-	-
1948	224.040,00	205.957,00	18.083,00	91,93%

Fonte: Elaborada a partir das leis de orçamento e balancetes Prefeitura Municipal de Farroupilha (1934-1948).

Nessa tabela, elaborada a partir de valores aproximados⁸⁹⁰, pode-se compreender que existiam saldos do orçamento, e que apenas no ano de 1946 foi ultrapassado o valor previsto, decorrência do aumento da remuneração dos professores.

Os primeiros três anos correspondem à administração de Armando Antonello, em que utilizou as verbas previstas para a Educação para pagar a remuneração de professores, comprar alguns móveis e materiais, realizar premiações, manter a subvenção a uma instituição escolar confessional e pagar aluguéis. Os valores utilizados da verba prevista para a Instrução Pública configuram entre 93 e 97%, gerando saldos positivos para os anos seguintes, informação que precisa ser relativizada, pois, no ano de 1936, havia várias pendências a serem pagas ainda do exercício de 1935. Isso significa que, em 1935, foi investido um valor maior do que o quitado, o que reflete no aumento do valor percentual investido em 1936. No entanto, como se percebeu, o investimento público foi além do previsto para a Instrução Pública. Nesse sentido, destaca-se o significativo emprego de verba municipal para a aquisição do terreno para a construção do Colégio Estadual Farroupilha nesses três primeiros anos.

Ao final de 1937, assume a administração municipal Eudoro Lucas de Oliveira. Nessa ocasião, o orçamento já estava pronto, ficando sob a responsabilidade de Armando Antonello, mas as verbas foram efetivamente utilizadas na gestão de Eudoro, que apresenta singularidades. Sob a vigência do Estado Novo, a Educação assume a tarefa de reconstrução nacional. Dessa forma, a escola passa a ser considerada, conforme Bastos (2005, p. 15), uma “[...] agência de difusão e propaganda de normas de convivência social, inspiradas em valores marcadamente autoritários”.

Apesar da tarefa atribuída à escolarização, percebe-se uma redução do montante total investido na Instrução Pública nos anos de 1938 e 1939, 83 e 86%, respectivamente, o que parece contraditório a princípio. Porém, analisando de maneira mais próxima, compreende-se a preocupação de Eudoro em aumentar a arrecadação e diminuir as despesas, isto é, fez investimentos em Educação, manteve a oferta de escolarização pública municipal, auxiliou na ampliação da oferta de vagas em instituições escolares estaduais e aumentou a subvenção de uma para duas instituições escolares confessionais, mas dinamizou a forma de investimento. Um exemplo disso é a estratégia utilizada para suprir a substituição de professores em caso de licenças. A solução foi pagar às professoras do município

⁸⁹⁰ Os balancetes de alguns anos anexados às despesas referiam-se ao quitado até o mês de novembro, e assim foi composto o valor de dezembro a partir da análise individual dos empenhos.

gratificações pró-labore para atuar em dois turnos, de maneira temporária, o que custava aos cofres públicos 50% menos que a contratação de um novo docente. Nota-se, ainda, uma redução nos valores pagos no deslocamento das bancas examinadoras.

Mesmo o valor percentual sendo menor, a administração de Eudoro Lucas de Oliveira aplicou verbas de outras tabelas na adaptação de prédios escolares para inauguração de grupos escolares em áreas rurais, bem como assumiu a responsabilidade pelo pagamento do aluguel correspondente e realizou contribuições necessárias para a construção, inauguração e manutenção do Grupo Escolar Farroupilha.

Ainda relacionando os investimentos públicos ao período político, entende-se, como ressonâncias do Estado Novo, a introdução de materiais didáticos nas escolas públicas municipais, como o álbum *Meu Brasil*, a criação do curso de aperfeiçoamento para professores, além da presença simbólica de bandeiras nacionais, a realização da Semana Ruralista no município e os significativos valores despendidos para as festividades da Semana da Pátria. Essas ações representam a presença efetiva do Estado na Educação, tanto por meio da ampliação de oferta de vagas em instituições escolares estaduais quanto na disseminação da ideia de uma unidade nacional, seja pela distribuição dos materiais didáticos aos professores, seja pelas comemorações cívicas, o que é efetivado com investimento público municipal.

O ano de 1940 teve a administração compartilhada entre Eudoro Lucas de Oliveira (até junho) e Januário Dutra (de julho em diante), que permanece até o mês de dezembro. Nesse ano, houve um aumento no percentual de investimento (91%) devido às ações ainda instituídas por Eudoro, tais como a padronização de salários de professores em 100\$000 mensais, a remuneração das professoras que auxiliaram no curso de aperfeiçoamento e a compra de mapas e materiais didáticos.

Em dezembro de 1940, assumiu o cargo de prefeito Nelson T. Schneider, que permaneceu até setembro de 1942, anos em que se percebe um aumento no percentual das verbas utilizadas para a Instrução Pública (1941 – 94,69% e 1942 – 96,57%), investimento que tem que ser analisado dentro de um contexto mais amplo. Ele utiliza um percentual maior da verba prevista; todavia, ela foi reduzida, então, em valores absolutos. Dessa maneira, investe-se menos do que no ano anterior. Em 1940, o investimento foi de 60:564\$000; em 1941, 58:952\$200; e, em 1942, sobe para 62:075\$000.

As correspondências e empenhos quitados no período demonstram um grande rigor, beirando a um radicalismo no cuidado com alguns pagamentos. No seu período administrativo, diversas professoras tiveram indeferidos seus pedidos de férias remuneradas

e, portanto, não as receberam. Da mesma forma, os proprietários de prédios que os alugavam para os grupos escolares também não receberam os pagamentos de locação nas férias. Outro aspecto a ser observado é o da liberdade que Schneider tinha em posicionar-se e negociar com o governo estadual. Situação que expressa isso foi a construção de um prédio para o Grupo Escolar Cajuru, em que faltaram recursos para sua conclusão, e o prefeito conseguiu que o Estado complementasse a verba.

Os investimentos por ele empreendidos também deixam entrever sua estreita relação com a Igreja Católica, ao contratar duas irmãs scalabrinianas e remunerá-las como professoras municipais, além do pagamento da subvenção, da aquisição de 30 crucifixos para as aulas municipais, do investimento em livros religiosos. Além disso, iniciou a mobilização para a instalação de um curso ginásial administrado pelos Irmãos Maristas.

Uma característica dessa administração é, sem dúvida, o investimento realizado em fornecer agasalhos e calçados aos escolares considerados pobres, materiais escolares para alunos carentes e auxílios pontuais ao Grupo Escolar Farroupilha para a sopa escolar e para a instalação do gabinete-médico dentário.

Os anos de 1943 e 1944 estiveram sob a responsabilidade administrativa de Antonio Pedroso Pinto e, apesar de não termos os dados sobre o investimento efetivado de 1943, é perceptível uma implementação de verba para a Instrução Pública significativa de 1942 (62:075\$200) para 1944 (Cr\$ 74.890,00). Há de se considerar que é o período em que ingressa no funcionalismo público municipal a orientadora de ensino, e a partir de então percebe-se uma compra mais sistemática de materiais escolares, tanto para a escrituração escolar quanto para a distribuição a alunos. O ano de 1943 apresenta um aumento na remuneração dos professores, ainda que muito sutil, de Cr\$ 100,00 para Cr\$ 105,00 por mês. Já em 1944 notam-se: o salário diferenciado de algumas professoras, a inclusão da função gratificada para a orientadora de ensino, a remuneração de auxiliares de ensino e a implementação do abono provisório para professores efetivos, substitutos e auxiliares de ensino no valor de Cr\$ 30,00. Em relação a outros investimentos, destaca-se o pagamento da terraplenagem para a construção do prédio escolar que iria abrigar o Colégio São Tiago.

Os anos de 1945 e 1946, sob a administração de Raul Cauduro, marcam a ampliação de recursos para a Instrução Pública, que, no ano de 1946, inclusive, extrapola o orçamento previsto. Isso é decorrência da reorganização de cargos e salários que inicia em 1944 e foi concluída em 1946. Nessa administração, ocorreram novos investimentos na obra do Colégio São Tiago. Já Alberto Farinon ficou poucos meses na administração pública municipal, de

final de abril a final de dezembro de 1947, e não chegou a formular nenhuma lei de orçamento, apenas dando continuidade ao já instituído pelo prefeito Raul Cauduro.

Por fim, assume novamente um prefeito eleito, José Baumgartner, ao final de 1947, e nesse caso ele foi o responsável pela assinatura da lei de orçamento para 1948 e que apresenta uma sensível mudança com a previsão de contribuições para construções de prédios escolares. Foi o responsável pela implementação do convênio com o Colégio São Tiago e o respectivo aumento de subsídio aos colégios confessionais.

Em síntese, percebe-se que os diferentes sujeitos que assumiram a função de prefeito fizeram uso de verbas públicas para manter a oferta de ensino primário, seja pela manutenção das vagas em escolas primárias municipais, seja no apoio às instituições escolares estaduais ou por meio de subvenções para as escolas confessionais. Ainda, nesse sentido, encamparam ações em prol de novos níveis de ensino (curso ginásial), na construção de prédios escolares estaduais e municipais, em celebrações, no amparo à saúde (alimentação, cuidados dentários), na distribuição de calçados e tecidos para uniformes escolares, suprindo as escolas de materiais didáticos, móveis, mapas, bandeiras etc. Por fim, aplicou recursos na formação de professores, no controle, na orientação e na fiscalização da Educação no município.

6 O POUSO PARA REGISTRO DOS VOOS, DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] Nesse jogo de vida-morte, de passado-presente, de documentos-monumentos, não podemos esquecer que as narrativas históricas da educação, derivadas das pesquisas que produzimos, são resultado de trabalho com questões de pesquisa possíveis no tempo em que vivemos e que, para respondê-las, construímos um corpus empírico de indícios, rastros, sinais que são ordenados, montados, questionados na análise, na interrelação e contextualização que procedemos para escrever. Escrever um possível sobre o passado educacional.”

(LUCHESE, 2014b, p. 159)

No início do percurso, previram-se voos e ousadias que tinham como roteiro compreender as ações municipais em prol da Educação no município de Farroupilha/RS, entre os anos de 1934 a 1948. (FARIA FILHO, 2014). Neste momento, é preciso parar, fazer um pouso para registrar os aspectos que emergiram e marcaram a narrativa possível sobre o passado educacional, como Luchese (2014b) anuncia na epígrafe.

O objeto de estudo escolhido para a tese está intimamente vinculado à pesquisa de mestrado, em que o contexto educacional do município de Farroupilha me inquietou. Assim, migrar para o município, especificamente no que tange às ações em prol da Educação, e para a história dos municípios na Educação me pareceu um caminho possível e, mais que isso, necessário, a ser percorrido.

Farroupilha, do ponto de vista histórico, está vinculado à criação de colônias para receber imigrantes italianos, desde o final do século XIX. Essas colônias paulatinamente foram tornando-se diversos municípios, com administrações locais que arbitravam também sobre a Educação. O desenvolvimento da região foi notável, e, no início de século XX, além da agricultura, núcleos comerciais, indústrias, locais de sociabilidade como clubes e cinemas já faziam parte desse cenário que, entrecortado pela via férrea em 1910 e por estradas de rodagem, possibilitou ainda mais condições de desenvolvimento, que inclusive, englobaram o turismo na região.

Em 1934, Farroupilha emancipou-se politicamente, ganhando novos contornos urbanos com a introdução de prédios e espaços públicos como a prefeitura, a praça e o grupo escolar. A partir de então, estabeleceu normatizações que disseminavam a preocupação com a civilidade e a higiene, racionalizando e organizando o espaço urbano. O município contava

com opções de esporte, lazer e cultura, transporte público, além da infraestrutura de saneamento básico e saúde.

A economia desenvolveu-se pelo comércio e indústria, mas principalmente pela agricultura, com uma significativa produção de uvas e vinhos. Já a população do período analisado pode ser caracterizada predominantemente brasileira, solteira, branca, alfabetizada e de jovens de até 19 anos e com um número equilibrado entre homens e mulheres, pessoas de religião católica, descendentes de imigrantes italianos, residindo em áreas rurais.

Passando aos processos de escolarização, há de se considerar que na Região Colonial Italiana existiram inúmeras escolas vinculadas a diferentes iniciativas e agentes que, a partir da criação dos municípios, foram sendo absorvidas pela instância municipal (1890-1930). Destaca-se que os municípios de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro, nesse período, apresentaram um aumento significativo de escolas municipais que conviveram com outras ofertas de escolarização sob a égide do Estado e das escolas confessionais.

Assim, o município de Farroupilha, emancipado, recebeu 38 escolas municipais supridas com os respectivos professores, que passaram a compor a rede escolar municipal. A partir de então, a opção da municipalidade foi em manter os docentes, o que ocorreu com apenas uma exceção. Por conseguinte, o governo municipal propôs formas de seleção para aqueles que desejassem se candidatar ao magistério municipal, inicialmente realizadas pelo exame de suficiência, a seguir por concurso público e por fim pela frequência e aprovação no curso de aperfeiçoamento de professores.

As orientações didáticas dirigidas aos professores eram emanadas pela Diretoria de Instrução Pública, que permaneceu por um longo período sob responsabilidade de Angelo Venzon Neto, alternado com Giácomo Valentin Luchese por um breve período. Por vezes, os prefeitos e subprefeitos emitiam orientações e prescrições às professoras municipais, e esses agentes (diretor da Instrução Pública, prefeito e subprefeito) foram também atuantes na fiscalização das aulas. A partir de 1943, tais funções passaram a contar com a orientadora de ensino, cargo técnico ocupado, alternadamente, pelas professoras estaduais – Albertina Cibelli, Fandila Reginato e Olga Ramos Brentano –, atuando em âmbito municipal, o que não ocorreu sem resistências.

As avaliações dos alunos eram realizadas ao final de cada ano, na aula e com a presença de uma banca examinadora que ponderava o aproveitamento dos estudantes e a adesão dos professores ao programa de ensino estadual, disseminado por meio do curso de aperfeiçoamento dos professores e da orientação técnica das professoras estaduais que exerceram a função de orientadora de ensino no município. As orientações técnicas, por sua

vez, aconteciam pelas visitas às escolas, pela presença das professoras na prefeitura ou por meio de comunicados datilografados.

Foi o corpo docente municipal farroupilhense predominantemente feminino, com rara presença de homens nos primeiros anos de existência do município. A exceção foi o professor João Perini, que permaneceu trabalhando durante todo o período pesquisado. As mulheres atuaram em aulas nas áreas rurais, com salários que só foram efetivamente majorados a partir da metade da década de 1940; uma atuação em aulas isoladas, com alunos de todos os adiantamentos no mesmo grupo, inclusive, por vezes, numeroso. O tempo de atuação da maioria das professoras foi de até 4 anos e, apesar de muitas iniciarem uma carreira docente, a abandonavam. Raras foram as exonerações feitas por iniciativa do poder público municipal e referiam-se a questões pontuais. Em geral, eram os professores que solicitavam tanto licenças como exonerações.

Para ingressar e permanecer no magistério público municipal de Farroupilha, além de submeter-se às formas de ingresso e ter que conviver com os citados aspectos relacionados a questões salariais, é notável perceber que, para se manter nas escolas para onde fossem destinadas as professoras, era necessária a aceitação dos grupos locais.

As professoras que se mantiveram, geralmente, residiam nas localidades próximas às escolas e tinham um bom relacionamento com as comunidades. Eram elas figuras de liderança que atuavam não apenas na docência, mas exerciam funções sociais, dentre elas, muitas vezes, a formação religiosa (catequese). As escolas eram centros de poder e decisão nas comunidades e, portanto, por vezes, núcleos de conflitos pessoais e de grupos.

Ainda em relação à contratação das professoras, algumas delas chamaram a atenção, como a de duas irmãs scalabrinianas, as de professoras que atuavam na administração municipal, a de uma professora no Grupo Escolar de São Marcos e das auxiliares de ensino. Formas de adequação para majorar a subvenção do ensino confessional, possibilidade de alçar outros cargos, auxílio ao ensino estadual e adequação ao grande número de alunos em algumas aulas, respectivamente, explicam tais contratações.

No decorrer do período pesquisado, foi possível identificar alguns processos de aposentadoria que inicialmente apresentam reduções salariais e já ao final do período nota-se uma manutenção da renda. Ocorreram por tempo de serviço ou por questões de saúde que incapacitaram os docentes.

Puderam-se localizar 45 instituições escolares que, em algum momento, funcionaram no município de Farroupilha. É difícil afirmar que tenham sido apenas essas, bem como existem algumas dúvidas sobre seus períodos de funcionamento, o que demanda análises

futuras, caso a caso. O que se pode afirmar é que houve a manutenção das estruturas físicas por um longo período, prédios escolares que foram responsabilidade das comunidades tanto na doação do terreno como custeio quanto na realização da construção, ou ainda, disponibilizaram locais como salões de igreja e sedes recreativas para o funcionamento das escolas. Raros foram os investimentos do município em prédios escolares municipais e, em geral, parciais a título de contribuição.

Ao analisar as administrações públicas municipais na constituição de Farroupilha enquanto município pedagógico, percebeu-se que os prefeitos foram importantes agentes em prol de ações para a Educação. Envolveram-se pessoalmente nos assuntos referentes à Instrução Pública e sobre ela registraram em documentos e publicações de periódicos sua centralidade e importância para o desenvolvimento local e a manutenção da ordem, da civilidade. Além disso, promoveram a assimilação dos estrangeiros às questões nacionais e pretenderam extirpar o analfabetismo.

Armando Antonello (1934-1937) foi o prefeito responsável pela estruturação da administração pública do município. A Educação foi vinculada à Diretoria da Instrução Pública. Nessa época, o distrito sede de Farroupilha foi modernizado, ruas foram calçadas, prédios públicos para acolher os órgãos administrativos passaram a fazer parte da arquitetura local e, junto a isso, um novo e imponente prédio começou a ser construído para o Grupo Escolar Farroupilha com capacidade de atendimento de 540 alunos. É notável a interlocução do governo municipal com o governo estadual, o que ocorreu tanto por correspondências quanto pessoalmente, em idas do prefeito à capital do Estado. Ainda nessa administração, foram criados os grupos escolares de São Marcos, Vila Jansen e Nova Milano (1937), porém não foram inaugurados na administração de Antonello. Foi também outra tentativa de investimento a de instalar um seminário diocesano no sítio Santa Rita, o que acabou por não se efetivar. Isso representaria uma possibilidade de oferta formativa e continuidade dos estudos àqueles que desejassem seguir a vida religiosa.

Com a instauração do Estado Novo, assumiu como prefeito nomeado Eudoro Lucas de Oliveira (1937-1940), que logo pronunciou que a Instrução Pública mereceria sua especial atenção. Considerou, à época, o ensino primário rural ineficiente por ter uma matrícula elevada e uma frequência diminuta; investiu na realização de concurso público para os professores municipais e colocou em pauta discussões acerca do curso de aperfeiçoamento de professores e da obrigatoriedade de ensino; e mobilizou profissionais do Estado para elaborar um programa de ensino municipal. Ainda foram inaugurados e começaram a funcionar em sua administração os grupos escolares de São Marcos e Vila Jansen. Já o grupo

escolar de Nova Milano foi transferido para Nova Sardenha e inaugurado nesta localidade. Somado a isso ainda foi inaugurada uma aula isolada no Desvio Blauth. Em todos os casos em espaços alugados e adaptados para tanto cujas despesas foram assumidas pelo município. Construções chegaram a ser cogitadas, no entanto, não foram realizadas no período pesquisado. Além disso, o capitão Eudoro acompanhou a parte final da construção do Grupo Escolar Farroupilha e a ele coube mandar confeccionar o mobiliário e cuidar dos detalhes finais. O novo prédio foi inaugurado em 1938, com uma solenidade de pompa e circunstância com a presença de autoridades estaduais, um investimento do governo municipal que marca a importância para a Educação.

Quanto às aulas municipais, é possível que tenham funcionado entre 42 e 45 no período. O número alterou-se justamente em função da inauguração dos grupos escolares. Mesmo assim, solicitações por escolas foram identificadas e foram acompanhadas dos argumentos de que as instituições existentes eram distantes, de que havia alunos em número suficiente para a abertura de uma nova escola, de que tinham professor para indicar, de que a comunidade ofertava moradia ao professor e de que podiam construir um prédio escolar. Ou seja, existiam organizações coletivas, comunitárias, que se mobilizavam por escolas, o que não se alterou com a instauração do Estado Novo e a vinda de um prefeito nomeado.

Eudoro foi substituído pelo tenente Januário Dutra, que permaneceu poucos meses na administração, apenas de julho a dezembro de 1940. Assim, suas ações foram na direção de manter processos já estabelecidos. No entanto, dois destaques são importantes: realizou pessoalmente a fiscalização em todas as instituições escolares em funcionamento; e participou da instalação do diretório da Liga Nacional no município, do qual ele era integrante.

Já Nelson Schneider (1940-1942) foi um dos prefeitos que de forma mais intensa se comunicou e barganhou com o governo estadual, sem a preocupação de posicionar-se contrariamente quando julgasse necessário. Conseguiu, por exemplo, para o município a construção do prédio para o Grupo Escolar de Nova Sardenha, custeada pelo Estado. Nesse mesmo período, foi aberta uma aula isolada em Nova Milano, contribuindo o município com o pagamento do aluguel do espaço, e o Estado com o encaminhamento de uma professora. Ele foi também apoiador do ensino confessional, inclusive, por meio de subvenções. Quanto ao ensino primário municipal, mobilizaram sua atenção o programa de ensino, a obrigatoriedade escolar, o controle de frequência. O Decreto 9 normatizou as questões atinentes à obrigatoriedade escolar, determinando inclusive multa aos pais que não enviassem os filhos para a escola. Na prática, foram emitidas correspondências de advertências, mas

não se localizaram muitas. Nesse período, 62% dos alunos eram atendidos em escolas municipais, em 44 instituições com matrículas que variavam entre 24 a 75 alunos.

Seu posicionamento era, ocasionalmente, radical: negou-se a pagar o aluguel de prédios escolares nas férias por compreender que seriam utilizados para outros fins e contratou e exonerou professores pagando-lhes apenas os meses de trabalho. Em relação ao âmbito nacional, afirma-se que aderiu, mesmo que de forma estratégica, a campanhas como a Campanha da Cruzada Nacional e a Campanha do Tostão. Investiu significativamente na distribuição de agasalhos escolares e calçados para alunos de escolas públicas e particulares. Também nessa administração veem-se indícios de uma percepção mais sensível com a infância e suas necessidades de alimentação e saúde. Trata-se de um período intenso ainda no que se refere à nacionalização do ensino, tema que merece sua atenção. Um dos reflexos disso foram as atribuições de nomes de patronos para as instituições escolares. Houve ainda o início das tratativas entre o Estado e município para a inserção de uma professora estadual como orientadora de ensino, o que não ocorreu sem resistências.

Ainda, na ampliação de níveis de ensino, afirma-se que Schneider estava tentando implementar o curso noturno e iniciou as articulações com os Irmãos Maristas para que administrassem um colégio com oferta do curso ginásial em Farroupilha. Para tanto, também negociou com lideranças locais a doação de um terreno na área central do município. Foi um prefeito atuante, de forte personalidade política e soube fazer uso da articulação tanto com grupos locais como com a Igreja Católica e o Estado para beneficiar a Educação municipal. Dedicou-se tanto ao rígido controle da estrutura normativa quanto à ampliação dos níveis de ensino.

Antonio Pedroso Pinto (1942-1944) implementou o ensino noturno a que vinha idealizando Nelson Schneider. Utilizou-se ainda de recurso público para contemplar alguns alunos com bolsas de ensino profissional na capital do Estado. A nacionalização ainda despertou seu cuidado, o que foi perceptível no pedido de informação para a polícia sobre os filhos de estrangeiros que frequentavam aulas municipais e na distribuição de cartazes da Liga Nacional, bem como a solicitação de imagens do presidente para distribuir nas aulas. Ocupou-se em garantir quadros-negros e mapas do Brasil para as aulas municipais e mediou as solicitações da Delegacia Regional de Ensino por um prédio escolar em melhores condições para o Grupo Escolar da Vila Jansen. O cargo de diretor da Instrução Pública, nesta administração, foi ocupado por Giacomio Valentin Luchese, entre o final de 1943 e durante o ano de 1944. A postura do prefeito quanto ao pagamento das férias às professoras municipais e dos aluguéis dos prédios escolares nas férias foi mais branda. E há de se destacar

no período uma redução de matrículas nas aulas municipais. Por fim, aponta-se que, na sua administração, foi inaugurada a pedra angular do Colégio São Tiago, que viria a ser administrado pelos Irmãos Maristas.

Raul Cauduro (1944 – 1947) também mediou as solicitações por melhoria do prédio escolar para o Grupo Escolar da Vila Jansen e tentou pleitear, sem sucesso, um grupo escolar para a Sertorina. Durante seu período administrativo, surgiu a Lei do Ensino Primário (1946) e foi consequentemente assinado o convênio estadual do Ensino Primário entre o Estado e o município, assumindo assim manter no mínimo 12% da receita orçamentária em 1946, e progressivamente aumentando, no mínimo, para 13, 14 e 15% nos anos de 1947, 1948 e 1949, respectivamente. Por conseguinte, foram organizados os cargos e salários dos professores, que passaram a ter categorias, processo que iniciou em 1945 com o pagamento do salário, acrescido de abonos provisórios. Preocupou-se com a Educação de adolescentes e adultos e criou no período a comissão Pró-Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos. No período, foi criado um curso supletivo da Cruzada da Alfabetização, por iniciativa estadual, e as professoras foram as municipais, mas remuneradas pelo Estado, em mais um turno de trabalho, o noturno. Quanto ao Colégio São Tiago, foi concluída e inaugurada a primeira parte do ginásio, e o município encaminhou o projeto de lei para a municipalização da instituição escolar, o que lhe concederia um subsídio anual e disponibilizaria algumas vagas gratuitas que seriam encaminhadas pela prefeitura.

O prefeito Olmiro Alberto Farinon assumiu o cargo de prefeito por apenas sete meses no ano de 1947. Nos poucos meses que administrou o município, o Ginásio São Tiago foi municipalizado por meio do Decreto-Lei 118. Já em relação ao ensino público municipal percebe-se a mobilização em torno da definição de uniformes escolares. Chegou a tentar solicitar uma aula isolada para o município, o que parece não ter sido efetivado.

O último prefeito, desta vez eleito, do período elencado para pesquisa foi José Baumgartner (1947-1951). Por conseguinte, foi instalada novamente a Câmara de Vereadores, que, dentre suas primeiras demandas, discutiu sobre o auxílio para a construção de um prédio escolar em Monte Bérico, o melhoramento dos vencimentos do diretor da Instrução Pública e a aposentadoria de uma professora. Também durante essa administração foram feitos os primeiros encaminhamentos de alunos para o Colégio São Tiago, que já estava em funcionamento e significava a oportunidade de continuar os estudos no curso ginásial para aqueles que pudessem pagar ou conseguissem a vaga por meio do contrato de convênio da municipalidade. O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, no período, já se mobilizava para ampliar o prédio escolar e assim atender o público feminino no ensino

ginasial. As instituições escolares scalabrinianas Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Nossa Senhora de Caravaggio e Colégio Santa Cruz, nessa época, tiveram um significativo aumento de subvenção que, somado, ultrapassava ao valor do subsídio anual fornecido ao Colégio São Tiago. Ainda é interessante pontuar que, ao sinalizar para o governo estadual onde se necessitavam de escolas em Farroupilha, foram pedidas 10 novas instituições escolares, que ficariam localizadas nas áreas rurais dos municípios e teriam matrícula entre 25 e 70 alunos. Funcionavam nos quatro distritos de Farroupilha cursos supletivos que contavam também com verba municipal.

Assim, ao analisar as ações municipais tendo como fio condutor os prefeitos, pode-se afirmar que cada um, a sua maneira, investiu em Educação, seja no administrar um corpo docente municipal, no manter escolas municipais, solicitar escolas estaduais, negociar com comunidades, articular com o governo estadual e federal, normatizar a oferta, obrigatoriedade da frequência, elaborar programas, definir a formação de professores, ampliar os níveis de ensino, instituir normas e regras de civilidade etc. Envolveram-se pessoalmente nas questões educacionais, fiscalizaram escolas, compareceram em exames, preocuparam-se com os agasalhos escolares, dentre outras questões. O que é inegável é que foram centrais nesses processos, tomaram para si o cuidado com a Educação, atuando diretamente nesse contexto e compondo um município pedagógico em que projetaram, idealizaram e realizaram um projeto educativo.

As leis de orçamento, cotejadas aos empenhos, evidenciaram os investimentos em Educação entre o prescrito e o efetivado. Os documentos que foram elencados para compreender o prescrito foram as leis de orçamento, e para analisar o efetivado foram os pagamentos de empenho diário. Em um movimento inicial, apresentaram-se anualmente as análises e a seguir fez-se uma síntese longitudinal dos investimentos, o que permitiu aprofundar algumas questões pontuais.

As leis de orçamento municipais apresentam uma previsão de orçamento anual que variou de, no mínimo, 11,69% a, no máximo, 22,56% da receita do município, nunca ficando abaixo dos 10% mínimos exigidos por força da lei e nem dos percentuais previstos a partir da assinatura do Convênio do Ensino Primário com o Estado.

Nos primeiros anos, as leis de orçamento previam poucos itens, que englobavam praticamente o pagamento de professores e a aquisição de alguns materiais. A remuneração salarial dos docentes não era padrão (exceto dos oriundos de Montenegro), e a transferência da responsabilidade do pagamento de outros municípios para Farroupilha causou atritos e

discordâncias. Em razão disso, foram eles remunerados pelo município de Farroupilha somente a partir do mês de fevereiro de 1935.

Em 1935, ainda foi previsto o repasse de subvenção do governo estadual, que ocorreu por pouco tempo, já que optaram em abrir escolas estaduais onde fosse necessário.

Ano a ano, as tabelas do orçamento para a Instrução Pública foram se complexificando e passaram a incluir mais itens. Com o passar do tempo, foram sendo previstas verbas para os prêmios escolares (1936), substituições de professores (1937), aluguéis para as aulas municipais e grupos escolares (1938), subvenções para o ensino confessional (1939), gratificação para as professoras estaduais que ministraram o curso de aperfeiçoamento para professores (1940), gratificação pró-labore para professores, despesas com exames e manutenção da biblioteca (1942), quarta parte de uma professora (1943), função gratificada à orientadora de ensino (1944), subvenção ao Ginásio São Tiago (1945), valores maiores para remuneração dos professores por padrões salariais (1946), aumento da subvenção ao ensino confessional (1948), o que sinaliza mudanças na administração pública.

As leis de orçamento são documentos potentes para análise, no entanto, devem ser utilizados com algumas cautelas. No caso de Farroupilha, muitas questões antecederam os orçamentos, as quais não constavam neles inicialmente e foram progressivamente implantadas. Um exemplo disso são as despesas com os exames escolares que ocorreram, mas somente aparecem como item na tabela de orçamento da Instrução Pública em 1942, ou mesmo as subvenções ao ensino confessional, que foram regularizadas em 1938 e entram como item do orçamento para 1939. Dessa forma, os cruzamentos com outros documentos são necessários para uma compreensão mais próxima do cotidiano dos investimentos públicos em Educação.

Ao cruzar as leis de orçamentos com os empenhos, percebemos que outros investimentos ocorriam e eram quitados com verbas de outras tabelas específicas e com a de despesas diversas. Os investimentos identificados vão de itens como a compra de tecidos para confecção de agasalhos escolares, auxílios, festividades da Semana da Pátria, até terrenos, adaptações de prédios escolares.

Concomitante ao investimento de recurso público municipal ocorreu o investimento de municípios e grupos locais em prol de garantir escolas e ampliar níveis de ensino, como a construção do prédio para o Colégio São Tiago. Ainda se tem que pontuar o auxílio financeiro que o município despendeu para apoiar e complementar a oferta de ensino estadual, como, por exemplo, adaptações de prédios escolares.

O investimento em materiais escolares ocorreu, no entanto, inicialmente tímido e mais voltado a materiais de escrituração escolar e alguns mapas. Com o passar do tempo, os investimentos intensificaram-se e foram adquiridos materiais para o uso cotidiano dos alunos, como cadernos e lápis, entendendo-se que a distribuição gratuita era para aqueles que assim necessitassem. Ainda foram sendo implementados, cada vez mais, a compra de livros e cartilhas de alfabetização, em especial a partir da presença da orientadora de ensino no município. A manutenção de uma biblioteca pública municipal também é uma oportunidade formativa, cultural mantida no município.

Até aqui se destacaram pontos marcantes do estudo, no entanto, sabe-se que a narrativa produzida foi uma das possíveis e que muitos desdobramentos podem e merecem ser realizados a partir deste estudo.

A tese aqui apresentada é de que o município de Farroupilha assumiu um projeto educativo, que se desdobrou em ações efetivas, em articulação com as instâncias de governo estadual e federal, com os grupos locais e a Igreja Católica, para assegurar a oferta de escolarização e ampliar os níveis de ensino. Essas ações foram garantidas pelo protagonismo do município, em especial, dos prefeitos que elencaram a Educação como prioridade, que souberam fazer uso do espaço de autonomia e despenderam o investimento dos recursos públicos necessários em materiais escolares, móveis, materiais didáticos, prêmios, pagamento de aluguéis, realização dos exames finais, comemorações cívicas, contribuições de várias ordens, aquisição de terrenos, subvenções ao ensino confessional, convênios para oferta do ensino ginásial, bolsas de estudo, uniformes escolares, biblioteca pública e pagamento dos professores (efetivos, substitutos e auxiliares), além de outros profissionais, como a orientadora de ensino e o diretor da Instrução Pública. Assim, diante das evidências apresentadas, compreende-se Farroupilha, entre os anos de 1934 e 1948, como um município pedagógico.

Indicam-se lacunas, aspectos que não foram aprofundados neste estudo e que sinalizam a possibilidade de novas investigações, tais como: as histórias das instituições escolares municipais, que ainda estão totalmente por serem escritas em âmbito acadêmico, as histórias de vida de professores, a circulação e apropriação dos livros didáticos e cartilhas de alfabetização no contexto local, a cultura material escolar, as culturas escolares e a arquitetura escolar das aulas isoladas. Além disso, destaca-se que merece um estudo mais amplo o curso ginásial do Colégio São Tiago e o convênio que o torna um ginásio municipal, a oferta de vagas, o regime de internato etc. Ainda existe a possibilidade de avançar a análise em outros períodos nessa mesma perspectiva. Além disso, destaca-se a potencialidade de

novas investigações sobre a realização das colônias de férias em Farroupilha. Por fim, durante a sessão de defesa de tese ainda foram citados outros aspectos que merecem futuras pesquisas, tais analisar como se dá o processo de identidade “brasileira” no município de Farroupilha, haja vista que em 1940 a maioria da população era brasileira nata e compreender a relação dos prefeitos eleitos com seus respectivos partidos e/ou coligações e programas para a educação evidenciando assim as múltiplas possibilidades de desdobramentos.

Também se destaca a potencialidade do conceito operativo do município pedagógico para análises em diferentes períodos históricos e contextos, tendo em vista que os municípios assumiram ao longo da história diferentes formas os custos e responsabilidades com a Educação e assim percorreram caminhos com proximidades, mas também com singularidades que podem ser percebidas em análises com tal perspectiva teórica. Isso permite evidenciar quando se trata de municípios que fizeram o que lhes era exigido legalmente ou municípios que foram além do previsto e criaram alternativas e percursos específicos entendendo a Educação como prioridade nas políticas públicas.

O cenário contemporâneo, no contexto brasileiro, é um exemplo pontual da heterogeneidade das ações municipais que devido à pandemia da COVID-19. Em razão disso, criaram-se estratégias, esforçaram-se para se adaptar ao contexto, mobilizaram-se grupos locais em campanhas para compra de respiradores, questionaram-se intensamente as instâncias estaduais, tanto em protocolos sanitários quanto na administração das redes de ensino municipal. Tais aspectos alertam para que futuras pesquisas pensem nas ações locais em prol da Educação assumidas pelas municipalidades e suas estratégias para efetivá-las.

Assim, encerra-se aqui o percurso, ciente da provisoriedade e de novas possibilidades que se multiplicam e seguem instigando, em especial, com um olhar atento e impregnado ao local. Possibilidades essas que estão condicionadas à conservação dos documentos municipais que hoje se encontram apenas armazenados em diferentes setores da Prefeitura Municipal de Farroupilha. Assim, é urgente que se possa pensar alternativas de conservação e catalogação dessas materialidades que constituem e são parte integrante da história municipal. Assim encerro, com o sentimento de esperar para que possamos contar com um arquivo histórico municipal em Farroupilha (FREIRE, 1993).

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 21. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ABREU, Daniela Cristina Lopes de. **As estratégias de escolarização primária na cidade de Rio Claro: São Paulo (1889-1920)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- ABREU, Luciano Arrone de Abreu. **Interventores e Interventorias**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2005.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**. 2 ed. Caxias do Sul: Gráfica das Edições Paulinas, 1971. v.1.
- ADÃO, Áurea. Republicanismo, municipalismo e ensino primário: entre desígnios e condicionalismos. *In*: ADÃO, Áurea; SILVA Carlos Manique da; PINTASSILGO, Joaquim (org.). **O Homem vale, sobretudo, pela educação que possui**: revisitando a primeira reforma republicana do ensino infantil, primário e normal. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. p. 25-42. (Encontros de educação). Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7792>. Acesso em: 05 jun.2018.
- ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). **História dos municípios na educação e na cultura**: incertezas de ontem, desafios de hoje. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013. (Estudos e Ensaios).
- ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). **Os municípios na modernização educativa**. 1. ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/19869>. Acesso em: 5 jun. 2018.
- AGUIRRE, Alexandre. **Flores da Cunha**: Relação política administrativa com Passo Fundo e região norte do RS, nas páginas de O Nacional (1930-1937). 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais: histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ALMANACK ESCOLAR DO RIO GRANDE DO SUL**. Diretoria Geral da Instrução Pública. Edição Oficial. Porto Alegre: Livraria Selbach de J. R. da Fonseca & Cia. Porto Alegre, 1935.
- ALMANAQUE ILUSTRADO**. Porto Alegre: Editor Ludwig, 1939.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, n. 14, p. 125-136. 1995. (Projeto História).

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

AMARAL, Giana Lange. O municipalismo, a educação e o desenvolvimento local: Pelotas-RS, Brasil primeiras décadas do século XX. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). **Os municípios na modernização educativa**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014, p. 290-316.

ARPINI, Elisa Moojen. Retrospectiva histórica – 1866. In: KAUTZMANN, Maria Eunice Müller (coord.). **Montenegro de ontem e de hoje**. Montenegro: Não consta editora, 1986. p. 33-37. 3.v.

BARBOSA, Michele Tupich. **Legião Brasileira de Assistência (LBA): O protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 2017.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; GUIMARÃES, Joaquim Francisco Soares. O processo de institucionalização da educação primária em Umbaúba/Sergipe (1955-1989): um caso brasileiro de municipalização. In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). **Os municípios na modernização educativa**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. p. 333-353.

BARROSO, Vera Lucia Maciel. **Açorianos no Brasil**. Porto Alegre: EST, 2002.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939 – 1942)**. O novo e o nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara Bastos. Pense Globalmente, pesquise localmente? Em busca de uma mediação para a escrita da História da Educação. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo *et al.* (org.). **História da Educação: Desafios teóricos e empíricos**. Niterói: Editora da Universidade Fluminense, 2009. p. 69-89.

BASTOS, Maria Helena Camara; ERMEL, Tatiane de Freitas. O Jornal A Voz da Escola: escritas dos alunos do Colégio Elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS, 1934-1940). **História da Educação** (On-Line), Porto Alegre, v. 17, n. 40, p. 143-173, mai./ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/heduc/v17n40/v17n40a08.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2020.

BELUSSO, Gisele. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS: Histórias de sujeitos e práticas (1922-1954)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2016.

BELUSSO, Gisele. una vita per l'educazione: memórias autorreferenciais da professora Maria Mocelini (1878 – 1961). **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil, v.16, p. 825-848, edição especial. 2020. Disponível em:

<http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6324/5119>. Acesso em: 18 set. 2020.

BENCOSTTA, Marcus Levy. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana (org.). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 299-321.

BERGOZZA, Roseli Maria. **Escola Complementar de Caxias: histórias da primeira instituição pública para formação de professores na cidade de Caxias do Sul (1930-1961)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

BERTHOLDO, Oscar. **Canto de amor a Farroupilha**. Farroupilha: Arte e Impressão, 1984.

BERTOLETTI, Estela Natalina Montovani. Lourenço Filho, alfabetização e cartilhas: percurso e memória de uma pesquisa histórica. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo (org.). **Alfabetização no Brasil: uma história da sua história**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. p.95-108.

BICA, Alessandro de Carvalho. **A organização da Educação Pública Municipal no governo de Carlos Cavalcanti Mangabeira (1925-1929) no município de Bagé/RS**. 2013. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, 2013.

BICA, Alessandro de Carvalho; CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. **Revista História da Educação**, v. 15, n. 33, p. 170-180, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/20110>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BITTENCOURT, Ademar (org.). **Fundos e campanhas educacionais: coletânea de atos oficiais**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. v.1.

BOMENY, Helena M.B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 137-166.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 1990.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade: Lembranças de velhos**. 19. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAMBATTI, Luiz Ernesto. **Racionalização, cultura e turismo em meio rural na serra gaúcha**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5045>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BURKE, Peter (org). **A escrita da história cultural**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: História e Imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. 5ª reimpr. Tradução de Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Publicado no Diário Oficial da União, seção 1, suplemento de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Publicado no Diário Oficial da União em 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-35093-10-novembro-1937-532849-publicacaooriginal-15246-pl.html>. Acesso em 12 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte de 1946**. Publicado no Diário Oficial da União - Seção 1 – 19 de setembro de 1946, p. 13059. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 jun. 2018.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A praça brasileira trajetória de um espaço urbano**: origem e modernidade. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas. Campinas, 2007.

CAPPELLE, Rosana Vidigal Santiago. **(Des) continuidades e significados do projeto educativo do município de Rio Pomba/MG**: O processo de escolarização em análise (1912-1956). 2011. Tese. (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, 2011.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história**: ensaios de Teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375- 417.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; CARVALHO, Carlos Henrique de. **O lugar da educação na modernidade Luso-brasileira no final do século XIX e início do XX**. Campinas: Editora Alínea, 2012.

CARVALHO, Bruno Bernardes. **Organização da instrução pública em Uberaba-MG no contexto da República Velha (1895-1917)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

CAXIAS DO SUL. **História da imprensa de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Pioneiro: 1988.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191. 1991. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601/10152>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. Conversações com Jean Lebrun. 1ª reimpr. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Unesp, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Marcia Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difusão Editorial, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 2004.

CHARTIER, Roger. Roger Chartier entrevistado por Robert Darnton. Tradução de Dorothée de Bruchard. **Matrizes**, São Paulo, ano 5, n. 2, p.159-177, jan./jun. 2012. Entrevista.

CHIESA, Vicente Dalla. Breves registros sobre as escolas paroquiais ligadas à Igreja metodista na Região Colonial Italiana do Nordeste Gaúcho. In: ARENDT, Isabel Cristina; CUNHA, Jorge Luis da; SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Migrações**: perspectivas e avanços teórico-metodológicos. São Leopoldo: Oikos, 2018. p.161-174. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/files/Migra%C3%A7%C3%B5es%20-%20perspectivas%20e%20avan%C3%A7os%20-%20E-book.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

CHIOSSO, Giorgio. **Libri di scuola e mercato editoriali**. Dal primo Ottocento alla riforma Gentile. Milano: Franco Angeli, 2013.

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**: a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930). Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. **La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud**. PortoAlegre: Barcellos, Bertaso e Cia.; Livraria do Globo, 1925.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Estado Novo e municipalismo gaúcho**. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1996. (Série ciência história).

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. 1. ed. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo: Ediupf, 1998.

CORSETTI, Berenice. **Controle e Ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul (1889-1930)**. 1998. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

CORSETTI, Berenice; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas/RS: Editora da Ufpel, 2008a. v. 1.

CORSETTI, Berenice; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul II**. Pelotas/RS: Editora da Ufpel, 2008b. v. 2.

CORSETTI, Berenice; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas/RS: Editora da Ufpel, 2009. v. 3.

CORSETTI, Berenice; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Instituições Formadoras de Professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas/RS: Editora e Gráfica Universitária Ufpel, 2010. v. 4.

CRIVELATTI, Inês R. *et al.* **A História da Educação no município de Farroupilha**. 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da Educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

DALLA VECCHIA, Marisa Virgínia Formolo; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RAMOS, Felisbela. **Retratos de um saber: 100 anos de história da rede municipal de ensino em Caxias do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 1998.

DE BONI, Luis Alberto.; COSTA, Rovílio. **Os italianos no Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre: EST. Caxias do Sul: Educus, 1984.

DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST, 1987. v.1.

DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v.2.

DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, v.3.

DECÓ, Ermínio Dall’Agnol. **Linha Palmeiro: microrregião de colonização italiana Bento Gonçalves e Farroupilha – RS**. Canoas, RS: Editora La Salle, 1994.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul, 1946-1948**. Publicado em 1949, p. 147. Informação a partir da população do Estado, segundo o sexo e especificamente a população de fato (6.258 homens e 6.253 mulheres). Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194648rs>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1941-1942**. Publicado em 1944, p. 123. Informação a partir da população citadina e rural – 1941/1942. Disponível em:

<https://archive.org/details/anuariodem194142rs/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul, 1946-1948**. Publicado em 1949, p. 11. Disponível em: <https://archive.org/details/anuariodem194648rs>. Acesso em: 19 jun. 2020.

DIAS, Bárbara Capellari, FABRO, Eliane Maria. **A História do Colégio São Tiago** Farroupilha: Gráfica Farroupilha, 2011.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Quatro publicações marcantes no jornalismo do Rio Grande do Sul**. Nova Petrópolis: Editora Amstad, 19--.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo: história e memórias**. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução de Marina Appenzeller Campinas, SP: Papirus, 1993.

EQUIPE MARISTA INTERPROVINCIAL DE REFLEXÃO. **Álbum do centenário da presença dos Irmãos Maristas no Brasil 1897 – 1997**. São Paulo, SP: Editora FTD, 1997.

ERMEL, Tatiane de Freitas. **Arquitetura escolar e patrimônio histórico-educativo: os edifícios para a escola primária pública no Rio Grande do Sul (1907-1928)**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

ERRANTE, Antoniette. Mas afinal a memória é de quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **História da Educação**, v. 4, n. 8, p.141-174, set. 2000. Disponível em: <http://www.ser.ufgrs.br/asphe/article/view/30143/0>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico metodológicos de um programa de pesquisa. In: LOPES, Alice C.; MACEDO, Elisabeth. **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-35.

FARIAS, Renato. **Flores, Vargas e o PRL (1932-1937): Registros da Imprensa passo-fundense**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Maria Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 135-150.

FERNANDES, Cassiane Curtarelli. **Uma história do Grupo Escolar Farroupilha: sujeitos e práticas escolares** (Farroupilha/RS, 1927 – 1949). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira. **Organização da instrução pública primária no Brasil: impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)**. 2013. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S. **História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCESCONI, Mario C.S. **João Batista Scalabrini, pai dos migrantes, traços biográficos e espiritualidade**. Tradução de Lia Barbieri. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1971.

FRANCO, Gustavo H.B. **A moeda e a lei: uma história monetária brasileira (1933-2013)**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FROSI, Maria Vitalina; MIORANZA, Ciro. **Imigração Italiana, no nordeste do Rio Grande do Sul**. Processos de Formação e Evolução de Uma Comunidade Italo-Brasileira. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975. Coleção documentos brasileiros – v. 6.

FROSI, Maria Vitalina. **Dialetos Italianos**. Caxias do Sul: Educs, 1983.

FROSI, Maria Vitalina. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul**. Processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira. 2ª. ed. Caxias do Sul: Educs, 2009.

GARCIA, Frederico Brittes Nordin. **Colônias de férias: a formação do estudante ideal no Rio Grande do Sul (1938-1945)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GASPERIN, Alice. **Vão Simbora: Relato de imigrantes italianos da colônia princesa D. Isabel, RS**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia Brindes; Caxias do Sul: Educs, 1984.

GASPERIN, Alice. **Farroupilha: ex-colônia particular Sertorina**. Caxias do Sul: Editora do autor, 1989.

GERTZ, René Ernaini. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo, RS: Editora Passo Fundo, 2005.

GERTZ, René Ernaini. Etniase nacionalização no sul do Brasil. *In: QUADROS, Claudemir de (org.). Uma Gota Amarga: itinerários da nacionalização do ensino do Brasil*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. p. 13-42.

GIOLO, Jaime. **Estado, Igreja e Educação no RS da Primeira República**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 1997.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In: DACANAL, José Hildebrando. RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 47-66.

GIRON, Loraine Slomp. Comércio e comerciantes de Farroupilha. **Cadernos de Pesquisa, Caxias do Sul, RS**, v. 8, n. 1, p. 1-45, abr. 2000.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Eberle. **Casas de Negócio: 125 anos de imigração italiana e o comércio regional**. Caxias do Sul: Educs, 2001.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GOMES, Ângela de Castro *et al.* (coord.) **Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. Apresentação. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. *In: GOMES, Angela Maria de Castro.; HANSEN, Patrícia Santos (org.). Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-40.

GOMES, Antonio Carlos Ruschel. **Ruas de Farroupilha: suas vidas e histórias**. Farroupilha, RS: Ed. do autor, 2018.

GOMES, Fabrício Romani. **Sob a proteção da Princesa e de São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

GONÇALVES, Mauro Castilhos. Municípios e desenvolvimento local – São Paulo na década de 1950. *In: ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (org.). Os municípios na modernização educativa*. 1ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. p. 317-329, v. 1.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. O local na história da Educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil. *In: ARAÚJO, Marta Maria de (org.). História(s) Comparada(s) da Educação*. Brasília: Liber Livro Editora, 2009a. p.

161-198. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4894>. Acesso em: 5 jun. 2018.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MAGALHÃES, Justino. Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.9, n. 2 (20), p. 15-39. 2009b. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5019>. Acesso em: 5 jun. 2018.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **O município e a educação no Brasil**: Minas Gerais na Primeira República. 1. ed. Campinas: Alínea, 2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Repensando a história da educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: NETO, GONÇALVES, Gonçalves Neto; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **Ação Municipal e Educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. p. 19-36.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed., 2ª reimpr. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016. p 519-550.

GRANDI, Celito de. **Diário de Notícias**: O romance de um jornal. Porto Alegre: LP&M, 2005.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do Tempo e Recantos da Memória**: reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). **Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul**: Memória e cultura escolar, séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: Silva, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathyn. (org.). **Identidade e Diferença**: perspectiva do Estudos Culturais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

HARTOG, Francois. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiência do tempo. Tradução de Menezes et. al. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007. (Coleção História e Historiografia).

HASS DA SILVA, Eduardo Cristiano; FIGUEIREDO, Milene Moraes de. Cadernos de pagamento de professores como desencadeadores de pesquisa em História da Educação. *In*: VIANA, Marcelo Vianna; SANTOS, Rodrigo Luís; POMATTI, Ângela B.; OLIVERIRA, Luciana; MÜHLEN, Caroline von; SOUZA, José Edimar de. (org.). **Livro de trabalhos do VI Ofícios de Clio**: pesquisadores, acervos e espaços de memória. 1ed. Ivoti: Instituto Superior de Educação Ivoti, 2018, v. 1, p. 59-73. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=cLJiDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA59&dq=pagamento+de+professores+estaduais++1940+%2B+Eduardo+Hass&ots=ethZOHWULF&sig=FwvkSJh1ole02fHoN0_YHS5OqWs#v=onepage&q=pagamento%20de%20professores%20estaduais%20%201940%20%2B%20Eduardo%20Hass&f=false. Acesso em: 8 jul. 2020.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana**: estudo de caso da primeira indústria têxtil do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul: Educs, 1997.

HESSEL, Jose Ribeiro. **Criação de municípios no Rio Grande do Sul**. 1977. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 1977.

HORTA, José Silvério Baia. A política educacional do Estado Novo. *In*: SAVIANI, Demerval. (org.). **Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira**. Vitória: Edufes, 2010. p. 283-318.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

IANNI, Octávio. Aspectos políticos e econômicos da imigração italiana. *In*: ISBIEP. Instituto Superior Brasileiro-Italiano de Estudos e Pesquisa. **Imigração italiana**: estudos. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educs, 1979. p. 11-20.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico** (1º de julho de 1950), Estado do Rio Grande do Sul, seleção dos principais dados, organizada pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (1952). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Recenseamento geral do Brasil 1940**. (1º de setembro de 1940), Série Regional. Parte XX – Rio Grande do Sul, tomo I. Censo demográfico, organizado pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/65/cd_1940_p20_t1_rs.pdf. Acesso em: 20 abr. 2020.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914). Caxias do Sul: Educs, 2010.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, p. 9-44, jan./jun. 2001.

Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273>. Acesso em: 15 abr. 2015.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KOSSOY, Boris. Construção e desmontagem do signo fotográfico. *In*: KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 19-62.

KREUTZ, Lúcio. A nacionalização do ensino no Rio Grande do Sul: medidas preventivas e repressivas. *In*: QUADROS, Claudemir de. **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. p.153-190.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et al.* 4. ed. Campinas/SP: Editora Unicamp, 1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIMA, Sandra Cristina. História da escola rural e poderes locais: Uberlândia–MG, Brasil, 1930 a 1960. *In*: ADÃO, Áurea, MAGALHÃES, Justino (org.). **História dos municípios na educação e na cultura**: incertezas de ontem, desafios de hoje. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013. p. 197-223.

LINS, Adriana. **Lembranças que resistem ao tempo**. Sindilojas Farroupilha. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2013.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Relações de poder**: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d'Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves - 1875 a 1889. 1. ed. Curitiba: CRV, 2009.

LUCHESE, Terciane Ângela. Abrasileirar os coloninhos: história e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). *In*: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga**: itinerários de nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014a. p. 191-231.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer história da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, v. 18, n. 43. p. 145-161. Porto Alegre: mai./ago. 2014b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/heduc/v18n43/09.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. As políticas de escolarização do RS em perspectiva histórica. *In*: SILVA, Roberto Rafael Dias da *et al.* (org.). **Políticas contemporâneas de escolarização no Brasil**: uma agenda investigativa. 1. ed. Curitiba: CRV, 2014c. p. 61-84.

LUCHESE, Terciane Ângela (org.). **História da escola dos imigrantes italianos em terras brasileiras**. Caxias do Sul: Educus, 2014d.

LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2015.

LUCHESE, Terciane Ângela. Do Colégio Elementar de Caxias para Colégio Elementar José Bonifácio (Caxias/RS, 1912-1929): “um impulso estupendo à instrução”. In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Almeida. **Colégios Elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul**: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 82-109.

LUCHESE, Terciane Ângela. Expandir as escolas, aumentar a frequência, valorizar a agricultura: Celeste Gobbato e a educação municipal (Caxias do Sul, RS, 1924 -1928). **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 43-48, jan./abr. 2019. Dossiê: artigos. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47614/25724>. Acesso em: 4 mar. 2020.

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das escolas de improviso às escolas planejadas: um olhar sobre os espaços escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas, SP, v. 12, n. 2, 29, p. 45-76, mai/ago. 2012. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/387>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Açorianos para o sul do Brasil**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IHGRS, 1998.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: História de Caxias do Sul – 1875/1950. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino. A construção historiográfica do objecto educacional. cultura escolar e liberalismo em Portugal. **História de la Educación**, Salamanca, n. 25, p. 131-152, 2006a. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5046>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. O local e a educação: para a história do município pedagógico. **Revista de Administração Local**, Lisboa, n. 215, p. 607-614, set./out. 2006b. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5045>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. Mediações da cultura escolar - a prática como normatividade. In: GÓMEZ FERNÁNDEZ, Juan; ESPIGADO TOCINO, Gloria; BEAS MIRANDA, Miguel (ed.). **La Escuela y sus Escenarios**. El Puerto de Santa María: Concejalía de Cultura del Ayuntamiento de El Puerto de Santa María, 2007. p. 197-205. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5044>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. O local e a decisão política em educação: aspectos teóricos e metodológicos da história do Município Pedagógico. **Comunicação apresentada no VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, Porto, 20-23 de junho de 2008. Disponível: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5051>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. Educação e República. **Cadernos Vianenses**, Viana do Castelo, tomo 44. p. 1-7, Editora Câmara municipal de Viana do Castelo: 2010. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5043>. Acesso em: 12 jun.2018.

MAGALHÃES, Justino. **Da Cadeira ao Banco**: Escola e modernização (Séculos XVIII-XX). Lisboa: Educa, 2010.

MAGALHÃES, Justino. Os Arquivos e os museus autárquicos na construção do município pedagógico. Comunicação a BAD. *In*: Encontro Nacional de Arquivos Municipais – Gestão da Informação na Administração Municipal: passado, presente e futuro, 10, Leiria, 4 e 5 de novembro de 2011. **Actas dos Encontro Nacional de Arquivos**, Leiria, n.10, 2011a, p. 1-7.

MAGALHÃES, Justino. **Mural do Tempo**: manuais escolares em Portugal. Lisboa: Colibri, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2011b.

MAGALHÃES, Justino. Atlas-Repertório dos municípios na Educação e na Cultura em Portugal (1820-1986). Perspectiva histórica. *In*: ADÃO, Áurea, MAGALHÃES, Justino (org.). **História dos municípios na educação e na cultura**: incertezas de ontem, desafios de hoje. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013a. (Estudos e Ensaios). p. 11-50. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9460>. Acesso em: 3 mar. 2018.

MAGALHÃES, Justino. História dos Municípios portugueses na educação e na cultura. **Revista de Administração Local**, n. 254, p. 163-174, mar./abr. 2013b. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/10462>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. O município liberal e a decisão política. **HISTEDBR On-Line**, Campinas, n. 54, p. 5-14. dez. 2013c. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/11571>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. **Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático**: Atlas-repertório dos municípios na educação. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2014a. (Estudos e ensaios). Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/18286>. Acesso: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. Escrita e municipalismo na transição do Brasil colônia e na ideação do Brasil independente. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 19, n. 2, p. 298-311, 2014b. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/17680>. Acesso em: 7 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. Como um texto - configurações da escrita do município colonial. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 60, n. 1, p. 65-83, jan./jun. 2014c. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/17681>. Acesso em: 5 jun.2018.

MAGALHÃES, Justino. O município pedagógico e a escrita do local. Centenário da Reforma Republicana da Administração Local. **Interacções**, Santarém, v. 10, n. 28, p. 4-20, 2014d. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/18117>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. Municipalização do ensino em Portugal - as lições da história. In: MACHADO, Joaquim; ALVES, José Matias (org.). **Professores, escola e município** – Formar, conhecer e desenvolver. Porto: Universidade Católica Editora. 2015. p. 127-141. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/27614>. Acesso em: 5 jun. 2018.

MAGALHÃES, Justino. Municipalities and educational modernisation: a historical and geographical atlas of municipalities and education in Portugal. **Paedagogica Historica**, 2017. v. 53, n. 5, p. 578–601.

MAGALHÃES, Justino. Municipios e educación. **Sarmiento**. Revista Galego-Portuguesa De Historia Da Educación, v. 23, p. 5-10. 2019a. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/sarmiento/article/view/srgphe.2019.23.0.5856>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MAGALHÃES, Justino. Municípios e História da Educação. **Cadernos de História da Educação**, v. 18, n. 1, p. 9-20. 2019b. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/47611/25734>. Acesso em: 1 out. 2020.

MAGALHÃES, Justino. Entrevista com catedrático Justino Magalhães: os municípios na educação em pauta. Entrevista concedida a BELUSSO, Gisele; LUCHESE, Terciane Ângela. **Revista História da Educação** (On-Line), 2020, v. 24: e96723. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/96723>. Acesso em: 20 fev. 2020.

MALIKOSKI, Adriano. **Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, (1875-1930)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

MANOEL, Ivan Aparecido. **O pêndulo da história: um tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Eduem, 2004.

MARCON, Mônica D'Andrea. **Aspectos históricos do uso dos uniformes escolares: reflexões no campo da educação e da moda (1940-2000 Caxias do Sul)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

MATIELLO, Marina. **Religiosidade, etnicidade e educação: a presença das Irmãs Carlista-Scalabriniana no Rio Grande do Sul (1915-1948)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2019.

MICHEL, Caroline Braga; ARRIADA, Eduardo. Os livros de leitura ¿quieres leer? e Queres Ler?: do Uruguai para o Rio Grande do Sul. **Momento Diálogos em Educação**, v. 24, n. 1, p. 151-170, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.furg.br/momento/article/view/5631>. Acesso em: 21 set. 2020.

MICHEL, Caroline Braga; PERES, Eliane; SILVEIRA, Alessandra Amaral. As cartilhas ¿Quieres Leer? e Queres Ler?: recorrências e diferenças nas notas de orientações aos professores. **Educação em Foco**, ano 20, n. 32, set/dez, p. 145-165. 2017. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1306>. Acesso em: 20 set. 2020.

MODESTI, Tatiane. **A escola pública primária em Chapecó: Nacionalização e modernização entre o rural e o urbano (1930-1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

MONTEGUTTI, Ivo; GIACOMEL, Teresa Miriam; DALL’OSBEL, Ana Simone. **Farroupilha ontem e hoje: subsídios**. Prefeitura Municipal de Farroupilha, Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Farroupilha, 1993.

MORANDINI, Maria Cristina. **Scuola e nazione**. Maestri e istruzione popolare nella costruzione dello Stato unitario (1848-1861). Milano: Vita e Pensiero, 2003.

MOREIRA, Neiva. O desembarque na Normandia. **Revista Cadernos do Terceiro Mundo**, n. 185, p. 13-18, mai. 1995. Disponível em: <http://repositorio.im.ufrj.br:8080/jspui/handle/1235813501>. Acesso em: 27 mai. 2020.

MURUCI, Lucio Picanço. **Seth: um capítulo singular na caricatura brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9437@1>. Acesso em: 8 jul. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v.10, p. 7-28. 1993.

NÓVOA, Antônio. Apresentação. In: NÓVOA, Antônio (org). **Vidas de professores**. Porto: Porto Editora, 1995. p. 9-10.

OLIVEIRA, Lúcia Helena. **Educação Scalabriniana no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Universidade de Campinas/SP, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000469611>. Acesso em: 21 nov. 2018.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; AMARAL, Giana Lange. Ensino primário e municipalidade: um estudo dos Relatórios Intendenciasais das primeiras décadas do século XX. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá. v. 27, n. 64, p. 181-201, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/88734>. Acesso em: 20 mar. 2020.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de; MATOS, Maria Izilda S. “Para maior glória do nosso Brasil”: educação e cuidados para a saúde bucal infantil, 1912-1940. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p.1261-1279, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v25n4/0104-5970-hcsm-25-04-1261.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OLIVEIRA, Júlio da Silva. **Planta das ex-colônias Cond'Eu, Dona Isabel e Novo Núcleo Alfredo Chaves**. Rio de Janeiro, RJ: OLIVEIRA, Júlio da Silva. Planta das ex-colônias Conde d'Eu, Da. Izabel e Novo Núcleo Alfredo Chaves. Rio de Janeiro, RJ: Photolithographia Paulo Robin & Cia., 1885b. 1 mapa, col., 64 x 44cm. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta-geral-da-ex-colonia-conde-deu-e-dona-isabel-e-novo-nucleo-de-alfredo-chaves>. Acesso em: 20 mar. 2018. Código de referência (BR RS APMCS DIR-C-12-P 1885). Essa planta é uma cópia digital do acervo da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Júlio da Silva. **Planta das ex-colônias Conde d'Eu, Da. Izabel e Novo Nucleo Alfredo Chaves**. Rio de Janeiro, RJ: Photolithographia Paulo Robin & Cia., 1885b. 1 mapa, col., 64 x 44cm. GÓES, Manoel, Barata. Planta geral da Colônia Caxias. Rio de Janeiro, RJ: P. Robin, 1885. 1 mapa, col., 50,5 x 33cm. Disponível em: <http://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta-geral-da-ex-colonia-conde-deu-e-dona-isabel-e-novo-nucleo-de-alfredo-cahves>. Acesso em: 20 mar. 2018. Códice: (BR RS APMCS DIR-C-12-P 1885). Essa planta é uma cópia digital do acervo da Biblioteca Nacional.

OLIVO, Gleison. **Sentidos e saberes da Escola Rural no vale dos vinhedos – Bento Gonçalves/RS (1928-1958)**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017.

PEREIRA, Gilson Laone. “Soldados da Borracha” – esquecidos ou lembrados? **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, p. 199-217. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3250/3130>. Acesso em: 27 mai. 2020.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PERES, Eliane Terezinha Peres. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir a escola da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 –1959)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

PERES, Eliane Teresinha. A produção e o uso de livros de leitura no Rio Grande do Sul: Queres Ler? e Quero Ler. **História da Educação**, Pelotas, v. 3. n. 6, p. 89-103. 1999.

PERES, Eliane Terezinha Peres. Currículo e práticas escolares da escola primária gaúcha no período da implantação da escola graduada e da institucionalização da modernidade pedagógica (1909-1959). In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). **Colégios Elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX**. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 30-64.

PESSIN, Maristela Rodolfo; PIGOZZI, Duilus André, RUFATTO, Daniel; PONIWASS, Cleufe Bianchi. **A Câmara na história: 75 anos**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011.

PETITAT, André. **Produção da escola – produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PILETTI, Fernanda. **Memórias de escolarização no meio rural de Farroupilha/RS: o Grupo Escolar Jansen (1937-1958)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Letra e Voz: São Paulo, 2016.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. **100 anos de imprensa regional 1897-1997**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2004.

POZENATO, José Clemente; GIRON, Loraine. **Cinemas: lembranças**. 1. ed. Porto Alegre: Suliani Editografia, 2007.

PUREZA, Fernando Cauduro. Articulando a Batalha da Produção – Disciplina Especialização e Sindicalização durante a Segunda Guerra Mundial em Porto Alegre. **XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS: História, verdade e ética**. Unisinos. 11 a 14 de agosto de 2014. p. 1-16. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuh-rs.org.br/resources/anais/30/1405388433_ARQUIVO_Anpuh-2014.pdf. Acesso em: 27 mai 2020.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação**: o centro de pesquisas e orientação educacionais do Rio Grande do Sul. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

QUADROS, Raquel dos Santos; MACHADO, Maria Cristina Gomes. Gustavo Capanema: criação da Comissão Nacional do Ensino Primário. **Educação**, Santa Maria, v. 40, n. 21, p. 413-424, mai./ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/14245/pdf>. Acesso em: 14 dez. 2020.

RECH, Gelson Luis; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Professor Gino Battocchio e as aulas gratuitas de italiano nos ginásios da capital do RS. In: Simpósio Internacional e Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro, 6/12, 2015. **Anais 140 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: Educus, 2015, v. 1, p. 116 – 133. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/140-anos-ebook.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

RECH, Gelson Leonardo; LUCHESE, Terciane Ângela. **Escolas italianas no Rio Grande do Sul**: pesquisas e documentos. Caxias do Sul: Educus, 2018.

RECH, Gelson Leonardo. **Escolas étnicas italianas em Porto Alegre/RS (1877-1938)**: a formação de uma rede escolar e o fascismo. 2015. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RELA, Eliana. **Nossa fé, nossa vitória**: igreja católica, maçonaria e poder político na formação de Caxias do Sul. 1. ed. Caxias do Sul: Educus.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA O TICO-TICO. n. 1963, ano XLIV, junho de 1949. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/153079/per153079_1949_01963.pdf. Acesso em: 8 jul. 2020.

REVISTA DO ENSINO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Ano I, dezembro 1939, nº4, v. 1.

RIBEIRO, Cristiane Angélica. **Escola rural e alfabetização**: Uberlândia 1936 a 1946. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, 1935. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=Q806IoIj_D3Y%3d&tabid=3456&language=pt-BR. Acesso em: 12 jun. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**, 1947. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/LinkClick.aspx?fileticket=ab_rJmqsoWc%3d&tabid=3456&language=pt-BR. Acesso em 12 jun. 2018.

RIZZARDO, Redovino. **A longa viagem**: os carlistas e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, Sulina, 1975.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil** (1930/1973). 40. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

RÖSSLER, João Carlos. **História da Medicina de Farroupilha**. Canoas: Consultor Editorial, 2018.

SANTAMAITA, Saverio. **Storia della scuola**. Dalla scuola al sistema formativo. Milano: Bruno Mondadori, 2010.

SANTOS, DEISE DA SILVA. **Memórias e práticas do ensino de música no Grupo Escolar Farroupilha/RS** (1938-1945). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2018.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SAVIANI, Demerval. **Educação Brasileira**: Estrutura e Sistema. 8 ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. III: século XX. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. p. 29-38.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1895 - 1934**. Brasília: CSEM, 2005.

SIGNOR, Lice Maria. **Irmãs Missionárias de São Carlos, Scalabrinianas – 1934-1971**. Brasília: CSEM, 2007.

SILVA FILHO, Licínio de Souza e. **Município, tradição e modernidade**: a instituição primária e os limites do projeto hegemônico republicano em Minas Gerais (1892-1907). 2014. (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. A produção social da identidade e da diferença. *In*: Silva, Tomaz Tadeu da; WOODWARD, Kathyn (org). **Identidade e Diferença**: perspectiva do Estudos Culturais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.73-102.

SIRINELLI, François. Os intelectuais. *In*: REMOND, René (org.). **Por uma nova história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2003.

SKIDMORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SLOMP, Ivo Albino; BARBIERI, Lia. **Percorrendo caminhos**: Província Imaculada Conceição. Caxias do Sul: Editora Lorigraf, 1997.

SOUZA, José Edimar de. **As escolas isoladas**: práticas escolares no meio rural de Lomba Grande/RS (1940-1952). 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

SOUZA, Rosa Fátima de. Prefácio. *In*: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). **Colégios Elementares e Grupos Escolares no Rio Grande do Sul**: Memória e cultura escolar, séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 7-10.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Miguel Angelo Silveira de; CHIELI, Anabel Terezinha Madalosso. **À sombra da Cruz**. Trabalho acadêmico para disciplina de métodos e técnicas de pesquisa em História II, professora Loraine Slomp Giron. Universidade de Caxias do Sul, 1999.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e educar**: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 1999. v.1.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos. História, memória e história da educação. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos

(org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. vol. III: século XX. Petropolis: Editora Vozes, 2011. p. 416 a 430.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. **Positivismo e Educação**: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo. Pelotas: Editora Universitária Ufpel, 1995.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro; CORSETTI, Berenice (org.) **Instituições formadoras de professores no Rio Grande do Sul**. Pelotas: Ed. da Universidade UFPEL, 2008. v.1. p.13-40.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Cartografia da gênese e consolidação do modelo republicano-castilhistas de educação primária no Rio Grande do Sul: o papel do “intelectual operador” Manuel Pacheco Prates (1894-1911). In: GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt (org.). **Colégios Elementares e grupos escolares no Rio Grande do Sul**: memórias e cultura escolar – séculos XIX e XX. São Leopoldo: Oikos, 2016. p.12-29.

TARTAROTTI, Pedro Raul. **Farroupilha**: história de uma cidade. Porto Alegre: Ponto & Vírgula Editora, 2014.

TRENTIN, Ortenila Dileta M. **Emancipação de Nova Vicenza, Farroupilha**. 2002. Monografia (Especialização em História), Universidade de Caxias do Sul, 2002.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A invenção de uma nova ordem para as cartilhas**: ser maternal, nacional e mestra. Queres ler?. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TONIETTO, Roberta Angela. **Memórias de egressas da Escola Normal Duque de Caxias (Caxias do Sul/RS – 1949/1951)**: Formação de professores para a prática da higiene. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2020.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na trama da cidade**: A construção de Belo Horizonte em fins do século XX. 1994. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

VEIGA, Cynthia Greive. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção das representações de educação em fins do século XIX. **Educação em Revista** (UFMG), v. 26, p. 103-112. 1997.

VENDRÚSCULO, Ivone Foletto. **Caravaggio, cinquenta anos de trabalho e fé!** Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. A postura educativa de O Tico-Tico: uma análise da primeira revista brasileira de histórias em quadrinhos. **Comunicação**

& Educação, ano XIII, n. 2, p. 23-34, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/comueduc/article/view/42300/45971>. Acesso em: 8 jul. 2020.

VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1873-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, SP, n. 0, p. 63-82, set./out./nov./dez. 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VIAO_FRAGO.pdf. Acesso em: 11 abr. 2018.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Do espaço escolar e da escola como lugar: Propostas e questões. In: VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 62-136.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas**. España: Editora Morata, 2002.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Os cadernos escolares como fonte histórica: aspectos metodológicos e historiográficos. In: Mignot, Ana Chrystina Venancio. **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 15-33.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **O nacional e o local: ingerência e permeabilidade na educação brasileira**. Bragança Paulista: Editora Universidade São Francisco, 2005.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Realidade brasileira municipal: estrutura tripartite e ações educacionais de pequenos municípios. In: Áurea Adão; Justino Magalhães (org.). **Os municípios na modernização educativa**. 1. ed. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2014. p. 275-289.

XERRI, Eliana Gasparini; BASTOS, Maria Helena Câmara. Docência: uma tradição familiar. *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 66-81, ago./dez. 2009. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_educacao/pdf/volume_2_2/6_xerri.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

ENTREVISTAS

BEUX, Antônio Bartolomeu. [Entrevista concedida a] Sônia Fries e Tânia Zardo Tonet, com participação de Janete Zucolloto em 1982. Caxias do Sul, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**. FG 038 e 039. Tema: Arte – fotografia.

FRÁ, OLINDA PECCIN. [Entrevista concedida a] Sônia Storchi Fries e Susana Marta Storchi em 28 de setembro de 2016. Caxias do Sul, **Banco de Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami**. CD 303, CD304 e CD 305.

DAMIANI, Dirce Lúcia. [Entrevista concedida a] Crivelatti *et al.* em novembro de 1984. *In: CRIVELATTI et al. A História da Educação no município de Farroupilha.* 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da Educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

DEZEN, Rosa Radaelli. [Entrevista concedida a] Sônia Storchi Fries e Susana Sthorchi em 24 de março de 2009. Caxias do Sul, **Banco e Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.** CD 063. Tema: Urbanismo – Forqueta Comunidade São João.

GASPERIN, Alice. [Entrevista concedida a] Sônia Storchi Fries e Susana Grigoletto em 18 de janeiro de 1996. Caxias do Sul, **Banco e Memória do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.** FG 195. Tema: Educação.

SCHULKE, Maria Frida Lydia. [Entrevista concedida a] Crivelatti *et al.* em novembro de 1984. *In: CRIVELATTI, et al., A História da Educação no município de Farroupilha.* 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da Educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

TRAVI, Lídia Freitas. [Entrevista concedida a] Crivelatti *et al.*, em novembro de 1984. *In: CRIVELATTI, et al., A História da Educação no município de Farroupilha.* 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da Educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

TRAVI, Lídia. [Entrevista concedida a] Liane Beatriz Moretto Ribeiro em 27 de agosto de 1987. **Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul,** Projeto ECIRS, Influência da Escola – segmento Educação.

BRENTANO, Olga Ramos. Entrevista concedida a Crivelatti *et al.* em novembro de 1984. *In: CRIVELATTI, et al., A História da Educação no município de Farroupilha.* 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da Educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

BENEDETTO, Itália. Entrevista concedida a Crivelatti *et al.*, em novembro de 1984. *In: CRIVELATTI, et al., A História da Educação no município de Farroupilha.* 1984. Trabalho desenvolvido na disciplina de História da Educação II, professor Ivo Adamatti. Caxias do Sul: novembro de 1984.

APÊNDICE A – PRODUÇÕES LOCALIZADOS NO REPOSITÓRIO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Produções do Repositório da Universidade de Lisboa

Autoria	Produção científica	Ano	Título
Justino Magalhães	Artigo	2006a	A Construção Historiográfica do Objecto Educacional: Cultura Escolar e Liberalismo em Portugal
Justino Magalhães	Artigo	2006b	O Local e a educação: para a História do Município Pedagógico
Justino Magalhães	Capítulo de Livro	2007	Mediações da Cultura Escolar - a Prática como Normatividade
Justino Magalhães	Conferência	2008	O local e a decisão política em educação, aspectos teóricos e metodológicos da História do Município Pedagógico
Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães	Artigo	2009a	O local na história da educação: o município pedagógico em Portugal e Brasil
Wenceslau Gonçalves Neto e Justino Magalhães	Artigo	2009b	Ação privada e poder público na luta pela instrução: Portugal na segunda metade do século XIX
Justino Magalhães	Artigo	2010	Educação e República
Justino Magalhães	Conferência	2011	Os Arquivos e os Museus Autárquicos na Construção do Município Pedagógico
Áurea Adão	Capítulo de Livro	2012	Republicanismo, municipalismo e ensino primário: entre desígnios e condicionalismos
Justino Magalhães	Artigo	2013a	História dos Municípios portugueses na educação e na cultura
Justino Magalhães	Artigo	2013b	O município liberal e a decisão política
Áurea Adão e Justino Magalhães	Livro	2013	História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje
Justino Magalhães	Livro	2014a	Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático: Atlas-Repertório dos Municípios na Educação
Áurea Adão e Justino Magalhães	Livro	2014	Os Municípios na Modernização Educativa
Justino Magalhães	Artigo	2014b	Escrita e Municipalismo na transição do Brasil colônia e na ideação do Brasil independente
Justino Magalhães	Artigo	2014c	Como um Texto - Configurações da Escrita do Município Colonial
Justino Magalhães	Artigo	2014d	O Município Pedagógico e a Escrita do Local. Centenário da Reforma Republicana da Administração Local
Justino Magalhães	Capítulo de livro	2015	Municipalização do Ensino em Portugal - As Lições da História

Fonte: Repositório da Universidade de Lisboa.

APÊNDICE B – DOCUMENTOS LOCALIZADOS EM ARQUIVOS DE PORTO ALEGRE/RS

Local de pesquisa	Documentos localizados e informações
Memorial do Rio Grande do Sul	Uma denúncia contra Armando Antonello – 1937. Fonograma do prefeito de Farroupilha Eudoro Lucas de Oliveira para Daltro Filho. Fonograma de Edmundo Hilguert para Daltro Filho – 1937. Relatório dos primeiros serviços prestados na administração do Capitão Eudoro Lucas de Oliveira – 1938. Ato 674 - nomeação do Juiz José Antônio Borges Maciel, 27/12/1934. Ato 676 – Remove o Juiz distrital Rovaldo Azevedo de Alfredo Chaves para Farroupilha, 27/12/1934. Ato 678 – Nomeia vários funcionários em diferentes funções, 27/12/1934. Nomeação do delegado Luciano Courtois para Farroupilha, 29/12/1934. Decreto 5.779 - Cria o município de Farroupilha, 11/12/1934. Decreto 5.781 - Estipula quanto de dívida pública o município do Prata pagará ao de Lagoa Vermelha, 13/12/1934. Comunicação aos prefeitos de Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro da criação do município de Farroupilha, 13/12/1934. Comunicação ao Juiz da Comarca de Caxias, comunica da criação do município de Farroupilha e que este fica termo da Comarca de Caxias, 13/12/1934. Comunicação ao diretor dos correios e telégrafos, Criação do município de Farroupilha, 13/12/1934. Comunica Heitor de Azevedo, secretário da fazenda, da criação do município de Farroupilha, 13/12/1934. Decreto 5.787 – Nomeia Armando Antonello prefeito, 18/12/1934.
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul	No fundo Cartório de Registro Civil Cartório do Registro Civil de Farroupilha Código de referência Br/RS/CRC020, Data inicial 11/12/1934, data final 31/12/1975. Livro de transmissão de bens. No fundo tabelionatos: Ato Municipal De Bento Gonçalves nº 1, 20 de janeiro 1906: Jansen. - Ato nº 257, 20 de junho 1890 – Cria o município de Caxias, do qual Nova Vicenza passou a fazer parte, como sede do 3º distrito. - Ato Municipal De Caxias nº 91, 31 de dezembro. 1927 – Altera a numeração dos distritos do município. Nova Vicenza passa a ser a sede do 2º distrito. - Decreto nº 5.779, 11 de dezembro 1934 – Eleva à categoria de município, com a denominação de Farroupilha e sede no povoado de Nova Vicenza, o território dos 2º e 6º distritos de Caxias (Nova Vicenza e Nova Milano), incluindo o travessão Quatro Colônias; o 3º distrito de Bento Gonçalves (Jansen), e o 9º distrito de Montenegro (Nova Sardenha). - Decreto nº 7.199, 31 de março 1938 – Eleva à categoria de cidade a vila de Farroupilha. - Decreto nº 7.589, 29 de novembro 1938 – Altera o nome das vilas de Flores da Cunha para Jansen e Nova Milano para Nova Milão.
Biblioteca Borges de Medeiros	Publicação comemorativa aos 80 anos do município.
Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul	Não existem processos de emancipação arquivados anteriores ao ano de 1949. Os documentos disponíveis sobre o município de Farroupilha no arquivo são: a cópia do Decreto 5.779, a cópia da lei 3.720, a cópia da lei 9.556, a descrição dos limites de municípios limítrofes, a relação dos dados do município da década de 1980, o mapa do município escala 1:50.000 e o mapa do índice urbano escala 1:7.500. Os documentos são oriundos da Comissão de Assuntos Municipais.
Arquivo da Casa Civil do Rio Grande do Sul	Nenhum documento localizado.

Fonte: Elaborado a partir dos documentos acessados nos respectivos arquivos.

APÊNDICE C – LEVANTAMENTO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS (1935-1948)

Professor	Período de atuação	Observações
Ada Minella	1936-1943	Pede dispensa das aulas dia 26 de Caravaggio pois os alunos participaram da festa. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 54/8/1942 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 111/9/1943 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada, 30 de novembro de 1943.
Adélia Postali	1935-1936	Em Caxias: Regia 1 aula em Travessão Trentino. Nomeada em 01/03/1932. Ato 42 – Nomeia a senhorita professora em comissão para aula em São João, 2 de fevereiro de 1935.
Adelina Peccin	1936-1947	Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 69/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 115/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Adinha Bertolotti	1947-1948	Decreto 40-49 – Exonera, a pedido, a professora municipal, 1 de fevereiro de 1949.
Alberta Slomp	1940	Em solicitação protocolada na Prefeitura: Pede devolução da certidão de nascimento, 5 de dezembro de 1939. Ato 198 – Nomeia, interinamente, a professora para reger a aula localizada em Travessão Trentino. Portaria 148 – Suspende, a fim de ser submetida a inquérito, a professora da aula nº 33 do Travessão Trentino por não ter permitido que fossem realizados os exames escolares, 3 de dezembro de 1940. Decreto – Exonera uma professora municipal. Considerando que a professora não permitiu que a banca examinadora procedesse os exames finais, promovendo escândalos e dando péssimo exemplo aos alunos. “A rebeldia demonstrada pela professora Slomp não se coaduna com a verdadeira linha de conduta que deve ser seguida por uma pessoa que exerce o sagrado mister de educar”, 5 de fevereiro de 1941.
Alda Peccin	1944-1947	Decreto – Contrata a senhorita professora para substituir durante licença para tratar de interesses particulares a Ignez Peccin, 2 de maio de 1944.
Alice Binatti	1935-1937	Ato 41 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em Linha Julieta, 2 de fevereiro de 1935. Ato 2 – Exonera, a pedido, professora comissionada nomeada por Ato 15 em 2 de fevereiro de 1935, 1 de abril de 1937.
Alice Gasperin	1935-1943	Em correspondência para a Prefeitura a professora solicita: com 57 alunos pede para dividir em 2 turmas manhã e tarde e rever gratificação. Manuscrito tem se o aceite e a determinação da gratificação, 14 de maio de 1937. Ato 221 – Efetiva no cargo várias professoras, 9 de março de 1940.
Alice Mandelli	1947	Não foram localizadas informações.
Amalia Sartor David	1935-1948	Ato 39 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto 28 – Gratificação de 25% por contar com mais de 25 de efetivo serviço.
Amélia Maria Costamilan	1940-1941	Ato 219 – Nomeia uma professora municipal, em caráter interino para reger a aula municipal localizado no Travessão São João. Solicita a devolução de sua certidão de nascimento 1 de julho de 1940.

		Decreto – Exonera, a pedido, uma professora municipal, 20 de janeiro de 1941.
Ana Maria Minela	1939-1942	Ato 195 – Nomeia interinamente a professora para reger a aula nº 14 na linha Alencastro, 10 de junho de 1939. Substituirá a professora Emília Minella que se acha em licença interesse para tratar de assuntos particulares, 10 de junho de 1939. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 56/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942.
Angela Favero Menta	1935-1948	Em Bento Gonçalves: professora da 3ª classe, nomeada a 06/01/1927, frequentou o curso de aperfeiçoamento. 45ª aula municipal, Linha Palmeiro nº 178. Ato 38 em 2 de fevereiro de 1935, nomeia professora. Em 3 de agosto de 1939 – 90 dias de licença. Ato 228 – Efetiva no cargo a professora por contar com mais de 10 anos de efetivo serviço, 1 de abril de 1940. 1 de abril de 1940. Decreto 30 – Gratificação de 15% por contar com mais de 15 anos de efetivo serviço, 14 de agosto de 1948.
Angelina Busetti	1948	Não foram localizadas informações.
Angelina Rigatti	1939-1942	A professora foi contratada em 1939, via Portaria 87, para substituir Maria Bondam que esteve em licença saúde por 60 dias. Portaria 97 – Deve substituir por mais 60 dias a professora Maria Bondam. Ato 233 – Nomeia a professora municipal. Apresentou os seguintes documentos: atestado de saúde expedido pelo Posto de Higiene de Caxias, prova de ter sido aprovada no curso de aperfeiçoamento, 21 de maio de 1940. Portaria 63/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942.
Anita Minella -	1939-1948	Ato 178 – Nomeia interinamente uma professora municipal para reger a aula da Linha Alencastro, 2 de março de 1939. Portaria 93 – Transferida para aula nº3, Linha Alencastro, a partir de 10 de junho de 1939. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto – Exonerada do cargo de professora municipal, 11 de novembro de 1941. Portaria 55/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Decreto – Dispensada das funções de professora, 2 de janeiro de 1943. Portaria 100/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo (Anita Maria Minella). Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada. Em 22 de julho de 1943 – 8 dias de licença para assistir familiar doente. Portaria 158/10/1944 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano. Em 18 de abril de 1944 – 8 dias de licença para assistir a sua mãe enferma. Em 15 de maio de 1944 – 8 dias de licença para assistir a sua mãe enferma. Em 14 de março de 1945 – 5 dias licença saúde. Portaria 235/45 – Transferida, a pedido, para a aula nº 14 da Linha Alencastro. Por apostila em 23 de abril de 1945 passou a exercer o cargo de professora padrão (c), em caráter efetivo. Em 17 de junho de 1946 – 8 dias de licença pelo falecimento de seu pai. Portaria 391/47 – 60 dias de licença saúde. Portaria 414/47 – 1 ano de licença para tratar de assuntos de seu interesse particular. Decreto – Promovida de padrão 3 para padrão 5. Portaria 391/47 – Concedido 60 dias de licença saúde. E 1 de março de 1948 interrompeu a licença e foi designada para servir na escola nº 2 da Linha Palmeiro.

		Por apostila de 1 de abril de 1948 por ter casado passou a assinar Anita M. Kuhn.
Aquilina Busetti	1944-1948	Decreto 51 – Declara avulsa do quadro do magistério, a pedido, a professora, 12 de abril de 1949.
Assunta Bês	1945-1948	Portaria 236/45 – Contrata para reger a aula nº 21 em Linha República. Por apostila em 23 de abril de 1945, passou a exercer o cargo de professora, padrão (e), em caráter efetivo. Portaria 310 – Designada para reger a aula nº 10, Linha Sertorina. Portaria 322 – Foi transferida da aula nº 10 para a escola nº 6, Rio Caçador. Em 5 de julho de 1948 – 20 dias tratamento de saúde.
Aurora Mugnol Verona	1935-1948	Em Bento Gonçalves: professora da 2ª classe, frequentou o curso de aperfeiçoamento. 15ª aula subvencionada, Linha Jansen, nº 160. Ato 40 em 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Em 22 de julho de 1939 – 60 dias de licença para tratamento de saúde. Ato 223 – Efetiva diversas professoras municipais por contarem com mais de dez anos de efetivo serviço e provarem documentos dignos de fé, 23 de março de 1940. Em 1945 – Pediu aposentadoria por invalidez.
Ayde Maria Schons – substituta	1946 e 1948	Decreto – Exonera a professora, 31 de maio de 1948.
Carolina Crocoli	1942	Portaria 71/8/1942 – Contrata a senhora para exercer ao cargo de professora municipal durante o ano letivo, 13 de abril de 1942.
Celina Gonçalves Braga	1935-1940 e 1942	Ato 36 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Em 1938, estando no final da gestação pede 60 dias de licença. Após dar à luz a um feto sem vida pede mais 60 dias de licença. Pede licença até 31 de dezembro de 1938. Solicitou 90 dias de licença para tratar de assuntos particulares, 2 de março de 1939. (Licença concedida). Ato 229 – Efetiva no cargo de professora municipal por contar com mais de 10 anos de serviço efetivo, 4 de abril de 1940.
Christina Comin Bertuol	1935-1939	Em Bento Gonçalves: professora da 13ª aula, Linha Jacinto, nº 64. 1ª classe, nomeada em 02/07/1923, frequentou curso de aperfeiçoamento. Nomeada em 08/06/1925, frequentou o curso de aperfeiçoamento e foi exonerada a pedido em 15/05/1928. 47ª aula municipal, Linha Jacinto nº 53. Ato 37 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em Caravaggio, 2 de fevereiro de 1935. Ato 110 – Exonera, a pedido, uma professora municipal. Foi nomeada para ser zeladora do Grupo Escolar
Clara Caravantes Garcia	1935	Não foram localizadas informações.
Clara Perini	1935-1939	Ato 35 – Nomeia a senhorita professora em comissão para aula situada em Travessão Perau, 2 de fevereiro de 1935. Em 1937 optou por renunciar à aula de São Sebastião do Caí e fica com o cargo de professora em Caravaggio, 31 de outubro de 1937.
Claudina Bernard	1941-1948	Decreto – Nomeia interinamente a professora municipal em caráter interino, 7 de maio de 1941. Portaria 73/8/1942 – Contrata a senhorita para o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 27 de abril de 1942. Portaria 109/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de fevereiro de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Clotilde Messinger	1936 e 1942 - 1947	Decreto – Nomeia a professora, em caráter interino, 7 de 3 maio de 1941. Portaria 122/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal (auxiliar) durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada Portaria 153/9/1943.
Dalva Cesca – auxiliar/substituta	1946	Portaria 76/8/192 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora do município a título precário. Irá dirigir a aula nº 2 da Linha Vicentina durante a licença da regente, 21 de maio de 1942.

		Portaria 84/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer durante o presente ano letivo, 8 de outubro de 1942. Portaria 121/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora auxiliar durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada Portaria 153/9/1943.
Danila Peccin – substituta	1947	Não foram localizadas informações.
Darcila Benedetto	1945 e 1948	Decreto 23 – Nomeia em caráter interino a professora municipal, 17 de junho de 1948.
Delmira Beux	1935 a 1936	Em Caxias: Regia 1 aula na Linha Julieta. Nomeada em 15/02/1929. Ato 34 – Nomeia a senhorita professora em comissão para aula situada em Linha Julieta, 2 de fevereiro de 1935.
Deotília Gaziraghi	1943 a 1947	Portaria 140/9/1943 – Designa temporariamente para aula nº 37 localizada em Travessão Sete Colônias. A regente Ida Turcatti foi licenciada para tratamento de saúde por 90 dias.
Dirce Lúcia Damiani	1936 e 1938 a 1948	Ato 92 – Reintegra uma funcionária ao magistério municipal para aula do Rio Burati, 1 de fevereiro de 1938. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 47/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 123/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Docelina Meirelles	1935-1936	Ato 32 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em Linha Machado, 2 de fevereiro de 1935.
Domingas M. Sobrinho	1935	Ato 33 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em São Marcos, 2 de fevereiro de 1935.
Domingas Mandelli Venzon	1935 a 1938	Em Bento Gonçalves: Consta como Domingas Mandelli. Professora da 2ª classe, nomeada em 08/01/1927, frequentou o curso de aperfeiçoamento. 21ª aula subvencionada, Linha Amadeu, nº 34. Ato 33 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Pede licença saúde 30 dias em 5 de julho de 1938. Ato 107 – Exonera, a pedido, uma professora municipal, 17 de agosto de 1938. Foi nomeada para zeladora do grupo escolar.
Dorcelina Rosa Postiglioni	1935	Não foram localizadas informações.
Edita Canuto	1941-1948	Decreto – Nomeia uma professora municipal, 1 de março de 1941. Portaria 50/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 102/9/1943 – Contrata a senhorita para o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Eleonora Frozi	1940-1944	Não foram localizadas informações.
Elida Josefina Barcarolo – substituta	1944	Não foram localizadas informações.
Elvira Adelina Feliceti - substituta	1938 -1948	Não foram localizadas informações.
Elvira Colombo	1941-1948	Em correspondência Prefeito Nelson Schneider comunica que irá reger a aula nº 36, localizada na Linha Boêmios, 21 de agosto de 1941. Portaria 70/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano, 15 de março de 1942. Decreto – Dispensada das funções de professora municipal. Portaria 107/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal, durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada. Portaria 176/44 – Contratada a professora a partir de março de 1944.

		Por apostila, de 23 de abril de 1945, passou a exercer o cargo de professora, padrão e, em caráter efetivo. Portaria 64/49 – Promovida de 2ª entrância para 3ª entrância, a partir de 9 de março de 1949.
Ely Bohn	1935 a 1940	Em correspondência em 9 de junho de 1938 o contador da prefeitura comunica ao sr. João Angelo Venzon, diretor da Instrução Pública, que a aula 21(Linha República) foi fechada por falta de matrícula e a professora Ely Bohn foi transferida por conveniência de serviço para a aula nº 28 em Mundo Novo. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Em solicitação protocolada na prefeitura a professora solicita um ano de licença para tratar de assuntos particulares. Em correspondência pede exoneração em virtude de ter aceitado o cargo de professora em Antônio Prado, 25 de março de 1940. Ato 224 – Exonera, a pedido, a professora municipal.
Emília Buseti – substituta	1936	Não foram localizadas informações.
Emília Mandeli	1935 a 1936	Ato 31 – Nomeia a professora em comissão para a sala de aula situada na Linha Jacinto, 2 de fevereiro de 1935.
Emília Minella	1936 a 1939	Em Caxias: Regia 1 aula na Linha Alencastro, nomeada em 01/04/1933. Ato 29 – Nomeia a professora em comissão para aula situada na Linha Alencastro, 2 de fevereiro de 1935. Em correspondência solicita o não funcionamento da aula em 26 de maio em função da festa de Caravaggio. Solicitação protocolada junto a Prefeitura: Solicita um ano de licença para tratar de interesses particulares a partir de 1 de junho de 1939, 29 de maio de 1939. Deferida a licença.
Ercilvia Bondam	1936 a 1941, 1943 e 1945 a 1948	Pede licença de 15 dias para cuidar do filho doente, professora na Linha Ely, 28 de julho de 1938. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto 53.49 – Exonera, a pedido, a professora, 14 de maio de 1949.
Erecy Angélica Peruffo	1947 e 1948	Portaria 392/47 – Contratada para substituir Anita M. Minella. Decreto – Nomeia a senhorita ao cargo de professora municipal interina, 20 de fevereiro de 1948.
Ema Weber	1937-1939	Ato 116 – Nomeia professoras para magistério municipal. Irá reger a aula de São Valentin, 21 de setembro de 1938. Pede a devolução da certidão que anexou no requerimento para inscrever-se no concurso público de provimento do magistério, Forqueta Baixa, 1 de junho de 1939. Recibo de devolução da certidão de nascimento assinado pela professora, 1 de julho de 1939.
Ermida Slomp	1945 a 1947	Não foram localizadas informações.
Erzelinda Paulina Bertolotti	1944 a 1948	Solicitou em 3 de janeiro de 1944 a inscrição no curso de aperfeiçoamento.
Estefania Romagna Del Pizzol	1935-1948	Em Bento Gonçalves: 3ª classe, nomeada a 06/01/1927, frequentou o curso de aperfeiçoamento. 50ª aula municipal, Linha Jansen, nº 124. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto 34 – Gratificação de 25% por contar com mais de 25 anos de efetivo serviço, 1 de outubro de 1948.
Ester Gobbato	1940	Ato 182 – Nomeia a professora, interinamente, para reger a aula municipal localizada em Monte Bérico, 24 de março de 1939. Em correspondência: Pede exoneração em virtude de outros afazeres. Indica para não deixar a aula desprovida sua irmã Izena Gobbato que já tirou o curso de aperfeiçoamento criado pela prefeitura, 9 de julho de 1940. Ato 235 – Exonera, a pedido, a professora, 10 de julho de 1940.
Ester Schmitz	1940-1943	Ato 182 – Nomeia, interinamente, uma professora municipal para reger a aula em Monte Bérico, 24 de março de 1939.

		Decreto – Exonera a professora municipal. Foi nomeada para substituir a professora Maria Lazzari por ter cessado a necessidade e retornado a suas funções. Portaria 12/7/1941 – Contrata a senhorita para reger a aula municipal nº 35 localizada no Travessão São José, 15 de março de 1941 (Esther Helena Schmitz). Portaria 49/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 104/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 151/9/1943 – Designa professora para auxiliar os trabalhos da Diretoria de Instrução Pública Municipal. Vencimentos Cr\$ 170,00 a partir de 1 de outubro de 1943.
Eugenia Radaelli	1944 e 1946 a 1948	Decreto – Contrata a senhorita para substituir a professora Maria Bridi em licença saúde (três meses), 1 de agosto de 1944.
Fandila Reginato – auxiliar de ensino	1936	Não foram localizadas informações.
Gema Gobbato	1938	Em correspondência, 27 de fevereiro de 1939, pede demissão da aula de Monte Bérico, pois se mudará para Bento Gonçalves, Gema Gobbato.
Gelsomiro Pandolfo	1935	Não foram localizadas informações.
Gema Comin Pesca	1935 a 1938	Em Bento Gonçalves encontra-se registrada como Gema Comin. Professora da 1ª classe, nomeada a 05/06/1922, frequentou o curso de aperfeiçoamento. 23ª aula subvencionada, Linha Palmeiro, São Marcos, nº 108. Em Caxias: Regia 1 aula na Linha Vicentina. Nomeada em 01/07/1931. Ato 27 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em Vicenza Velha, 2 de fevereiro de 1935. Em correspondência em 08/04/1937: A professora pede para lecionar só de manhã e não mais manhã e tarde. Concedido reduzindo-se os vencimentos. Em correspondência o prefeito indica a professora para assumir uma vaga de professora no Grupo Escolar, 21 de fevereiro de 1938. Em correspondência avisa que foi nomeada para o Grupo Escolar pede exoneração do cargo de professora municipal de Vicenza Velha, 21 de junho de 1938.
Gema de Bona – auxiliar de ensino	1943 a 1948	Portaria 134/9/1943 – Contrata a senhorita para auxiliar a aula nº 21, Linha República, durante o presente ano letivo a partir de 1 de maio de 1943. Dispensada das funções de professora contratada Portaria 153/9/1943. Decreto – Exonera a pedido a senhorita, 24 de fevereiro de 1948.
Gema Radaelli	1941-1943	Portaria 21/7/1941 – Contrata a senhorita para reger, durante o corrente ano letivo, a aula localizada em São Valentim, Aula Presidente Dutra, 15 de abril de 1941. Em correspondência 194 -941 prefeito Nelson Schneider comunica que tendo chegado a seus conhecimentos que esteve envolvendo-se em assuntos relativos à matrícula e a frequência da aula localizada em São José, levo a conhecimento que não lhe compete, podendo ser exonerada se a situação permanecer, 3 de maio de 1941. Portaria 60/8/1942 e Portaria 61/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 116/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Gentília Lazzari	1935-1936	Ato 28 – Nomeia a professora em comissão para aula situada na Linha República, 2 de fevereiro de 1935. Portaria 121/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora auxiliar durante o ano letivo, 1 de março de 1943.
Geraldina Zini	1940 a 1948	Decreto 1 – Nomeia a professora municipal, 1 de agosto de 1940. Portaria 53/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942.

		Portaria 114/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 149/9/1943 – Transfere a professora municipal por conveniência de serviço. Transferência da aula nº 29, do Desvio Machado para aula nº 5 da Linha Julieta. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada Portaria 156/10/1944 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano. A partir de 1 de janeiro.
Herma Cesca	1937 a 1942	Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 62/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Decreto – Exonera a professora por abandono de cargo. Após decorridos 30 dias após o vencimento de licença para tratamento de interesses particulares não reassumiu as funções de seu cargo, 5 de outubro de 1942.
Hilda Picolli	1935 a 1938	Ato 26 – Nomeia a professora em comissão para a aula do Mundo Novo, 2 de fevereiro de 1935. Em Correspondência em 01 de junho de 1938: Hilda Piccoli, professora na aula localizada na Linha Mundo Novo, 3º distrito deste município, vem com a devida vênua, solicitar de V.S., se digne conceder-lhe Exoneração de seu cargo em virtude de transferir residência para o município de José Bonifácio neste Estado. Portaria 70 – Exonera, a pedido, a professora municipal.
Ida Postali	1936 a 1939	Conforme Dezen (2009, p. 6), “Tinha a Adélia, foi minha primeira professora, a Adélia Postali. Depois ela casou e veio a irmã dela a Ida, que até era minha madrinha de crisma, a Ida Postali. Eram muito queridas. Elas ensinavam bem para a gente, nunca rodei.
Ida Turcatti	1941 a 1948	Decreto – Nomeia interinamente uma professora municipal, em 2 de maio de 1941. Portaria 57/8/1942 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 105/9/1943 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Ieda David – auxiliar de ensino	1943 1944(auxiliar) 1946(substituta)	Portaria 125/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de auxiliar de ensino durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Ignez Colombo	1943 a 1947	Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada. Decreto 44 – Exonera, a pedido, a professora municipal, 3 de fevereiro de 1949.
Ignez Peccin	1935-1943	Ato 24 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940.
Ignez Slomp	1935-1939	Em Caxias: Regia 1 aula no Travessão Trentino (Menino Deus). Nomeada em 18 de abril de 1934. Ato 23 – Nomeia a professora em Comissão para aula situada em São Roque, 2 de fevereiro de 1935. Em correspondência em 07/05/1938: Venho mui respeitosamente requer da V- Ex^a se digne, que, eu no cargo de professora municipal ter melhora de vencimento, achando-me 5 quilômetros a distância da casa a aula de Menino Deus e sendo o ordenado de 80\$000 (oitenta mil réis) mensalmente, e não podendo com o referido vencimento subjugar as despesas necessárias ao respeitoso cargo. Ato 194 – Exonera, a pedido, uma professora municipal, 7 de junho de 1939.
Ilse Fuhr – substituta	1948	Não foram localizadas informações.
Inês Colombo - substituta	1948	Portaria 135/9/1943 – Contrata a senhorita para auxiliar da aula nº 1, Linha Jansen, durante o ano letivo a partir de 1 de maio de 1943. Decreto 44 – Exonera, a pedido, a professora municipal a partir de 1 de março, 3 de fevereiro de 1949.
Iponina Flores - substituta	1936	Não foram localizadas informações.

Iracema de Cesaro	1946 a 1948	Não foram localizadas informações.
Irene Giacomet	1935 a 1937	Em Caxias: Regia 2 aulas, Linha Vicentina e Rio Caçador. Nomeada em 01/07/1931. Ato 25 – Nomeia a senhorita à professora em comissão para aula situada na Vicentina, 2 de fevereiro de 1935. Ato 20 – Exonera a pedido de cargo de professora municipal, 4 de maio de 1937.
Iride Venzon	1938 e 1948	Decreto – Nomeia interinamente a senhorita para exercer o cargo de professora auxiliar no Grupo Escolar de São Marcos a partir de 16 de outubro, 27 de outubro de 1947 (Iride Domingas Venzon)
Iris Slomp	1942	Não foram localizadas informações.
Irma Bertoletti	1948	Decreto 38 – Exonera, a pedido, a professora, 8 e outubro de 1948.
Irma Busetti Biasoli	1935 a 1948	Ato 48 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 66/8/1942 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 129/9/1943 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 – Dispensada das funções de professora contratada. Portaria 159/10/1944 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano. Decreto 33 – Promove por antiguidade do Padrão 5 para o Padrão 7, 9 de setembro de 1948. Decreto 46-49 – Exonera, a pedido, a professora a partir de 1 de março, 24 de fevereiro de 1949.
Irma Gasperin	1944 a 1947	Não foram localizadas informações.
Irmã Hermenegilda	1941 e 1942	Portaria 14/7/1941 – Contrata a Irmã Hermenegilda da congregação de São Carlos para exercer o cargo de professora do Colégio Nossa Senhora de Caravaggio, 28 de março de 1941.
Irma Maria Frosi	1947 e 1948	Não foram localizadas informações.
Irmã Natalia	1941 e 1942	Portaria 15/7/1941 – Contrata a Irmã Natalia da congregação de São Carlos para exercer o cargo de professora do Colégio Santa Cruz de Emboaba, 31 de março de 1941. Portaria 81/8/1942 – Contrata a Reverenda Irmã Natalia da Congregação de São Carlos para exercer o cargo de professora municipal no Colégio Santa Cruz de Emboaba, até o fim do ano letivo. 1 de julho de 1942.
Irma Rodrigues	1945	Não foram localizadas informações.
Isabel Granvila Faé	1938 a 1941	Ato 116 – Nomeia professoras para magistério municipal. Irá reger a aula em São José, 21 de setembro de 1938. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto – Exonera por abandono de cargo a professora. Deixou de assumir as funções do seu cargo após licença de quatro meses para tratar de interesses particulares e não solicitou renovação da licença, 23 de setembro de 1942.
Izena Gobbato	1940 a 1947	Ato 238 – Nomeia a professora municipal, 1 de agosto de 1940. Portaria 64/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 113/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 – Dispensada das funções de professora contratada.
Isolda Tonin	1937 a 1948	Ato 1/37 – Nomeada professora a partir de abril de 1937. Em 16 de julho de 1938 – Licença saúde 15 dias. Portaria 120/40 – foi exonerada a partir de 2 de janeiro. Ato 236 – Nomeia interinamente a professora, 10 de julho de 1940. Decreto – Exonerada a partir de 1 de novembro de 1941. Portaria 45/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Decreto – Exonerada das funções de professora, 2 de janeiro de 1943.

		Portaria 119/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/43 – Dispensa das funções de professora a partir de 30 de novembro de 1943. Portaria 157/10/1944 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano. Em 16 de julho de 1945 – 20 dias de licença saúde. Em 6 de agosto de 1945 – 30 dias de licença saúde. Em 25 de setembro de 1946 – 20 dias para tratamento de saúde. Portaria 409/47 – 90 dias de licença saúde.
Itália Benedetto	1936 a 1948	Ato 18 – Nomeada professora municipal para auxiliar uma aula. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto – Dispensada do cargo de professora municipal, 1 de novembro de 1941. Portaria 58/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Decreto 2 – Dispensada da função de professora, 2 de janeiro de 1943. Portaria 110/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/43 foi dispensada das funções de professora municipal. Portaria 171/44 Contratada para exercer o cargo de professora. Por apostila de 23 de abril de 1945 foi efetivada professora municipal.
Ivone Calegari	1948	Não foram localizadas informações.
Ivone Hilda De Cesaro	1946 a 1948	Não foram localizadas informações.
Ivone Hilda Mandelli	1943 a 1947	Portaria 124/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943.
Izeta Bazzo	1941 a 1945	Decreto – Nomeia interinamente uma professora municipal, 17 de junho de 1941. Portaria 52/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de auxiliar da professora Lidia Freitas Travi, para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 106/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943.
Jacyra Paccini	1946 a 1948	Não foram localizadas informações.
Joaninha Ceconello	1942 a 1945	Portaria 120/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora auxiliar durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 133/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de maio de 1943. Portaria 153/9/1943- Dispensada das funções de professora contratada.
Joaninha Maria Ambrosio	1941 a 1946	Decreto – Nomeia interinamente a professora municipal, 5 de maio de 1941. Portaria 67/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 126/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 133/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal no presente ano letivo, a partir de 1 de maio de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
João Perini	1935 a 1948	Ato 52 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia professor. Decreto 2º – Nomeia o professor, 2 de setembro de 1940. Em correspondência, 17 de fevereiro de 1941, João Perini, professor da aula 35, Travessão São José pede para ser transferido para aula 38 no Travessão Perau, pois fica mais próximo da sua residência (1 km) e a outra em que trabalha fica a 8 km de distância. Pedido deferido. Decreto 35 – Gratificação de 15% por contar com mais de 15 anos de efetivo serviço, 1 de outubro de 1948. Decreto 40-49 – Gratificação de 25% a partir de 1 de janeiro de 1948 por contar com mais de 25 anos de efetivo serviço, 28 de janeiro de 1949.
João Simon	1935 a 1939, 1942 e 1943.	Ato 22 – Nomeia o professor em comissão para aula situada em Forqueta Baixa, 2 de fevereiro de 1935.

		Ato 148 – Coloca em disponibilidade o professor municipal. Foi considerado incapaz pelos médicos Luiz Rodrigues e Pedro Turi. Deve ser encaminhado o pedido de aposentadoria, 31 de dezembro de 1938. Ato 207 – Aposenta o professor municipal em 1939. Decreto – Cancela a aposentadoria do professor por falecimento. 1 de fevereiro de 1944.
Jorge Wartha	1935 a 1937	Ato 21 – Nomeia o professor em comissão para a aula em Machadinho, 2 de fevereiro de 1935 por ato 22.
Julieta Tossin Neis	1935 a 1941	Ato 51 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia professora municipal. Ato 223 – Efetiva diversas professoras municipais por contarem com mais de dez anos de efetivo serviço e provarem documentos dignos de fé, 23 de março de 1940.
Juracy Maria Pacini	1947 e 1948	Decreto – Nomeada, interinamente, a professora, 01 de março de 1947. Portaria 380 – Designada para servir a aula de São Miguel. Em 15 de abril de 1952 – solicitou exoneração.
Laura Tonin	1941	Não foram localizadas informações.
Leda David – auxiliar de ensino	1943	Não foram localizadas informações.
Leonorina Silvestrin	1937 a 1940	Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940.
Leopoldina Laner	1935 a 1937	Ato 45 – Nomeia professora em comissão para aula situada em São Valentim, 2 de fevereiro de 1935. Ato 133 – Exonera a professora Municipal por abandono de serviço, após não ter retornado as suas funções após licença de 5 meses para tratar de interesses particulares, 31 de março de 1938.
Leopoldo Fulcher	1935	Não foram localizadas informações.
Lídia Freitas Travi	1935, 1936 e 1939 a 1948	Em correspondência da Prefeitura de Montenegro de 31 de dezembro de 1934 é comunicada que a subvenção escolar que recebia do Estado foi suspensa visto que o território daquele distrito passou a incorporar o município de Farroupilha. Ato 49 – Nomeia professora em comissão para aula situada em Machado, 2 de fevereiro de 1935. Ato 188 – Exonera, a pedido, uma professora municipal, 22 de abril de 1939. Ato 222 – Nomeia, em caráter efetivo, a professora municipal. Considerando que ela já exerceu docência no município, foi aprovada em concurso e existe a carência de professores habilitados, lutando a prefeitura para o provimento de cargos, reverte, a pedido, à professora municipal, 14 de março de 1940. Apresentou certificado de concurso, atestado médico proveniente do Posto de Higiene de Caxias e certidão de casamento. Decreto 23 – Gratificação adicional por contar com mais de 25 anos de efetivo serviço público.
Lidia Pozza	1947 a 1948	Decreto – Nomeia a senhorita ao cargo de professora interina, 20 de fevereiro de 1948. Decreto 42-49 – Exonera, a pedido, a professora a partir de 1 de março, 1 de fevereiro de 1949.
Lorena Gobbato	1945 a 1948	Não foram localizadas informações.
Lourdes Bridi	1943	Não foram localizadas informações.
Lourdes Madalena Dartora	1948	Decreto 37 – Nomeia, interinamente, professora substituta para reger a escola nº 40 a partir de 1 de outubro, 5 de outubro de 1948.
Lourdes Maria Peccin	1946 a 1948	Não foram localizadas informações.
Lúcia Frizzo Bampi	1940 a 1948	Ato 237 – Nomeia interinamente a professora municipal, 10 de julho de 1940. Portaria 48/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Dispensada das funções de professora contratada Portaria 153/9/1943 (Lúcia Frizzo). Decreto 32 – Promove por antiguidade do Padrão 3 para o Padrão 5, 9 de setembro de 1948.

Lucinda Weber - substituta	1943	Não foram localizadas informações.
Luiza De Momi	1944 a 1946	Não foram localizadas informações.
Lyra Kuhn	1944 a 1948	Decreto 41-49 – Exonera, a pedido, a professora a partir de 1 de março, 1 de fevereiro de 1949.
Mafalda Mombelli	1947 e 1948	Não foram localizadas informações.
Malvina A. Gabardo	1940 a 1942	Ato 239 – Nomeia a professora municipal, 1 de agosto de 1940 (Malvina Angela Joanina Arioli Gabardo). Portaria 65/8/1942 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora durante o ano letivo, 15 de março de 1942. Correspondência 74-10-1942 – Deve lecionar na aula de Desvio Machado no turno da manhã. Correspondência 233-9-1943. Agradece a comunicação de sua mudança de residência para a capital do Estado e consequente afastamento do cargo de professora deste município em 16 de fevereiro de 1943.
Maria Bondam	1935 a 1940	Ato 47 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Correspondência 1.512 – ME – Secretario Contador comunica o pedido de licença de 60 dias para tratamento de saúde. A referida professora indica para substituta Angelina Rigatti, 17 de abril de 1939. (Licença concedida) Em 10 de agosto de 1939 foi prorrogada por mais 60 dias a licença. Ato 232 – Exonera, a pedido, a professora municipal, 15 de maio de 1940.
Maria Radaelli Bridi	1935, 1941 a 1944 e 1946 a 1948	Em Caxias: Regia 1 aula no Travessão Trentino. Nomeada em 1/4/1920. Ato 20/35 – Nomeada professora municipal, 2 de fevereiro de 1935. Decreto – Exonera do cargo de professora, 1 de novembro de 1941. Portaria 61/42 – Contratada para exercer o cargo de professora municipal, 18 de março de 1942. Decreto – Dispensada do cargo, 2 de janeiro de 1943. Portaria 117/43 – Contratada para professora a partir de 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada. Portaria 174/44 – Foi contratada para exercer o cargo de professora a partir de 15 de fevereiro de 1944. Por apostila em 23 de abril de 1945 passou a exercer o cargo em caráter efetivo. Em 24 de julho de 1944 solicitou 90 dias licença saúde. Em 3 de janeiro de 1945 – Solicitou dispensa do curso de suficiência por estar doente. Em 20 de agosto de 1946 – 90 dias licença saúde. Portaria 103/49 – 90 dias licença saúde.
Maria C. Pola	1948	Não foram localizadas informações.
Maria Coleoni	1944 a 1947	Não foram localizadas informações.
Maria Colombo	1942 e 1943	Portaria 72/8/1942 – Contrata a senhorita Maria Colombo para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 20 de abril de 1942. Portaria 101/9/1943 – Contrata a senhorita para o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943: Dispensada das funções de professora contratada.
Maria Colson	1944	Não foram localizadas informações.
Maria Dala Rosa	1942 a 1947	Portaria 44/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 127/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada. Decreto – Exonera, a pedido, a professora, 13 de fevereiro de 1948.
Maria De Cezaro	1935	Não foram localizadas informações.
Maria Facchini	1935 a 1942	Em Bento Gonçalves: 3ª classe, nomeada a 30/07/1927, frequentou o curso de aperfeiçoamento. 39ª aula subvencionada, Linha Palmeiro nº 159.

		Ato 43 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto – Exonera a senhorita professora municipal a pedido, 23 de fevereiro de 1942.
Maria Fryda Lidia Schulke	1935 a 1943	Ato 50 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Ato 223 – Efetiva diversas professoras municipais por contarem com mais de dez anos de efetivo serviço e provarem documentos dignos de fé, 23 de março de 1940. Pede 20 dias de licença em março de 1944, concedida (Correspondência 342-10-1944)
Maria Lazzari	1935 a 1948	Correspondência para Linha Boêmios avisa que professora Maria Lazari será transferida para aula do professor Jorge Wartha, 10 de junho de 1937. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto 39 – Concede gratificação de 15% por contar com mais de 15 anos de efetivo serviço, 27 de dezembro de 1948. A partir de 1948 aparece como Maria Lazari Faguerazzi, professora padrão 5.
Maria S. Sobrosa	1940	Ato 199 de 15 de agosto de 1939 Em correspondência solicita a devolução da certidão de nascimento que juntou para sua nomeação de professora municipal, 27 de novembro de 1939. Envia fonograma para prefeitura: Não desejando por motivos particulares continuar no cargo de professora peço demissão, 11 de março de 1940. Portaria 131: Exonera, a pedido, a professora municipal, 9 de março de 1940
Maria Troian	1935 a 1948	Em Bento Gonçalves: professora da 1ª classe, foi transferida para a 13ª aula subvencionada em 16/05/1928. Linha Jacinto, nº 64. Ato 46 em 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora. Portaria 88 – Foi designada a professora para reger a aula localizada em Linha República. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Decreto 27 – Gratificação de 25% por contar com mais de 25 de efetivo serviço.
Maria Weber	1935 a 1939 e 1941 a 1948	Ato 44 de 2 de fevereiro de 1935, nomeia a professora municipal. Decreto – Reintegra uma professora municipal. Considerando que dia 15 de janeiro de 1941 foi exonerada em virtude da aula por ela regida haver passado para o município de Caí, de acordo com a divisão intermunicipal estabelecida pelo Decreto Estadual nº 7842 de 30 de junho de 1939. Considerando que a tal decisão foi alterado a aula voltou a pertencer a este município, 2 de janeiro de 1941.
Maria Zanotto Cassol	1940	Não foram localizadas informações.
Melania Catarina Denicol - substituta	1940	Decreto 2 – Nomeia interinamente a professora municipal. Irá substituir Ercilvia Bondam, aula nº 28, Mundo Novo que está em licença. Assim que a professora Ercilvia reassumir estará automaticamente dispensada, 12 de agosto de 1940.
Miguelina Bridi	1935 a 1948	Nomeada em 2 de fevereiro de 1935 por ato 9. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 42/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 118/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada.
Nadalina Girardi - auxiliar de ensino	1948	Decreto 22 – Nomeia a professora, em caráter interino, 17 de junho de 1948. Decreto 36 – Exonera a pedido a professora, 4 de outubro de 1948.
Nair Biasoli - substituta	1948	Em 1 de maio de 1948 foi designada para substituir Maria Troian, na escola 19, até 30 de novembro de 1948. Decreto 47-49 – Nomeada, interinamente, 24 de fevereiro de 1949.
Normélia Vargas	1935 e 1936	Ato 52 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em Linha Alencastro, 2 de fevereiro de 1935.

Odila Maria Sachet	1943 a 1948	Portaria 141/9/1943 – Designa a senhorita para dirigir temporariamente a aula nº 29 localizada no Desvio Machado. A regente Geraldina Zini está licenciada 30 dias para tratamento de saúde. Portaria 145/9/1943 – Designa a senhorita para professora para substituir durante 20 dias a professora Lúcia Frizzo (licença saúde). Portaria 148/9/1943 – Contrata a senhorita professora para exercer as funções de professora municipal durante o presente ano letivo, em 1 de outubro de 1943. Portaria 153/9/1943 - Dispensada das funções de professora contratada. Decreto 43-49 – Exonera, a pedido, a professora a partir de 1 de março de 1949, 1 de fevereiro de 1949.
Olga Vitoria Rigoni	1947 e 1948	Nomeada em 1 de março de 1947. Portaria 406 – Transferida por conveniência da aula 28 para aula 10 da Linha Sertorina. Observação: Em alguns documentos consta como Vitória Rigoni.
Olimpia M. V. Spinelli	1946 a 1948	Em 23 de março de 1946 foi nomeada, interinamente, para o cargo de professora municipal na aula nº 42 – São Valentim. Em 30 de março de 1948 solicitou a Retificação de nome para Olimpia M.V. Spinelli. Portaria 39/48 – 30 dias de licença saúde. Em 30 de agosto de 1948 – 20 dias licença saúde.
Otavinha Giacomelli	1947 e 1948	Não foram localizadas informações.
Rachel Carlota Silvestrin Chiele	1935 a 1948	Em Caxias: Regia 1 aula na Linha Alencastro. Nomeada em 01/07/1931. Ato 17/3 – Foi nomeada professora municipal a partir de 2 de fevereiro de 1935. Em 10 de abril de 1937 – Solicitou de 1 dia de licença para tratar de interesse particular. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Em 2 de janeiro de 1941 – pediu dispensa do curso de aperfeiçoamento. Em 2 de agosto de 1942 – 60 dias licença saúde. Em 28 de março de 1944 – 60 dias licença saúde. Em 20 de junho de 1944 – 60 dias licença saúde. Decreto 24 – Gratificação de 15% por contar com mais de 15 anos de efetivo serviço 1 de julho de 1948.
Rea Silvia Gasperin	1935	Em Caxias: Regia 1 aula na Linha Sertorina. Nomeada em 27/11/1926.
Rosa Antonello Zangali	1935 a 1948	Em 2 de fevereiro de 1935 foi nomeada professora municipal. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Em 8 de maio de 1941 – solicitou ratificação do nome de Rosa Antonello para Rosa A. Zangali. Decreto 70/41 – Foi efetivada no cargo de professora. Decreto 29 – Gratificação de 15% por contar com mais de 15 anos de efetivo serviço, 4 de agosto de 1948.
Rústico Gobatto	1935 a 1938	Em Caxias: Regia 2 aulas, em Monte Bérico e Rio Burati. Nomeado em 01/01/1915. Em correspondência em 17 de fevereiro de 1937 alega não conseguir cumprir o horário, pede para iniciar as 2 horas da tarde e terminar as seis na aula do Rio Burati. Em correspondência em 30 de dezembro de 1937 alega acumular duas aulas, uma em Monte Bérico e a outra em Rio Burati. Opta por permanecer em Monte Bérico pois reside mais próximo desta. Ato 121 – Exonera o professor por ser estrangeiro e não estar com o serviço militar em dia, 13 de outubro de 1938.
Santina Boniati Slomp	1935 a 1943	Em 2 de fevereiro de 1935 foi nomeada. Ato 223 – Efetiva diversas professoras municipais por contarem com mais de dez anos de efetivo serviço e provarem documentos dignos de fé, 23 de março de 1940. Em correspondência C.61-7-941 Nelson Schneider, prefeito, comunica que fica determinado que as professoras não poderão afastar-se da aula durante o turno da manhã. Professora em São Roque, 31 de março de 1941.

Severina Dala Rosa	1942 a 1944	Portaria 43/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 128/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Dispensada das funções de professora contratada Portaria 153/9/1943.
Silvia Colombo	1947	Não foram localizadas informações.
Suely Giron – auxiliar de ensino.	1940, 1941 e 1943	Ato 220 – Nomeia interinamente a professora municipal, em caráter interino, 9 de março de 1940. Decreto – Exonera, a pedido, a professora municipal, 1942. Portaria 136/9/1943 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de auxiliar de ensino de 1 de abril até 30 de novembro de 1943. Certidão emitida pelo diretor da Instrução Pública Giacomo Valentim Luchese. A aluna – mestra, nomeada por ato municipal 220 para reger a aula municipal nº 41, localizada na Linha Rio Branco, 2º distrito foi efetiva no cargo de março de 1940 até abril de 1941. A partir de 14 de abril de 1941 a 30 de março de 1943 esteve em gozo de licença para tratar de assuntos particulares. Em 1 de abril de 1943 foi nomeada auxiliar de ensino até setembro de 1943, período em que não teve faltas, exceto durante a licença. Exerceu seu cargo na zona rural. 25 de novembro de 1943.
Suzana Pasqual	1937 a 1947	Ato 234 – Foi declara avulsa, a pedido, do quadro do magistério municipal. De acordo com artigo 91 do Estatuto do Serviço Municipal, 21 de junho de 1940. Decreto 7 – Efetiva no cargo a professora municipal, conforme artigo 7 do Ato municipal 215 de 12 de janeiro de 1940, 28 de novembro de 1940. Portaria 46/8/1942 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal para o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Portaria 112/9/1943 – Contrata a senhora para exercer o cargo de professora municipal durante o ano letivo, 1 de março de 1943. Portaria 147/9/1943 – Transfere por conveniência de serviço a professora municipal da aula nº 5 da Linha Julieta para aula nº 1 localizada em Santa Rita em 1 de outubro de 1943. Dispensada das funções de professora contratada Portaria 153/9/1943.
Sylvia Giaconi - auxiliar de ensino	1936	Não foram localizadas informações.
Theresa Roso	1935 a 1943 e 1946	Ato 16 – Transfere por conveniência de serviço a professora da aula localizada em Linha Julieta para aula situada em Vicenza Velha, 16 de abril de 1937. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 33/7/1941 – Contrata a senhora para auxiliar nos serviços de Seção de Fiscalização e lançamentos durante os meses de novembro e dezembro, 30 de dezembro de 1941. Portaria 51/8/1942 – Ratifica a portaria nº 33/8/1942 de 30 de dezembro de 1941. Continua a exercer o cargo de auxiliar da Diretoria de Instrução Pública e Seção de Fiscalização e Lançamentos, 15 de março de 1942. Portaria 150/9/1943 – Declara avulsa a senhorita, a pedido, do quadro do professorado municipal em 30/09/1943.
Teresa Trois	1945 a 1948	Não foram localizadas informações.
Tereza De Momi	1938 a 1942, 1944 a 1946 e 1948	Ato 116 – Nomeia professoras para magistério municipal. Irá reger a aula de 7 colônias, 21 de setembro de 1938. Correspondência – pede ao prefeito que lhe devolva sua certidão de nascimento, 24 de dezembro de 1938. Ato 221 – Nomeia várias professoras, 9 de março de 1940. Portaria 68/8/1942 – Contrata a senhorita para exercer o cargo de professora municipal durante o presente ano letivo, 15 de março de 1942. Decreto 48-49 – Nomeia a D. professora para professora municipal, 25 de fevereiro de 1948. Decreto 25 – Exonera a professora por abandono de cargo a partir de 20 de março, 2 de julho de 1948. Decreto nº 48-49 nomeia professora municipal, 25 de fevereiro de 1949.

Tereza Gasperin	1944 a 1948	Não foram localizadas informações.
Terezinha Silvestrin	1937 a 1939	Em correspondência em 31 de dezembro de 1937, alega ser professora da Cooperativa de empregados da Estação Férrea do Rio Grande do Sul e da aula municipal e opta pela aula municipal. Ato 116 – Nomeia professoras para magistério municipal. Irá reger a aula de Desvio Machado, 21 de setembro de 1938. Em solicitação protocolada junto a Prefeitura: pede a devolução da certidão que anexou ao requerimento para inscrição do concurso público prestado em setembro de 1938. (Professora da aula 29, Desvio Machado). Em solicitação protocolada junto a Prefeitura: pede licença indeterminada para tratar de assuntos particulares, 1 de abril de 1938 (Concedida). Em 30 de junho de 1938 solicita seis dias de licenças por necessitar de curativos. É possível tratar-se da professora Tereza Silvestrin Lovato
Terezinha Travi - substituta	1947 e 1948	Não foram localizadas informações.
Verônica Maggioni	1947	Não foram localizadas informações.
Verônica Maria Giacomelli	1946 a 1948	Nomeada em 13 de maio de 1946. A partir de 1951 passou a chamar-se Verônica Maria Radaelli.
Vilma Fontanella	1944 a 1948	Decreto – Contrata a professora para substituir Edita Canuto entre 1 e 30 de abril, 1 de abril de 1944. Decreto – Exonera, a pedido, a senhorita do cargo de professora municipal, 23 de fevereiro de 1948.
Zelinda Colombo	1935 a 1948	Em Caxias: Regia 1 aula em Travessão Milânes (São José). Nomeada em 01/06/1930. Ato 55 – Nomeia Zelinda Colombo professora em comissão da aula situada em São José, 2 de fevereiro de 1935. Em correspondência, o prefeito, comunica que a professora particular poderá vir receber em princípios de novembro a subvenção municipal, 26 de outubro de 1936. Ato 1 – Nomeia a professora em comissão para aula situada em São José, 30 de março de 1937. Correspondência em 21/02/1938 – Em estado de grávida, a regente da aula 9 de Linha Julieta solicita 45 dias de licença. 31/03/1938 - Pede demissão.

Fonte: Elaborado pela autora a partir das Despesas da Prefeitura Municipal de Farroupilha (1935-1948), Registro de professores da Intendência de Bento Gonçalves (1928).

APÊNDICE D – PROGRAMA DO ENSINO PRIMÁRIO (1941)

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Linguagem Gramática Aritmética Geometria Instrução Moral, Cívica e Religiosa	Linguagem Redação Ditado Gramática Aritmética Geometria Instrução Moral e Cívica Geografia	Linguagem Redação Ditado Gramática Aritmética Geometria História Instrução Moral e Cívica e Religiosa Religião Geografia Ciências e Higiene	Linguagem Redação Ditado Gramática Aritmética Geometria História Instrução Moral, Cívica e Religiosa Religião Geografia Ciências Desenho Higiene

Fonte: Elaborado a partir do Decreto 7 (FARROUPILHA, 1941).

Programa de Linguagem, gramática, redação e ditado (1941)

	Linguagem	Gramática	Redação	Ditado
1º ano	Conhecimento gradativo do valor das letras; Leitura do 1º livro e frases escritas no quadro-negro pelo professor; Descrição de objetos presentes; Descrição de objetos ausentes e conhecidos; pequenas historietas contadas pelo professor a fim de serem repetidas pelos alunos; Exigência de pronúncia correta principalmente nas palavras que levam R e X.	Noção elementar do nome, qualidade e ação.	-	-
2º ano	Leitura corrente de frases e trechos simples previamente explicados; Contos e historietas narradas pelo professor; Descrição de quadros e figuras escolhidas cuidadosamente; Pronúncia correta das palavras, observando rigorosamente o emprego do R simples e do R dobrado e do X.	Letras, vogais e consoantes, ideia de sílabas, ditongos, classificação das palavras quanto ao número de sílabas, ideia de substantivo, adjetivos e verbos, ideia de gênero e número, ideia de substantivos próprios e comuns.	Formação de frases, completar frases e responder perguntas.	O ditado versará sempre sobre assuntos já conhecidos e previamente explicados, a fim de serem evitados erros.
3º ano	Leitura corrente e expressiva de prosas e versos; Estudo de palavras mais difíceis contidas na lição; alguns sinônimos destas palavras; Observação de pronúncia, que é de capital importância.	Desenvolvimento programa do ano anterior, substantivos próprios e comuns, artigos definidos e indefinidos, adjetivos qualificativos, tempos fundamentais do verbo	Redação de frases fornecidas pelo professor. Bilhetes sobre motivos práticos e fáceis.	Observe o programa do 2º ano.

4º ano	Leitura corrente e expressiva de prosa e versos; Leitura manuscrita; Leitura em voz alta pelos alunos, observando rigorosamente pelo professor.	Estudos práticos das seguintes questões gramaticais: substantivo e adjetivo, gênero, número do substantivo e adjetivo, adjetivos qualificados e determinativos dos verbos regulares e irregulares, análise gramatical.	Resumo de lições, historietas, fábulas etc. Redação de cartas íntimas, mediante dados fornecidos pelo professor, que explicará quais as partes de que se compõem uma carta: cabeçalho, saudação, corpo, fecho e subscrito.	Trechos de prosa e versos.

Fonte: Elaborado a partir do Decreto 7 (FARROUPILHA, 1941).

Programa de Aritmética e Geometria (1941)

	Aritmética	Geometria
1º ano	Rudimentos das primeiras operações; Exercícios orais; Conhecimento dos números de 1 até 100; Noção de dobro e metade, de dúzia e meia dúzia.	Pequenas noções de linhas retas, curvas e mistas.
2º ano	Numeral oral e escrita até 1000; Conhecimento de sinais; Noções de milhar; Operações escritas de adição e subtração; Operações escritas de multiplicação e divisão; Estudo completo de tabuada por meio de processo adequado; Noção de números pares e ímpares; Numeração romana e sua aplicação ao relógio; Noções práticas de meio, terço, quarto até oitava; Descrição de moedas e cédulas em uso no país.	Recapitulação do programa anterior; Conhecimentos de linhas horizontais, verticais, inclinada, paralelas etc.
3º ano	Estudo das unidades, dezenas, centenas e milhar; Ler e escrever números até 1.000.000; Completar o conhecimento das quatro operações; Multiplicação intercalada de zeros; Multiplicação por 10, 100 e 1.000; Prova real das quatro operações; Numeração romana e sua aplicação ao relógio; Noções de duplo, triplo e quádruplo etc.; Noções práticas	Recapitulação do programa anterior; Noções de superfície curva e plana; Ideia de triângulos e quadriláteros; Linhas perpendiculares e oblíquas.
4º ano	Completar o estudo da numeração; Divisão do número em ordem e classe; Problemas sobre as quatro operações; Noções sobre frações ordinárias e decimais; Leitura e escrita das frações decimais; Multiplicar e dividir as frações por 10, 100 e 1.000; Explicar o que não altera uma fração; Estudo completo e prático das medidas de comprimento, peso, capacidade, seus múltiplos e submúltiplos; Metro, vantagem de seu emprego e divisão dele.	Linhas perpendiculares, paralelas e oblíquas; Classificação dos triângulos quanto aos lados e ângulos; Noções de quadriláteros.

Fonte: Elaborado a partir do Decreto 7 (FARROUPILHA, 1941).

Programa de História e Instrução Moral, Cívica e Religiosa (1941)

	Instrução Moral e Cívica e religiosa	
1º ano	Civismo: Pátria, Bandeira, descrição simples da Bandeira a vista dos alunos; datas nacionais; sentimentos cívicos. Ordem: Dos livros, brinquedos, móveis etc. Civilidade: Delicadeza, cortesia com os pais, com os amigos com conhecidos, com pessoas idosas. Higiene: Do corpo, de objetos de uso, da casa, dos livros, de tudo enfim, esmero no vestir. Bondade: Índole, brandura. Respeito: Acatamento, veneração, obediência, respeito às leis, inconveniências, de faltas de respeito, cerimônias cívicas, cerimônias fúnebres. Verdade: Proveitos da verdade, da boa-fé, da sinceridade. Inconveniência da mentira etc. Religião: Explicação das verdades fundamentais; orações principais; ensino de catecismo; exposição dos fatos mais importantes do Antigo Testamento.	
2º ano	Civismo: Pátria, Bandeira, descrição simples da Bandeira a vista dos alunos; datas nacionais; sentimentos cívicos; serviços para com a Pátria; dedicação ao interesse público em geral; Hinos; Forças Armadas; governos (União, Estado e Município). Civilidade: Delicadeza, cortesia com os pais, com os amigos com conhecidos, com pessoas idosas, em casa, nas ruas, nas aulas, e em outros quaisquer lugares. Ordem: Dos livros, dos brinquedos, dos móveis. Higiene: Do corpo de objetos de uso, da casa, dos livros, de tudo enfim, esmero vestir. Bondade: Índole, brandura. Respeito: Acatamento, veneração, obediência, respeito às leis, inconveniências, de faltas ao respeito; cerimônias cívicas e fúnebres. Verdade: Proveitos da verdade, da boa-fé, da sinceridade. Mentira: Inconveniência da mentira etc. Religião: Ensino pormenorizado do catecismo; explicação do sentimento de orações, credo, sacramentos, mandamentos e preceitos da Igreja; Fim e necessidade da oração; vida e obras de Nossa Senhor Jesus Cristo.	
	História	Instrução Moral e Cívica e Religiosa
3º ano	Biografias dos homens ilustres do Brasil, acompanhadas de feitos importantes etc.; Explicação completa de todos os Feriados Nacionais e Estaduais.	Recapitulação do programa anterior; Interpretação e memorização do Hino Nacional; Ideia sucinta de como é governado o Brasil.
4º ano	Continuação do programa anterior com novas biografias de homem ilustres; História do município; Estudo primitivo do Brasil; Descobrimento do Brasil; Pedro Alvares Cabral; Primeiras expedições, Tomé de Souza; Movimento da Independência; Tiradentes; Independência; José Bonifácio; Dom Pedro I, Libertação dos escravos, Princesa Isabel, Dom Pedro II; Proclamação da República; Marechal Deodoro; Atual Presidente.	Observar o programa anterior.

Fonte: Elaborado a partir do Decreto 7 (FARROUPILHA, 1941).

Programa de Religião e Geografia (1941)

	Religião	Geografia
1º ano		
2º ano		Pontos cardeais; exercícios de orientação; Situação da escola; estudo local; Palestra sobre localidade onde está situada a escola; Meios de transporte para a cidade.

3º ano	Provas da verdadeira religião. A Igreja Católica, sua organização, sua hierarquia, seus súditos e seus santos; explicação das festas principais do ano eclesiástico.	Município de Farroupilha: data de fundação, limites, distritos, população, superfície, altitude, rios, estradas em geral, produção, meios de transporte para a capital e o interior do Estado, idade da cidade, vilas e povoados. Conhecer e distinguir as características da terra, colinas, montanhas e vales. Descrição de lagos, ilhas, cabos e rios. Divisão geográfica.
4º ano	As virtudes cristãs; deveres dos fiéis; apologética. Texto: principais da Sagrada Escritura na instituição dos sacramentos; Bandeira da Santa Sé; Armas episcopais; Noções fundamentais da Ação católica; obra das vocações sacerdotais.	Estudo completo do Rio Grande do Sul, área, população, limites, lagos, portos, ilhas, cidades principais, capital, estradas e ferro e rodagem, vias fluviais e marítimas, estações balneárias, produtos principais, indústrias, importação e exportação.

Fonte: Elaborado a partir do Decreto 7 (FARROUPILHA, 1941).

Programa de Ciências, Desenho e Higiene (1941)

	Ciências	Desenho	Higiene
1º ano			
2º ano			
3º ano	Descrição do corpo humano; nome, posição e função dos principais órgãos do corpo humano.		Cuidados higiênicos, relativos à pele, aos dentes, as unhas e aos cabelos.
4º ano	Reino da natureza; classificação dos animais vertebrados e invertebrados; animais úteis à agricultura, animais nocivos.	Desenho da imaginação e da memória; deve-se começar este ensino pelo desenho espontâneo ou livre ou livre como representa do que o aluno observa, imagina e sente: animais, casa, automóveis, navios, brinquedos etc.	Cuidado que requerem os dentes; explicar a necessidade da higiene.

Fonte: Elaborado a partir do Decreto 7 (FARROUPILHA, 1941).

APÊNDICE E – DETALHAMENTO DO INVESTIMENTO PÚBLICO MUNICIPAL (1935-1948)

Item 1 - Gabinete do prefeito, seguido dos Serviços de obras e viação assistência pública

1935 (Gabinete do Prefeito) (subsídio, representação e porteiro, jornais e transporte de automóvel), 1936 (Subsídio, representação, jornais, livros, material de escritório e transporte), 1937, 1938, 1939 (Subsídio, representação, manutenção do automóvel e transporte), 1940 (Subsídio, representação, despesas com automóvel), 1941 (subsídio e representação), 1942 e 1943 (Subsídio, representação, diárias ao prefeito, despesas com automóvel), 1944, 1945, (Subsídio, representação, diárias, substituição do prefeito, despesa com automóveis), 1946, 1947 e 1948 (Pessoal fixo e material de consumo).

Os serviços de obras e viação em 1935, 1936 englobou os itens: pessoal, construção e conservação de estradas, pontes, pontilhões, aquisição de ferramentas, conservação e adaptação de próprios e remodelação da vila; em 1937 contemplou pessoal, conservação e construção de estradas, pontes, barragens, pontilhões, linha telefônicas, aquisição de maquinários, caminhão, instrumentos, ferramentas, veículos e respectiva manutenção, conservação e adaptação de próprios municipais e remodelação da vila; 1938 refere-se ao pessoal, aquisição de forragens e outras despesas com animais, despesas com o britador, aquisição e conservação de ferramentas. Aquisição e conservação de próprios, remodelação da vila, construção de pontes, pontes e estradas; 1939 incluiu o aluguel de um potreiro para os animais da prefeitura, aquisição de forragens e outras despesas com animais, despesa com o britador e respectivo motor, aquisição e conservação de ferramentas e veículos, pessoal, prestação do terreno adquirido para a construção da prefeitura e praça, construção de estradas, pontes, pontilhões, remodelação da cidade; 1940 sob a nomenclatura de serviços públicos contemplou: pessoal, aquisição de ferramentas, veículos, despesas com britador e respectivo motor, aquisição de forragens e outras despesas com animais, despesas com a pedreira, construções e reparos de pontes e pontilhões, construção e conservação de próprios; 1941 contemplou pessoal, aquisição de ferramentas, conservação de britadeira e respectivo motor, aquisição e conservação de ferramentas, veículos, construção e conservação de pontes, pontilhões e bueiros, forragens, combustíveis, despesas com pedreira, adaptação, conservação de próprios e aquisição de móveis; 1942 a nomenclatura passa ser Obras e melhoramentos públicos que englobava operários diaristas, aquisição de ferramentas, veículos, utensílios diversos, construção e conservação de pontes, pontilhões e bueiros, aquisição de forragens, combustíveis e conservação de próprios; 1943, 1944, 1945 incluiu pessoal, conservação de ruas, aquisição de ferramentas e utensílios diversos, conservação de estradas e pontes, aquisição de veículos, ferramentas, construção e conservação de pontes, pontilhões e bueiros, aquisição de forragens, combustíveis, conservação de próprios; 1946 as verbas previstas foram para pessoal, conservação de ruas, conservação de estradas e pontes e conservação de próprios; 1947 e 1948 incluíram pessoal, conservação de ruas, ferramentas e utensílios, conservação de estradas e pontes, veículos e ferramentas, conservação de pontes, pontilhões e bueiros, tratamento de animais e combustíveis, conservação de próprios, pavimentação a paralelepípedos das ruas da cidade.

A assistência pública incluiu de 1935 até 1939 ao amparo a maternidade e assistência à infância, alimentação de presos pobres, aquisição de medicamentos e socorros a indigentes. No ano de 1940 a verba atendeu apenas o amparo a maternidade e à infância e a aquisição de medicamentos e socorros a indigentes, já em 1941 restringiu-se ao amparo a maternidade e assistência à infância e a alimentação com os presos pobres. Em 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947 os itens foram o transporte e auxílio a indigentes, alimentação a presos pobres, medicamentos a indigentes e assistência à maternidade à infância. Em 1948 mantendo-se apenas os itens transportes e auxílios a necessitados, medicamentos e medicamentos a indigentes e assistência a maternidade e a infância.

Subprefeituras

De 1935 em 1936 a previsão de verba para as subprefeituras contemplou as remunerações dos subprefeitos dos 4 distritos, auxiliares quando necessários, aluguéis e material de expediente. Em 1937 e 1938 incluiu apenas as remunerações de subprefeitos e auxiliares. Em 1939 contemplam as remunerações de subprefeitos e seus auxiliares além da aquisição de animais para as subprefeituras. Em 1940, 1941, 1942 retornando apenas as remunerações de subprefeitos e auxiliares. Em 1942, 1944 os itens incluem a remuneração de subprefeitos, auxiliares, aquisição de forragens, pagamento de aluguéis e despesas com telefone. Em 1943 os itens contemplaram a remuneração de subprefeitos, auxiliares, aquisição de móveis, aquisição de forragens, pagamento de aluguéis e despesas com telefone. Já no ano de 1945 as despesas especificadas foram pessoal

fixo, pessoal variável, material de consumo e despesas diversas. Em 1946 a verba prevista além da remuneração de salários de subprefeitos contemplou abonos, extranumerários mensalistas, forragens, aluguéis e despesas com telefone. Já em 1947 e 1948 a verba prevista volta a ser a remuneração de salários de subprefeitos, extranumerários mensalistas, forragens, aluguéis e despesas com telefone.

Asseio e limpeza

Contempla em 1935 e 1936 a remuneração do varredor da vila e os materiais, ferramentas e outras despesas. A partir de 1937 apenas a remuneração do varredor da vila o que se mantém em 1938, 1939, 1940 e 1941. Em 1942 além da remuneração do varredor da vila, inclui-se despesas de forragens e outras despesas o que permaneceu em 1943. Em 1944 foram destinados recursos para a remuneração do varredor da vila, forragens e ferraduras. Em 1945 foi remunerado o varredor da vila e investidos valores no tratamento de animais e ferraduras. Em 1946, 1947 e 1948 a remuneração passa a ser denominada pagamento de extranumerário mensalista e inclui também o tratamento de animais e ferraduras.

Auxílios e subvenções

Em 1935 e 1936 os auxílios e subvenções se referem a subvenção ao Sanatório de Nova Vicenza, ao auxílio para construção da Igreja Matriz, ao Sanatório de Belém, na capital e ao hospital São Pedro. De 1937 até 1947 a subvenção para saúde refere-se apenas a verba destinada ao Hospital São Pedro. Em 1948 o auxílio ao Hospital São Pedro, junta-se aos auxílios para construção de escolas municipais e para o auxílio pró-construção do Estádio Municipal.

Serviços públicos de interesse comum com o Estado

Em 1935 configuram na contribuição para o serviço de estatística, taxa de cooperação, contribuição ao Departamento das Prefeituras Municipais. Em 1936, 1937: contribuição para o serviço de estatística, policiamento (4 praças), taxa de cooperação e contribuição ao tribunal de contas. Em 1938, 1939: Estatística e Tribunal de Contas. 1940 a nomenclatura muda para Subvenções contribuições e auxílios em geral e contempla o convênio de estatística e a contribuição ao Departamento das Prefeituras Municipais. Em 1941 os itens são o convênio de estatística, contribuição ao Departamento das Prefeituras, Contribuição a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul, Contribuição de 20% ao Estado de acordo com o Decreto de Lei nº 8048, de 20 de dezembro de 1939 sobre a taxa agro industrial e sobre as taxas rodoviárias. Em 1942, os itens de investimento referem-se à Contribuição a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul e a Contribuição de 20% ao Estado de acordo com o Decreto de Lei nº 8048, de 20 de dezembro de 1939 sobre a taxa agro industrial e sobre as taxas rodoviárias. Em 1943, os itens de investimento referem-se à Contribuição a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul e a Contribuição de 20% ao Estado de acordo com o Decreto de Lei nº 8048, de 20 de dezembro de 1939 sobre a taxa agro industrial e sobre as taxas rodoviárias e a contribuição ao IBGE. Em 1944 e Em 1945, os itens de investimento referem-se à Contribuição a União dos Funcionários Municipais do Rio Grande do Sul e a Contribuição de 20% ao Estado de acordo com o Decreto de Lei nº 8048, de 20 de dezembro de 1939 sobre a taxa agro industrial, sobre as taxas rodoviárias e a contribuição ao IBGE e a contribuição à junta de alistamento do Militar. Em 1946, 1947 e 1948 os itens tratam da contribuição ao IBGE e à Junta de Alistamento Militar.

Serviço da dívida municipal

Refere-se em 1935, 1936, 1937 a amortização da dívida municipal relativa a Caxias, Bento Gonçalves e Montenegro. Em 1938 à amortização de dívidas municipais Caxias, Bento Gonçalves e Porto Alegre. Em 1939: juros de empréstimos, amortização das dívidas municipais relativas as cotas a pagar, Banco do Rio do Grande consolidada, Porto Alegre – não consolidada, Bento Gonçalves – não consolidada, exercícios findos – contas a pagar e vencimentos do exercício de 1938. Em 1940: Amortização da dívida pública municipal relativas a cotas a pagar ao Banco do Rio Grande do Sul, juros de empréstimos, exercícios flutuantes e exercícios findos. Em 1941: Amortização da dívida pública relativas as cotas a pagar ao Banco do Rio Grande do Sul, amortização da dívida pública para com o município de Porto Alegre e com o município de Bento Gonçalves, juros sobre a dívida com o Banco do Rio Grande do Sul, juros de empréstimos particulares e comissões sobre a dívida com o Banco do Rio Grande do Sul, prestação devida a Carlos Maggioni pela aquisição do terreno da Praça da Bandeira, prestação devida a Pedro Antonello Filho pela aquisição do terreno do edifício da Prefeitura, juros a Pedro Antonello Filho e juros a Carlos Maggioni. Em 1942, 1943, 1944, 1945 e 1948: Amortização da dívida com o Banco do Rio Grande do Sul, Amortização da dívida com o município de Porto Alegre transferida de Montenegro, amortização da dívida com Bento Gonçalves, juros da dívida com o Banco do Rio Grande do Sul, comissão sobre a dívida com o Banco do Rio Grande do Sul, juros de empréstimos. Em 1946 e 1947 além das amortizações com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul e municípios de Montenegro e Bento Gonçalves, a amortização da dívida com Anselmo Quaresimin.

Iluminação Pública

De 1935 até 1948 configuraram no custeio com iluminação da vila e dos distritos.

Policimento e despesas diversas

Em 1935: pagamento de sargento, praças, carcereiro, subvenção ao delegado de polícia e aquisição de fardamentos, armamentos e forragens. Em 1936: subsídio ao delegado de polícia, carcereiro, cotas retiradas pela prefeitura para atender, os quatro, praças da Brigada Militar em casos de enfermidade e aquisição de forragens para animais. Em 1937: carcereiro e gastos da manutenção da cadeia.

Em 1935: cemitério, aquisição de próprios municipais, eventuais e despesas com a instalação do município. Em 1936: cemitério, aquisição de próprios municipais, eventuais, despesas com a instalação do município e aluguéis da prefeitura e grupo escolar. Em 1937: cemitério, eventuais, aquisição de próprios, construção do novo açude conforme projeto da Diretoria de Saneamento da seção de obras públicas do Estado e aluguéis da Prefeitura e grupo escolar. Em 1938: cemitério, despesas com delegacias e postos policiais, eventuais, placas para veículos. Em 1939: cemitério, despesas com delegacias e postos policiais, eventuais, placas para veículos, despesa com a banda de música a organizar, conclusão do mapa do município e aquisição de mobiliário e utensílios para a prefeitura. Em 1940: eventuais, gratificação ao secretário contador e aluguéis do potreiro para os animais da prefeitura. Em 1941: reorganização de serviços, criação de cargos e aumento de vencimentos, despesas imprevistas e aluguel do potreiro para animais da prefeitura. Em 1942 até 1948: Eventuais para atender despesas imprevistas.

Fonte: Elaborado a partir das leis de orçamento (1934-1947).

ANEXO A – PLANTA GERAL DA EX-COLÔNIA CAXIAS (1885)

